

BRASILIANA

5.ª SÉRIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

Sob a direção de Fernando de Azevedo

VOLUMES PUBLICADOS :

ANTROPOLOGIA E DEMOGRAFIA

- 4 — OLIVEIRA VIANA : **Raça e Assimilação** — 3.ª edição aumentada.
8 — OLIVEIRA VIANA : **Populações Meridionais do Brasil** — 4.ª edição.
9 — NINA RODRIGUES : **Os Africanos no Brasil** — (Revisão e prefácio de Homero Pires). Profusamente ilustrado - 2.ª edição.
22 — E. ROQUETTE-PINTO : **Ensaio de Antropologia Brasileira**.
27 — ALFREDO ELLIS JUNIOR : **Populações Paulistas**.
59 — ALFREDO ELLIS JUNIOR : **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano**.

ARQUEOLOGIA E PREHISTÓRIA

- 34 — ANCIONE COSTA : **Introdução à Arqueologia Brasileira** — Ed. ilustrada.
137 — ANÍBAL MATOS : **Prehistória Brasileira** — Vários Estudos — Edição ilustrada.
148 — ANÍBAL MATOS : **Peter Wilhelm Lund no Brasil** — Problemas de Paleontologia Brasileira. Edição ilustrada.

BIOGRAFIA

- 2 — PANDIÁ CALÓGERAS : **O Marquês de Barbacena** — 2.ª edição.
11 — LUIZ DA CÂMARA CASCUDO : **O Conde d'Eu** — Vol. ilustrado.
107 — LUIZ DA CÂMARA CASCUDO : **O Marquês de Olinda e seu tempo (1793-1870)** — Ed. ilustrada.
18 — VISCONDE DE TAUNAY : **Pedro II** — 2.ª edição.
20 — ALBERTO DE FARIA : **Mauá** (com tres ilustrações fóra do texto).
54 — ANTÔNIO GONTIJO DE CARVALHO : **Calógeras**.

65 — JOÃO DORNAS FILHO : **Silva Jardim**.

73 — LÚCIA MIGUEL PEREIRA : **Machado de Assiz** — (Estudo Crítico-Biográfico) — Ed. ilustrada.

79 — CRAVEIRO COSTA : **O Visconde de Sinimbu** — Sua vida e sua atuação na política nacional — 1840-1889.

81 — LEMOS BRITO : **A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império** — **Frei Caneca** — Ed. ilustrada.

85 — WANDERLEY PINHO : **Coteçipe e seu Tempo** — Ed. ilustrada.

88 — HELIO LOBO : **Um Varão da República** : **Fernando Lobo**.

114 — CARLOS SÜSSEKIND DE MENDONÇA : **Silvio Romero** — Sua Formação Intelectual — 1851-1880 — Com uma introdução bibliográfica — Ed. ilustrada.

119 — SUD MENNUECCI : **O Precursor do Abolicionismo** : **Luiz Gama** — Ed. ilustrada.

120 — PEDRO CALMON : **O Rei Filósofo** — Vida de D. Pedro II — 2.ª edição ilustrada.

133 — HEITOR LIRA : **História de Dom Pedro II** — 1825-1891. 1.º Vol. : "Ascensão" — 1825-1870 — Ed. ilustrada.

133-A — HEITOR LYRA : **História de Dom Pedro II** — 1825-1891. 2.º Volume : "Fastígio" : 1870-1880 — Ed. ilustrada.

135 — ALBERTO PIZARRO JACOBINA : **Dias Carneiro (O Conservador)** — Ed. il.

136 — CARLOS PONTES : **Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875**.

140 — HERMES LIMA : **Tobias Barreto** — A Época e o Homem — Ed. ilustrada.

143 — BRUNO DE ALMEIDA MAGALHÃES : **O Visconde de Abaeté** — Ed. ilustrada.

144 — V. CORREIA FILHO : **Alexandre Rodrigues Ferreira** — Vida e Obra do Grande Naturalista Brasileiro — Ed. il.

153 — MÁRIO MATOS : **Machado de Assiz. (O Homem e a Obra. Os personagens explicam o autor)** — Ed. ilustrada.

- 157 — OTAVIO TARQUINIO DE SOUSA : **Evaristo da Veiga** — Ed. ilustrada.
 166 — JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA : **O Patriarca da Independência** — Dezembro 1821 a novembro 1823.

BOTÂNICA E ZOOLOGIA

- 71 — F. C. HOEHNE : **Botânica e Agricultura no Brasil no Século XVI** — (Pesquisas e contribuições).
 77 — C. DE MELO-LEITÃO : **Zoologia do Brasil** — Ed. ilustrada.
 99 — C. DE MELO-LEITÃO : **A Biologia no Brasil.**

CARTAS

- 12 — WANDERLEY PINHO : **Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cotegipe** — Ed. ilustrada.
 38 — RUI BARBOSA : **Mocidade e Exílio** (Cartas ineditas. Prefaciadas e anotadas por Américo Jacobina Lacombe) — Ed. ilustrada.
 61 — CONDE D'EU : **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul** (prefácio e 19 cartas do Príncipe d'Orléans, comentadas por Max Fleiuss) — Edição ilustrada.
 109 — GEORGES RÆDERS : **D. Pedro II e o Conde de Gobineau** (Correspondência inedita).
 142 — FRANCISCO VENÂNCIO FILHO : **Euclides da Cunha e seus Amigos** — Ed. ilustrada.

DIREITO

- 110 — NINA RODRIGUES : **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** — Com um estudo do Prof. Afrânio Peixoto.
 165 — NINA RODRIGUES : **O alienado no direito civil brasileiro** — 3.ª edição.

ECONOMIA

- 90 — ALFREDO ELLIS JUNIOR : **Evolução da Economia Paulista e suas causas** — Ed. ilustrada.
 100 e 100-A — ROBERTO SIMONSEN : **História Econômica do Brasil** — Ed. ilustrada — em 2 tomos.
 152 — J. F. NORMANO : **Evolução Econômica do Brasil** — Tradução de T. Quartim Barbosa, R. Peake Rodrigues e L. Brandão Teixeira.

- 155 — LEMOS BRITO : **Pontos de partida para a História Econômica do Brasil.**

160 — LUIZ AMARAL : **Historia Geral da Agricultura Brasileira** — Na triplíce aspecto Politico-Social e Economico : 1.º volume.

162 — BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA : **O Pau-Brasil na História Nacional** — Com um Capitulo de Artur Neiva e Pa-recer de Oliveira Viana — Ed. ilustrada.

EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO

66 — PRIMITIVO MOACIR : **A Instrução e o Império** (Subsídios para a história da educação no Brasil) — 1.º volume — 1823-1853

87 — PRIMITIVO MOACIR : **A Instrução e o Império** — (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 2.º volume — Reformas do ensino — 1854-1888.

121 — PRIMITIVO MOACIR : **A Instrução e o Império** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 3.º volume — 1854-1889.

147 — PRIMITIVO MOACIR : **A Instrução e as Províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1825-1889 — 1.º volume : Das Amazonas ás Alagoas.

147-A — PRIMITIVO MOACIR : **A Instrução e as Províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1825-1889. 2.º Volume : Sergipe, Bala, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso.

98 — FERNANDO DE AZEVEDO : **A Educação Pública em São Paulo** — Problemas e discussões (Inquérito para "O Estado de S. Paulo" em 1926).

ENSAIOS

1 — BATISTA PEREIRA : **Figuras do Império e outros ensaios** — 2.ª edição.

6 — BATISTA PEREIRA : **Vultos e episódios do Brasil** — 2.ª edição.

26 — ALBERTO RANGEL : **Rumos e Perspectivas.**

41 — JOSÉ-MARIA BELO : **A Intelligencia do Brasil** — 3.ª edição.

43 — A. SÁBÓIA LIMA : **Alberto Torres e sua obra.**

56 — CHARLES EXPILLY : **Mulheres e Costumes do Brasil** — Tradução, prefácio e notas de Gastão Penhalva.

70 — AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO : **Conceito de Civilização Brasileira.**

82 — C. DE MELO-LEITÃO: **O Brasil visto pelos Ingleses.**

105 — A. C. TAVARES BASTOS: **A Província** — 2.^a edição.

151 — A. C. TAVARES BASTOS: **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro** — (Estudos Brasileiros) — Prefácio e notas de Cassiano Tavares Bastos.

116 — AGENOR AUGUSTO DE MIRANDA: **Estudos Piauienses** — Ed. ilustrada.

150 — ROY NASH: **A Conquista do Brasil** — Tradução de Moacir N. Vasconcelos — Edição ilustrada.

ETNOLOGIA

30 — E. ROQUETTE-PINTO: **Rondônia** — 3.^a edição (aumentada e ilustrada).

44 — ESTEVÃO PINTO: **Os Indígenas do Nordeste** (com 15 gravuras e mapas) — 1.^o Tomo.

112 — ESTEVÃO PINTO: **Os Indígenas do Nordeste** — 2.^o Tomo (Organização e estrutura social dos indígenas do nordeste brasileiro).

52 — GENERAL COUTO DE MAGALHÃES: **O Selvagem** — 3.^a edição completa, com parte original Tupi-guarani.

60 — EMILIO RIVASSEAU: **A vida dos Índios Gualcurús** — Ed. ilustrada.

75 — AFONSO A. DE FREITAS: **Vocabulário Nheengatú** (vernaculizado pelo português falado em São Paulo) — Língua Tupi-guarani (com 3 ilustrações fora do texto).

92 — ALMIRANTE ANTÔNIO ALVES CÂMARA: **Ensaio Sobre as Construções Navais Indígenas do Brasil** — 2.^a edição ilustrada.

101 — HERBERT BALDUS: **Ensaios de Etnologia Brasileira** — Prefácio de Afonso de E. Taunay — Ed. ilustrada.

139 — ANGIONE COSTA: **Migrações e Cultura Indígena** — Ensaios de arqueologia e etnologia do Brasil — Ed. ilustrada.

154 — CARLOS FR. PHILL VON MARTIUS: **Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros** (1844). Trad. Prefácio e notas de Pirajá da Silva — Ed. ilustrada.

163 — MAJOR LIMA FIGUEIREDO: **Índios do Brasil** — Prefácio do General Rondon. Ed. ilustrada.

FILOLOGIA

25 — MÁRIO MARROQUIM: **A Língua do Nordeste.**

46 — RENATO MENDONÇA: **A Influência Africana no Português do Brasil** — Ed. ilustrada.

164 — BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA: **Dicionário da terra e da gente do Brasil** — 4.^a edição da "onomástica geral da geografia brasileira".

FOLCLORE

57 — FLAUSINO RODRIGUES VALE: **Elementos do Folclore Musical Brasileiro.**

103 — SOUSA CARNEIRO: **Mitos Africanos no Brasil** — Ed. ilustrada.

GEOGRAFIA

30 — CAP. FREDERICO A. RONDON: **Pelo Brasil Central** — 2.^a ed. ilustr.

33 — J. DE SAMPAIO FERRAZ: **Meteorologia Brasileira.**

35 — A. J. SAMPAIO: **Fitogeografia do Brasil** — 2.^a edição ilustrada.

53 — A. J. DE SAMPAIO: **Biogeografia dinâmica.**

45 — BASÍLIO DE MAGALHÃES: **Expansão Geográfica do Brasil Colonial.**

63 — RAIMUNDO MORAIS: **Na Planície Amazônica** — 5.^a edição.

80 — OSVALDO R. CABRAL: **Santa Catarina** — Ed. ilustrada.

86 — AURÉLIO PINHEIRO: **À Margem do Amazonas** — Ed. ilustrada.

91 — ORLANDO M. CARVALHO: **O Rio da Unidade Nacional; O São Francisco** — Ed. ilustrada.

97 — LIMA FIGUEIREDO: **Oeste Paranaense** — Ed. ilustrada.

104 — ARAUJO LIMA: **Amazônia — A Terra e o Homem** — (Introdução à Antropogeografia).

106 — A. C. TAVARES BASTOS: **O Vale do Amazonas** — 2.^a edição.

138 — GUSTAVO DODT: **Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupí** — Prefácio e notas de Gustavo Bartsch. Ed. il.

GEOLOGIA

102 — S. FRÓES ABREU: **A riqueza mineral do Brasil** — Ed. ilustrada.

134 — PANDIÁ CALÓGERAS: **Geologia Econômica do Brasil** — (As minas do Brasil e sua Legislação) — Tomo 3.º, Distribuição geográfica dos depósitos auríferos. Edição refundida e atualizada por Djalma Guimarães.

HISTÓRIA

10 — OLIVEIRA VIANA: **Evolução do Povo Brasileiro** — 3.ª edição (ilustrada).

13 — VICENTE LICÍNIO CARDOSO: **À margem da História do Brasil** — 2.ª edição.

14 — PEDRO CALMON: **História da Civilização Brasileira** — 3.ª edição.

40 — PEDRO CALMON: **História Social do Brasil** — 1.º Tomo — Espírito da Sociedade Colonial — 2.ª edição, ilustrada com 13 gravuras.

83 — PEDRO CALMON: **História Social do Brasil** — 2.º Tomo — Espírito da Sociedade Imperial — Ed. ilustrada.

173 — PEDRO CALMON: **História social do Brasil** — 3.º tomo — A época republicana.

176 — PEDRO CALMON: **História do Brasil** — 1.º tomo — As origens-1500-1600.

15 — PANDIÁ CALÓGERAS: **Da Regência à queda de Rozas** — 3.º volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").

42 — PANDIÁ CALÓGERAS: **Formação Histórica do Brasil** — 3.ª edição (com 3 mapas fora do texto).

23 — EVARISTO DE MORAIS: **A escravidão africana no Brasil**.

36 — ALFREDO ELLIS JUNIOR: **O Bandeirismo Paulista e o Recôdo Meridiano** — 2.ª edição.

37 — J. F. DE ALMEIDA PRADO: **Primeiros Povoadores do Brasil** — 2.ª Ed. ilustrada.

175 — J. P. DE ALMEIDA PRADO: **Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil** — 1.º tomo — Edição ilustrada.

47 — MANUEL BOMPIM: **O Brasil** — Com uma nota explicativa de Carlos Maul.

48 — URBINO VIANA: **Bandeiras e sertanistas baianos**.

49 — GUSTAVO BARROSO: **História Militar do Brasil** — 2.ª Edição ilustrada com 50 gravuras e mapas.

76 — GUSTAVO BARROSO: **História Secreta do Brasil** — 1.ª parte: "Do descobrimento à abdicação de Pedro I" — Edição ilustrada — 3.ª edição.

64 — GILBERTO FREIRE: **Sobrados e Mucambos** — Decadências patriarcal e rural no Brasil — Edição ilustrada.

69 — PRADO MATA: **Através da História Naval Brasileira**.

89 — CORONEL A. LOURIVAL DE MOURA: **As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil**.

93 — SERAPIM LEITE: **Páginas de História do Brasil**.

94 — SALOMÃO DE VASCONCELOS: **O Fico** — Minas e os Mineiros da Independência — Edição ilustrada.

108 — PADRE ANTÔNIO VIBIRA: **Por Brasil e Portugal** — Sermões comentados por Pedro Calmon.

111 — WASHINGTON LUIZ: **Capitania de São Paulo** — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes — 2.ª edição.

117 — GABRIEL SOARES DE SOUSA: **Tratado descritivo do Brasil em 1587** — Comentários de Francisco Adolfo Varnhagen — 3.ª edição.

123 — HERMANN WÄTJEN: **O Domínio Colonial Holandês no Brasil** — Um Capítulo da História Colonial do Século XVII — Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.

124 — LUIZ NORTON: **A Corte de Portugal no Brasil** — Notas, documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina — Edição ilustrada.

125 — JOÃO DORNAS FILHO: **O Padroado e a Igreja Brasileira**.

127 — ERNESTO ENNES: **As Guerras nos Palmares** (Subsídios para sua história) 1.º Vol. Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" — Prefácio de Afonso de E. Taunay.

128 e 128-A — ALMIRANTE CUSTÓDIO JOSÉ DE MELO: **O Governo Provisório e a Revolução de 1893** — 1.º Volume, em 2 tomos.

132 — SEBASTIÃO PAGANO: **O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817** — Edição ilustrada.

146 — AURELIO PIRES: **Homens e fatos do meu tempo.**

149 — ALFREDO VALLADÃO: **Da Aclamação à Matoridade, 1822-1840** — 2.ª edição.

158 — WALTER SPALDING: **A Revolução Farroupilha** (História popular do grande decênio — 1835-1845) — Ed. II.

159 — CARLOS SEIDLER: **História das Guerras e Revoluções do Brasil de 1825-1835** — Trad. de Alfredo de Carvalho — Prefácio de Silvío Cravo,

168 — PADRE FERNÃO CARDIM: **Tratados da Terra e da Gente do Brasil** — Introdução e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia — 2.ª edição.

170 — NELSON WERNECK SDDRÉ: **Pano rama do segundo império.**

171 — BASÍLIO DE MAGALHÃES: **Estudos de História do Brasil.**

174 — BASÍLIO DE MAGALHÃES: **O Café — Na História, no Folclore e nas Belas-Artes.**

MEDICINA E HIGIENE

29 — JOSUÉ DE CASTRO: **O problema da alimentação no Brasil** — Prefácio do prof. Pedro Escudero. 2.ª edição.

51 — OTÁVIO DE FREITAS: **Doenças Africanas no Brasil.**

129 — APRÂNIO PEIXOTO: **Clima e Saúde** — Introdução bio-geográfica à Civilização Brasileira.

POLÍTICA

3 — ALCIDES GENTIL: **As idéias de Alberto Torres** (Síntese com índice remissivo) — 2.ª edição.

7 — BATISTA PEREIRA: **Diretrizes de Rui Barbosa** — (Segundo textos escolhidos) — 2.ª edição.

21 — BATISTA PEREIRA: **Pelo Brasil Maior.**

16 — ALBERTO TORRES: **O Problema Nacional Brasileiro.** 2.ª edição.

17 — ALBERTO TORRES: **A Organização Nacional.** 2.ª edição.

24 — PANDIÁ CALÓGERAS: **Problemas de Administração** — 2.ª edição.

67 — PANDIÁ CALÓGERAS: **Problemas de Governo** — 2.ª edição.

74 — PANDIÁ CALÓGERAS: **Estudos Históricos e Políticos** — (Res Nostra . . .) — 2.ª edição.

31 — AZEVEDO AMARAL: **O Brasil na crise atual.**

50 — MÁRIO TRAVASSOS: **Projeção Continental do Brasil** — Prefácio de Pandiá Calógeras — 3.ª edição ampliada.

55 — HILDEBRANDO ACCIOLY: **O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América.**

131 — HILDEBRANDO ACCIOLY: **Limites do Brasil** — A fronteira com o Paraguai — Edição ilustrada com 8 mapas fora do texto.

84 — ORLANDO M. CARVALHO: **Problemas Fundamentais do Município** — Ed. ilustrada.

96 — OSDRIO DA ROCHA DINIZ: **A Política que convém ao Brasil.**

115 — A. C. TAVARES BASTOS: **Cartas do Solitário** — 3.ª edição.

122 — FERNANDO SBOAIA DE MEDEIROS: **A Liberdade de Navegação do Amazonas** — Relações entre o Império e os Estados Unidos da América.

141 — OLIVEIRA VIANA: **O Idealismo da Constituição** — 2.ª edição aumentada.

169 — HÉLIO LOBO: **O Panamericanismo e o Brasil.**

172 — NESTOR DUARTE: **A ordem privada e a organização política nacional** (Contribuição à Sociologia Política Brasileira).

VIAGENS

5 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo** (1822) — Trad. e pref. de Afonso de E. Taunay — 2.ª edição.

58 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: **Viagem à Província de Santa Catarina** (1820) — Tradução de Carlos da Costa Perelra

68 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás** — 1.ª tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.

78 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: **Via-
gem às nascentes do Rio São Fran-
cisco e pela Província de Goiás** —
2.º tomo — Tradução e notas de Clado
Ribeiro de Lessa.

72 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: **Se-
gunda Viagem ao Interior do Brasil**
— “Espírito Santo” — Trad. de Carlos
Madeira.

126 e 126-A — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: **Via-
gem pelas Províncias do Rio
de Janeiro e Minas-Gerais** — Em dois
tomos — Edição ilustrada — Tradução
e notas de Clado Ribeiro de Lessa.

167 — AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE: **Via-
gem ao Rio Grande do Sul** — 1820-1821
— Tradução de Leonam de Azeredo Pena
— 2.ª Edição ilustrada.

19 — AFONSO DE E. TAUNAY: **Visitan-
tes do Brasil Colonial (Séc.XVI-XVIII)**,
2.ª edição.

28 — GENERAL COUTO DE MACALHÃES: **Via-
gem ao Araguaia** — 4.ª edição.

32 — C. DE MELO-LEITÃO: **Visitantes
do Primeiro Império** — Ed. ilustrada
(com 19 figuras).

62 — AGENOR AUGUSTO DE MIRANDA: **O
Rio São Francisco** — Edição illus-
trada.

95 — LUIZ AGASSIZ e ELIZABETH CARY
AGASSIZ: **Viagem ao Brasil** — 1865-
1866 — Trad. de Edgard Süssekind de
Mendonça — Ed. ilustrada.

113 — GASTÃO CRULS: **A Amazônia
que Eu Vi** — Obidos — Tumuc-Humac
— Prefácio de Roquette Pinto — Ilus-
trado — 2.ª edição.

118 — VON SPIX e VON MARTIUS: **Através da Baía**
— Excertos de “Reise
in Brasilien” — Tradução e notas de
Pitajá da Silva e Paulo Wolf.

130 — MAJOR FREDERICO RONDON: **Na
Rondônia Ocidental** — Ed. ilustrada.

145 — SILVEIRA NETO: **Do Guairá
aos Saltos do Iguaçu** — Ed. ilustrada.

156 — ALFRED RUSSEL WALLACE: **Via-
gens pelo Amazonas e Rio Negro** —
Tradução de Orlando Torres e Prefácio
de Basílio de Magalhães.

161 — REZENDE RUBIM: **Reservas de
Brasilidade** — Ed. ilustrada.

ADVERTENCIA : Os numeros referem-se aos volumes por ordem
cronologica de publicação.

Edições da
COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 118/140 — São Paulo

HISTORIA DO BRASIL

1.º TOMO

LIVROS DO MESMO AUTOR

LITERATURA HISTÓRICA

- Pedras d'armas* (contos) - Monteiro Lobato & Cia., S. Paulo, 1923.
Anchieta, o Santo do Brasil - Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
O Tesouro de Belchior (novela - 1.º premio da Academia Brasileira) — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
Os Malês (novela) — Pro Luce, Petropolis, 1933.
O Marquês de Abrantes — Guanabara Editora, Rio de Janeiro 1933.
Gomes Carneiro — O General da Republica — Guanabara Editora, Rio de Janeiro, 1933.
O Crime de Antonio Vieira — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
Vida e amores de Castro Alves (2.ª Edição) — Editora "A Noite", Rio, 1937.
Figuras de Azulejo — Editora "A Noite", Rio, 1939.

TRILOGIAS

- O Rei Cavaleiro* — Vida de D. Pedro I — Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1933.
O Rei do Brasil — Vida de D. João VI — Editora José Olympio — Rio, 1935.
O Rei Filósofo — Vida de D. Pedro II (2.ª Edição) — Comp. Editora Nacional, S. Paulo 1939.
História Social do Brasil — O Espírito da Sociedade Colonial (Col. "Brasiliiana, vol. 40, 2.ª edição).
História Social do Brasil — O Espírito da Sociedade Imperial (Col. "Brasiliiana, vol. 83.º).
História Social do Brasil — A Época Republicana.

HISTÓRIA

- História da Independência do Brasil* — Imprensa Nacional, 1928.
História da Bahia (2.ª edição) — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
História das Bandeiras Bahianas (esgotada), Imprensa Nacional, 1929.
História da Civilização Brasileira (Col. "Brasiliiana", 3.ª edição).
Pequena História da Civilização Brasileira (Col. "Pedagogica", 4.ª edição).
Gregório de Mattos (Biografia, Obras, vol. VI, edição da Academia Brasileira).
Por Brasil e Portugal (Sermões do padre Antonio Vieira, comentados. Col. "Brasiliiana", vol. 108).
História da Casa da Torre — Editora José Olympio, Rio, 1939.
História do Brasil — 1.º volume. 1500-1600.

DIREITO

- Direito de Propriedade* (A' margem dos problemas) — Imprensa Nacional 1926.
A Reforma Constitucional da Bahia — Imprensa Oficial do Estado, 1929.
A Federação e o Brasil — Rumos constitucionais — Rio 1933.
A Intervenção Federal — Livr. Freitas Bastos, Rio, 1936.
Curso de Direito Constitucional Brasileiro, Livr. Freitas Bastos, Rio, 1937.
Curso de Direito Público, Livr. Freitas Bastos, Rio, 1938.

Série 5.^a

BRASILIANA
BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

Vol. 176

PEDRO CALMON
DA ACADEMIA BRASILEIRA
★

HISTÓRIA DO BRASIL

I.º VOLUME
AS ORIGENS
(1500-1600)



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO - RECIFE - PÔRTO-ALEGRE

1939

INDICE

Explicação	15
----------------------	----

1. CONQUISTA

I — Quando a Europa não bastou Os altos infantes — O sonhador de Sagres — Prefacio da America — Acêrtos e erros de D. João 2.º — A grande emprêsa	17
II — A terra nova Cabral — Os brazões da armada — O físico João — Do Restelo... — Um argumento final — Terra do Brasil !	41
III — Brasil — páo de tinturaria Vespucci — A viagem de 1501 — O cosmografo — Onde reaparece Cabral — A passagem suspeitada — A expedição de 1503 — O derivativo mercantil — A madeira, nome e renda — O primeiro contratante — Esquecimento do Brasil — ... E dos poetas.	62
IV — Portugal manuelino	84
V — A luta pelas especiarias Réplica veneziana — A epopéa da India — Maior que a força humana... — Entre espanhóes e francêses — Vigilancia portugûesa — Cristovão Jaques — Corsarios francêses — Os espanhóes no Prata	94
VI — A Colonização A idéa das capitánias — Martim Afonso de Souza — Gente de Cananéa — A armada de 1530 — Caramurú — Rio de Janeiro e Cananéa — No Rio da Prata — João Ramalho — As duas vilas.	121
VII — Solução feudal : capitánias O episodio da "Pellerine" — Crise financeira — Ruina aparente — A ultima feitoria de Pernambuco — A volta de Martim Afonso	140

- VIII — De S. Vicente a Olinda
Os donatarios — Duarte Coelho — Duas, apenas — S. Vicente: a guerra do Iguape — A vila de Santos — Olinda — Os primeiros assuacares — Hans Staden — O capitão e a corôa 150
- IX — Entre o norte e o sul
Capitania de Itamaracá — A Bahia — Capitania dos Ilhéos — Capitania de Porto Seguro — Espirito Santo — A capitania de Pero de Góes — Capitánias da costa nórte — Centralização necessaria. 172
2. ORGANIZAÇÃO
- X — A Fundação da cidade
A expedição de Tomé de Souza — Fortaleza e capital — Recursos e promessas — Garcia d'Avila — As orfãs — Primeira Sé — Policiamento da costa — Meninos de Lisbôa — Pero Fernandes Sardinha. 206
- XI — A viagem providencial do governador
Ilhéos — Porto Seguro — Expedição de Espinosa — Espirito Santo — Os castelhanos socorridos — A Bertioiga — Os jesuitas no planalto — São Paulo — Afinal, no sertão. . . — Fim de Santo André 231
- XII — O Governo de D. Duarte
O báculo e a espada — Trégoas e guerra — A morte do bispo — Índios contra índios — Francêses na Guanabara — Villegaignon 247
- XIII — O bom governo de Mem de Sá
Senhor novo — Piedade e justiça — Começam as aldeias — A repressão do gentio — O Sr. de Boulés — A cidade de S. Sebastião — O fim do sr. de Boulés — Estacio de Sá — Os tamoios coligados — Expedição de 1565 — A primeira cidade de S. Sebastião — A expedição de 1567 — A cidade no seu lugar definitivo — A fortuna do governador 260
- XIV — Pernambuco dos Albuquerque
Os filhos do donatario — O naufragio — Episodio do padre mágico 287
- XV — O governo sertanista de Luiz de Brito
Antonio Salema — Contra os petiguares — Conquista de Sergipe — Em busca das esmeraldas — Rumo do S. Francisco — Os irmãos Souza — Os dous poderes 296

3. GENTE E TRABALHO

- XVI — a) O Índio
 Condições indígenas do Brasil — Populações aborígenes — Tupís da costa — O S. Francisco — Os tapuias — Influência decisiva — Costumes sertanejos... 319
- XVII — b) O Negro
 O problema do braço — A escravidão — Primeiros escravos negros — O engenho em 1571 — Pró e contra — A substituição do índio — Sistema — Influências — Raças 338
- XVIII — O Ciclo do açúcar
 Indústria aristocrática — O engenho primitivo — O engenho definitivo — Economia e regimen. . . 354

4. AUMENTO DA TERRA

- XIX — Quando prevaleceu Espanha
 Adesão da colônia — Venda simbólica do Brasil... 367
- XX — A Conquista da Paraíba
 Manoel Telles — Ainda o Prior — A tentativa de Frutuoso Barbosa — A armada espanhola — Segunda expedição — Abertura do comércio platino — Catastrofe em Sergipe — Feliciano Coelho na Paraíba — A conquista do Rio Grande do Norte 387
- XXI — O governo inquieto de D. Francisco de Souza
 O governador e a Inquisição — Conventos e fredes — A Bahia engrandecida — A bandeira de Gabriel Soares — Ronda de corsários — A miragem do ouro . . . 411
- XXII — O Brasil de 1600
 Pernambuco — Ilhéos — Porto Seguro — Espírito Santo — Rio de Janeiro — Santos — S. Paulo — As minas de D. Francisco — Inimigo novo: Holanda — Paz com os aimorés — Um século de colonização 430
- Índice onomástico 465

EXPLICAÇÃO

JA' é possível a revisão integral da história brasileira.

Recentes, vastas e proficuas pesquisas nos cartulários que escondiam a nossa riqueza arquivística; abundante material esparso; o gosto das confrontações documentais que retificam e remodelam o velho relato romântico; copiosa bibliografia desigualmente distribuída por todas as zonas culturais do país; a influencia dos conceitos sociológicos sobre a arte da descrição do passado nacional — se, de um lado, favoreciam o estudo dos detalhes, a verificação das minúcias e o repúdio das sínteses susceptíveis de erros grossos, do outro depuravam os fatos básicos de sua inverosimilhança, das “mentiras substanciais” a que se arrimaram tantos capítulos da crônica oficial.

Certo, a proseguirmos nessa útil análise muito tempo descurariamos da obra de conjunto que nos restituísse a imagem completa da Pátria — através de sua larga evolução. Força é combinar as duas energias intelectuais que se conciliam nessa literatura de restauração e de recuperação.

Tem o presente livro propósito modesto de objetivar o acôrdo: entre a inquiêta restauração das “fontes”, o balanço desordenado ou a classificação dos papeis que testemunham os grandes momentos do Brasil, e a serena coordenação dêstes.

Ha, antes de tudo, um problema de método. Que proporções teria uma obra assim?

Seja um volume para cada um dos quatro seculos.

E' preferivel o resumo ás vezes estreito, constringindo em áreas escassas períodos longos tão ricos em pormenores saborosos, porém compreensivel, algo didático, principalmente inteligível nas suas linhas nitidas, do que a descosida monotonia das divagações, os painéis secundários e prolixos, o luxo das meias-tintas...

Oferecemos — a experimentar êste programa — o tomo relativo ao seculo XVI. E' o das origens. O seguinte — do seculo XVII — tratará da formação brasileira.

A' exposição do assunto presidiu o pensamento crítico que desenvolvemos nos livros anteriores sobre os tempos idos da nacionalidade: "História da Civilização Brasileira" e "História Social do Brasil".

As notas de pé de pagina e os indices finais alinham os elementos informativos de que nos valem.

I PARTE

CONQUISTA

I

QUANDO A EUROPA NÃO BASTOU

A batalha de Aljubarrota separa em duas épocas a história de Portugal.

Vencendo os vizinhos castelhanos e consolidando a monarquia firmemente nacional, D. João I não foi, como seus antecessôres da casa de Borgonha, um tormentado pelo problema da defêsa da terra pátria, contra terríveis adversários, ora da fé, os arabes, ora da independencia portugûesa, os espanhóes, que lhes não deixaram tempo nem tranquilidade para pensar nos segredos do oceano.

Até o decisivo choque de Aljubarrota Portugal é um reino estreito, aflitamente limitado pelas suas próprias guerras, frequentes e incertas, que bem se simbolizava no fidalgo rural, a cuidar do seu campo sem desamparar a espada, por isso incapaz de rebeldias, inconfidências e motins que, a essa época, caracterizavam a balbúrdia feudal.

Ao raiar o seculo XIV, porém, as mesmas dificuldades do período heróico em que se formára a nação a haviam unificado, antes das demais da Europa, retalhadas pelas rivalidades de classes e poderes, e um principe forte, popular e inteligente dispunha habilmente de um exercíto, de uma pequena esquadra, de um país organizado pelo melhor modêlo dos municípios autônomos, e de uma próspera econômia. Assim possante el-rei D. João, que tinha suficiente juizo para não provocar a outras lutas os de Castela, e demasiada ambição para contentar-se com uma paz mediocre,

reparou nas perspectivas de gloria e nos prêmios da Igreja que havia em façanhas largas e reluzentes, do tipo das cruzadas contra os infiéis.

Amadureceu o plano de arremessar “lanças em Africa”, pondo em Marrócos o pé conquistador. Assim castigaria os inimigos da cristandade, de quem, tantos seculos, receberam agravos e ameaças os lusitanos; não permitiria que Castela se expandisse sem concorrência pelo litoral bérbere, já investido, aqui e alí, por suas naves católicas; e dilataria os horizontes do comércio português, abrindo-lhe, talvez, as portas do outro hemisfério.

Toda guerra feita a mussulmanos era justa e festejada: atirou-se uma elite de cavaleiros portugueses sobre Ceuta, e aí plantou a bandeira das quinas, como em ponto de partida para mais extensas proezas.

Em 1415 abandonou Portugal o amargurado destino de reino angusto que zelava, noite e dia, pelas fronteiras em perigo: e mete-se a penetrar os países remotos.

Ceuta é começo de série. A Africa, parecendo uma represália — contra os mouros odiados — é um trajecto. O essencial foi quebrar o enleio da terra firme. A primeira expedição marítima suscitou a grande aventura: dir-se-ia que a dinastia de Aviz achára o seu aliado verdadeiro, que era o mar alto.

D. João I deu o passo inicial: seus filhos fariam o resto.

Ceuta corresponde a um transbordamento.

As energias portuguesas transferem-se do seu cenário ibérico para o continente do mistério, das dúvidas geográficas, das raças diferentes: alvoroçam-se no itinerario dos descobrimentos que prometiam fortuna fácil, populações catequizadas para o seio da Igreja, prodigiosos lucros espirituais e materiais. Veneza in-

sinuára-se pelo Levante nas regiões clássicas das especiarias. Portugal daria a volta á Africa em demanda da Etiopía onde imperava o piedoso e lendário Preste João.

A tomada da praça moirisca abre um período de navegações e emprêsas, que principia pelo transtôrno das velhas noções da geografia do mundo.

Os cruzados, que, vezes sem conta, na cabotagem morosa tinham escalado em Lisbôa, só queriam a Terra Santa, o fundo do Mediterrâneo, a illustre paizagem bisantina das civilizações extintas e superpóstas.

Menos sonhador, D. João I preferira oferecer combate aos serracenos defronte de Espanha, levando-lhes, ao chão adusto, a réplica portuguesa de várias invasões cruéis. Na apparencia, costeava, como os antecedentes, o litoral conhecido de todos os náutas, desde fenicios e púnicos que por alí edificaram colonias ricas. De fato, tangenciava Marrocos, hesitando, em face do Atlantico, a sua curiosidade imensa. O avanço, terra a-dentro, exigiria nóvas tropas, sacrificios enormes: e o mar azul e tentador? Não podia gastar em ociosas meditações o seu tempo cheio: ninguem mais próprio para fazer delas a razão da vida do que o infante D. Enrique, seu quinto filho.

OS ALTÓS INFANTES

A epopéa de Ceuta pertence ao mesmo espírito de Aljubarrota: é troféo de D. João I. As expedições nauticas, que se lhe seguiram, foram inspiração e sabedoria de D. Enrique, o maior animador de empreendimentos maritimos que houve no seculo XV.

Camões chamou aos filhos do Mestre de Aviz “altos infantes” da “inclita geração”. E foi justo. Não se pôde apartar da influencia que exerceram, no aumen-

to do Estado, a ação benéfica da rainha Felipa de Lancastre, que os educou. Representou ela, em Portugal do reinado florescente de D. João I, o papel de bôa conselheira que ensinasse, igualmente, proveitosas lições de Inglaterra. A aliança anglo-portuguêsa áquella época se manifestava por uma interdependencia commercial que envolvia interesses mais profundos. O mosteiro da Batalha (é um exemplo), o maior monumento do tempo, é de traça inglêsa. E os negociantes, os marinheiros das navegações nórdicas, os descendentes ou continuadores dos vikings, que primeiro percorrem, de leste a oeste, o Atlantico septentrional? Crearam-se por certo os infantes ouvindo histórias de viagens, casos e episódios do mar obscuro. Antes de morrer, Felipa de Lancastre incitou o marido e os filhos a conquistarem Ceuta. E' o seu temperamento saxônico, seguramente fleugmatico e voluntarioso, que vemos reproduzido no perfil moral de D. Enrique, distinto dos irmãos na placidez dos estudos, emquanto a êstes singularizavam virtudes desencontradas.

D. Duarte, que sucedeu ao pae no trôno, foi soldado e escritôr; D. Pedro, o de Alfarrobeira, curioso de tudo, viajante á aventura, guerreiro e homem do mundo; D. Fernando, flôr de santidade, o intrépido rapaz que acabou, martirizado, ás mãos dos mouros; D. João, lidador como os outros, famoso pelos discursos eloquentes. . . Equiparavam-se no bom senso, que, a crêr em Azurara e outros cronistas, fazia deles, sempre que ouvidos em conselho, dialéttas magníficos, e — o que mais assinála a qualidade da instrução que lhes foi ministrada — no amôr da cultura literária. A êste aspecto, D. Duarte se afigurava o mais notável, pelo que escreveu; mas, devéras, á frente ia D. Enrique pelo que assimilou, conheceu e fez. D. Pedro, alcunhado de "sete partidas", pelas viagens em que andou as "sete partidas do mundo" serviu principalmente de élo,

entre D. Enrique, ansioso de novidades científicas, e os centros universitários que visitou. De suas mãos recebeu o Infante de Sagres o livro de Marco Polo, oferecido a D. Pedro pelo Senado de Veneza em 1426. (1).

Não é demais datar dessa ocasião o ideal, que ocupou o melhor da vida pensativa de D. Enrique, de ir procurar as opulentas plagas orientais pelo único roteiro livre dos turcos, senhores das comunicações entre a Europa e a Asia pelo Egito e Constantinopla: através do mar do sul. Colombo guardava como um breviário outro exemplar das Viagens de Marco Polo...

O SONHADOR DE SAGRES

Mais frade do que soldado, grão mestre da Ordem de Cristo, cujo convento-forte de Tomar, outr'ora casa dos templários, habitou muitos anos, oscilou entre os trabalhos de guerra, primeira preocupação de sua mocidade, e a organização das viagens descobridoras a que se entregou afinal de corpo e alma. Passa por ter inspirado ao pae a expedição de Ceuta, onde foi armado cavaleiro. Correu ao socôrro dessa praça em 1418, e, com o mano D. Fernando, sofreu o malôgro de Tanger, em 1437. Não saía a batalhar pelo apetite apenas das emoções da cavalaria, como o irmão D. Pedro: a vocação apostolar, a chama religiosa e o pendôr de chefe de cruzadas constituem o nítido carater político-militar dêsse homem obstinado. Mantem-se solteiro, ou, na frase de Cadamosto, "sempre donzel por causa de sua grande castidade" (2). Convive na côrte, primeiramente: depois se recolhe a Tomar, ou, no período das viagens intensas que provê e arma, se instala

(1) VICTOR CHKLOVSKI, *Le Voyage de Marco Polo*, p. 225, Paris 1938.

(2) *Coleção das notícias para a história e geografia das nações ultramarinas*, Real Academia das Ciências, tomo 2.º, p. 2, Lisboa 1812.

nas suas casas do cabo de S. Vicente, perto de Lagos. Cresce daí a fama de solitário de Sagres. Dá-se inteiro ás tarefas de pensamento e ação. Vive como um religioso, entre penitencias, jejuns e eclesiasticos. Mas o número de seus amigos se amplía extraordinariamente, com os marinheiros de todas as procedencias que atráe ao porto de Lagos, os físicos, os pilôtos, os aventureiros que pódem ser úteis aos empreendimentos que imagina. Os contemporâneos teriam dêle uma impressão desfavorável, algo amedrontada: um excêntrico. De resto, é um estadista. Sacrifica inexoravelmente ao interesse do Estado e de suas navegações os seus afetos, as suas preferencias. Por não largar Ceuta, permite que o Infante Santo morra em Fez. Por não enfraquecer o trôno, desampara o Infante D. Pedro, em briga com o sobrinho Afonso V, deixando que acabasse tristemente no campo de Alfarrobeira. E' frio e metódico como um inglês. Se na biografia de D. Pedro resplandecem as galhardias do pae, cavaleiro entre os mais perfeitos do seculo, na de D. Enrique transparecem raça e espirito de Felipa de Lencastre. "Talent de bien faire", é sua divisa, no francês que vigorava na côrte de Inglaterra. Depois, adóta outro môte, composto de três letras: I. D. A. Com elas formava a palavra, que era vóz de comando: "ida". "Ida"... ás Africas, para tomá-las. "Ida"... ao mar nunca antes navegado, (1) para achar-lhe o extremo. "Ida", como sinônimo — diremos — de movimento, resolução de partir para a "sua" aventura perturbadora das cartas geográficas, vontade de juntar ao mundo conhecido o mundo, bem maior, que se ignorava... No modo ascético de viver repetia o costume dos donzéis-cavaleiros, como outr'ora o Condestabre, que se votavam com pureza á causa sustentada pelo coração e pela espada.

(1) Já o Dante, no *Paraiso*, II, 7: "affronta mari mai navigati prima di lui"... E' o verso em que se inspirou CAMÕES.

Enamorou-se das águas que, remansadas em Lagos, esplêndido ancoradouro de suas galés, estrugiam sob as pedras do seu promontório de S. Vicente, espécie de dedo de Portugal a indicar o caminho da Guiné... O malôgro de Tanger curou-o — imaginámos — do gosto dos combates; passou a ser o empresário dos descobrimentos, seu sonho, sua mania e sua glória.

PREFACIO DA AMERICA

Primeiramente são barcos costeiros, do tipo genovês ou ibérico que aparece na expedição de Ceuta, que envia para o ocidente, onde francêses e castelhanos tinham achado as Canárias. Três anos após a conquista de Ceuta, descobriram as ilhas de Porto Santo e da Madeira. Como se o Atlantico nada de melhor oferecesse naqueles rumos, trata de aperfeiçoar os seus navios e encarreirá-los para o litoral africano, com o duplo proposito de experimentar a terra, hostilizando-a onde houvesse a moirisma, e de emendar os mapas, que abaixo de Marrocos não assinalavam senão conjunturas e palpites.

E' o "périplo africano" que começa.

Surge concomitantemente a caravela portuguesa, como embarcação própria para as viagens demoradas e cheias de surpresas. "Sendo as caravélas de Portugal os melhores navios de vela que andam sobre os mares", testemunha o veneziano Cadamosto, valiam por uma certeza de exito. (1). Adaptara-se á navegação larga o barco tradicional, sem lhe levantar demasiadamente os rebordos, e aparelhado com velas latinas de manêjo rapido (2). Em seguida, mais fortes, bem pre-

(1) *Coleção cit.*, vol. 2.º, p. 3.

(2) NOGUEIRA DE BRITO, *Caravelas, Naus e Galés de Portugal*, Enciclopédia pela Imagem, Livr. Lelo, Porto; QUÉRINO DA FONSECA, *A representação artística das armadas da Índia*, Lisboa, 1933.

gueadas e arqueadas, as caravélas receberiam artilharia, aprovisionamento arrumado nos porões, material náutico em abundancia, até se tornarem o navio ideal para a travessia oceanica, naqueles tempos. A sua superioridade, em comparação com os do Mediterrâneo e do mar do Norte, assim em velocidade como em robustez e segurança, constituiu logo um dos fatores de triunfo para os pilotos lusos. Mas não bastava o lenho; foi preciso formar a geração dos navegadores, mestres que, por sua vez, espalharam a sua experiência por toda a Europa.

Transpôsto o cabo Bojador em 1434, os marinheiros de D. Enrique alcançam o Rio de Oro em 36. Outra tentativa de penetrar a fundo o Atlantico lhe dá o arquipelago dos Açores, em 46, e o proseguimento do "periplo" incorpora ás suas conquistas o Senegal, em 55. A' morte do Infante, em 1460, as suas caravélas chegam á linha equatorial, possivelmente a atravessam, beirando já a Guiné...

Faleceu o inspirador das descobertas sem ter concluido as suas emprêsas: a ligação maritima com o império do Preste João, ou do gran-khan de que fala Marco Polo; a completa revisão da geografia de Ptolomeu. E' certo que a Guiné não lhe bastára. Pensava na India, queria a India... (1). Não importa: deixou indicados os itinerários, abertas as portas, inaugurada a época das viagens sem receio de illusórios obstaculos nem de lendas, que faziam inviolável o oceano. Creou, mais do que o movimento descobridor, a ciência náutica. Sistematizou-a na prática, realizando, concebendo, ajustando: não foi somente o armador dos navios que anexaram a Portugal as suas primeiras

(1) GIL EANNES DE AZURARA, *Cronica do descobrimento e conquista de Guiné*, edição do visconde de Santarem, p. 94, Paris, 1841.

colônias atlânticas; foi também o organizador dos conhecimentos que permitiram as expedições de Gama e Cabral.

Juntou D. Enrique homens experimentados de vários países, notadamente físicos e astrônomos judeus, catalães, malhorquinos, italianos, cujas lições ouviu com avidez. O maior de seus colaboradores chamou-se Jácome de Maiorca, filho de Abraão Cresques, a quem se atribue a famosa carta catalã de 1375. Entre 1420 e 27 serviu ao Infante (1).

Atraiu estrangeiros animosos, como Cadamosto, que descreveu a “prima navegazione per Oceano alla terra de Negri” (2), o genovês Antonio de Nolle (1445), descobridores, em 46, de Cabo Verde... “Sua casa — confirma Azurara — foi um geral acolhimento de todos los bons do reino e muito mais dos estrangeiros...” (3). Esse “muito mais” pôde ser um reparo do panegirista: porque, ao contrário das cautelas que usaria D. João II, D. Enrique se mostrou expansivo e nada misterioso com os forasteiros. Nisto imitava os de Veneza. Tendo as bulas papais reconhecido o domínio português sobre as terras encontradas, e não havendo povo marítimo que lhas pretendesse disputar, ficava apenas de pé a questão da iniciativa para cometimentos mais ousados. Que viessem marinheiros de toda parte! A “escola de Sagres” (isto é, o Infante, e a sua pequena côrte de matematicos, pilôtos, “físicos”, nome que se dava aos especialistas de ciências em geral) estabelecia-lhes condições. Trabalhariam para Portugal, com excelente retribuição, em proporção dos gastos que fizessem. Esses contratos de parceria, ou então a entrada para o serviço de D. Enrique, presunham uma

(1) FONTOURA DA COSTA, *A Marinharia do Descobrimento*, p. 4, Lisboa 1933.

(2) *Coleção etc.*, vol. 2.º, p. XIV.

(3) JAIME CORTEZÃO, in *Historia de Portugal*, v. III, 356.

organização administrativa, que se mostrou engenhosa e capaz, no aproveitamento dos países achados. De um lado iam sendo exploradas as ilhas, onde a cana de açúcar, transplantada da Sicília, em breve compunha uma riqueza agrícola considerável; d'outro lado, era a técnica das navegações que se aprimorava, graças á transformação dos instrumentos e aos calculos que se faziam com êles. Consta que o próprio Infante redigiu um "Secreto de los secretos de la astrologia", e traçou, ou mandou desenhar roteiros, que substituissem os mapas imprestáveis (1). Sob as suas vistas as antigas cartas da navegação estimada se transformaram em cartas de altura ou navegação astronómica (2). Amigo das letras, protegeu a Universidade de Lisbôa (1441): é provável que se tivesse correspondido com os melhores cosmógrafos coetâneos. A bussola, o astrolabio arabe, o sistema de medição da altura do polo pelo sol, da latitude pelas estrêlas, o emprêgo do quadrante, dão ás viagens que promove uma certeza que se não tivera antes.

Ficaria para os físicos da geração seguinte resolver o problema que resultou da passagem da linha do equador, quando no horizonte desapareceu a estrêla do norte, até então o seu ponto de referência.

De fato, não ha saltos nessa evolução científica, que parte da experiência marinheira para os calculos e as táboas que a habilitaram com uma possibilidade nova: a de saber as horas de noite, a de determinar as coordenadas, a de acompanhar a declinação do sol... Zacuto é um continuador de Jácome de Maiorca. Os "judeus das bussolas" (como, nas Baleares, chamavam os físicos hebreus, herdeiros dirêtos da ciência arabe e os seus transmissôres ao mundo cristão) formam uma

(1) CADAMOSTO, *Coleção*, vol. 29, p. 6.

(2) Vd. ANTONIO BARBOSA, *Evolução da cartografia*, in revista *Ocidente*, III, 8, Dezembro de 1938.

cadeia solidária. Unem as matematicas do Islam ás de Sagres, e o pensamento ciêntifico da casa do Infante ao da côrte de D. João II, cujo astrónomo predilêto foi o judeu Vizinho, discípulo e tradutor de Abraão Zacuto, o sábio calculista de Salamanca.

D. Enrique podia morrer contente de si e de sua obra.

Mas o sobrinho, D. Afonso V, não nascêra para meditar em viagens problemáticas: o seu ideal estava em Tanger, a sua alma retratava a ânsia africanista dos "inclitos infantes" na primeira fâse de sua história, quando se sentiam tallados para acabar com os mouros, em nome da cruz. As navegações não se interrompem de todo; porém decaem, ou se dilatam, á espera de melhores auras. Mal pôde o reino com as guerras em que o mete el-rei. A expedição de Pedro de Cintra, ao longo da costa d'África, é a mais importante do período, ressoante d'outros feitos: as conquistas de Arzila e Tanger (1471). Nêste mesmo ano, João de Santarem e Pedro de Escobar descobrem a costa da Mina e ultrapassam a "linha". Em 1481, — no trôno D. João II, — o espírito do Infante Navegador domina os negócios do Estado.

ACERTOS E ERROS DE D. JOÃO 2.º

O segundo João tinha do primeiro, fundador da dinastia, a resolução energica: mas as suas vistas largas alcançavam um panorama de ampliação nacional, de grandeza monarquica, que o Mestre de Aviz não pôdêra prevêr. Se êste fôra, típico, um cavaleiro da Idade Média, o bisneto é com certeza um príncipe da Renascença. Compreende o Infante e a sua obstinação. Apaixona-se pela solução dos problemas indicados pelo tio-avô; menos religioso do que êle, é entretanto mais

financista ; está na época em que se fazem guerras atrosas pelo comércio e monopólio das *especiarias* ; e discerne o interesse português, na luta que naturalmente se esboça, entre o Mediterrâneo veneziano (bloqueado pelos turcos a partir de 1453) e o Atlantico, que as caravélas vão perlustrando, sempre para o sul. A Africa pela Africa não o satisfaz. Quer a Africa pela India, isto é, pelos países das *especiarias*, de relações mais ou menos obstruídas com a Europa depois da expansão otomana. Dispõe-se a lá chegar dobrando a Africa, na hipotese de se ligarem o Atlantico e o Indico. Para tanto cumpre explorar a costa sem se deter em colonizações precárias, porém num constante avanço ; e enviar por terra, através das populações mussulmanas, espiões que esclarecessem a geografia do lado oposto, desde Calicut e golfo persico, até os domínios do Preste João e a costa oriental da Africa, se essa costa oriental não fosse a mesma India, ou a China memorada por Marco Polo. Os espias acenderiam, no fundo daquele mistério, um farol : seriam os olhos das futuras esquadras. Se houvesse passagem, do Atlantico para o Indico, Portugal venceria Veneza e iria abastecer, com as *especiarias* persas e indús, as caravelas que não tinham conseguido pagar os dispêndios do Infante D. Enrique.

D. João II era político sagaz e não divinatório. Anteviu a comunicação do Atlantico com o Indico mas não adivinhou Cristovão Colombo.

Duvidou das fantasias do genovês, que andava a prometer mundos novos a quem lhe desse navios, e deixou que a unidade da concepção de D. Enrique se desvanecesse, no dia em que partiram de Palos as caravelas de Isabel e Fernando.

Depois de Aljubarrota, D. João I podia pensar em Ceuta. Depois de Granada, Fernando de Aragão podia pensar no oceano. Colombo é um discípulo obs-

curo ou desaproveitado dos portuguezes : (1) inclúe-se na turma de estrangeiros que tiveram por escola os estaleiros de Lagos, o périplo africano ou as noticias de marinharia de Porto Santo, dos Açores, de Lisbôa, como Martim Behaim.

A sua teimosia em procurar o mesmo caminho da India, não pela cabotagem d'África, mas de longada pelo Atlantico, é genial : mas resulta dum erro alheio.

O responsável científico da ilusão de Colombo foi Paolo Toscanelli, o reformador da fisica, que, em Florença, se convertêra em profêta e mago dos descobrimentos.

Em 1474 — realmente — fôra D. João, principe herdeiro, investido na administração dos negócios marítimos do reino, e um conego Fernão Martins, seu familiar, consultou o sábio florentino sobre o mais próximo percurso para a India. Atribúe-se a Colombo ter também escrito a Toscanelli, que lhe respondeu (e a carta foi publicada pelo filho do almirante, Fernando Colombo) reproduzindo o que mandára dizer ao portuguez : devia-se abandonar o caminho, mais comprido, ao longo da Africa, e rumar para o ocidente, até Cipango (Japão), que ficava muito mais perto do que imaginavam os homens do mar. Juntaria á epistola um mapa quadriculado, fixando a posição de Cipango em sitio onde se achariam as Antilhas (nome que Toscanelli dá á fabulosa ilha das "sete cidades"). Na sua medida, que fazia bem menor a esfêra, uma distância apenas de quinhentas léguas separava aquela ponta da Asia da zona de navegação ibérica. Reputava portanto fácil e indispensável a travessia do Atlantico em

(1) Vd. JAIME CORTESÃO, *A viagem de Diogo de Teive e Pero Vasquez de la Frontera ao Banco da Terra Nova em 1452*, p. 10, Lisbôa 1933. Teive e Vasquez informaram a Colombo sobre a terra que se acharia navegando para o ocidente. — Na sua viagem á Mina se familiarizara com os processos nauticos dos portuguezes, JEAN H. MARIÉJOL, *L'Espagne sous Ferdinand et Isabelle*, p. 93, Paris 1892.

demanda dos países das *especiarias*, sem a demorada circumnavegação da Africa, cujas minúcias, ou impossibilidades, fugiam á sua concepção de cosmografo.

Até aí, o consêlho do físico.

D. João — é de crêr — não o rejeitou sem motivo. Mandaria clandestinamente percorrer aquelas quinhentas legoas maritimas por vários pilôtos, que efetivamente encontraram terra firme: seriam os Côrte-reais, descobridôres da terra do Labrador, e outros nautas discrêtos e peritos, cujas viagens ficaram em segredo e constituíram, em todo caso, uma decepção. A Asia dos impérios velhos não estava na latitude das Antilhas. Era preferivel continuar o rei a vistoriar a sua costa africana, enquanto homens de confiança, judeus poliglôtas, capazes de iludir os arabes, lhe indicariam a verdadeira saída do Indico para o Atlantico. Essa opinião foi a mais certa, afirmava Duarte Pacheco... (1). Entram no âmbito dêsse programa a construção do castelo de S. Jorge da Mina, primeiro forte levantado em país de negros, as viagens de Diogo Cão, que plantou padrões de posse com as armas reais, sujeitando o vasto litoral descoberto á soberania portuguesa, a empresa de Bartolomeu Dias, que avistou afinal o extremo d'África, e a expedição de Afonso de Paiva e Pero de Covilhã ás regiões orientais do Preste João.

A ciência náutica desenvolvia-se paralelamente ás ambições da casa de Aviz.

Passada a linha equatorial, cuidou-se de obter a latitude geografica com a altura do sol, de que já tratára o "Livro del saber" de Afonso X. E' de 1485. — julga-se — a applicação dêsse processo, quando, em Lisbôa, três matematicos aconselham D. João II — José Vizinho e mestre Rodrigo, ambos hebreus, e o salamantino D. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, preceptor

(1) *Esmeraldo de situ orbis*, liv. 3.º, cap. IV.

do príncipe, que seria D. João III, e depois bispo de Vizeu. Precede á viagem que descobriu o cabo da Bôa Esperança (1486-67) a de Vizinho, até a Guiné, de que falou João de Barros: "acharam (Vizinho, mestre Rodrigo e Martim da Boêmia, ou Behaim, aliás méro companheiro daqueles, injustamente considerado, em Nuremberg, autor dos cálculos) acharam esta maneira de navegar pela altura do sol, e que fizeram suas taboadas para declinação dêle, como se ora usa entre os navegantes..." (1). José Vizinho não as inventou. Abraão Zacuto fizera, em 1479, o seu "Almanach Perpetuum" (traduzido em espanhol em 1481 e em latim, por Vizinho, em 1496) contendo a táboa de declinação solar, comprovada, ou conferida, pelos físicos de D. João II na viagem científica que permitiu completar de golpe os descobrimentos na direção do Antartico (2). Ao mesmo tempo saíram de Lisbôa os dous espias. Não voltaram; mas, no Egito, Pero de Covilhã avisou a Abraão da Beja, terceiro *emissário* de D. João II, que andára pela costa oriental da Africa até Sofala, e pudéra informar-se da comunicação que ha entre o Atlantico e o Indico, devendo as naves que a tentassem passar por aquele porto e pela ilha da Lua (Madagascar). Abraão de Beja deu ao rei o recado ansiosamente esperado. Abriu os olhos a D. João II. Uma vez que não era impraticável a passagem de um para outro oceano, e que, continuando a navegar ao comprido da costa oriental se atingiria o golfo persico, o triunfo português estava assegurado. As *especiarias* pertenceriam a Portugal. O Atlantico substituiria definitivamente o Mediterrâneo.

(1) BARROS, *Decada*, I, livr. IV, cap. II.

(2) Vd. LUCIANO PEREIRA DA SILVA, *A Arte de Navegar*, e ANTONIO BARBOSA, *O Almanach Perpetuum*, Coimbra 1928. Silvio Piccolomini, depois Pio II na *História rerum ubique gestarum*, refere-se á viagem de Vizinho, cf. ANTONIO BARBOSA, in *Petrus Nonius*, fasc. I, p. 23, Lisbôa 1937. JOAQUIM BENSUAUDE teve a gloria de refutar a lenda alemã ácerca da ciência de Martim Behaim, com o seu livro publicado em Berne, em 1912. — Um exemplar da edição veneziana de Zacuto, 1502, MAGGS BROS, *Bibl. Amer.* parte IV (1925).

Bartolomeu Dias arrasou a geografia ptolomaica lobrigrando o finisterra africano; Vasco da Gama desviaria para Lisbôa a corrente comercial que enriquecêra, nos seculos anteriores, a Italia.

E Colombo?

Nessa altura de acontecimentos, não interessava ao rei de Portugal a procura da India pelo poente. Não trocava a certeza, que acabava de ter com o aviso de Pero de Covilhã e o descobrimento de Bartolomeu Dias pela dúvida, levantada por um visionário, a quem os seus matemáticos não compreendêram.

D. João II não desprezava o Atlantico occidental: tanto que, em 1484, expedira Fernão Rodrigues de Arco á descoberta duma ilha, que se ignora qual fosse, e, em 86, autorizára novamente João Afonso do Estreito e Fernão Dulmo a procurar a “das sete cidades”... Mas só percebeu o erro, de não ter entendido a fala exaltada e mística do genovês, quando êste, de volta das *Indias* que pensára ter achado, “insulis Indie supra Gangem” (1), aportou a Lisbôa com os troféos de sua formidavel aventura.

Não era sòmente o “novo mundo”, que lhe escapava: mas a intromissão de Espanha nas largas navegações, que d’ora por diante teria de tolerar, obrigado a dividir com ela os climas exóticos, daquele “mar oceano” que quizêra todo para si.

O MERIDIANO DIPLOMATICO

Restava a Santa Sé, que dirimia os conflitos entre os governos católicos e, até aí, mediante “bulas” em clara linguagem, reconhecera a propriedade portugêsa

(1) *Epistola Christofori Colon*, etc., Rome, STEPHEN PLANCK, 1493. É importante notar que ainda em 1533 se julgava (SCHONER, *Opusculum geographicum*, Nuremberg) que a cidade mexicana de Temistitan fosse a chinêza Luinsai, de Marco Polo...

sobre as terras, ignoradas dos antigos, que as caravelas iam descobrindo. Houvéra, porém, sucessão de papas, e desta vez em prejuizo grave da política de Lisbôa. A Innocencio VIII, genovês, sucedêra o valenciano Alexandre VI Borgia (11 de Agosto de 1492). Consta que com o primeiro ouro levado da America por Colombo mandou êle doirar os tectos da igreja de Santa Maria Maggiori... Recebeu, pressuroso, o pedido de Fernando e Isabel, para outorgar-lhes o direito sobre os paizes recém-achados, e nêste sentido expediu — em 3 de Maio de 93 — a bula “Inter caetera”, que, por ser considerada confusa, foi, com data de 4 de Maio, mas realmente em Junho, substituida por outra com as mesmas palavras iniciais. Na primeira, « a concessão era nos mesmos termos dás que se tinham passado em favor de Portugal”. (1). O Sumo Pontifice determinava, na segunda bula, que ficariam dêste as ilhas até cem legoas adiante dos Açores e Cabo Verde, e o resto com os espanhóes...

D. João II viu que o ambiente romano não lhe seria propício e tratou diretamente com Fernando e Isabel, mandando-lhes uma embaixada de peritos — Pero Dias, Rui de Pina, Duarte Pacheco Pereira — com o fito de convencionar mais razoavel partilha. Propunha que, em vez do meridiano, se tomasse o paralelo para divisória entre os “descobertos” de ambas as bandeiras, de maneira a se contentarem os espanhóes com o hemisferio norte, enquanto os portugêses continuariam donos do sul. Tal demarcação sorria aos cosmografos da escola de Lagos: pelo sul se ia para o Indico, costean-do a Africa, e para a Etiopia pelo ocidente, na hipotese — que a viagem de Colombo confirmára inteiramente — de serem exequiveis as indicações de Toscanelli.

(1) J. P. CALOGERAS, *A Política Exterior do Imperio*, I, 39, Rio 1927. e JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, *Fronteiras do Brasil no regimen Colonial*, ps. 25-32, Rio 1939.

Em Castela, porem, o corte do Atlantico pelo equador pareceu um lôgro. Sustentava-se lá que a Antilha vista pelo almirante ficava a 630 legoas de Cabo Verde, portanto muito fóra da zona apropriada pelos portugêses. Surgiu dêsse debate a idéa intermediária, mais protelatoria do que definitiva, de substituir-se o limite da bula, 100 legoas, por um que fosse quasi a metade da distância alegada. Firmou-se a acomodação em torno de 370 legoas daquele arquipelago.

Em Tordesilhas, a 7 de Junho de 1494, foi o Tratado subscrito sob amáveis auspícios.

O meridiano convencional (nunca devéras determinado em virtude de meúdas e múltiplas divergencias, quanto á contagem dos grãos, á ilha que seria ponto de partida, á applicação da linha abstrata na geografia sul-americana) passou a ser a fronteira ocidental entre as colonias dos dous reis vizinhos. Até 1750 êsse acôrdo que antecedeu ao descobrimento do Brasil foi um motivo de polêmica, uma presunção jurídica, um obstáculo político, uma berreira imaginaria. Nao correspondia a nenhum informe sério e exato : conchavo de diplomatas que fizeram cálculos errados, símbolo da imprecisão dos conhecimentos matemáticos de 1494, projetou comtudo a sua sombra sobre dous seculos e meio de história do Novo Mundo.

A GRANDE EMPRESA

Não era demarcação, porém partilha.

As caravelas de D. João II navegariam aquem da linha "contratual", onde todos os descobertos seriam do feliz monarca ; e os d'além seriam de Fernando e Isabel.

Esse convênio tinha de ser precipitado, nebuloso e provisório, tanto para evitar a guerra entre as duas

corôas, como para deixar de mãos livres o rei de Portugal para continuar a tarefa que se interrompera com a descoberta do Cabo das Tormentas.

E' o grande momento da história da península.

O "Príncipe Perfeito" teve o merito de não se desviar da róta predeterminada.

Internamente, conclúe a obra política do fundador da dinastia, abatendo os adversarios do trôno: não permite que a nobreza seja mais forte que êle. Impetuoso, impulsivo, vingativo, não recuára ante os castigos espantosos. Mandára degolar o duque de Bragança; friamente apunhalou o cunhado, o duque de Vizeu, irmão da rainha D. Leonor e de D. Manuel, o que foi rei depois dele; espalhou, algum tempo, o terror de sua justiça. Assim temido, podia realizar irresistivelmente os seus projetos. Harmonizando-se com Espanha, reservava os recursos nacionais para um empreendimento caro e definitivo: dispunha para êle da ciência astronomica de José Vizinho, do roteiro de Bartolomeu Dias, das indicações de Pero de Covilhã.

O capitão para o alto feito estava naturalmente escolhido: Vasco da Gama.

☞ Alexandre da Macedonia atingira a India através da Persia; o rei de Portugal ia alcançá-la transpondo a ponta terminal da Africa.

Planejada a expedição, iniciados os preparativos, seguro do bom successo, não quiz o destino que D. João II o visse consumado. Faleceu em 25 de Outubro de 1495. O filho único, o principe D. Afonso, morrerá-lhe num acidente, em 1491. Coube a corôa pois, a seu primo, filho do infante D. Fernando, D. Manuel, irmão da rainha e do duque assassinado. Apelidado pelos crônistas de "Venturoso", se não foi iluminado como o predecessor, melhor do que êle utilizou as vantagens dos descobrimentos.

Amou o luxo, a gloria, o esplendor das artes, as vaidades cortezãs a que os príncipes italianos iam habituando a Europa de 1500. Deixou de lado a tradição de dura sobriedade dos reis cavaleiros, para ser magnifico. Parecendo megalômano, aliou á ostentação, de rico monarca amigo do comércio, como um duque da família de Medici, o gosto do exotismo, o orgulho de ter por súditos os mais extranhos póvos e por troféos os animais raros, os tesouros orientais, negros e indios, que fariam o ornamento d'um "triumfo" romano ao tempo de Augustus e Trajano.

Emquanto os anteriores príncipes de Portugal procuraram equilibrar a sorte marítima do Estado com as suas tradições agrícolas, D. Manuel, a quem a fortuna sorriu, quiz ser inteiramente o senhor da "navegação e comércio da Etiopia"... O seu reinado é de colonialista exímio.

D. Enrique, para observar o Atlantico, refugiára-se no promontório de Sagres : D. Manuel, para acentuar o caráter nautico do seu seculo, construiria, quasi dentro do Tejo, a Torre de Belém e, pouco depois, para comemorar a epopéa indiana, á beira do rio, no sitio d'onde partiam as náos, o convento dos Jerónimos e a igreja de Santa Maria, replica ao mosteiro da Batalha como intenção histórica e arte monumental. Vê com largueza, dispõe de pingues rendas, mobiliza famosos marinheiros, já tão numerosos em Portugal que emigram muitos, e vão transmitir a outros núcleos de navegação, sobretudo á Castela, os últimos conhecimentos portugueses.

D. João II preparou a expedição do Gama : D. Manuel I teve a dita de enviá-la ao descobrimento do caminho oceanico da India. Com aquele terminou o seculo XV : da intuição do mar ; com o outro começou o seculo XVI : da dominação pelo mar.

1498 é uma data que põe no ciclo mediterrâneo, ou adriático, o seu fêcho, abrindo a éra da civilização ultramarina.

Em Lisbôa tinha-se plena consciencia disto.

As caravelas não se moviam no escuro : obedeciam a uma política sem descontinuidades. Melhor testemunho dessa clarividencia é, sem duvida, o do proprio embaixador portuguez que, em 1493, apresentou ao novo papa, Alexandre VI Borgia, a homenagem do seu soberano. Esse discurso é impressionante pela nitidez da crítica histórica que o caracteriza. Por certo as bulas de 3 e 4 de Maio de 1493, dando a Castela o “novo orbe” mostravam a parcialidade do pontifice, que era espanhol. Por isso mesmo apressára o entendimento, de que resultou o tratado de Tordesilhas : e mandou D. Fernando de Almeida, bispo de Ceuta, dizer a Alexandre VI que o seu rei ampliára o genero humano (“ampliasse hominem genus...”) (1).

Os estaleiros portuguezes não produziram navios mais solidos que os do Gama.

Nessa viagem (ao contrário da improvisada expedição de Colombo) tudo foi previsto e provido. Entre 1492 e 97 o illustre Abraão Zacuto é o assessor matematico do governo, o mestre dos pilotos. Conta Gaspar Corrêa que êle instruiu Vasco da Gama ácerca dos calculos da marinharia. Nada se deixou ao acaso. As quatro náos são equipadas pela melhor gente e levam em tresdôbro o material preciso, além de artilharia capaz de amedrontar, no Indico, as nações barbaras. Partem a 8 de Julho de 97. Dobram o cabo, acompanham os sinais da costa oriental, aprôam para Moçambique, chegam a Mombaça e, na povoação de Melinde, um piloto arabe, pratico da navegação daquelas águas, con-

(1) A. FONTOURA DA COSTA, *A's Portas da Índia*, em 1484, p. 38, Lisbôa 1936.

sente em mostrar-lhes a direção de Calicut, no Indostão. Esse piloto, Ahmed bin-Madjid, é o providencial intermediário entre duas civilizações, que sòmente agora se defrontavam: a malaia-índica, dos mares bem conhecidos dos navegantes asiaticos, e a européa, que, pela primeira vez, se desprendêra de suas latitudes occidentais (1). Daí por d'avante foi como uma novéla de Mil e uma noites. A fantasia moirisca poderia colorir as impressões dos tripulantes portugêses ao chegarem á terra da especiaria, aos portos dominados pelos templos e palacios maravilhosos, onde os mercadôres levantinos vendiam os seus estôfos, os seus perfumes e as suas pedrarias numa confusão de feira de Marco Polo — entre bramânes magros, serracenos cúpidos, principes cobertos de joias, marinheiros tartaros ou chinêses, judeus traficantes, escravos polinésios e escultôres em marfim. Vasco da Gama ligou Portugal aos antípodas. Desbancou Veneza do mercado da pimenta e do cravo, da noz muscada e das preciosidades do oriente. Meteu a mão avára da Europa naqueles tesouros até ha pouco lendários e inacreditáveis.

Mas D. João II acertára, escolhendo tão bom capitão. Impoz aos “índios” com ameaças e razões, com a sua artilharia e com a sua arrogancia, a soberania do rei de Portugal. E voltou com os navios carregados. Carregados de especiarias que valiam muito, e os homens de noticias e alvíçaras, que valiam mais. Em 9 de Agosto de 1499 entrou o Tejo o navio de Vasco da Gama. Já Nicoláo Coelho, que lhe saíra á frente (retardára-se nos Açores, para cuidar da saúde do irmão, Paulo da Gama, que aí mesmo faleceu) chegára á Lisboa em 10 de Julho, com a grande nova. Festas esplendidas, na corte e nas provincias, celebraram o des-

(1) Vd. General sir PERCY SYKER, *A la recherche du Cathay*, trad. de R. Godet, p. 208, Paris 1938

cobrimto. D. Manuel encomendou a seus arquitetos a tôrre de alva pedra que devia assinalar, em Belém, o ponto de partida dos abençoados barcos. Deu graças a Deus e tratou de mandar logo, não quatro velas, porém uma esquadra poderosa, prender a Portugal os "samorins" e "rajás" indianos pelo laço de tratados de comércio e alianças, que excluíssem quaisquer concorrentes estrangeiros. Que viéssem as especiarias!

O seculo XVI principiava sob auspícios extravagantes.

Seculo português.

Lisbôa transformava-se em centro dos negocios d'alem-mar. Os banqueiros alemães, com os Fugger á frente, os comerciantes italianos, os agentes judeus das grandes casas que especulavam em especiarias, afluíram á côrte de D. Manuel, que emerge dessa agitação como um magnate do Renascimento, a exemplo daquele Agostino Chigi, tesoureiro de Leão X, que dividia o seu tempo entre o monopólio das farinhas e os assuntos de arte... Ele é o administrador ativo da economia nacional: e achando insufficiente a linda tôrre de Belem, planeja a sua catedral — os Jerónimos...

A frota do Gama descobrira o itinerario das especiarias. Não bastava. Era forçoso reconhecer a Asia do mar Rôxo até a extrema da Cataí de Marco Polo — a velha China. Apressa o aparelhamento da armada. Chama excelentes pilôtos. Vários da expedição anterior são aproveitados nest'outra que, ao objetivo mercantil, acrescentava — bem mais importante — o propósito político, de estender a dominação lusa áqueles países: Bartolomeu Dias, Nicoláo Coêlho não podem ser dispensados. O fisico João, seu astrologo á maneira do tempo (1), em cuja ciência el-rei cõnfia, como D. João

(1) Vd. Visconde de Santarem, *Cronica*, de Azurara, cit.

II confiára na de José Vizinho e D. Enrique na de Jaime de Maiorca — ha de ser o consultor do capitão-mór da esquadra. E éste? D. Manuel separava as funções. Para a parte nautica, tinha os seus capitães incomparáveis. Para a parte militar e diplomatica encontrou um fidalgo que se desempenharia dignamente, apezar de nunca ter viajado nem, devéras, apparecido em façanhas memoráveis: Pedr'Alvares Cabral.

Quando saíu o Gama da praia de Belem, podia o "Venturoso" estar certo de que lhe daria a comunicação maritima do oriente.

Saberia que a expedição de Pedr'Alvares, além de confirmar o dito império, o galardoaria com meia America — na terra do Brasil até aí não revelada?

A estrêla de D. Manuel era-lhe excessivamente favorável. Lograva tudo o que emprendia. Portugal, que começára o seculo XV como um pequeno reino resurrecto, entrava o seculo XVI como uma potencia de primeira grandeza. "O mar oceano" deixava gradualmente de ter mistérios para êle. Os acontecimentos mais extraordinários pareciam agora — depois da viagem de Vasco da Gama — naturais e razoaveis.

II

A TERRA NOVA

CABRAL

O homem chamado por D. Manuel para capitão-mór da armada de 1500 pertencia á melhor gente da Beira.

Nascera em 1467 (ou 68) Pedr'Alvares Cabral, filho de Fernão Cabral, "dos galantes espêlho", como se vê do Cancioneiro de Resende (1), um dos governadores daquelas terras, e da rica senhora D. Isabel Gouveia, também de bôa cêpa portugêsa. O avô, Fernão d'Alvares Cabral, veador do Infante D. Enrique, duas vezes o acompanhára á Africa, onde morreu com heroismo, no cerco de Tanger. O pae andára nas guerras contra mouros e castelhanos em companhia de Afonso V, cujo sucessor, D. João II, deu serviço na côrte a alguns dos seus dez filhos. Pedr'Alvares obteve uma tença (que lhe confirmou D. Manuel, em 1498), o fôro de fidalgo do consêlho de Sua Alteza e o hábito de Cristo. Lutára em Marrocos? Embarcára com algum piloto da escola de José Vizinho?

Ignoramos os pormenores da biografia do fidalgo beirão, que herdou a Fernão Cabral os senhorios de Azurara e Belmonte e, ao tomar a chefia da esquadra que ia partir para a Índia, ainda não se casára com D. Isabel de Castro, a illustre esposa que lhe deu Afonso de

(1) *Cancioneiro geral de Garcia de Rezende*, I, 189, Coimbra 1910.

Albuquerque, tio dela. Propensão para as lides do mar havia de ter, e mostrou, por estar isto no espírito da época, entre os cavaleiros de Portugal, que nada de mais glorioso viam então, e na sua honrada tradição familiar. Seus tios se aliaram ás famílias de Gonçalo Velho e Gonçalves Zarco. Era neto de um companheiro do animador dos descobrimentos, cuja epopéa africana, e mais a fidelidade anterior, de Fernão Cabral ao Mestre de Aviz, déram fortuna e honra aos descendentes. Apesar de sua mocidade — aos 32 anos — inspirava respeito o seu caráter, e prometia altos feitos a sua vocação de servidor do Estado.

O “Venturoso” não o comissionaria para tal viagem se não revelasse qualidades excepcionais, de energia, lealdade, tino e capacidade de direção. Essas virtudes transparecem na crônica da expedição, acrescentadas de prudencia, luzimento (sabia ostentar o luxo de um embaixador de rei poderoso) e prontidão de atitudes. Ha, porém, comprovação mais incisiva: é a carta do grande Albuquerque, de 1514, em que faz o seu elogio, como de homem digno, pundonoroso e merecedor de encargos de maior responsabilidade.

A amizade de Albuquerque possivelmente é posterior á travessia de 1500: quando, não tendo querido Cabral figurar na terceira armada da India (comandada segunda vez pelo Gama), propiciou o seu casamento com a sobrinha D. Isabel, irmã de Garcia de Noronha, o que foi vice-rei famoso. Conservava-se solteiro á data da viagem que o fez celebre. Até 1500, a vida de Cabral foi obscura, e assim tornou a ser após o regresso, e a despeito do exito de sua missão. Obscura para a história, que se ocupa dos personagens de primeira plana: mas decerto cômoda, mesmo brilhante, a considerar-se a naturalidade com que representou, durante a viagem, o seu papel de grão-senhor, emissário do monarca da “navegação e comércio”. O piloto da relação

anônima, que lha narrou, fala do seu trato gentil “como podia convir a um Príncipe”; e João de Barros positiva: “homem de muitos primôres ácerca de pontos de honra...” Podia ser, com essa perfeição, um diplomata hábil: D. Manuel lhe confiou mais que um negocio de chancelaria — a fundação, em bases políticas, do seu império do país das especiarias.

OS BRAZÕES DA ARMADA

O cargo de capitão-mór era mais militar do que diplomatico: e nada tinha que vêr com a navegação, de que se incumbiam os pilôtos e mestres, práticos em marear, sob a inspeção do físico que entendia, melhor que todos, dos cálculos astronômicos. Exatamente para que a armada de 1500 fosse tão afortunada quanto a de 1498, reunira nela el-rei a fina flôr dos seus nautas da linha d’Africa e vários fidalgos de “brazão conhecido”. Ia defrontar o ignoto nas paragens do Indico: a paz ou a guerra. Devia ser forte e bem conduzida. Foi preparada com cuidado e magnificencia: não mais, como a de Vasco da Gama, para descobrir, porém — diretamente — para aliciar ou intimidar o “samorim” de Calicut, nos seus Estados opulentos.

Eram os capitães das treze náos:

Sancho de Tovar, segunda pessoa da esquadra, como substituto do capitão-mór, castelhano que tomára o partido de Afonso V contra Fernando e Isabel, por isso condenado á morte no seu país e favorecido em Portugal, cortezão e cavaleiro destemido.

Simão de Miranda, (1), genro de Aires Correia, que ia na armada como feitor geral para a India, na categoria de governador econômico da conquista.

(1) Sancho de Tovar e Simão de Miranda figuram no *Cancioneiro de Garcia de Rezende*, IV, 78, 95, 144, etc., Coimbra 1910.

O fidalgo Aires Gomes da Silva, da melhor pro-sápia, aparentando com várias pessoas influentes na côrte.

Nicoláo Coelho, capitão d'uma náo da frota de Vasco da Gama, exatamente o que se antecipou ao almirante para dar a el-rei noticia do descobrimento, piloto experimentado, um dos mais famosos do tempo.

Bartolomeu Dias, precursor do Gama e, desta vez, empenhado em concluir a viagem que se lhe interrompera, em 1486, no cabo das Tormentas — o que não conseguiu, como se dirá. Fiscalizára a construção dos navios de Vasco da Gama — sinal de sua pericia nas cousas da marinharia e o acompanhou, em 1498, até a Mina. Poucos nautas dêsse período teriam o seu tirocínio de navegador.

Diogo Dias, irmão daquele, também velho marreante, escrivão do Gama a bordo de sua náo "S. Gabriel", do grupo dos primeiros portugueses que desembarcaram em Calicut — e que terá a gloria de ser o primeiro a navegar no mar Vermelho.

O fidalgo Simão de Pina, Pero de Ataíde, Vasco de Ataíde, o cavaleiro Nuno Leitão da Cunha, Luiz Pires, Gaspar de Lemos, capitão do navio de mantimentos que seguia a esquadra — completam a lista dos comandantes.

Como pessoas principais, iam o feitor geral Aires Correia, Duarte Pacheco (homônimo do autor do "Esmeraldo de situ orbe", e não êle, como até ha pouco se acreditava), os nobres Vasco da Silveira e João de Sá, oito frades e oito clérigos, sendo superior dos primeiros o franciscano frei Enrique de Coimbra, funcionários, como o escrivão-mór Pero Vaz de Caminha, que tinha sido vereador da Camara do Porto, (1), dono de um

(1) A. de Magalhães Basto, *O Porto e a Era dos Descobrimetos*, p. 42 Berceles 1932.

invejável estilo epistolar, que bem lhe abonava a cultura, o físico-mór e cirurgião del-rei (isto é, seu medico e astrológo, seu conselheiro e matemático) mestre João, estrangeiro, que escrevia em espanhol...

O FÍSICO JOÃO

Essa figura, de indeciso relêvo histórico, do físico-mór, agiganta-se a nossos olhos. Era, sem nenhuma dúvida, o consultor científico da viagem, o homem que tomava as alturas, que advertia os capitães, e arbitrava — em razão dos seus cálculos — os rumos no oceano, abaixo da linha que já não deixava vêr a estrêla do norte.

O mestre João pode ser lembrado graças á carta — em espanhol, que escreveu, ao mesmo tempo que Pero Vaz de Caminha, noticiando a chegada ao Brasil, e a uma tradução, cujo manuscrito está na Bibliotéca da Ajuda, da “Geografia” de Pomponio Méla. Da circunstância de comunicar-se naquela língua com el-rei, se deduziu que era castelhano. Qual a importância de sua colaboração para a derrota da armada, é o que se ignorava. Restavam suposições apenas. A excursão astronómica de Vizinho á Guiné, ficára como tipo dessas experiências científicas, feitas no decurso das travessias portuguesas. O físico-mór podia ser um “observador”, como o judeu que traduziu Zacuto... Agora sabemos que desempenhou função primordial na viagem de Pedr’Alvares, e que o esclarecimento dêste problema implicou na simplificação (pensamos) duma velha polémica de historiadores, á roda da casualidade ou da intencionalidade do descobrimento do Brasil.

Mas não antecipemos o arrolamento dos sucessos.

Expediu D. Manuel instruções minuciosas, nas quais se combinavam os avisos do Gama, a prudencia

do governo, as vózes do seu interêsse comercial e o planejamento de sua política ultramarina.

Como Abraão Zacuto aconselhára Vasco da Gama, êste aconselhou a Cabral: tanto a maneira de conduzir-se com os indianos e mais póvos orientais como a arte de dirigir as suas próprias tripulações, o sistêma de navegar, os processos de econômia e disciplina, a que se devia a bôa ordem dos navios, fóra os assuntos nauticos, melhor conversados com o “cirurgião de Sua Alteza” e os pilôtos, tais o regimen dos ventos, as zonas de calmaria, roteiros e cautêlas, que representavam a experiência dura e heróica da viagem passada.

Das instruções só se acharam fragmentos, que nenhuma referencia contém á terra firme do ocidente, e á necessidade de afastar-se Cabral da costa d’Africa tantos grãos que a ela chegasse. Em fórmula de “regimento”, dispõem sobre a vida de bordo, relações do capitão-mór com os príncipes do oriente, caráter político de sua missão (“... sois nosso capitão e principalmente por nós enviado...”, não mercador ou aventureiro) e força temperada de afabilidade, que devia prestigiá-la. Silêncio sobre o itinerário, que é o que mais nos interessa.

DO RESTELO...

Precedeu ao embarque um cerimonial demasiadamente aparatoso para ser apenas despedida de uma frota. Com certeza D. Manuel queria, “urbe et orbe”, fazer conhecido o seu aprêsto para concluir a conquista das terras das especiarias, que, dest’arte, mercadores de toda Europa iriam carregar em Lisbôa. Tal intuito de divulgação e anúncio está no “Regimento” de Cabral: quando determina “o alardo da partida”.

Lisbôa, áquele tempo, seria uma vasta hospedaria de negociantes do Mediterrâneo e do mar do Norte, de

agentes dos banqueiros flamengos, alemães e florentinos, de espões e representantes diplomaticos (o que dava no mesmo) de Veneza, França, Inglaterra e Espanha.

D. Manuel quiz que soubessem largamente o que mandára Cabral fazer no oceano Indico. Assistiu, com a côrte e massa popular, no domingo 8 de Março, (1) á missa que na ermida do Restelo, edificada pelo Infante D. Enrique no sitio do embarque dos expedicionários de Ceuta, celebrou D. Diogo Ortiz, o bispo-matemático da "junta" dos físicos del-rei, um dos três sábios que menosprezaram os planos de Colombo. Permitiu que a cêna do embarque fosse grandiosa e emocionante, com meia Lisbôa na praia, a vêr, entre ufana e pezarosa (a côrte vestia luto quando se despediam os navegantes) tomarem os batéis os marinheiros veteranos. Ali mesmo se principiára a construir, imenso, comemorativo, o convento dos Jerônimos, então nos alicerces. O vaidoso soberano, que puzera o reino sob o signo marítimo que o faria o mais rico da Europa, entregou a Pedr'Alvares o estandarte real. Nunca se solenizára assim a partida d'uma frota...

Treze náos, que, além disso, tinham de navegar em conserva, evitando a dispersão no alto mar, deviam velejar com lentidão naquelas águas tranquilas de Março.

Sorriu-lhes um tempo favoravel.

Tendo largado no dia 9, a 14 passou a armada entre as Canarias, a 23 perdeu a não de Vasco de Ataide, que se desgarrou, não se tendo mais noticia dela, exatamente no dia seguinte á passagem defronte da ilha de S. Nicoláo, de Cabo Verde, última terra avistada até a primeira escala — na America. Não houve tempestades a

(1) Relação de um piloto, *Coleção de Noticias* cit., 2, p. 107.

prejudicarem a navegação, que, no entanto, como esquecida de que o seu rumo devia seguir o meridiano, declinou para o oeste, com as prôas apontadas para o lado oposto da África, "por êste mar de longo", na frase de Caminha (1). Que itinerário era êsse? E porque, chegando á America — sabidamente desta banda, onde oito anos antes Colombo encontrára uma estranha população vivendo em ilhas que nada tinham das que Marco Polo descreveu — endireitou resolutamente a sua trajetoria para o cabo das Tormentas, não perdendo na verificação daquele achado senão dez dias?

A explicação do afastamento prudente do golfo da Guiné, a evitar a calmaria, é ingênua e insuficiente (2). Apesar de em certas épocas impróprio para a navegação dos veleiros, o golfo da Guiné não deixava de ser percorrido pelas caravelas que iam á Mina. Jamais o afastarem-se dêle, para fugir ás grandes calmas, produziria o erro nautico — compreensível sòmente se os portugueses ignorassem o cálculo da longitude — que os desviou para a outra margem do Atlantico. Tal perda de tempo, quando a viagem era nimiamente de aproveitamento da India, não de descobertas geográficas, que antes se confiavam a duas ou três naves e velhos pilôtos — era intencional e correspondia a uma necessidade premente. Que era intencional, hoje nos animamos a afirmar á luz dos documentos. Quanto áquela necessidade — posta de lado a idéa de um simples reconhecimento de "terras novas", de que se não incumbiria esquadra tão numerosa — as hipoteses se sucedem.

(1) Vd. Joaquim Ribeiro, *Carta de Pero Vaaz de Caminha*, edição critica, Rio 1929.

(2) Esta explicação deve ser atribuida a exemplos posteriores, quando, para alcançar melhor tempo na India, os navios, desviado-se das calmas da Guiné, declinavam para o Brasil.

UM ARGUMENTO FINAL

Vejamos porque a róta para o poente era o desejo del-rei, e, por isso, o descobrimento do Brasil ocorreu “necessariamente”.

Enganam-se os que attribuiam ao físico-mór a nacionalidade castelhana. Mestre João nascêra na Alemanha. E longe de ser um astrónomo de categoria secundária, era dos mais autorizados da Europa. Como José Vizinho ensinára a encontrar a latitude, o mestre João ensinou a calcular a longitude! Bastaria saber que era prático nesta última ordem de cálculos, para afastar-se a suposição do desvio “casual” da armada de 1500. Só concordariamos com a idéa de “erro” — na declinação para sudoeste — se ficasse patente a ignorancia da longitude no mar, e em hemisfério não conhecido da astrologia coêva. Até ha pouco a dúvida se justificava, porque não podíamos dizer que o físico-mór fosse mais avisado do que o seu antecessor, o discípulo de Zacuto. Pois era!

O documento que nol-o diz — publicado, entre os inéditos “Fragmentos” da Torre do Tombo, maço 17, por Fontoura da Costa e Frazão de Vasconcellos, é um apêlo que o pilôto Pero Anes fez a el-rei em 1509 (ou pouco depois, o que se infere pelo nome do escrivão invocado no despacho) para que lhe permitisse aprender com o mestre João.

“Pero Anes pilôto (reza o papel) faço saber a Vossa Alteza que pelo desejo que tenho de saber em minha arte eu vim a entender que mestre Diogo ensina a algumas pessôas a longitude de leste a oeste, a qual o dito mestre Diogo ora veio a aprender e *sonsacar* (solicitar) de um *mestre João alemão* que aqui está e eu me meti com êle por todos os modos que pude para que me en-

sinasse e o dito mestre João não quer e me diz que sem mandado expresso de Vossa Alteza o não ha de fazer...” (1).

Mestre João, portanto, conhecia a “longitude de leste a oeste”, e tivera por discípulo mestre Diogo, que retransmitia as lições.

Frazão de Vasconcellos comenta: “A determinação da longitude constituiu um problema posto no começo do século XVI, mas que só séculos mais tarde encontrou resolução prática com a invenção dos cronómetros. Duarte Pacheco foi o primeiro dos nossos escritores quinhentistas que se referiu á longitude, sem, contudo, empregar êste termo: “... os grãos de longura se contam de ouriente em oucidente a que os marinheiros chamon leste e oest & por ser difficil podem (sic) se saber por nom terem ponto firme & fixo como com os pollos que unem ha ladeza nom cuo de nisto mais fallar” (*Esmeraldo*, final do cap. VIII do L.º I, ano de 1505). “O autor do “*Esmeraldo*” queria dizer: “por ser difficil não podem se saber...” (2) Explica-se a frase pelo segredo (como revela o requerimento de Pero Anes) em que, de ordem del-rei, envolvia mestre João os seus trabalhos. Perguntar-se-á: e o da armada seria êsse, da petição de Pero Anes? A resposta tem de ser afirmativa: não eram tantos os físicos, que pelo nome apenas — mestre João — fossem chamados em Portugal. Se homônimos, um dêles, para distinguir-se do outro, acrescentaria outra palavra á assinatura. Exemplo: João da Nova, João de Lisbôa, João de Empoli. A im-

(1) In *Petrus Nonius*, fasc. I, p. 110, Lisboa 1937. Nenhum dos dous historiadores ilustres que mencionamos — e a cuja erudição devemos este elemento fundamental de comprovação da “impossibilidade” de erro da longitude na armada de Cabral, tirou a conclusão que apresentamos. Mas é indubitável que o fato de ser mestre João o “único” a saber tais calculos em Lisbôa (mestre dos mestres, a crêr na petição de Pero Anes) esclarece o até agora misterioso rumo da esquadra — e a intencionalidade dêle.

(2) João de Barros, *Decada*, V, 8, descreia dessa descoberta... Tambem Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra*, I, 320.

portância da expedição de 1500 — igualmente — justifica a presença de um matemático dêsse pôrte. Podendo qualquer fisico da escola de Zacuto guiar com segurança as náos até a India, não seria o “cirurgião” de D. Manuel que a deixasse escapar-se para a contracosta, corrigindo depois, o rumo, e com presteza, — para o cabo da Bôa Esperança, e Calicut. Sòmente um astrônomo prático em determinar a longitude daria aquella direção sem hesitações (como se vê das cartas que a historíam) á esquadra em que puzêra el-rei tantas esperanças. Depois da petição de Pero Anes não encontramos motivos para duvidar da “intencionalidade” do itinerário de Cabral. E’ justo acentuar: o Brasil foi descoberto em 1500 com o auxílio da ciência do “único” matemático a serviço de Portugal que se orientava pelos seus cálculos de longitude ignorados dos contemporâneos, ou, pelo menos, que começou a empregá-los. Esta verificação tira ao acontecimento o que aparentava ser “acaso” e “absurdo feliz”: despoja-o da característica de êrro graúdo — que o fazia quasi ininteligível — para o reduzir ás proporções de uma viagem deliberada, a exemplo dos dous magnos descobrimentos precedentes, o do cabo das Tormentas (observações de José Vizinho) e o do caminho da India (conselhos de Abraão Zacuto).

Dúbia é a razão do desvio, uma vez que Pedr’Alvares não pretendia achar terras novas como os pilotos de Sagres, porém — diretamente — fundar o império colonial do oriente.

Que o proposito não era demorar-se em descobrimentos á margem de sua missão política e comercial, e mais política do que econômica, dizem-nos todos os indícios que autorizaram, muito tempo, a crença do “acaso” de sua chegada ao Brasil. Não transportava padrões de pedra, dos que se usavam n’Africa para marcar a posse portugûesa; não teve a curiosidade

de retardar-se no Brasil ; não se propoz a identificar a suposta ilha de Vera Cruz ; não ficou em Porto Seguro mais de dez dias ; o escrivão-mór, na epistola que é o documento principal dêstes sucessos, se dá a noticia dêles com pormenores em que ressumbra a surpresa, recomenda, por outro lado, faça el-rei conhecer melhor a terra ; e Pedr'Alvares reputou um incidente, não um dos seus objetivos, da viagem que tinha desígnios mais imediatos, a imprevista escalada. Porque então a matemática de Mestre João o trouxe tão fóra do roteiro da India ? Todas as respostas á indagação agitam hipoteses. Alvitramos uma, que nos parece plausível e tem a seu favôr as consequências políticas que el-rei D. Manuel logo tirou da comunicação de Cabral. Queremos vêr na primeira parte da viagem o pensamento de, mudando de rumo, procurar dentro na zona que o tratado de Tordesilhas reservou a Portugal terra que aí houvesse, para a reconhecer oficialmente, em nome dêste. Não se perdia, além disso, com a tentativa de provar o novo itinerário : porque os mapas antigos davam a Etiopia de Preste João ao sul da linha equatorial, bem podendo estar (imaginavam os cartografos do fim do seculo XV) abaixo da latitude de Cataí e de Cipango, que Toscanelli puzêra tão perto da Europa. Nêste caso, da viagem de Cabral dous proveitos resultavam : o Gama conquistara o caminho da India pela Africa ; podia êle procurar o mesmo caminho pelo ocidente, a exemplo de Colombo ; e se não encontrasse, ainda a exemplo do genovês, a Etiopia e o Indico, mas o prolongamento da America, tomaria posse dela para D. Manuel e, isto feito, após avisar a el-rei por intermedio de uma das náos, continuaria a viagem para o "finis-terra" africano, Melinde e Calicut.

Crêmos ter sido esta a ordem que levava. Pelo menos foi como se as suas instruções assim determinassem.

TERRA DO BRASIL !

Sempre com as quilhas voltadas para o oeste — dando costas ao golfo da Guiné e ao roteiro de Vasco da Gama — os navios de Pedr'Alvares se acharam, em 21 de Abril de 1500, em águas que apresentavam algo de extraordinário. Nêsse, e no dia seguinte, pescaram os marinheiros gramineas que indicavam terra próxima. Pela manhã de 22 quarta-feira, oitavario da Páscoa, “topamos aves, a que chamam “fura-buchos” e nêste dia, a horas de vespera, houvemos vista de terra, saber : primeiramente dum monte mui alto e redondo, e doutras terras mais baixas, do sul dêle, e de terra chã, com muitos arvoredos, ao qual monte alto o Capitão poz nome o “monte Pascoal”, e á terra a “terra da Vera Cruz”. (Caminha).

A alegria foi maior do que a surprêsa. Os missivistas, que nol-a relatam, abstêm-se de palavras que pudessem indicar o imprevisto do descobrimento. Fala Pero Vaz de Caminha de “marinhagem e singraduras do caminho” de que não dava conta a Sua Alteza” porque o não saberei fazer”. O mestre João é mais laconico : “Hontem, segunda-feira, que foram 27 de Abril, descemos em terra...” Perderam-se as cartas de Cabral, Aires Correia e outros capitães (aludidas na do físico) e, com elas, outros pormenores, que talvez esclarecessem o estado de espírito das tripulações á vista daquela terra (1). Positivo é que não se achavam no “desconhecido”. O dedo do matematico pousava na carta, e discutia com os pilôtos os grãos determinados : “. . . tomámos a altura do sol ao meio dia e achamos 56

(1) Cinco são as cartas relacionadas com o descobrimento : de Caminha e mestre João, de 1 de Maio de 1500, de um Francisco de la Faitada a Doménico Pisani, de Lisboa, 26 de Junho de 1501, de D. Manoel aos reis espanhois, de 28 de Agosto de 1501, e a “relação” do piloto anonimo, publicada em 1507 e de data incerta.

grãos... pelo que, segundo as regras do astrolábio, julgamos estar afastados da equinocial por 17 grãos, e ter por conseguinte a altura do polo antártico em 17 grãos, segundo é manifesto na esfera. E isto é quanto a um dos pontos, pelo que saberá Vossa Alteza que todos os pilotos vão tanto adiante de mim, que Pero Escolar vai adiante 150 legoas, e outros diz a verdade não se pode certificar até que em boa hora chegemos ao cabo da Boa Esperança e alí saberemos quem vai mais certo, se eles com a carta, ou eu com a carta e o astrolábio”. E para frizar a exatidão dos cálculos: “Quanto, Senhor, ao sitio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa-mundi que tem Pero Vaz Bisagudo e por aí poderá Vossa Alteza vêr o sitio desta terra; mas aquele mapa-mundi não certifica se está terra é habitada ou não...”

A discrepância entre as contas de mestre João e de Pero Escolar referia-se á latitude — tanto que a chegada ao Cabo, de latitude determinada anteriormente, resolveria a dúvida que tinham. Não menciona a distância “de longo”: mas se estende a “outro ponto”, “ácerca das estrélas”, queixando-se de não ter podido, por doente, tomar-lhes a altura, e logo chama a atenção para “as da Cruz”, “grandes quasi como as do Carro”. Pela primeira vez um documento nautico apontava a constelação do Cruzeiro, que seria o emblema, tanto da terra recém-achada, como do hemisfério antártico.

Com a altura do sol ao meio dia, porém, conheceria ao mesmo tempo a longitude, á maneira do que — narrando a viagem de Fernão de Magalhães, disse Pigafetta: “per sapere la longitudine migliore, e non con tanta fatica, per l’ombra del mezzo di” — se deixarmos de lado a “variação das agulhas”, processo descrito em

1514 por João de Lisbôa, (1) usado talvez a este tempo por Vespucci, e do qual não ha referencia na epistola do alemão. Por estimativa ou com certeza relativa, de qualquer modo julgava poder fixar a situação da Vera Cruz — e mandando el-rei procurá-la no mapa-mundi, a sua intenção parece ter sido, não dar a Bisagudo uma precedencia, porém permitir ao amo, curioso de medidas astronomicas, tão amigo da esfêra que desta fez braço nacional, aplicar a ela o seu cálculo.

Tão seguros elementos de navegação incutiam aos portuguezes uma serenidade que, por exemplo, seria absurdo exigir aos companheiros de Colombo. Cabral, defronte daquela estranha costa, procedeu com a bonhomia de quem, providencialmente, escalasse numa enseada própria, de úteis refrêscos, que cumpria assinalar — para repelir intrusos estrangeiros — e abandonar logo, em seguimento da viagem.

Amanhecendo 23 de Abril — realmente — acercaram-se dela, tomando o fundo para evitar os escolhos submersos, deitando ancoras “em direito da bôca de um rio” (o Cahy, a 17.º de latitude, abrindo numa praia estreita, que o basto arvorêdo limita). Dos navios desceram, em batéis, os capitães para ouvir a Cabral sobre o acontecimento, e foi á tarde Nicoláo Coelho “ver aquele rio” e identificar as pessôas que de lá, curiosas e pacíficas, olhavam o formoso espetáculo das embarcações fundeadas. Eram uns “vinte homens, pardos, nús, sem nenhuma cousa que lhes cobrisse suas vergonhas: traziam arcos nas mãos e suas setas; vinham

(1) A. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, p. 140. Intitularam-se mestres em determinar longitudes, além de João de Lisboa, Rui Faleiro, conselheiro da circumnavegação de Magalhães, Felipe Guillen, de quem falaremos, por vinculado á historia do Brasil, o grande Pedro Nunes, o espanhol Santa Cruz... - cf. o notavel livro de Fontoura da Costa, citado.

(2) Fontoura da Costa diz que em João de Lisboa “primeiro se encontra o estranho método...” (altura de les oeste pela variação da agulha). Mas a carta de Vepucci, de sua terceira viagem, 1502, indica sem duvida a questão.

todos rijos para o batel ; e Nicoláo Coelho lhes fez sinal que puzessem os arcos ; e êles os puzeram. Alí não poude dêles haver fala nem entendimento que aproveitasse, pelo mar quebrar na costa ; sòmente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto : e um dêles lhe deu um sombreiro de penas d'aves compridas com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas como de papagaio ; e outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas meúdas que quer me parecer d'aljaveira..."

A noite e a ameaça de máo tempo interromperam o primeiro encontro entre os de Portugal e os nativos de Vera Cruz.

Na manhã de 24, porque o mar encrespasse, aconselharam os pilôtos a procurar-se, na costa de comprido para o norte, "alguma abrigada e bom pouso onde jovessemos, para tomar agua e lenha, não por nos já minguar, mas por nos acertarmos aqui..." Navios pequenos adiante, os maiores acautelados por êles, encontrôu a armada umas dez legoas acima, porto "muito bom e muito seguro", que o pilôto Afonso Lopes, num esquife, sondou cuidadosamente, trazendo para a capitanea dous indigenas que tomára numa almadia. Eram homens rijos, "bons rostos e bons narizes", despidos, beiços inferiores furadòs com pedaços de ossos metidos nêles, ornato de penas nos cabelos, que mostravam nunca ter visto gente branca. Cabral recebeu-os sentado, com os pés numa alcatifa e grande colar de oiro ao pescoço. Os selvagens — diz Pero Vaz — apontaram para o colar e para a terra — e o mesmo fizeram em relação a um castiçal de prata — como a contar que no seu país havia ambos os metais. Mostraram-lhes um papagaio, e confirmaram a existência dessas aves, mas aparentaram terror diante duma galinha e não deram sinal de conhecerem um carneiro. Não puderam comer alimentos cosidos e acharam intragavel o vinho. Ser-

viram-se d'água apenas para lavar as mãos. Mas co-
biçaram umas contas de rosario brancas, que puzeram
alegremente no pescoço e nos pulsos — dizendo, por
mimica, que na terra havia semelhantes, ou as usavam
dêste geito. E, sem mais acanhamento, deitaram-se
alí mesmo e dormiram confiadamente.

A ancoragem no “porto seguro” (hoje Cabralia,
entre a ponta da Corôa Vermelha e a baía de Santa
Cruz, com o rio de João de Tiba, ou Santa Cruz, ao
meio, e o Recife de Porto Seguro a protegê-la do vento
sul) foi no sabado 25 de Abril. Enviou Cabral para
terra os dous “índios” com Nicoláo Coelho, Bartolomeu
Dias, o escrivão Caminha e um degredado jóven, “crea-
do de Dom João Tello a quem chamam Afonso Ribe-
iro para andar lá com êles e saber de seu viver e manei-
ra” — e para os alegrar vestiu-os de camisas nóvas
e agraciou com as contas de osso, campainhas, carapu-
ças encarnadas e outras bugigangas que os deslumbra-
vam. Surtiu efeito a cortezia, porque os aborigenes
atraíram dezenas de outros que cercaram, sem arcos,
os portuguezes, encheram com presteza os barris d'água
que traziam, aceitaram cascaveis e manilhas que Ni-
coláo Coelho lhes dava e deixaram-se observar, homens
e mulheres, sobretudo pelo escrivão que tão detidamente
os retratou na sua carta. A' tarde Cabral e outros capi-
tães baixaram ao ilhéu (Corôa Vermelha) onde, no dia
seguinte, domingo, fez rezar solene missa a que assistiu
quasi toda a gente de bordo, oficiando frei Enrique com
a coadjuvação de todos os religiosos. “Alí era com o
capitão a bandeira de Cristo com que saíu de Belem,
a qual esteve sempre alta á parte do Evangelho. Acaba-
da a missa, desvestiu-se o padre e poz-se em uma ca-
deira alta, e nós todos lançados por essa areia, e pregou
uma solene e proveitosa pregação da história do Evan-
gelho, e emfim dela tratou de nossa vinda, e do acha-
mento desta terra conformando-se com o sinal da cruz

a só cuja obediência vimos, a qual veio muito a propósito e fez muita devoção”.

Vera Cruz, chamára o capitão-mór a terra tanto que, em 22 de Abril, a avistou (é o que se conclue da narrativa de Caminha). O motivo do sermão do franciscano, “o sinal da cruz”, póde ser de sentido duplo: porque se devesse, antes de tudo, designar assim o descobrimento, feito sob a égide da cruz portugueza, cujo estandarte leva a Cabral, e porque a constelação da Cruz (nomeada pelo físico João) o estivesse, do céu, a sugerir. Tiraria frei Enrique da admiração causada pelas estrêlas inspiração para a sua apologia — a elas mencionando, ao declarar que a terra (ilha ou continente, não se sabia ainda, embora parecesse bem terra firme) passava a chamar-se da Vera ou Santa Cruz? O próprio Pedr’Alvares valorizou o “sinal”, substituindo por uma cruz de madeira o habitual padrão de posse.

O resto do domingo foi por êle destinado a passear entre aquele gentio, ora esquivo e a fugir, ora disposto a misturar-se com os brancos. Na segunda-feira, entraram alguns destes até uma aldeia, onde havia nove ou dez casas grandes com trinta ou quarenta pessoas em cada uma, na sua “rêde atada pelos cabos em cada esteio”: e apuraram que a nutrição delas consistia em “muito inhame e outras sementes que na terra ha...” Arrecadaram além disso “papagaios vermelhos muito grandes e formosos”, carapuças de penas verdes e um lindo tecido de variegadas penas (tudo a seguir remetido por Pedr’Alvares a el-rei). A 28 dous carpinteiros trabalharam na grande cruz, e os marinheiros fizeram a sua aguada. O dia 29 foi empregado pelo capitão-mór em despejar a náó de mantimentos que — de acôrdo com a opinião dos demais capitães — ia mandar a Lisbôa com a noticia do descobrimento. A 30 voltou á terra Cabral, e, estando pronto o seu cruzeiro, se posternou diante dêle para mostrar aos brutos o que signi-

ficava. “Parece-me gente de tal innocencia (acóde o es-
crivão) que se o homem entendesse, e êles a nós, que
seriam logo cristãos, porque êles não têm nem entendem
em nenhuma crença, segundo parece”. A 1.º de Maio,
enfim, sexta-feira, houve desembarque processional,
com o estandarte á frente, e a cruz chantada abaixo do
rio, do lado do sul, em logar onde fosse bem vista. “Chan-
tada a cruz com as armas e divisa de Vossa Alteza que
lhe primeiro pregaram, armaram altar ao pé dela. Alí
disse missa o padre frei Enrique, a qual foi cantada e
oficiada por êsses já ditos ; alí estiveram comnosco a
ela obra de cincoenta ou 60 dêles assentados todos em
joelhos, assim como nós, e quando veiu o Evangelho,
que nos erguem os todos em pé com as mãos levantadas,
êles se levantaram comnosco e alçaram as mãos, es-
tando assim até ser acabado ; e então tornaram-se a
assentar como nós. . .” Prêgou de novo e com a mesma
unção o sacerdote, ouvido com atenção pelos fiéis e
por toda a indiada que se não cançara de os imitar, nos
seus gestos ; e após o sermão, distribuiu cruces de es-
tanho que os desnudos caboclos recebiam com avidéz.
Belas raparigas, rapazes fortes, todos de uma ingenui-
dade candida, encantavam os olhos dos europeus e pro-
metiam fácil, rendosa conquista da terra desprovida de
interesses immediatos (sem objéto metálicos, sem po-
voações que valessem a pena, sem culturas de qualquer
espécie) mas risonha, fértil e acolhedôra. “De ponta a
ponta é toda praia. . . muito chã e muito formosa ;
pelo saartão nos pareceu do mar muito grande, por-
que a estender olhos, não podiam ver senão terra e ar-
voredos, que nos parecia mui longa terra. Nela até
agora não podemos saber que haja ouro nem prata,
nem nenhuma cousa de metal, nem ferro, nem lho
vimos ; pero a terra em si é de muitos bons ares assim
frios e temperados como os de’entre Douro e Minho,
porque nêste tempo d’agora assim os achavamos como

os de lá ; águas são muitas, infindas ; em tal maneira é graciosa que querendo a aproveitar dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem ; pero o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente ; e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar, e que se não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calicut bastaria, quanto mais disposição para se nela cumprir, e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, saber, acrescentamento da nossa santa fé”.

Palavras proféticas ! O destino da colonização da America portugueza aí ficou, nessas linhas de correspondencia, delineado com perfeição. Terra de trabalhar-se, “querendo-a aproveitar”, isto é, de lavoura exótica (“dar-se-á nela tudo”), não de planta própria. Sem minas de ouro e prata, porém rica de rios e árvores. Escala de navegação da India, antes que se fizesse dela cenário amplo de catequese de índios. Esta, o “melhor fruto” (como 49 anos depois se provou), para justificar a santa invocação, Vera Cruz, e a primeira e amavel impressão deixada por aqueles mansos indigenas. Ares amênos e confortaveis — para o povoamento portuguez : e enquanto não viessem colonos, que não bastavam para as emprêsas, mais lucrativas e luzentes, do Oriente que atraía a todos, se regenerariam nêles os desterçados, que a justiça apartára da metropole e, na colonia remota, serviriam de intermediários entre nativos e navegantes. Terra de transplantação, de mulheres formosas, portanto de renovação racial, de agricultura, de residencia e de conversão : não paiz onde, por força, se angariassem riquezas extraídas e exportadas, mas de instalação, de criação, de perseverança, de adaptação e vida liberta . . .

A carta de Pero Vaz de Caminha, que leva a data de 1 de Maio, vespera da largada para o cabo da Boa Esperança, tinha a lucidez duma política ultramarina

que seria, pelo conjunto das circumstancias, experiên-
cia e necessidade, a de Portugal del-rei D. João III,
de Martim Afonso, de Tomé de Souza, dos jesuitas e
das viagens redondas do meiado do seculo XVI.

A 2 de Maio, o navio de Gaspar de Lemos, com as
cartas, os presentes e mais alviçarás, devia ter partido
para Lisbôa, pois nêste dia os demais levantaram an-
coras, para a sua grande travessia. El-rei D. Manuel
recebeu com transbordante contentamento a bôa nova.
Dela, porém, Pedr'Alvares havia de esquecer-se logo,
nas tribulações, pelejas, tragédias e incidentes de sua
missão difficil. Quatro náos se perderam a 24 de Maio,
na tempestade do Cabo (Aires Gomes, Bartolomeu Dias,
Luiz Pires e Simão de Pina) (1). Seis apenas chegaram
a Calicut. A de Pedro Dias desgarrou para a costa orien-
tal da Africa, que subiu até ás portas do Estreito, a
de Sancho de Tovar, já no regresso, varou perto de Me-
linde, e apenas com quatro, dos seus treze barcos (Ca-
bral, Pedro de Ataíde, Cunha e Coelho), foi que o se-
nhor de Belmonte entrou de novo o Tejo — para nun-
ca mais se fazer ao mar.

(1) S. Fontoura da Costa, *A arrojada viagem de Pedro Alvares Cabral*,
p. 7 Lisbôa 1937.

III

BRASIL — PÁO DE TINTURARIA

O navio de mantimentos que levava as cartas de Pero Vaz de Caminha, do mestre João e dos capitães da esquadra, não fez barulho ao chegar a Lisbôa. El-rei só divulgou — despejadamente — as notícias da viagem de Cabral, após conhecer o seu resultado, que o naufrágio das quatro náos na altura do Cabo e os trágicos acontecimentos de Calicut(1) enublaram com a sua sombra de tristeza. De 25 de Junho de 1501 é a carta que “Zuan Francesco de la Faitada” escreveu — estando em Lisbôa — a “sier Domenego Pixani”. em Espanha, a notificá-lo do que soubera ácerca daquella emprêsa; e a famosa comunicação aos soberanos espanhóes levou a data de 28 de Agosto do mesmo ano (2).

Em que dia aportára ao Tejo a náo de Gaspar de Lemos?

(1) Aires Correia, feitor del-rei, que se instalara em Calicut com os seus serviços, obteve de Cabral que intimasse o “samorim” a não deixar carregar nenhum navio antes dos portuguezes, que tinham dado o prazo de vinte dias para o seu abarrotamento com as especiarias. Os serracenos — inimigos jurados dos europeus, não os nativos — fizeram-lhes o desfôro de carregar á vista deles uma embarcação. Cabral, sempre induzido a essas ações violentas pelo feitor (naturalmente o magistrado comercial a quem devia ouvir nos assuntos da especiaría, segundo as intruções del-rei) tomou o navio aos mouros, que se vingaram, amotinando o povo. Atacado nos armazens, Aires Correia safu para a praia, enquanto em sua defesa partiam muitos bateis das náos lusas: mas foi vencido pelo numero e morto, com uns cincoenta companheiros. A desforra de Cabral foi digna da tradição deixada no Indico pelo Gama e seguida por “Albuquerque terrível e Castro forte”. Apresou e queimou navios com a tripulação dentro, bombardeou a cidade com grandes danos, partiu a encher as náos de mercancias preciosas em Cochim, e da lá voltou para Portugal, cf. Barros, Castenhada, etc., resumidos na *Hist. da Col. Port. do Brasil*, cit..

(2) Cartas transcritas pela *Hist. da Col. Port. do Brasil*, II, 165-9.

Devia ter sido — é o que adianta Harrisse — em Junho ou Julho. Partindo em Maio do ano seguinte a primeira expedição que veio reconhecer a “terra de Vera Cruz”, fica certo que se não apressou o “Venturoso” a mandar identificar o descoberto. Antecedeu prudentemente (tão fino político era!) a carta para el-rei de Castela com a remessa de três navios que, não somente lhe completassem a noticia daquelle litoral, como lá afirmassem o seu domínio. Para isto havia duas razões graves: a demarcação de Tordesilhas continuava abstrata, valendo sobretudo a posse, como declaração de direito, e não somente espanhões, como os francezes já andavam a navegar nas águas de Colombo. Esboçara-se, em relação ao Novo Mundo (que não era a India ao poente, como o genovês, e agora Cabral o tinham provado) uma corrida, que prometia empolgar os armadôres dos portos de Palos e Dieppe, de Sevilha ou de Honfleur, mesmo de Inglaterra e do Mediterraneo.

D. Manuel atraíu a seu serviço um pilôto-astrónomo que acabava de fazer a viagem transatlântica sob a bandeira de Espanha: Americo Vespucci, florentino como Toscanelli (cuja influencia devia ter orientado a sua insaciavel curiosidade) e um dos homens mais capazes, da geração de matemáticos e nautas formada com o descobrimento da America.

VESPUCCI

Quatro vezes Vespucci atravessou o oceano. Em 1497-98, em meio a grossa expedição, de rumo feito ao golfo do Mexico; em 1499-500, em companhia de Hojeda, vendo então a costa leste-oeste do Brasil, provavelmente entre o Ceará e a foz do Amazonas; nessa comissão de 1501; e, afinal, em 1503. Não lhe deu

el-rei a chefia da frota, senão de um dos navios. A história não guardou o nome do capitão geral. Seria D. Nuno Manuel, André Gonçalves, ou Gaspar de Lemos (1) — se parece natural que o comandante da não que trouxera as alviças de Porto Seguro a êste volvêsse, guiando os outros. Mesmo como pilôto de um unico barco, entretanto, o papel de Vespucci era primordial, dada a natureza dos seus conhecimentos, tanto da pratica como da teoria da navegação.

As relações que escreveu denotam, antes de tudo, uma vaidade que obscurecia as demais personalidades incluídas nos mesmos acontecimentos, o desejo de atribuir-se a primazia (defeito comum a quantos narravam viagens mais ou menos maravilhosas) e o fito de disputar, entre os leitôres italianos delas, a fama dos maiores viajantes do passado. Vespucci agita-se — literariamente — num ambiente de lenda. Não primava pela sobriedade; menos se distinguiu pelo rigor das descrições. Tinha imaginação e pendôres romanescos: nem lhe faltava o senso estético bem florentino das ações que deslumbravam. Um clarão de epopéa — na exaltação de suas narrativas — percorre-lhe os belos relatórios. Não era simples e prático como tantos pilôtos portugueses, rudes no dizer e insuperáveis no fazer, que resolveram os maiores problemas da nautica quinhentista sem deixar disto página que ficasse. Póde ser considerada uma síntese biográfica de Vespucci a sua fortuna, de ser êle, figurante com varios outros, nas viagens que se sucederam, depois de um lustro, á de Colombo, quem ligou o nome ao continente todo. Efeito de publicidade... Sim, vitória de escrita. Os que acharam, e calaram, foram esquecidos; quem escreveu, e clamou, ganhou mais do que pretendia: “Ame-

(1) Sobre o problema histórico: Varnhagem, e notas de Caspitrano de Abreu e Rodolfo Garcia, *Historia Geral do Brasil*, I, secç. V e VI, 3.ª ed..

rica" vem de Americo, como se Vespucci a tivesse achado sózinho (1).

Ao florentino, pois, temos de seguir na história da segunda expedição portuguesa que veio ao Brasil.

Conta (a Pedro Soderini, gonfaloneiro de Florença para quem, e longamente, escreveu as suas "aventuras") que el-rei D. Manuel o atraíu a Lisbôa com muitos rogos, por intermédio do filho de Bartolomeu del Giocondo, alí residente, como tantos outros negociantes italianos. Era para ir "com três náos suas" "a descobrir terras novas". Aquiesceu: e partiu a 10 de Maio de 1501, primeiramente com destino ao norte d'África (em Bezenegue cruzou com os navios de Cabral que regressavam) e, com escalas mínimas, de lá em direitura da terra de Vera Cruz, alcançada depois de 67 dias de viagem com tempo máo e grandes traba-

(1) Nasceu Americo, filho de Anastacio Vespucci e Isabel Mimi, em Florença, a 9 de Março de 1451. Instado pelo pae passou-se á Espanha em 1490, com interesses de comércio. Em Sevilha deixou-se arrebatar pela febre de navegações e descobertas marítimas que acendêra Colombo entre a juventude daqueles portos... Após a segunda viagem (de Hojeda) foi que D. Manuel mandou buscá-lo a Sevilha. Esteve seis anos a serviço de Portugal, pois em 1507 já de novo se achava em Sevilha, para receber de Espanha o cargo de piloto-mór com 50 mil maravedis de salário anual. As cartas para Lourenço de Médici, com o título de "Quator Navigationis", foram logo publicadas e traduzidas em várias línguas. Martin Waldseemüller, com Lud e Ringman, imprimiu em 1507 o seu sistema de *Cosmografia*, em cujo capítulo IX trata do Novo Mundo e propõe se lhe dê o nome de "terra de Americus". O mapa-mundi (Colonia aus Rhin, 1510), do suíço Glareanus indicou, pela primeira vez: "Terra America" — nome definitivo, pela repetição de Vadianus, Schoner, etc.

Em 1512 foi, por morte, substituído Vespucci como piloto-mór de Espanha por Juan Diaz de Solis.

Florença conservou o culto do seu heróe do mar. Na "Galeria degli Uffizi", ao lado da sala hoje dedicada a Van der Goes, vê-se, no tecto de Olivelli, uma alegoria, em que aparece êle entre índios e cartas geograficas (Sec. XVII).

A "propaganda" de Waldseemüller (cujo mapa, de 1507, foi desenhado em conformidade com as cartas de Vespucci) encontrou campo propício em Roma... Francesco de Albertini, *Opusculum de Mirabilibus Novae veteris urbis Romae*, 1510, atribuiu a Vespucci ter "primeiro descoberto novas ilhas e países desconhecidos". Era a chancéla romana, ao título que lhe outorgou o tedesco, a soldo do duque de Lorena (Vd. Elisabeth Clévenot, *Saint Die, marraine de l'Amérique, l'Illustration*, 29 Oct. 1938).

Exemplo da popularidade do florentino e de suas cartas, é o enredo da *Utopia*, de Thomas Morus, 1518 (edição francesa. 1550)... Citamos a de Leide, de 1718, valorizada pelas cartas de Erasmo, Budé...

lhos. O aspecto sombrio do céu, sem estrêlas nem sol para a tomada das alturas ou observações que conferissem as anteriores, cêgou o nauta ácerca do seu rumo, determinado apenas á vista de país “ameno, viçoso, de bôa apparencia”, que ficava a 5.º abaixo do equador (com certeza o cabo de S. Roque, assim batisado por estarem em 16 de Agosto, festa do santo) (1).

A VIAGEM DE 1501

O contacto inicial com os índios saíu-lhe desastroso. Dous marinheiros que desembarcaram, para tratar com êles, não voltaram, e um terceiro, que não recebeu ir ao encontro das mulheres gentias, na praia, foi, diante da frota, morto por uma delas, que lhe deu com um páo. Debalde quatro tiros de bombardas rouquejaram, fazendo ver o poderio del-rei de Portugal. As megeras destroncaram e assaram numa fogueira, para comer, o corpo do cristão. O horrôr dessa cêna de antropofagia convenceu a Vespucci de que nada de bom poderia esperar daquele sitio: cuidou de descer a costa, acompanhando-a de perto. Viu, e deu nome, ao cabo de Santo Agostinho; parou cinco dias num “bom ancoradouro” rico em canafistula e com indiada mais pacífica (talvez o rio de S. Francisco); tomou aí três cabôclos, que se prestaram a ficar a bordo, e proseguiu, sempre para o sul, “á vista de terra, fazendo muitas escalas e falando com infinita gente...”

Não diz que, fazendo essas escalas, tambem as apelidou, de acôrdo com o calendário: rio de S. Miguel (29 de Setembro), de S. Jeronimo (30 do mesmo mez), de S. Francisco (4 de Outubro)... Mas d’outra fórma não se explica que o mapa de Cantino, por êste dese-

(1) Varnhagen (e notas de Capistrano e Garcia), *op. cit.*, 1, 93

nhado em Lisbôa antes de 19 de Novembro de 1502, quando escreveu ao duque de Ferrara avisando-o da remessa — já enumerasse esses topônimos, desde o cabo de São Jorge até o de Santa Maria, sem esquecer a baía de Todos os Santos. O cartógrafo só poderia ter sido instruído por alguém da frota de Vespucci. O seu planisfério, aliás, é o resultado mais próximo daquela viagem de simples reconhecimento da costa e denominação dos seus mais importantes acidentes.

Porque no mesmo mapa não figuram o Rio de Janeiro, S. Vicente, Cananéa? Teria procurado essas abrigadas, continuando a comemorar a sua chegada com o santo do dia — ou passaria ao largo, mais ocupado em avaliar a extensão do que os relêvos da costa? De fáto, mal-humorára-o a pobreza do continente: “pôde-se dizer que nela não encontramos nada de proveito, excéto infinitas árvores de páo Brasil, de canafistula, as de que se tira a mirra, e outras mais maravilhas da natureza, que serão longas de referir...” Sem metais nem impérios indios, a terra não o atraía: limitou-se a medi-la (1).

Ao fim de dez meses de mar, o capitão confiou-lhe o comando da frota, para que dela dispuzesse: partiu então (15 de Fevereiro) do cabo de Santa Maria para as latitudes antárticas, gastando nessa navegação outros cinquenta dias. O excesso de frio, as paragens inhóspitas, tempestades que ameaçaram destruir os navios, forçaram-no a voltar, o que fez com rumo para Serra Leôa, donde varou para os Açores, e daí para Lisbôa, onde aportou a 7 de Setembro de 1502.

(1) Vespucci é incoerente: ora diz que a terra não oferece perspectivas de riquezas metálicas, ora se gaba de ter sabido que as possui, mas não tivera tempo de pesquisá-las... Cartas in *Coleção das Notícias*, vol. 2.º, p. 143.

O COSMOGRAFO

Fóra o interesse político, da posse nominal da costa avistada, e que assim se demonstrava ser continuação da mesma terra firme que tocára em 1497 e em 1499 — a frota de Vespucci não preencherá o immediato objetivo do “Venturoso”, qual a ampliação dos seus domínios ricos, donde as especiarias pudésem ir para Portugal.

Lucrára com ela um título e não uma realidade : a vasta terra d’alem Atlantico de nada lhe serviria por enquanto.

O florentino, sim, aperfeiçoára os seus métodos de marinhagem e tomára a dianteira aos “físicos” contemporâneos quanto ao estudo do céu austral.

A viagem de 1501 foi sobretudo notável para a geografia e a astronomia : pode incluir-se entre as grandes expedições científicas da história.

Vimos como mestre João, em 1500, se desculpou de não ter conseguido calcular a altura das estrêlas do hemisfério sul, em consequência dos achaques de que padeceu na travessia e da instabilidade do barco.

Americo não sòmente estimou as estrêlas mais valiosas para a cosmografia nautica, como formulou a respeito regras universais. Viu, antes dos demais, o aspecto do firmamento nocturno na extremidade meridional da America. Respondendo á consulta de um italiano (em carta que só agora conhecemos) mostra ter percebido a variação da agulha... “Ancora mi do mandate quando ebbi paxato la linea equinoziale come mi governava la buxola o IL’agulha et non la calamita. Rispondovi che tuttavia mi feriva nella tramontana salvo che pigliava una 0/4 di maestrale, et questo conoscemo perchè senpre la coda dell’agulha feriva il

polo antarctico ancorchè pigliaxi una 0/4 di sciloch, et senpre navicanmo con una medexima aguglia; et in concruxione la calamita non diversa in cosa nessuna più verso il meridiano che a septantrione" (1). Sobre a distância do meridiano de Portugal: "dico et per iscuxarmi dal detto de'malivoli dico averlo conosciuto nelli eclixi et nelle cogniunziona della luna colli pianeti; et v'ò perduti molti sonni di notte in conformarmi colli detti dē' savi che àno composto gli strumenti et escrito sopra e' movimenti et congiunziona et aspetti et eclixi delli due luminari et delle stelle erratiche..." E cita o rei Afonso, Giovanni da Montereaggio no seu Almanach, Blanchino e Zacuto... Sabedoria emprestada e observações pessoais. Porventura determinaria a altura de leste-oeste pelas conjunções da lua antes de Rui Faleiro, ou pela variação da agulha, como João de Lisbôa? Ou empregaria as distâncias lunares treze anos antes de Werner, que indicou êsse processo em 1514? (2).

Em todo caso, não se cingiria a enriquecer com uma táboa de nomes geográficos o mapa-mundi: pela primeira vez lêra, e descreveu para que outros lessem, o céu antartico.

Da Vera Cruz — em resumo — chegavam noticias de muitas árvores, índios que comiam carne humana, ausência de minas ou das apetecidas especiarias, dados astronómicos e curiosidades que transtornavam a história natural de Plinio.

(1) ROBERTO RIDOLFI, *Una lettera inedita di Americo Vespucci sopra il suo terzo viaggio*, p. 13, Firenze 1936. E em reforço de sua tésse da autenticidade do documento: *Ancora sopra la lettera del Vespucci nuovamente venuta in luce*, Firenze 1938.

(2) FONTOURA DA COSTA, *A Marinharia dos Descobrimentos*, p. 143. Sôbre o problema nautico, EUGENIO DE CASTRO, *Diario de Pero Lopes*, I, 73. — Esta carta de Vespucci faz tambem recuar de um decênio o conhecimento dos processos rudimentares de determinação da longitude, postos sobretudo em prática na viagem de Fernão de Magalhães.

Mas do oriente vinham — valendo o seu peso em ouro de contado — as mercadorias que a Europa cobijava, que os intermediários de todas as praças consumidoras corriam a pagar em Lisbôa, que opulentavam as casas del-rei e lhe justificavam o cognome de “afortunado”. Porque se demorar em ilusões ou entreter-se em sacrifícios improficuos, quando na Índia tudo era ganho — em comércio, conquistas, glória, expansão, renome, castigo de infieis, triunfo sobre as potencias do Mediterrâneo que já não tinham o que comprar no Levante, vitória da cruz e aumento da corôa? D. Manuel não considerou um fracasso a expedição de Cabral. Sem dar valia especial ao descobrimento da “Vera Cruz”, feitas as contas, achava-se bem remunerado. Só as duas armadas, do Gama e de Cabral, sejam dez navios carregados, os primeiros que despejaram nos cães de Lisbôa a pimenta e o cravo, a sêda e a porcelana, os cheiros e as mais preciosidades de Calicut e Cochim, recompensavam com fatura os dispendios avançados naquelas emprêsas e, talvez, dez anos de orçamento marítimo de Portugal. A prova dêsse soberbo resultado está na afluencia de estrangeiros a Lisbôa e — principalmente — no choque immediato que feriu Veneza, cujo prestigio mercantil se ofuscára de repente.

El-rei D. Manuel entra no mercado das especiarias : é um negociante atilado. Como fôra perito D. Enrique em colonizar a Madeira, foi êle exímio em pôr em giro as suas mercadorias. Dir-se-ia nascido para comerciar — como Afonso V para batalhar e D. João II para comandar. Ha alguma cousa de semita, de instinto do negocio e gôsto das belas transações, na política de D. Manuel entre 1500 (liquidação da carga trazida pelo Gama e viagem de Cabral) e 1506 (grossa perseguição dos judeus, que inaugura outra fase do reinado). Tão depressa vende, como manda buscar ao oriente novas toneladas do tesouro.

Póde-se dizer que, em 1502 e 1503, o monarca lusitano é o mais invejado príncipe do globo.

Metido no tráfico, embóra, continúa principesco no destino magnificente que dá á sua abastança. A generosidade é o complemento da prosperidade dos reis. D. Manuel é extravagante no seu luxo, prodígo na sua magnanimidade. Veremos como foi brilhante a sua cõrte, e que monumentos d'arte lhe consagram a ventura de ter achado nascente e poente para a sua ambição sem desvarios. Como soube lucrar, quiz, e soube agir.

Não repousára ainda Cabral das fadigas de sua viagem dramática, e já D. Manuel o intimava a comandar a armada que iria arredondar, no Indico, a conquista portugûesa. Não esperava pela volta de Vespucci. Pretendia estender a sua influencia do mar Vermelho, cujas portas Diogo Dias sondára, ao mar da China, donde se passava para a lendária Cipango. Nutria outras idéas. Havia a Etiopia do "abechim" (como em Sofala se chamava o Preste João); havia o Egito, em mãos dos mussulmanos; as ilhas do obscuro mundo malaio; as minas da costa oriental da Africa, de que falavam os arabes e — atraz dos portos do cravo e da pimenta, a Asia fantasmagorica de Marco Polo...

Mas Pedr'Alvares Cabral não aceitou o encargo, e a terceira frota da India saíu sob o comando de Vasco da Gama, que, assim, tornava ás terras que aterrorizára com as caravelas, de cruces nos panos e bombardas trovejantes.

ONDE REAPARECE CABRAL

A recusa de Cabral revela o seu orgulho, e foi causa de um desfavôr de que se não livrou mais.

Atribúe João de Barros — com Damião de Góes — o dissídio entre o capitão e el-rei ao Regimento que

levaria Vicente Sodré, tornando-o independente, com cinco náos, o que havia de tornar insignificante a ação do primeiro. Daí a expressão, “homem de muitos primôres ácerca de pontos de honra”, com que Barros o condecora, abonada, de sobêjo, pelo atestado de Afonso de Albuquerque. Após a partida da armada, sob o comando do descobridor do caminho da Índia, casou Albuquerque a sobrinha D. Isabel de Castro com Pedr’ Alvares. “. . . Eu fui o que concertei e ordenei êste casamento” — escreveu a el-rei em 1514 —, por ser Cabral “mui bom fidalgo e merecedor disto”. Mas nem êle nem a mulher tinham fortuna que bastasse ao decôro ou ás conveniencias de tão alta família que se empregára no serviço de Sua Alteza: por isso lastimáva o seu ostracismo (“assim o tendes lançado de vosso serviço”), apelava para a munificencia real (“êle tem certo o perdão e galardão”) e sugeria se lhe dêsse alguma incumbencia condigna. . . (1). Teve, nêsse ano de 1514, e talvez devido á carta, uma tença de 200.000 reais anuais, que havia de honrar a melancolia do seu retiro em Santarem, onde, a cuidar dos seus campos, sem mais tribulações morreu em 1520.

Jaz na igreja da Graça da veneravel cidade, em capela e sob lápide perpetua, memorando, a inscrição desta, mais a mulher, Isabel de Castro, do que o valente capitão de 1500. . . (2).

(1) Carta de ALBUQUERQUE, *Hist. da Col. Port. do Brasil*, II, 21.

(2) Lê-se na pedra tumular de Santarem: “Aqui jaz Pedralvares Cabral e dona Isabel de Castro sua molher cuja he esta capella e de todos os seus erdeiros a qual depois da morte de seu marido foi camareira mór da Infanta Dona Maria filha del rei Dom João o terceiro deste nome”. Em conferencia que preferimos em Santarem depois de visitar, com Afranio Peixoto, a igreja da Graça, frizamos que dessa lápide decorre a certeza de que Cabral morreu sem ter percebido inteiramente a importancia do seu descobrimento, e, ao tempo, não parecia êle mais digno de memória do que o titulo de camareira mór da Infanta. . . De um modo ou d’outro, é uma ironia do destino, que seja o cargo de Isabel de Castro o que mais se evidencia na inscrição sepulcral do descobridor do Brasil! Em 1520 — é certo — o Brasil ainda era uma vaga expressão geografica: continuava a fascinação do Oriente e sômente aí havia gloria e riqueza. . . Acres-

A PASSAGEM SUSPEITADA

A viagem do Gama foi absolutamente feliz. Voltou com treze náos — inundando de especiarias o mercado português. Uma armada, porém, não bastava: partiu em seguida a de Estevão da Gama, com destino a Calicut, e, em 1503, nada menos de três frotas (Afonso de Albuquerque, Francisco d'Albuquerque e Antonio de Saldanha) — para a “conquista e comércio”, assim dos portos da Índia como do mar Rôxo que conduzia ao encantado reino do Preste.

D. Manuel aproveitou Vespucci para uma nova expedição á America.

Compunha-se de seis velas, sob o comando geral de Gonçalo Coelho, veterano do “périplo”, pois já em 1488 capitaneára um dos navios de D. João II, que iam á Guiné. Não se destinava, certo, a explorar a terra do “páo brasil”, porém a pesquisar ao sul dela a passagem que se suspeitava, e permitiria chegar-se ao Oriente sem dobrar a ponta da Africa. “Era um regresso ás idéas de Toscanelli, ensaiadas por Colombo e depois realizadas por Fernão de Magalhães” (1). Estaria proxima do “finisterra” do Mundo Novo a misteriosa Cipango? Que haveria do outro lado do continente colombiano? Vespucci continuava em posição secundaria na armada: confiára-se-lhe a direção d'uma das naves.

centemos: a simplicidade daquela lápide é um sinál a mais, da pouca estima que ligou D. Manuel ao feito do seu capitão, parcialmente recompensado, três lustros depois, graças ao parentesco de Albuquerque...

D. Isabel de Castro pertence ao grupo das senhoras ilustradas que rodearam a infanta “sempre noiva”, TEÓFILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, I, 287, Lisboa 1892.

(1) VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 96.

A EXPEDIÇÃO DE 1503

O florentino é quem descreve : “Partimos de Lisboa seis náos de conserva, com o propósito de ir para a banda do Oriente descobrir uma ilha chamada Malaca, a qual se dizia ser muito rica, e como o armazem de todas as náos, que vêm do mar Gangetico e Indico... Partimos no dia 10 de Maio de 1503, e fomos em direitura ás ilhas do Cabo Verde...” Treze dias de escala para refrescar foram os despendidos acolá : mas, “homem presunçoso e obstinado”, o capitão teve a má idéa de desviar-se para a Serra Leôa, donde, castigadas pelos temporais, as embarcações derivaram para sudoeste, passaram a linha e, um belo dia, acharam no meio do oceano uma ilha “extremamente alta” (Fernando de Noronha) que lhes foi fatal. Realmente nessa noite, 10 de Agosto, a capitânia se abriu de encontro a um cachopo e foi ao fundo com todos os mantimentos da esquadra, salvando-se apenas a equipagem. Separou-se aí Vespucci dos companheiros. Queixa-se de abandono por parte destes, que se não detiveram enquanto, por ordem do capitão-mór, andára a procurar um ancoradouro na ilha descoberta. A maneira por que critica o chefe diz bem da incompatibilidade surgida entre elles : nem é demais pensar no gôsto que teria o italiano, de ilustrar-se numa viagem á ventura, sem estar prêso á disciplina dum superior que o aborrecia. Valeu-se — no apêrto — do regimento que levava, mandando que endireitase para a Vera Cruz na hipotese de perder-se das outras náos : e sempre com a prôa para sudoeste “descobrimos um porto, a que puzemos o nome de baía de Todos Santos”, dezeseite dias depois de haver largado “da tal ilha”.

Seria isto a 1 de Novembro de 1503, festa de Todos os Santos. Partira pois a 15 de Outubro. Teria gasto

em Fernando de Noronha dous mêses e quatro dias (1). A bela e cômoda enseada pareceu-lhe magnifica para aí se demorar. Demorou-se com efeito, “dous mêses e quatro dias” (2), na esperança de reunir-se á frota, que deveria ter tomado o mesmo caminho. Como não chegasse, deliberou velejar para o sul duzentas e sessenta legoas, e num porto que descobriu (provavelmente Cabo Frio) — para melhor segurança e efetivação de posse — encetou a construção duma fortaleza. E’ crêr que a fizesse de madeira. Cinco mêses foram assim consumidos. Pronto o reduto e carregada de pão brasil a náó, deixou em terra vinte e quatro homens (da guarnição da capitânia naufragada) com mantimentos para meio ano e doze bombardas. O gentío não os amedrontava: “pacificámos toda a gente do país...” gabou-se Vespucci. Ele próprio entrára, quarenta legoas, o “sartão”, “aonde vi muitas cousas...” E tornou a Portugal, onde chegou (“muito festejados, por todos nos reputarem perdidos”) em 18 de Junho de 1504.

(1) Carta II a Soderini, *Coleção cit.*, 2.º, p. 152. Varnhagen supõe que a baía de Todos os Santos tivesse sido achada na viagem anterior. Infere-o da notícia do próprio Vespucci, dizendo que escalou ao longo da costa, e do mapa de Cantino, de 1502, no qual aparece esse nome. E’ Vespucci, porém, na carta II, que declara ter somente em 1503 descoberto a dita enseada. O mapa de Cantino podia ter sofrido alguns retóques, posteriores a 1504. Não é lícito, entre o planisfério, susceptível de acréscimos apócrifos, e o texto do navegante, dar mais valla ao primeiro. Note-se que no mapa de Cantino o nome da Baía não está ligado á indicação de um golfo — cuja forma exagerada surge nas cartas seguintes como uma interpretação do interesse que representava para as navegações. O cartógrafo (ou outrem por êle, neste caso na corte do duque de Ferrara, Hercule d’Este) desenhou o litoral abaixo do S. Francisco sem o contorno proprio, o que faz supor, como deixamos dito, que Vespucci não seguiu exactamente ao comprido do litoral, porém a boa distância dêste — e no seu mapa se vê a ilha em pleno Atlantico, onde Americo perdeu de vista os companheiros. Não se diga que a ilha foi descoberta em 1501, porque se a conhecia Cantino, com maior razão saberia dela Vespucci. Outrosim não é concludente o argumento de que, em Janeiro de 1504, a mesma ilha, com o nome “de S. João”, foi concedida a Fernão de Loronha. No planisfério tem o nome de “Quaresma”. Não seriam, ilha e nome, correções feitas com o proposito de melhorar a carta em mãos do duque? Sobre o assunto, Malheiros Dias e Duarte Leite, *Hist. da Col. Port. do Brasil*, cit.)

Em todo caso a narrativa de Vespucci é o que de mais claro se tem sobre a sua viagem — e consequentes descobrimentos.

(2) Note-se a coincidência... Dous mezes e quatro dias na ilha, o mesmo prazo na Bahia... Não ha nisso confusão de copia, e o lapso de tempo não se referirá antes á escala em Fernando de Noronha?

O estabelecimento — 24 cristãos num fortim, com doze pequenas peças de artilharia — entrava no ról das feitorias portuguesas.

Que destino teve, ignoramos.

Na Europa, deu que pensar a sorte das duas duzias de brancos, isolados na costa selvagem.

Sir Thomas Morus fantasiou a sua "Utopia" como uma história que, em Antuerpia, lhe teria contado o português Rafael Hythodée, companheiro das três últimas viagens de Vespucci e por êle deixado no Brasil, entre os vinte e quatro... (1)

Recomendou-lhe Erasmo o livro ao editor em 1517, quando se duvidava do isolamento da America, abstraído o Pacifico... Por isso o "utopista" imaginou um glorioso itinerário para o seu personagem: a ilha afortunada (que deu o nome ao volume), a Taprobana, Calicut, onde embarcou, repatriando-se...

O anonimato, senão o trágico fim dos soldados que Vespucci destacou no litoral brasileiro como guardiães do domínio português, está poeticamente compensado pelo sonho do moralista inglês. A primeira lição de um socialismo platoniano, absurdo e generoso, porque idílico, foi ensinado pelo chanceler de Enrique VIII através da metáfora dum português de 1504...

O DERIVATIVO MERCANTIL

A carga de "pão brasil" — consolação do insucesso de Vespucci, que procurava o levante pelo antartico — corresponde a começo de trafico.

E' por essa extração que se inicia o aproveitamento econômico, consequentemente a colonização de Vera Cruz.

(1) THOMAS MORUS' *L'Utopie*, p. 9, Leide 1715.

Principia em 1503 o ciclo do lenho colorante. Abre-se a era da especiaria do Novo Mundo, a madeira cõr de braza, como um capítulo acessório da verdadeira epopéa, das especiarias orientais tomadas nos longinquos portos pelos capitães heroicos — que em armadas anuais de muitos navios, assim del-rei como particulares, e de negociantes portuguezes e estrangeiros domiciliados em Lisbõa, por bem e por mal os abarrotaram de pimenta, canela, cravo, gengibre.

Chegára-se a esta conclusão rápida: a terra, descoberta por Pedr'Alvares Cabral ao ir para a India, só tinha de exportavel o lenho vermelho, próprio para tinturaria. E papagaios...

D. Manuel, tão preocupado com os negocios da Asia, e tendo ainda de combater mouros na Berberia e ajudar no Mediterrâneo, com as suas náos de guerra, a pedido do Pontifice, os venezianos a braços com o turco — achou de melhor alvitre “conceder” aquilo a quem, por conta individual, quizesse explorá-lo. “Conceder” era largar a corõa, passar adiante o trabalho de armar expedições, dar a outros o de corrigir a geografia — emquanto concentrava, cada vez mais rico com os cheiros de Cochim e Calicut, as suas atenções e os seus barcos no trato do Indico, do mar Rõxo e Persico, da cobiçada Malaca, e portos da velha China.

Apareceu o opulento cristão novo Fernão de Loronha. A seu instinto mercantil não escapou a vantagem de substituir-se ao Estado no comércio do “brasil”. Foi o seu primeiro “donatario”. Indicou o rumo a uma infinidade de pilôtos, que a História não chegou a lobrigar.

A MADEIRA — NOME E RENDA

A madeira de tingir era uma especiaria de preço: justificou meio seculo de navegações particulares ou clandestinas, para a terra de Vera Cruz e, afinal, o seu nome.

A de Vera Cruz ou Santa Cruz, de fáto era a “terra do brasil”, isto é, do páo de tinturaria, unico producto de extração fácil e tráfico rendoso que oferecia á ganância dos navegantes. Assim entrou na cartografia, figurou nos relatorios dos mercadôres, passou a ser conhecida nos meios nauticos e ficou — a despeito do que de impio houvesse na substituição da primitiva e religiosa invocação.

“Brasil”, “verzill” dos venezianos, “versino”, “bresil” ou “braxilis” (designação que aparece na Italia, desde o seculo XII), é palavra que nomeia, na Idade Média, o páo de tingir vindo da Asia, (1) e a que aludiram Marco Polo, Pegoletti... (2) Os tecelões italianos, espanhóis, francêses, utilizaram-no largamente (a partir do seculo XIII) para purpurear os panos, pagando-o, é certo, a pêso d’oiro. Não é de supôr que os cristãos, porém os arabes, trouxessem o “versino” para a indústria ocidental: a fortuna dêsse corante estava feita no seculo de 400.

Diz Anghieri, que Colombo, na segunda viagem, encontrára no Haití “silvas imensas” de árvores que “mercatores Itali verzinum, Hispani brasilum appellant”. (3)

Devéras, a comparar com as especiarias do Oriente, que o Gama, Cabral, os Albuquerque lá tinham ido arrecadar, o lenho esbrazeado pouco valeria. Roberto C. Simonsen calcula em sete vezes mais o valôr da mesma carga em cheiros da Índia, o que explica a preferéncia dada pelos negociantes ao longo trajéto de Calicut, desprezando o Brasil, que ficava em meio dessa

(1) GUSTAVO BARROSO, *Aquem da Atlândida*, p. 157, S. Paulo 1931.

(2) No mapa de Giovanni Verazzano, de 1528, que vimos no museu do Vaticano, além da indicação “Terra Sancti Crucis”, ha o esclarecimento: “verzino”. Pigafetta, na descrição da viagem de Fernão de Magalhães, não diz Brasil, mas “Verzino”.

(3) ROBERTO C. SIMONSEN, *Historia Economica do Brasil*, 1, 85 not., S. Paulo, 1937.

viagem. O contrato de Fernão de Loronha, por três anos (1503-05), importava uma prestação anual de apenas 4 mil cruzados, o que seria a renda de um único engenho de assucar sessenta anos depois. O preço do quintal (digamos, 60 kilos) do pão de tinta fixára-se em $2\frac{1}{2}$ ducados no reino (mais ou menos dous e meio cruzados). Sabemos que uma das náos do contrato, a "Bretôa" (1511), carregou 5 mil tóros de 20 a 30 kilos, o que dá uma média de 20 mil quintais para duas náos — exatamente a quantidade da exportação da madeira, segundo o relatório do agente veneziano Leonardo de Cá Messer, relativo a 1505-1507 (1).

O PRIMEIRO CONTRATANTE

Fernão de Loronha era riquíssimo. Costumava mandar navios a ultramar com os del-rei, a quem, no fim, pagava uma percentagem do seu ganho, sempre avultado. Navios seus acompanharam a armada de João da Nova (1501), de D. Francisco de Almeida (1503), possivelmente de Gonçalo Coelho (viagem de Vespucci, 1503). Dêste ano é o contrato de exploração do "brasil", pois, em 6 de Outubro de 1503, isentando D. Manuel de impostos e direitos os negocios de especiaría feitos no reino pelos mercadôres alemães, excetuava as mercadorias das náos "que foram com o almirante" e os "que comprarem nos navios do trato de Fernão de Loronha das terras novas durando o tempo do seu contrato que se acabará no ano de 1505..." (2) Em 16 de Janeiro de 1504 foi-lhe doada a "ilha

(1) ANTONIO BAIÃO, in *Hist. Col. Port. do Brasil*, 11, 324. Diz o veneziano que o quintal de madeira custava meio ducado e se vendia por $2\frac{1}{2}$ e 3. O lucro não era de ordem a desviar do seu comércio da India os especuladores das especiarias — que ganhavam muito mais.

(2) BAIÃO, cap. cit. da *Hist. da Col. Port. do Brasil*, 11, 325.

de S. João” (Quaresma, no mapa de Cantino, S. Lourenço, por ter sido achada em 10 de Agosto, da viagem de Americo Vespucci, *Fernando de Noronha* afinal, em virtude dessa doação).

As obrigações do contratante eram peizadas: continuar o descobrimento, levantar um forte para a defesa da terra firme e reservar o quinto da renda para el-rei.

O fato de ter Vespucci construído o fortim e reconhecido a costa, fez supôr que a expedição de 1503 já fosse por conta de Loronha. Não se pôde insistir na afirmativa, tanto porque o florentino não o menciona, como pelo proposito inicial, que declara, de ir ao oriente pelo sul da America. Que Vespucci, aliás, contrariou o governo portugûes parece certo, pois em 1505 deixou o serviço de D. Manuel, voltando ao de Espanha com a experiência enriquecida, o nome feito e a sua fama a voar pela Europa. Crêmos em outra sorte de providencias. O poderoso Loronha despacharia diretamente os seus navios para a Vera Cruz, sem se desprender entretanto dos interesses que tinha na Asia: contentando-se com duas viagens do mesmo barco por ano, ou dous dêles numa travessia anual, que lhe daria os 20 mil quintais de páo de tinturaria referidos pelo agente de Veneza — limite máximo (parece) da exportação de “brasil” no reinado do “Venturoso”.

Desobrigou-se de seus devêres: é o que explica a prorrogação do contrato trienal, em pleno vigor em 1511, quando a não “Bretôa” se abasteceu no Cabo Frio. Em 1513, o contrato do “brasil” ia parar em mãos de João Lopes Bixorda, e, em 1516, el-rei, assustado com o progresso das navegações francêsas, cuidava de policiar a costa dos domínios transatlânticos por uma frota bem artilhada.

Entre 1503 — quando Vespucci meteu a bordo a sua carga de “brasil” — e 1511, aquele litoral fôra re-

petidamente avistado, assim pelas esquadras da Índia (Afonso de Albuquerque, D. Francisco de Almeida...) como pelas náos do “trato”, ás quais — impossível seria determinar! — pertenceram três povoadôres, com quem começa a história da catequese dos índios e da ocupação efetiva do solo brasileiro. O “bacharel” de Cananéa, Diogo Alvares, naufrago da Baía de Todos os Santos, e João Ramalho, que Martim Afonso, em 1530, encontrou, patriarcal e possante, além da serra de S. Vicente. Os três, por essa época, deviam ter sido lançados á costa. Apenas quanto a Diogo Alvares a cronologia é precisa: 1509. Dos dous degredados que Cabral largára em Porto Seguro, do alto cruzeiro benzedo por frei Enrique de Coimbra, dos vestígios do primeiro desembarque nada se soube mais. Decerto os indígenas mataram os dous brancos — como ao norte fizeram com os da armada de 1501: e áquela enseada não voltaram portuguezes senão muitos anos depois, apesar da noticia de grande e convidativa abrigada, que corria nos mapas. Pelo menos a exploração da madeira se localizára noutras latitudes: ao norte do rio de S. Francisco e em Cabo Frio. Deve-se a êsse desvio o abandono em que, tanto tempo, viveu, na baía de Todos os Santos, o vianez Diogo Alvares, adotado e honrado pela tribu “tupinambá”.

ESQUECIMENTO DO BRASIL

D. Manuel I esqueceu o Brasil. Orgulhoso dos seus títulos — senhor do comércio e navegação, Guiné, Etiopia e Índia... — desprezou, na enumeração dêles, as “novas terras”. Africa e Asia são os mundos contidos na sua política, na sua ambição e na sua heraldica. E’ faustoso graças ás mercancias do Indico, e deixa-se absorver por êsses cuidados, de princípio risonhos —

tão vastos eram os lucros das armadas — e em seguida trágicos e espantosos, com as tremendas guerras acêdas no Oriente pelos coligados inimigos da cristandade.

O ciclo do pão brasil é mediocre ; arrasta-se sem brilho ; nada de extraordinario promete. Foi preciso que a concorrência estrangeira sacudisse el-rei nos seus melindres, para que abrisse os olhos, e se lembrasse da America. Acordou a tempo. E acordou em meio a um sonho glorioso : o seu doirado e magnifico reinado. E' necessário vêr Lisbôa em 1505 ou em 1520, para compreender o golpe que ferira o comércio do Mediterrâneo, a influencia das riquezas asiaticas no ocidente sóbrio e católico, a megalomania do príncipe e o subito florescimento de Portugal.

... E DOS POETAS

Em 1510, no “Auto da Fama”, Gil Vicente cataloga as conquistas portugêsas, e á America dedica apenas uma alusão geografica, aliás errada e fugidia :

Com ilhas mil
Deixai a terra do Brasil (1)

Como se referira primeiro á Guiné e depois a Arabia e Persia, o Brasil alí figura, como uma escala de navegação. No *Cancioneiro* de Garcia de Resende nem isto se nomeia : ha apenas menção das “aves falantes”, e das onças, que podiam ser do Novo Mundo.

A India valia tudo. Luiz de Camões não ficaria atraz dos illustres predecessôres, que em lira classica lhe cantaram as guerras e trabalhos. O Brasil, nos “Lusiadas”, é ponta de véo que não se chegou a levantar. Ha uma escusa :

(1) *Obras de GIL VICENTE*, II, 279, edição de Mendes dos Remedios, Coimbra, 1912.

A Terra de Santa Cruz, pouco sabida . . . (Lus., IV, 3).

Uma idéa de extensão :

*Na quarta parte nova os campos ara ;
E, se mais mundo houvera, lá chegara. (Lus. VII, 14).*

A certeza de um valôr — a madeira de tinta :

Parte também, co pau vermelho nota . . . (Lus., X, 140).

Título alem disso, para a biografia de um herói
Martim Afonso . . .

. . . que já será ilustrado

*No Brasil, com vencer e castigar
O pirata francês, ao mar usado. (Lus. X, 63).*

Nada mais. (1)

(1) AFRANIO PEIXOTO, *Ensaíos Camoneanos*, p. 388, Coimbra 1932,

PORTUGAL MANOELINO

Tomemos a arte como um retrato sentimental : do choque causado pela chegada ao Tejo dos navios do Gama — e depois dos navios de Cabral — repletos de canela, pimenta, cravo, estôfos, almiscar, marfim, pedraria, gengibre, lacas, ourama, e quanta maravilha se escambava na Índia.

Ha na igreja de S. Francisco, da cidade do Porto, uma capela datada de 1500, feita por João Carneiro, na qual não se percebe a mínima impressão da nautica, que — imediatamente em seguida — transformaria o gótico português, em transição para o clássico italiano — “manuelino” (batisou-o o nosso Varnhagen). Quer isto dizer que em 1500 o arquiteto provincial não recebera ainda a lição que reluz nos edificios de Belem (Tôrre e Jerônimos), construidos em intenção das navegações, e cujo ornato característico é a corda — com o nó de marinheiro, substituindo a flôr escultórica tão profusa no estilo ogival. Ao tempo, porém, em que os Jerônimos estavam nos alicerces, D. Diogo Ortiz, o bispo que benzêra a expedição de Pedr’Alvares, que duvidára de Colombo e aconselhava el-rei a par dos seus judeus-matemáticos, levantava os tectos “manuelinos” da Sé de Vizeu, onde encontramos os mais autênticos nós marujos de toda a decoração néo-gótica portugueza dessa época de revolução artistica. A obra foi concluida em 1513, como réza a inscrição ao pé do escudo do pre-

lado-astrólogo (1). Nas capelas imperfeitas (isto é, inconclusas) da Batalha — monumento que se não completou para ser mais depressa concluído o convento dos Jerônimos, mausoléu de D. Manuel; na inimitável Torre de Belem, no convento de Cristo em Tomar — onde o ornato nautico bem cabia, por ter sido a Ordem de Cristo a primeira financiadora dos descobrimentos — as sugestões maritimas representaram mais do que a “moda”: uma heraldica, uma consagração, um proposito espiritual e político. A esfêra armilar delrei brazona os edificios do Estado. O “exótico” invade o reino. A mentalidade euro-asiatica de Veneza do seculo XV transfere-se para Lisbôa, ao começar o seculo XVI. As aves africanas, orientais e brasileiras, as palmeiras de Guiné, das ilhas, e do Levante, os animais ferozes descritos por Plinio, e nunca mais vistos na Europa, surpreendem, envaidecem, apaixonam o povo.

Lisbôa muda a sua fisionomia de burgo tranquilo, religioso, prudentemente amuralhado nos altos, e com os saloios, descendentes dos mouros, espalhados á volta, nas terras de pequena lavoura e ao longo do rio amplo.

O arquiteto dos Jerônimos reflete genialmente êsse estado d'alma. A formidavel igreja de Santa Maria de Belem, em cujo portico lavrado se vêm os reis orantes, o Infante D. Enrique apoiado ao montante, tem as colunas internas vasadas e esculpidas ao gôsto indochinês do marfim entalhado, e os capitéis, não mais floridos á maneira medieval, porém enramados á imitação das palmeiras, espalhando as nervuras, como grossos buritiseiros do Brasil, pelos illustres tectos de pedra de Alcantara. Parece-nos, refundida em fórm

(1) F. DE ALMEIDA MOREIRA, *Imagens de Viseu*, p. 58, Porto 1937. Na catedral de Viseu encontra-se a primeira representação artistica do índio brasileiro, no quadro atribuído a Jorge Afonso, “Os Reis Magos”, e no qual o africano foi substituído por um indígena do Brasil, possivelmente á copia dos que levára Cabral. A têla é de 1510, cf. F. DE ALMEIDA MOREIRA, *As influências coloniais na pintura primitiva portugueza*, Porto 1934.

ciclópicas, uma floresta fabulosa. Esse ar botânico, essa imitação do tropical na arte portuguesa de D. Manuel comemora o exotismo, e alia, ao culto do “mundo novo”, a glória da marinharia. É o tempo em que os fidalgos mais estimáveis vão ao Oriente; em que o exemplo do tráfico e especulação parte da casa real; em que o país se desvia das tradições agrícolas e perde o senso do seu destino ibérico, para, afoita e gulosamente, tentar digerir três quartas partes do globo. A tragédia viria sem demora: mas antes da desilusão, era o esplendôr.

No *Cancioneiro* de Garcia de Resende, esboça-se um retrato de Lisbôa poliglôta, infestada de estrangeiros, ressoante de pregões, da alvorada do seculo de 500:

Assi como vam da náo,
 todolos outros estantes
 n' despenam,
 levam ouro, trazem páo,
 nossos tratos mercadantes
 desordenam.
 Por flamengos, genoeses,
 florentinos, e castelhanos,
 mal n' vindo... (1)

E cheia de barbaros...

Jacobitas, abassinios,
 cataios, ultramarinos,
 buscam godos e latinos
 esta porta principal. (2)

Repleta de bichos estranhos, joalheria, alfaias raras...

Onças, leões, alifantes,
 monstros, e aves falantes,

(1) Edição de Coimbra, 1910, I, 221.

(2) *Cancioneiro geral*, V. 180.

procelanas, diamantes,
é já tudo mui geral. (1)

Gil Vicente, no "Auto da Fama", lisonjeia o senhor de tantas maravilhas :

E as mouriscas riquezas
Ao Tejo se virão. (2)

E iam do Tejo, com o dinheiro, que fugia...

O "cruzado" português é moêda europêa. Circula por todas as praças. Corre de leste a oeste.

Shakespeare, no "Otêlo", fará Desdemona exclamar :

Believe me, I had rather have lost my purse
Full of *cruzados*... (Act. 3, sc. IV)

Em Veneza, é esse ouro que prevalece. Italia, Flandres, Inglaterra... As côrtes da Europa disputam os serviços dos nautas de Portugal, como práticos das travessias grandes : Solis, Magalhães, Carvalho. A inveja dos armadôres estrangeiros congrega-os contra a bandeira de D. Manoel ou de D. João III. Ramusio transcreve a queixa dum pilôto francês, que hoje se sabe ser Jean Parmentier, exprobrando, ao menor povo europeu, a cupidez mais vasta... (3) As razões de Grotius palpitam já nêsse protesto. Mas o pequeno país frúe largamente a sua quadra ditosa. Espanha apega-se á sua aliança e Carlos V dá a corôa de imperatriz á filha de D. Manuel. França procura-lhe as bôas graças e lhe pede de emprestimo o resgate de Francisco I. Habitua-se o Papa á magnificencia de suas embaixadâs, algo fantasticas, necessárias comtudo, para a recuperação, em Roma, do terreno perdido, em favor de

(1) *Cancioneiro geral*, V. 179.

(2) *Obras de GIL VICENTE*, edição de Mendes dos Remedios, II, 281, Coimbra, 1912.

(3) GAFFAREL, *Jean Anjo*, p. 25.

Castela, no pontificado de Alexandre Borgia. A diplomacia de D. Manuel é o aspecto mais harmônico e equilibrado do seu governo. Caracteriza-a uma habilidade digna e subtil, que consiste em repudiar Portugal as ligas ofensivas na Europa, ficar equidistante de Paris e Madrid, sustentar a Igreja contra o turco, e aproveitar-se da tranquilidade de sua fronteira histórica para concentrar no oceano os recursos. O seu inimigo é o mussulmano. As façanhas da Asia avivam o odio velho ao Islam. Na India, o bramâne é amigo, deve ser bem tratado, merece fé. Toda guerra aos “rumes” (maometânos) é justa e sem quartel. As condições da cristandade áquele tempo e os interesses de Veneza, como vimos, malograram o sonho largo de D. Manuel : uma junção das fôrças européas contra as do Profêta, no oriente. Afonso de Albuquerque chegou a conceber, êle só, o ataque a Meca, ao sultão do Egipto, ás fontes do islamismo : tarefa maior que as magras possibilidades das “armadas” lusas, materializou-se parcialmente, n’alguns ataques exparsos. Um seculo depois Serafim de Freitas,¹ respondendo ao requisitório de Grotius sobre o “mare liberum”, invocava a surdez da Europa para a iniciativa do “Venturoso”, oportunidade que se perdera, de acabar com o Crescênte (1).

O “sistêma” dêsse rei sagaz, de enriquecer-se sem esquecer os compromissos espirituais, negociando em grosso a pimenta e cercando-se dum esplendôr barbaro, modificára substancialmente o caráter nacional.

Prodigalidade e desvaios... Gemia Sá de Miranda :

Estes mimos indianos
Hei gran mêdo a Portugal... (2)

(1) Mosés BENSABAT AMZALACH, *Trois précurseurs portugais*, p. 77, Paris (Récueil Sirey).

(2) *Poesias de Sá de Miranda*, ed. de Carolina Michaelis, p. 206, Halle 1885.

E lastimava a corrupção dos costumes :

Fez-nos a ousada avareza
Vencer o vento e o mar,
Venceu quasi a natureza.
Medo hei de novo a riqueza
Nos torne a cativar.” (1)

Infiltração mercantil, que amolecia a fibra militante, da aristocracia peninsular ; hábitos suntuários, que desmentiam a antiga austeridade ; ambições frívolas e luxos ruinosos, em contraste com a sobriedade medieval ; sobretudo abandono das atividades calmas, da ordem corporativa, da burguezia dos “mesteres”, para os negocios desmedidos, do Levante...

Entravam em Lisbôa, todo ano, cerca de 10 mil escravos (2). Segundo Damião de Góes, em 1557 a oitava parte da população lisboêta era de negros. Negros de servir, negros de ofícios, negros carregadôres, a suprir de braços a terra debilitada pela emigração, como deplorou o poeta :

Que o cheiro desta canela
O reino nos despovôa. (3).

Figurou Camões no velho de Restélo Portugal, queixoso das loucuras heroicas, a ter saudades da vida rural e honrada dos reis velhos, quando as noras cantavam entre os trigais, e o moleiro triturava o seu grão sem pensar em desarraigar-se, da “pequena casa lusitana”. O Infante D. Enrique metêra-o na infindavel aventura, da qual colhêra tão portentosos resultados e, mais por diante, decepções sucessivas.

D. João III fôra diferente do pae, como D. Manuel do cunhado e antecessor. O “Venturoso” herdára um

(1) *Poesias*, cit., p. 238.

(2) D. Carolina Michaelis, *Poesias de Sá de Miranda*, p. XIX.

(3) SÁ DE MIRANDA, *op. cit.*, p. 237.

rico Estado, e gastára imprudentemente. D. João recebêra um Estado oprimido por imensas responsabilidades, e viveu a equilibrar, com os seus gôstos de pompa e estudos, as más finanças. Deu á intelligencia a primazia que D. Manuel dêra ao comércio. Foi mais intelectualista que navegador. Em D. Manuel, ha bizarras de veneziano maniaco de cousas exóticas — os seus elefantes, os seus papagaios, o rinoceronte del-rei de Cambaya, os emissários indús; mas em D. João preponderam as vaidades florentinas — os seus poetas e lentos, a sua Universidade, as suas “bolsas” nas do estrangeiro, os seus artistas, que concluem Belem, reformam Tomar, começam Enxóbreagas, avançam as capelas imperfeitas da Batalha...

Na arquitetura, o paralelo entre os dous reinados é mais logico. Com D. Manuel, o gótico adquire as pompas nauticas, e associa a intenção catedralesca á trivialidade das occupações maritimo-comerciais dos portugêses.

E' uma liga inconsciente de céu e oceano, que, em certos pormenores — assim na inexcedível janela de Tomar — floresce com a imitação das vegetações submarinas, madréporas, sargaços, algas, destróços de barcos, de maneira a juntar á linha ogival, que indica o firmamento, as misérias do fundo das águas. Mas D. João III repele o estílo anglo-borgonhês da Batalha. Quer o clássico. Apaixona-se pela Italia. Sente a renovação do antigo, a Renascença que lhe chega da Toscana e de Roma, para as artes plasticas, para as construções com Francisco de Holanda, para as letras com Sá de Miranda. Em logar dos agimêses, rétas e curvas, em vez do esplendôr gótico-arabico, a solidez romana; contra a Idade Média (é o principal) a linear Antiguidade.

Por isso (e pela falta de dinheiro), deixou inconclusa a Batalha, já desamparada por D. Manuel, com

a prêssa de levantar os Jerónimos, e suspendendo a restauração manuelina do convento de Cristo, a completou com os páteos e edifícios néo-clássicos, dignos da época de Michelozzo e Buonarote. Tomar perdeu assim o seu destino de casa medieval dos freires-cavaleiros, para se descaracterizar em convento italico-jesuitico, exatamente á maneira da cultura literaria, que, em 1537, ganhou em Coimbra instalação definitiva, com a transferencia da Universidade amesquinhada na grande praça mercantil e cortezã de Lisbôa. A introdução do Santo Officio em 1534, para sistematizar a “depuração” espiritual; a mudança da Universidade em 37, a substituição, em seguida, dos professôres francêses, vindos com André de Gouveia, pelos jesuitas, isto é, dos humanistas irreverentes ou “rabelaiseanos” (como já se dizia) pelos educadôres que exigiam a compreensão dos tranquilos textos latinos e grêgos — se ajustam á mentalidade que opunha á desordem manuelina (em arte: a nacionalização do gótico) e ao racionalismo calvinista (em arte: a nacionalização do clássico) a obediencia dos modêlos romanos como os companheiros de Loyola os viram. Ortodoxia em substituição do humanismo alegre. Fím dos jocosos serôes manuelinos, do teatro de Gil Vicente, do malicioso cancionero do paço da Ribeira, do cosmopolitismo das duas primeiras decadas do seculo, quando Lisbôa rivalizou com as cidades maritimas da Italia no colorido de suas galas e na multiplicidade de suas embaixadas. D. Manuel, para corrigir os males dessa invasão do pitorêsko e do êxotico, limitou-se a perseguir incoerentemente os judeus. D. João foi mais radical: policiou a inteligencia, ajudado nisso pelo descrédito das especiarias, que despediu os forasteiros, e pelo advento dos jesuitas, que vinham pôr ordem á pedagogia.

O mestre do risco Francisco de Holanda, que D. João III mandára secretamente copiar na Italia as for-

talezas e quantas obras publicas merecessem imitadas em Portugal, (1) escreveu para el-rei D. Sebastião em 1571 um melancólico ról de trabalhos que estavam por fazer, e chamou : “Da fabrica que falece á cidade de Lisbôa”. Depois de vangloriar-se do êxito de seus debuxos e do agrado que tivera dêle o régio protetor, estranhava que não houvesse em Lisbôa condigno palácio, condenado o monarca a mudar-se constantemente da Ribeira (sobre os armazens da casa da India) para os Estãos, sêde da Inquisição, ou para Santos o Velho... Não se continuára a edificação dos paços de Enxóbre-gas, que começára D. João. Ficára no tinteiro a canalização das águas para o Rocío. A capital contentava-se com um único chafariz. (2) Careciam de calçamento as estradas que lhe procuravam o centro urbano. Se investida do inimigo, render-se-ia por falta de muros que a acobertassem, á maneira das praças italianas e francêsas. Os grandes projéto de melhoramentos municipais, encorajados pelo falecido rei, pelo infante D. Luiz, mesmo por D. Manuel, continuavam a desafiar iniciativas tímidas, inação plumbea...

O desalento chegava a tempo.

A decadencia do trato das *especiarias* podia amortecer a mania do Oriente. Dificilmente corrigiria os vicios propagados pela éra mercantilista que se encerrava ao som das fanfarras : com as expedições temerárias de D. Sebastião á Africa. Na segunda, lá ficou êle, com várias centenas de fidalgos, deixando os destinos da nação à mercê da conquista estrangeira que tinha por si presunções juridicas : o direito sucessório de Felipe II... O que se viu então foi atroz : o embaixador do

(1) JOAQUIM DE CARVALHO — *Francisco de Holanda, Da Fabrica, etc.*, p. 1, Lisbôa, 1879.

(2) *Op. cit.*, p. 17, O opusculo do artista português constitúe o mais ardente louvôr que nesta língua se tem da Renascença italiana e de sua influênciam sobre a civilização ibérica.

espanhol, D. Cristovão de Moura, espalhou fartamente o ouro do suborno. E tantos caracteres afrouxados ou corrompidos pelos ganhos da carreira da India, senão educados na cobiça dos negocios, esqueceram a tradição rustica e dura dos antepassados de Aljubarrota.

1580 é porisso uma réplica triste de 1498. Com exceções illustres. Com episódios lamentáveis.

A LUTA PELAS ESPECIARIAS

REPLICA VENEZIANA

Em 1510, desdenhava o poeta. Portugal arruinára a “Serenissima República...”

“Preguntai ora a Veneza
Como lhe vai do seu jogo...” (1)

As especiarias compradas em Alexandria e Beyruth pelos venetos suportavam múltiplos direitos, pagos durante o longo trajeto, de maneira a sair, o que custára inicialmente um ducado, por 60 e 80. A’ chegada da frota do Gama foi que se verificou a possibilidade de vender-se na Europa o mesmo produto por 30 e 40 ducados, o que, desde logo, arrasava a concorrência veneziana. Conta Marin Sanuto no seu diário que, em 1503, os mercadores venezianos pediram ao Senado que fizesse voltar as galeras que iam carregar no Egito, pois não queriam “mandar a comperare Spezie carissime e venderle a poco, como avrebbero dovuto fare per la grande abbondanza di merci e quindi a basso prezzo sui mercati di Lisbona”. (2) Em 1503 a armada de Vasco da Gama transportou 35 mil quintais de pimenta, canela, gengibre, noz muscada, fóra pedras preciosas e perolas, num valor total de um milhão de ducados (sendo que a despesa da expedição não passára de 200

(1) GIL VICENTE, *Auto da Fama*, Obras cit., II, 279.

(2) PIETRO SILVA, *Boletín della R. Università*, Perugia, 13, p. 287, 1938.

mil). Em 1504 as especiarias eram vendidas em Lisbôa por preço cinco vezes menor que os de Veneza. O lucro dos particulares, interessados na armada, fôra de quasi duas vezes a quantia avançada. (1) Veneza, a triunfante, como dizia Felipe de Commines — ante aquela calamidade (que assim se lhe afigurou a abertura do caminho marítimo da India) reagiu com as armas que melhor manejava na Europa do seu tempo: as armas de sua hábil diplomacia. Destacou observadores para Lisbôa e tratou de levantar, no oriente, as potencias mussulmanas contra os portuguezes. Chegou a pensar na construção do canal de Suez... (2) Errou logo, não aceitando a oferta de D. Manuel, para associar-se ao negócio da especiação indo fazê-lo no Tejo, donde as suas galés a distribuiriam pelo Mediterrâneo. A orgulhosa aristocracia da "laguna" não se conformava com a derrota comercial: concebeu o plano anti-cristão de indispor, mediante prevenções insanáveis, os principes orientais contra os capitães de D. Manuel. Ao tempo em que os agentes de Veneza escreviam de Lisbôa para o Conselho dos Dez minuciosos relatórios, saiu Benedetto Sanudo (1503) a convencer o sultão do Egipto do perigo que representava para o Islam a infiltração portugueza no mar Rôxo. No ano seguinte Francesco Teldi, embaixador disfarçado em negociante de joias, levou ao sultão Kansou-al-Gouri as bases de um tratado de aliança ofensiva e defensiva contra Portugal. (3) Originou-se dessa coligação uma série de hostilidades que os lusos tiveram de rebater na Asia — empregando a fôrça onde falhava a arte de pacificar os povos, sublevados pelos provocadores arabes.

(1) CHARLES DIEHL, *Une République patricienne — Venise*, p. 188, Paris, 1925.

(2) HENRI HAUSER et A. RENAUDET, *Les Débuts de l'Age Moderne*, p. 60, Paris, 1938.

(3) OCTAVE NOËL, *Histoire du commerce du monde*, 11, 56, Paris, 1894.

Logrou resultado a política de Veneza : não porque impedisse a expansão portuguêsã no Levante ; mas pelos sacrifícios, superiores aos próprios recursos de gente e dinheiro, a que arrastou Portugal — obrigado a tratar como inimigas as praças onde inicialmente lhe sorriram as transações mais rendosas. Apenas não se exauriu em proveito da insidiosa rival, cuja decadencia, em 1506, Priuli confessava : “tudo isto provem dos portuguêses...” (1). Holanda e Inglaterra seriam os herdeiros felizes do império que os portuguêses não pudéram conservar — depois de o terem conquistado em circunstâncias épicas.

A EPOPÉA DA INDIA

O período de ocupação da Asia iniciou-se em 1505, com a armada de D. Francisco de Almeida — pois as anteriores se tinham limitado a negociar *especiarias*, estabelecendo, quando muito, uma feitoria confiada á tolerancia do rei indiano.

D. Francisco tomou Quiloa, permitiu que a sua gente pilhasse a cidade, e aí construiu uma fortaleza. Não era mais um armazem, como o de Aires Correia em Calicut, mas um castelo, como o de Azambuja em S. Jorge da Mina. Desfraldada nêsse baluarte a bandeira real, significava a instalação da soberania portuguêsã, o seu definitivo desembarque na costa oriental da Africa. Incendiou Mombaça, levantou em Angediva uma fortificação, queimou tambem por castigo Onor, e espalhou o mêdo entre os indús, desbaratando os que se lhe opuzeram em Diu... Albuquerque navegou nas

(1) HAUSER ET RENAUNET, *Les Débuts de l'Age Moderne*, p. 60. A embaixada especial de D. Manuel junto ao papa Julio II teve por fim aliciar a cristandade contra os mussulmanos, em réplica á diplomacia veneziana, vd. P. Serafim de Freitas na sua resposta a Grotius, *AMZALACK, Trois Précurseurs Portugais*, fs. 76, 7.

mesmas águas. Tomou Curiate (1507), início de sua vida heroica no oriente; investiu, destruiu, abraçou Mascate, cortando orelhas e narizes aos cativos, numa demonstração de implacável “justiça”; Soar se lhe rendeu; a armada de Ormuz foi desbaratada, entregando-se o reino á discrição do português... Guerras grandes; planos maiores. Prejudicam áquelas e estes as malquerenças entre os capitães del-rei D. Manuel. Afonso de Albuquerque desvia-se de Ormuz porque quatro dos seus cabos dissentem d'ele; e D. Francisco de Almeida, melindrado pela ordem de Sua Alteza de entregar-lhe o governo da India, acaba prendendo o heróe de Mascate... Interveiu a tempo el-rei com a esquadra de D. Fernando Coutinho, forte de quinze náos, levando instruções severas para remeter D. Francisco de Almeida para o reino dando posse no governo a Albuquerque, assim retirado da prisão de Cananor (4 de Novembro de 1508). A autoridade da corôa salva o império ameaçado de desagregação. Poderoso pela confiança em que ella o tem, Albuquerque realiza prodigios: toma Gôa com muito sangue, tendo o cuidado de não poupar os mouros e proteger os naturais, distinguindo assim os inimigos religiosos (maometânos) dos pacíficos bramânes —, apodera-se da famosa Malaca, cresce sobre Aden... Mas aí as escadas se québram encostadas aos muros e os atacantes têm de desistir do assalto — primeiro insuccesso de que se queixam, e que constituê uma fatalidade para a obra portugueza no oriente. Era o mar Vermelho que lhe escapava — gozando-se o sonho que o Albuquerque nutria de atingir o Egipto e — quem sabe? — desviando o curso do Nilo, reduzir á fome o sultão do Cairo... Morreu de suas doenças “Albuquerque terribil” — ingratamente substituído no governo da India por Lopo Soares de Alvarenga, que, com treze náos, partira de Lisbôa em 7 de Abril de 1515: e tal foi o renome de suas proezas, de

sua conduta réta e inexorável, de sua fêra e leal galhardia de cavaleiro, que se disse que os seus ossos, guardados em Gôa, constituíam a segurança do domínio português naquelles sitios... Sinal de nóvas, vastas dificuldades, o falecimento do grande capitão marcou o começo de desastres rudes. São oitenta as velas com que, em vão, Diogo Lopes de Siqueira quer sujeitar novamente Diu, em 1520, e nada menos de trezentas levou, em 1531, também sem resultado, o governador Nuno da Cunha... Mais afortunado seria Martim Afonso de Souza, em 1534. Porém gastos enormes, vidas preciosas, perdidas em tantas aventuras, naufragios, inúmeras batalhas, desperdícios da côrte e malôgros no mar, puniram nos seus ultimos dias a gloriosa vaidade de D. Manuel, o "Venturoso".

MAIOR QUE A FORÇA HUMANA...

E' preciso pôr em confrônto as possibilidades portuguezas e o mundo a dominar...

Um milhão e duzentos ou, quando muito, 1.400.000 habitantes, dariam a Portugal, em 1500, pouco mais de trezentos mil homens em condições de trabalhar, navegar e pelear (1). Desta população válida, a percentagem dos que podiam emigrar, marinheiros, soldados, mercadôres, fidalgos á caça de fortuna, funcionários e desterrados, nunca poderia ser tão forte que dispuzesse a corôa em ultramar dum exercito de muitos mil. O que de mais maravilhoso ha na epopéa asiatica é o pequeno numero dos companheiros de D. Francisco de Almeida ou do Albuquerque. Dir-se-ia que cada um daqueles campeadôres valia um batalhão. Um exem-

(1) Vd. FIDELINO DE FIGUEIREDO, *Estudos de Historia Americana*, p. 1, S. Paulo: e af a resenha do problema.

plo : a prantear-se do revez de Aden, o grão capitão alude a cincoenta portuguezes, que ficaram desamparados na muralha. A perda de meia centana equivalia então á de um exercito inteiro. Ainda assim, “de 1497 a 1527, durante os trinta primeiros anos do império portuguez do Extremo-Oriente, 320 navios partiram para a India e transportaram 80 mil pessoas, entre soldados e passageiros” (1). Tal esforço consumiu — juntamente com as suntuosas despesas do “Venturoso” — o que a India rendeu, e por adiantamentos de particulares a el-rei, o que a India prometia...

As condições especiais da Europa — favoráveis de início a Portugal, na sua expansão — foram-lhe finalmente nefastas, no declínio do seu ímpeto de navegações e conquistas. De um lado, a trama veneziana mobilizára os “rumes” do mar Vermelho e do Persico; do outro, a luta entre os dous principais monarcas católicos, Francisco I e Carlos V, forçado aquele a pedir mais tarde o apoio do grão Turco, acoroçoaram e estimularam o Islam, para dilatar no Mediterrâneo a sua influencia e avançar no Levante a sua reacção. Os Estados alemães poderiam juntar-se ao Papa para fechar-lhes as portas da Cristandade : qualquer ação comum se lhes tornou impossível depois da Reforma, de Luthero. A adesão dos inglêses, emfim, ao protestantismo, desvinculava a grande nação marinheira dos compromissos internacionais ratificados em Roma. Não tardariam a engrossar-lhe, no oceano, as armadas corsarias, flamengos e calvinistas francêses. A dissidencia do mundo cristão, o litígio entre os reis que os Pirenêos separavam, guardiães naturais da tradição romana, as guerras civís que desmanchavam o Sacro Império, a inclusão dos maometânos no jôgo político do continente como fatôr de desempate, malograram os anelos

(1) FIDELINO DE FIGUEIREDO, *op. cit.* p. 21.

de D. Manuel e de D. João III, de fazer da conquista oriental uma “cruzada” definitiva, do aniquilamento dos mussulmanos nos países das especiarias um empenho comum do ocidente...

A Europa não pode corresponder ao sonho grandioso do Infante de Sagres.

E Portugal esgotava-se...

D. João III só nominalmente foi um monarca opulento.

Já a armada de D. Nuno da Cunha, “a maior que nunca houve na Índia”, como escreveu Gaspar Corrêa, em parte fôra aprestada por “homens ricos, fazendo os navios com o seu dinheiro para depois El-rei lhes pagar, de que lhes dava as capitâneas com seus ordenados, e em seus soldos lhes dava (o governador) todas as cousas dos armazens...”

Não havia, pois, sobras nem interêsse, para uma proffcua ocupação da “terra do Brasil”.

Fernão de Loronha continuava a arrecadar aqui o seu páo de tinturaria.

Em 1511 achamos — pela noticia da não “Bretôa” — êsse obscuro tráfico em pleno desenvolvimento: mas não se metia nêle o Estado, nem se restringia, como logo se viu, ao contratante de Lisbôa. Os francêses vinham disputá-lo aos portuguezes, e se D. Manuel não se apercebesse da concorrência, esta acabaria por privá-lo dos principais pórtos do “mundus novus”.

De quando data a primeira viagem de navio francês para o Brasil?

Diogo de Leppe visitára antes de Cabral a costa do norte, á altura do equador. E’ problematica a viagem de Cousin, anterior á de Pinzon. Mas em 1503 se sabe que o capitão de Honfleur, Binot Paulmier de Gonneville, com um navio de 120 toneladas, a pretexto de demandar a Índia, tocou em três pontos do litoral

brasileiro. Levava dous portuguezes, Bastião de Moura e Diogo de “Cohinto” (Couto?). (1). Provavelmente indicavam o roteiro, como tantos outros veteranos dos descobrimentos, que se deixaram atrair pelos armadores do resto da Europa.

ENTRE ESPANHOES E FRANCESES

Em seguida à viagem de Gonneville, muitos navios da mesma origem procuraram a costa do Brasil, mantendo, com os índios mais tratáveis, um contacto permanente.

A náó “Bretôa” não foi armada por Fernão de Loronha. O estílo era quotizarem-se os homens de negocios ratinhando os gastos. Assim veremos em relação ao navio descrito pela “nova gazeta alemã” — de 1514. Bartolomeu Marchione, Benedito Morelli e Francisco Martins aparecem como responsáveis pelo navio. O primeiro era o rico florentino, estabelecido em Lisbôa antes de 1486, e que figura como armador de embarcações de comércio na expedição de Cabral, na de João da Nova, na do Gama. Morelli, também florentino, era seu sobrinho (como se vê, de um papel de 1508, referente aos negócios que tinham ambos na ilha da Madeira) (2).

O nome de “Bretôa” pôde ser alusivo ao lugar da construção da náó, a Bretanha, o que é uma hipotese: sabe-se, porém, pela relação da viagem, que o seu capitão era Cristovão Pires, escrivão Duarte Fernandes,

(1) VARNHAGEN, e nota de GARCIA, I, 119. De francêses na Baía em 1504, recolheu Anchieta curiosa tradição oral, cf. *Informação do Brasil, Rev. do Inst. Hist. Bras.*, VI, 420-1. E' o ciclo marítimo de Dieppe, que então se inaugura.

(2) BAIÃO, in *Hist. da Col. Port. do Brasil*, II, 331. Ainda em 1522 “tinha chegado a náó Annunciada, de Bartolomeu Florentino, de que era Capitão seu filho Pero Paolo Marchone...”. Frei Luiz de Souza, *Anais de D. João III* p. 93, publicados por Alexandre Herculano, Lisbôa, 1844.

mestres Fernão Vaz, João Lopes Carvalho, êste último figurante depois, como pilôto, na frota de Fernão de Magalhães. Diz Antonio Pigafetta, que estivera quatro anos no Brasil. Partiu em 22 de Fevereiro de 1511.

Chegou á foz do S. Francisco em 6 de Abril, entrou a Baía no dia 17, e daí seguiu a abastecer-se de madeira no Cabo Frio, talvez no mesmo sitio da “fortaleza” de Vespucci. O carregamento consumiu vinte dias. Foram metidos a bordo 5 mil tóros. Os tripulantes observaram o “regimento” que estipulava as boas maneiras que deviam observar para com os selvagens, utilizados, mediante mimos e “resgate”, em cortar e transportar o lenho precioso. Completaram a carga com papagaios, gatos bravos, macacos, peles. Não podiam trazer escravos aborígenes: “não trareis na dita não em nenhuma maneira naturais da terra”... Indispensavel era dar a êstes a impressão de serem os lusos homens de boa fé e, pela sua religião, honrados. Não impediu essa proibição, entretanto, que se escriturassem no “livro da não” vários escravos que conduziu para o reino. A razão seria ainda o “resgate”. Habituar-se os cristãos a resgatar os prisioneiros, condenados á morte, e assim salvos. Essa transação explica a presença de escravos a bordo. E as mulheres cativas — em número de 23 — que lá surgem, uma delas “moça que lleua de emcomêda de francisco gomez escrivam de francisco miz e a o nome sprua (escrava) brygyda e foi asentada p o dito francisco gomez a xxbij (27) dias do mês de em junho cabo frio...”?

Parece que, a êste aspecto, o “regimento” ficou letra morta.

Alude a “feitoria” existente numa ilha (“não consentireis que nenhum homem de vossa não que saía fóra na terra firme sòmente na ilha onde estiver a feitoria...”). O estabelecimento devia ter guarnição,

ou feitor. Se não podemos fixar-lhe o ponto exato, cumpre pelo menos ligar o conhecimento d'ele à nomeação que, em 1521, se fez de Pero Capico, para uma capitania na costa do Brasil. Seria um dos chefes que teve aquela, ou análoga feitoria, em terra de "resgate do páo", antes da colonização efetiva, que começou em 1531?

Lê-se do livro da "Bretôa" que, na baía de Todos os Santos, em 5 de Maio, se deu pelo roubo de ferramentas "da armação". A suspeita havia de recaír sobre os grumetes, que tinham relações em terra. Porventura não seria, já então, intermediário entre êles e os naturais o naufrago Diogo Alvares?

Nos entretimentos, a côrte de Espanha se inquiéta-va e prometia agir, em defêsa do seu domínio d'alem-meridiano de demarcação.

O recúo espanhol nos mares, no primeiro decênio do seculo XVI, resultára das dificuldades dinasticas, da incerteza sobre os bons frutos da conquista da America, do triunfo portugûes no oriente. O casamento de D. Manuel com duas filhas, sucessivamente, do rei Fernando, aliára as famílias reinantes e dispuzera-as a um respeito mútuo, que permitiu ao "Venturoso" dedicar-se absorventemente às suas armadas da Índia. Morta Isabel de Aragão, associou Fernando ao governo o genro, Felipe o Formoso. Logo em 1508 se viu como essa divisão de autoridade enfraquecia o governo. Vespucci voltára (1506) ao serviço de Castella. Com João Dias de Solis, portugûes (1) e Juan de la Cosa, famosos navegantes, formou uma junta de consulta sobre os descobrimentos; teve o belo título de "pilôto mayor". Uma frota deixou então de sair por não se ter ajustado bem a partilha dos lucros, entre o rei e o genro. Não foram felizes Solis e Vicente Yanez Pinzon, na tenta-

(1) Sobre Solis, CAPISTRANO R GARCIA, nota a Varnhagen, *op. cit.*, I, 120. Crê-se que veio na armada de 1501, data, neste caso, de sua amizade com Vespucci, a quem havia de suceder, como "piloto-mayor", em 1512.

tiva de achar o estreito que se julgava haver entre os dous hemisférios, na America, e ao resolver-se o soberano a armar uma expedição, comandada por Solis, para procurar o caminho de Malaca pelo sul do “mundus novus”, interveiu com energia D. Manuel de Portugal.

A idéa era manifestamente de Vespucci.

Insistia pelo projéto, que pessoalmente experimentára em 1503, e que culminaria, dez anos depois, na travessia de Fernão de Magalhães.

O embaixador português Mendes de Vasconcelos convenceu o sogro de seu rei da injúria que representaria tal viagem para os interesses lusos, uma vez que Malaca lhe pertencia : e a esperançosa expedição de três navios se transformou n’outra, quasi secreta, em que — em 1513 — Solis reconheceu ligeiramente a costa entre o cabo de Santa Maria e o estuário do Prata.

O embaixador naturalmente soube dessa viagem, que constituia grave ameaça para o patrimonio português do ocidente : e os avisos que mandou para Lisboa animaram D. Manuel a fazer descobrir e marcar o litoral abaixo de Cabo Frio, onde carregavam madeira os barcos de Fernão de Loronha.

Referir-se-á a essa política a viagem de que se tem curiosa noticia na “gazeta alemã”? Crêmos que sim.

Em 1514 (portanto pouco depois de conhecida a proeza de Solis), partiu do Tejo um navio “o qual D. Nuno, Cristovão de Haro e outros armarem”, “com licença do rei de Portugal para descobrir a terra do Brasil, tendo descoberto a terra cerca de 70 milhas mais alem do que antes se conhecia”. O capitão seria D. Nuno Manuel, homem da casa de Sua Alteza. Cristovão de Haro era um negociante rico estabelecido em Lisboa, como os Marchioni, os Morelli, mas natural de Ambéres e pouco fiel a Portugal, tanto que vamos en-

contrá-lo em 1517 em Espanha, a ajudar com acinte, vingativamente, os preparativos de Fernão de Magalhães. A hipótese de ser D. Nuno o capitão, decorre duma carta do embaixador Vasconcelos (1). Ia a bordo o melhor piloto do país — diz a “gazeta alemã”: seria João de Lisbôa.

O piloto, ao que diz o missivista germânico, acreditou que o cabo a que tinham chegado distava 600 milhas de Malaca. “Pensa também poder ir e voltar em pouco tempo de Lisbôa a Malaca por este caminho, o que traria grande vantagem ao rei de Portugal. Acham também que a Terra do Brasil continua, dobrando o Cabo, até Malaca”. Estas palavras podiam ser escritas por Vespucci: resumem a sua doutrina e dão sentido às duas viagens de Solis. Não precisaríamos de mais para concluir que a navegação relatada na “gazeta” se prende ao mesmo objetivo que tanto melindrara, em Espanha, o agente do rei de Portugal. Chegou o navio à embocadura do Prata (“avistaram terra também do outro lado... do mesmo modo que quem navegava para Levante, e para o Estreito de Gibraltar, e divisava a Terra de Berberia...”), onde os índios se guerreavam, mas não eram antropofagos como os do “Brasil inferior” (norte). Dêles souberam os portugueses que havia no interior grandes montanhas nevadas, e, na mesma direção, ouro e prata, da qual, por amostra, o capitão de outro navio (que, certamente, acompanhava o do piloto João de Lisbôa) levava para D. Ma-

(1) Versão aceita por Capistrano de Abreu, Schuler e Clemente Brandenburger, este tradutor exímio da “Newen Zeitung auss Pressitg Landt”, ou nova gazeta da terra do Brasil, que é uma carta escrita da ilha da Madeira para Antuerpia, sem assinatura. Conta a chegada, a 12 de Outubro de 1514, da não que fôra fazer aquele descobrimento. Vd. JOAQUIM RIBEIRO *A Nova Gazeta Alemã*, Rio.

D. Nuno, irmão do camareiro-mór D. João Manuel, era almotacé-mór, e neste cargo acompanhou D. Manuel a Castela em 1498. (CAETANO DA SILVA, *Historia Genealogica da Casa Real*, IV, 226). Em 1518 exercia as funções de guarda-mór, *ibid.*, IV, 240.

nuel “uma acha de prata, de feição igual ás achas de pedra dêles”.

Porque se chama “da prata” o rio, que não a possui? A tradição fala do machado desse metal ali encontrado, não por Solis, que a isto não se refere, menos por Sebastião Caboto, cuja viagem de 1526 completou o descobrimento do primeiro, tratando já, porém, de “rio da Prata” ao amplo estuário. (1) A raiz do nome está na “acha de prata” levada pelos portugueses em 1514, e mencionada na “Nova Gazeta da Terra do Brasil”, publicada (presume-se) em 1515.

Os aborígenes lembravam-se talvez da viagem de Solis, de 1512: “Dizem mais as gentes daquele logar que ás vezes chegam ali outros navios; vestem roupas conforme os portugueses dizem, como os francêses, seguindo as informações do povo, e usam também barbas, todas elas ruivas”.

Conclúe a carta em alemão: “Sob a coberta do navio está carregado de pão brasil, e na coberta cheio de escravos, rapariguinhas e rapazes, pois na maior parte foram dados por livre vontade, porque o povo de lá pensa que seus filhos vão para a Terra da Promissão”.

No ano seguinte, com três navios, tornou Solis áquelas paragens. Desta sua viagem, sem o segrêdo da anterior, data a posse efetiva de Espanha sobre o rio da Prata.

Desembarcando, porém, foi, com os seus melhores companheiros, investido pelos indígenas “charruas” que lhe não dêram tempo de defender-se. Mortos os chefes, insolentes os naturais, depois de sua sangrenta vitória

(1) Sobre o problema: A. A. LAFONE QUEVEDO, *El nombre “Rio de la Plata”*, Buenos Aires 1897, e H. D., *Ensayo de História Pátria*, p. 77, Montevideo 1923.

De uma carta da rainha de Espanha para seu embaixador em Lisboa Lopo Hurtado de Mendoza: “... el rio de Solis, que los Portugueses llaman de la Plata...”, *Hist. da Col. Port.*, III, 65.

dispostos a não consentir outro desembarque, os castelhanos preferiram regressar, indo aprovisionar-se de pão brasil (a exemplo das expedições precedentes) na costa acima da ilha de Santa Catarina, onde naufragaram ou desertaram Melchior Ramirez, Aleixo Garcia e mais companheiros. Este acontecimento vae ser da maior importância na colonização sul-americana. O desastre de Solis, a morte, em 1512, de Vespucci, e em 1515 do rei Fernando, os êxitos espanhóes no centro e no norte da America (logo tão ruidosos, e ainda mais lucrativos que os triunfos portuguezes da Asia) — amortecearam as preocupações de Castela quanto á foz do rio onde se achára um machado de *prata*. Magalhães, em 1519, não pretende repetir a façanha infausta de Solis : o seu rumo é a refulgente plaga da *especiaria* onde — sem os escrúpulos que detinham Fernando em face do genro lusitano — podiam agora chegar — e comprar — os castelhanos.

Na viagem de Fernão de Magalhães os portuguezes, se não faziam maioria, eram pelo menos em número respeitável. Os nomes dos principais e, bem assim, o seu destino, em direitura a Cabo Frio, no Brasil, donde tomariam para o oeste, até passar ás Molucas — comunicou-os Sebastião Alvares a D. Manuel, em 18 de Julho de 1519. (1) A côrte de Lisbôa não teria surpresas com a circumnavegação, que o grande piloto ia empreender. Talvez não acreditasse no êxito daquillo . . .

Aleixo Garcia, portuguez, comparsa de Solis estabelecido em Santa Catarina, procurava por êsse tempo tirar a limpo as fabulas guaraníes do “rei branco”, das riquezas inauditas do Perú. Ramirez e Montes não ousaram internar-se no continente. Foi Aleixo com qua-

(1) *Alguns documentos de Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, p. 434, Lisbôa, 1892.

tro dos onze naufragos (1) (entre êles o mulato Pacheco) em busca do rio Paraguai e varou o Chaco até os Andes, onde os índios chané lhe deram muitas amostras dos metais peruanos. Voltou, carregado de ricos objetos, resolvido a promover uma expedição em regra aos cimos da cordilheira, imbuido talvez de um ideal análogo ao dos "conquistadores" espanhóes que pelo Panamá entravam a America — mas não escapou aos ferozes paiaguazes do rio Paraguai, que o mataram. Alguns índios sobreviventes levaram a Ramirez e Montes a noticia dêsse desastre — que Alvar Nunez Cabeça de Vaca pessoalmente averiguaria meio quarto de seculo mais tarde.

VIGILANCIA PORTUGUESA

Os francêses viam com despeito crescer — não a riqueza de Portugal, que lhes não fazia sombra — mas o poder espanhol-austriaco de Carlos V, que os ameaçava.

O joven rei Francisco I cobiçava o seu quinhão de fortuna ultramarina e o da Inglaterra, graças aos venezianos João e Sebastião Caboto (pae e filho) metêra sempre ao ocidente, na Terra Nova, um posto de observação daquela imensidade. A insistencia de Solis e a duvida sobre o roteiro de Malaca pelo ponte — fecundo equívoco de Vêspucci, de resultados semelhantes aos do ingênuo erro de Colombo — advertiam, por outro lado, a D. Manuel, dos perigos que corria o seu negocio de "páo de tinta".

Continuára a arrendá-lo, é certo.

(1) E. DE GANDIA, in *Historia de la Nacion Argentina*, 11,569, Buenos Aires, 1937. Sobre êsse grande expedicionario, descobridor do Chaco e dos Andes bolivianos: MARIO MONTEIRO, *Aleixo Garcia*, p. 25. Lisboa 1923; *Commentaires de Alvar Nunez Cabeza de Vaca*, in Ternaux-Campans, *Voyages, relations et mémoires originaux*, etc., vol. 6.º, Paris 1837; E. DE GANDIA, *História crítica de los mitos de la conquista americana*, ps. 161-9, etc.

O terceiro contratante foi um veterano das navegações da India, Jorge Lopes Bixorda. (1)

Mas a precária extração da madeira, em latitudes tão apartadas, deixava ao desabrigo a costa inteira, que cumpria quanto antes resguardar de intrusos, pela fundação de feitorias-fortes, do tipo da que fizera Vespucci, em 1504. Feitoria de comércio, aparentemente: mas que fosse núcleo agrícola, onde se fixassem degredados, e os portugueses comesçassem a plantar e colher, em harmonia com as populações nativas...

A idéa da ocupação produtiva do Brasil deixou-nos o seu primeiro documento em 1516.

Deste ano é um alvará del-rei para o feitor e officiais da casa da India, que déssem "machados e enchadas e toda a mais ferramenta às pessoas que fossem a povoar o Brasil..." Ordenava noutro "procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar princípio a um engenho de açúcar; e que se lhe desse sua ajuda de custo, e também todo o cobre e ferro e mais cousas necessárias" para a mesma fábrica. (2) Que se fundou o engenho não sabemos, mas, dez anos depois, os livros da Casa da India registavam algum açúcar de Pernambuco e Itamaracá, o que, junto à nomeação de Pero Capico para uma capitania na costa do Brasil, em 1521, indica que alguma feitoria agrícola aquí se instalou, no período que vae da viagem de Solis à segunda de Cristovão Jaques.

Em 1516-17 saiu Cristovão Jaques a vêr de novo o rio da Prata. Em Santa Catarina achou nove companheiros do infortunado descobridor.

(1) VARNHAGEN-CAPISTRANO, *Hist. Ger. do Bras.*, I, 103. Era armador para a linha da India em 1509, e ainda em 1523, FRANCISCO DE ANDRADA, *Cronica del Rey D. João III*, I, 165. Na armada de 1509 armára e comandara o seu navio, a "Santa Cruz", SIMÃO FERREIRA PAES, *As Famosas Armadas Portuguezas*, edição do Ministério da Marinha, dirigida pelo cap. de frag. Didio Iratim Affonso da Costa, p. 23, Rio, 1937.

(2) VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 106.

Não se demorou nesses sitios.

Deixou em Pernambuco — presume-se — o estabelecimento, cuja breve história é obscura e trágica. A primeira viagem daquele capitão foi portanto contra os castelhanos, ou de consolidação de domínio até o Prata. (1) A outra, de 1526, noticiada por frei Luiz de Souza (2) — visava aos francêses. Daquela feita, investigava-se; desta, punia-se. Já não era el-rei complacente ou desatento: mas embravecido contra a pirataria estrangeira, e disposto a varrê-la do mar.

Os assaltos de corsarios francêses a navios de Portugal, entre 1506 e 1526, consternavam os armadôres do Porto, de Viana, de Lisbôa, dos Algarves.

As relações entre os dous reinos não se tinham agravado devido apenas ao conflito franco-espanhol (Francisco I, antecipando-se de um seculo á política de Richelieu, achára em D. Manuel, depois em D. João III, o aliado natural) e à prudente política portugueza de confiar a embaixadôres hábeis e acôrdos dirétos o resarcimento dos prejuizos de seus naturais.

Nenhum foi mais eficiente do que o doutor Diogo de Gouvêa. Esse humanista e educador poude ser um seguro agente da paz entre as duas corôas, exatamente pelas amizades que tinha em França e lhe dedicaram, em Portugal, D. Manuel e D. João III.

DIOGO DE GOUVÊA

Vale a pena reavivar-lhe a biografia.

Bolseiro de D. João II, fizêra em Paris o seu curso (3). Ficou célebre pelo colégio que aí teve, o de Santa

(1) Nota de Garcia a Varnhagen, *ibid.*, I, 140.

(2) *Anais de D. João III.*

(3) MARIO BRANDÃO e M. LOPES D'ALMEIDA, *A Universidade de Coimbra, Esboço da sua história*, p. 154, Coimbra, 1937.

Barbara, arrendado por êle em 1520. Colégio de portugûes e para portugûeses, pois nada menos de cinquenta bolsas a favor de estudantes seus patricios instituiu nêle D. João III em 1527 — depois de períodos de crise, quasi de insolvencia, que enfrentou devido á falta de auxílio pecuniário de Lisbôa. Dividia as suas funções então com o ensino conspícuo e a curadoria dos interêsses portugûeses, dos quais sempre foi — emquanto morou em França — advogado primoroso. Já em 1509 D. Manuel tentára atrai-lo para a cadeira de Prima da Universidade em Portugal, o que não conseguiu (1). Segunda vez o chamou sem resultado para lecionar em Lisbôa — em 1516 (2). Designado em 1513 para recolher, em Ruão, o ouro de D. Manuel roubado a alguma sua caravela por piratas bretões (3), a delicadeza da missão revela a importancia que já grangeára entre os francêses. O seu principalado do colégio de Santa Barbara tem, no reinado de D. João III — o caráter duma embaixada, ou observatório político, que se dissimulasse nos doutos officios de seminario, dos mais afamados da época. A correspondencia que manteve com el-rei não sòmente o alertava, ácerca dos preparativos estrangeiros para a usurpação das colonias de Portugal, como aconselhava sobre as medidas que a conjurassem. Falava com a convicção de um patriota e a clareza de um sábio. Dous méritos particulares o vinculam á colonização do Brasil: a insistencia pela divisão deste em capitánias, para ser povoado imediatamente, sem maior despesa do Estado; e a decidida proteção que deu á Companhia de Jesus na sua fase inicial. Não mudou de alvitres. Ha cartas suas

(1) FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, *Notícias cronológicas da Universidade de Coimbra*, p. 396, 2.^a edição organizada por Joaquim de Carvalho, Coimbra, 1937.

(2) LEITÃO, *op. cit.*, p. 399.

(3) BAIÃO E MALHEIRO DIAS, *Hist. da Col. Port.*, III, 64.

a precederem os atos de D. João III que criaram as capitanias hereditárias e chamaram a Portugal, e indicaram o rumo do Brasil, aos jesuitas, de quem os outros príncipes não se fiavam ainda.

Tinha para isto motivos pessoais, o ilustre Diogo de Gouvêa.

Foi mestre de um fidalgo castelhano de vida beata e ardente inteligência, que se chamava D. Inácio (Inácio) de Loyola. Aí estudaram também Pedro Fabro e Francisco Xavier. Segundo o padre Orlandino e os demais biografos de Loyola, foi Gouvêa quem primeiro o compreendeu, declarando solenemente (o curso de Inácio se estendeu de 1529 até 1534) que era um cavaleiro puro, um exemplo, um santo. (1) Ninguém mais autorizado, depois, para confirmar a altura de propósitos de seu discípulo. Portugal foi a província predileta da Companhia de Jesus, graças aos avisos do mestre, á atenção que lhes deu el-rei, à prêssa que teve Santo Inácio em corresponder-lhes. Começou tudo no colégio de Santa Barbara, em Paris... (2) Esse núcleo de elaboração humanista da "renascença" francesa (3) foi a ponte espiritual, que ligou D. João III ao seu império do ocidente. Diogo de Gouvêa é um anti-Ango. Os corsarios dieppenses cobiçaram o Brasil,

(1) PADRE BERTOLDO BRAUN, *Santo Inácio de Loyola*, p. 86, Porto Alegre 1937.

(2) Morreu Gouvêa em Portugal, feito conêgo da Sé de Lisboa. Teve nessa igreja epitáfio, seguinte: "Aqui jaz Diogo de Gouvêa Doctor em Theologia, e Reytor na Universidade de Paris, Conego nesta Santa Sé, que alcançou, e servio a cinco Reys de Portugal e quatro de França. Tratou, e negoceou por bem da Fé, e honra dêste Reyno. Falleceo a 8. dias de Dezembro de 1557 annos". (FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, *Noticias cronologicas*, p. 400).

Dous sobrinhos foram dignos do humanista: André Gouveia, de quem se separou, e foi seu inimigo, mestre famoso em Bordéus, e outras escolas francêsas, professor de Rabelais e Montaigne, que lhe chama "sans comparation" (*Essais*, 72); e Diogo Gouvêa, o amado do tio, teologo de igual reputação. Um outro da família foi Antonio, jurisconsulto, professor da Universidade de Paris, celebre pela disputa com Ramus... JULIO DANTAS, *Hist. da Colon. Port.* I, 24.

(3) Vd. TEÓFILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, I, 286, Lisboa, 1892.

no abandono em que jazia ; o preceptôr dos gramáticos contrariou-lhes sutilmente a conquista, denunciando-a, o que não era suficiente — e propondo o que a anulasse — e foi o que mais valeu. Capitánias, para a resistencia ; e padres, para a fixação...

Em 1522 — no trôno D. João III — o embaixador foi João da Silveira, incumbido, com grandes ordenados, de obstar aos preparativos de nóvas expedições francêsas. As negociações prometiam feliz termo com a proposta que, a esse tempo, mandou Francisco I a Lisbôa, de casar el-rei de Portugal com a princêsa Carlota, sua filha. Fracassou, porém, inicialmente com a protelação do noivado, em seguida com a morte da princêsa. Rompeu a luta entre o rei de França e Carlos V.

Parecia que, a guerra, pelo menos, deteria os armadôres de Honfleur e Dieppe : ao contrário disto, em 1525 ou 26 se falava na remessa de dez navios francêses para as águas occidentais.

CRISTOVÃO JAQUES

Avisado D. João III, instruiu logo Cristovão Jaques — resolutu temperamento de guerrilheiro do oceano — para policiar a costa atlantica.

Largou com seis caravelas para o poente. Uma delas, destinada à Guiné, se separou da frota e caíu em poder dos francêses. No litoral de Pernambuco encontrou a feitoria instalada na viagem anterior, e cujo capitão deve ter sido Pero Capico, a quem, por haver servido três anos no Brasil, permitira el-rei que regressasse ao reino na sua armada. Desceu, em seguida, até o rio da Prata, (1) e de volta aprocou para a Baía. Tal-

(1) FERNEL, em 1527, dedicando a *Cosmotheoria* a D. João III, falava da chegada de Cristovão Jaques ao Prata : "imenso e riquissimo rio se apresentou no ano passado á vista dos teus..." (Vd. TEÓFILO BRAGA, *Hist. da Univ. de Coimbra*, I, 352).

vez puzesse então o “padrão” na ponta da Barra, que aí encontrou Martim Afonso. (1) Entrando-lhe o reconcavo surpreendeu três náos francêsas, de negocios feitos com os índios. As ordens que levava eram terminantes. A tiros de artilharia destroçou êsses navios, tomou-lhes a guarnição que escapou à água e ao fogo, não pôde evitar que se evadissem alguns para terra, e ao resto tratou deshumanamente, com suplícios e penas que — uma vez sabidas em França — causaram uma indignação retumbante.

A ação ocorreu provavelmente à entrada do Paraguassú, onde ficou, estereotipado numa designação geográfica — “ilha dos francêses” — o vestígio do combate.

A lenda acrescentou à noticia dos francêses na Baía uma versão sem verosimilhança: teria o povoador português Diogo Alvares aceito anteriormente o convite d’um capitão francês (1525) para acompanhá-lo à Europa, estívêra em Paris, batisára lá a sua mulher indigena, Catarina, e por isso não fôra visto por Cristovão Jaques, em 1526... Certo, Diogo e Catarina não estiveram jamais em França; nem era necessário que presenciasse a batalha do Paraguassú o morador de Vila Velha, na outra margem do gólfo, e aliado de tupinambás, que, bem o diria Pero Lopes, não se ligavam com os do resto do reconcavo.

Os navios abrazados pertenciam aos armadôres Yvon de Coetugar, François Guéret, Jean Burcan, Marthurin Tournemouche e Jean Janet (2).

Expdiu Francisco I um embaixador — o rei d’armas de Angoulême — a reclamar severamente de D. João a reparação da ofensa, ou passaria a exercêr represálias (carta de Saint Germain en Lais, 6 de Setembro

(1) *Diario de Pero Lopes*, ed. de EUGENIO DE CASTRO, I, 151.

(2) *Hist. da Col. Port.*, III, 73.

de 1528). Achava-se em Portugal, a êsse tempo, agenciando o favor real para o colégio de Santa Barbara, Diogo de Gouvêa, que ajudou a seu príncipe na resposta, dizendo que mais de 400 mil ducados deviam os francêses aos portuguezes. Debilitados aqueles com a derrota e cativo de Francisco I, o silêncio desceu sobre a tragédia remota.

O cavalheiresco Valois não podia ainda desferrar-se: mas os seus marinheiros o fizeram com desenvoltura.

Em 1527 chegou, faminto e rôto, à feitoria de Pernambuco um fidalgo espanhol, D. Rodrigo de Acuña, cujo navio fôra inutilizado pelos francêses que carregavam, pouco adiante, páo brasil. Escreveu dalí uma carta, em 15 de Junho de 1527, narrando o seu infortunio desde que fôra forçado a arribar a um porto próximo do rio de S. Francisco, lugar frequentado por duas náos e um galeão de França. A aventura do nobre castelhano deu nome ao sítio de sua aportagem (baixios de D. Rodrigo) e noticia do escândalo, que era insistirem os bretões em arrecadar madeira ao pé do estabelecimento português. (1)

CORSARIOS FRANCESES

Não se visse aí duplicidade do rei de França, mas tenacidade e ganância dos armadôres, que se queixavam dêle, attribuindo ao seu desinterêsse pela exploração dos países exóticos o monopólio ibérico da America. Entre êstes, nenhum foi mais famoso e ativo que Jean Ango, o grande negociante de Dieppe, que organizou armadas

(1) *Hist. da Col. Port.*, III, 69. D. Rodrigo comandava um dos navios da esquadra de sete, que, sob a chefia de Garcia Jófrê de Loayza, Carlos V mandara, em 1525, pelo caminho de Fernão de Magalhães, ás ilhas Maluco, Frei Luiz de Souza, *Anais de D. Joao III*, p. 223. Uma só dessas embarcações, chegou a seu destino. A carta do naufrago vem em *Alguns documentos da Torre do Tombo*, p. 488.

como um príncipe, recolheu rendas como um Estado, gozou da celebridade de um Médecis, e valia, sózinho, uma monarquia.

Em 1520, quando lhe resplandece a estrêla, pilham, por sua conta, navios espanhóis e portugueses, os irmãos Parmentier (1). Vão a Terra Nova, ás Antilhas, ao Brasil. A poesia festeja a gloria do armador :

Ce fut luy, luy seul que fist armer
La grande flotte expresse mise en mer...

A' medida que enriqueceu — tornando-se um dos mais abastados sujeitos de sua época — realizou Ango a fantasia estética de construir um palácio cujos ornatos, de preciosas madeiras, lembrassem as façanhas dos seus pilótos, a natureza dos seus negócios e os aspectos pitorescos d'além-mar. O cardeal Barberini, que o visitou em 1647, achou-o incomparavel (e devia pensar no de outro armador rico, Agostino Chigi, para quem Rafael adornou "La Farnesina", de Roma). Francisco I foi um dos deslumbrados pela magnificencia de Ango (2). No fundo, porém, o mercador continuava mais amigo do dinheiro que da aventura ou do ideal. Foi por isso que D. João III mandou comprar-lhe a "carta de marca", de que se munira em 1531 — para vingar os castigos infligidos aos francêses por Cristovão Jaques e Martim Afonso. D. Antonio de Ataíde realizou com felicidade a transação. Aliás, el-rei indicava o armador como se fôra uma potencia : "vejais mui secretamente se podeis ter alguma maneira de concerto com João Ango, pera que ele se haja por satisfeito..." (3). Por 60 mil ducados, e mediante escritura pública

(1) FUNCK-BRENTANO, *L'Ile de la Tortue*, p. 36, Paris. Vd. de PIERRE DOMINIQUE, *La Vie de Jean Ango* (mesma coleção *la Grande légende de la mer.*)

(2) GAFFAREL; e MARIO DE LIMA BARBOSA, *Les Français dans l'Histoire du Brésil*, p. 25, Paris, 1923.

(3) ALFREDO PIMENTA, *D. João III*, p. 119.

passada em Ruão, em 20 de Fevereiro de 32, Ango entregou ao representante português a sua Carta de Marca.

Desistia de exercêr represálias no Brasil : mas não impedia que numerosos compatriotas continuassem a tirar madeira na "costa dos petiguares", no cabo de Santo Agostinho e Porto Seguro ou Cabo Frio. Em 1551 estimava-se em 222 o número de navios portugueses roubados e tomados por êles . E' cifra mais de crêr que a indicada pelo proprio D. João III, nas instruções que levou o seu embaixador, em 1531 : "seus vassallos aos meus tem tomados passante de trezentos navios, a qual perda, que mais verdadeiramente se podem chamar roubos, reduzida a bôa conta, monta tanto que me afirmam chegar a um conto d'ouro..." (1)

Os principais pilôtos de Jean Ango foram Jean Parmentier, que escreveu uma sumária noticia das cousas da costa do Brasil mais frequentada (2) dos franceses (entre o Maranhão e o cabo de Santo Agostinho), Jaques de Saint Maurice, aprisionado em 1527, Jean Fleury, cujas façanhas de côrso ou pirataria duraram sete anos... (3).

E' possível que não se passasse ano sem dous ou mais navios do mesmo armador a percorrerem o litoral dos petiguares, dos caetés, dos tamôios.

OS ESPANHOES NO PRATA

Sebastião Caboto e Diego Garcia vêm ao Prata, por êsse tempo, aumentando os zêlos da corôa portugêsa, que não pôde siquer evitar que os espanhôes cheguem ás Molucas.

(1) A. PIMENTA, *op. cit.*, p. 109.

(2) PAUL GAFFAREL, *Jean Ango*, p. 25, Rouen 1889.

(3) EUGÈNE GUÉNIN, *Ango et ses pilotes*, Paris, 1901.

O regresso de Sebastian del Cano, com a "Victória", não que restára da frota de Magalhães, depois de circumnavegar o glóbo, enchêra de entusiasmo os meios nauticos de La Coruña e Sevilha.

O triunfante Cristovão de Haro é nomeado feitor da Casa de Contratação de la Coruña. Rui Faleiro manifesta as inquietações da côrte portugueza, que o tentou debalde, para voltar a seu serviço. Arriscava-se o domínio das *especiarias*. Disse Faleiro que el-rei de Portugal daria 400 mil ducados para indenizar Espanha, no caso de lhe largar o caminho descoberto por Magalhães. O resultado das queixas e réplicas foi, em 1524, a reunião da junta de Badajós. Como traçar o *meridiano de Tordesilhas*? De qual das ilhas do Cabo Verde se mediriam as 370 legoas, e como as demarcariam, d'alto a baixo, em terra firme? A quem caberia as Molucas? As discussões foram eruditas, capciosas e estêreis. A junta não pode senão precisar a "teoria" da demarcação, e dar atualidade, pelos seus debates, ao tratado de 1494, que parecia esquecido. Fez-se o acôrdo em Saragoça, em 1529: por 350 mil ducados Espanha vendeu a Portugal as Molucas... (1)

As hesitações da diplomacia estimularam os marreantes. Caboto teve por missão seguir o roteiro de Magalhães. Com quatro navios, armados por particulares, saiu, em 3 de Abril de 1526, de San Lucar, e em Junho tocou na feitoria de Pernambuco, onde se aprovisionou em bôa paz. Dalí navegou para o-sul, até Santa Catarina e porto dos Patos. (2) Os índios, nas suas canôas, fizeram cordial acolhida ao veneziano, que achou a razão disto na presença de Enrique Montes e Melchior

(1) Sobre os antecedentes de tratado de Madrid, de 1750, vd. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LII, 32 passim, Rio 1938 (publ. sob a direção de Rodolfo Garcia). O dinheiro era para a guerra de Carlos V aos francêses e ingleses, frei Luis de Souza, *Anais de D. João III*, p. 260.

(2) Cf. HERRERA, OVIEDO, HARRISSE; e FRANCISCO BAUZÁ, *História de la Dominación Española en el Uruguay*, I, 106, Montevideo, 1929.

Ramirez, os companheiros de Solís residentes no Brasil ha onze anos. Informaram êstes sobre as vantagens do logar, a utilidade dos indigenas e as riquezas do interior, por onde andara, procurando as minas do "rei branco", Aleixo Garcia. Resolveu então Sebastião Caboto mudar de rumo. Desistiu das Molucas e preferiu entrar o Prata. Os capitães que discordaram dêle ficaram em terra, abandonados : e com Ramirez e Montes desceu ao longo da costa. Instalou uma pequena guarnição em São Gabriel, subiu o Uruguai, construiu um fortim, que chamou de "San Salvador", o primeiro levantado na bacia do Prata, e enfrentou as insídias dos selvagens . . .

A êsse tempo, aportava a S. Vicente a frota de Diego Garcia (armada por Cristovão de Haro e outros potentados).

Entre Novembro e Janeiro de 1527 foi hospede do "bacharel" de Cananéa.

E' quando êsse estranho personagem entra na história.

A' gente de Garcia afigurou-se um portuguez de longa data morador alí, esperto em traficâncias e a explorar a indiada, tanto que logo conveiu em vender oitocentos escravos. Com êles abarrotou o espanhol a sua capitânia, compensada pela compra que fez, a um dos genros do "bacharel" (Gonçalo da Costa?) de um bergantim. E seguiu para o Prata, levando em sua companhia o "bacharel". No Prata teve de submeter-se a Sebastião Caboto, que conduziu para a Europa Ramirez, Montes e Gonçalo da Costa (1), genro do homem de Cananéa (Julho de 1530).

A viagem punitiva de Cristovão Jaques não bastara. Passára o tempo dos contratos, que livraram el-rei do sacrificio de armar esquadras de vigilancia. Devia

(1) Vd. *Cartas de Indias*, p. 702, Madrid, 1878.

periodicamente expedir navios ligeiros (caravelas, superiores às náos na facilidade da manobra) que limpassem os mares, afugentando ou castigando os intrusos. Mas deixando também na terra selvática núcleos de trabalho, que a defendessem e senhoreassem... Mais do que uma conquista: a colonização!

D. João III chamou Martim Afonso de Souza.

O objetivo era tríplice: caçar os ladrões do oceano, instalar no rio da Prata (réplica à viagem de Sebastião Caboto) uma feitoria, e estabelecer a comunicação entre a de Pernambuco e o reino, incrementando agricultura e tráfico da “terra do brasil”.

A COLONIZAÇÃO

A feitoria de Pernambuco (nome dado ao canal de Itamaracá) — porto de escala de Sebastião Caboto e donde, em 1527, escreveu D. Rodrigo de Acuña, teve a seguir um capitão, Antonio Ribeiro, que podia ser o chefe da pequena guarnição, enquanto feitor, ou administrador dos negocios, continuaria Manuel de Braga, que, neste cargo, achára ali o veneziano.

Da circunstância de ter fugido da feitoria para a armada de Caboto um degredado, João ou Jorge Gomes, é licito inferir que, á falta de colônos, lançou mão de presidiários el-rei D. João, para começar o difficil povoamento, a exemplo do que mandou fazer em 1549. Jean Parmentier, piloto de Ango, isto mesmo diz : Pernambuco era uma “cidadela de madeira que serve de abrigo a alguns portuguezes exilados”. (1) Os desterrados, aliás, eram os esculcas dos descobrimentos, os agentes — votados a um sacrificio provavel — da colonização ainda irresoluta. Os capitães levavam a bordo vários dêles, para deixá-los nos portos de arribada, onde se informariam dos costumes dos naturais e lhes arrostariam a selvageria. Alguns sobreviviam...

O assucar que, em 1526, deu entrada na casa da India como provindo de Pernambuco, atesta o início duma lavoura que havia de imitar os processos da ilha da Madeira, provando, ao mesmo tempo, a qualidade da terra.

(1) PAUL GAFFAREL, *Jean Ango*, p. 26.

E' possível que de lá viessem as caixas de assucar tomadas com o corsário francês Jaques de Saint Maurice, em 1523... (1).

Em 1530, porém, acaba a história da feitoria de Pernambuco.

Um galeão de França por lá passou, queimando as casas e matando os moradôres. Diogo Dias, capitão, ou dos principais, pode refugiar-se na Baía, onde o acolheu Diogo Alvares : e da povoação, casas, moendas e armazens, não ficou de pé um único esteio. Só é possível hoje evocá-la graças às exparsas referências documentais, sobre imprecisas, indiretas. (2).

A IDÉA DAS CAPITANIAS

A destruição da feitoria em seguida à noticia da viagem de Caboto, que reafirmava a posse espanhola do rio da Prata, acabrunhou el-rei de Portugal.

O embaixador João de Mello da Camâra escreveu-lhe, insistindo no conselho para que retalhasse entre donatários, que fossem pessoas capazes, tão dilatados e indefesos domínios, maneira cômoda e barata de aproveitá-los. E Diogo de Gouvêa (cartas de 29 de Fevereiro e 1 de Março de 1532) reportava-se a sugestão que, três anos antes lhe dera : "a saber, do irmão do capitão da ilha de S. Miguel, que queria ir com dous mil moradôres lá a povoar, e de Cristovão Jaques, com mil, já agora houvera quatro ou cinco mil crianças nascidas e outros moradôres da terra casados com os nossos..." O irmão do capitão de S. Miguel era o mesmo João de Mello da Camara : propuzêra-se, pois, a carregar com dous mil portugueses para aqueles climas inexplorados,

(1) GAFFAREL, *op. cit.*, p. 28. Não é crível que esse assucar proviêsse da America espanhola. Pode ser do Brasil ou da Madeira.

(2) Vd. GARCIA, nota a Varnhagen, I, 142.

com a perspectiva duma próxima riqueza, a que Diogo de Gouvêa alude, com filosofia. "... E se vos, Senhor, estorvaram, por dizerem que enriqueciam muito. Quando vossos vassallos forem ricos, os reinos não se perdem por isso, mas se ganham... porque quando lá houver sete ou oito povoações êstes serão bastantes para defenderem aos da terra que não vendem o brasil a ninguém e não o vendendo as náos não hão de querer lá ir para virem de vazio". Concluía o lúcido conselheiro: "Depois disto aproveitarão a terra, na qual não se sabe se ha minas de metais como deve haver, e converterão a gente à fé, que é o principal intento que deve de ser de Vossa Alteza, e não teremos pendencia com esta gente nem com outra..." (1).

MARTIM AFONSO DE SOUZA

D. João III hesitava.

A expedição de Martim Affonso correspondeu ao seu desejo de tentar ainda, — com os recursos da corôa, e sem inventar aquele feudalismo colonial, — repelir os concorrentes e fundar uma bôa feitoria. Sobretudo afastar o estrangeiro: "por El Rei ter nova que no Brasil havia muitos francêses me mandou lá", diria o proprio Martim Afonso (2).

A estirpe do capitão que escolheu, a amizade que lhe tivera e a confiança que inspirava, indicam igualmente quanto esperava dessa viagem.

Martim Afonso, realmente, estivera em seu serviço quando príncipe-herdeiro, e fôra tanto de sua privança que D. Manuel o aborreceu, motivo por que se exilou para Espanha, onde casou com uma filha de Arias

(1) CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 145.

(2) *Brevissima e sumária Relação*, in *Hist. da Col. Port.*, III, cap. 3.º, p. 99.

Maldonado, regedor de Salamanca e Talavera. Voltára, com o advento de D. João III, mas sem o favôr antigo, ao que se crê distanciado do rei pelo prestígio que junto deste tinha agora outro valido, Antonio de Ataíde, depois conde de Castanheira. Não se equiparava à generalidade dos homens de espada e letras grossas, bons para a peleja e ruins para o governo. A sua cultura humanista, o amôr do latim e da história, a curiosidade das cousas do mar, tanto que, como o Gama ou D. João de Castro, se julgava também cosmógrafo, a tomar alturas e corrigir mapas, mesmo o empenho em não esquecer, nas longinquas missões, a leitura e a escrita, predileções espirituais de que daria melhor noticia na autobiografia, que consta ter composto, (1) — faziam dêle um cortezão amavel e representativo. Dizia como se apuravam estudos nas côrtes de D. Manuel e de D. João III : era homem da geração de Sá de Miranda, João de Barros e Camões. (2)

GENTE DE CANANÉA

Auxiliar de grande utilidade para a expedição era Enrique Montes, cujo serviço D. João III obteve, privando Espanha de um excelente conhecedor da costa meridional do Brasil.

Remanescente da viagem de Solís, instalára-se no porto dos Patos, onde viveu mais de dez anos. Lá o tomou a armada de Sebstião Caboto. Desembarcado por ela em Sevilha, passára-se logo a Portugal, onde já estava outro velho morador daquelas plagas, Gonçalo da Costa, genro do “bacharel” de Cananéa.

(1) CONDE DE FICALHO, *Garcia da Orta e seu tempo*, ps. 69-70.

(2) Não no Brasil, mas na India, Martim Afonso adquiriu riquezas de que ha larga memória. As suas casas, junto de S. Francisco, foram depois do conde de Vimieiro, *História Genealogica da Casa Real*, IV, 649.

Quem era o “bacharel”? Chamava-se Cosme. De “Cosme, bacharel”, foram certas terras dadas em S. Vicente em 1543. Certamente um degredado, pelo ano de 1510 (“havia 30 anos”, diz com exagero Pero Lopes (1), estabelecera-se em S. Vicente, grangeando lavoura e uma situação de realce entre índios e naufragos, ou desterrados como êle, que chamou a atenção de duas côrtes para a sua misteriosa personalidade. Homem formado (“bacharel”), português, o que se sabe pela ignorancia que em Espanha havia dos motivos do seu degrêdo, e mesmo de quem fôsse, como veremos pelas cartas que lhe mandaram, possivelmente judeu — hipotese em que seria um condenado por questões de fé, exacerbadas por qualquer delicto, de tantos que as Ordenações capitulavam, tinha em 1526 filhas moças, uma das quais desposou Gonçalo da Costa (com quem o confundem, de ordinário, os historiadores).

Em 1536 a rainha de Espanha escreveu a “bachiller . . . que residis en la Cananea que es en la tierra que ay en la del Rio de la plata”, pedindo-lhe a ajuda para a governação de Gregorio de Pesquera Rosa, que, em nome do seu rei, devia exercê-la até aquela latitude. Diz: “. . . y por lo que yo he sido ynformado que vos a que estays en esa tierra muchos dias e teneys en ella vuestra muger e hijos . . .” (2)

O “bacharel” serviu emfim a Castella, e seu genro, Gonçalo, achou do lado de lá celebridade e aventuras sem conta.

A chegada dêste a San Lúcar pôde ser fixada em fins de Agosto de 1530. Seguiu para Sevilha: “fué informada la Reyna, que el Rey de Portugal avia es-

(1) *Diario*, ed. de EUGENIO DE CASTRO, I, 235.

(2) ENRIQUE DE GANDIA, in *Humanidades*, homenaje a Ricardo Levene, I, 424, Buenos Aires, 1936.

R. de Lafuente Machain crê, sem razão, que o sogro de Gonçalo da Costa fosse João Ramalho, *Conquistadores del Rio de la Plata*, p. 6, Buenos Aires. Morreu em 1558. á mão dos índios do Paraguai.

crito a Sevilha, a un português llamado Gonçalo de Acosta, que avia estado muchos años en la provincia del Brasil, entre los indios y se vino... a Castilha, ofreciendole seguro y mercedes, por que fuese a Lisbona... se ausentó sin que nadie lo entendiese". Ausentou-se naturalmente para atender ao chamado: mas não aparece na frota de Martim Afonso (onde o lugar de "língua" ou práctico coube a Enrique Montes) e, mais tarde, surgirá na de D. Pedro de Mendoza, que fundou Buenos Aires. O fáto de não ter sido êle aproveitado em 1530 (Martim Afonso partiu em 3 de Dezembro) não exclúe a suposição de haver copiosamente informado a el-rei e seu capitão ácerca da costa do Brasil, do "bacharel", de S. Vicente, e das promessas da terra mal conhecida.

A ARMADA DE 1530

A armada compunha-se de cinco velas: a capitânia (onde, ao lado de Martim Afonso, ia seu joven irmão Pero Lopes de Souza, autor (1) do "diario" que descreve fielmente a viagem), os galeões *S. Miguel* (capitão Heitor de Souza) e *S. Vicente* (Pero Lobo Pinheiro) e as caravelas *Princeza* (Baltazar Gonçalves) e *Rosa* (Diogo Leite, capitão de uma das náos da frota de Cristovão Jaques). Levava instruções completas ácerca da posse de todo o território abrangido pelo meridiano de 1494, doação em sesmarias por uma vida, organização da justiça, fundação de feitorias agrícolas. Instrumentos de trabalho e mudas de plantas enriqueciam a sua carga; e quatrocentos homens formavam a tripulação, cheia de ambições. (2).

(1) Nascera Pero Lopes nas proximidades de 1510, Capistrano, pref. ao *Diário*, anotado por EUGENIO DE CASTRO.

(2) Vd. EUGENIO DE CASTRO, *Diário da Navegação de Pero Lopes de Souza*, *Introd.*, 1, Rio, 1927.

Endireitou rumo para Pernambuco, e com tanta fortuna que, logo ao chegar, apresou uma não francesa carregada de madeira, dando caça, em seguida, a duas outras que também rendeu. Um dêsses navios foi mandado para Lisbôa, outro incorporado à expedição e o último posto no fundo.

Resolveu então Martim Afonso dividir suas fôrças. Diogo Leite, com as duas caravelas, partiu a descobrir a costa leste-oeste, e chegou até a baía de Gurupi; e o almirante seguiu para o sul.

Na baía de Todos os Santos Diogo Alvares lhe ofereceu lisonjeiro gazalhado. Como Ramirez e Montes para Sebastião Caboto, como o "bacharel" para Diego Garcia e o feitor de Pernambuco para o infeliz D. Rodrigo de Acuña, aquele português se transformára num fiador da tolerância dos índios, das bôas intenções dos navegantes. Tinha mulher brasilica, e muitos filhos. Vivia com a dignidade de um patriarca, e tão respeitado dos naturais que lhes levou os principais à presença de Martim Afonso, a quem prestaram homenagem.

O CARAMURÚ

Quem era Diogo Alvares?

Antepassado de grande parte da aristocracia baiana, a prosperidade da descendencia havia de contribuir para que se lhe doirasse a lenda, transmitida e fantasiada pela tradição familiar, do naufragio que deu com êle nos baixios do Rio Vermelho. Era por 1509 (ha vinte e dous anos estava na terra, segundo Pero Lopes). Nasquelas pedras o seu navio se destroçou, morrendo às mãos dos tupinambás os portugueses salvos das ondas. O jóven Diogo Alvares, porém, nascido em Viana, esperto e robusto moço, achou de oculatar-se numa lôca

de beira-mar onde os selvagens o descobriram aos gritos de "caramurú". Caramurú, ou moréa, é um peixe que de ordinário a maré arremessa sobre os cachôpos e instala nas dobras dos penhascos marítimos. Constatou que o apelido lhe veio da espingarda, que conseguiu trazer para terra, espantando o gentio com um tiro que derrubou uma ave, ao que se puzeram a clamar, que era "homem do fogo", "filho do dragão"... A primeira versão é a mais razoável e a que tem uma confirmação possível. Os descendentes de Diogo Alvares que, no século XVII, andaram nos descobrimentos do nordeste, em vários papéis aparecem indiferentemente como Caramurú e Moréa. As palavras tinham, pois, a mesma acepção, áquele tempo em que a língua tupi tanto se embaraçava com a portuguesa, no Brasil. Chamar-se a um naufrago "moréa" ou caramurú", é indicar-se donde proveiu e como pareceu... Quer a lenda que a filha do chefe da tribo, que era o velho Taparica, se interessasse prontamente pelo rapaz, dispensando-lhe a proteção, que lhe valeu a vida, em troca do casamento, cuja fecundidade prendeu para sempre o vianês ao sítio de sua aventura. A índia chamava-se *Paraguassú* (grande mar); e foi depois batisada com o nome de Catarina, em honra de Catarina de Castela, rainha de Portugal por ser mulher de D. João III. A irmã de Carlos V subiu ao trôno português em 1525. O batismo, portanto, foi bem posterior ao nascimento de Ana Alvares, primogenita de Caramurú, que se casou com um companheiro de Francisco Pereira Coutinho (1535?), de sua segunda filha Genebra, desposada por Vicente Dias, também da comitiva do primeiro donatário da Baía...

Refere-se Pero Lopes às belas e alvas mulheres (não inferiores às mais bonitas de Lisbôa) e aos homens bem dispostos que lá encontrou. Evidentemente não seriam indígenas, senão filhas e filhos do português,

“mamalucos” em cujo físico se acentuavam os traços caucasicos, por isso facilmente aliados aos forasteiros. O genealogista frei Jaboatão menciona quatro filhas legítimas, Ana, Genebra, Apolonia e Gracia. E vários ilegítimos (o que faz pensar na frase de João de Mello da Camara sobre os portuguezes que se contentavam, no Brasil, com quatro mulheres e os mantimentos da terra...): Isabel Alvares (depois esposa de Francisco Rodrigues), Gaspar Alvares (que casou com a irmã de Lopo Rabelo, antigo morador em Arzila), Marcos, Manuel e João, todos os três sertanistas, Felipa Alvares (enobrecida pelo casamento com Paulo Dias Adorno), Madalena (mulher de Afonso Rodrigues), Elena (mulher de João Luiz), Catarina (de Gaspar Dias?), Beatriz (de Antonio Vaz)... Imaginamos que outros escaparam ao catalogo.

Alguns dêsses matrimônios foram celebrados em 1534, exatamente pelos religiosos que iam na frota de Martim Afonso para a India.

Morava o povoador num lugar afastado e dominante da praia, que se chamou “Vila Velha”, pela que aí fundou, cinco anos mais tarde, Francisco Pereira Coutinho.

Ao alto do monte, em cujas abas se estendiam as suas roças, a piedade de Catarina Paraguassú levantou uma capela: Nossa Senhora da Graça.

Outra igreja ligada à história de Caramurú foi a de Nossa Senhora da Vitória, no tôpo da montanha acima do gôlfo, porém posterior áquela.

Diz-se que sonhou Catarina com uma linda senhora branca, cujo dôce sorriso infundia infinita ternura. Depois achou na praia uma caixa, como resto d’algum naufragio, e nela uma imagem da Virgem que lhe lembrava a inefavel fisionomia entrevista no sonho. Católica, vendo no miraculoso achado um sinal de predes-

tinção, tratou de fazer a igreja em que tivesse altar perene Nossa Senhora, por isso dita da Graça. Aconteceu entre 1531 e 34: pois Pero Lopes não fala de nenhuma capela na Baía, e a tradição atribue à da Graça (onde, em retábulo colonial, está comemorada a visão da fundadora) o lugar dos primeiros casamentos celebrados na terra.

A igreja, de fato, não mudou de sítio: achou-a ali o padre Nobrega, em 1549; e, por morte de Catarina (1586), (1) com todas as terras adjacentes passou à propriedade do mosteiro de S. Bento. (2)

Apezar da propícia acolhida, não se demorou Martin Afonso na baía de Todos os Santos.

Quatro dias depois fazia-se de vela para o Rio de Janeiro — não antes, porém, de assistir a um combate naval em pleno golfo, entre uma centena de almadias, guarnecidas algumas de sessenta caboclos. Essa luta, presenciada com interesse pelos portugueses, mostrava a profunda divergência entre as tribus que habitavam o reconvexo e o seu caráter belicoso e cruel. Prova-lham colonos ilustres...

(1) Faleceu Diogo Alvares em 5 de Outubro de 1557, Jaboatão, *Novo Orbe Serafico* I, 22, Lisboa, 1761. Quanto ao falecimento de Catarina, foi a 26 de Janeiro, variando porém o milésimo, 1582, 83 ou 86, segundo papéis descontraídos. O último é o do livro do tombo do mosteiro de S. Bento: mas aí o algarismo aparece emendado (Cf. *notas genealógicas do barão de Moniz de Aragão*, segundo livro velho de família, ms. de 1863, inédito, que julgamos ser copia do original de que se serviu, no Catalogo, o frade linhagista.

Que o Caramuru era considerado patriarca da nobreza da Baía, já nos diz GREGÓRIO DE MATTOS com a sua sátira:

.....
 Não sei onde acabou, nem em que guerra:
 Só sei que deste Adão de massapé
 Procedem os fidalgos desta terra".

E' curioso verificar que em 1824, apresentando ao Imperador a relação das pessoas que deviam ser premiadas por serviços á Independencia o presidente da provincia indicava: "Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, decimo neto de D. Catarina Alvares, filha do cacique que regia a Baía no seu descobrimento..." (*Anais do Arquivo Público da Baía*, XIII, 53).

(2) "A igreja de Nossa Senhora da Graça" foi erigida em freguezia por carta régua de 26 de Agosto de 1560, *Doc. Hist.*, XXXVI, 165. O primeiro vigário dessa "Vila Velha" (sic) foi Pedro da Fonseca, *ibid.*, p. 176.

Ficaram dous homens com Diogo Alvares, a quem presentearam com sementes que experimentassem a fertilidade do chão, para melhor proveito da armada na sua volta.

Os ventos forçaram o almirante a tornar à Baía. Achou ancorada uma caravela que seguia para Sofala e, em Pernambuco, acolhêra Diogo Dias, com a noticia de ter sido a sua feitoria arrasada pelo galeão francês. Sucedêra isto em Novembro de 1530. A destruição dos três navios franceses vingavam plenamente o insulto; no dia immediato Martim Afonso se poz novamente a caminho do Rio de Janeiro.

Gastou um mez e três dias para alcançar a Guanabara, que Pigafetta descrevera, já ao tempo de Magalhães, com aquele nome illusorio de "rio de Janeiro". (1)

RIO DE JANEIRO E CANANÉA

Não havia Caramurús. Mas a abrigada era convidativa, e para evitar que outrem aí se acomodasse cuidou Martim Afonso de deixar casa forte, com cêrca à volta.

A idéa da cêrca era indígena. Uma trincheira de páo a pique, fácil de fazer, protegia como a bôa murella europêa: e os próprios índios, como peritos obreiros, a construíam vantajosamente. A casa servia para armazem e abrigo. Instalou-se também uma officina para o concêrto dos navios, necessitados dêle; e emquanto não se aprontavam foram quatro homens terra a-

(1) O nome deve ter sido posto por Vespucci, quando, em 1501, andou a aplicar aos accidentes da costa invocações do calendário. Chegou em 1 de Janeiro... E porque — "Rio"? AFRANIO PEIXOTO, no seu mimoso opusculo sobre o *Rio de Janeiro* (Editora Lello, Porto) descobre a razão, clara de perceber-se. Também o Tejo, para quem nele entra, é em tudo um mar. A analogia devia ter impressionado a marujada. Foz estreita que, no interior, se dilata num golfo desafogado... Rio Tejo, Rio de Janeiro... Aí a explicação, que convence.

dentro, para conhecer-lhe a topografia. Consumiram dous mêses na exploração. Disseram ter caminhado cincoenta legoas por um extenso campo e 65 por altas montanhas, encontrando um chefe aborigene que os recebeu com agrado e falou do ouro e prata, que havia no rio de Paraguai... Naturalmente, varando a cordilheira, alcançaram o planalto de S. Paulo, onde os goianazes tinham acidentais comunicações com as tribus da bacia platina... (1).

A estadia na Guanabara foi de três mêses. Construíram dous bergantins de quinze bancos. O lugar ficou assinalado (embocadura do Rio Comprido) com o nome de "porto de Martim Afonso" (2). Rumou em seguida a armada para S. Vicente. O piloto Pedro Annes entendia a língua dos naturais. (3) Insinuou-se, num bergantim, pelo porto de Cananéa, e voltou, cinco dias depois, com o "bacharel", um Francisco de Chaves "grande língua", e vários espanhóis.

Registra Pero Lopes (4) o entusiasmo que as narrativas de Francisco de Chaves despertaram na armada.

A' promessa de que, em dez mêses, traria quatrocentos escravos carregados de ouro e prata, não duvidou Martim Afonso em dar-lhe oitenta homens, com os quais se internou no país.

Partiu, para nunca mais aparecer. Nem êle, nem os soldados. Correu (e é plausível) que os carijós, dos campos de Curitiba, os exterminaram.

Não é crível que não passasse tudo de uma cilada contra os portugueses. O que no momento parecia fantastico (400 índios carregados de metais preciosos) se

(1) CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 150.

(2) GABRIEL SOARES, *Roteiro do Brasil*, cap. 52.

(3) Será esse Pero Annes o piloto que, em 1508, pedia a el-rei lhe mandasse ensinar o calculo das longitudes, cf. *Petrus Nonius*, fasc. 1, citado?

(4) *Diário*, ed. de EUGENIO DE CASTRO, I, 207.

verificou possível: Francisco de Chaves podia conhecer o roteiro de Aleixo Garcia, que fôra até os Andes bolivianos. O poder e a riqueza dos incas, desconhecidos dos europeus que cortavam páo brasil, tinham cunhado no espírito dos aborígenes do planalto e do rio da Prata uma impressão forte de deslumbramento e respeito. A idéa do engôdo filia-se à tortuosa conduta do "bacharel", cujo genro, bem pago por Diego Garcia e Caboto, aderiu afinal à causa castelhana para coajuvá-la com eficiência memorável.

Preando escravos em 1527, e de uma só vez oitocentos, o que revela a sua habilidade em *reduzir* a indiada; solicitado pelos espanhões, suspeitado dos portugueses e sem amôr a el-rei, que o degredára, ninguém sabe por que delitos, dir-se-ia que se dava bem apenas no isolamento selvagem, em contacto com a população primitiva, no socêgo de sua vida de povoador bárbaro.

Não lhe durou muito a amizade de Martim Afonso.

NO RIO DA PRATA

A demora em Cananéa foi de quarenta e quatro dias.

Deixou o almirante três marcos de pedra, com as armas portugêsas, no pontal de Itaquaruçá (1) e proseguiu viagem, para o Prata.

O máo tempo contrariou-lhe os projéto. A' altura do Chuí, a capitânia naufragou, e logo em seguida um bergantim. Martim Afonso salvou-se numa táboa. Era razão para fazer-se conselho, ácerca da resolução que adotar: a entrada no Prata apezar dos temporais, ou — o que parecia acertado — a volta para Cananéa.

(1) VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 151,

Acharam todos que se devia voltar. Mas Martim Afonso não o fez sem a precaução de enviar um bergantim com trinta homens, sob o comando de Pero Lopes, que levava em sua companhia Pero de Góes — a explorar aquele estuário e assinalar a sua posse, em nome da corôa de Portugal. Gastou Pero Lopes nessa comissão, subindo pelo Paraná e Uruguai, um mez, e o resto da esquadra lá o aguardou, rumando, em seguida, para o porto de S. Vicente.

Ia começar aí a história da America portuguesa.

O lugar era favoravel, pela amenidade e segurança da abrigada tanto quanto pela docilidade do gentio amansado por dous portugueses, o “bacharel”, dono da baixada, e João Ramalho, dono do planalto.

JOÃO RAMALHO

Os castelhanos trataram meúdas vezes com o primeiro; mas do segundo, a mais antiga noticia nol-a dá Pero Lopes. Quem fosse Ramalho, espécie de Caramurú da Serra do Mar, não se sabia bem: como os dous outros patriarcas, naufrago ou desterrado, guardou inicialmente o segrêdo de sua origem. Estava na terra tanto, ou mais tempo, que o “bacharel”: enquanto êste, porém, à beira-mar, traficava com os navios das duas bandeiras, e vendia índios, andava aquele pelo altiplano, em meio dos goianazes seus amigos, e como se fôra um de sua tribu — à semelhança de Diogo Alvares, protetor e chefe virtual dos bugres.

Quiz-se descobrir na assinatura de João Ramalho uma sigla judaica. Provado isto, poderia ser considerado — como alvitramos em relação ao “bacharel” — um hebreu, entre quantos lançados fóra de Portugal por D. Manuel, depois de 1506. Mas não é provável a sua parte “de nação” (como se dizia dos cristãos-nóvos),

quando sabemos que o jesuita Manoel de Paiva (1551-52) era seu parente (1) e — pela história da Companhia no Brasil, do padre Dr. Serafim Leite — que nunca foi rebelde à persuasão da cataquése. (2) Procreou numerosos mamalucos, que foram os primeiros “bandeirantes”: formavam, à chegada dos padres, em 1554, uma geração de semi-selvagens logo absorvida pela civilização que, subindo a cordilheira, lhes levaram aqueles. Não dispensaram os jesuitos a propria colaboração diréta de Ramalho, como veremos.

Retratou-o Nóbrega (carta de 31 de Agosto de 1553): “Nêste campo está um João Ramalho, o mais antigo homem que está nesta terra. Tem muitos filhos e mui aparentados em todo êste sertão... Este homem para mais ajuda é parente do padre Paiva e cá se conheceram. Quando veiu da terra, que haverá 40 anos e mais, deixou a sua mulher lá, viva, e nunca mais soube dela, mas que lhe parece que deve ser morta, pois já vão tantos anos. Deseja muito casar-se com a mãe dêstes seus filhos. Já para lá se escreveu e nunca veiu resposta dêste seu negocio. Portanto é necessário que Va. Ra. (Luis Gonçalves da Camara) envie logo a Vouzela, terra do P. Mestre Simão, e da parte de Nosso Senhor lh’o requeiro: porque se êste homem estiver em estado de graça fará Nosso Senhor por êle muito nesta terra. Pois estando êle em pecado mortal, por sua causa a sustentou até agora” (3). Era pois casado, também

(1) P. SERAFIM LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, I, 57, Lisboa, 1938.

(2) Sobre o problema de João Ramalho, Afonso d’E. Taunay, *Na Era das Bandeiras*, p. 8 e segs., S. Paulo, 1922.

(3) Inédito, descoberto pelo P. Serafim Leite, transcrito no belo livro de J. F. DE ALMEIDA PRADO, *Primeiros povoadores do Brasil*, p. 98, S. Paulo 1935.

A carta citada veiu abonar a copia do testamento de Ramalho, encontrada no arquivo de José Bonifácio, o Patriarca: “João Ramalho, natural de Vouzella, comarca de Vizeu, filho de João Velho Maldonado e de Catarina Afonso de Balbodé e que ao tempo que esta terra viera se casara com uma moça que se chama Catarina Fernandes das Vacas, a qual lhe parece ao tempo que se dela partiu para vir cá, que ficara prenhe e que isto haverá alguns 90 anos...” Esta

natural de Vouzela ; e vivia em Piratininga, antes mesmo da segunda expedição de Solis...

O bom Padre louvou-lhe a monogamia, fato raro em tal lugar, entre tais gentios : "... e todos êstes filhos e filhas são de uma India, filha dos maiores e mais principais desta terra". Espirito rude, mas acessível aos conselhos e ralhos dos missionarios. Afinal um digno sujeito. O seu contraste, pois, com o "bacharel", sogro de Gonçalo da Costa, é impressionante. Este, de má vida no começo (escambando escravos) acaba por se malquistar com a colonização portugueza e a investe, numa revolta de trágicos efeitos : é um descontente da sociedade, que prefere continuar longe dela. O outro, apesar de arredo e independente, deixa-se atrair pela colonização, aceita postos de comando, em Santo André e em São Paulo, protege os jesuitas, a despeito dos costumes irregulares que êles exprobravam à sua gente, e, readaptado, constitúe-se incomparável auxiliar da penetração lusitana.

Antonio Rodrigues morava de longa data nêsse litoral. Na carta de sesmaria de Pero de Góes, em 1532, se diz : "... e levei comigo a João Ramalho e Antonio Rodrigues, línguas desta terra, já de quinze e vinte anos estantes nesta terra..." Enquanto o primeiro se aliou ao chefe do planalto, Tibiriçá, casando-se com uma de suas filhas, Isabel, o segundo tomou por esposa uma filha de Piquerobí, cuja tribo avassalava os esteiros e ilhas da região. E' certo que, contrariamente a Tibiriçá, o morubixaba Piquerobí não deu o seu apoio ao colonizador. Retraíu-se em 1531. Deixou só o genro, em tratos com os adventícios. Talvez ouvisse antes ao

ultima cifra, que deu motivo a divagações indiscretas de frei Gaspar (Ramalho teria vindo antes de Cabral !) não tem sentido. Seriam 70 anos.

O depoimento de Nobrega esclareceu, afinal, a misteriosa proveniencia do povoador. Ajusta-se á declaração testamentária, de que poucos se fiavam,

“bacharel”, que não procurou o almirante, porém foi por êle visitado na sua “fazenda” do Iguape (Agosto de 1531). (1)

AS DUAS VILAS

Martim Afonso fundou duas vilas : a de São Vicente, na ilha dêste nome voltada para a barra sul, e separada da terra firme e da ilha de Santo Amaro por um canal, que devia protegê-la das surpresas do continente sem tirar a vista do largo fitão de costa, ao fundo da qual sombreiava a serra de Paranapiacaba (*donde se via o mar*) ; e a vila de Santo André da Borda do Campo, no limiar do planalto, entregue à influencia de Tibiriçá e Ramalho. A êsse planalto chamavam os índios Piratininga (*peixe sêco*)... (2) “Repartiu o capitão-mór a gente (nota Pero Lopes) nestas duas vilas, e fez nelas officiais ; e poz tudo em bôa ordem de justiça ; do que a gente toda tomou muita consolação, com verem povoar vilas, a ter leis e sacrificios, celebrar matrimônios e viver em comunicação das artes ; a ser cada um senhor do seu ; e investir as injúrias particulares ; e ter todos outros bens da vida segura e conversavel”.

Foram logo levantados os edificios indispensaveis : casa do conselho, trapiches, igreja, abarracamentos para os moradôres. Luiz de Góes ficou na ilha de S. Vicente, junto a Enguaguassú. Seu irmão Pero de Góes apartou-se para o sopé da serra de Jurubatuba, onde fundou um engenho : o de Madre de Deus. Vizinho

(1) FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS, *História de Santos*, I, 70. Antonio Rodrigues fez a sua torre solitaria longe de Bertioega e em 1561, quando o sr. des Boules avisou os vicentinos do assalto dos tamoios, se recusou a refugiar-se na vila, segundo as ordens do capitão. A torre de Antonio Rodrigues foi então tomada, diz o francês, *Anais da Biblioteca Nacional*, XXV, Rio, 1903.

(2) “... E fez uma vila na ilha de São Vicente ; e outra nove legoas dentro pelo “sartam” á borda d’um rio, que se chama Piratininga...” (*Diário*, de Pero Lopes de Souza). Sobre a geografia histórica de S. Vicente, FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS, *op. cit.*, I, 87.

de Luiz de Góes, estabeleceu-se o próprio Martim Afonso com um engenho, em Enguaguassú, destinado a grande prosperidade. Braz Cubas, escudeiro do capitão, fundou, com Pascoal Fernandes, o povoado de Santos, núcleo primitivo da vila que, afinal, absorveu S. Vicente. A êles se juntaram ali Domingos Pires, o genovês José Adôrno. Instalou êste o segundo engenho que houve na terra, o de São João. Talvez o ajudassem nisso seus irmãos Paulo Dias Adôrno e Francisco Adôrno, estabelecidos igualmente em Santos. O mestre Bartolomeu Gonçalves, ferreiro, prestou bons serviços, como depois alegaria: “de todas as cousas que eram necessárias de meu officio, sem por isso pedir prêmio nenhum, por folgar de se a terra povoar e enobrecer, além de dous anos que fui em soldo, que o dito Snr. (Martim Afonso) me deixou...” (1)

Pelo genero de lavoura a que se entregaram êses maiores da frota de 1530 — canaviais e fabrico de açúcar — se vê que tinham trazido, ou por êsse tempo mandaram trazer as mudas necessárias, e pretendiam fazer de S. Vicente e arredores outra ilha da Madeira. Acertaram. A extração do páo brasil nada crearia de estável. Os marinheiros, recolhendo o lenho de tingir, mal tomavam os ares do país. Ficavam no sistema oriental das feitorias de comércio. O trabalho era dos selvagens, que lhes levavam a resgate os tóros, como se vê nos celebres frisos do “hotel Brésil”, de Ruão... Para que se permanecesse na terra ocupada, a primeira cousa a fazer seria a plantação do que, em fartas colheitas, abarrotasse mais tarde os navios. A madeira vermelha era pouco; e havia de esgotar-se. Nenhum produto da America interessava ao consumo europeu: mandioca, batatas, milho, algodão... O Infante Navega-

(1) Frei GASPAR DA MADRE DE DEUS, *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*, p. 206, ed. de A. Taunay, S. Paulo, 1920.

dor dêra a Portugal outr'ora o alto conselho econômico, mais oportuno agora que o povoamento do Brasil começava : nas ilhas, virgens de trabalho agrário, a cana d'açucar recompensaria bem... Na Madeira fôra assim : e já em 1499 se queixára el-rei da super-produção de açucar, que lhe baixára o preço no mercado de Flandres. O mundo, até essa experiência, comêra os seus dôces feitos de mel de abêlhas, ou de caro açucar oriental vendido, como as especiarias, em pêsos farmaceuticos. Cousa preciosa, para o paladar de principes, o açucar no seculo XIV ! Portugal vulgarizára-o. Vira-se êste fáto surpreendente : a produção, sem a conquista prévia das praças de consumo, enjôou cêdo os fabricantes. Restringiu-se o plantío. A propaganda, os usos crescentes, a popularidade do açucar no primeiro quartel do seculo XVI provocaram o incremento do seu grangeio. Martim Afonso mandou plantar o seu canavial em época própria. Teve duas fortunas : a fundação, em bom sítio, duma vila que fixava, ao sul, a expansão portugûesa ; e a sua sustentação pela indústria açucareira. Não sendo original (é crêr em Pernambuco, em 1526, já se fabricasse açucar) foi profético. Os outros o imitariam : a vila — com a casa do conselho por centro — ; a distribuição, em sesmarias, do solo fértil, a roça de canas, o engenho moente... E' o Brasil litorâneo, do seculo de 500, que está sintetizado na azáfama vicentina, quando o illustre capitão esquece por momentos a sua jerarquia de capa e espada e cuida de abrir os sulcos na terra — enriquecendo-a, e enriquecendo-se.

VII

SOLUÇÃO FEUDAL : CAPITANIAS

A política de D. João III em relação ao Brasil foi lúcida e oportunista.

Primeiramente, quer defendê-lo sem apelar para os que lhe pediam — segundo o alvitre de Diogo de Gouvêa e a proposta de João de Mello da Camara — largas concessões territoriais. Manda Cristovão Jaques : é a sua primeira expedição para o poente. Como não bastasse, envia Martim Afonso. Armára-lhes à custa da corôa os navios, investira-os no caráter de vingadores dos navegantes portugueses que os corsários assaltavam no Atlantico, e incumbira-os de fazer na America feitorias, que fossem pontos de apôio para o povoamento futuro.

O EPISODIO DA “PELLERINE”

Os francêses, porém, não eram três ou quatro náos que, às escondidas, traficavam nas abrigadas do ignoto continente. Formavam companhias de armadôres e pilôtos ; animavam os portos bretões ; começavam a interessar os meios nauticos da Italia.

D. João III mudou subitamente de orientação em 1532. Viu que seria impossível segurar o Brasil com os escassos recursos de que dispunha. Alarmou-se com as represálias que Jean Ango lhe prometia. (1) Se não

(1) Vd. EUGÈNE GUÉRRIN, *Ango et ses pilotes*, p. 90.

retalhasse o seu longinquo domínio em capitâneas do tipo feudal, teria de abandoná-lo à rapina e à occupação dos estrangeiros.

Advertiu-o da ameaça um acontecimento fortuito. Dêle deu noticia a Martim Afonso na carta que lhe escreveu em 28 de Setembro de 1532.

D. Martinho de Portugal avisára que a esquadra do estreito (Gibraltar) tomára a não francesa "Pellerine", carregada de pão brasil, "a qual foi de Marselha a Pernambuco e desembarcou gente em terra a qual desfez uma feitoria que aí estava e deixou lá setenta homens com tenção de povoarem a terra e de se defenderem..." Não fosse a captura da não, e — prevenia D. Martinho — dez ou trinta navios iriam de Marselha ou dos portos italianos para o mesmo destino... (1)

Na carta em que isto conta, é que el-rei informa a Martim Afonso (sem esperar pelo seu relatório ácerca das atividades no Rio da Prata ou em S. Vicente) o proposito de fazer "povoar-se toda esta costa do Brasil", atendendo a que "algumas pessoas me requeriam capitâneas em terra dela". Dispoz-se, por isso, a "mandar demarcar de Pernambuco até o rio da Prata cincoenta legoas de costa a cada capitania e antes de se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar para vós cem legoas, e para Pero Lopes, vosso irmão, cincoenta nos melhores limites desta costa".

E' necessário ligar a resolução, de distribuir as doatarias, à impressão produzida pelo apresamento da "Pellerine".

(1) JORDÃO DE FREITAS, *op. cit.*, III, 152. O caso da "Pellerine" está copiosamente estudado, graças ás reclamações do comandante da esquadra francesa do Mediterraneo que a mandára ao Brasil, o barão de Saint-Blancard, em 1538.

Até essa época não tinham ousado os francêses desembarcar e instalar-se no Brasil. Agora, não sòmente punham pé em terra, como, sobre os destroços da feitoria destruída, levantavam fortificação sua. Tencionavam, pois, ficar alí ; resistir e colonizar... Evidentemente a expulsão dêles exigiria a posse efetiva da costa, d'alto a baixo, e a fundação de núcleos povoadôres que evitassem semelhantes injúrias.

CRISE FINANCEIRA

O tesouro português não suportava novas e extraordinárias despêsas. Era negra a situação financeira de D. João III atenuado pela desvalorização das especírias, pelos infortúnios da Índia, pelos gastos do Estado e incessante aumento de suas responsabilidades d'alem-mar no trágico e longínquo Oriente. As aperturas del-rei raiaram no patético, quando teve de ordenar — após maduras e aflitas meditações — o abandono das praças africanas estêreis e gloriosas — Safim e Azamor (1541), Alcacer (1549) e Arzila (1550). (1) Cortava na própria carne. Porque ao excesso de dividas, que oprimia Portugal, se juntava a québra dos seus cometimentos comerciais. Falencia de indústria atrás de crise de numérário, depauperamento econômico (cada vez maior a falta de trigo), dependencia em que ficava o reino das colheitas e do comércio do norte da Europa. Donde a evasão do ouro, tão abundante no princípio do seculo ; o exagero dos debitos que a corôa não podia satisfazer ; a sua asfixia enovelada nos fios de empréstimos usurários e agios humilhantes. Uma ruína !

(1) ALFREDO PIMENTA, *D. João III*, p. 54, Porto 1936.

RUINA APARENTE

Já em 1522, diz frei Luiz de Souza, a pimenta de duas náos não achava compradôres e só devia liquidar-se muito depois... (1) Em 1534 — segundo o mesmo cronista — por cambios de Flandres a divida era de 160 contos (a renda geral do reino, incluindo tratos de India e Mina, não ia além de 279:500\$); e o passivo português subia a oitocentos e oito contos e seiscentos mil réis, “isto é, por juros vendidos e dividas da Casa da India e cambios de Frandes”... 2)

Da India, em 1535, não se sabe se veio lucro, porém o certo é que para lá foram “80 mil cruzados de cabedal, e que pera ele fizera vir Fernão d’Alvares de Castela trinta mil em dobrões” (3).

Em 1537, mais grave parecia o estado das finanças reais: de Flandres se avisava que “custavam já a el-rei os cambios dos dinheiros tomados a interêsse cento e vinte mil cruzados em cada um ano” (4). Vê-se que os capitalistas flamengos já exploravam, por essa época, a indústria do empréstimo externo. Avançavam dinheiro a prêmios elevados, e, forçado a tomá-lo assim mesmo, Portugal se embrulhava nos compromissos que os cheiros do Levante não podiam mais saldar. As más finanças costumam ser engenhosas. Entrou D. João III — para quem cessára o período prospero das especiarías — a pedir emprestado no país em troco de padrões de juros. Era um sistêma próprio para terra de particulares ricos e Estado pobre. Confiavam-lhe aqueles fortes quantias contra uma pensão de juros que signi-

(1) BARROS, *Decadas* 3, l. 6; Frei LUIZ, *Anais de D. João III*, p. 93.

(2) Frei LUIZ, *op. cit.*, p. 385.

(3) Frei LUIZ, *op. cit.*, p. 386.

(4) Frei LUIZ, *op. cit.*, p. 401.

ficava dupla vantagem: emprego útil de capital e segurança do prestamista que passava a viver no ról dos clientes da real tesouraria.

A conta de Flandres subia sempre. Em 1543 a divida portugüesa montava a 2 milhões e 169.252 cruzados... Fóra dessa conta havia letras no valor de 1 milhão e 946.920 cruzados... Todos os quatro anos a importância do debito se dobrava no estrangeiro. "Consta por carta do fim dêste ano de 1548 — acóde frei Luiz de Souza — mandar El-Rei desfazer a feitoria de Flandres, que o Embaixador gaba, afirmando que convinha não ficar lá nem sombra dela, nem homem nenhum". Desmanchava-se com essa agência de negócios uma das peças da maquina comercial de D. João II e de D. Manuel. Esgotara-se o credito; e a mercancia oriental não compensava desde muitos anos os sacrificios da corôa.

Assim atribulado e compelido a economias drásticas, D. João III não encarou de frente o problema do aproveitamento do Brasil: transferiu-o aos donatários que podiam resolvê-lo com os recursos próprios.

Num livro de despêsas extraordinarias do reinado, até 1544, figura esta nota desanimada: "O Brasil não sòmente não rendeu de vinte anos até agora o que soía; mas tem custado a defender e povoar mais de 80 mil cruzados". (1.)

A primeira carta de donataria foi passada em Evora, a 10 de Março de 1534.

O espaço que medeia entre aquela deliberação e a distribuição das capitânias indica que não se precipitou el-rei em executá-la, preferindo ouvir o seu capitão, que em Agosto de 1533 estava de volta, em Lis-

(1) Frei Luiz, *Anais de D. João III*, p. 416.

bôa, para em Março seguinte partir para a sua famosa viagem à India. (1).

A carta de 28 de Setembro foi confiada a João de Souza (o mesmo que levou a Lisboa a não francesa apresada na altura de Pernambuco) que, com três caravelas, arribou em S. Vicente, quando ainda aí se achava Martim Afonso (2).

A ULTIMA FEITORIA DE PERNAMBUCO

Já Pero Lopes, com três navios, regressára ao reino.

Foi o irmão de Martim Afonso que, nessa viagem de volta, vingou segunda vez a feitoria de Pernambuco desmanchando a que os francezes da "Pellerine" lá tinham fundado. (3)

O fáto é que Pero Lopes mandou a caravela de João Gonçalves (superior à não inimiga em velocidade e facilidade de manobra) render um dos barcos francezes; tomou a outra não, que carregava madeira, e investiu a fortaleza, então sob o comando do senhor de la Motte. Alguns portuguezes que andavam com os índios valeram-se da oportunidade para amotiná-los contra os bretões, que, sem esperança de socorro marítimo nem aliança na terra que os amparasse, capitularam com promessas que — alegou Saint Blancard — o triunfante capitão não cumpriu. Diz o barão que o

(1) JORDÃO DE FREITAS, in *Hist. da Col. Port.*, III, 106. A armada de Martim Afonso safu de Lisboa a 12 de Março de 1534, portanto dous dias depois da carta de doação de Pernambuco a Duarte Coelho, primeiro dos donatarios agraciados.

(2) JORDÃO DE FREITAS, *op. cit.*, III, 149, cf. apontamento de fr. Luiz de Souza e doc. de fr. Gaspar de Madre de Deus.

(3) "Non loin de Pernambuco, est l'île de Saint-Alexis, où le Lyonnais Du Péret fonde, en 1530, la première colonie française, colonie éphémère, car les Portugais nous en chassèrent l'année suivante". Ch. de la Roncière, nota a um mapa exposto em 1931, cf. J. F. DE ALMEIDA PRADO, *Primeiros Povoadores do Brasil*, p. 190, S. Paulo, 1935. Parece ser a ilha de Santo Aleixo, de Gabriel Soares, *Roteiro*, p. 35.

sr. de la Motte, com vinte dos companheiros, foi enforcado, dous francêses entregues aos selvagens, que os comeram, e os restantes conduzidos, prisioneiros, para o reino (1).

Não se contentou, o autor do “Diario da Navegação”, em reconquistar a posição: refez, fortificada, a feitoria, como revela um requerimento do bombardeiro Diogo Vaz, da mesma frota: “. . . “com o sr. Pero Lopes de Souza e chegaram a Pernambuco do rio da Prata donde vinha, foi necessário o dito Diogo Vaz ficar em o dito Pernambuco para serviço del Rei nosso Senhor o qual Pero Lopes mandou e fez ficar por condestabre da fortaleza que se fez de que Vicente Martins Ferreira era capitão e começou a servir no dito Pernambuco aos 30 dias do mez d’Outubro da era de mil e quinhentos e trinta e dous que chegou Paulus Nunus na caravela “Espera” para ser capitão do dito Pernambuco como o foi e fez condestabre da fortaleza a Pero (ou Cristovão) Franco e o dito Diogo Vaz servia de bombardeiro do primeiro de Maio da era de trinta e três anos até a esta de mil e quinhentos e trinta e cinco em que estamos que aqui chegou Duarte Coelho a esta fortaleza a nove dias do mez de Março. . .” .

A VOLTA DE MARTIM AFONSO

Fundada a vila de S. Vicente, subira Martim Afonso ao planalto, onde — no campo de Piratininga — em 10 de Outubro de 1532, Pero Capico, como escrivão,

(1) JORDÃO DE FREITAS, *op. cit.*, III, 154. Frei Vicente do Salvador descreve essa conquista, enganando-se sòmente quanto ao caminho de Pero Lopes, que ia de S. Vicente, e não de Lisboa. Os documentos publ. na *História da Colonização Portuguesa do Brasil* desfazem esta dúvida e esclarecem o mais que se sabe da última feitoria de Pernambuco. — Homem violento, de mão genio, e cruel, de Pero Lopes diz Francisco de Andrada: “odiado com a gente por ser tão sobejamente rigoroso. . .”, era “tão aspero de natureza que o podiam mal sofrer. . .”, *Crônica del Rey D. João III*, III, 332.

lavrou a escritura de sesmaria de Pero de Góes, por êle assinada.

E' o único ato que se lhe conhece praticado na "borda do campo". (1)

Deixou as lavouras prósperas, os povoados em ordem, a terra florescente — e por seu representante aí o padre Gonçalo Monteiro.

Supõe-se que, a vespas de embarcar, soubesse do fim trágico da expedição confiada a Francisco de Chaves: encarregou Pero de Góes e Ruy Pinto de fazer a guerra aos carijós, que constava terem trucidado os oitenta portugueses e seu guia. E partiu para Portugal.

Não descansou Martim Afonso. A seu pedido e sobre observações suas, Pedro Nunes escreveu o "Tratado sobre certas duvidas da Navegação". Alguns menses depois saía do Tejo com a sua armada da India que devia notabiliza-lo, primeiramente como capitão-mór do mar, depois como vice-rei daquele Oriente já em decadencia, e progressivamente mais hostil aos lusitanos. Não volta a S. Vicente, mas revê a Baía. A sua viagem figurará sempre na história do Brasil, pelos casamentos religiosos que suscitou na terra de Diogo Alvares. (2)

A bordo iam vários frades franciscanos; e o medico judeu Garcia da Orta, o dos "Coloquios dos simples" (Gôa, 1563). Frei Diogo de Borba casou, no mesmo dia, na igrejinha da Graça, as filhas de Caramurú, Madalena Alvares com Afonso Rodrigues, e Felipa Alvares com Paulo Dias Adôrno. Frei Jaboaão que nê-lo refere, acrescenta que ao matrimônio precedeu o batismo, das duas moças e da restante prole do povoador, assim legitima como bastarda, pois os Religiosos

(1) Frei GASPARD DE MADRE DE DEUS, *op. cit.*, p. 177.

(2) JORDÃO DE FREITAS, *op. cit.*, III, 107.

Menores da frota de Martim Afonso eram os primeiros que ali apareciam. (1).

Que foram os primeiros, duvidamos: pois as expedições que anteriormente tocaram na Baía levariam com certeza sacerdotes. Apenas em 1534, porém, havia raparigas casaduras nessa terra. Lê-se ainda na igreja da Vitória, em lápide à entrada: “Aqui jaz Afonso Rodrigues, natural de Obidos, o primeiro homem que casou nesta terra: faleceu na era de 1561” (2).

Aquele Paulo Dias Adôrno era irmão de José e Francisco, moradôres de S. Vicente, e provavelmente viêra na armada de 1530. Afeito à marinharia, dêle havia de dizer (1558) o Dr. Pero Borges: “Entende do mar bem” e queria o comando d’algum barco, “porque é para isso...” (3).

Diz o padre Simão de Vasconcelos que, em S. Vicente, matára um homem, e por isso se escapára, com o seu companheiro Afonso Rodrigues, para junto do Caramurú (4). Julgou-se que êsse homem fosse Enrique de Montes, a quem papéis de 1536 dão por morto (“mataram nesta terra”). E’ menos crível isto: porque tendo sido Montes prestimoso auxiliar de Martim Afonso, decerto não appareceria a êste o seu matador, para casar-se publicamente. O assassinio do desertor da armada de Soliș deve ligar-se antes aos sucessos que ensanguentaram o Iguape logo após a partida do capitão-mór — e que, descritos sem exatidão pelo padre

(1) *Catálogo Genealógico, Rev. do Inst. Hist. Bras.*, cap. de Caramurú.

(2) Em 1551, Afonso Rodrigues, “morador na povoação do Pereira”, fornecia farinha da terra á nascente cidade, *Documentos Históricos*, XIV, 179. Foi nomeado por Mem de Sá contador das obras, 15 de Maio de 1558, *Anais da Bibliotheca Nacional*, vol. 27, p. 264. Na inscrição tumular lê-se: “nesta terra” e não “nesta Igreja”, como tem sido publicado.

(3) R. GARCIA, anotação ás *Cartas do Brasil*, p. 250, ed. da Academia Brasileira, 1931.

(4) *Crônica etc.*, 2.^a ed., p. 28.

Charlevoix, foram reputados falsos e impossíveis por frei Gaspar de Madre de Deus. (1)

De Afonso Rodrigues foi filho o clérigo Diogo Rodrigues, em 1554 provido numa das capelas da Sé da Baía, e talvez o primeiro mamaluco a ingressar no cléro do Brasil. (2).

(1) Os Adornos foram: José, o que morreu centenario, com sinais de predestinação, capitão de um bergantim em que viajou Anchieta (Vd. SIMÃO DE VASCONCELLOS, *Vida do V. Padre Joseph de Anchieta*, e frei GASPAR, *Memórias cit.*, p. 157), titular, em 1570, de uma sesmaria na praia de Carai (Mello Moraes, *Crônica*). Francisco, capitão de navio, que, com Paulo Dias, figurou nas lutas do governo de Mem de Sá, cf. Frei VICENTE, *Hist. do Bras.*, p. 178, VARNHAGEN *Hist. Geral*, I, 298 etc. E Rafael Adorno, tronco da família paulista, tit. Gayas, cf. SILVA LEME, *Nob. Paul.*, 5.º, p. 416. Os Adornos de Cachoeira, famosos bandeirantes do cfclo do nordeste, provêm de Paulo Dias e Felipa Alvares (genovês e mamaluca).

(2) *Doc. Hist.*, XXXV, 238-9. Outro neto de Caramurú, Marçal Rodrigues, obteve meia conezia em 8 de Junho de 1560, *Anais da Biblioteca Nacional*, XXXIV, 264, e *Denúncias da Baía*, p. 281. Este, diz frei JABOATÃO, foi vigário da vila do Perelra.

VIII

DE S. VICENTE A ITAMARACÁ

OS DONATARIOS

Resolvido em 1532 a conceder, na costa do Brasil, capitánias hereditárias a quem podesse defendê-las, D. João III expediu a primeira carta de doação em 10 de Março de 1534. A Duarte Coelho, deu Pernambuco.

Sucessivamente assinou os diplomas de donatária da Baía de Todos os Santos (a Francisco Pereira Coutinho, em 27 de Junho), do Espírito Santo (a Vasco Fernandes Coutinho, em 1 de Julho), de Itamaracá e duas partes ao lado da concessão de Martim Afonso, no sul, (a Pero Lopes de Souza, em 1 de Setembro). E no ano seguinte : de S. Vicente (a Martim Afonso de Souza, em 6 de Outubro) ; de cem legoas ao norte de Itamaracá (a João de Barros e Aires da Cunha, em 8 de Março), de trinta e cinco legoas na costa les-oeste a Fernão Alvares de Andrade (antes de Junho de 1635), do Ceará (a Antonio Cardoso de Barros, em 28 de Janeiro de 1536). Pero do Campo Tourinho teve a capitania de Porto Seguro (forais de 27 de Maio e 23 de Setembro de 1534), Jorge de Figueiredo Correia a de Ilhéos (foral de 1 de Abril de 1535)...

Ao todo, onze. E dadas á melhor gente. Navegantes célebres, homens de guerra, personagens da côrte. Foram amigos na Índia Duarte Coelho, Francisco Pereira, Vasco Fernandes, Aires da Cunha. Um feudalismo, é certo : mas cujos titulares tinham conqui-

tado espóras de cavaleiro no serviço do Estado. O cuidado do rei foi escolher pessoas decididas a morar na America: e bastante ricas para empreender-lhe a colonização. Transferira habilmente, da corôa empobrecida para êsses particulares, a tarefa urgente de povoar o Brasil.

As doações de Pernambuco e Itamaracá são perfeitamente lógicas.

Duarte Coelho comandava, em 1532, a esquadra guarda-costa do Atlantico, e cumpria-lhe vigiar as atividades maritimas dos francêses. Estabelecendo-se em Pernambuco, terra preferida por êles, evitaria outros desembarques. Alí notabilizára-se Pero Lopes. A sua capitânia de Itamaracá era prêmio justo e oportuno.

DUARTE COELHO

Duarte Coelho, porém, não se contentou em possuir o pergaminho: veio residir nos seus domínios, e aí repetiu a bôa política de Martim Afonso em S. Vicente. Fundação de povoados, plantação de canaviais, instalação de engenhos de açúcar, entendimento com os índios, que o receberam bem, e pronto castigo dos que o hostilizaram.

Ao tempo de sua investidura de donatário, era um dos maiores vultos das armas portuguezas de ultramar.

Passára à India muito joven, em 1509, na armada de D. Fernando Coutinho, a mesma que livrou de afrontosa prisão Afonso de Albuquerque. Em 1516-17 desempenhou-se de uma embaixada junto ao rei do Sião, sendo o primeiro português que por lá andou. Navegou duas vezes o mar da China. Em 1526 recebeu de premio o direito de carregar um navio de pimenta. (1) Correu

(1) FRANCISCO DE ANDRADA, *Crônica del Rey D. João III*, II, 22, *passim*.

a costa d'Africa, vendo-lhe as fortificações. Esteve em França, em 1531 (1). Capitaneou a armada da costa da Malaguêta, encarregada de policiar o Atlantico sul e o caminho do oriente. Filho do escrivão da fazenda real, navegador e diplomata Gonçalo Coelho (possivelmente chefe da expedição de 1503), herdára-lhe o gôsto das aventuras coloniais, e a confiança del-rei. Per-tencia a uma familia poderosa.

DUAS, APENAS

Duas capitánias prosperaram ; as outras não pu-dêram aguentar-se, ou vegetaram sem progresso sensí-vel. Foram Pernambuco, graças a Duarte Coelho, e S. Vicente, em virtude da elite de homens d'armas, também lavradores de canas, que trouxêra Martim Afonso. A ambas valeu o açúcar, razão de medrarem, pelo comércio que entabolaram, com os consequentes recursos para a sua sustentação e desenvolvimento. Sem Ramalho, a moderar os gentíos de Piratininga, e sem Duarte Coelho, a impôr a lei aos do litoral pernambucano, as duas capitánias florescentes teriam seguido a sorte das demais. D. João III acertou, escolhendo para capitães-fronteiros (eram elas as extremas da costa efetivamente ocupada) aquêles personagens...

(1) CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 171 : JOÃO DE BARROS, *Décadas* (sobretudo em relação á viagem que, por terra, fez aos reinos da Indo-china, como pioneiro da expansão ocidental), frei LUIZ DE SOUZA, *Anais de D. João III*, 378, Cardeal SALDANHA, *Os Portugueses na Africa, Asia, etc.*, I, 83, Lisboa, 1848.

"Duarte Coelho, foi á India na armada do marechal, ano de 1509, e se achou com êle em Calicut, e velu da India no ano de 1529. Indo a povoar esta capitania, levou a ela sua mulher Dona Brites d'Albuquerque e seus filhos, e muitos parentes ; e gastou em a povoar muita copia de dinheiro que trouxe da India". Frei LUIZ DE SOUZA, *op. cit.*, p. 382.

Da descoberta da Conchinchina falam Barros e frei Luiz, este *Anais de D. João III*, p. 100. Era homem de tambem procurar seus proveitos, insinúa *Francisco de Andrada, op. cit.*, I, 99.

S. VICENTE : A GUERRA DO IGUAPE

A história de S. Vicente é trágica inicialmente.

Começa pela obscura guerra do Iguape. Liga-se à questão da propriedade do país, que os castelhanos disputavam aos portugueses. Espanha continuava a considerar sua a costa de Cananéa para o sul ; e — certamente por intermédio do genro do “bacharel” — não perdera a esperança de atraír à sua causa o patriarca da marinha. A vila de S. Vicente deslocára-o dos seus primitivos estabelecimentos : isolára-se no Iguape com os parentes, formando uma espécie de poder independente. Decerto abominava o governador e seus homens, que vinham instalar a ordem del-rei — com as suas autoridades, o direito comum, a instituição municipal, a agricultura pacifica — onde, até aí, reinára, onnipotente, o seu arbitrio. A mesma colonização que readaptou Ramalho agravou os odios do “bacharel”. No ano seguinte à partida de Martim Afonso — a quem não ousára ofender — rebelou-se, de parceria com os espanhóis. E’ quando a gente de Iguape rompe com a de S. Vicente, e os povoados, como duas castelhanias medievais, se empenham numa luta feroz.

Deu-lhe oportunidade o castelhano Ruy Mosquera, companheiro de Caboto, “língua” famoso no rio da Prata, e que achára de recolher-se ao Iguape com a sua gente. Diz Ruy Diaz de Guzman (“Argentina”, livro I, cap. 8,) repetido pelo padre Charlevoix, que dous anos já o espanhol lavrava terras na vizinhança de S. Vicente quando se lhe meteu em casa o “bacharel”, desgostoso com os portugueses, “pelo que falava com alguma liberdade, mais do que devia”. O capitão da vila (seria o padre Gonçalo Monteiro) intimou os invasôres a retirar-se, dando-lhes para isto trinta dias.

Foi nesta ocasião que uma não francêsa entrou a Cananéa. Parecia caída do céu : pois de surpresa a tomaram Ruy Mosquera e seu povo, e municieram-se fartamente com armas e petrêchos, pondo-se em estado de defesa. Os portugueses, com dous capitães, em número de oitenta, fóra os índios auxiliares, caíram efetivamente sobre as trincheiras que fizeram no Iguape. Mas onde esperavam encontrar um bando de atônitos guerrilheiros acharam dous pequenos exercítos : o que lhes replicou de frente, e o que, de flanco, os investiu imprevisivelmente, desordenando as suas fileiras. Conclúe Guzman, que Pero de Góes foi ferido de um arcabuzação, vários atacantes ficaram prisioneiros, muitos mortos pelo campo, e os espanhóes se aproveitaram do sucesso para invadir e saquear a vila. Cometido o assalto, embarcaram em dous navios e foram recatar-se em Santa Catarina, longe, provavelmente, da reação que temiam... Aconteceram essas cousas em 1534 (1).

A narrativa de Ruy Diaz de Guzman está confirmada por vários documentos. Assim, a apostila de 20 de Agosto de 1537 a uma sesmaria de Ruy Pinto : não existia em S. Vicente o livro do tombo por "o haverem levado os moradores do Iguape... "Por "estarem occupados com as guerras do Iguape", Ruy Pinto e Pero de Góes (seriam os dous capitães mencionados pelo crô-nista) não tinham cumprido a ordem de Martim Afonso, indo em perseguição dos índios de Curitiba... — diz uma ata da Camara de S. Paulo (2).

Teria morrido então o "língua" Enrique Montes?

Depois disto não ha mais sinal do "bacharel" de Cananéa. Foi-se com Ruy Mosquera, provavelmente

(1) CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I 226. Guzman chama erroneamente o "bacharel" de Duarte Peres. Aliás podia ser o nome dado por êle aos espanhóes. Frei Gaspar não acreditou nessa história : mas, frente á documentação que vae surgindo, é perfeitamente autêntica.

(2) VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 201.

para Santa Catarina. Servia comtudo aos espanhóes. Pois sendo de 1534 a pilhagem de S. Vicente, dous anos depois lhe escrevia a rainha, encarecendo o seu concurso para a missão de Gregório de Pesquera. A carta revela que, em 1536, em Espanha se reputava pacificamente o litoral vicentino dentro no seu meridiano; e lá se conhecia o préstimo do degredado rebelde. Doutro geito não falaria assim a rainha:

“Real cédula al bachiller de la Cananea para que preste su ayuda a Gregorio de Pesquera, Valladolid, 9 de Septiembre de 1536. — La Reyna... bachiller... que residis en la cananea que es en la tierra que ay en la del Rio de la plata sabed que yo he mandado tomar cierto asiento e capitulacion con gregorio de pesquera Rosa sobre el hazer e criar e grangear cierta especeria en esa tierra e le he proveydo de la governacion della el qual va a servir el dicho oficio y entender en la dicha grangeria como del sabreys e por lo que yo he sydo enformado que vos a que estays en esa tierra muchos dias e teneys en ella vuestra muger e hijos yo vos Ruego y encargo que persona que estareys ynformado de la calidad della deys al dicho gregorio de pesquera todos los avisos que vieredes que convienen para el bien de la dicha grangeria e le ayudeis en todo aquello que buenamente podays como a persona que va en nuestro servicio y en lo demas que os vieredes que nos podays servir en esa tierra lo hagays teniendo por ceirto que mandaré tener memoria de vuestros servicios para os hazer a vos y a vuestros hijos la merced que oviere lugar. de valladolid a nueve dias del mes de setienbre de quinientos e treynta e seys años /yo la Reyna/ Refrendada samano señalada de beltran y velázquez”. (1)

(1) *Humanidades*, tomo XXV, primeira parte, Buenos Aires, 1936. A viagem de Pesquera não chegou a ser feita, E. DE GAUDIA, na revista *cif*.

Depois, foi comissionado, em 1557, Jaime Resquin, para fundar povoações em S. Francisco, Patos e S. Gabriel, trazendo como prático da navegação Gon-

A fuga do “bacharel” está indicada neste trecho de escritura de 1553 (“confirmação das terras que Pero Correia deu à Casa da Companhia da ilha de S. Vicente”): “... a primeira que lhe foi dada que é defronte desta ilha e vila de S. Vicente, que era antes dada pelo Governador a um Mestre Cosmo Bacharel, que o dito Gonçalo Monteiro houve por devoluta...” (1) Doação portanto de Martim Afonso, revogada, por deserção do proprietário, pelo padre que governou o lugar entre 1533 e 1539...

Esse sacerdote-capitão morreu, longevo, em S. Vicente, consolado pela piedade dos jesuítas, a quem recebeu com desconfiança e ajudou depois com exemplar religião.

A VILA DE SANTOS

Antonio de Oliveira governava S. Vicente em 1539. (2) Cristovão de Aguiar de Altero substituiu-o, em 1543 (28 de Março). Nenhum, porém, exerceu tão proficuamente êsse governo como Braz Cubas (empossado em 8 de Junho de 1545).

O infortunio da vila, em 34, como que a condenára a não subsistir no sítio razo e acessível em que a plantára Martim Afonso. Em 1543 fundou Braz Cubas a povoação de Santos. Dependia da primeira: mas teve juiz pedâneo (Pedro Martins Namorado) em 1 de Mar-

çalo da Costa. O interesse espanhol então era impedir que os francêses do Rio de Janeiro lá chegassem, RAMON DE CASTRO ESTEVES, *Jaime Resquin y su expedición*, *Boletín del Instituto de Investigaciones Historicas*, ns. 61-63, p. 247, Buenos Aires 1935. Esta expedição também se malogrou.

(1) P. SERAPIM LEITE, *Hist. da Comp. de Jesus no Brasil*, I, 541.

(2) Nomeado por D. Ana Pimentel, mulher do donatario, em 16 de Outubro de 38, FREI GASPAR, *Memorias*, p. 205. Chegando a S. Vicente, repartiu regularmente a terra em sesmarias. Nessa revisão, foi que apurou estar devoluta a do “bacharel”.

ço de 44 ; e tanto que o seu fundador assumiu a capitânia-mór, lhe concedeu fôro de vila — em 1546 (1).

Desde 1542, a primitiva S. Vicente deixára de existir. Mudára-se para a terra firme, por lhe ter a maré levado as casas do conselho. Sinos e pelourinho ficaram submergidos — pagando-se 50 réis a Pedro Collaço para retirá-los d'água... (2).

Com essa transferencia, e o aumento dos engenhos, vida nova sorriu aos moradôres da baixada.

Passa Braz Cubas por ter trazido da China o “monjôlo” — ou pilão d'água, de que largamente se utilizaram os colonos para pilar o seu milho (3).

Martim Afonso, sem nunca mais voltar, adotou, mesmo na Europa, o sistêma de explorar a produção açúcareira pela parceria de capitais. Seria o de muitas pessoas nobres, ou negociantes de Lisbôa mais tarde, que dêram de empregar dinheiro na colonização do Brasil, resarscindo-o com as remessas de seus correspondentes — ou socios de indústria. Aliou-se (o mesmo fazendo seu irmão Pero Lopes) a João Veniste, Francisco Lobo e o pilôto-mór Vicente Gonçalves, para construir dous engenhos, dividindo-se-lhes o provento em partes iguais. Surgiu com isso o célebre engenho de São Jorge, depois “dos Eramos”, porque o capitão, Francisco Lobo e o pilôto venderam as suas quotas ao alemão Erasmo Schetz, cujos filhos, por sua vez, compraram a de Veniste. Os Schetz foram talvez os primeiros europeus a enriquecer com o açúcar do Brasil : e de tal arte,

(1) Frei Gaspar, *op. cit.*, p. 211.

(2) Frei Gaspar, *op. cit.*, p. 141.

(3) VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 203. A zona do monjolo circunscreve-se, ainda hoje, ao sul do Brasil. O norte ficou com o tipo indigena e africano do pilão manual. O aparelho asiatico de Braz Cubas — de que não se servem os nossos sertanejos da Bafa para cima, continúa a ser a mais primitiva máquina agrícola de Minas Gerais para o sul. — E o arroz? Embora nativo do Brasil, é possível que a sua grande cultura em S. Vicente fosse ensinada e estimulada por Braz Cubas, com a sua experiencia do Oriente.

que lhes sobrou cabedal para fundar o ducado de Ursel, na Belgica, sua pátria. (1).

Exigia-se, comtudo, fibra heróica para bem trabalhar nas circunvizinhanças de São Vicente e Santo Amaro.

Os índios bravos rondavam-lhes os campos, a escassez de homens brancos não permitia um comércio intenso, os navios rareavam, e a tendencia era para largar a obra feita, em procura de outras aventuras. Foi por isso que — em 1550 — passou o Provedor-mór (que chegára para ordenar o recebimento das rendas del-rei) energica ordem por que, deixando os senhores de engenho perecer as suas fábricas, lhes acudissem os provedores e as concertassem por conta dêles, obrigando-os, sob pena de multa pezada, a continuar a indústria (2).

A população de S. Vicente orçava, em 1548, em 600 brancos e 3 mil escravos índios. (3).

Em 1552, eximia-se do dizimo para a mitra do Salvador “o arroz da capitania de São Vicente, por ser a principal cousa depois do açúcar...” (4)

Antonio Cardoso de Barros nomeára caldeador de açúcar Gabriel Martins, porteiro da alfandega Pero Ribeiro, alcaide do mar Domingos Vaz, feitor Pero de Seabra, provedor Antonio Tinoco, e em seu lugar Antonio Cubas... (5) Eram os serviços essenciaes á capitania na sua fase de organização.

(1) *Publicações do Arquivo Nacional* — vol. XIV, 1914; e CAPISTRANO, nota a Varnhagen, 1, 228.

Parece que o primeiro feitor do engenho foi Pero Roso, que Hans Staden e Schmidel chamam Rosel. Em 1556 mandou Schetz para dirigi-lo o italiano João Batista Maglio, a quem se seguiram Paulo Veras e Jeronimo Maia. Este teve procuração para vender o engenho, e o fez mal, como se queixavam os herdeiros de Erasmo, em 1591, cf. *Publ. cit.*

Refere Gabriel Soares: "... e antes que cheguem á Vila estão os engenhos dos Esquentes de Frandes e o de José Adorno..." (*Roteiro do Brasil*, ed. VARNHAGEN, p. 95).

(2) *Doc. Hist.*, XXXVIII, 202.

(3) PAULO MEREA, *Hist. da Col. Port.*, III, 181.

(4) *Doc. Hist.*, XXXVIII, 236.

(5) Atos de Maio-Junho de 1550, *Doc. Hist.*, XXXV, 69-83.

SANTO AMARO

As terras de Pero Lopes compreendiam, ao sul de S. Vicente, a costa que vai da barra de Paranaguá a Laguna, e ao norte dez legoas entre Curupacê e a Bertioiga, incluindo a ilha do Guaibe onde Gonçalo Afonso, ouvidor nomeado pela viuva do capitão-mór, fundou a vila de Santo Amaro. A parte mais meridional da concessão só foi explorada e ocupada no seculo seguinte. Santo Amaro, apesar de seus três engenhos antes de 1557 (1) não logrou prosperar. Frei Gaspar diz que ao tempo da neta de Pero Lopes “ninguem sabia qual era, onde tinha a sua verdadeira posição e de quantas legoas se compunha essa capitania”. S. Vicente eclipsou a vizinha povoação, além disso incluída no patrimônio do mesmo donatário, de cuja família houve ambas as capitanias a corôa, em 1709-11.

Do seu período primitivo, o principal personagem de Santo Amaro havia de ser Francisco de Barros de Azevedo, mixto de senhor de engenho e armador, cujos interesses iam de S. Vicente a Portugal e Africa. A primeira escravatura negra introduzida em S. Vicente o foi por êsse Francisco de Barros, em navio seu vindo de Angola, em 1552. Tinha vários barcos, pois de um, que o corsário lhe queimou em 1551, fala Antonio Cardoso de Barros, em carta para el-rei de 30 de Abril: “temos novas que andam muitos francêses por esta costa e a poucos dias que tomaram uma não cheia d'açúcares a qual era de Francisco de Barros de Azevedo que vinha de São Vicente e a queimaram...” (2)

(1) Frei GASPAR, *op. cit.*, p. 171.

(2) Carta ms. na Torre do Tombo, achada por LUIZ CAMILO e publ. pela nossa Bibliotéca Nacional. E' curioso que não se refira a Francisco de Barros frei GASPAR DA MADRE DE DEUS.

OLINDA

De 2 de Outubro de 1534 é o alvará que dispensou a Duarte Coelho o pagamento “dos ferros e cousas outras que mandar trazer de fóra do reino para provimento de seus navios em que ora vae para o Brasil”. (1)

Aqui chegou em 9 de Março seguinte. Fez-lhe entrega o capitão Paulus Nunes da fortaleza de Pernambuco (2), e à sombra dêsse estabelecimento iniciou com entusiasmo e prudencia a colonização de sua capitania.

Defende a abrigada o extenso “recife” (donde o nome que teria a cidade) providencialmente aberto, como para dar entrada aos navios (a palavra tupí “pernambuco” quer dizer “mar furado”) que, no ancoradouro, ficavam a coberto dos ventos intempestivos. A feitoria primitiva situava-se rente à praia. Logo o donatário a transferiu para um promontorio à distância de uma legoa, sobre a margem esquerda do rio Beberibe, onde construiu a sua torre.

A mudança do povoado, da linha da costa para uma colina, defensavel e de amêna paisagem, longe do bom porto, indica que ao novo senhôr não preocupava tanto o comércio como a posse estável e forte do país. Homem d’armas, nelas confiava para ficar na terra; e metendo-se num sítio vantajoso, com o seu castelo rude, a política que traçava era inicialmente de trabalho e conquista. A navegação lucrativa viria a seu tempo...

Olinda — foi o nome dado à localidade.

Ter-se-ia originado duma exclamação de embevecimento do capitão-mór, ou d’alguem de sua companhia,

(1) VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 209.

(2) Depoimento do bombardeio Diogo Vaz, cf. *Hist. da Col. Port.*, art. de JORDÃO DE FREITAS, *cit.*

ao divisar, do monte vestido de vegetação tropical, a terra vasta, húmida e alegre. *O' linda...*

E' a versão de frei Vicente do Salvador, que a tomou da tradição oral (1).

Tornou-se necessariamente a antítese do povoado de Recife, núcleo de mercadôres cuja proximidade do fundeadouro das náos atestava o ofício modesto e ganancioso, de gente de especulação e usuras.

Cresceram paralelamente, com o seu destino antagonico: Olinda, vila de nobreza, no alto, a lembrar a Idade Média das castelánias de monte acima; e Recife na beira d'água, com os seus armazens, as suas tendas e a sua vulgaridade de negociantes, embarcações e logistas. A progénie do donatário floresceu na colina; os sujeitos do tráfico enriqueceram no bairro praiano. O ciclo do pão de tinta, alargado pelos francêses, e o do açúcar, perturbado pelos holandêses no século XVII, emendaram-se nas ruas do porto; mas em Olinda prosperou o espírito militar, fidalgo e energico que Duarte Coelho levára a Pernambuco. Aristocracia e burguezia, "mascates" e senhores de engenho, as duas faces do Brasil econômico e social de 600 e 700....

Com "uma torre de pedra e cal, que ainda agora está no centro da vila", diz Gabriel Soares, (2) tratou êle de fundar, no rio dos Marcos (nome derivado dos que aí separavam as capitánias de Pernambuco e Itamaracá) ou *Igarassú*, uma vila, quatro legoas adiante da primeira, onde se recolhessem agricultôres atarefados em plantar os seus canaviais.

"Esta vila — continúa frei Vicente do Salvador — encarregou Duarte Coelho a um homem honrado, vienez, chamado Afonso Gonçalves, que já o havia acom-

(1) *Hist. do Bras.*, p. 107. Origem analoga tiveram os nomes de Buenos Aires e Montevidéo...

(2) *Roteiro do Brasil*, p. 34.

panhado da Índia. Da vila de Igarassú, ou dos santos Cosmos, mandou vir de Viana seus parentes, que tinha muitos e mui pobres, os quais vieram logo com suas mulheres e filhas, e começaram a lavrar a terra entre os mais moradores que já havia, plantando mantimentos e canas de açúcar, para o qual começava já o capitão a fazer um engenho. E em tudo os ajudavam os gentios que estavam de paz, e entravam e saíam da vila, com seus resgates ou sem êles, cada vez que queriam" (1).

Ambos os europeus disputavam, e cada um à sua maneira, a amizade dos naturais. Decerto os franceses foram mais espertos nesse aliciamento, porque puderam sublevar todas as tribus, entre o S. Francisco e o cabo de S. Roque, contra Duarte Coelho. Valiam-se de presentes ou resgates, de fantasias que os seus "línguas" contavam aos principais, ácerca de monstruosas crueldades atribuídas aos concorrentes, agrados e manobras de intermediários sagazes. O episódio de Hans Staden, bem publicado, graças á narrativa do alemão, serve de exemplo para o jôgo de perfídias que foi, áquele tempo, a conquista da confiança dos índios pelos contrabandistas do páo de tinturaria. Uma fôrça, porém, superior às insídias da rivalidade, levava para diante a gente portugueza: era a sua faculdade de adaptação aos costumes dos aborígenes. Se o "língua" prendeu os morubixabas de Pernambuco aos interesses dos "mairs", a "cunhã" tobajara ou caeté os reconduziu devagar para o serviço dos "perós". O amôr neutralizou a política. Casamentos de portuguezes com índias jóvens, por êles apaixonadas, pacificaram gradualmente o país. Foi o recurso definitivo para apaziguar as relações entre os indígenas e os colonizadores. Indicára-o Diogo Alvares, na Baía. Fôra o caso de Ramalho e Rodrigues.

(1) *Hist. do Bras.*, p. 108.

Vasco Fernandes de Lucena, de um lado, e Jerônimo de Albuquerque, do outro, reproduziram-no à volta de Olinda, com o mesmo resultado.

Diz frei Vicente que o cêrco reduzia à última extremidade Duarte Coelho, quando a cabocla, de quem Váscó Fernandes de Lucena tinha vários filhos, (1) decidiu acabar com a guerra, partindo pelos campos a gabar os brancos às outras índias. Convenceram-se elas, tomaram cabaços d'água e mantimentos, e foram nutrir os sitiados. Puderam assim desapertar o cêrco; e tanto que se livrou dêle Duarte Coelho, foi "pela costa abaixo até o rio de S. Francisco, entrando nos portos todos de sua capitania, onde achou náos francêsas que estavam ao resgate de páo brasil com o gentío e as fez despejar os portos e tomou algumas lanchas de francêses, posto que não tanto a seu salvo e dos seus que não ficassem muitos feridos, e êle de uma bombardada, de que andou muito tempo maltratado". Cortou o mal pela raiz. Expulsando os intrusos aquiétou os da terra. Volveu enriquecido de escravos que lhe dêram os índios, entre os prisioneiros de suas guerras domesticas, e mal a tranquilidade lhe permitia ter abertas as portas de Olinda, cuidou de levantar um engenho de açúcar a uma legoa da vila. Jerônimo de Albuquerque seguiu-lhe o exemplo, "e os lavradôres com suas troças de mantimentos e canaviais, a que o gentio os vinha ajudar, e lhes traziam muitas galinhas, caças e frutas do mato, peixe e mariscos, a troco de anzóes, facas, foices e machados que êles estimavam muito".

Segura a capitania, a moerem os engenhos, pacíficas as colheitas, prósperas as duas vilas, achou o donatário de recolher-se a Portugal para "requerer seus

(1) Por Sebastião Carvalho, seu bisavô, casado com D. Maria de Mello, de Pernambuco, descende o marquez de Pombal de Vasco Fernandes de Lucena, BORGES DA FONSECA, *Nobiliarquia Pernambucana*, 11, 65.

serviços”, deixando o governo de Pernambuco às mãos de sua mulher Beatriz de Albuquerque e de Jerônimo, seu irmão.

Até aí, o frade-historiador.

Conhece-se, porém, de uma carta do capitão Afonso Gonçalves para el-rei, de 1548, e conta Hans Staden peripecias e surpresas de um cerco que nêsse ano sofrêra Igarassú, socorrida por uma lancha saída de Itamaracá...

Frei Vicente, escrevendo ao sabôr da tradição verbal, omite as datas, que fixariam as diferentes fâses da vida dramática e agitada da capitania. A carta do capitão de Igarassú desmente a lenda de sua morte, que os sitiados cuidadosamente ocultaram. Mas o assédio descrito por Hans Staden — e que durou um mez — não pôde ser o da crônica do franciscano. Porque em 1548 Pernambuco — como se vê da correspondência de Duarte Coelho — desfrutava uma prosperidade rural que deixava longe o tempo das correrias devastadoras e das lutas permanentes. Estas reacenderiam a fogueira com a ausencia final do donatário: em 1553.

Parece-nos que a sublevação do genio, a que se referiu frei Vicente do Salvador, aconteceu entre 1536 e 37, quando, a 12 de Maio, passou Duarte Coelho a carta de foral da vila de Olinda. Se o grangeio dos canaviais significava pacificação dos índios e tranquilidade na terra conquistada, o início do ciclo do açúcar, em Pernambuco, ha de coincidir com a submissão dos selvagens. As suas guerras toleravam a extração do páo braçil; mas não permitiam as lavouras de fóra de portas, siquer o plantio dos mantimentos, indispensaveis á vida dos colonos nas duas povoações, sempre inexpugnaveis. Quando se exportou de Recife o primeiro açúcar? Quando começou o capitão-mór o seu grande engenho — que frei Vicente comemora, como acontecimento decisivo da colonização do Brasil? Também disto não ha informações exatas.

OS PRIMEIROS AÇUCARES

Duarte Coelho recolheu primeiramente, como os outros, a madeira de tingir. Fez dela a sua moeda para pagar, em Portugal, as suas encomendas. Porém não podia extraí-la com a precipitação e a cobiça dos francêses, ou de certos portuguezes que, por espírito mercantil, corrompiam os gentios, atiçavam-lhes as coleras, estragavam o negócio.

Em carta a el-rei, de 27 de Abril de 1542 (em 1540 fôra a Portugal) recorda o donatário o seu pedido feito em 1539, “de haver alguns negros de Guiné per meu resgate...” (1) Quer dizer: faltavam-lhe trabalhadores servís, dado o retraimento dos índios, senão a sua desconfiança resultante dos conflitos passados; e o cultivo da cana d’açúcar exigia mais intenso povoamento. Na mesma epistola adverte: “dei ordem a se fazerem engenhos d’açucares que de lá trouxe contratados... Temos grande soma de canas plantadas todo povo com todo trabalho que foi possível e dando a todos ajuda que a mim foi possível e cedo acabaremos um engenho mui grande e perfeito e ando ordenando de começar outros...” Tais realizações, e com êsse ímpeto, seriam apenas exequíveis após a jugulação das revoltas da indiada, efetivamente donos, os portuguezes, do país que tantos perigos encerrava.

A seguinte carta de Duarte Coelho para D. João III é de 20 de Dezembro de 1546. Reclama contra os abusos dos traficantes do páo brasil e pede que não o tirem a menos de vinte legoas “das povoações que se ora novamente povôam em especial nesta Nova Lusi-

(1) Apendice ao capítulo que OLIVEIRA LIMA escreveu para a *Hist. da Col. Port.*, III, 313.

tania...” (1) Diz que — para melhor viver com os índios — se contentára em carregar um navio em um ano e meio, enquanto os homens de Itamaracá, sem escrúpulos, pondo nas mãos dos barbaros resgates de toda sorte, em três anos tinham levado seis ou sete... Daí a inquietação e os desafôros dêles, pondo em risco fazendas e engenhos, o que se complicava com os dissolutos costumes dos degredados, má gente “peor que peste” e no emtanto tão numerosa que superava, nas náos, a marinhagem... E fechava a carta avisando a remessa duma caixa com “mostra d’açúcares escolhidos para V. M. ver...”

Essa oferenda “d’açúcares escolhidos”, de 1546, quando se sabe que em 42 havia canaviais plantados, mas os engenhos no seu princípio, permite-nos apontar aquele milesimo como o da safra inicial de Pernambuco, e de suas ricas exportações.

O cêrco de Igarassú, visto por Hans Staden, perde, com isso, a importância que poderíamos dar-lhe. Não é o da narrativa de frei Vicente, que paralizou a vida econômica da capitania e a reduziu a duas praças clausuradas pelos gentios indomáveis. Representa um episódio local: sintomático, mas restrito.

Realmente, lendo-se melhor o livro do alemão, percebe-se que a briga em torno das palissadas de Igarassú não perturbára as atividades agrícolas e comerciais do resto da capitânia.

HANS STADEN

Hans Staden era um rapaz de Homberg, pequena cidade do Estado de Essen, que embarcára como bombardeiro no navio do capitão Penteado, em Abril de

(1) Foi atendido, mandando-se fazer o “brasil — na costa dos Petiguarras, *Doc. Hist.*, XXXVII, 206.

47. Vindo para o Brasil, entrou em Pernambuco, onde as mercadorias de bordo foram descarregadas, e Duarte Coelho correu a pedir que os tripulantes socorressem a vila de Igarassú rodeada pelos selvagens. Não ia êle próprio em seu auxílio porque temia a propagação da revolta contra o porto (Marim) e Olinda. Naturalmente era a sua presença alí que mantinha à distância os turbulentos caboclos. Foram quarenta, entre êles o jóven tedesco, numa pequena embarcação, para bater os índios. Acharam, porém, guerreiros ferôzes e inabalaveis, que frechaavam certamente os inimigos, impedindo que saíssem os sitiados, obrigados ao desespero duma acometida desigual tanto se lhes esgotassem as provisões. Foram providenciais os companheiros de Hans Staden para a vila de Igarassú, porque, em dous barcos, lograram alcançar Itamaracá, recolheram os mantimentos necessários e, bravamente, os meteram na praça a despeito das sortidas e astúcias da bugrada. Vendo isso, desanimaram os índios e aceitaram pazes, enquanto o navio do capitão Penteadado carregava farinha de mandioca — sua matalotagem — e levantava ferros, para ir abastecer-se de páo brasil na costa dos petiguares (Paraíba) (1).

Não durou muito essa paz risonha. Os índios não compreendiam ainda as intenções dos portuguezes; e êstes faziam a todo propósito prevalecer a sua autoridade. Numa briga entre selvagens interveiu desastrosamente o capitão. Foi bastante para uní-los contra os brancos. Saíram a percorrer as aldeias próximas dizendo que êstes tinham tomado armas para destruilas. Explodiu, bárbara, uma guerra inesperada. Corrêram os caboclos sobre Igarassú. O capitão Afonso Gonçalves foi morto duma fléchada que lhe acertou

(1) O livro de HANS STADEN foi publicado em 1557. Dêle nos deram Alberto Lofgren e Teodoro Sampaio excelente edição brasileira (publ. pela Academia 1930), e Monteiro Lobato um resumo popular (Rio, 1925).

num dos olhos. “O qual os da vila recolheram e enter-raram com tanto segredo que o não souberam os ini-migos em dous anos que durou o cerco...” (1) Um barco de Itamaracá fornecia por vezes de alimentos a vila ; e aí homens e mulheres velavam dia e noite, de-sajudados doutros auxílios, porque Duarte Coelho a êsse tempo, fechado em Olinda, se defendia igualmente de constantes assaltos e rondas dos gentios.

E’ vêr que êstes não combatiam os portuguezes simplesmente por prevenção e represalia. Andava nisso a intriga dos francêses (a quem os índios chamavam “mairs”) contra os lusos (“perós”), pois as náos de Fran-cisco I, a despeito dos castigos que lhes infligiram Cris-tovão Jaques, Martim Afonso e Pero Lopes, continua-vam a negociar a madeira ao longo da costa.

Em 1549 a capitania estava de novo socegada. E lamentava-se Duarte Coelho (estranhando a noticia de que seriam dadas concessões de cóрте de madeiras em desrespeito dos privilegios dos donatários): “... não acho já no reino quem me empreste e dê tanto dinhei-ro a cambios...” Solicitava del-rei lhe dêsse licença para mandar três ou quatro mil quintais de brasil por ano, afim de saldar as suas dividas e enfrentar os gas-tos de seu govêrno cada vez mais caro e importante. E defendia os moradores, contra a novidade de se isen-tar de direitos sòmente o açúcar produzido pelo expor-tador, e de sua lavoura, o que não tinha sentido na ter-ra, onde, por fôrça das cousas, “uns fazem engenhos d’açúcar por que são poderosos para isso, outros ca-naviais, outros algodoais e outros mantimentos...” (2)

A náo de Hans Staden não carregou açúcares, e, contrariada na Paraíba por um barco francês, voltou

(1) FREI VIGENTE, *op. cit.*, p. 109.

(2) *Hist. da Col. Port.*, 111, 320.

vazia para o reino. A época do páo de tinta não pasára em 1550 : mas os engenhos de Pernambuco moíam com crescente abundancia.

O CAPITÃO E A COROA

O Provedor-mór que veiu com o governador geral exigiu — em 26 de Outubro de 1549 — que os senhores de engenho de Pernambuco não recolhessem açúcar à Casa de purgar antes de exhibir ao provedor da fazenda o Livro de sua receita. (1)

Compreende-se a ganância fiscal. Até 1551 e 55 só havia no Brasil uma fonte de renda estável e acessível : como o arquiteto Luiz Dias, queixoso do atrazo dos soldos, avisára a Miguel de Arruda. "... Que me paguem Pernambuco porque alí ha renda ... e o melhor açúcar que cá ha". O geito seria tirar desses proventos os salários da Baía, deixando de indenizar-se em mercadorias (ferro velho, reclamava o mestre de obras) os empregados del-rei ! E' o que explica ter corrido Antonio Cardoso de Barros a Olinda quando ainda se construia a cidade-capital, tratando logo de equipar os serviços de recebedoria e vigilancia aduaneira (19 de Agosto de 49 : provedor da fazenda Bartolomeu Rodrigues, escrivão da alfandega Lopo Gonçalves, escrivão da provedoria, Baltazar Leitão, caldeador dos açúcares Antonio Fernandes, alcaide do mar Martim Fernandes... (2).

O Padre Manoel da Nobrega chegou a Pernambuco nos fins de Julho de 1551 : "Duarte Coelho e sua mulher são tão virtuosos quanto é a fama que têm, e certo creio que por êles não castigou a justiça do Altissimo

(1) *Doc. Hist.*, XXXVIII, 193.

(2) *Documentos Historicos*, XXXV, 37-42. Juiz da balança em Olinda Itamaracá foi nomeado em 18 de Outubro de 1549, *ibid.*, p. 49.

tantos males até agora e, porém, é já velno e falta-lhe muito para o bom regimento da Justiça e por isso a jurisdição de toda a costa devia de ser de Vossa Alteza". (1). Rixas entre os poderosos, homens casados no reino que viviam com as índias, muitos brancos misturados com o gentio nos sertões, vida licenciosa e desatenta dos devêres espirituais, impressionaram logo de entrada o bom jesuíta, que escusava o governador: "O capitão desta capitania e sua mulher são mui virtuosos e sòmente por ignorancia se deixavam de fazer muitas cousas do serviço de Nosso Senhor; muito nos favoreceram e ajudam em tudo". (2)

Conclúe frei Vicente a história do donatário:

"O intento que o levou (a Portugal) devia ser para requerer seus serviços, que na verdade eram grandes ainda que eram pera seu proveito e de seus descendentes, aos quais rende hoje (1627) a capitania perto de vinte mil cruzados, muito mais eram pera el-rei, a quem só os dizimos passam cada ano de sessenta mil cruzados, fóra o páo brasil e direitos do açúcar, que importam muito os desta capitânia por haver em ela cem engenhos. Porém, como ainda então não havia tantos nem tanta renda, e devia estar mexericado com el-rei, que tomara a jurisdição, quando lhe foi beijar a mão lho remocou e o recebeu com tão pouca graça que, indo-se para casa, enfermou de nojo, e morreu daí a poucos dias. Pelo que, indo Afonso de Albuquerque com dó ao paço, e sabendo el-rei dêle por quem o trazia, lhe disse: Peza-me ser morto Duarte Coelho, porque era muito bom cavaleiro. Esta foi a paga de seus serviços, mas mui diferente a que de Deus receberia, que é só o que paga dignamente, e ainda *ultra condignum*, aos que o servem". (3)

(1) *Cartas do Brasil*, p. 124.

(2) *Ibd.*, p. 121.

(3) *Hist. do Bras.*, p. 115.

Não admira a má recepção del-rei. Duarte Coelho aprendera na India a falar sem rebufos e dizer ao príncipe as verdades duras. Em 22 de Março de 1548 escrevera a D. João III, numa linguagem digna dos primeiros vice-reis do Oriente: “Não tenha V. A. em tão pouco estas terras do Brasil, em especial esta Nova Lusitania, como mostra ter em pouco pois não provê nem me responde às cartas e avisos que ha três anos e que por três ou quatro vias lhe tenho escrito... pois a isso não acóde, nem menos me tenha em tão pouco e em tão pouca estima, que haja por mal empregado em dar credito ao que lhe digo e escrevo pera bem de seu serviço e responder-me pera que eu saiba sua intenção...” (1)

Morreu em Lisbôa, em 7 de Agosto de 1554. Foi sepultado na igreja de São João da Praça e jazigo de D. Manoel de Moura, concunhado e correspondente, casado com uma irmã de D. Brites. De 8 de Novembro de 1560 (2) foi o alvará confirmando a doação de Pernambuco no seu primogenito, Duarte de Albuquerque Coelho, que nascera em Olinda, em 1537. O seu outro filho, Jorge de Albuquerque, nascera na mesma vila em 1539. Acompanharam o pae ao reino, onde se educaram, entre 1553 e 60, quando a rainha regente, D. Catarina de Austria, lhes deu de encargo a campanha contra os índios de Pernambuco, que faziam grandes estragos na capitania, mal contidos e castigados por Jerônimo de Albuquerque. (3).

(1) Doc. in *Hist. da Col. Port.*, III, 316.

(2) *Hist. da Col. Port.*, III, 196.

(3) OLIVEIRA LIMA, *Hist. da Col. Port.*, III, 294.

IX

ENTRE O NORTE E O SUL

CAPITANIA DE ITAMARACÁ

Apenas Pernambuco e S. Vicente prosperaram. As outras capitanias não lograram vencer as duras resistências dos índios, do meio geográfico, do povoamento tumultuário e maligno de degredados sem escrúpulos, que provocaram a geral hostilidade do gentío. Nas suas linhas principais o plano de colonização de 1532 fracassou: e a corôa, que não quizera tomar o encargo de fazê-la por si mesma, a isto se viu obrigada em 1549.

A história das capitânicas frustras é trágica e mo-fina.

Começemos por Itamaracá.

Pero Lopes de Souza não voltou ao Brasil. A sua vida de guerreiro do mar levou-o a melhores sucessos, e afinal, de volta da Índia com uma armada, em 1539, naufragou e desapareceu, perto de Madagascar. “Castigo do céu”, comenta o crônista, tais as crueldades do capitão-mór... (1) A viuva, D. Isabel de Gambôa, “moradora na rua do Outeiro, junto às portas de Santa Catarina, em Lisbôa”, não providenciou logo sobre a exploração daquela donataria. O primeiro estabelecimento de Itamaracá em caráter definitivo data de 1543. A êle refere-se Duarte Coelho, em carta de 20 de Dezembro de 46: “... Porque pera fazerem seu brasil importunam tanto os índios e prometem-lhes

(1) FRANCISCO DE ANDRADA, *Crônica del Rey D. João III*, 111, 332.

tanta cousa fora da ordem que me tem a terra toda em desordem de ordem a que a que a eu tenho posto e se dão alguma cousa do que lhe prometem é deitar a perder o concerto e ordem que tinha posto para o que cumpre ao trato dêste brasil quando se V. A. quizer servir dêle por que não basta, Senhor, dar-lhe as ferramentas como está de costume mas pera fazerem os índios fazer brasil dão-lhe contas da Baía e capruças de pena e roupas de côres que homem cá não pôde alcançar pera seu vestir o que é peor é espadas e espingardas em especial uns poucos de homens que com favôr e abrigo meu de três anos pera cá estão na terra de Pero Lopes pegado comigo que como são d'armadores de fazer fazendas como habitadores na terra são armadores de brasil que nunca deixam de o fazer e carregar porque de três anos pera cá tem levado mais de seis ou sete navios carregados de brasil..." (1)

Em 1549 insistia o honrado capitão de Pernambuco: "... e pera peor ser está pegada comigo a terra de Pero Lopes de Souza que Deus haja, onde não esteve o próprio pastor mas um mercenário por língua e feitor d'armadores que em outra cousa não entendem senão em fazer brasil..." (2)

O língua mencionado chamava-se João Gonçalves. Fundou a vila da Conceição na ilha de Itamacará (3). Aí Hans Staden e os companheiros, em 1548, se aprovisionaram de mantimentos para salvar a gente de Igarassú. Diz frei Vicente que Duarte Coelho acutilára no rosto e puzera fóra de Pernambuco Francisco Braga, primeiro loco-tenente de Pero Lopes. Sabe-se sòmente que João Gonçalves, em vida ainda do dona-

(1) *Hist. da Col. Port.*, III, 314.

(2) *Ibd.*, III, 319.

(3) Antony Knivet (CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 206) explica porque os índios chamavam a terra "Itamaracá" (maracá, ou sino, de pedra), etimologia a que VARNHAGEN atribúe outra razão: o primeiro sino ali mostrado pelos europeus aos naturais...

tário, a 8 de Fevereiro de 1538, teve mercê “dos officios de feitor e almoxarife da feitoria e almoxarifado da capitânia dos Bytyguares, que Pero Lopes tem no Brasil” (1). Governava Miguel Alvares de Paiva, quando aconteceu o sítio narrado pelo alemão. A êsse tempo ainda não se produzia açúcar na ilha.

De Itamaracá dizia melancolicamente Anchieta (1585) :

“Tem capitão que a rege, sujeito ao governador da Baía ; terá 50 vizinhos portugueses ; tem seu vigário ; é cousa pouca e pobre e vae se despovoando” (2).

Era terra de páo de tinta. Passára a ser o opôsto de Olinda. Daí as irritadas queixas de Duarte Coelho. A ordem que êle impuzêra nos seus domínios sofria, com a vizinhança daquele couto de arrecadadores de madeira que usavam processos análogos aos dos franceses, viciando e inquietando os selvagens. Homens de ganancia, não de cultura ; mais contrabandistas do que colonos ; aborrecidos pelo povo sério que, à roda de Olinda, zelava uma indústria nascente e estável... (3)

A BAÍA

Entre Pernambuco e a Baía, o largo espaço ficára em poder dos índios bravos. A comunicação entre as duas capitânias, frequente por mar, só foi aberta pelo mato trinta anos depois. Francisco Pereira Coutinho não contou com o auxílio de Duarte Coelho, que aliás bem o conhecia e estimava, decêrto dos tempos em que ambos pelejaram nas águas do oriente.

(1) JORDÃO DE FRBITAS, *op. cit.*, e GARCIA, nota a Varnhagen, I, 229.

(2) *Cartas Jesuíticas*, II, 410.

(3) Antonio Cardoso de Barros, em 16 de Setembro de 1549, nomeou as autoridades fiscais para Itamaracá a exemplo de Olinda (provedor Silvestre Gonçalves, alcaide do mar Bartolomeu Rodrigues, porteiro da alfandega Jordão Fernandes)... *Doc. Hist.*, XXXV, 44-6.

Lá fizera cedo as suas armas, tanto que já aparecia em 1514 comandando um navio, a não "Nossa Senhora da Ajuda", da armada que Cristovão de Brito levou à Índia. Por sinal que, no regresso, ilustrou o seu navio com o mais bizarro passageiro que então podia atravessar os mares: a "ganda" (rinoceronte) que o rei de Cambaia mandou a D. Manoel, e este ao Papa Leão X. (1) Esteve com Albuquerque na tomada de Gôa, e foi aí capitão por el-rei D. Manuel (2). Ganhôu Francisco Pereira dinheiro na Índia: applicou-o na expedição do Brasil, em idade madura, que lhe não permitiu afrontar as dificuldades da empresa. Veremos como se malogrou.

Chegou êle ao Brasil em princípios de 1536. Bem acolhido por Diogo Alvares e sua família, fundou a "vila do Pereira", também chamada "vila velha", no lugar dominado pela ermida de Catarina Paraguassú onde, dous anos antes, o frade da armada de Martim Afonso casára as duas filhas do patriarca. Em 11 de Agosto de 1536 fez uma doação de terras a Diogo Alvares, pela qual verificamos que já distribuira sesmarias a Fernão Doloros, Pedro Afonso bombardeiro, Sebastião Aranha, Paulo Dias e Francisco de Azevedo. Excluindo Paulo Dias (Adôrno), genro do Caramurú, os outros seriam os principais companheiros do donatário, que fala em "moradôres desta fortaleza..." (3) De 1542 foi a sesmaria que concedeu a Afonso de Torres, o importante mercador e armador castelhano, cujos negocios (diz Brancamp Freire) se estendiam ao Brasil... (4)

(1) A. FONTOURA DA COSTA, *Deambulações da ganda de Modafar, rei de Cambaia, de 1514 à 1516*, p. 11, Lisboa, 1937. A não era "Santa Maria da Ajuda", cf. Simão Ferreira Paes.

Sobre a nobreza de Francisco Pereira, Pedro Azevedo, *Hist. da Col. Port.*, III, 214. Era neto do 2.º conde de Marialva.

(2) VISCONDE DE SANCHES DE BAENA, *Famílias titulares e grandes de Portugal*, I, 197 Lisboa, 1883. Aí o histórico do título dos viscondes da Bahia.

(3) VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 250.

(4) *Hist. da Col. Port.*, III, 2 e 5. Sobre a sesmaria de Caramurú, arq. do mosteiro de S. Bento, da Baía.

E' de ver que se fortificou, à semelhança do capitão de Olinda — rodeando de palissadas o seu povoado e defendendo-o com artilharia desembarcada das náos, como se fizera em Igarassú.

A aliança dos brancos que residiam no país garantia-lhe, de um lado a bôa vizinhança do gentio, do outro, a abundancia de provisões, emquanto a sua gente não plantasse a própria lavoura e armasse os seus engenhos d'açúcar, verdadeira riqueza da colonia incipiente.

Os mantimentos, realmente, não lhe faltaram; mas os caboclos se voltaram afinal contra o donatário, a despeito da autoridade de Caramurú e da influencia que entre êles teria ainda a piedosa Paraguassú.

A razão disto é obscura: mas Duarte Coelho levanta a ponta do véo, escrevendo a el-rei em 20 de Dezembro de 1546: "... Torno a lembrar a V. A. que deve de provêr sobre as cousas da Baía que me parece cumprir a seu serviço porque Francisco Pereira é velho e doente e não está per isso e posto que V. A. lá tenha tudo bem sabido todavia direi o que eu cá, Senhor, entendo acerca do que inqueri e soube das cousas da Baía que posto que Francisco Pereira tenha culpa de não saber usar com a gente como bom capitão e ser mole pera resistir às doidices e desmandos dos doudos e mal ensinados que fazem e causam levantamentos e opiniões de que se êle não pode escusar de culpa, todavia, Senhor, cumpre e é necessario os que em tal erro caírem per suas doudices e desordens e mãos ensinados e desobediencias que com o dito Francisco Pereira tiverem serem mui bem castigados porque afirmo a V. A. que foi uma cousa mui deshonesta e feia e digna de muito castigo porque aquelas revoltas e levantamentos contra o Francisco Pereira foi a causa de se a Baía perder e o clérigo que foi o princípio daquelle damno e mal

deve V. A. de o mandar ir preso pera Portugal e que nunca torne ao Brasil porque tenho sabido ser um grão ribaldo”.

Nesta informação está indicada a história do malôgro da capitânia. A sisânia provocada por um máo religioso, o que, veremos, se repetiu muitas vezes, antes de pôrem côbro os jesuitas aos assuntos espirituais do Brasil; motim dos moradôres contra o fraco e velho capitão, que se mostrára incapaz de contê-los; atraz das divisões entre os brancos, a agitação indigena... E' o que explica a impotencia de Caramurú ante a rebelião dos índios; e a retirada de Francisco Pereira de sua “vila”, donde, seguramente, o expulsaram.

Frei Vicente, segundo a tradição ouvida na infancia, reconhece: “Esteve de paz alguns anos com os gentíos e começou dous engenhos. Levantando-se êles depois, lhos queimaram, e lhe fizeram guerra por espaço de sete ou oito anos, de maneira que lhe foi forçado e aos que com êle estavam embarcarem-se em caravelões e acolherem-se à capitânia dos Ilhéos, aonde o mesmo gentío, obrigado da falta de resgate que com êles faziam, se foram ter com êles, assentando pazes e perdindo-lhes que se tornassem, como logo fizeram com muita alegria”. (1).

O cronista atribúe aos índios, amigos de Caramurú, a culpa que em maior parte cabia aos próprios subordinados de Francisco Pereira. O donatário de Porto Seguro — em carta dirigida a D. João III, de 28 de Julho de 46 — aludindo ao exôdo, acrescenta-lhe um elemento novo: a presença de contrabandistas francêses, que sublevavam os selvicolas.

Relatando a el-rei os sucessos de 1550, Pero Borges identifica o clérigo e parte da intriga que envolveu Pe-

(1) *Hist. do Bras.*, p. 105. GABRIEL SOARES fala em oito anos de lutas, *Roiteiro do Brasil* p. 52

reira : em Ilhéos, prendera um mestre de navio, culpado de não ter evitado, antes se locupletado com uma chacina de brancos, que os petiguares cometeram, e andava pels brenhas “com um clérigo de missa a que chamam o Bezerra, o qual na Baía fingiu que trazia um alvará de V. A. para prender a Francisco Pereira já defunto e o fez prender de fato...” (1).

Fôra isto o sinal da insurreição. E terminára com a vitória dos inimigos dos portugueses.

A homens como aquele Bezerra é que se referia o padre Manoel da Nobrega (carta ao Padre Mestre Simão, 1549) : “Cá ha clérigos mas é a escoria que de lá vem... Não se devia consentir embarcar sacerdote sem ser sua vida muito aprovada, porque êstes destróem quanto se edifica...” (2) E como Bezerra foi um dos agitadores de Porto Seguro em 1546, parece que lhe cabe est’outra alusão de Nobrega (carta de 1550) : “A Vossa Reverendissima direi uma cousa mais para se lastimar do que se escrever ; um sacerdote da religião, comunicado do Diabo, levou um dia o principal de uma aldeia ao seu adversário para fazê-lo matar e comer... sem outro proveito daquele religioso senão que teve não sei que pouca de fazenda”. (3)

O rico vianez, que governava Porto Seguro, não recebeu de bôa sombra o colêga infortunado.

E^o de 28 de Julho de 46 a carta que Pero do Campo Tourinho escreveu a el-rei : “Senhor, a capitania de Francisco Pereira Coutinho se despovoou por razão do gentío dela lhe dar guerra haverá um ano, e êle se veiu aqui onde ora está, sem nunca pôr nenhuma diligencia acerca de a povoar ; e ora sou informado por um Diogo Alvares, o galêgo, língua que lá era morador

(1) JORDÃO DE FREITAS, *cit.*, e GARCIA, nota a Varnhagen, I, 234.

(2) *Cartas do Brasil*, p. 77, ed. da Academia, Rio, 1931.

(3) *Cartas do Brasil*, p. 108.

(que daqui foi em um caravelão à dita Baía) que se fôra daí uma náó de França havia dous ou três dias, os quais fizeram amizade com os Brasis, e levou toda a artilharia e fazenda que aí ficou, e concertaram com os Brasis de tornarem daí com quatro ou cinco náos armadas, e muita gente a povoar a terra por causa do brasil e algodões que nela ha, e reedificarem as fazendas e engenhos que eram feitos, e por tal não ser serviço de Deus, nem proveito de V. A., antes destruição de todo o Brasil, eu mandei ao dito Francisco Pereira da parte de V. A. logo se embarcar para esse Reino e fazê-lo saber a V. A.; e por não ir o faço saber a V. A., e lhe mando um instrumento disso com brevidade prover como fôr seu serviço”. Despachára então Manoel Ribeiro, capitão do mar, para levar à côrte aqueles avisos e pedir “artilharia, polvora, munição de guerra”, antes que apparecessem os estrangeiros. (1)

D. João III tomou na melhor consideração o informe, voltando para a Baía a sua atenção, até aí exquiva e ligeira. Mas a funesta estrêla de Pereira o arastou para um fim mesquinho. Posto em brios por Pero do Campo, tornou êle à Baía, diz-se que em companhia de Diogo Alvares, que fôra buscá-lo. O navio, porém, embicou nos recifes de Itaparica, onde militavam os índios adversários dos de Vila Velha (bem Pero Lopes vira a sua luta naval, em meio do golfo): e porque reconhecessem o donatário ancião, ou tivessem odio aos portuguezes em geral, não pouparam o naufrago. Foi Francisco Pereira Coutinho trucidado pelo gentío. Escapou-lhes o Caramurú, talvez por melhor lhes saber a língua, e conversar-lhes. Era em 1547. Acabando assim o capitão infeliz, não ficava na terra mais vestígio de sua occupação porfiada além dos poucos brancos

(1) BRAZ DO AMARAL, anotações ás *Memórias Hist. e Pol. da Provincia da Baía*, de Accioli, I, 199. Publicou primeiro VARNHAGEN, *Rev. do Inst.*, vol. 10, p. 134. Vd. nota de CAPISTRANO, *Hist. do Bras.*, I, 252.

que se acolheram, na “vila do Pereira”, sob a proteção de Diogo e Catarina.

D. João III aproveitou-se da morte de Francisco Pereira para comprar a seus herdeiros, que ficaram paupérrimos (1), a capitania da Baía. A advertência de Pero do Campo devia convencê-lo. El-rei — como vimos a proposito do desembarque francês em Pernambuco — era sumamente sensível à ameaça dos corsários de Honfleur e Dieppe. Para evitá-los ainda uma vez (e os fatos lhe deram razão!) reivindicou o direito de colonizar diretamente a Baía.

A carta alvoroçada de Porto Seguro foi tão importante para a idéia do governo-geral, que se creou em 1548-49, como a carta sobre o apresamento da “Pelle-rine” para a divisão do Brasil em capitanias hereditárias.

Todos os sacrificios se justificaram — para repelir o concorrente estrangeiro!

CAPITANIA DOS ILHÉOS

A capitânia dos Ilhéos, com cinquenta legoas contadas da ilha de Tinharé para o sul, coubera ao escrivão da fazenda del-rei Jorge de Figueiredo Corrêa, que não se passou ao Brasil. Limitou-se a mandar, com uma frota, “um castelhano, grande cavaleiro, homem de esforço e experiência, chamado Francisco Romeiro”, que primeiramente se estabeleceu no morro de S. Paulo, mas, descontente do lugar, mudou a séde da capitânia para onde se encontra hoje a cidade de Ilhéos. Pero Borges aí o viu, em 1550: “bom homem mas não para ter mando de justiça porque é ignorante e muito pobre, o que muitas vezes faz fazer aos homens o que não de-

(1) GABRIEL SOARES, *op. cit.*, p. 53.

vem. E' para cousas de guerra homem acordado e experimentado e de bom conselho segundo me dizem". Parece que succedeu com êle algo semelhante do que houve na Baía e em Porto Seguro, porque "foi preso no Limoeiro muitos dias por culpas que cometeu no mesmo officio" (capitão e ouvidor), voltando livre e novamente nomeado por Jorge de Figueiredo.

Tinha a vila igreja matriz, com a invocação de S. Jorge, logo uma bôa plantação de canas — o que fez pensar a Gabriel Soares que aí começou êsse cultivo — e fazendas importantes, mandadas fazer por homens ricos do reino, como Fernand'Alvares, da casa da Índia, cujo feitor era Antonio Vaz. (1) O mesmo Fernand'Alvares, armador de dous navios que trouxe Tomé de Souza, donatário do Maranhão, fidalgo de muitos cabedais, equiparava-se ao duque de Aveiro (com fazenda em Porto Seguro) e outros capitalistas, que experimentavam adiantar dinheiro aos colonos, para que lhes fizessem render as sesmarias do Brasil. Romeiro teve mão nos tupiniquins, apaziguando-os; e conservou socegada a terra, logo procurada por vários aventureiros que queriam entrar os sertões atrás dos mitos de minas de oiro e prata, a modo das que os espanhóes conquistavam nas cristas dos Andes.

Entre êstes, aparece por 1540, em Ilhéos, o castelhano Felipe Guillen, cujos merecimentos científicos

(1) Carta de PERO^{BORGES}, *cit.* e VARNHAGEN, *op. cit.*, 1, 122. A Pero de Góes mandara-se pagar 12\$ em assucar, em Ilhéos, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 59. Isto em 1552. Os primeiros empregados fiscaes foram nomeados por Tomé de Souza em 19 de Julho de 49, *Doc. Hist.*, XXXV, 88.

— Antonio Vaz, cavaleiro da Casa del Rei e morador em Ilhéos, foi provido de Tesoureiro dos defuntos da mesma capitania em 1553, *Doc. Hist.* XXXV, 177.

— Romeiro governou Ilhéos mais ou menos até 1575. Em 1591, Belchior de Souza, com 33 anos, disse que "nos Ilhéos, sendo êle moço, ouvira dizer que um castelhano que aí estava que era capitão, por nome Francisco Romero já defunto, etc.", *Denunciações da Baía*, p. 274.

andavam misturados à charlatanice e trepidação de uma vida de aventuras, ruidosa em Espanha e Portugal. (1).

E' Alonso de Santa Cruz, cosmografo espanhol, que muito se aproveitou aliás dos estudos de Pedro Nunes e das verificações de João de Lisbôa — que, no “Libro de las longitudes”, revela o alto valôr de Guillen: “El primer inventor (que yo haya sabido) que procurase dar la longitude por esta diferencia fue un Felipe Guillen boticário vecino de Sevilla, hombre mui entendido e ingenioso... el cual como él se hubiese informado de algunos pilôtos amigos suyos la propiedad del aguja de marear y de las diferencias que hacia en el viaje y camino desde Sevilla a la Nueva España, pensando em si, hallo por su cuenta que por esta via, mejor que por otra ninguna, se podia dar muy bien la longitud... y por esta imaginacion se acordó de pasar en Portugal, pensando que alli seria mejor pagado della, y esto fué el año de 1525 e asi fué...” (2)

De astrónomo se tornou colono e sertanista: e acabou, obscuramente, no Brasil.

A sátira que uma vez lhe fizera Gil Vicente, taxando-o de impostor, foi como a sua sentença:

“... No es verdad :
Porque desde chica edad
No fúé sino boticario,
Hasta ver esta ciudad”. (3)

(1) “Este Guillen havia sido boticario na Andaluzia, e chegara a adquirir reputação como grande jogador de xadrez. Havendo descoberto um novo meio para observar as longitudes, passou-se em 1525 a Portugal, esperando que af lhe premiassem e adotassem o invento (Navarete, *Hist. Naut.* 178, 182 e segs.). Foi primeiro, em 1528, empregado na casa da Índia, Em 1538 passou ao Brasil, com Vasco Fernandes. Em 1551 partiu para a Baía... (VARNHAGEN, I, 328). A carta de nomeação, de 1528, in *Alguns documentos da Torre do Tombo*, p. 491.

(2) O livro de Santa Cruz foi publicado em 1921. Vd. A. FONTOURA DA COSTA. *A Marinharia dos Descobrimentos*, ps. 144-5.

(3) GIL VICENTE, *Obras*, cm. por Luciano Pereira da Silva, que acredita ter Guillen se passado a Portugal em 1519. E TEÓFILO BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, I, 319.

Nos últimos dias sonhava com as minas do Perú, através das florestas do Brasil. Ele, e Romeiro...

Os herdeiros de Jorge de Figueiredo, porém (o donatário era falecido em 1552) aproveitando-se do florescimento em que ia a terra, obtiveram del-rei licença para vendê-la, e por bom preço, a Lucas Giraldes, cujo feitor, o florentino Tomaz Alegre, enriqueceu à custa do senhorio. (1)

CAPITANIA DE PORTO SEGURO

Pero do Campo Tourinho, donatário de Porto Seguro, era sujeito de nome e créditos em sua terra natal, Viana. A noticia da armada que preparou para vir povoar a sua capitânia, em 1534-35, chegou a Espanha e interessou a diplomacia de Carlos V. Parecia uma expedição de ocultos e largos propósitos. O embaixador espanhol em Lisbôa, Luis Samiento, em 11 de Julho de 35 avisou a seu governo da intenção que teriam os portuguezes de, à sombra das donatarias, infiltrar-se até o oeste, donde acabavam de chegar as riquezas de Atahualpa... Espanha comissionou então Gregorio de Pesquera para tomar a costa sul do Brasil (2).

Consta que Pero do Campo vendeu quanto possuía no Minho, atraíu — pois era muito estimado — numerosos colonos, que se dispuzeram a acompanhá-lo, e veio fundar a sua povoação em Porto Seguro, no si-

(1) Frel VICENTE, *op. cit.*, p. 100. Tomaz, o espérto feitor, aparece com rico engenho no reconcavo da Bafa ao tempo de Gabriel Soares, *op. cit.*, p. 136

A Jorge de Figueiredo sucedeu seu filho, Jerônimo de Alarcão de Figueiredo, que em 1553, obteve del-rei uma moratoria, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 243, e confirmação das capitánias em 14 de Maio de 1560, *Doc. Hist.*, VI, 356. Com Lucas Giraldes, diz Gabriel Soares, Ilhéos teve oito ou nove engenhos, *Rotetro do Brasil* p. 57.

(2) E. DE GANDIA, *Humanidades*, cit., XXV, 407.

tio em que ainda está. Teve aí inicialmente vida mediocre e razoavel, traficando a madeira de tinta, prudente nas relações com os índios, cuja docilidade soube alimmentar, sizudo como governador e modesto nas suas aspirações, a crear igrejas e vilas, sete ou oito, a maior das quais, Porto Seguro, em 1550 abrigava mais de cem vizinhos. (1) Em 1546, (2) porém, entrou-lhe pela casa o mesmo temporal que devastou a de Francisco Pereira, então seu hospede.

Pela carta transcrita, de Junho de 46, déra conta da chegada do donatário da Baía e falara de francêses, sem ter palavra ácerca do clérigo, que intrujára com o supôsto alvará del-rei. Esse silêncio de Pero do Campo sobre um fáto notório, parece indicar o temor em que estava dêsse, ou de outros padres da escola do clérigo Bezerra. A acusação de hereje e sacrilego era a peor que se podia fazer. Já em 13 de Setembro de 1543 um João Barbosa Paes denunciára Pero do Campo à Inquisição de Lisbôa, “porque se dizia papa e rei e fazia trabalhar aos domingos...”. Em 1591, quando visitou a Baía um representante do Santo Officio, confessou Gaspar Dias: “haverá quarenta e quatro anos pouco mais ou menos ouviu dizer publicamente a muitos que na capitânia de Porto Seguro André do Campo e Gaspar Fernandes escrivão e uns frades da Ordem de São Francisco e outras pessôas que lhe não lembram ordenaram autos, e tiraram testemunhas e prenderam a Pero do Campo, capitão e governador da dita capitânia, pae do dito André do Campo e o enviarão preso ao Reino por parte da Santa Inquisição, dizendo que era hereje e depois ouviu dizer que

(1) Carta de Pero Borges, *Hist. da Col. Port.*, cit.

(2) Pero do Campo devía a el-rei, em 1550, direitos que não satisfizera desde 1 de Janeiro de 1541 até Dezembro de 1546, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 196.

fôra aquilo inventado para o dito André do Campo ficar em lugar de seu pae como ficou...” (1).

Foi assim mesmo.

Em Novembro de 1546 estalou um motim contra o donatário, provocado pelo mesmo clerigo Bezerra, que atormentára Francisco Pereira, e outros sacerdotes e personagens do lugar. A presença em Porto Seguro do homem que falsificára o alvará, revela, certo, a invasão francêsa, que se déra na Baía, e a hostilidade dos selvagens contra os moradôres lusos, após a retirada do capitão.

A rebelião uniu portuguezes prestantes, frades suspeitados de incorreção, o vigário, que era francês, e quantos não gostavam de Pero do Campo, que, no processo inquisitorial a que respondeu, mostrou ser desabrido de linguagem, blásfemo e impulsivo.

Esse movimento tem o seu quê de político: valia por um choque de classes e interêsses, pela luta entre a autoridade feudal do capitão-mór e os vereadôres, tonsurados e traficantes, que a detestaram. Pero do Campo, querendo ter a energia de Duarte Coelho, arrostou o destino de Francisco Pereira... Começára a sua imprevidência por aceitar na terra estrangeiros, como o vigário, e o fidalgo escossêz que foi um dos cabeças da sublevação. O padre Bernardo de Aureaujac (pelo nome se vê que era gascão) estava em Porto Seguro desde 1540. Depôndo em Novembro de 46, dizia: “haverá seis anos por um dia de Sant’Tiago e de São Felipe lhe dissêra a êle vigário o dito Pero do Campo...” (2) Como aí chegou, ignoramos. Provavel-

(1) *Primeira Visitação*, Bafa, p. 340, ed. CAPISTRANO; e GARCIA, nota a Varnhagen, I, 232.

André do Campo foi pouco tempo Feitor. Já não o era em 26 de Janeiro de 1550, quando se achava devedor “de muito assucar e dinheiro no encerramento de suas contas...”, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 195. A 9 de Fevereiro de 50 foi nomeado João Barbosa Paes, *ibid.*, p. 196. O ouvidor geral prendeu e esse tempo André do Campo, *ibid.*, p. 230.

(2) *Doc. in Hist. da Col. Port.*, III, 280

mente descêra d'algum navio de corsários que frequentava a costa. Fizêra-o vigário Pero do Campo, mas não o suportava. Nem a êle, nem aos outros eclesíasticos, que o vigário protegia: o padre Manoel Colaço, capelão do duque de Aveiro, agora feitor de seu engenho, o padre de missa João Camelo Pereira, o franciscano frei Diogo (“vinha pera êste Brasil degradado”), frei Jorge capuchinho, (1), o “beneficiado da Igreja desta dita vila” Pero Rico, o padre de missa João Bezerra... Estes, e mais os dous juizes ordinários do civil e crime Pero Escorcio Drumondo e Pero Anes Vicente, o tabelião Gaspar Fernandes, o almotacé Gomes Marques, o vereador Belchior Alvares, “e todo o mais nobre e honrado povo desta vila e capitania e pessôas de mais autoridade e saber que nesta vila e capitânia havia prenderam ao dito Pero do Campo Tourinho capitão por muitas herezias e blasfemias e abominações que nesta vila dizia e fazia contra Deus Nosso Senhor e contra a Santa Madre Igreja sem nenhum temor como pessôa que na terra não tinha superior...” Gomes Marques declarou: “vira êle testemunha ao dito Pero do Campo infamar e desonrar muitos padres pela sua boca e ferir e espancar a um padre per nome João Bezerra e que deitava os padres pregadores fóra da capitânia sem lhes pagar seu prêmio...” Entre as acusações figura a reprovação do donatário à festa de São Martinho, imposta pelo vigário, por ser santo francês... Os denunciantes insistem em exprobrar-lhe a ira contra os religiosos, tendo batido em João Bezerra e amea-

(1) Esse capuchinho, “varão de aprovada e santa vida” (doc. cit.) deve ser o frade italiano a que se referia Nobrega, em 1551, em Porto Seguro: *Cartas do Brasil*, p. 108. O rio em que se afogou um dos dous frades ficou com este nome (rio dos Frades).

Dos acusadores de Pero do Campo, sabemos: *Manoel Colosso* “clérigo de missa, feitor que fóra do engenho do Duque de Aveiro”, morreu ab intestato, 1552, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 224. Frei Diogo parece ser o mesmo” Diogo de Oliveira, clérigo de missa que ora é provido da vigararia da Igreja da capitania de Pero do Campo”, carta del-rei, de 16 de Setembro de 1545, *Doc. Hist.*, XXXV, 55. De Pero Rico ha uma carta, de 1555, na *Hist. da Col. Port.*, III.

gado com uma espada frei Diogo... Pero Escorcio Dromondo, "fidalgo e juiz ordinário", escondia a origem inglêsa (1). Não seria o único estrangeiro de capa e espada da capitânia. Pero do Campo, relacionando, perante o Tribunal da Inquisição, as pessoas que lhe queriam mal em Porto Seguro, citou "Francisco Bruza castelhano..." E' Francisco Bruzza de Espinosa, o famoso sertanista, de quem por diante nos ocuparemos.

Preso o capitão, mandaram-no para Lisbôa os desafectos, e o Santo Officio, embora sem accitar todo o libelo, lhe obstou a volta ao Brasil. Defendeu-se com dignidade: "... Estava em Viana de Caminha onde era morador e aí nascêra e fôra batisado; perguntado em que cousas gastara o seu tempo enquanto estivera na sua capitânia disse que fizera oito igrejas em que se dizia missa e que fizera oito vilas nas quais em cada uma mandara fazer uma igreja e que em Porto Seguro que é a principal mandara fazer duas e assim mandara fazer muitos engenhos na terra e outras cousas necessárias pera a qual povoou de novo..." E' uma variante a declaração que faz perante el-rei: "fiz sete igrejas na dita capitânia e tinha nela dous frades e cinco clérigos à minha custa que todos os dias diziam missa e oficiavam os officios divinos..." (Carta, em Lisbôa, de 24 de Setembro de 47).

Duarte de Lemos (o da capitânia de Espírito Santo) era capitão em Pôrto Seguro, em 1550. Fôra mandado pelo governador-geral Tomé de Souza, mas sem força para concertar os desmandos, que Pero Borges,

(1) Irmão ou tio de João Gonçalves Dormundo, natural da Madeira, que casou com D. Marta de Souza, uma das orfãs nobres que D. João III mandou à Baía? Tinham os Dormundos da Madeira fidalga origem inglêsa. Ligavam-se ao rei Roberto 3.º, da Escossia, vd. MARIO MELO, A origem brasileira da família Drumond, *Revista Nacional*, de AFONSO COSTA, n. 10, Rio, 1910. Sobre a família na Baía, frei Jaboatão, *Catalogo Genealógico*, p. 395. O nome Pero Escorcio (ou escossêz) Dromundo, indica talvez a geração escossêza que se transplantava, então, para os climas de Portugal.

na carta que a el-rei dirigiu no mesmo ano, mencionava muito por alto. Ao mesmo tempo Antonio Cardoso de Barros instalava a provedoria da fazenda e alfan-dega. (1) Faleceu em Portugal Pero do Campo, em 10 de Outubro de 1553, pouco lhe sobrevivendo o primogenito e herdeiro Fernão do Campo, a quem succedeu a irmã Leonor, casada com Gregorio da Pesqueira (carta de 30 de Maio de 1556). (2) O duque de Aveiro, que tinha fazenda em Pôrto Seguro, comprou-lhe a capitânia, por cem mil réis de juro, (3) (alvará de licença de 16 de Julho de 1559) com faculdade para nomear seu capitão o filho segundo, D. Pedro Diniz de Lencastre. E mandou fundar novos engenhos, que muito produziram (4).

Das vilas fundadas por Pero do Campo, ficaram Pôrto Seguro, Santo Amaro e Santa Cruz. A invasão dos aimorés, peor flagelo a castigar os colonos depois que o duque de Aveiro aí instalou feitôres, destruiu ou dispersou o resto a partir de 1564. Arruinou-se depressa a indústria açucareira, que o primeiro capitão laboriosamente creára; a corôa tomou a si o monopólio do páo brasil; e os habitantes de Pôrto Seguro não lograram mais a prosperidade a que poderiam aspirar se continuasse a dirigi-los a energia inteligente do vianês. Da família dêste, parece que só regressaram ao reino Fernão e Leonor. Frei Vicente do Salvador teve um condiscípulo na Baía, Pero do Campo Tourinho, que chegou a deão da Sé, o qual “veiu a viver com sua avó e mãe”. (5).

(1) *Documentos Históricas*, XXXV, 50-9.

(2) JOSÉ CALDAS, *História de um fogo-morto — Viana do Castelo*, p. 518, Porto 1903.

(3) Sobre o duque de Aveiro, neto de D. João III, 150-1571, Carolina Michaelis, *Poesias de Francisco Sá de Miranda*, p. 826, Halle, 1885.

(4) GABRIEL SOARES, *op. cit.*, p. 65.

(5) *Hist. do Bras.*, p. 99. Vd. notas de CAPISTRANO e GARCIA a Varnhagen, I 232. Pero do Campo era deão em 1597, cf. Jaboaão, *Cat. Geneal.*

Em 1550 o padre Manoel da Nobrega dizia, com o coração consolado: "Daí (Ilhêos) seguimos até à fortaleza e guarnição de Porto Seguro onde achamos toda a terra revirada por muitas inimizades que aí havia, e quiz o Senhor que por tais voltas conhecessemos todos, que êle veio para trazer a paz à terra, porque muitos se reconciliaram com seus inimigos, perdando todas as injúrias". (1).

CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO

Vasco Fernandes Coutinho teve a capitânia do Espírito Santo e nela se arruinou.

O seu drama é longo e pungente.

Começando com belas esperanças, terminou miseravelmente uma vida pontilhada de desventuras. Bravo soldado da Índia, pertencia à geração de Duarte Coelho, seu amigo. Celebrizára-o a proeza de Malacca: investira um elefante que esgrimia com a tromba uma espada. Fôra à China, com seus irmãos Martim Afonso de Melo e Diogo de Melo Coutinho. (2) Cavaleiro com os vícios e as virtudes da carreira das armas em ultramar: tinha generosidade, alegria natural, violencia de genio e imoderação de palavra, que agravaram o desmazêlo de seus negocios. Realmente, principiou desbaratando o patrimônio que possuia, para tentar a vida no Brasil. Para equipar um navio, com as utilidades que aqui lhe valeriam, vendeu a sua tença de 30\$ à fazenda real. . . Alienou a quinta de Alemquer, contraíu dvidas, saíu do reino onerado de emprestimos, que difficilmente poderia satisfazer. Estabeleceu-se no porto do Espírito Santo, em terra firme, sem mêdo dos índios, que os portuguezes lograram acom-

(1) *Cartas do Brasil*, p. 106.

(2) Frei LUIZ DE SOUZA, *Anais de D. João III*, p. 89.

dar ; e deu logo várias sesmarias, cabendo a primeira ilha da baía a D. Jorge de Menezes, fidalgo ilustrado nos descobrimentos e guerras das Molucas e Nova-Guiné, que viêra degredado, juntamente com D. Simão de Castelo Branco, e outra a Valentim Nunes.

Havia mais aristocratas na capitânia. Assim Duarte de Lemos, igualmente notável pelos feitos d'Asia : passára-se da Baía, "onde estava na companhia de Francisco Pereira para a sua capitânia e trouxe seus criados e outras pessoas que por seu respeito vieram com êle e o ajudou sempre a suster e fazer guerra contra os infieis e gentes da terra o que sem sua ajuda não pudera fazer..." Deu-lhe Vasco Fernandes a ilha de Santo Antonio (15 de Julho de 1537), concessão que el-rei confirmou em 8 de Janeiro de 1549.

E' por êste documento que se sabe que em 1540 (20 de Agosto) o donatário de Espirito Santo e Duarte de Lemos estavam em Lisbôa (1). Na *ilha de Duarte Lemos* (como ainda lhe chama Gabriel Soares) instalou-se afinal a séde da capitânia — para melhor segurança contra o gentio.

À viagem de 1540 refere-se frei Vicente : "E como o espirito de Vasco Fernandes era grande, deixando ordenados quatro engenhos de açúcar, se tornou para o reino a aviar-se para ir pelo sertão a conquistar minas de ouro e prata de que tinha novas, deixando por seu loco-tenente D. Jorge de Menezes, ao qual logo os gentios fizeram tão cruel guerra que lhe queimaram os engenhos e fazendas, e a êle mataram às frechadas, sem lhe valer ser tão grande capitão e que na Índia, Maluco e outras partes tinha feitas muitas cavalarias. O mesmo fizeram a D. Simão de Castelo Branco, que lhe sucedeu na capitânia, e a puzeram em tal cerco e aperto

(1) *Hist. da Col. Port.*, III, 265. Duarte de Lemos figura entre os autores de versos do *Cancioneiro*, de GARCIA DE RESENDE.

que, não podendo os moradores dela resistir-lhes, se passaram para outras e, tornando-se Vasco Fernandes Coutinho do reino para a sua, por mais que trabalhou o possível pela remediar e vingar do gentio, não foi em sua mão, por estar sem gente e munições de guerra: antes viveu muitos anos mui afrontado dêles em aquela ilha...” (1)

A perda dos engenhos foi depois de 1545 — achando-se ainda no reino o donatário, como se deduz da carta que Ambrosio de Meira escreveu do Espírito Santo a Sua Alteza, em 26 de Setembro daquele ano. Dá noticia da morte do capitão Diogo Ribeiro e de como arrendára até Janeiro de 46 o dízimo do açúcar a 200 réis a arroba. O preço baixo era porque “ao presente não é todo bom” dada a ignorância dos officiaes no fabrico a que se iam familiarizando, o que lhes permitiria fazer açúcar de 400 réis a arroba. Arrendára outrosim a dízima do pescado de S. João de 45 até o de 46 por 43.500 réis “e com condições porque doutra maneira não querem lançar por ser a terra mui pobre de dinheiro e disto se paga capelão...” Havia cinco engenhos d’água e dous de cavallo; avaliava em mil arrobas a safra em expectativa. (2).

Em 10 de Fevereiro de 1547 carteara-se com el-rei Fernand’Alvares de Andrade sobre os socorros que deviam seguir, urgentemente, para o Brasil. Pelo desejo de D. João III sairia um navio às ordens de Jorge Pimentel com trezentos homens e outro da frota da

(1) *Hist. do Bras.*, p. 96. E’ o mesmo relato de GABRIEL SOARES, *op. cit.*, p. 74. D. Jorge de Menezes “naturalmente inquieto de seu animo”, frei LUIZ DE SOUZA, *Anais*, p. 257, é o famoso capitão de Maluco (1527), que defendeu dos castelhanos, depois capitão de Ternate, “cruel e áspero de condição”, *op. cit.*, p. 279, notável pela sua crueldade. Fez o bastante para merecer o brando castigo da deportação para o Brasil. E’ o que diz frei LUIZ DE SOUZA: “. . . mereceu ser desterrado e morrer frêchado de pontas de canas, triste sorte para quem não temia ferro nem fogo, dos barbaros Brasis...”, *Anais*, p. 319. Também Andrada, *Crônica*, III, P. 2, cap. 19 e Barros, *Dec.* 4, liv. 1, cap. 16.

(2) *Carta ms.* na Torre do Tombo achada por LUIZ CAMILLO e ora publ. pela nossa Bibliotéca Nacional.

Malagueta, que mandava Enrique Mendes de Vasconcelos o secundaria com muita gente e armas. Não se sabe se a intenção del-rei era atender ao descalabro da capitânia da Baía ou prover à do Espírito Santo devastada pelos índios. Parece ser disto que se tratava, pois o tesoureiro da casa da Índia, justificando não poderem seguir os navios fóra da monção, avisava: “nos pareceu muito serviço ir lá Vasco Fernandes para o informar das dúvidas que temos e do que parece mais seu serviço, segundo a disposição do tempo e ainda que êle seja cá tão necessário como é nesta conjunção por que seu filho começa de se haver no negocio de maneira que poderá êstes poucos dias suprir por seu pae assentamos que fosse. Vossa Alteza deve de mandar logo ouvir que vae bem resoluta na matéria e ver as lembranças que leva das dúvidas que temos e assentar o negocio como houver por seu serviço...” Recordava as penúrias do erario: “... não deve de gastar um só cruzado senão em cousa mui necessária...”(1)

Esse filho do donatário do Espírito Santo chamava-se Jorge de Melo, a quem alude uma carta de Antonio Cardoso de Barros, já da cidade da Baía em 30 de Abril de 1551: “e outros francêses correram após Jorge de Melo filho de Vasco Fernandes Coutinho que ia em um seu navio”. (2)

Longa, portanto, foi a ausencia do capitão-mór, reenviado à sua terra por ordem del-rei, para lhe atalhar a ruina.

Chamára de começo a sua terra “de vilão farto” (diz o frade). Recompôz as duas vilas. Mas, no proseguir das lutas, desmedraram novamente, e, com elas, o espírito do capitão, cujos desvarios, a vespertas da

(1) Carta ms. na Torre do Tombo, achada por LUIZ CAMILLO e ora publ. pela Biblioteca Nacional.

(2) Carta ms. na Torre do Tombo, mesma procedência.

miseria mais negra, o fizeram réo da Inquisição, suspeito de traidor a el-rei, digno de piedade...

Duarte de Lemos, nomeado por Tomé de Souza governador de Porto Seguro, não recuou ante uma acusação terrível: em 1550 passára-se a esta capitânia Vasco Fernandes, pretendendo embarcar para Portugal na não del-rei que carregava madeira. Intimou-o a não levar uns homiziados; e "o mestre se deixou ficar em terra nesta capitânia por não seguir a róta que Vasco Fernandes leva que é ir-se a França a se restaurar de seus gastos que tem feitos na sua capitânia, dizendo que assim o ha de fazer pois V. A. quebra suas doações e a sua capitânia deixou e entregou ao ouvidor geral o que dá mais côr a ser verdade seu caminho e mão propósito". (1) Escrevendo a el-rei pouco depois (29 de Abril de 1551), Pero de Góes alegava ter achado Espírito Santo "quasi perdida com discordias e desvarios dos homens por não estar Vasco Fernandes nela e ser ido não sei se lá se onde, saíu o ouvidor fóra concertou tudo..." (2).

A ausencia do donatário consumiu novamente cinco anos, pois padeceu muitos vexames em Pernambuco, à Baía chegou "velho e pobre", injuriado do bispo, "que em Pernambuco lhe tolheu cadeira d'espaldas na igreja e apregoar por excomungado, de mistura com homens baixos, por beber fumo, segundo mo disse êle" (ao governador Duarte da Costa, que isto escreveu) (3) — e estava de novo no Espírito Santo em 1555, como

(1) *Hist. da Col. Port.*, III, 267.

(2) *Ibd.*, III, 323. Em 22 de Março de 1550 o Provedor da fazenda da Baía vendia armamentos a Vasco Fernandes Coutinho, *Doc. Hist.*, XXXVII, 42. Estava realmente Antonio Cardoso de Barros no Espírito Santo em 26 de Fevereiro daquele ano, e nomeava as autoridades fiscais, *Documentos Históricos*, XXXV, 60: provedor Francisco de Vacas, feitor Francisco de Oliveira, escrivão Belchior de Azevedo porteiro Henrique de Carvalho...

(3) GARCIA, nota a Varnhagen, I, 231. Beber fumo significava apenas.. fumar. ANTONIL ainda se exprimia assim.

se infere das cartas jesuíticas. Aí ficou definitivamente, após ter renunciado à capitânia, com o consentimento de Mem de Sá, e morreu pauperrimo. "... Acabou tão pobrememente que chegou a lhe darem de comer por amor de Deus, e não sei se teve um lençol seu em que o amortalhassem", conclúe frei Vicente do Salvador (1).

CAPITANIA DE PERO DE GÓES

Entre Espírito Santo e S. Vicente estendia-se a capitânia de Pero de Góes. Da qual capitânia diz frei Vicente do Salvador — foi tomar posse com uma boa frota, que fez em Portugal à sua custa, bem fornecida de gente e todo o necessário, e no rio chamado Paraíba, que está em 21.º e dous terços, se fortificou e fez povoação, em que esteve bem os primeiros dous anos, e depois se levantou o gentío e o teve em guerra cinco ou seis... "Aí o socorreu Vasco Fernandes. Mudou-se com toda a gente para a terra deste, arruinado do que gastara, "e muitos mil cruzados de um Martim Ferreira, que com êle armara pera fazerem muitos engenhos de assucar" (2).

Vimos Pero de Góes, companheiro de Martim Afonso de Souza, estabelecido, com o irmão Luiz de Góes, em S. Vicente. Teve carta de doação de sua capitâ-

(1) *Hist. do Bras.*, p. 96. O filho foi mais afortunado que o pae. Neste passo frei Vicente se iludiu, dizendo que também morreu pobre. Na "relacion del viaje del Brasil", 1585-87, se diz que "Vasco Fernandez Coytino, cuñado del señor licenciado Juan Tellez, fiscal de Chuquisaca...", RAMON J. CARCANO, *Primeiras buchas entre la Iglesia y el Estado*, p. 296, Buenos Aires (Bibl. de Hist., Arg. y Amer.). A mulher do Fiscal chamava-se "dona Yomar de Melo". A "cuñada muger de Vasco Fernandez" mandou-lhe um presente de valor de dous mil pêsos, *ibid.*, p. 297. Frederico de Mello, filho de Vasco Fernandes Coutinho (3.º deste nome?) e Antonia de Escobar, que faleceu sem testamento em S. Paulo em 1633 — nasceu em Espírito Santo e foi capitão de um terço da bandeira de Manoel Preto, de 1623, Pedro Taques, *Nobiliarquia*, edição de A. TAUNAY, p. 16 nota.

(2) *Hist. do Bras.*, p. 93.

nia a 28 de Janeiro de 1536 (embora fosse de 10 de Março de 34 o respectivo alvará). Desta época é o aprêto da frota com que veio povoar a embocadura do Paraíba.

Em 1539 estava prospero no seu domínio Pero de Góes, tanto que podia socorrer eficientemente a capitânia de Vasco Fernandes, que isto mesmo declarou, no documento em que convencionou com êle os limites de suas terras (1). “Pero de Góes e Luiz de Góes que ora por aqui passam...”, escreveu Duarte Coelho em 27 de Abril de 42, foram a Portugal nêsse tempo. E’ do ano seguinte, a confirmação régia ao acôrdo de fronteiras com o Espirito Santo. E em 45 mandava de seus estabelecimentos da fóz do Paraíba (Manajê, hoje Itabopoana) (2) boas noticias para o reino. Achar-se-ia, já então, associado de Martim Ferreira, cuja riqueza contribuiu para se ensaiarem naquele chão propício, lavouras iguais às de S. Vicente, donde levára Pero de Góes as mudas de canas d’açúcar.

As noticias animosas correspondiam antes ao caráter forte do capitão do que aos acontecimentos, capazes de abater os menos confiantes e resolutos. O feitor que alí deixára e os moradores, tinham abandonado as plantações, desertando, talvez perseguidos pelos índios. Foi como se nada tivesse sucedido. “... Fiz mui bôa povoação, com muitos moradores, muita fazenda — relata o próprio donatário... estando assim mui contentes com ter a terra muito pacífica e um engenho quasi de todo feito, com muitos canaviais, saíu

(1) *Hist. da Col. Port.*, III, p. 124. Seria Pero de Góes um degredado? Parece referir-se a êle esta nota de FREI LUIZ DE SOUZA: “Em 2 d’Abril (1527) carta a Manoel Corte Real de toda a fazenda que foi de Pero de Góes da Ilha Ferreira, que perdeu por matar uma mulher mal e como não devia”. (*Anais de D. João III*, p. 208). N’outra página, porém, o cronista — a proposito das pesôas embarcadas em 1530 — cita “Pero de Góes filho de Gil de Góes” (*op. cit.*), que parece outro.

(2) CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 259; ALBERTO LAMEGO, *A Terra Goytacá*, I, 27, Bruxellas, 1913.

da terra de Vasco Fernandes Coutinho um homem por nome Enrique Luis, (1) com outros e em um caravelão, sem eu ser sabedor, se foi a um porto desta minha capitânia e contra o foral de S. A. resgatou o que quiz, e não contente com isto, tomou por engano um índio, o maior principal que nesta terra havia, mais amigo dos cristãos e o prendeu no navio, pedindo por êle muito resgate". Os índios pagaram; mas Enrique Luis lhes mentiu, levando preso o refém, que entregou à tribo inimiga. Foi o sinal para se insurgirem em toda a costa. Correram sobre a gente de Pero de Góes, mataram-lhe vinte e cinco homens, o donatário perdeu na refrega um olho, e vendo tudo destruído teve de recolher-se ao Espírito Santo. Isto narrou êle em carta de 29 de Abril de 1546.

Daí se passou a S. Vicente, e em 1548 tornou a Lisboa. De 9 de Janeiro de 49 foi a sua nomeação para capitão-mór da costa na armada de Tomé de Souza, mercê que devia atenuar-lhe o destroço do Paraíba, premiando, ao mesmo passo, os seus serviços de guerra, mar e povoamento.

Dessa data por diante, a vida de Pero de Góes foi exclusivamente de capitão de navio, depois de 1553 (2) empregado na róta da Índia, onde se lhe perde o vestígio, ignorando-se se morreu no oceano, como tantos outros, ou na pátria, que deixára muito jóven. (3)

(1) Será Henrique Luis de Espina, o patriarca de Ilhéos? Deste, em 1561, dizia o padre Rui Pereira: "Nesta capitania está um homem que chamam Henrique, feitor de Lucas...", *Cartas Avulsas*, ed. de Acad., p. 283.

(2) Após a capitania-mór da armada da costa entre 1549 e 53, como veremos, regressou Pero de Góes ao reino na não S. João, capitanea da dita frota, em 1553, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 144. Levou 42 arrobas de algodão, quicá a primeira grande remessa desse produto para a Europa. Para substituí-lo veio Francisco Porto Carreiro, prov. real de 18 de Abril de 53, *Doc. Hist.*, XXV, 180. Em 1556 comandava uma não da armada de D. João de Menezes, Francisco de Andrada, *Crônica del Rey D. João III*, IV, 505. Em 1559 outra, da armada de Pedro Vaz de Siqueira, SIMÃO FERREIRA PAES, *As famosas armadas*, p. 62.

(3) A. LAMEGO, *A Terra Goytacá*, 1, 31.

Luiz permaneceu em S. Vicente, e seus filhos, Cipriano e Vicente, se transferiram, em 1555, com Juan de Salazar, para Assunção do Paraguai, levando dos campos de Piratininga o primeiro gado que entrou aquella mesopotamia (1).

CAPITANIAS DA COSTA NÓRTE

A costa septentrional não fôra ainda reconhecida. Havia necessidade de chegarem os portuguezes até lá, antes que os espanhóes, estimulados pelos exitos do Mexico, da America Central e do Perú, tomassem a foz do rio das Amazonas (então ainda rio, ou mar Dulce, como lhe chamara Pinzon) e o litoral adjacente. Terras próximas das de Espanha donde tantas riquezas chegavam, nos galeões de Carlos V, à metropole rica como jamais o fôra, desafiavam a iniciativa de armadores que tivessem imaginação para conceber e dinheiro para realizar uma conquista resplandecente. Um grande homem de negócios, Fernando Alvares de Andrade, donatário de 35 legoas naquela costa, um humanista, João de Barros, e um navegador, Aires da Cunha, agraciados com cem legoas ao norte das de Pero Lopes de Souza (2) — associaram-se para a emprêsa. Ao primeiro sobravam capitais, ao segundo inteligencia, ao último espirito aventureiro, para vir colonizar o Maranhão.

Uma palavra sobre os sócios: Fernando Alvares era o poderoso fidalgo, escrivão da casa da Índia, que tinha fazendas em Ilhéos, navios na carreira de ultramar e créditos vastos no reino. (3).

(1) LAFUENTE MACHAIN, *Conquistadores del Rio de la Plata*, p. 239.

(2) Vd. forais in A. TAVARES DE LYRA, *Notas históricas sobre o Rio Grande do Norte*, I, 52, Rio 1918.

(3) Vimos no museu do Carmo, em Lisbôa, a sua pedra tumular. Diz: "Capella e sepultura de Fernão Dalvarez Dandrade do Conselho del-rei Don João

Ficou célebre pelo seu palácio da Anunciada, e o convento para senhoras de melhor linhagem, (1) que o elevavam à categoria de um dos principais braços da monarquia pela opulencia e ostentação, pelas filhas freiras e pelos filhos ilustres que deu às letras portuguesas: o teologo Diogo de Paiva de Andrade, representante português no concílio de Trento, tio do autor do poema "Chauleidas" sobre o cerco de Chaul; o cronista Francisco de Andrada; o frei Tomé de Jesus, clássico dessa mimosa obra que se intitula "Trabalhos de Jesus" e que, prisioneiro em Alcacer-Quebir, morreu santamente em Marrocos. Crê-se que no seu palácio junto do Paço da Ribeira tivessem morado o príncipe D. João, filho de D. João III, e a princeza D. Joana, paes del-rei D. Sebastião. (2) João de Barros (1496-1570) habituára-se aos assuntos da Ásia, que tão copiosamente descreveu "(Decadas", 1552) na Casa da Índia, onde exerceu as funções de tesoureiro e feitor. Convivia aí, portanto, com Fernando Alvares. Bem podia avaliar que

o III.º decêde per linha direita da nobre geração dos côdes Dãdrade de Galiza falleceu e Março de MDLII e de Dona Isabel de Paiva sua mulher falleceo em Maio de MDLXXX e de seus descendentes".

Glosando esta inscrição, escreve J. M. CORDEIRO DE SOUSA: "Este Fernando Alvares de Andrade foi um homem que soube empregar em proveito da Arte uma parte importante dos seus larguissimos haveres. O seu palácio á Anunciada, tão minuciosamente descrito por Castilho na sua *Lisbã Antiga*, quando já em poder dos Menezes, era um verdadeiro primôr, e a atestar-nos ainda o seu apurado gosto artistico resta a formosissima pedra armoreada onde está esta inscrição, único vestigio que nos ficou dessa maravilha que deve ter sido a sua capela-jazigo no vizinho mosteiro dominicano" (*Inscrições portuguesas do Museu do Carmo*, p. 55, Lisboa, 1936).

Tomé de Souza disse dêle, em carta de 1551: "Fernand'Alvares escrivão da casa da India em tempos passados... muito a suster esta terra com uma fazenda que cá fez e... nisso gastado muita parte de sua fazenda e tem dúbida... E no ano atraz do que eu vim gastou muito em mandar esperar a armada de V. A. per um seu sobrinho..." Perdêra, nas náos que fretou para acompanhar o governador, 2 mil cruzados, *Hist da Col.*, III, 362. Veador da Fazenda, por sua ordem se repartia roupas entre os forçados, na Baía, em 1551, *Doc. Hist.*, XIV, 11. Que era pessoa da maior confiança del-rei sabemos por figurar em várias cartas, como escrivão, v. g. em Evora, 1535, *Hist.*, da *Col. Port.* II, 156. Na *Hist. Gen. da Casa Real*, IV, 519, se acrescenta: tesoureiro-môr.

(1) CAMILO CASTELO BRANCO, *As Virtudes antigas*, p. 18, Lisboa 1904. Nesse convento professaram duas filhas suas. Uma delas fingiu santidade e é a personagem do livro de Camilo.

(2) QUEIROZ VELOSO, *D. Sebastião*, p. 14, Lisboa 1935.

lucros prometia uma exploração colonial. E' curioso notar: fanático das cousas do Oriente, descreu de seu aumento, tanto que se voltou para o mesquinho ocidente que tão vagamente mencionou nos seus livros...

Quanto a Aires da Cunha, sem a importância dos dous primeiros, encontrâmo-lo a comandar navios na Índia desde 1523, distinguindo-se como alcaide-mór de Malaca e nos castigos infligidos á praças de Calicut, (1) Bintão (2)... Homem de mar e pelega. Prático em navegar. Foi o executor do plano, concebido e financiado por Andrade e Barros.

Em 1535, com um verdadeiro exercito, novecentos homens d'armas, dos quais cento e trinta de cavalo, saiu a frota de dez velas, sob a direção de Aires da Cunha, para a "costa dos petigueares".

Parecia mais uma expedição de conquista, possivelmente atirada às regiões de Espanha (suspeitou o embaixador castelhano em Lisbôa), do que uma armada de colonização. De fato, não era intuito de tanta gente de guerra lavrar pacificamente o solo: os donatários haviam tido o cuidado de obter a prévia doação de todo o ouro que se achasse... Por isso, em 1542, podia dizer Duarte Coelho: "Quanto às cousas do ouro... empresa pera sair com elavante e não pera ir fazer trascoriadas... como as do Maranhão que perderam setecentos..." Falava com a autoridade de quem auxiliou utilmente o negócio dos três grão-senhores.

Realmente, o primeiro porto procurado por Aires da Cunha foi o de Pernambuco. Duarte Coelho deu-lhe os "línguas" de que necessitaria para entender-se

(1) Frei LUIZ DE SOUZA, *op. cit.*, p. 152.

(2) Frei LUIZ, *op. cit.*, p. 201; FRANCISCO DE ANDRADA, *Crônica del Rey D. João III*, 11, 22... Al batalhou ao lado de seu irmão Alvaro da Cunha, e Duarte Coelho. Foi seu filho o capitão-mór Dom Pedro da Cunha, vd. FRANCISCO DE ANDRADA, *op. cit.*, IV, 262. E' interessante notar que Aires da Cunha naufragou em Moçambique, salvando-se, em 1523, ANDRADA, *ibid.*, I, 165.

com os índios das “nações” do norte, e um bergantim de remos para ir adiante. Mas não lhe valeram, na fôz do Ceará-mirim (então Baquipe), onde o capitão tentou estabelecer-se, em hora má, pois os petigueiros andavam unidos aos francêses, e o receberam por inimigo. Tomou no mesmo lugar uns naufragos espanhóes, do galeão de D. Pedro de Mendoza, que naquelas paragens se perdera, e arribou para a ilha do Maranhão. Aí se despedaçou nos rochedos a não capitânea, desaparecendo com ela Aires da Cunha (1).

A noticia de João de Barros é antes um lamento: “O feitor da qual (terra de Santa Cruz), por eu ter uma destas capitánias, me têm custado muita substância de fazenda, por razão duma Armada, que em parçaria d’Aires da Cunha e Fernand’Alvares d’Andrade, tesoureiro-mór dêste Reino, todos fizemos para aquelas partes o ano de 1535. A qual Armada foi de 900 homens, em que entravam 113 cavalos: coisa que pera tão longe nunca saiu dêste Reino; da qual era capitão-mór o mesmo Aires da Cunha: e por isso o princípio da milícia desta terra, ainda que seja o último de nossos trabalhos, na memoria eu o tenho bem vivo, por quão morto me deixou o grande custo desta Armada sem fruto algum”. (2)

(1) VARNHAGEN e CAPISTRANO, *op. cit.*, p. 241. A carta do embaixador espanhol Luiz Sarmiento sobre a viagem de Aires da Cunha é de 15 de Julho de 1536, vd. EUGENIO DE CASTRO, *Diário de Pero Lopes de Sousa*, II, 17. A chegada ao Maranhão, diz êle, foi em Março dêsse mesmo ano.

(2) *Decadas*, I, livr. VI, cap. I. ANTONIO GALVÃO, *Descobrimentos antigos e modernos*, Lisboa 1731, acrescenta, “e o que mais perdeu nisto foi João de Barros, feitor da Casa da Índia, que, por ser nobre, e de condição larga, pagou por Aires da Cunha, e outros que lá faleceram, com piedade das mulheres, e filhos que lhes ficaram”. Perdeu D. Sebastião a divida de 500 mil réis que pezava sobre João de Barros, dos aprêstos da armada, e por seu falecimento, em 1570, fez mercê á viuva de 500 mil réis de pensão. Jerônimo de Barros, seu filho, teve de Felipe de Espanha uma tença de 100\$, tudo isto como indenização, quer dos gastos feitos em 1535, quer da reversão da capitania para a corôa, cuja data aliás se ignora, vd. A. TAVARES DE LYRA, *Notas Históricas*, p. 75.

Não ha noticia certa do estabelecimento fundado naquela ilha pelos expedicionarios, que, em 1539, atacados pelo gentío, largaram a terra, indo ter a São Domingos. (1) Frei Luiz de Souza diz vagamente: "Capitânia do Maranhão, em que se perdeu tanta gente, os filhos de João de Barros e Luiz de Mello "no ano de 1539". (2) O próprio escritôr das "Decadas", entretanto, num papel de 1555 positiva: "... fez uma armada haverá vinte anos em que despendeu muito da sua fazenda e haverá cinco que mandou outra em que foram dous filhos se a povoar a dita terra o que não houve efeito por os gentíos dela estarem escandalizados assim dos moradores das outras capitânias como de pessôas dêste reino que vão à dita capitânia fazer saltos e roubos cativando os gentíos da terra e fazendo-lhe outros insultos de modo que querendo seus filhos tomar um porto na dita sua capitânia pera se proverem do necessário por os ditos gentíos estarem escandalizados e de pouco tempo estavam salteados de gente portugûsa lhe mataram um língua com outro homem e lhe feriram outros..." (3) "Nesta armada (completa Gabriel Soares) e em outros navios que João de Barros depois mandou por sua conta em socorro de seus filhos, gastou muita soma de mil cruzados sem desta despêsa lhe resultar nenhum provento..." (4)

(1) CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 242.

(2) *Anais de D. João III*, p. 452. Sobre Luiz de Melo da Silva, Frei VICENTE DO SALVADOR, *op. cit.*, p. 132. Tendo vindo primeiramente ao tempo dos filhos de João de Barros, voltou em 1554, VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 330, possivelmente enviado ao Maranhão, não ao Rio da Prata, porque contra este itinerario teria reclamado o embaixador espanhol, ENRIQUE DE GANDIA, *Las Misiones Jesuíticas*, p. 25, Buenos Aires, 1936. Luiz de Melo desapareceu no naufragio da não "S' Francisco", em 1572, SIMÃO FERREIRA PAES, *As famosas armadas*, ed. do Ministerio da Marinha, Rio 1937, p. 70.

(3) *Hist. da Col. Port.* III, 209.

(4) *Roteiro do Brasil*, p. 27.

CENTRALIZAÇÃO NECESSÁRIA

Um registo de 1544, indica secamente : “O Brasil não sòmente não rendeu nada de vinte anos até agora o que soia ; mas tem custado a defender e povoar mais de 80 mil cruzados” (1).

Impressionado com o insucesso de várias capitâneas, que se perdiam para os donatários, o que não era tudo, senão para Portugal, o que era peor, D. João III não deixou passar o ensejo que a carta de Pero do Campo e a noticia da morte de Francisco Pereira lhe apontavam. Na Baía de Todos os Santos, e quanto antes, mandaria edificar uma fortaleza, posta sob as ordens de um governador que fosse igualmente o representante régio para as outras terras do Brasil, assim retirado da condição de domínio privado, dos capitães-mòres, para a de colonia da corôa.

Fácil foi a transação com os herdeiros de Francisco Pereira. Manoel Pereira Coutinho, primogenito do cavaleiro da India que acabára às mãos dos antropofagos de Itaparica, vendeu a capitânia a el-rei pelo preço de 400\$000 de juro e herdade a correr pela alfandega de Lisbôa. Comprou-lha barato. Isto mesmo representaram dous seculos depois os seus descendentes, razão porque lhes deu D. José I — mais liberal que D. João III — o título de visconde da Baía. . . (2) E para exercêr o difícil governo, instalando a fortaleza, creando o Estado, fundando a administração colonial, ninguem lhe pareceu mais próprio do que Tomé de Souza.

(1) Frei LUIZ DE SOUZA, *Anais de D. João III*, p. 416.

(2) *Hist. da Col. Port.* 111, 214.

TOME' DE SOUZA

Poucos homens no reino, áquella época, desfrutariam a reputação militar dêsse fidalgo austêro e probo.

Filho natural do último prior de Rates, João de Souza, era primo de Martim Afonso e Pero Lopes de Souza e também do conde de Castanheira, que havia de bem recomendá-lo a D. João III. Na Baía, aliás, não esqueceu o valido.

Figura nas guerras d'África como um soldado temerário e leal. Em 1528 comandara uma sortida contra os mouros de Arzila "Tomé de Souza, que depois foi vedor de El-Rei Dom João" (1). Aparece em 1532 como fronteiro em Arzila (2). Em 1534 corria a socorrer a praça de Safim, numa "caravela que estava carregada de madeira" — louvou o conde de Castanheira a el-rei (3). E no ano seguinte, na armada de Vasco Peres, ia fazer na Índia as suas armas. (4) O elogio do conde (em carta a Martim Afonso) é um retrato moral do cavaleiro: "cada vez lhe ia achando mais qualidades bôas, tendo sobretudo a de ser sizudo". Mereceu a estima de D. João de Castro.

FORÇA NOVA : OS JESUITAS

Uma fôrça nova enchia de esperanças a corôa : era o elemento espiritual, de que se não tinham valido os donatarios dispersos e desorientados. A Companhia de Jesus ganhára a confiança de D. João III. Viria ensaiar

(1) Frei LUIZ DE SOUZA, *op. cit.*, p. 237. *Hist. da Col. Port.*, III, 330.

(2) DAVID LOPES, *História de Arzila durante o domínio português*, p. 373, Coimbra, 1935.

(3) Frei LUIZ DE SOUZA *op. cit.*, p. 238.

(4) Pero Lopes de Souza, em 1536, foi esperar nas ilhas a não de Tomé de Souza, frei LUIZ, *op. cit.*, p. 399.

na America as armas da conversão dos gentíios que, ha muitos seculos, se embotavam entre os infieis maome-tânos.

A Sociedade de Jesus acabava de formar-se.

Milicia do papa — quizêra-a Inácio de Loiola, contra a Reforma, contra o desmembramento do mundo cristão e o luteranismo ; mas comunidade religiosa ba-fejada pelas influencias do seu tempo : a idéa de que se devia salvar a inocência gentilica pelos países recemdes-cobertos, de que nêsses climas coloniais outra humanida-de se organizaria fiel às leis da Igreja, de que o Brasil e a India convidavam as santas vocações apostólicas.

Devêras a aliança entre Portugal e Loiola começou nos bancos escolares de Santa Barbara, em Paris ; continuou com a participação de Simão Rodrigues nos projêtos de Inácio e o juramento que prestou com êle em Montmartre : proseguiu com os favores que logo D. João III ofereceu à Ordem incipiente.

Portugal vincula-se desde o início à sorte dos jesuitas. Sentira el-rei a necessidâde de interessa-los no seu império de ultramar. Não iam as cousas a contento exatamente pela falta de uma disciplina religiosa, naquelas terras investidas de degredados e gente de máu viver : os clérigos falhavam na sua missão superior a suas fôrças. Sòmente uma confraria de missionarios em colegiada devotados ao ensino do índio e capazes de contê-lo conseguiria organi-zar a vida em tais longitudes segundo o modelo cató-lico. Loiola — disposto a transformar a sua Ordem numa espécie de cruzada da instrução — foi de encon-tro a essas intenções.

Diogo de Gouvêa, mestre de Inácio, podia ates-tar a seriedade da obra : encareceu-a a D. João. que em 4 de Agosto de 1539 (dous anos apenas depois da chegada do fundador a Roma) escrevia a D. Pedro Mascarenhas, sobre a possibilidade de dirigir-se ela à In-

dia tão precisada de taumaturgos. “Se êstes homens se podessem haver para irem à Índia será um bem inestimavel”, suspirára Gouvêa, na epistola de 17 de Fevereiro de 1538. E porque não? Dependia do Sumo Pontifice a quem tinham prometido obediencia absoluta. O Papa adverte ao embaixador que a emprêsa inçada de perigos só devia ser adotada voluntariamente. Os jesuitas então aquiescem. Simão Rodrigues chega a Portugal em Abril de 40. Francisco Xavier parte para o Oriente em 41.

E’ uma éra de prodigiosas atividades de catequêse e expansão da fé que principia, persuadindo às nações acêrca dos merecimentos e da prudencia daqueles sacerdotes. El-rei dá-lhes decidida preferencia. Instala-os no convento de Santo Antão, primeira casa própria que tiveram em todo o mundo. Permite, em seguida, que façam collegio em Coimbra, em Evora, em Lisbôa. Em 1548 os jesuitas ainda não tinham empolgado a Universidade: mas estavam triunfantes na côrte, afamados na Índia, respeitados na Europa. Careciam de uma região mais vasta para outro genero de trabalhos: não o batismo de rumes e bramânes, de chins e malaios à maneira de Francisco Xavier na Asia; mas a fundação de Colégios e aldeamentos onde as almas fossem simples, desprovidas de crenças velhas, entregues, tenras e puras, ao seu ensino total. O Brasil proporcionava-lhes essa oportunidade. Não tinha precedentes, na história das missões. Catequistas, podiam ser creadores de um tipo social inspirado pela justiça cristã; professores, colonizadores de selvagens, obstariam a que se corrompessem em contacto com os colonos malignos; construiriam em terreno virgem; experimentariam processos e projétoes que justificariam o idealismo do Infante D. Enrique, ao imaginar a conquista do “mundus novus” para a cruz... Seis inacianos prontificaram-se a acompanhar Tomé de Souza.

II PARTE

ORGANIZAÇÃO

A FUNDAÇÃO DA CIDADE

O regimento que trouxe Tomé de Souza para governar o Brasil é de 17 de Dezembro de 1548 e a nomeação para o importante cargo de 7 de Janeiro de 49.

Minucioso papel aquele, recomendava-lhe a construção da “fortaleza do Salvador ;” (1) indicava à sua proteção os índios amigos dos portugueses ; dava-lhe fazer guerra aos que hostilizaram Francisco Pereira ; mandava-o visitar a costa, reparar as cêrcas das vilas de cada capitânia, proibir que entre elas traficassem sem licença portugueses, responsáveis pelas sublevações do gentío, determinar que os donatarios se defendessem, e assim os “senhorios dos engenhos e fazendas” nas suas torres . . . Cuidaria de promover a fundação de engenhos de açúcar, de impedir a ida às aldeias indígenas dos brancos, que se limitariam a comprar e vender em feiras semanais, de regular os preços razoáveis das utilidades, de preservar o real monopólio do páu brasil, de combater e destruir os selvagens infensos aos colonos (sobretudo os tupiniquins de Ilhéos), de vigiar a ordem e sustentar o domínio luso na vasta colônia . . . Para isto tinha auxiliares capazes e diligentes : o fidalgo Antonio Cardoso de Barros, como provedor da fazenda e encarregado de instalar alfandegas (regimento de 17 de Dezembro de 48), compensando-se talvês com esta mercê as perdas que tivera na sua ca-

(1) *Doc. Hist.* XXXVIII ; também Melo Moraes, *Crônica geral e minuciosa do Imperio do Brasil*, Rio 1879. Aliás é o que já dissera FRANCISCO DE ANDRADA, *Crônica del Rei D. João III*, IV, 132, Coimbra, 1797

pitânia do Ceará ; (1) o desembargador Pero Borges — antes corregedor no Algarve — como ouvidor geral para todo o Brasil ; Pero de Góes, como capitão mór da costa ; o arquiteto Luis Dias, (2) como mestre das obras da fortaleza ; Francisco Mendes da Costa, Antonio dos Reis, Gonçalo Ferreira e Miguel Moniz, como escrivães e tesoureiro ; Cristovão de Aguiar d'Alto, almoxarife dos mantimentos, Manoel Lourenço, vigário perpetuo da Igreja matriz, (3) Diogo de Crasto, boticario, Miguel Martins, mestre de fazer cal, Diogo Peres, sobrinho de Luis Dias e mestre pedreiro . . .

A EXPEDIÇÃO DE TOMÉ DE SOUZA

Trezentos e vinte pessoas viriam na armada vencendo ordenados. Seiscentos degredados e colonos completavam a expedição. (4)

Longe de ter o caráter militar e transitorio das que el-rei mandára antes, o seu fim era crear, na capitânia da corôa, um centro de administração, riqueza e fôrça, que fosse como a capital do futuro Estado : “povoação grande e tal qual convem que seja pera dela se proverem as outras capitánias como com ajuda de Nosso Senhor espero que esta seja” — rezava o regimento. O sítio em que ficára a cêrca de Francisco Pereira não servia : procurasse outro “sadio e de bons ares” sobre

(1) Nomeado também a 7 de Janeiro de 1549, por três anos e com 200\$ anuais. Regimento na *Hist. da Col. Port.*, III, 350-9.

(2) Vd. provisões em *Documentos Históricas*, XXXV, Rio 1937, e Sousa VITERBO, *Dicionário hist. e documental dos arquitetos, engenheiros etc.*, I, 280, Lisboa, 1893.

(3) *Doc. Hist.*, XXXV, 223.

(4) Dos degredados que acompanharam Tomé de Souza, alguns são dignos de memoria : Lourenço de Figueiredo, pae do “Boataca”, genro de Caramurú, e que matou um conêgo ; Gaspar de Barros de Magalhães, “exterminado” . . . Parece que a maioria era de judaizantes, pois Nobrega (carta de 1549) diz do Colégio : “é perto dos Cristãos assim velhos como novos” (*Cartas do Brasil*, p. 84), dando a impressão de terem sido apartados á chegada.

porto franco, para que se levantasse a fortaleza. "...E pera esta obra vão em vossa companhia alguns officiaes assim pedreiros e carpinteiros como outros que poderão servir de fazer cal, telha, tijolo e pera se poder começar a dita fortaleza vão nos navios desta armada algumas achegas..." Nunca D. João III enviára a ultramar tão completa frota de homens d'armas, construtores, operarios, com as suas pertenças, aparelhos, especialidades e mistéres, para crearem depressa uma cidade em que as demais achassem o modelo, o apoio e o estímulo. Afinal as funções do governador se reduziam à coordenação e ao comando militar. Da justiça — como verdadeiro magistrado político pela largueza de sua alçada — se desincumbia o ouvidor geral. Antonio Cardoso, organizada a administração das rendas del-rei, montaria a maquina fiscal. Luis Dias seria o chefe dos que trabalhassem em construções. Tinha o título de "mestre da pedraria". Pero de Góes, conhecedor da navegação costeira, era o pilôto-mór. Das cousas do mar tratava êle. Chamou-se de "ribeira do Góes" a da Baía, logo à chegada da expedição. Mas D. João III insistira: um dos motivos da colonização era a catequese dos infieis. Viriam dirigi-la seis jesuitas. As roupêtas da Companhia de Jesus, que tinha apenas oito anos de reconhecida pelo Papa. Uma incipiente milicia de missionários, que devia empolgar os trabalhos religiosos na America e na Asia. Por superior dêles, um padre illustre, vocação de estadista na sua simplicidade de pastôr de almas — Manoel da Nobrega...

A 1 de Fevereiro de 1549 saíu do Tejo a armada, que se compunha de três náos, *Conceição*, *Salvador e Ajuda*, duas caravelas, *Leôa* e *Rainha*, e um bergantim. Comandavam esses navios respectivamente, Tomé de Souza, Antonio Cardoso de Barros, Duarte de Lemos (o do Espirito Santo), Pero de Góes e Francisco da

Silva. Fernand'Alvares de Andrade juntára-lhes duas náos fretadas, que deviam voltar carregadas de madeira.

Houve nos preparativos alguma demora.

O Padre Mestre Simão Rodrigues, fundador da Companhia de Jesus em Portugal, quizêra ser o chefe do grupo de padres que mandava ao Brasil. Mas não havia quem lá o substituisse no provincialato e a preferencia recaiu em Manoel da Nobrega, que então tinha 32 anos. Em carta a Inácio de Loiola, avisára Rodrigues que a frota partiria em meiado de Janeiro. Em 24 dêste, Fernand'Alvares dizia a el-rei que ela estava pronta, à espera sòmente dos principais, o que o afligia, "por a gente d'armas ser muito pobre e anda clamando pedindo de comer por haver dias que são asentados". (1)

Os religiosos retardaram-se tanto que já era partida a capitânea quando embarcaram na náu de Antonio Cardoso, da qual, em mar alto, passaram para a de Tomé de Sousa. Eram, além de Nobrega, os padres Leonardo Nunes, Antonio Pires e João de Azpícuelta Navarro, e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.

FORTALEZA E CAPITAL

A 29 de Março aprobejavam os navios para a vila do Pereira, na baía de Todos os Santos, onde Caramurú, (a quem el-rei escrevêra) (2) a família, os tupinambás, fizeram cortez recepção ao governador e sua gente. Havia ali — escreveu Nobrega — "uma maneira de igreja, junto da qual logo nos aposentamos os Padres e Ir-

(1) P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp. de Jesus*, 1, 2; *Hist. da Col. Port.* III, 335.

(2) Carta de 19 de Novembro de 1548, cf. Jaboatão, *Catálogo Genealógico*, docs. de um neto de Caramurú, notamos Marcos Alvares, sertanista em companhia de Garcia d'Avila, Manoel e João, mortos pelos índios contrários... Jaboatão, *Cat. cit.*

mãos em umas casas a par dela”, e o arraial que, decerto, Diogo Alvares reerguera após a catastrophe de 1546, bom para nele continuar, mas não para a fortaleza, que exigia profundos fóssoes, barreiras naturais e porto de frente. Em 31 de Março o Padre Nobrega celebrou solene missa ao pé d’um grande cruzeiro. E gasto o mez de Abril no desembarque das mercadorias e ferramentas, na exploração das redondezas, na procura do lugar conveniente para erigir-se a muralha, datam de 1 de Maio os primeiros ordenados pagos aos officiaes que se puzeram à obra.

Lançou-se provavelmente nêsse dia a pedra inaugural da Baía.

Tudo improvisado, provisório, ligeiro. A vila do Pereira fornecia os mantimentos, sobretudo as farinhas de que careciam. Caramurú, os jesuitas, as boas maneiras dos recém-chegados, atraíram o gentío, que os auxiliou resolutamente, com o seu trabalho, os materiais das matas convizinhas e a sua arte de fazer palissadas, de cobrir casas de palha, de bater estacas e entrançar taipais. A ordem dos serviços, a sua contabilidade e a sua prestesa fazem honra à meia duzia de funcionários que a severidade de Tomé de Souza, a brandura dos missionários e o entusiasmo dos colonos agitavam de zêlos exemplares.

O lugar escolhido era excelente para a fortificação e acanhado para a cidade. Como não se previa o aumento desta, e o melhor era bem amparar aquella, não se achou outro que lhe valesse em toda a curva do golfo. Ficava na plataforma acima da abrigada, e onde a montanha quebra num barranco a pique, deixando junto do mar uma nesga de praia que os mercadores tomaram para seus armazens e trapiches: a futura “cidade baixa”. O altiplano partia-se, de um lado cortado pela valada que se chamou de S. Bento, tendo em frente a

colina, onde os monges desta religião assentaram as suas casas, do outro pelas ladeiras e aguadas que o separam dos montes fronteiros, o principal dos quais é o da Palma, e que continuavam à volta até o do Carmo, de modo a facilmente se ilhar, por uma comunicação de fôssos e rios a elevação que cumpria cingir de muros, artilhar e arruar, metendo dentro o casario com os edifícios nobres, as igrejas e o Colégio.

Mas não havia pedras, razão por que não se fez de alvenaria o muro de circumvalação. O regimento prevenira : se não pudesse ser de pedra e cal, que fosse de “barro, taipais ou madeira...”

Este o alvitre adotado. Os índios abateram as árvores. Já em 12 de Maio (1549) mandava o provedor pagar pela “madeira que se gastou na cêrca da cidade” bôa copia de “resgates” : 22 foices, seis machados, espelhos, pentes, facas, tesouras, anzôes, enxadas... (1)

O governador dava o exemplo : “onde ouvi dizer a homens do seu tempo (que ainda alcancei alguns) — narra frei Vicente — que êle era o primeiro que lançava mão do pilão para os taipais e ajudava a levar a seus ombros os caibros e madeiras para as casas, mostrando-se a todos companheiro...” (2)

“Os mesmos índios da terra ajudam a fazer as casas e as outras cousas em que se queiram empregá-los”, confirma Nobrega (3). Os pedreiros — sob as ordens de Luis Dias e Diogo Peres — eram Fernão Gomes, Belchior Gonçalves, Francisco Gomes, Gaspar Lou-

(1) *Doc. Hist.*, XXXVII, 1 (Rio 1937). RODOLFO GARCIA precede este volume de um interessante resumo das atividades dos colonos para a edificação da cidade.

Não tem fundamento o que escreveu FRANCISCO DE ANDRADA : “... se poz logo mão na obra, a que se deu tanta pressa que ao derradeiro de Abril estava já acabada a fortaleza...”, *Crônica do muito alto... D. João III*, IV, 32. Os trabalhos começaram a 1 de Maio. Esta a data da fundação da cidade.

(2) *Hist. do Bras.*, p. 152.

(3) *Cartas do Brasil*, p. 89.

renço, Ruy Gonçalves, João Fernandes, Francisco Gonçalves, Afonso Fernandes... (1) Uns (como Marçal Coelho) cortavam cedros (2), outros o serravam (Francisco Afonso e Antonio Gonçalves (3), enquanto se obtinha dos selvagens “madeira, palma e outras cousas de que se fizeram duas casas, uma para audiência, e Câmara nesta Cidade do Salvador, e a outra na Ribeira onde se recolheu o Sal, e outras cousas do Armazem...” (22 de Junho) (4) “Degredados e forçados que servem nas obras desta Cidade” (5) eram sessenta e dous, a quem se socorria, “por andarem despidos”.

De empreitada, em Dezembro continuavam a levantar os muros aqueles pedreiros — obra leve e provisoria: pois um assentamento de 21 do mesmo mês alude ao resgate de 11.500 anzões e outras miudezas “que se dispendeu em agulhas, cipós e varas, e em outras muitas cousas para a cêrca desta cidade”. (6) Então já Diogo Moniz (7) era Provedor do Hospital (Casa da Misericórdia, a cuidar do testamento dos que morriam, do socôrro aos enfermos, d’alguma assistência aos necessitados); Pedro André, “taipeiro”, vencia 2\$100 “de um baluarte e casa de taipá que fez por mandado do dito Governador na Povoação da Praia”; Mestre Nicoláo “mestre dos carpinteiros da

(1) *Doc. Hist.*, XXXVII, ps. 5-7.

(2) *Doc. Hist.*, cit. p. 8.

(3) *Ibd.* p. 13.

(4) *Ibd.*, p. 16.

(5) *Ibd.*, p. 14.

(6) *Doc. Hist.*, XXXVII, 57. Os empreiteiros eram vários (Francisco Pires e Afonso Fernandes, Pedro de Carvalhaes, Gaspar Lourenço e João Fernandes, Bartolomeu Rodrigues Paes...) o que indica ter o governador dividido a obra em secções, afim de ser atacada simultaneamente em muitos pontos e terminada com urgencia. Depois da partida de Diogo Peres, Luiz Dias indicava como bons construtores Pedro de Carvalhaes e Francisco Gomes.

(7) “Diogo Moniz Barreto fidalgo da Casa del-Rei”, vencia oitocentos réis por mez e tinha criados, Francisco Alvares e Antonio de Freitas, *ibid.*, p. 65. Os ordenados eram geralmente de oitocentos réis para as pessoas de qualidade, quinhentos para os funcionarios, quatrocentos para os trabalhadores e homens d’armas.

Ribeira” desempenhava-se do seu officio ; havia “ferriarias”, para as quais dous carvoeiros tinham fabricado 779 sacos de carvão (1), serralheiro (Francisco Moniz), ministro da Cadeia (Joan’Alvares), empreiteiros de telhas das obras, um médico, o licenciado Jorge de Valladares (2), o guardião dos bois de Sua Alteza — preciosos animais, cuja raridade indica terem sido os primeiros desembarcados na Baía, da “caravela Galga”, e que prestaram bons serviços no carrêto dos materiais... A cal fôra achada “na ilha de Itaparica que está defronte de nós”.

Simultaneamente instalára-se a Camara nos seus paços cobertos de palha. Deu-lhe armas Tomé de Souza : com o lema “Sic illa ad arcam reversa est”, uma pomba com o seu ramo de oliveira, a significar que depois da catastrophe a paz voltára... O primeiro ato municipal solene foi a procissão de Corpus Cristi (13 de Julho de 1549) “em que jogou toda a artilharia que estava na cerca as ruas muito enramadas, houve danças e invenções à maneira de Portugal”, disse Nobrega. As Ordenações exigiam que as Camaras concorressem a essas cerimonias anuas. Duvidoso é que houvesse eleição para vereadores. Os que serviram inicialmente deviam ter sido nomeados pelo governador à maneira do que se praticava nas vilas recém-fundadas. Em todo caso : era o aparelho comunal com os seus magistrados que começava a funcionar — dividindo com Tomé de Souza o govêrno local, nos cuidados primordiais de policia, justiça, distribuição de trabalho, preços de mercadorias, aboletamento dos moradôres... Que prosperou a instituição na terra nos dizem os papéis de 1554, quando ousou opôr-se, com veemencia, a Duarte da Costa, segundo governador-geral.

(1) *Ibd.* p. 69.

(2) *Ibd.*, p. 121.

Aliás tudo se concluía rapidamente. Mas a prèssa é inimiga da perfeição. Em belo dia, “invernada tamanha nos derribou “parte” dos muros — deplorou Luiz Dias, em carta para D. João III, de 15 de Agosto de 51 — “ainda que não foi em tanta quantidade, por me parecer que nascêra isto de ser um pouco altos para taipa sem cal os emendamos e fizemos de maneira que estão para a terra muito bons, ficaram já quasi acabados e se puzeram já agora a rebocar de cal de dentro e de fóra de maneira que com êles rebocados ficarão até que S. A. possa gastar mais em fazê-los como quizer e os baluartes estão, . . . com madeira pela taiparia de dentro . . . isto parece que sobeja e basta para esta terra”. Dous baluartes com artilharia dominavam a ribeira de Góes “em cima do rochedo” — defendendo a praia onde querenavam os barcos — e um dos vales donde poderiam irromper os gentíos . . .

Quanto ao casario, a informação do mestre d’obras era lisonjeira: “fizemos cadeia muito bôa e bem acabada com casa de audiencia e camara em cima e na ribeira de Góes casa de fazendas e alfandega e almazens e ferrarias, tudo de pedra e barro e rebocados de cal e telhados com telha que servem já . . .” Luiz Dias dava por finda a sua missão, e “por ser velho e mal disposto e já ao presente não haver mais necessidade de mim”, pedia que o repatriasse el-rei quando fosse Tomé de Souza (I).

O descontantamento de Luiz Dias era justo e acêrbo. A Miguel de Arruda escreveu em 13 de Julho de 1551, lastimando a falta de soldo e “o que vem do Rei-

(1) Carta de 15 de Agosto de 51, AMARAL, notas a Accioli, I., 300. Em Abril de 52 Domingos Rodrigues tinha a função de “alimpar os muros” (*Doc. Hist.*, XXXVII, 50).

Luiz Dias voltou para o reino com Tomé de Souza. O 2.º governador geral comprou-lhe as casas para as orfãs, por 16\$ em dinheiro (*Doc. Hist.*, XXXVIII, 272), em 27 de Julho de 1553. Foi seu sucessor na mestrança das obras Lopo Machado.

no é ferro velho como o que se vende na feira em Lisboa e com isto se paga a pobre gente que cá trabalha que os rendimentos do brasil com que cá nos mandavam pagar é tudo burlaria porque não ha aí com que se pague meio ordenado dum destes senhores"... Pedria que lhe corresse o ordenado pela renda de Pernambuco onde havia "o melhor açúcar que cá ha". E enumerava outros trabalhos: dous vales pequenos ficavam "dentro na cidade e no maior dêles fizemos um poço muito grande de 20 palmos de vão e tem no verão 6 palmos de água muito excelente e 9 de corda e na amostra vão escritas as casas que são feitas e tem cada chão dos que estão povoados oito-casas e o que menos tem dão 6 casas e são das 10 de taiparia que as outras são de parede de mão de madeira e barro e feno que vae amostra o melhor que eu entendi a V. Mcê... muitas casas se podem fazer nestas ladeiras se isto houver de ir adiante..." Positiva: "Cairam os muros da porta de Santa Catarina até a estância sobre o mar que se chama agora S. Jorge e de S. Tomé a Santiago tudo pelo máo trabalho..." (1)

"... Póde-se já contar umas cem casas e se começa a plantar canas de açúcar e muitas outras cousas para o mister da vida, porque a terra é fértil de tudo" — avisára Nobrega, em carta de 10 de Agosto de 49. "Cidras, laranjas, limões, dão-se em muita quantidade, e figos tão bons como os de lá." (2) Animais domesticos — naturalmente remanescentes da feitoria de Francisco Pereira, que ganhou muros de taipa em 1552, (3), e espalhados pelas roças do Caramu-

(1) Carta inéd., na Torre do Tombo, descoberta por Luiz Camilo de Oliveira Neto. *Anais da Bibl. Nac.*, LVII, 26.

(2) *Cartas do Brasil.*, p. 98.

(3) *Documentos Históricas*, XXXVIII, 60. "... 31 braços de taipa que fez por mandado do Governador na Fortaleza da povoação de Percira... tudo foi medido por Luis Dias...".

rú (1) — provavam a excelencia do logar. Tanto houvesse ordem, respeito humano, policia de costumes... “emquanto esta Baía não tivesse cem moradores em que entrem 50 de cavallo”, dizia Luiz Dias (2).

O Governador e os seus magistrados, os padres e a sua catequese não podiam corrigir tudo. O mal maior era a falta de mulheres brancas. Na ausencia delas, os marinheiros, os colonos, os degredados de ruim vida (deviam andar aferrolhados nas obras de Sua Alteza, resmungava Nobrega) se metiam com as índias, procriavam inúmeros mamalucos, embrenhavam-se pelo mato, de súcia com os tupinambás, e perturbavam o ministério dos religiosos, cuja preocupação era o ensino dos selvagens, a sua pacificação pela fé. A barbárie não parecia a Manoel Nobrega tão necessaria que algumas providencias del-rei não lhe puzessem côbro: vinda de mulheres casaduras, fossem quais fossem, introdução de escravos africanos, remessa de homens honrados, e não de desterrados pervertidos e malignos...

RECURSOS E PROMESSAS

Á medida que as plantações á volta da cidade foram fixando e alimentando aqueles “homens d’armas” que ganhavam soldo de quatrocentos réis, os degredados, os trabalhadores já sem tarefa em virtude de estarem concluidos os muros da “fortaleza”, dêles se libertou o cofre real. Passaram a viver a expensas próprias. Tiveram sesmarias largas. (3) Mas uma riqueza

(1) A 6 de Setembro de 1552, “Diogo Alvares Caramurú morador na povoação de Pereira’ vendia por 15\$ um caravelão para el-rei, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 78.

(2) Carta de 13 de Julho de 1551, ms. cit.

(3) Uma das primeiras sesmarias dadas por Tomé de Souza foi de Francisco Pires, a 8 de Julho de 1549, *Revista do Inst. Hist.*, n.º 9, p. 376.

za agrícola não podia ser revelada tão cêdo. Em 18 de Março de 1550 grosso resgate (93 foices, 147 podões, 1291 cunhas, 304 tesouras, dezoito machados, 52 pentes, três espelhos, 2240 anzões...) pagava aos índios 829 quintais e uma arroba de pão brasil que, de regresso ao reino, levou a não *Conceição*. (1) Quer isto dizer que então a mercadoria exportável ainda era a madeira. A lavoura das canas não podia medrar sem o gado, que a auxiliasse, sem a construção dos engenhos, que se faziam devagar, principalmente sem uma escravatura, que nêles servisse. Foram problemas resolvidos inteligentemente por Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá.

Em 6 de Dezembro de 50 quatro vacas e um novilho foram distribuídos (por um preço médio de 2 mil réis): o novilho para Diogo Moniz, as vacas para Antonio de Freitas, seu criado, Amador de Aguiar e Garcia d'Avila, "feitor e almoxarife da cidade", que viêra como "criado do Governador". (2)

As quatro vacas têm um grande papel na história da civilização brasileira. O homem que ficou com duas, Garcia d'Avila, achou nesse momento a sua vocação de criador; apartou-as para as terras que lhe deram em Itapagipe; de olho vigilante, viu crescer a sua fazenda; tornou-se o maior pastor das cercânias e tronco da família que tangeu rebanhos por todo o nordeste. As rézes eram indispensáveis aos engenhos. Trouxêra aquelas a caravela "Galga", como, em carta de 18 de Julho de 51, comemorava Tomé de Souza: "Este ano passado veio a esta cidade a caravela "Galga" de Vossa Alteza com gado vacum, que é a maior nobreza

(1) *Doc. Hist.*, XXXVII, 107.

(2) *Ibd.*, p. 124; e *Doc. Hist.*, XIII, 390. Em 1552, 17 de Julho, já Garcia d'Avila, não mais feitor, somente "morador nesta cidade", vendia "dous bois maninhos para os carros de Sua Alteza", *Doc. Hist.*, XXXVIII, 55. Foi, talvez, o primeiro negocio de gado do futuro senhor da Torre.

e fartura que pode haver nestas partes, e eu a mandei tornar a carregar no Cabo Verde do mesmo gado para tornar aqui, que isto era o que lhe a Casa da India dava por regimento, e a mandei carregada de madeira, porque val muito no Cabo Verde. Ha um ano que é partida daqui e não tenho nova dela". (1).

A segunda armada que aportou á Baía — em 1550 — trazia o "galeão velho", do comando de Simão da Gama d'Andrade, de que fala frei VICENTE DO SALVADOR (2). Chamava-se "galeam São João" — e por êle mandára el-rei recados ("uns apontamentos de Vossa Alteza") ao governador e a Luiz Dias (3).

O provedor Antonio Cardoso, que consumira os anos de 1549 e 50 a instalar provedorias e alfandegas de Itamaracá e Olinda a S. Vicente e Santo Amaro, testemunhava a el-rei, na sua carta de 30 de Abril de 1551: a cidade proseguia "mui vazia de casas como de gente posto que cada dia se vão fazendo... a gente quererá Deus que venha... e lembro a Vossa Alteza que aproveita cá mais um homem casado que dez solteiros que os solteiros não procuram senão como se hão de ir e os casados como hão de enobrecer a terra e sustentá-la..." Agradecia a remessa dos escravos e das eguas e queixava-se dos desafôros dos francêses, que acabavam de incendiar a não de açucares de S. Vicente e perseguiram a de Jorge de Melo, filho de Vasco Fernandes. (4).

Tratando das rendas do bispado, que acabava de ser creado, isentava delas o governador — em 1552 — além do açúcar, da mandioca e do peixe, "o dízimo do algodão, por ser a principal cousa, e mais grossa,

(1) *Hist. da Col. Port.*, III, 361.

(2) *Hist. do Bras.*, p. 154. Cf. frei JABOATÃO, *Orbe Serafico*, estância VII.

(3) Carta de LUIZ DIAS, in Amaral, notas a Accioli, I, 300.

(4) Carta ms. na Torre do Tombo, cit.

de que os moradores viviam e tratavam, e que ao presente era mais que o açúcar..." (1)

A farinha continuava a obter-se dos índios, da gente de Caramurú na vila do Pereira, da tribo pacífica que tinha roças na enseada de Tatuapara (onde, pouco depois, se estabeleceria Garcia d'Avila) e mesmo da capitânia de Pernambuco. O algodão era fibra silvestre, que os cabôclos apanhavam pelos campos adentro, e traziam a resgate. Não necessitava como a mandioca — plantío paciente, áreas territoriais defendidas, multiplicidade de braços servís. Assim o páo de tingir — que por ser monopólio do Príncipe o Provedor-mór andára pela costa a arrebatrar das mãos dos particulares, que infringiam o Regimento, cortando e empilhando tóros...

Para que os engenhos florescessem era necessária providencia mais importante: a construção d'uma fábrica por quem pudesse e soubesse, para que a imitassem os demais. Mandou el-rei fazê-la em 1555. Foi tarefa de Mem de Sá.

GARCIA D'AVILA

Em 1552 já se instalára Garcia d'Avila na sua "torre de S. Pedro de Rates" e achava a terra, que se lhe concedera, "muito pouca e estreita para suas criações multiplicarem, e que tem já perto de 200 cabeças de gado, fóra porcos, cabras e eguas e não cabem nas ditas terras... e ser dos primeiros que vieram a esta terra a povoar", motivo porque, em 1 de Maio daquele ano, lhe deu o govêrno 2 legoas ao longo do mar nos

(1) *Doc. Hist.*, XXXVIII, 236.

campos de Itapoan... (1) Tomou depois em enfiteuse a sesmaria de seis legoas de conde de Castanheira (2). Foi assim que atingiu a enseada de Tatuapára, onde, logo em seguida, construiu casa forte de alevanaria com a melhor igreja — consagrada a Nossa Senhora da Conceição — que houve na Baía, segundo Gabriel Soares : a Torre de Garcia d'Avila.

A sesmaria de Tomé de Souza, de 1552, indicou-lhe o caminho de Sergipe e a conquista do nordeste que iniciaria, para ser completada por netos e bisnetos.

O Conselho e Camara da Baía, porém, antes que os particulares dispuzessem dos campos de Itapoan, obteve em 1552 sesmaria de tres lagoas ao longo do mar, e duas legoas adiante do Rio Vermelho, para "pastos baldios..." (3).

AS ORFÃS

"O ano seguinte de 1551 — regista frei Vicente — mandou el-rei outra armada, e por capitão dela Antonio de Oliveira Carvalhal (4) para alcaide-mór de Vila Velha, com muitas donzelas da rainha D. Catarina e do mosteiro das orfãs, encarregadas ao governador para que as casasse, como o fez, com homens a quem deu officios da republica e algumas dotou de sua própria fazenda" (5)

(1) *Livro do Tombo do Mosteiro de S. Bento da Baía*, 2.º ms. Essa torre de S. Pedro não é a de Garcia d'Avila (hoje conhecida com a designação de castelo da Torre, lamentavelmente em ruina). Ficava no "termo desta cidade" e distinguia-se da outra, donde fez *testamento* em 1609 : "torre de Tatuapara", cremos que ficasse junto da ermida de S. Pedro Velho mandada levantar pelo bispo D. Pero Fernandes, como diremos. Daí a estreiteza da terra, impropria para maior rebanho.

(2) *Testamento de Garcia d'Avila*, cit.

(3) *Anais do Arquivo Público da Baía*, VII, 10, Baía, 1923.

(4) Vd. Frei JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, p. 190. Carvalhal constituiu família na Baía; é tronco de uma das mais numerosas do país.

(5) *Hist. do Bras.*, p. 155.

Vinham sobretudo do Recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação, fundado em 1543, com capacidade para 21 orfãs, que deviam ser educadas para casar na Índia e no Brasil.

Sabemos de três outras remessas de meninas de boa qualidade para contrairem estado na Baía : em 1552, em 1553, em 1557.

Em 1552 vieram (notou frei JABOATÃO) as filhas de Baltazar Lobo de Souza, o da Índia : Joana, que se casou com Rodrigo de Argolo, provedor da alfandega (1), falecido no ano seguinte, e Maria, mulher de Francisco Bicudo, depois tabelião na cidade... (2).

Com Duarte da Costa, Clemencia Doria (aparentada com os ilustres Dorias de Veneza), Inês da Silva e Violante de Eça. Tiveram por maridos Sebastião Ferreira (o que morreu com o bispo), Cristovão Brandão e João de Araujo de Souza (3). Foram pessoas principais na terra e, como as anteriores, início de poderosas famílias do Brasil.

Em companhia de Mem de Sá chegaram mais seis : Ana de Paiva (mulher de Salvador da Fonseca, escrivão da provedoria em virtude do casamento) (4), Damiana de Góes, mulher de João Fernandes Coelho (5), Catarina Lobo, que desposou o fidalgo degredado Gaspar de Barros de Magalhães (6), Maria de Reboredo,

(1) Desde 21 de Junho de 1549, *Doc. Hist.*, XIV, 377. Baltasar Lobo de Souza (filho daquele?) combatia na Índia em 1557, FRANCISCO DE ANDRADA, *Crônica del Rei D. João III*, IV, 509.

(2) *Doc. Hist.*, XXXVIII, 9. Enganou-se o linhagista, dando Catarina Lobo como uma daquelas irmãs. Esta, como declarou, *Denunciações da Baía*, p. 404, era d'outro sangue ; e veio com Mem de Sá, em 1557.

(3) *Cat. Geneal.*, p. 177.

(4) Vd. *Doc. Hist.*, XXXVI, p. XIV (pref. de Rodolfo Garcia).

(5) *Hist. da Col. Port.*, III, 198.

(6) *Cat. Geneal.*, p. 395. De Gaspar de Barros descendem notáveis famílias baianas. Catarina declarou ser filha de Enrique Lobo e "uma das orfãs que el rei D. João mandou a este Brasil"...

consoziada com o escrivão de matriculas Antonio Lamego, Catarina Fróes, mulher de Francisco de Moraes, escrivão de defuntos, e Apolonia de Góes, cujo marido foi o contador de terras Damião Lopes.

A PRIMEIRA SÉ'

O vigario, Licenciado Manoel Lourenço, teve a sua tarefa facilitada pelos jesuitas, que — parece — fizeram para êle a igreja da Ajuda, também chamada “do Salvador”, por servir provisoriamente de Sé à cidade deste nome. Em carta para el-rei, de 3 de Agosto de 1550, “Manuel licenciatus” falava dos “dízimos desta Igreja que êste ano de 550 estão arrendados em 77 mil reais”, queixava-se de ter a Casa da Índia dado apenas “duas vestimentas muito velhas”, fornecendo-lhe os padres da Companhia “com muito trabalho uma vestimenta”, pedia livros d'estante e ornamentos, e, por ser “o primeiro que vim oferecido aos primeiros trabalhos”, requeria o logar de deão. (1) A Sé já se referia Nobrega, em 9 de Agosto de 49: não lhe convinha situar o colégio “muito junto da Sé, e duas igrejas juntas não é bom” (2). Não esclarecem os documentos se era a propria Ajuda (“Sé de palha”, como lhe chamaram) ou outra, de que não se contentou, em 1552, o prelado, tanto que imediatamente mandou abrir os alicerces da Sé de pedra e cal. O fáto é que, ao chegar o bispo, não abonava o requerimento do licenciado, antes o reprovava, acusando-o: “O vigario que cá achei quizera-o prover do chantrado, mas por estar embaraçado com dous beneficios curados e não ter dispensação para mais o não confirmei. . . é pouco sufficiente e cor-

(1) *Hist. da Col. Port.*, III, 360.

(2) *Cartas do Brasil.*, p. 63

rente nos officios da Igreja, ainda que é pouco latino, acho por informação que é muito ambicioso e mais que-rencoso de ajuntar fazenda que inclinado ás cousas da Igreja e é cousa notoria e sabida de todos ter muito parentesco de ambas as partes com a gente nova e tanto por esta vai como por ser muito cobiçoso nem é nada de minha arte e comtudo dissimulei-lhe suas vacas e bois e grangearia que tem..." (1)

O padre Manoel Lourenço — a quem, catolicamente, não censuram os jesuitas no seu espistolario — sofreu a mesma influencia deleteria da ganancia, dos costumes desabridos, do "ar local", que arrasavam a reputação de outros clérigos. Além disso, tinha sangue judeu...

POLICIAMENTO DA COSTA

Em pé os muros da Baía, mandou imediatamente o governador a Pero de Góes correr a costa com a armada, levando a S. Vicente o provedor mór e o ouvidor geral, que pelas várias capitânicas veriam as cousas del-rei. Tinha começado em Pernambuco, em Agosto de 49. Um e outro cobraram as dízimas atrasadas, apuraram responsabilidades, amedrontaram delinquentes. Para as autoridades feudais, até então irrestritas, representavam fazenda e justiça da corôa, que não perdoavam fâcilmente. Mais se doeria delas Duarte Coelho, cujos atrasos nas contas de Sua Alteza estavam justificados pela criação e defesa da Nova Lusitania...

Foi na volta, que Pero de Góes topou em Cabo Frio com os corsarios francêses. Mas não logrou tomar a

(1) Carta do bispo, 12 de Julho de 1552, *Hist. da Col. Port.*, III, 364. O vigario afastou-se um ano de sua Sé, indo a Portugal, em 1553, *Doc. Hist.*, XXXV, 168. Foi então substituido pelo padre Luiz Dias. A partir de 1556 o vigario foi João Lourenço, CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 320. A este se referem as *Denúncias*, de 1591, p. 501. Foi demittido do seu curado por "feios crimes" em 1563, *Doc. Hist.*, XXXVI, 192.

não inimiga, já pela sua resistencia desesperada, já por se lhe ter escapado uma de suas caravelas, a de Cristovão Cabral, que a vespas do combate se separou, indo ter ao Espírito Santo. Tomé de Souza louvou o capitão-mór e puniu Cristovão Cabral confirmando a destituição a que o condenou Pero de Góes. Quanto à presença da nave contrabandista, o donatario do Paraíba diz que eram muitas “no Rio de Janeiro, onde já se não ousava ir com elles...” (1) Adivinhava a próxima aventura de Villagaignon.

Fiscalizada a costa meridional, lançou o governador os olhos para a do norte, fazendo aprontar um bergantim, embarcando nêle Miguel Henriques, “criado de V. A., homem honrado e pera todo cargo” e Pedro Rebello (2) “patrão da ribeira desta cidade e homem que ha dez anos sabe esta costa e serve nela de piloto”. Partiu a galé a 5 de Novembro (1550) a sondar a barra dos rios, explorar o litoral e ver se encontrava indícios de minas de oiro (“pois esta terra e Perú é tudo um”), até Pernambuco.

Trouxera a caravela “Galga” algum gado vacum (3). Encheu-a de madeira de tinta e mandou troca-la em Cabo Verde por bois e vacas, de que tanto se carecia no Brasil.

Para compensar êsses frutuozos trabalhos, havia más noticias... O galeão São João, de Simão da Gama, quando tornava ao reino “se desfez em Pernambuco”. Não havendo geito de salva-lo, desmancharam-no para

(1) Cartas de Pero de Góes e Tomé de Souza, de 1551, *Hist. da Col.*, cit. Cristovão Cabral viêra comandando um dos navios da armada de Tomé de Souza, provisão in *Doc. Hist.*, XXXV, 18. Na sua carta de 13 de Julho de 1551, Luiz Dias conta: “... este ano de 50 se perderam 5 ou 6 navios com os que tomaram os francêses...”.

(2) Pedro Rebello era falecido em 1552. Prov. real de 13 de Fevereiro de 53 nomeou para substituí-lo na Ribeira da Bafa ESTEVÃO LOPES DA GRAM, *Doc. Hist.*, XXXV, 190.

(3) Galga, não Galéga. Com aquele nome havia em 1549 uma caravela na armada do Estreito, FRANCISCO DE ANDRADA, *Crônica del Rey D. João III*, IV, 173.

aproveitar os metais, as bombardas e as munições, em Olinda e Itamaracá. (1).

“Todos se me escusam que não têm mulheres com que casem — continúa o jesuita — e conheço eu que casariam se achassem com quem; em tanto que uma mulher ama de um homem casado que veiu nesta armada, pelevavam sobre ela a quem a haveria por mulher, e uma escrava do Governador lhe pediam por mulher e diziam que lha queriam forrar. Parece-me cousa mui conveniente mandar Sua Alteza algumas mulheres que lá têm pouco remedio de casamento a estas partes, ainda que fossem erradas, porque casarão todas mui bem, com tanto que não sejam tais que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo. E digo que todas casarão mui bem, porque é terra muito grossa e larga...” (2) Ameaçando de pôr fóra da igreja “um que veiu nesta armada”, por ter índia cristã a seu serviço, “ninguem de que se presume mal merca estas escravas”. As penas canônicas, porém, deviam ser ministradas pelo vigário. Que el-rei mandasse bispo para governar o espiritual, com sufficiente autoridade para sobrepôr-se aos clérigos (os missionários accusam duramente os padres seculares isolados entre o gentio das capitâneas) e disciplinar o povo...

D. João III teve ouvidos solícitos para essas supplicas.

MENINOS DE LISBÔA

“Logo em o ano seguinte de 1550 — regista frei Vicente — mandou el-rei outra armada com muita gente e provimento, e por capitão-mór dela Simão da Gama de Andrade, em o galeão velho muito afamado” (3).

(1) Vd. *Doc. Hist.*, XXXVIII, 219.

(2) *Cartas do Brasil*, p. 80.

(3) *Hist. do Bras.*, p. 154. Simão da Gama, bemfeitor da Misericórdia da Bafa, teve sesmarias na cidade e seu termo em 1552 e em 1562. Livro de Sesmarias da Bafa, *Publ. do Arquivo Nacional*, XXVII, 8, Rio 1931.

Era o galeão S. João Batista, que saíu do Tejo em 7 de Janeiro, conduzindo quatro padres jesuitas — Afonso Braz, Francisco Pires, Salvador Rodrigues, Manoel de Paiva — e sete orfãos, dos que o padre mestre Pero Domenech recolhera ao Colégio dos Meninos Orfãos de Lisbôa (fundado em 1549), “moços perdidos, ladrões e máos, que aqui chamam patifes” (1). Na Baía, foram os primeiros discípulos dos missionários, aplicados a atrair a juventude indigena, e à mamaluca que precisava ser suggestionada com êsse exemplo. Tomé de Souza (21 de Outubro de 50) deu aos jesuitas uma sesmaria na baixada, ao pé do sítio onde primeiro tiveram colégio (Monte Calvario), chamada “Agua de Meninos” por se destinar ao alimento dêles (2). Como trataram logo de fazer a sua roça, ou “cerca”, ficando ela á beira da cidade, seguramente foi a primeira, e a mais rendosa quinta que aí se grangeou. Pouco depois os padres se transferiram do alto do Carmo, onde estavam longe, e mais desamparados, para o perímetro urbano, uma rua adiante da Sé do bispo, onde se estabeleceram afinal. Na rampa e sopé dessa montanha cultivaram outra “cerca”, preciosa pela multiplicidade de arvores exóticas, de plantas úteis e essências, assim do oriente como da Europa, que experimentaram, exploraram e propagaram, em proveito dos moradores, que, por intermédio dêles, tiveram com que começar os seus pomares. (3).

(1) P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, I, 36.

(2) SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 34.

(3) Deve ser desta epoca o plantio das arvores de fruto que transfiguraram a paisagem brasileira. Os coqueiros, cujos palmares dêram á costa do norte a sua fisionomia inconfundivel, foram trazidos de Cabo Verde, de Ceilão e da India depois de 1560 ou 70. Já então os portuguezes contribuíam para “modificar profundamente a face biologica do globo...” AMERICO PIRES DE LIMA, *A Historia Natural e o Ultramar*, p. 3, Porto 1936. Gabriel Soares diz: “As palmeiras que dão os côcos, se dão na Baía melhor que na India...” (Vd. tambem F. C. HOEHNÉ, *Botanica e Agricultura no Brasil do seculo XVI*, p.184, S. Paulo 1937). As laranjeiras chegaram de Espanha e da Asia e a sua cultura devia ter sido incrementada graças á descoberta de Vasco da Gama, cuja tripulação se livrou do escorbuto em Melinde chupando, ao acaso, as laranjas que encontrou. Exóticas são as mangueiras, o cravo da India, o jambelro, as bananeiras com ex-

Não continuou a educação dos orfãos, que este não era o proposito da Companhia. A catequese e o ensino dos meninos da terra foram o seu duplo apostolado, que irradiou da Baía, no mesmo ano da chegada — sem se deter em nenhum obstáculo.

D. PERO FERNANDES SARDINHA

A fundação do bispado da Baía, logo após a do Estado com a expedição de Tomé de Souza, foi medida que afirmou a resolução real de povoar definitiva e solidamente o Brasil.

E' crêr que, apenas recebida a carta de Nobrega, em que se mostrára a necessidade disto, mandasse el-rei — em carta ao Papa, de 31 de Julho de 1550 — solicitar da Santa Sé a criação da diocese e a nomeação para ela do Doutor Pero Fernandes Sardinha, que acabava de ser provisor e visitador geral em Gôa, práctico, portanto, dos assuntos de ultramar, embora homem de idade, e chamado para comissões mais notáveis pela profundeza de seus estudos.

O Sumo Pontifice deferiu o pedido, pela bula "Super specula militantis ecclesiae", de 25 de Fevereiro de 1551; e foi provido na diocese aquele teólogo.

Pero Fernandes nascêra em Evora, talvez em 1495, pois o governador Duarte da Costa lhe atribuiria a idade de sessenta anos. Foi discípulo do Dr. Diogo de Gouvêa, em Paris, onde leu teologia, e assim em Salamanca e Coimbra. No "Agiologio Lusitano", Jorge Cardoso "diz que estudára em Paris aonde foi Lente de Teologia, e assim mesmo em Salamanca e Coimbra

ção da "pacova" (Vd. A. DE CANDOLLE, *L'Origine des plantes cultivées*, p. 372, Paris, 1896 e nossa *Hist. da Civ. Bras.*, p. 125 nota). As cêrcas dos jesuitas foram pródigas em frutas européas sobretudo em S. Paulo e na Baía.

muitos anos". Sandero, com louvôres ao teologo notou a sua presença em Paris em 1528, e que ali "seu irmão Alvaro Gomes escreveu em favor do casamento de Catarina Rainha de Inglaterra..." Francisco Leitão Ferreira, porém, autor do "Alfabeto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra desde 1537 em diante", nota, entre os de Teologia: "Pedro Fernandes Sardinha, Lente de Teologia na Universidade de Paris, e de Salamanca: e depois o primeiro Bispo do Brasil. Dêle escreveu Jorge Cardoso no seu Agiologio a 25 de Fevereiro; e o faz também Lente em Coimbra, o que não consta pelos Livros da Universidade, mas somente que o foi seu irmão Alvaro Gomes" (1)

Partiu o "bispo do Salvador" (assim se assinou em carta do Cabo Verde, 11 de Abril de 52) a 24 de Março, com a armada que Fernão Soares d'Albergaria que ia para a Índia; e chegou a destino em 23 de Junho, com toda "a não e gente de saúde", como se apressára Nobrega em avisar para o reino. (2)

Logo a 9 de Julho pagou-se "a Pero de Góes capitão mór do mar quarenta mil réis em dinheiro que lhe eram devidos das suas casas, que lhe foram compradas por Sua Alteza para aposento do Bispo desta Cidade, em parte de pago dos oitenta mil réis, por que foram compradas..." (3) Seriam as melhores do lugar, e na rua, adiante do Hospital, por isso chamada "do Bispo", mesmo depois da construção — em 1700 — do palacio arquiiepiscopal ao lado da Sé da Baía.

De sua epistola de Cabo Verde, em que estranhara a dissolução dos costumes e reparara a falta de pastor

(1) *Alfabeto dos Lentes*, p. 339, Coimbra, 1937. BARBOSA MACHADO, *Bibl. Lus.*, 2.ª ed., III, 568. E' Pedro Fernandes de Evora, cf. JULIO DANTAS, *Hist. da Col. Port.*, I, 24, ou simplesmente Pedro Sardinha, do Padre FRANCISCO DE SANTA MARIA.

(2) GARCIA, nota a Varnhagen, I, 333.

(3) *Doc. Hist.* XXXVII, 41. Carta del-rei, de 22 de Setembro de 1552, cit. por JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, mandava que o governador fizesse casas para o bispo "mais perto que puder ser da Sé"

que os disciplinasse, resalta o caráter ativo e energético, senão intransigente e combativo, do letrado bispo. Queria andar em boas falas com os jesuitas; porém vinha resolvido a fazer-se ouvir, e respeitar.

No princípio, tudo lhe correu à feição. Governava Tomé de Souza, amigo dos padres; e o bispo tinha de cuidar, sem perda de tempo, de fazer a sua igreja-catedral. Para ela (em 10 de Agosto de 52) obteve do Provedor-mór “todos os ornamentos, e cousas de Igreja assim de prata, como de tudo mais do serviço da dita Sé” (1). Mas a capela em que oficiava o vigário não bastava. Devia-se fazer sobre os barrancos, em sitio defendido do mar e a poucos passos da “praça da Câmara” e da Cadeia, a Sé de pedra e cal. Em 5 de Setembro, pagou o Provedor “a Pero de Carvalhaes pedreiro 9\$380 em dinheiro, que lhe eram devidos de quarenta e nove braças e meia de alicerces que abriu para a Sé desta Cidade... conforme a seu contrato medidas por Luis Dias Mestre das ditas Obras” (2), que portanto, lhes déra o risco. Esta, a Sé descrita por Gabriel Soares (1587): “situada com o rosto sobre o mar da Baía, defronte do ancoradouro das náos, com um tableiro defronte da porta principal, bem a pique sobre o desembarcadouro, donde tem grande vista. A igreja é de três naves, alta e bem assombrada, a qual tem cinco capelas muito bem feitas e ornamentadas, e dous altares nas hobreiras da capela-mór. Está esta Sé em redondo cercada de terreiro, mas não está acabada da torre dos sinos e da do relógio...” (3)

Sabendo-se, aliás, que foi refeita a partir de 1635, na grandêza e majestade que lhe vimos (desgraçadamente demolida em 1933) — o testemunho de frei Vi-

(1) *Doc. His.*, XXXVIII, 65.

(2) *Ibd.*, p. 78. Pedro de Carvalhaes foi nomeado mestre das obras da cidade em 22 de Julho de 1552, *Hist. da Col. Port.*, III, 364.

(3) *Roteiro do Brasil.*, p. 120.

cente do Salvador se refere à da fábrica primitiva. Diz que em 1625, quando os holandeses ali tinham bateria, uma bala portuguesa “passando a parede da capela de S. Joseph, levou as pernas a quatro...” (1) Os muros deviam ser de pouca espessura, senão ainda de taipa rebocada, para tão fãcilmente os varar o pelouro dos sítiantes.

Para as dignidades de sua Igreja, indicou o bispo: “um padre virtuoso e letrado que prega nesta cidade e se veiu comigo do reino”, para deão (dous anos depois, seu desafeto, completava a informação: “um Gomes Ribeiro frade que foi de São Domingos que eu quizera prover de deão...” (2) Para arcediago, dispensando-se o mestre da capela que com êle viera, e pretendia voltar — “um Francisco de Vacas muito grande musico e cantor que ha muitos anos que por sua vontade veiu a estas prtés...” (e em 1554: “um Francisco Vacas que eu tinha provido de chantre...” (3). Conêgos: João de Varzoa, Martim Soares, irmão do Vigario da cidade, Sebastião Pereira (4), mais tarde Alvaro Antunes, que preferia a Índia às desvantagens de sua prebenda (5) — porque, como reparou Gabriel Soares — os clérigos fugiam dela por vencer menos que qualquer capelania de engenho (6); e outros cujos nomes não cita, quando se lastimava de os ter em desobediencia, insubmissos... (7).

(1) *Hist. do Bras.*, p. 571. Segundo frel Agostinho de Santa Maria, iniciada pelo primeiro bispo, a Sé foi continuada por D. Marcos Teixeira (1622-24), mas “tão grande e tão magnífica”, os successores proseguiram a obra... (*Santuário Mariano*, IX, 23, Lisboa, 1722).

(2) *Hist. da Col. Port.*, III, 368. “Pero Gomes Ribeiro Deão da Sé desta cidade do Salvador Procurador do Bispo e Cabido”, diz o Provedor-mór, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 103.

(3) *Hist. da Col. Port.*, III, 364 e 368; provisão, in *Doc. Hist.*, XXXV, 155

(4) *Doc. Hist.*, XXXV, 131.

(5) Carta de Pedro Rico ao bispo, *Hist. da Col. Port.*, III, 360.

(6) *Roteiro do Brasil*, p. 120.

(7) Carta de 11 de Abril de 1554, *Hist. da Col.*, III, 368. Nobrega, *Cartas do Brasil.*, p. 193: “... E trouxe consigo (o bispo) uns clérigos por companheiros que acabaram com seu máo exemplo e mal usarem e dispersarem os Sacramentos da Igreja de dar com tudo em perdição”.

XI

A VIAGEM PROVIDENCIAL DO GOVERNADOR

Tomé de Souza, valendo-se da presença do bispo, de Felipe Guillen a quem, “por ser o mais velho na terra”, confiou os assuntos de justiça da Baía, e da normalidade em que a deixava, embarcou na armada de Pero de Góes para correr a costa. Compunha-se de uma não e duas caravelas (1), carregadas do material que devia ser distribuído pelas feitorias, sobretudo armamento para as fortificações que se fizessem, segundo o regimento que trouxera. O padre Nobrega aproveitou a viagem para passar a São Vicente, vendo, pelo caminho, as casas da Companhia e os resultados que lhes sorriam.

A visita do “bom governador” (é do bispo o elogio) às capitânicas do Brasil, depois da viagem de inspecção e organização administrativa de Antonio Cardoso, tinha a vantagem de as aperceber para a resistencia contra estrangeiros e índios, e resolver-lhes os problemas mais urgentes, para que não desmedrassem à mingua de socôrro. Assim entendia êle o seu ofício. “... O governador geral — dizia a el-rei, no seu regresso — não deve ter logar certo, senão residir onde lhe parecer que

(1) Carta de Tomé de Sousa, de 1 de Junho de 1553, *Hist. da Col. Port.*, 111, 364. A 26 de Outubro de 1552, Pero Garcia, feitor da “armada da costa em que ia o governador”, recebia resgates e armas para a viagem, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 91.

A não chamava-se S. João (*ibid.*, 112), e as caravelas, Leão e Rainha (*ibid.*, 114).

A chegada de Guillen refere-se Luis Dias na carta de 13 de Julho de 1551: “Pero de Góes com um astrologo... que se chama Felipe Guilhen”.

há mais necessidade dêle”. Não se detinha em considerar que os capitães-móres eram independentes. Representante da corôa, seu logar-tenente no Brasil, submetia-os à sua autoridade como zelador e arbitro das providencias que aparelhariam a colonia para bem se povoar. Os recalcitrantes soffriam o castigo del-rei; ninguem poderia contrariá-lo, sem cartas de Sua Alteza que isto permitissem. . .

Foi assim em Ilhéos.

ILHÉOS

Vimos a governar essa capitania, “que é a melhor cousa desta costa pera fazendas e que mais agora rende pera V. A.”, na frase de Tomé de Souza, o castelhana Romeiro. Retirara-se Guillen, a chamado do governador geral, para a Baía. O filho de Jorge de Figueiredo, donatário, nomeára (carta de Almeirim, 26 de Setembro de 1551) alcaide mór da capitânia a Sebastião Martins, morador nos Ilhéos (1). Tomé de Souza (que allí se achava em Novembro de 52) não o supportou: “os que agora servem de capitães não os conhece a mãe que os pariu e eu agora tirei um da capitânia dos Ilhéos. . . por ser cristão novo e acusado pela Santa Inquisição e não ser para o tal cargo em modo algum o qual mandou o filho de Jorge de Figueiredo que Deus haja e provi de capitão um homem honrado e abastado e de bôa casta que vive na dita capitânia e que sirva emquanto V. A. não provêr; o capitão da terra é João

(1) VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 223. Em 21 de Novembro de 1552, já o governador dava ordem a João Gonçalves Dormundo para pagar ao loco-tenente do capitão destituído, Francisco Lopes Raposo, o que se lhe devia, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 102. Na mesma data se comprava allí uma vela para a armada, *ibid.*, 102. Estava então em Ilhéos o governador. Parece ser filho do espanhol Romeiro Jaime Romeiro, que lhe vendeu outro pano de navio, *ibid.*, 105.

Gonçalves Dormundo, que é fidalgo e da cóta d'armas por uma provisão de V. A." (1)

"Todas as vilas e povoações de engenhos desta costa fiz cercar de taipa com seus baluartes..." — conclúe Tomé de Souza.

Alí já tinham estado os padres Leonardo Nunes, Nobrega e irmão Diogo Jácome. O colégio da Companhia, de que fala Pero de Magalhães Gandavo, só poudo ser principiado em 1563. (2)

PORTO SEGURO

Continuou o governador viagem para Porto Seguro, onde missionava com muito proveito o padre Azpicuelta Navarro. O que de mais importante aí apurou (Dezembro do mesmo ano) foi a noticia de minas de ouro. Felipe Guillen já o apregoára, na carta que escreveu a el-rei em 20 de Julho de 50 : "... março passado vieram a Porto Seguro negros (índios) dos que vivem juntos de um gran rio, além do qual dizem que está uma serra junto dêle que resplandece muito e que é muito amarela... E com esta nova esteve toda a gente de Porto Seguro demovida ou a mais dela para o irem buscar, todavia não ousaram sem o fazer saber a Tomé de Souza : êle me demandou meu parecer, eu lhe disse e dei por escrito os itens do que me parecia que devia mandar e fazer para se melhor achar e com menos perigo e despesa, emtanto que o tempo de verão se chegava para poderem ir". Adoeceu, porém, dos

(1) Como Dormundo teve ordem, para como Provedor, pagar "a Afonso Alves Furtado Provedor que fôra da dita Capitania", 21 de Novembro de 52, pôde ser este o capitão substituído, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 104. A prov. de Dormundo tem a data de 18 de Novembro, *Doc. Hist.*, XXXV, 157.

(2) *Tratado da Terra do Brasil*, ed. Clássicos Brasileiros, p. 30, Rio. E. P. SERAPIM LEITE, *Hist. da Comp.*, 1, 190.

olhos, e o governador, em Porto Seguro, “ordenei doze homens e um clérigo irmão da companhia de Jesus com êles e estão para entrar pela terra firme pela via de Porto Seguro...” (1).

EXPEDIÇÃO DE ESPINOSA

A expedição chefiada pelo castelhano Francisco Bruzza de Espinosa e pelo padre Navarro, entrou realmente os sertões à procura daquele grande rio, que julgamos ser o de São Francisco.

O Padre, dando noticia da aventura — a 24 de Junho de 1555 — declara : “Passa de ano e meio que por mandado do nosso Padre Manoel da Nobrega ando em companhia de doze homens cristãos que por mandado do capitão entraram pela terra dentro a descobrir se havia alguma nação de mais qualidade... Entramos pela terra dentro 350 legoas, sempre por caminhos pouco descobertos... Mais de três mezes fomos por serras mui húmidas e frias...” (2).

Sabemos que o cabo da “entrada” era o espanhol, por provisão de Mem de Sá, de 24 de Dezembro de 64, que assim diz : “Francisco Bruzo de Espinhoso (sic) castelhano, por ser grande língua e ómem de bem e de verdade e de bons espíritos falara e se concertara com êle (governador) para ir descobrir as ditas minas, e nesse tempo succedeu ir-se para o reino e veiu D. Duarte da Costa por capitão da dita cidade e Governador geral destas partes do Brasil, o qual outrosim por esta causa mandára ao dito Francisco Bruzo de Espinhoso com doze homens por terra dentro, o qual achara muitas infor-

(1) *Hist. da Col. Port.*, III, 360 e 366.

(2) Cf. nossa *Historia das Bandeiras Baianas*, p. 35; BRAZ DO AMARAL, notas a Accioli, I, 404...

mações boas de haver entre o gentío ouro e prata e por ser a gente pouca não fôra mais pela terra dentro que duzentas e tantas legoas e a não acabaram de descobrir”. (1).

ESPÍRITO SANTO

“O Espírito Santo — resumiu Tomé de Souza — é a melhor capitânia e mais abastada que ha nesta costa mas está tão perdido, como o capitão dela que é Vasco Fernandes Coutinho, eu o provi o melhor que pude, mas V. A. deve mandar capitão ou Vasco Fernandes que se venha para ela, e isto com brevidade”.

A 12 de Dezembro na vila de Victoria, a 16 de Janeiro estava o governador em S. Vicente. (2).

Para o Rio de Janeiro tem palavras próprias. “Tudo é graça”, descreve, com olho profético, deslumbrado pela natureza, certo de que era lugar para “uma povoação honrada e boa porque já nesta costa não ha rio em que entrem os francêses senão neste e tirão dele muita pimenta”. . . E achou S. Vicente e Santos em situação folgada.

SÃO VICENTE

Se bem que os do porto de Santos quizessem ser a única vila em prejuizo da que fundára Martim Afonso, recebeu o governador melindrar o donatário, limitou-se a recomendar a defesa da povoação de Braz Cubas, como a de maior interesse em virtude da abri-

(1) CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 338; e *Doc. Hist.*, XXXVI, 147. Vd. Anchieta, Carta de Julho de 1554, *Cartas Jesuíticas*, III, 69, notas de Antonio de Alcantara Machado. E *Doc. Hist.*, XXXVIII, 116 (ordem de 8 de Março de 1553). Aparecem aí os nomes de Espinosa, Megera (castelhanos) e Manoel Ramalho. Este último foi pae do conêgo da Sé Jácome de Queiroz, *Denunciações da Baía*, 1591, p. 399.

(2) *Doc. Hist.*, XXXVIII, 110.

gada das náos, e tratou de erigir duas novas vilas, Santo André da borda do Campo e Conceição de Itanhaen.

Santo André já existia. "... Porque onde a situei estava uma ermida deste apóstolo e fiz capitão dela João Ramalho..." Por ordem sua foi cercada ("moradores que estavam derramados por o dito campo e os ajuntei e fiz cercar e viver em ordem"), entregue de novo à autoridade do patriarca de Piratininga, pósta em condições de aparar qualquer surprêsa das tribus do planalto. A vila de Conceição ("ao longo do mar") tinha a vantagem de ser outra guarida sobre o litoral. "De S. Vicente até o rio da Prata — advertiu Tomé de Souza — estavam algumas armas de Castela em algumas partes, mandei-as tirar e deitar ao mar, e pôr as de V. A."

A vida em S. Vicente, é certo, não sofrêra como alhures a perversão dos costumes, a indisciplina de colonos perfidos, devassidão e crimes que sobretudo estragaram as capitâneas sem energicos donatários. A bôa gente que trouxêra Martim Afonso, os capitães que lhe sucederam, a presença de Ramalho na "borda do campo", a proximidade de castelhanos, que trazia a terra alvoroçada, a lavoura de canas, a austeridade de Braz Cubas, justificavam o elogio que lhe fez o padre Nobrega: "é a mais sã de todas". O padre Leonardo Nunes, com efeito, chegara, em princípios de 1550, com dez ou doze meninos: e instalou o primeiro collegio da Companhia, transferido quatro anos depois para o altiplano. (1) Á vinda do governador, eram oitenta as pessoas que no colégio viviam em próspera comunidade. Como fizera na Baía, fundou Nobrega (2 de Fevereiro de 53) o Colégio dos Meninos de Jesus de S. Vicente.

(1) P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, I, 252.

OS CASTELHANOS SOCORRIDOS

Por esse tempo se sabia alí da perda d'uma expedição espanhola na Laguna dos Patos, e despachou Tomé de Souza, para tomar os sobreviventes, alguns de nobreza conhecida, um navio, em que embarcou também o benemerito Leonardo Nunes, chamado pelos índios "Aberê-bêbê", *Padre Voador*, tão depressa andava nos seus trabalhos de catequese.

A narrativa do governador é dramática : sessenta eram os naufragos, dos quais quasi metade mulheres, (1) entre estas a do governador Fernando de Saraiva (sic), que morrêra, "e suas filhas e parentes em que eram nove ou dez mulheres fidalgas afóra outras..." Os índios, vendo-os parecidos com os portugueses, não lhes fizeram mal e correu a S. Vicente o "capitão daquela campanha que se chamava João de Salazar que foi criado do duque d'Aveiro a quem fez deitar o hábito de Santiago" — clamando por auxilio.

A história tragico-marítima dos castelhanos de Patos punha de novo em contacto com os acontecimentos da bacía do Prata a colonização portuguesa de S. Vicente. Saíra Salazar de San Lucar com uma não e duas caravelas em 1550, rumo de Buenos Aires : era cavaleiro da ordem de Santiago, desde 1535 militava nas possessões sul-americanas de Carlos V, co-fundador de Buenos Aires e Assunção. A não, apartada das caravelas, sofreu durante a travessia a agressão de corsarios francêses, que a roubaram, de modo que aproou para Santa Catarina com a tripulação quasi morta de fome. Alí já estava uma das caravelas ; desembarcaram, bem recebidos dos selvagens, e á procura de melhor

(1) Vd. *Doc. Hist.*, XXXV, 344. Chegaram a Santa Catarina 80 homens e "40 mujeres doncellas y niños", cf. ENRIQUE DE GANDIA, *Boletín de la Junta de Hist.*, y *Num. Americana*, VIII, 128, Buenos Aires, 1936.

sítio para pousar, na expectativa de noticias de Assunção do Paraguai se instalaram no porto de S. Francisco. Mas a pobreza se lhes agravára com a discórdia, cindindo-se em grupos, o que apoiava a chefia de Salazar, e o do partido do capitão Hernando de Trejo.

Foi então que Salazar aprestou um bergantim e, com alguns companheiro, partiu a imprecar a ajuda dos de S. Vicente. (1)

Havia aí quem o conhecesse : Antonio Rodrigues,, português que viéra à America com D. Pedro de Mendoza e João de Salazar em 1535, que passára as fômes de Buenos Aires (que Schimidel cruamente narra) e ajudára a fundar Assunção do Paraguai, que fôra até o Perú, certificando a facilidade das comunicações entre os rios que confluem para o Atlantico e as terras altas do ouro e da prata — e depois, cansado de sua vida aventureira, caminhára das terras dos carijós para S. Vicente para embarcar e repatriar-se. Alma religiosa, ouviu Nobrega, tomou-lhe as lições, descobriu a sua vocação de missionario e entrou para a Companhia de Jesús. Em 31 de Maio de 1553, ainda de S. Vicente, escreveu um resumo de sua experiência americanista : a Salazar chama de “muito capaz na guerra” (2)

E' possível que Antonio Rodrigues informasse o governador sobre a identidade do castelhano e propiciasse a sua missão entre os vicentinos. Tratava-se de um bom capitão !

No navio português se transferiram todos para a vila : Trejo, D. Mencia Calderon, a heroica viuva de

(1) R. DE LAFUENTE MACHAIN, *Conquistadores del Rio de la Plata*, p. 565.

(2) P. SERAFIM LEITE, *Páginas de Historia do Brasil*, p. 127. A' pesquisa do historiador português devemos o conhecimento dessa grande figura de desbravador. Não a entreviu com nitidez LAFUENTE MACHAIN, *op. cit.*, p. 522.

— Salazar, ao contrário, diz mal dos moradores. Suplicava ao rei, em 25 de Junho de 53, de Santos : “que no nos quedemos olvidados en esta tierra, donde la mayor parte de los que en ella viveu son malhechores desterrados de Portugal”. (E. DE GANDIA, *Boletín*, cit., VIII, 130).

“adelantado” Juan de Sanabria, suas filhas, Maria e Mencia, desposadas pelos capitães Hernando de Trejo e Cristóbal da Saavedra, D. Isabel de Contreras, mulher do capitão Becerra, que logo enviuvou, casando-se em seguida com João de Salazar... A filha dessa senhora, Elvira Cortreras, casou-se com Ruy Dias Melgarejo, fugido do Paraguai, que depois a matou por ciumes. Em S. Francisco nascera ao capitão Trejo um filho, que seria famoso: frei Hernando de Trejo y Sanabria, bispo de Tucuman, fundador da Universidade de Córdoba!

Queixam-se que o governador geral, se bem que os agasalhasse, impediu-lhes qualquer comunicação com o Paraguai, preferindo por isso a viuva de Sanabria e os de sua parcialidade voltar a S. Francisco, donde, por terra, se passaram para Assunção. Salazar adótou o mesmo alvitre, de parceria com Cipriano de Góes, doze castelhanos, seis portuguezes e suas mulheres e filhas, através de Guayrá. Chegaram a Assunção em Outubro de 1555. O gado que transportaram foi o primeiro que lá entrou. (1).

Aliás a proximidade de Buenos Aires (o Cerro Rico de Potosi fôra descoberto em 1545) animava então o mercado de Santos e já não havia duvidas sobre o fácil acesso do Paraguai, pelos campos povoados de índios brandos e conversaveis. “... Os de S. Vicente (é Tomé de Souza quem escreve) se comunicavam muito com os castelhanos e tanto que na alfandega de V. A. rendeu este ano passado cem cruzados de direitos de cousas que os castelhanos trazem a vender”. (2) Por-

(1) Vd. CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 290, Luiz de Góes, pae de Cipriano, morreu de desgosto. Sobre a importância da expedição, RUY DIAZ DE GUZMAN, *La Argentina*, e RICARDO LAVENE, *Investigaciones acerca de la Historia Económica del Virreinato I*, 184, La Plata, 1927. Sobre o problema da prioridade do gado de S. Vicente, ORLANDO WILLIAMS ALZAGA, 2.º Congr. Int. de Hist., III, 183, Buenos Aires, 1938.

(2) *Hist. da Col. Port.*, 111, 366.

tuguêses, por sua vez, iam arrebanhar escravos índios nas regiões espanholas. Salazar (em carta de S. Vicente, 30 de Junho de 53), acusa o capitão Domingo de Irala de vender esses escravos aos vicentinos, “juntamente com Felipe de Cáceres y Antón Cabrera... y Andrés Fernandez et Romo... y Dorantes, factor...” (1).

A BERTIOGA

A fortaleza da Bertioga foi a principal medida de natureza militar que tomou o governador geral em S. Vicente. Já os moradores a tinham começado, a cinco legoas de S. Vicente, “na boca do rio por onde os índios lhe faziam muito mal” (diz Tomé de Souza): mas, com a vista, “a ordenei e acrescentei d’outra maneira que pareceu a todos bem...”

Por alí se escoavam, entre Santo Amaro e a terra firme, as tribus ferozes de Ubatuba, que não perdoavam aos cristãos nem deixavam de inquiêta-los com os seus ataques de surpresa. Primeiramente, para os evitar, se fizera uma casa forte de páo a pique, que Diogo de Braga e cinco filhos defenderam com denôdo. Hans Staden fala-nos dessa primitiva Bertioga, da sua tomada pelos índios; da reconstrução, com alguma artilharia, e da transformação que teve ao chegar Tomé de Souza. “Fizeram a casa de pedras (continúa o alemão), puzeram dentro alguns canhões e ordenaram-me que zelasse bem da casa e das armas”.

(1) ENRIQUE DE GANDIA, *Las Misiones jesuíticas y los banderantes paulistas*, p. 16, Buenos Aires, 1936. Em 1556, Antonio de la Trinidad se referia a um Fariña, de S. Vicente, e Diogo Dias, portuguezes, que levaram escravos do Paraguai para aquela capitania.

Como viéra a estas plagas segunda vez o bombardeiro de Homberg?

Partira em 1549 de Sevilha, numa armada que se destinava ao Rio da Prata. Comandava-a Juan de Salazar, (1) por morte de Juan de Sanabria.

De fáto, Hans Staden veiu na expedição que se malogrou em Santa Catarina, e, com Salazar, achou acolhida generosa em S. Vicente, onde “um alemão de nome Heliódorus Hessus, filho de Eobanus, falecido”, caixeiro do engenho de José Adorno, o socorreu (2). Contratou então, por quatro meses, os seus serviços de bombardeiro no reduto da Bertioga, e a pedido de Tomé de Souza lá ficou mais tempo, num isolamento perigoso, tanto que uma feita, saíndo á caça, o tomaram os índios antropofagos que rondavam a praça. Andavan estes, de odio aos portuguezes, em trato com os francêses (no litoral entre S. Sebastião e o Rio de Janeiro). Quizeram sacrificar o prisioneiro: mas o pouparam afinal, e foi resgatado por um corsario mais humano, que o conduziu, são e salvo, para Dieppe... (3).

(1) A narrativa de Hans Staden coincide em linhas gerais com a da aventura de Salazar e seus companheiros. Diz o alemão, porém, que aportou em Santa Catarina antes do navio de Salazar; e êste confessa ter ali achado a caravela de Cristóbal de Saavedra. Teria vindo nesta o autor da “Viagem ao Brasil”? Vê-se que errou na data. Saiu de San Lucar em 1550, não em 49.

“... Alguns dos nossos partiram com o capitão Salazar para a ilha de S. Vicente...” escreve êle. Portanto trata do mesmo episódio que atraz sumariamos. E com detalhes identicos: dous anos e meio na terra, recados para Assunção, ida para S. Vicente... Menos a discórdia entre Trejo e Salazar... Humilde artilheiro, teria Staden escapado aos registos que conhecemos, do pessoal que seguiu áqueles capitães por mares, montes e vales do Brasil meridional...

— Sobre a expedição espanhola, ENRIQUE DE GANDIA, *Boletín de la Junta de Historia y Num. Amer.*, VIII, 124.

(2) Esse Heliódorus, filho de Eobanos, deve ser tronco da familia de Eleodoro Eban (Eobano), bandeirante, administrador das minas do sul, descobridor de ouro no distrito de Paranaguá. (Sobre êste, ROMARIO MARTINS, *História do Paraná*, p. 215, Curitiba, 1937).

(3) HANS STADEN, *Viagem ao Brasil*, notas de Teodoro Sampaio, ed. da Academia.

OS JESUITAS NO PLANALTO

Viu Nobrega em S. Vicente que o Colégio não se desenvolveria tão bem e seguramente como no planalto, de melhores ares, em terra desafogada, mais perto dos índios acessíveis à doutrina cristã — e resolveu transferi-lo. (1).

Não perdeu tempo. Em Junho de 1553 estava nos campos de Piratininga o jesuíta, a anunciar que juntára em aldeia uns cinquenta catecumenos, apartados dos selvagens para melhor se educarem. O sítio estava na confluência do Tamanduateí, entre este e o Anhangabaú, exatamente onde, sobre os brejais, e defendida por êles, se levanta a terra numa colina, a dominar a raza paizagem em volta. Ramalho, Tibiriçá e Caiubí ajudavam os padres. A separação dos meninos educandos correspondia ao sistêma que, com igual vantagem, applicou depois Nobrega na Baía: era aldeiar, cristianizar pela instrução intensiva, arrancar o índio ao seu meio barbaro para “civiliza-lo” (no sentido de o pôr em cidade). Assim os catecumenos se penetrariam da lição dos missionários, fariam vida nova e partiriam, quando bem ensinados, a converter os semelhantes. Sem êste processo de catequese se repetiria o santo equívoco de Francisco Xavier no oriente: a doutrinar os nativos, a convertê-los em massa, recaindo êles na sua religião tanto lhes dava as costas o taumaturgo. Porque os jesuitas não vinham apenas cristianizar pela palavra. Queriam fazer uma civilização em meio dos cabôclos, juntá-los em sociedade “urbana”, experimentar nêles a intuição pedagogica de Inácio...

(1) P. SERAFIM LEITE, *Hist., da Comp.* I, 269.

SÃO PAULO

A aldeia, que seria S. Paulo, estava pois de pé com a sua cêrca (que precedia, à maneira típica, o acampamento ou aldeia) pelo S. João de 1553. E em seguida saía Nobrega para a Maniçoba, a 35 legoas para o sertão, “junto de um rio donde embarcam para os Carijós”, ou seja na altura do Tietê em que os índios faziam porto para alcançar o Paraná e a mesopotamia paraguaia. Alí os de João Ramalho bateram os guaranís que irrompiam daquelas bandas, e voltou Nobrega, a pedir para a Baía religiosos que se encarregassem da casa de Piratininga. Chegaram a S. Vicente pelo Natal: os padres Afonso Braz e Vicente Rodrigues e os irmãos José de Anchieta e Gregorio Serrão. Subiram pelo ingreme caminho da serra (que ficou, a perpetuar o apostolado de Anchieta, com o nome de caminho “do padre José”) e podiam dizer missa na aldeia em 25 de Janeiro de 54, consagrando-a ao santo do dia, São Paulo. O padre Paiva tomou a direção da casa, Anchieta desincumbiu-se do latim, e os dous outros jesuitas foram ensinar para a aldeia de Maniçoba à beira do rio.

E' comovente a descrição que faz de sua pobreza o irmão José, na “residencia” de S. Paulo de Piratininga. Casa estreita e aberta, aos ventos frios. Por alimento, a farinha dos índios. Entre estranha gente que poderia, a subitas, assaltar os missionários. E uma vontade superior, a animá-los... E “vae-se fazendo uma formosa povoação” — exultava Nobrega ainda em 1554. (1)

O pensamento, a execução, a política, tudo alí era dos irmãos de Loyola. Se Tibiriçá acomodára para êles a sua primeira cabana, que achou Anchieta, “de madeira

(1) Sobre esta fâse da história paulista acompanhamos o relato do P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 275, que remodela os painéis conhecidos.

e palha”, foi o padre Afonso Braz, vindo do Espírito Santo, que “fazia os petipés, traçava paredes, lavrava madeira com sua enxó na mão, sem que nunca tal officio aprendesse”. Trazia a experiência do geito indigena de construir as casas, e a noção de que — pelo exemplo — o gentio ajudaria melhor os portuguezes. Educar trabalhando... Junto da casa, que logo se ampliou, levantou-se a igreja, e em 1561, ao pé da igreja, o recolhimento dos irmãos estudantes, origem do Colégio grande. O padre Grã — em 1556 — achou a casa “muito bôa e no melhor logar que se podia escolher”. Partiam dali as ruas “feitas à moda portugueza” com as “casas necessárias para cada família”, e o tapume defensivo as cingiu com o seu cercado de páo a pique atraz do qual vigiavam os catecumenos. Dentro, pareceria uma colmeia; de fóra, um fortim... E teve êsse duplo caráter S. Paulo no seu início.

AFINAL, NO SERTÃO...

Começava o estabelecimento jesuitico por quêbrar a monotona arrumação das feitorias costeiras, que Tomé de Souza, previdentemente, mandára cercar, apertando-as ainda mais de encontro à praia.

Saindo dessa linha marítima de colonização superficial e tímida, rompêra pela montanha acima, encontrando, no altiplano, o clima luso-ispânico da bacia do Prata.

Adiante 35 legoas, era Maniçoba, onde goianazes e carijós se defrontavam, e, com êles, portuguezes e castelhanos, procurando, por via fluvial, o Paraguai. (1)

(1) Em 1560 falava Anchieta de portuguezes mortos pelos índios quando vinham do Paraguai, *Cartas Jesuíticas*, III, 156. Na mesma época Jaime Resqien lembrava em Madrid a conveniencia de povoar S. Francisco do sul, para evitar que portuguezes, “juntamente con los topís”, destruissem “los Reynos y provincias de V. M. yendo a la guerra a los índios vassallos de V. M. tómandalos cativos los portuguezes para los vender y los topís que van con ellos para los comer”. GANDIA, *Boletín del Inst. de Inv.*, XVIII, 314.

Nobrega fizera melhor do que Tomé de Souza : arejára a conquista, instalando-a nos campos donde fácilmente se viajava, para o sul, em demanda das florestas de araucárias em terra de carijós, para o oeste, pelo curso do Tietê, cujas águas velozes, correndo de Piratininga para o sertão em virtude do declive do planalto, a rebater-se para o vale do Paraná, conduziam por si mesmas as canôas indígenas, para os domínios dos guaranís...

João Ramalho tinha as honras de pioneiro.

Procreára os rijos mamalucos que, misturados com os tios índios, apoiavam os padres como guerreiros ágeis, esclareciam-nos, como conhecedores de trezentas legoas em derredor, e podiam ser os seus mensageiros, como insuperaveis andárilhos.

Essa raça de rapazes fortes puzera-se de permeio, entre Nobrega e Tibiriçá : serviu de traço de união. Os sertanistas por excelencia, eram os filhos de Ramalho. Falavam o tupí materno ; e eram moralmente portugueses. Desprezavam os índios e requestavam as índias. Tornaram-se para êles algozes, e foram patriarcas doutras tantas famílias, que gradualmente se engrandeceram, cruzando-se com os colonos adventicios.

Santo André da borda do Campo foi a vila mamaluca, enquanto S. Paulo era a escola religiosa de Piratininga.

FIM DE SANTO ANDRÉ

Vimos que Santo André tivera como capitão, nomeado por Tomé Souza, o velho João Ramalho. Recebeu pelourinho municipal em 8 de Abril de 1553. Mas não prosperava.

Em 1557 os seus moradôres se mostravam desalentados e pediam a mudança para outro lugar. Nobrega foi-lhes ao encontro, recomendando afluíssem todos

para S. Paulo. Mem de Sá isto mesmo autorizou. Foi em 1560. “Este ano de 1560 veio a esta Capitânia Mem de Sá... e mandou que a vila de Santo André, em que antes estavamos, se passasse para junto da casa de S. Paulo, que é dos Padres de Jesus, porque nós todos lho pedimos por uma petição, assim por ser o logar mais forte e mais defensavel, assim dos contrários como dos nossos índios, como por muitas outras cousas, que a êle e a nós moveram” (1).

O pelourinho dignificou o terreiro defronte do Colégio. E Ramalho (para que mais acentuada ficasse a concordia) assumiu, em 24 de Junho de 62, o cargo de capitão-mór da vila de S. Paulo. O seu escudo de senhor daqueles campos protegia as palissadas da mais ocidental fortaleza del-rei de Portugal... O ataque dos tupís do sertão a S. Paulo, em 9 de Julho daquele ano, repellido após dous dias de cêrco, teve a vantagem de reunir alí, como em grande lar comum, os colonos e índios mansos que andavam dispersos. (2) Segundo Anchieta, foi isto motivo de fortalecer-se suficientemente a vila e de fazerem à sua sombra melhor fruto os religiosos, cuja política de civilização pelo ajuntamento, e de ensino em massa, as próprias tribulações agora favoreciam. (3).

(1) VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 401; P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 284.

(2) ANCHIETA, *Cartas Jesuíticas*, III, 183.

(3) ANCHIETA. *ibid.*, p. 186.

O GOVERNO DE D. DUARTE

Tudo provido, recomendado e remediado ao comprido da costa meridional, Tomé de Souza voltou à Baía — onde chegou em 1 de Maio de 1553 — esperando de achar ali o sucessor que pedira.

Envelhecido, pobre, querendo casar a filha, D. Helena de Souza, que deixára em Lisbôa, obrigado a servir apenas três anos, em carta de 18 de Julho de 51 reclamára del-rei ordem para repartriar-se.

Em 1 de Março de 53, foi nomeado governador geral Dom Duarte da Costa, do conselho de Sua Alteza, com 400\$ de ordenado anual.

A 8 de Maio saiu de Portugal, em companhia do filho, D. Alvaro da Costa, de novas orfãs que vinham casar no Brasil, dos padres jesuitas Luiz da Grã, que fôra reitôr do Colégio de Coimbra, (1) Braz Lourenço e Ambrosio Pires, e dos irmãos João Gonçalves, Antonio Blasques, Gregorio Serrão e José de Anchieta — rapazinho canarino, de santa vida, que seria o taumaturgo sem par. Compunha-se a frota do segundo governador de uma não e três caravelas com 260 pessoas. (2) Chegou à Baía em 13 de Julho. Fez-lhe Tomé de Souza prazenteira acolhida e no mesmo navio embarcou de retorno, louvado pelos missionários, respeitado

(1) TEÓFILO BRAGA, *Hist. da Univ.*, I, 482.

(2) P. SERRAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, I, 561.

pelos moradores, temido dos malfeitores, consciente de ter honradamente servido — para continuar, no reino, uma austérea existência devotada aos assuntos do Estado. (1).

O novo capitão era de excelente linhagem, comendador de vários títulos, prezado por si, e pelos seus, pois era filho de Alvaro da Costa, guarda-roupa del rei D. Manuel, seu armeiro-mór, e embaixador que lhe tratou, na côrte de Carlos V, o casamento com a princesa D. Leonor, sua terceira mulher, ocasião em que recebeu o título de “dom”. Casou-se com D. Maria de Mendonça, filha do alcaide-mór de Mourão Francisco de Mendonça, e teve filhos: D. Alvaro (que veio para o Brasil), D. Francisco e D. João, o clérigo D. Lourenço da Costa, Ana, mulher de Antonio Moniz Barreto, o famoso guerreiro da Índia, Margarida que desposou Duarte de Mello da Silva, e a abadessa de Odivelas D. Joana de Mendonça. No govêrno da colonia foi Duarte da Costa tolerante, limpo de mãos, brando de caráter e fraco em reprimir os abusos, razão de sua desavença com o bispo, que era ao contrário — exasperado e energico. (2).

(1) Escrupuloso e desinteressado, Tomé de Souza não separou nenhuma terra no Brasil para seu patrimonio. Obteve mais tarde, em 1563, sesmaria de seis legoas, que lhe foi confirmada n'outro lugar (do rio Pojuca para o sul era sesmaria do conde de Castanheira, por isso teve de lá para o norte, até o rio Real) em 1565. (CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 339). Casou a filha com Diogo Lopes de Lima, que morreu na batalha de Alcacer Quibir sem sucessão (Vd. QUEIROZ VELOSO, *D. Sebastião*, p. 408, Lisboa 1935). Vêdor del-rei (no fim do reinado de D. João III e no de D. Sebastião), do seu Conselho, agraciado em 13 de Maio de 1577 com o lugar de tesoureiro da alfandega da Baía, para quem quizesse apresentar, devia ter falecido pouco depois. Jaz no convento de S. Antonio da Castanheira, *Hist. da Col. Port.*, III, 332.

(2) Carta de 11 de Abril de 54, *Hist. da Col.*, III, 368. Duarte da Costa foi elevado a armeiro-mór em 26 de Outubro de 1561, *História Genealógica da Casa Real*, IV, 510 e 619. Em 1572 era vereador da Camara de Lisboa, VERGILIO CORREIA, *Livro dos Regimentos dos Officiais Mecanicos*, p. XVII, Coimbra, 1926.

O BÁCULO E A ESPADA

Homem bom, sacrificou-se pelo filho, que era valente, exaltado de gênio, próprio para comandar partidas contra os índios, e amigo de folias que sobremodo escandalizaram o prelado.

O rompimento começou em 1 de Novembro de 53, como disse D. Pero Fernandes : "... préguei Dia dos Santos estranhando as cousas que sucederam nesta cidade desde que Tomé de Souza se foi, alegando os grandes castigos que Deus manda aos povos pelo castigo do adulterio e isto em geral sem ter ninguem em particular, do que me tomou o governador tamanho aborrecimento que nunca mais me passou pela rua..." (1)

A briga envolveu a conezia. Queixou-se o bispo que D. Alvaro da Costa e João Rodrigues Peçanha (2) amotinaram contra êle os conêgos, tomando a frente à agitação o chantre Francisco de Vacas e Gomes Ribeiro, o antigo dominicano que fizêra Deão. Por ser desafôro que a lei canônica punia quiz prendê-los. Mas o governador avisou o carcereiro "que não recebesse clerigo na cadeia sem sua licença; João Rodrigues os tirou da Sé para sua casa, metido com Luiz de Góes e Fernão Vaz da Costa", (3) os amigos de D. Alvaro; e estremaram o desafio detendo e pondo a ferros um conêgo da parcialidade do mitrado. Este não se acovardou.

(1) Entre os companheiros de viagem de Duarte da Costa conhecemos mais: o físico Jorge Fernandes, que faleceu em 1567 (GARCIA, nota a Varnhagen, I, 346), as orfãs...

(2) João Rodrigues Peçanha, pela deferência com que a êle se refere Duarte da Costa, era homem nobre. Estava em S. Vicente em 16 de Janeiro de 1553 (*Doc. Hist.*, XXXVIII, 110).

(3) Fernão Vaz da Costa, como capitão de bergantim S. Roque, já estava na Baía em 1550 (*Doc. Hist.*, XIV, 39). No governo de Tomé de Souza comandou sempre um navio costeiro. Frei Jaboatão diz que era sobrinho de Duarte da Costa. Foi depois contador e tesoureiro, 1559 e 1564. Casou çm Clemencia Doria, viúva de Sebastião Ferreira. Vd. *Catalogo Genealógico*, p. 265. Faleceu, diz Jaboatão, entre Nov. de 1567 e Julho de 68.

Condenou dous dos culpados de tal violencia em pena pecuniaria, de que se fez a ermida de São Pedro “no caminho da Vila Velha” (1) — e para os demais reclamou castigo del-rei, por serem poderosos. Isto em Abril de 54.

Duarte da Costa, revidando as censuras, explicou meúdamente o acontecido (carta de 8 de Abril de 55). Na ausencia de D. Pero Fernandes, em Pernambuco, o chantre da Sé da Baía pedira ousadamente ao cabido que proibisse a entrada do bispo, porque, de sua mão, ferira uma vez gravemente dous homens. De volta, atribuiu a denuncia ao Deão, e o destituiu, nomeando para o seu lugar o clérigo Fernão Pires. Intimidado, Gomes Ribeiro obteve do governador que o embarcasse para fóra da cidade. Incorreram em excomunhão quantos ajudaram a fuga (os fiadores de Cristovão Cabral, capitão do bergantim que levou para Ilhéos o padre). Em Dezembro (1554) succedeu fáto mais grave. Fernão Pires, que tinha sido espadachim na Italia, acusado, a mais disto, de haver morto um homem em Santarem (2), e o degredado Pero Vaz da Torre, atraíram à sua casa Silvestre Rodrigues, que murmurava do bispo, e o espancaram a ficar “como morto”. Correu D. Alvaro em perseguição do religioso e prendeu-o. Mas o padre Luiz da Grã, intervindo para serenar os animos, lembrou o direito ecclesiastico, que reservava à justiça da Igreja o delicto — que o bispo tomou a seu cargo para ouvir testemunhas e apurar responsabilidades que inocentassem os agressores...

(1) Com o nome de S. Pedro Velho, esta capela se transformou em igreja notável, posta em majestosa forma no meiado do seculo XVII, e demolida em 1912.

(2) Fernão viêra como cônego 1552, *Doc., Hist.*, XXXV, 134. Os outros cônegos foram nesta data: Afonso Pires, Antonio Juzarte, Luiz Barreiros; Diogo Marques, Diogo Gonçalves, *ibid.* Obteve Fernão Pires o lugar de Deão em 19 de Fevereiro de 54, *Doc. Hist.*, XXXV, 200.

TRÉGOAS E GUERRA

De 8 de Abril de 55 é o libelo de Duarte da Costa. Escreveu-lhe el-rei censurando-o e mandando ir D. Alvaro da Costa, seu filho; e Simão da Gama de Andrade, dando noticias da terra em 12 de Junho, comemorava: “emtanto que cheguei trabalhei por tudo pôr em paz e fiz que o governador e bispo, D. Alvaro e ouvidor geral se falassem e visitassem que havia muito que o não faziam, de que o povo recebeu muita consolação...” (1) O motivo dessas trégoas não era a mediação de Simão da Gama, e mais do jesuita Ambrosio Pires, porém — perigo comum e extenso — a guerra, que inopinadamente os índios das redondezas fizeram à cidade, estimulados pela desunião e atropêlo que aí havia.

Estava o governador de viagem para Pernambuco, surto defronte de Vila Velha, quando os ruidos do ataque o alarmaram. Para tais extremos não havia espada mais refulgente que a de D. Alvaro da Costa. Com setenta homens a pé e seis de cavalo lançou-se êle contra a aldeia rebelada (entre a cidade e o engenho de Antonio Cardoso) e a arrasou. Depois foi a Itapoan recolher o gado de Garcia d’Avila, que um grupo de selvagens dispersára — e, com duzentas pessoas, partiu em auxílio de Antonio Cardoso de Barros cercado no seu engenho. Queimaram cinco aldeias, destroçaram uma tranqueira onde mil índios resistiram com valor (sendo aí feridos o capitão Cristovão de Oliveira, Manoel Jacques, Fernão Vaz da Cotsa), e para que doutra parte não crescessem em insolência os amotinados, desfizeram três aldeias além do Rio Vermelho. Golge rápido, pu-

(1) *Hist. da Col. Port.*, III, 380; e CAPISTRANO, nota a frei Vicente, p. 139. Aliás Simão da Gama foi um dos subscritores da carta da Camara a el-rei, contra o governador D. Duarte.

nho firme, ânsia de combate — distinguiram aqueles homens — a quem o governador, para aproveitar-lhes a disposição, deu seis capitães, que os levassem ao campo em caso doutra acometida. (1).

Essa arregimentação de força voluntária para acudir aos engenhos assaltados pelos cabôclos, foi o primeiro esbôço de milícia que se tentou na colonia. Em Pernambuco organizou-se do mesmo modo. Pouco depois, pelo Regimento de 16 de Dezembro de 1579, creou el-rei D. Sebastião as Ordenanças, que no Brasil ajudaram a defender a terra durante todo o periodo colonial. (2). Apaziguaram-se as iras na cidade. Mas D. João III, inquietado com as rusgas, achára bem que fosse o bispo para o reino, nomeando vigario geral na sua ausencia o bacharel Francisco Fernandes. (3)

A MORTE DO BISPO

Embarcou o bispo na náó Nossa Senhora da Ajuda (provavelmente a mesma em que veiu Tomé de Souza) com uma centena de pessoas, entre as quais Antonio Cardoso de Barros, Lazaro Ferreira, Francisco Mendes da Costa (4), “Sebastião Ferreira que ia como procurador da cidade” (5), “marido de Clemencia Dória”, a sogra de

(1) Carta de Duarte da Costa, de 10 de Junho de 55, *Hist. da Col. Port.*, III, 379.

(2) Vd. notas de D. FERNANDO DE PORTUGAL, *Documentos Históricas*, VI, 342.

(3) *Doc. Hist.*, XXXV, 329, provisão de 7 de Setembro de 55. Emposou-se em 17 de Fevereiro de 56.

(4) Francisco Mendes da Costa viêta com o primeiro governador, para escrivão da fazenda, e auxiliar Antonio Cardoso, com quem morreu. Vd. provisões suas, *Doc. Hist.*, XXXV.

(5) De Sebastião Ferreira, disse o governador relatando o combate aos índios: “foi moço da Camara do Infante Dom Fernando e veiu a esta terra por escrivão da Armada, e serviu de tesoureiro quando suspenderam Luiz Garcez, e em tudo mais, que lhe mandei; e agora estando embarcado para o reino, folgou muito em ficar, por esta guerra, que succedeu; foi cativo em Africa em serviço de V. A.,...” Pedia para ser cavaleiro fidalgo. (*Hist. da Col. Port.* III, 379. Sobre Clemencia Doria, JABOATÃO, *Catalogo Genealógico*, p. 265.

Rodrigo de Freitas (1), a mulher de Braz Fernandes, (2), seu pae Antonio Pinheiro, (3), “a velha que veiu com as orfãs”, (4) “o capitão Lloas, (5) o aldaiam (Deão) e outros dous conêgos”, os quais todos iam queixar-se... (6)

Á altura do rio Coruripe, a seis legoas do de S. Francisco, deu a náó em terra, podendo desembarcar toda a gente, que o gentío caeté assaltou, prendeu e trucidou.

Foi horrível a matança dessas cem pessoas muito relacionadas na Baía. Diz frei Vicente que se salvaram apenas dous índios e um portuguez que lhes sabia a língua (7). A D. Pero Fernandes Sardinha e seus companheiros, os selvagens sacrificaram sem piedade. Foram mortos e devorados — espantoso fim de um prelado, dous conêgos, capitães e mulheres, que encheu de indignação e pezar a colonia.

A vingança teria um chefe: o filho do provedor-mór Antonio Cardoso de Barros. E uma consequencia mais larga: a conquista da terra dos caetés, abrindo à intercomunicação das capitânias o caminho que elles assolavam.

(1) Rodrigo de Freitas, official del-rei vindo com Tomé de Souza, depois de viuvo ingressou na Companhia de Jesus, em 1560, e foi modelar missionario. Estava preso e atastado do seu logar de escrivão, cf. apontamentos de 1555, *Hist. da Col.*, 111, 369. Em 18 de Novembro de 53 se declarava: “está contratado para casar com uma sobrinha de Rodrigo de Arguelho (Argollo) que Deus tem...”, *Doc. Hist.*, XXXV, 16, XXXV, 195. Tambem, *Doc. Hist.*, XXXVI, 129 e 132. Sobre êste, JABOATÃO, *Cat., Gen.*, p. 197.

(2) Braz Fernandes, escrivão da chancelaria, *Doc. Hist.*, veiu com Tomé de Souza, e fez correições por várias capitánias durante o governo dêste.

(3) Antonio Pinheiro era escrivão da provedoria (cf. apontamentos de Rodrigo de Freitas) e seu filho foi pelo Bispo feito capelão da Sé, 16 de outubro de 55, *Doc. Hist.*, XXXV, 306.

(4) Chamava-se Maria Dias, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 174.

(5) Da carta de Duarte da Costa, de 10 de Junho: “... fiz capitão João de Loasa, mais por não perder o nome...” Parece ser “Leaes”; viera em 1554, *Doc. Hist.*, XXXV, 261.

(6) Carta dos officiaes da Camara, 18 de Dezembro de 56, *Hist. da Col.*, 111, 382. O Deão, como vimos, era Fernão Pires.

(7) *Hist. do Bras.*, p. 158.

Refere o cronista que o lugar onde caiu o bispo nunca mais se cobriu de herva.

Tanto peor para os indigenas: se a imolação de Francisco Pereira significára a justiça terrível de Tomé de Souza, o martirio do primeiro bispo do Brasil lhes valeu a represalia implacavel de Mem de Sá.

A revolta de 1555 e o crime de 1556 (a hecatombe succedeu em 15 de Junho deste ano) (1) — modificaram a política do governador-geral em face das populações aborígenes. A desconfiança seguiu-se a luta franca; a colonização marchou de espada em punho; perdeu a tolerante prudencia do início, desajaímando-se...

ÍNDIOS CONTRA ÍNDIOS

Os peores inimigos dos índios, porem, eram outros índios.

Não eram as raças, que se degladiavam: eram as tribus, ou grupos da mesma língua, vizinhos e rivais, levados à guerra por qualquer motivo irrelevante que, de subito, provocava odios duráveis. Os portuguezes (e os francêses na costa nordestina e na Guanabara) souberam explorar esse permanente litigio dos selvagens, aliando-se a uns contra outros e pondo-os a brigar em seu proveito. A colonização, nas suas relações com êles, foi insidiosa e sábia: não podendo resistir à confederação dos indigenas, separou-os e os armou para a reciproca destruição. Caramurú e Ramalho iniciaram essa política que, mais brandamente, seguiram os governadores após Tomé de Souza. Circuns-

(1) Apostila in *Doc. Hist.*, XXXV, 330. Nobrega, carta a Tomé de Souza, 1559, *Cartas do Brasil*, p. 193, lembra: o bispo... "quanto ao gentio e sua salvação se dava pouco, porque não se tinha por seu Bispo, e êles lhe pareciam incapazes de toda doutrina..."

táucia curiosa : os nativos preferiam unir-se aos brancos e vingar-se dos homens do seu idioma do que se coligar contra o invasôr branco. Invejava dêste as armas fulminantes e achou que eram magníficas para castigar os velhos adversarios. Veremos que os tamôios de Iperoig logo aceitaram as pazes que Nobrega e Anchieta lhes levaram, sòmente porque os tupís de Piratininga, a quem combatiam, amigos dos colonos, se tinham insurgido ultimamente. Até o final da resistencia dos cabôclos à civilização adventícia, houve sempre uma “nação” para juntar-se aos brancos, contra outras “nações” enfurecidas na defêsa do seu mato, da sua aldeia e de sua liberdade. Aconteceu cousa semelhante no Rio de Janeiro.

Foi em 1555. Pouco antes da chegada dos místicos francêses que vinham fundar a colonia de Villegaignon. Os “maracajás” (ou teminimós) ocupavam a grande ilha na Guanabara que depois se chamou “do governador”, pelo engenho que aí fez Salvador Corrêa de Sá. Os tamôios do continente abriram hostilidades contra êles e os forçaram a emigrar. Então — porque os tamôios andavam de amizade velha com os francêses — foram pedir a proteção e o gazalhado do donatario do Espírito Santo. Estabelederam-se, como aliados dos portugêses, em Vitória. Araribóia era o seu mais valente “morubixaba”.

Quatro anos mais tarde, quando Mem de Sá precisou de canôas e índios auxiliares, que o guiassem na conquista do Rio de Janeiro, o capitão-mór do Espírito Santo não fez mais do que chamar os “maracajás”, Formavam a voluntária milicia do governador — de odio aos tamôios e seus “mairs”.

-Não perdoavam.

FRANCÊSES NA GUANABARA

Havia revés mais extenso para os interesses portugueses na America: os francêses acabavam de instalar-se com fortaleza e colonia religiosa no Rio de Janeiro!

De fato, nunca se tinham afastado daquela costa, entre o Cabo Frio e as proximidades de Bertioga, misturados aos índios teminimós, tupiniquins e tamôios, que odiavam os outros brancos.

O caso de Hans Staden, as palavras severas de Pero de Góes, o alarma de Tomé de Souza, poderiam esclarecer D. João III sobre o perigo que corria essa parte dos seus domínios. Fracassára a capitânia do Paraíba, e não se lhe déra remedio. Vegetava, falida, a do Espirito Santo, e não havia ajuda que a reerguesse. Apenas Braz Cubas, João Ramalho e os jesuitas tinham consolidado entre a Bertioga e Conceição do Itanhaen a posse lusitana. Na costa dos petiguares e na do Rio de Janeiro (povoada apenas a que vae de Itamaracá a Porto Seguro e vila da Vitória) os francêses achavam populações aliadas, abundante resgate, clima propício e geito de permanecer na terra.

Até aí lhes faltára o pensamento colonizador. Não seria Francisco I sempre sem dinheiro, e a pedi-lo a D. João III, o rei que os mandasse conquistar o Brasil. Jean Ango contentára-se em fazer a pirataria lucrativa e inconsequente. Sòmente após os conflitos de religião em França amadureceu a idéa (que os inglêses realizaram um seculo depois) de situar na America um Estado de perseguidos pela sua fé, onde os "huguenotes" pudessem comentar Calvino sem as penas da Igreja, e no meio da selva formassem o ambiente para uma constante imigração de europeus descontentes. Tratava-se

d'um exodo, para a "terra prometida"... A inspiração dêle devia-se a um homem do mar, soldado, letrado, aventureiro, admirador de Calvino, amigo do almirante Gaspar de Coligny, de du Bellay, do cardeal de Lorena, Nicoláo Durand de Villegaignon.

A literatura tinha sua parte nessa bela idéa.

E' de 1550 a versão francêsa da "Utopia" de Sir Thomas Morus, estampada em latim 33 anos antes. Um portuguez, que acompanhára Vespucci na sua terceira viagem, ficára no amável país — a Utopia — que podia ser a Republica de Platão, na sua disciplina generosa, na sua ordem ideal, na sua justiça automatica e impecável... Perto do Brasil... Cada residencia tinha à volta o seu jardim... E os homens trabalhavam seis horas ao dia...

VILLEGaignON

Sobrinho de Villiers de l'Isle Adam, grão mestre da Ordem de S. João de Jerusalem, em 1541, comô cavaleiro da mesma confraria, tomou parte Villegaignon na expedição de Alger. Figurou na campanha hungara contra os turcos, e, em 1548, ganhava notoriedade no galeão francês que fôra buscar à Escossia a jóvem rainha Maria Stuart. Poute romper a vigilancia inglêsa no canal e transportar para Brest a noiva de Francisco II... Valeu-lhe o vice-almirantado da Bretanha. Corre depois a brigar com o Islam, no Mediterrâneo oriental; ajudou a salvar a ilha de Malta; e, em 1553, empenhava-se com o illustre Coligny para que obtivesse o auxílio de Henrique II para a fundação da "França Antartica". O rei prometeu 10 mil francos... Villegaignon não esmoreceu ante essa indiferença. Anunciou largamente os seus projetos, equipou dous navios de duzentas toneladas, embarcou neles protestantes e

católicos, mais interessado na aventura do que na fé, ao todo seiscentos homens, e saiu, a 12 de Julho de 55, rumo ao Rio de Janeiro.

Aquilo repercutiu em França como uma proeza romanesca. Ronsard apiédou-se dos índios :

“Docte Villegaignon, tu fais une grand faute. . .” (1)

Calvino recebeu uma carta de Villegaignon, em que lhe pedia o seu favôr para a emprêsa. (2) Achou o rei interessante reforçá-la por intermedio de uma segunda expedição, comandada pelo sobrinho do vice-almirante, Bois-le-Comte.

Tres navios, *La Grande Roberge*, *La Petite Roberge* e *La Rosée*, com duzentos e noventa pessôas, entre as quais ;“cinq jeunes filles sous la direction d’une femme plus âgée”, foram em socôrro dos primeiros colonos. Tinham-se estabelecido na ilha de Seregipe, de frente do rio Carioca, a que se ligou para sempre o nome do seu chefe. Fortes aí, a salvo duma surpresa dos tamôios, podiam mais liberalmente tratar com êles ao longo do litoral. (3)

O franciscano cosmografo André de Thevet, veiu com Villegaignon, e o estudante de teologia Jean de Lery, calvinista, com Bois-le-Comte.

Através dos livros que deixaram, *Les Singularités de la France Antarctique* e *Histoire d’un Voyage* (respectivamente de 1558 e 1578) o episódio ganhou impercível realce histórico.

Ficou mais na literatura do que na realidade : os francêses falharam então, como em Pernambuco em 1532, como depois no Maranhão, em 1514.

(1) *Les Poèmes*, II, 16.

(2) Vd. *Revista do Inst., Hist.*, n. 5, p. 204.

(3) Henryville, povoação em terra firme, nunca existiu, cf. JEAN DE LÉRY *História de uma viagem*, *Revista do Inst. Hist.*, LII, 177 (trad. de ALENCAR ARA-RIPE).

Sem a decidida ajuda da corôa, Villegaignon cometêra o erro de amalgamar na sua expedição homens de todos os crêdos. Ele próprio dialéta e discutidor, calvinista para os católicos e catolico para os protestantes, deu motivo de transformar-se a sua ilha num campo de debates ásperos, a proposito da Biblia renovada. Disputaram religiosos e contestantes. O guerreiro reapareceu, despindo a sotaina : e começou por enforcar quatro rebeldes. Era um máo princípio. Em 1559, desgostoso, o vice-almirante abandonou a colonia.

Jean de Léry acusou-o de ter traído os calvinistas : "Caim da America". Jean de Coynta, entretanto, fugiu dêle, como de um hereje. Depois de escrever a Calvino, Villegaignon, reintegrado na religião do berço, disputava a simpatia dos jesuitas francêses : queria-os na sua povoação, em 1560. (1).

As informações idas de Portugal para o Padre Geral tiraram-lhe a esperança de obter jesuitas para a sua aventura. A terra tinha dono...

E enquanto os francêses da Guanabara perdiam Villegaignon, os portuguezes da Baía ganhavam Mem de Sá.

A morte do bispo, as divergencias entre os moradores da Baía e a amargura que ficára da tragédia da não "Nossa Senhora da Ajuda", fizeram clamar a Camara da cidade a vinda de outro governador e de outro ouvidor geral, que concertassem os maleficios. (2).

(1) Carta do P. Liétard, de 6 de Março de 1560, em que diz que haverá três mêses que chegára Villegaignon, P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 378-9. Faleceu em 1571 sem ter voltado ao Brasil. Negociou no fim uma indenização de Portugal, que não chegou a conseguir.

(2) VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 362.

XIII

O BOM GOVERNO DE MEM DE SÁ

O terceiro governador geral não foi homem de guerra, como Tomé de Souza, ou do Paço, como D. Duarte da Costa, mas do fôro, o desembargador dos agravos (1) doutor Mem de Sá, fidalgo da Casa e conselho del-Rei, e irmão de Francisco de Sá de Miranda, o renovador da poesia portugêsa, que disse temer o

“... que só sonha Índia e Brasil,
Té que cada um de lá torne dourado”. (2)

Licenciado antes de 1533, quando se casou com D. Guiomar de Faria, filha do licenciado Afonso Annes e de D. Brites de Moraes (3), fez rapida carreira — de juiz probo e energico, qualidades que mais lhe realçaram a administração colonial — a ponto de subir ao desembargo da Casa da Suplicação em bela idade.

(1) CAMILO CASTELO BRANCO, *Serões de S. Miguel de Seide*, p. 75, Porto 1886. No auto do “Abrigo da Beira”, fala GIL VICENTE de um Francisco, filho de eclesiastico : e é Sá de Miranda. Com seu irmão, era filho do conêgo de Coimbra, Gonçalo Mendes de Sá. Vd. Carolina Michaelis, *Poesias de Francisco Sá de Miranda*, III, Halle 1885. A Mem de Sá dedicou talvez em 1543, uma poesia de louvor do seu isolamento, de poeta enojado das cidades... Faleceu em 15 de Março de 1558, portanto na ausencia do irmão, *ibid.*, p. 796. Do sobrinho de Sá de Miranda Conêgo de Coimbra, e seus parentes que apoiaram o espanhol em 1580, fala CAMILO, *Sentimentalismo e Historia*, p. 214, Porto 1897.

(2) *Poesias*, p. 256.

(3) CAPISTRANO e Garcia, notas a Varnhagen, I, 377. No seu testamento, Varnhagen, *op. cit.*, I, 446, diz que morreu D. Guiomar em 1542.

SENHOR NOVO

Foi nomeado em 23 de Julho de 1556, por um triênio, e com os vencimentos do antecessor. (1). Partiu de Lisbôa a 30 de Abril de 57 e só chegou à Baía em 28 de Dezembro. Saira com a confiança del-rei D. João III, e ao aportar ao Brasil tinha senhor novo, pois falecera aquele em 11 de Junho de 57: o reizinho D. Sebastião, seu neto, filho do príncipe D. João, único sobrevivente dos nove filhos que se lhe malograram, e de D. Joana de Austria, filha de Carlos V.

O soberano contava três anos e cinco meses... Assumiu a regencia a rainha-viúva, D. Catarina. A casa de Aviz extinguiu-se. Dependia a sorte do reino daquela criança frágil, em cujo organismo tenro se acumulavam heranças mórbidas, influências cavalheirescas, espírito alto e destino invulgar. Desaparecendo ela — como desapareceu! — seria Portugal prêsda da ambição castelhana, das dissensões da nobreza, da crise profunda em que começara a esgotar-se com os fracassos do oriente... Sentia-se a outra face da fortuna: os tempos corriam máos e para compensá-los, no Brasil, veio em hora oportuna o honrado Mem de Sá. O qualificativo é-lhe devido. Honesto e piedoso, tinha porém a retidão da justiça de sua época: breve, e implacavel... Soube transformar-se aqui em administrador espérto, soldado de mão heroica, colonizador hábil. Unindo-se aos jesuitas, ajudou-os, e ajudou-se déles — razão do seu melhor exito, assim para pacificar a terra como para expulsar os francêses do Rio de Janeiro. E executando a sua lei de equidade em proveito do povo, passou todo o seu longo período de governo como sensato, justo e providencial. D. Catarina bem viu isso: e não

(1) *Vd. Doc. Hist.*, XXXV, 409.

o tirou do Brasil apesar dos pedidos que lhe dirigiu e dos seus achaques de velhice. Morreu na Baía, em 2 de Março do ano de 1572, depois de quatorze de grandes trabalhos. (1).

PIÉDADE E JUSTIÇA •

Começou o governador por acolher-se com os jesuitas, fazendo os exercícios espirituais de Inácio de Loyola em companhia de Nobrega. Como a sua carta de nomeação foi registada a 3 de Janeiro, provavelmente apenas nesse dia assumiu o governo, “pondo tudo na ordem que Nosso Senhor lhe ensinou (relata o bom padre) (2) primeiramente cortou as longas demandas que havia, concertando as partes, e as que de novo nasciam atalhava da mesma maneira, ficando as audiências vazias... Tirou quanto pôde o jogo, que era outra traça, fazendo a todos entender em seus trabalhos com fruto, e, evitado este, se evitaram muitas ofensas de Nosso Senhor... Acabou o engenho (a carta é de 5 de Julho de 59) e acabará cêdo a Sé...”

O engenho del-rei fôra mandado levantar para receber as canas dos lavradores que não pudessem ter engenho próprio, cobrando-se d'uma parte do produto. Essa parceria “do lagar do Principe” obviava à pobreza da terra, ensinava os particulares e dava início à larga fabricação de açúcar, da qual o quinhão da corôa chegou a ser de quinhentas arrôbas, informou Mem de Sá.

Recomendára a carta-regia de 5 de Outubro de 1555, “que à custa de minha fazenda se faça nessa Capitânia um Engenho de açúcares; e por me ser dito que o logar mais conveniente, e que melhor disposição tem para se o dito Engenho fazer é uma levada, e terra, que Fran-

(1) Faleceu ás 10 da manhã cf. *Doc. Hist.*, XXXV, 410. A lápide sepulcral que está na nave da igreja dos jesuitas (Catedral) da Bala, confirma a data.

(2) *Cartas do Brasil*, p. 203.

cisco Pereira Coutinho, sendo Capitão dessa capitânia deu a João de Velosa, na qual se começou já a fazer obra para um Engenho, e depois se deixou danificar, e perder, e ao presente está despovoada, e não tem mais bemfeitoria que uma casa de taipa descoberta, roças de alguns mantimentos, vos mando... tomeis para Mim para fazer o dito Engenho..." (1)

Cumpria, entretanto, punir os índios indomáveis. Na ausencia de D. Alvaro da Costa fez-lhe as vezes Vasco Rodrigues de Caldas. Nenhum capitão foi mais expedito e terrível do que êle. "Achei toda a terra de guerra sem os homens ousarem fazer suas fazendas senão ao redor da cidade pelo que viviam apertados e necessitados por não terem peças..." — informou o governador. (2) Mandou intimidar aos chefes indigenas das proximidades que não deviam mais comer carne humana. Cururupeba, principal da ilha que lhe tomou o nome, desrespeitou a ordem. "... Pelo que (conclúe Nobrega) mandou o Governador a Vasco Rodrigues de Caldas, com quinze ou vinte homens busca-lo por força, e trouxeram ao pae e filhos presos, sem os seus ousarem a os defender". "Este Principal esteve preso perto de um ano e agora é o melhor e o mais sujeito que ha na terra" (3).

COMEÇAM AS ALDEIAS

Seguiu Mem de Sá a política recomendada pelo padre Nobrega. Era singela e excelente. Fez reunir nalgumas aldeias, que se chamaram "missões" (ou reduções) os índios espalhados pelos campos; e deu-lhes — sob a direção dos jesuitas — uma disciplina de vida

(1) *Doc. Hist.*, XXXV, 322. Também "Sesmarias da Bafa". *Revista do Inst. Hist.*, n.º 9, p. 376.

(2) Instrumento do serviços, 1570, *Anais da Bibliotéca Nacional*, vol. 27, p. 131.

(3) *Cartas do Brasil*, p. 208.

e trabalho por intermedio de suas proprias autoridades, passando o “morubixaba” a ser o “meirinho” da tribo, cujo centro era a igreja... Isto aconselhára o Provincial a Duarte da Costa, sem resultado: — “que ajuntasse algumas aldeias em uma povoação, para que menos de nós bastassem a ensinar a muitos...” Mem de Sá — continúa o padre — “fez logo ajuntar quatro ou cinco aldeias que estavam derredor da cidade em uma povoação junto ao rio Vermelho, onde pareceu mais conveniente, para que toda esta gente pudesse aproveitar-se das roças e mantimentos que tinham feito, e aqui mandou fazer uma igreja grande, em que coubesse toda essa gente, a que chamam S. Paulo”. (1) “Outra igreja mandou logo fazer, a de S. João Evangelista, (2) 4 ou 5 legoas da cidade, onde se ajuntaram outras tantas aldeias do gentio de Mirangoaba. A terceira mandou fazer onde chamam o rio Joanne, esta se chama Sancti Spiritus; (3) aqui ha mais gente junto que em todas...”

A corôa aprovou tais providencias e mandou que se fizesse junta (com o governador, o bispo, o provincial da Companhia, o padre Inácio de Azevedo, que então vinha ao Brasil, Nobrega e o ouvidor geral) para assentar o que melhor se podia fazer em defêsa dos indigenas. O acôrdo foi concluido em 30 de Julho de 1566, reforçando a autoridade dos jesuitas, e pondo a serviço da catequese o Estado. Que os índios acoutados nas mis-

(1) A aldeia de S. Paulo teve um curador, Sebastião Lins, o que se verificou não dar resultado, *CAPISTRANO*, nota a Varnhagen, I, 425.

(2) “Est’outras se dizem, uma de Santo Espírito, e a outra de S. João; onde tem grandes igrejas da mesma advocação e recolhimento para os padres... E á sombra e circuito destas aldeias tem quatro ou cinco currais de vacas ou mais, que grangeam, de que se ajudam a sustentar”. *GABRIEL SOARES, Roteiro do Brasil*, p. 50.

(3) A aldeia do Espírito Santo, chamada depois Nova Abrantes, esteve em poder dos jesuitas até a extinção deles no Brasil. Em 1759 tinha 49 famílias, Padre José Caieiro, *Jesuitas do Brasil e da Índia*, ed. do P. Gonzaga Cabral p. 51, Baía 1936 (Publ. da Academia Brasileira). Município então, grato á escolha que dêle fez para seu procurador, em 1823, Miguel Calmon o invocou no seu título: visconde e marquez de Abrantes...

sões não pudessem ser retirados senão por ordem do governador e do ouvidor (direito de asilo). Que o ouvidor cada quatro mêses saísse em correição pelas missões e aldeias a ouvir as partes (direito de queixa). Que se nomeasse curador dos índios o alcaide-mór do mar Diogo Zorrilla (que estava na Baía desde 1556). Que as índias não fossem casadas com escravos; que os jesuitas entregassem a estes, quando refugiados, mas que realmente o fossem; que os colonos perderiam os cativos que, indo-se com os padres, tomassem à força... (1)

A lei protegia agora os taumaturgos.

El-rei amparava a catequese dos jesuitas.

E estes definiam a atitude, que não repudiaram nunca, de defensores dos catecumenos contra a cobiça e os interesses dos colonos.

REPRESSÃO DO GENTIO

Depois, os castigos...

Para "reduzir" os índios do Espírito Santo que se tinham insurgido, destruindo roças, trucidando os colonos, foram Fernão de Sá, filho do governador, com Diogo de Morim (Amorim Soares), Paulo Dias Adorno, Diogo Alvares e Gaspar Barbosa, seis velas e perto de duzentos homens. Entraram pelo rio Cricaré, e deram nos índios, que largaram o terreno, porém de subito voltaram sobre os agressores, e os destroçaram. Fernão de Sá, que se retardou, fazendo-lhes face foi morto a flechadas. (2) Disto se doeu tanto o governador seu pae,

(1) VARNHAGEN, *op. cit.*, p. 425. Diogo Zorrilla é sogro de Antonio Dias Adorno, um dos maiores sertanistas do ciclo baiano, e do rico senhor de engenho Fernão Ribeiro de Souza, *Denunciações da Baía*, ps. 242 e 282. Foi aprovado por el-rei em 25 de Fevereiro de 1576, CAPISTRANO, nota a Varnhagen, *ibid.* Vd. sua petição de 1571, *Doc., Hist.*, XXXVI, 196. Sucedeu-lhe no cargo seu filho Francisco Zorrilha, e a este o genro Pedro Paes Machado, em 1633, *Documentos Históricos*, XVI, 145.

(2) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 123.

que não quiz receber os expedicionários, quando foram falar-lhe. E logo depois, ao saber de outras tropelias dos selvagens em Ilhéos, quiz êle mesmo comandar a repressão. E' o que diz : "... na noite que entrei nos Ilhéos fui a pé dar em uma aldeia que estava a sete legoas da vila em um alto pequeno... e ante-manhã duas horas dei n'aldeia e a destrui e matei todos os que quizeram resitir, e à vinda vim queimando e destruindo todas as aldeias que ficaram atraz..." Vasco Rodrigues de Caldas era o seu braço direito. Ocorreu então uma espantosa cousa : foram os brancos que armaram uma cilada aos selvagens, que os perseguiam, e êstes, para se livrarem, atiraram-se ao mar, com os índios, aliados do governador, ao encalço deles, de maneira a se encontrarem longe da praia, numa luta de peixes vorazes, da qual não escapou um único inimigo...

"Em menos de dous mêses que lá estive (Ilhéos) deixou os índios sujeitos e tributários... e obrigados a refazerem os engenhos e não comerem carne humana", regista Nobrega (1).

Mas a inquietação do gentío percorria todos os climas da colonia. Agora eram os do Paraguassú, nas terras doadas a D. Alvaro da Costa (Janeiro de 58) que se levantavam. "... E foi a eles (o governador) com toda a gente da Baía que era para pelear e com muitos índios entrou pela Peruaçu, matando muitos, queimando muitas aldeias, entrando muitas cercas, destruindo-lhes seus mantimentos, cousa nunca imaginada que podia ser, porque geralmente quando se nisso falava, diziam que nem todo o poder de Portugal abastaria, por ser terra mui fragosa..." (2)

(1) *Cartas do Brasil*, p. 222.

(2) P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, II, 121. A batalha que Mem de Sá venceu, sobre os índios do Paraguassú, foi em 28 de Setembro, de 1559. Acompanhava-o o padre Antonio Rodrigues, a quem nos referimos tratando dos espanhóis em S. Vicente. Levava "mais de 4 mil almas".

Aterrorizados e contidos, os selvagens pediram, e tiveram paz.

Graças a êsse castigo, um ano depois podia Vasco Rodrigues de Caldas empreender, autorizado por Mem de Sá, (1) uma atrevida excursão pelo vale do Paraguassú acima, à busca de minas de ouro. “O ano passado (confirma o padre Leonardo do Vale, em carta de 26 de Julho de 62) se fez uma entrada com atoardas ou esperanças que havia de ouro, (2) em que ia um dos honrados da terra por capitão de certos homens, assim da mesma terra como da não da Índia S. Paulo, que aqui veio e se deixam ficar para isso, e sendo já 60 ou 70 legoas pelo sertão a dentro por entre um gentio que chamam Tupiguaem, se alevantou o gentio contra êles pelos ver estranhos e tão longe de suas terras, e como êles iam descuidados e foram cometidos de subito, entre matos e caminhos tão estreitos que se não podiam ajudar das armas por ir um ante outro, viram-se em grandíssimo aperto, de que Nosso Senhor os livrou, e foilhes forçado deixar toda a fazenda e munições...” (3)

Em 1563, Egas Moniz, vindo da Madeira com mulher e filhos, começava a povoar o “rio Paruassú da banda de Jaguaribe...” (4).

No mesmo ano — sinal de bôa prosperidade — a Sé deixava de ser freguezia única da Baía. Crearam-se simultaneamente as de Vila Velha (ou do Pereira) e de Santa Cruz de Torres, esta no Paripe, a cinco legoas da cidade, “povoação de brancos... que tem sessenta fre-

(1) Carta de mercê de 24 de Dezembro de 1560, *Doc. Hist.*, XXXVI, 145.

(2) Um Luiz Martins viéra “ver os metâes” que houvesse no Brasil, carta regia de 7 de Setembro de 1558, *Doc. Hist.*, XXXVI, 6.

(3) *Cartas Avulsas*, p. 365, Rio, 1931. Sobre a não “S. Paulo”, frei VICENTE, *op. cit.*, p. 174. O seu naufrágio, indo para a Índia, é um dos mais emocionantes da história tragico-marítima. Vd. ALFREDO PIMENTA, *Elem. de Hist. de Portugal*, p. 268.

(4) Cf. *Doc. Hist.*, XXXVI, 431.

guêses, que se chama Santa Cruz, povoação de Antonio de Torres. . .” diz o padre Luiz Rodrigues (1). Fundou aí engenho, que se tornou famoso, Jorge de Lamego (2).

O SR. DE BOULES

Ainda em Ilhéos, recebeu Mem de Sá uma visita preciosa : era dum francês que abandonára Villegaignon e viêra informar aos portugueses ácerca dos dissídios e cousas da França Antartica. Chamava-se Jean de Coynta, dizia-se senhor Des Boulez, letrado, conhecedor de latim, grego e teologia, fidalgo e católico.

Desertára em 1557 ou 58 (fôra companheiro de Jean de Léry na expedição de Bois-le-comte, e apregoaria ter sido enviado pelo próprio Coligny) após irritadas polemicas religiosas com o almirante, que o tratou de “jacobin renyé”. De fáto, embora de língua sôlta — o que o perdeu entre portugueses — não aderira ao calvinismo e não pudêra viver no Rio de Janeiro. Casára-se com uma das raparigas francêsas que tinham desembarcado no forte de Coligny. (3) Do tio dela, um dos homens de Villegaignon, herdou uma bôa soma. Mas, incompatibilizado com o fundador da colonia, se passou para a terra firme e, numa ocasião em que franceses e tamôios iam inquietar S. Vicente, lhes fugiu para a Bertioiga, a alerta-la do perigo que corria. . . . “Lá deu aviso ao capitão como iam sobre êles e que se puzessem em côbro pondo sua vida a risco e por sua causa não foram destruidos. . .”, jactou-se mais

(1) *Doc. Hist.*, XXXVI, 165. P. Rodrigues, carta de 1563, *Cartas Avulsas* p. 374, e GABRIEL SOARES, *Roteiro*, p. 134, JABOATÃO, *Cat. Geneal.* p. 220.

(2) JABOATÃO, *op. cit.*, p. 236, chama-lhe Jorge Gomes de Lamego. O engenho foi por êste vendido a Baltazar Pereira, genro do alcaide Antonio de Oliveira, que o vendeu a Antonio Vaz.

(3) JEAN DE LÉRY, *História de uma Viagem*, p. 163; e notas de A. Alcântara Machado a *Cartas Jesuíticas*, III, 163.

tarde, perante a Inquisição em Lisboa, o sr. de Boules. Foi quando se refez a fortaleza de Bertioga de pedra e barro defronte da primeira. (1)

Ele era sincero. Mais utilidade teria o seu informe para o governador geral, que amadurecia o plano de atacar o forte de Coligny. Foi de S. Vicente despachado para a Baía, ao seu encontro. Anchieta, que participou da prevenção dos jesuitas contra o transfuga, cujo catolicismo não parecia limpo de herezias, reconhece: “deste soube o governador os projéto dos francêses e com náos armadas veiu combater a fortaleza”. (2).

Des Boulez garantiu, sem ser contraditado, que concorrera para a tomada da ilha de Villegaignon, “dando ardil e modo de tomar a fortaleza do Rio de Janeiro...” (3)

Sem o auxílio do foragido não teria Mem de Sá tão fãcilmente expungido aquela posição bem guarnecida e petrechada. Indicou-lhe os sítios vulneraveis, os costumes dos francêses, as suas imprevidencias: e de premio ao serviço ganhou suspeição, carcere, Santo Ofício, retratação pública, tribulações prolixas e sofrimentos que jurou não merecer!

A CIDADE DE S. SEBASTIÃO

Aquiétada a capitânia, tornou com efeito Mem de Sá à cidade, com o desígnio de preparar a expedição contra os francêses da Guanabara. Outra não era a tenção do governo de Lisboa, que, para isto, lhe mandou uuma frota, do comando de Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha (chegada em 30 de Novembro de 59) e carta branca, para proceder como as circunstâncias sugerissem.

(1) Frei GASPARET, *op. cit.*, p. 289.

(2) *Cartas Jesuíticas*, III, 159.

(3) Vd. processo in *Anais da Bibliotéca Nacional*, vol. XXV, p. 297 (1903).

O novo ouvidor geral, em substituição de Pero Borges, Braz Fragoso, (1) e o bispo, D. Pedro Leitão (que chegou a 4 de Dezembro(2) daquele ano) ajudariam as medidas de ordem e organização que incumbiam ao governador. (3)

Com as duas náos e oito navios menores de que dispunha, um dos quais, a galé Conceição, comandada por seu jóven sobrinho Estacio de Sá, (16 de Janeiro de 1560) foi Mem de Sá pessoalmente intimar à rendição a ilha de Villegaignon... “estando com mais de 120 francêses e 1.500 índios, os quais duas vezes saíram a nós e pelejaram esforçadamente, e por morrerem muitos francêses e lhe termos tomado uma fortaleza e não cessarmos de combater a outra, se saíram de noite em canôas e nos deixaram uma das mais fortes fortalezas de Cristandade, com muita e fermosa artilharia de metal e outra muita de ferro coado, com muita polvora e outras muitas munições, e navios de remos que faziam para correr a costa”.

Nobrega é menos épico, ao narrar :

“A segunda maravilha de Nosso Senhor foi que, depois de combatida dous dias, não se podendo entrar e não tendo já os nossos polvora, mais que a que tinham nas camaras para atirar, e tratando-se já como se poderiam recolher aos navios sem os matarem todos, e como poderiam recolher a artilharia que haviam posto em terra, sabendo que na fortaleza estavam passante de sessenta francêses de peleja, e mais de 800 índios e

(1) Vd. *Doc. Hist.*, XXXVI, 8 e 119. Sobre serviços e família de Braz Fragoso, *Doc. Hist.*, XIV, 431. Em 1558 Simôa da Costa, mulher de Pero Borges, recebia vencimentos do marido ausente, Livro de Mercês, 1.º l. 33 v., ms. Arquivo Hist. Colonial, Lisboa).

(2) Vd. *Doc. Hist.*, ibd. p. 119. Ficaram, porém, na administração da Baía, na ausencia do governador, Diogo Lopes de Meira, juiz dos feitos da fazenda e o contador Gaspar de Barros de Magalhães.

(3) Do bispo D. Pedro Leitão, o que ha de mais importante é a visita ás capitánias, que fazem 1571, vd. *História de la fundacion del Colegio, Anais da Bibl. Nac.*, LXXIX, p. 14 Um seu irmão ficou casado em Pernambuco.

que eram já mortos dos nossos dez ou doze homens com bombardas e espingardas, mostrou então Nosso Senhor sua mizericórdia, e deu tão grande mêdo nos frencêses e nos índios que com êles estavam, que se acolheram da fortaleza e fugiram todos, deixando o que tinham sem o poderem levar”. (1).

A solução não era radical. Pois os foragidos se meteram com os tamóios, à espera de reforços para reconquistar a sua ilha, enquanto não pudesse Mem de Sá guarnecê-la. O governador, sem munições para continuar a bater os índios amigos dos “mairs”, e com varios navios avariados em combate, achou preferível abrigar-se em São Vicente, que também reclamava auxílio seu. Extranhou a rainha, diz Gabriel Soares, que arrazasse a fortaleza, sem a guarnecer para principiar a povoar o Rio de Janeiro... (2) A censura não era justa: mas o animou para a nova e definitiva occupação da Guanabara.

O FIM DO SR. DE BOULES

Duas palavras mais sobre o sr. de Boulés, cuja traição tão útil fôra aos portuguezes.

Assistiu aos combates do Rio de Janeiro e recolheu-se a S. Vicente com Mem de Sá. Mas encontrou um ambiente hostil, provocado pela sua loquacidade, tomando a frente dos que desconfiavam dêle o padre Luiz da Grã. Ruscaram; os jesuitas mostraram quão daninho era alí o francês, que tanto podia ser católico imprudente como luterano disfarçado; e o mandaram

(1) *Cartas*, p. 227.

(2) *Roteiro do Brasil*, p. 88. Aliás o rei de Espanha, para prevenir a expansão dos francêses, mandara, em 1557, fundar povoações em S. Francisco (Santa Catarina) e entre a costa e Assunção, Real Cedula de 26 de Fevereiro, ENRIQUE DE GANDIA, *Jaime Resquin, Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas*, XVIII, 247, Buenos Aires, 1935.

afinal para a Baía, no navio em que Estácio de Sá seguiu para a Europa, a pedir reforços para a conquista do Rio de Janeiro. Na Baía o bispo lhe tomaria contas (1). Não lhe valeram os serviços prestados. "O Monsier de Boules deixa de ser queimado por estar remetido ao cardeal", resume o padre Leonardo do Vale, em 1562 (2). Escapou da fogueira pela promessa de se lhe fazer justiça, na Inquisição de Lisbôa. (3)

ESTACIO DE SÁ

O geito seria povoar-se a Guanabara, como se fizera a Pernambuco: uma feitoria, que obviasse à reincidência dos estrangeiros. O padre Nobrega lembrava ao cardeal D. Enrique, tio-avô de D. Sebastião, essa urgente necessidade, e fôra o jóven Estacio de Sá advogado-la na côrte. O resultado da insistencia foi a frota com que voltou Estácio, apercebida para a ocupação definitiva do Rio de Janeiro. (4).

Desta feita o povo obteve de Mem de Sá que não partisse com os expedicionários, (5) que tinham chefe natural no seu sobrinho, e no ouvidor Braz Fragoso, chegado pouco antes de Porto Seguro, onde de novo o gentio se rebelára e fôra reprimido. O plano de campanha cingia-se à incorporação de auxílios do Espírito Santo e S. Vicente (índios aliados e canôas, que os jesuitas mandariam ao encontro do capitão) e à investi-

(1) SATURNINO DE PADUA, *Velharias*, p. 86, Rio, 1929.

(2) *Cartas Jesuíticas*, II, 364. E Anchieta, *Cartas*, III, 158. Não é mais necessário repetir que a lenda de ter Anchieta servido de carrasco para o sr. de Boulés é absurda e gratuita. Foi, de Lisbôa, desterrado para a India, *Denúncias da Bahia*, p. 331; GARCIA nota a Varnhagen, I, 455.

(3) Estacio de Sá, confirmado pelo tio governador, desculpou o francês. O processo figura nos *Anais da Bibl. Nac.*, XXV, 273-4.

(4) VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 393-4.

(5) "... Armada que comigo vae..." diz Mem de Sá na provisão de Jácome Pinheiro, *Doc. Hist.*, XXXVI, 195. E' de 9 de Setembro de 1563.

da, de surpresa, no Rio, retirados aos francêses todos os meios de fuga pela destruição rápida de seus barcos.

Os jesuitas (e ninguém mais do que Nobrega) colaboravam com intensidade na guerra. Não apenas contra o estrangeiro; sobretudo contra o hereje. Eles melhor que os demais sabiam a importância daquilo: antes de ser uma luta de bandeiras, era um chôque de mentalidades. Os "huguenotes" procurariam disseminar o seu crêdo. Os teólogos calvinistas do Rio propagariam a Reforma. A catolicidade da America latina corria perigo. Nobrega, tão pacífico e sereno, mostrou-se neste momento um ativo e hábil cruzado. Sem o apoio dos missionários a expedição de Estácio de Sá esbarraria, como a anterior, nas dificuldades d'uma resistencia exparsa e bravía, dos tamoios entrincheirados nos môrros do Rio de Janeiro, em frente a portuguêses que desconheciam o terreno, longe de núcleos de abastecimento, e em reduzido número. Para vencer êsses selvagens, que os francêses instruíam, era indispensavel outra tribo indigena, além de tudo senhõra das águas, por suas canôas ágeis, que penetrassem as bôcas dos rios e as restingas a que não chegavam as caravelas.

No Espirito Santo déra-se o inevitável. Vasco Fernandes, decrépito e deşanimado, largára o seu cargo de capitão-mór, pedindo a Mem de Sá (de volta de S. Vicente para a Baía) que o dêsse a homem capaz. Proveu nêle a Belchior de Azevedo. Este, em companhia de numerosos teminimós nas suas embarcações, acompanhou a armada. Entre os índios ia o "principal" teminimó Araribóia, batisado com o prenome de Martin Afonso.

Logo à chegada da Guanabara tomaram uma não francêsa. Mas o aspêto ameaçador da costa, onde o inimigo se mostrava resolvido a bem combater, indu-

ziu Estacio a aprobeijar para S. Vicente, donde traria reforços e mantimentos. (1).

Em S. Vicente tinha sido extraordinário o esforço dos padres para conter o gentío; e apenas parte dêle se acomodára, pois ainda uma vez — áquele tempo — corria risco a vila de S. Paulo.

Nobrega pretendia pacificar os tamôios dentre S. Vicente e a Ilha Grande, para retirar aos da Guanabara essa aliança, que podia ser fatal à Bertioga e à propria vila de Santos.

OS TAMOIOS COLIGADOS

Falou-se de uma “confederação dos tamôios”.

Era possível. Todos os amigos dos francêses podiam juntar-se para hostilizar os portuguezes, espalhando o terror pelas redondezas de suas povoações, entrando-lhes as terras, flagelando-os com uma guerra geral, que era o mais de recear em tais extremos.

Resistiria a isolada fortaleza de Bertioga á coligação dos índios do litoral vicentino e do Rio de Janeiro? Nobrega abriu a tempo os olhos para a realidade, e em companhia de um irmão, o mais enfermigo e dócil de seus companheiros, José de Anchieta, usou magistralmente os seus métodos de persuasão e catequese. Saíu num pequeno navio de José Adorno — não mais para levar a guerra aos índios máos (2), porém para os “reduzir” com palavras e súplicas.

O congraçamento operado na região de Iperoig deu fóros de santo a Anchieta, três menses refêm dos sel-

(1) Frei VICENTE, *Hist. do Bras.*, p. 180.

(2) Em 1561 comandavam os jesuitas no planalto uma expedição contra os índios inimigos, que ameaçavam S. Paulo (P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 287). Foi em 9 de Julho de 62 o grande ataque dêles ás cercas de S. Paulo, *op. cit.*, I, 289. O seu chefe seria Piquerobi, irmão de Tibiriçá, defensor da vila, e que faleceu no Natal de 1562. O nome do capitão do navio é José e não Francisco Adorno, cf. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 368 nota.

vagens. “Estamos já de caminho para esta jornada”, escreveu na sua doce linguagem o irmão José, em 16 de Abril de 63. (1). No dia 23 saíam ambos de Bertioga, passavam pela ilha de S. Sebastião, e a 26 de Maio alcançavam Iperoig “in partibus infidelium”. Realmente, os tamóios os receberam benevolmente e aí viram os jesuitas quão certo é o ditado, de que ha males que vêm para bem. Em 1562 muito lhes doera a revolta dos tupis do planalto. Tinha sido uma espécie de guerra civil, pois eram os súditos de Tibiriçá rebelados contra o velho chefe. Póis os tamóios, inimigos irreductíveis dos tupis de Piratininga, disséram aos padres que, agora que êles os tinham abandonado, estavam dispostos a fazer pazes com os portuguezes, contentes por vingar-se dos tupis, a quem desejavam vencer e comer... (2) O seu odio não era precisamente contra os brancos (se tão fieis haviam sido aos francêses); mas contra os da outra nação, através de lutas que precediam de longa data a vinda dos europeus. Como refens seguiram para S. Vicente muitos tamóios e, após êles, o padre Nobrega, que deixou Anchieta a dar de si tão bom exemplo, que os cabôclos, rendidos à sua bondade, o tiveram por amigo. Cunhambêba, um dos principais dêles, célebre pela sua ferocidade descrita por Hans Staden e André Thevet, tomou então decididamente o partido dos portuguezes. Estava firmada a concordia que, sem desarmar toda a tribu, pelo menos a dividia: os francêses não contariam mais com os de Iperoig para molestar a Bertioga (alvo ainda de varios assaltos episódicos) e S. Paulo.

Voltou Anchieta a S. Vicente, a tempo de receber recado da armada de Estacio de Sá que ia sobre o Rio de Janeiro, e necessitava do conselho de Nobrega.

(1) *Cartas Jesuíticas*, III, 194.

(2) ANCHIETA, *op cit.*, p. 199.

No Rio de Janeiro uniram-se à gente de Estacio, não para tomar desta vez as trincheiras dos francêses, senão para se acolherem todos a S. Vicente em ordem de prestar a verdadeira guerra, com tamôios dissidentes, tupís do sertão discipulos dos padres, colonos que para isto se ofereceram... Foi o que avisou Anchieta em 8 de Janeiro de 65. E logo a 22 — ficando naquele porto o ouvidor geral com o galeão e a não capturada, em concertos — rompeu o capitão com a sua não, “alguns navios pequenos e canôas” (narra o Irmão José na carta que em Junho escreveu da Baía). “a começar povoação” que se lhe encomendára.

EXPEDIÇÃO DE 1565

Aparentemente a expedição não era cousa de respeito: “poderiam chegar até 200 homens que era bem pouco...”, compreendendo “os mamalucos de S. Vicente, com alguns índios do Espirito Santo... e alguns outros de S. Vicente dos nossos discipulos cristãos de Piratininga...” Mas entre estes havia quem valesse como os mais esforçados lidadores da Índia, também em número escasso, e todavia herôes de façanhas maiores: o moço Estacio, Paulo Dias Adorno, Belchior de Azevedo — aconselhados pelo padre Gonçalo de Oliveira e Anchieta, que respondiam pelos cabôclos. Peripicias da viagem — os índios a quererem desertar pela falta de mantimentos, as canôas esperando ansiosamente os navios, incerteza do successo e inconstancia dos aliados — puzeram à prova o prestígio dos jesuitas sobre êles. Tres embarcações com socorros da Baía os reanimaram na barra do Rio de Janeiro, que a não e os demais navios entraram em 1 de Março, costeando o Pão de Açucar, para logo adiante, na enseada em

que, ao abrigo dêle, se remansam as águas, despejar Estácio de Sá e os seus guerreiros.

Não queria repetir a proeza do tio, que cinco anos antes jogára a artilharia com a ilha de Villegaignon deixando que os francêses corressem para os matos do continente. O seu projeto era fortificar-se rapidamente naquela abrigada, com os barcos a defendê-lo do que viesse por mar e as çêrcas do que surgisse de terra, opondo assim ao acampamento calvinista o acampamento português. Forçaria depois à luta o inimigo, mediria com êle a sua coragem, e cêdo ou tarde o tiraria dali.

A PRIMEIRA CIDADE DE S. SEBASTIÃO

Não havia melhor alvitre. "... Foi logo o capitão-mór a dormir em terra, e dando animo aos outros para fazer o mesmo, ocupando-se cada um em fazer o que lhe era ordenado por êle, a saber: cortar madeira, e acarretá-la aos ombros, terra, pedra e outras cousas necessárias para a cêrca, sem haver nenhum que a isso repugnasse..." Não tardaram as escaramuças. 6 de Março: canôas de índios que os provocavam e corriam. 10 de Março: arremetida frustrada de quarenta e oito canôas contra a palissada e captura de uma não francêsã varada no rio Carioca. A consequencia foi proporem trêgoas os francêses, que, no emtanto, exquivos, fugiam com os tamôios. Foi aí que Estacio mudou de política. Preferiu entregar-lhes a não para que voltassem para a França, depois de convencer os índios das intenções generosas dos portuguêses. E cuidou de levantar "um baluarte mui forte de taipa de pilão com muita artilharia dentro, com quatro ou cinco guaritas de madeira e taipa de mão..." Anchieta par-

tiu para a Baía em 31 de Março (e de lá escreveu a 9 de Julho ministrando êsses informes. (1)

A' sua cerca deu Estacio a denominação de cidade ("não era mais que uma cerca de páo a pique e casas de palha", diz o padre Pero Rodrigues) e — em honra do pequeno rei de Portugal — de cidade de S. Sebastião. Venerava-se o santo na igreja-palhoça que levantou o padre Gonçalo de Oliveira. Por escudo adotou as três setas do martírio do mesmo santo. Arbitrou-lhe por termo seis legoas em raio como na Baía e para rocio lhe consignou legoa e meia. (2) Governou a fortaleza-cidade entre 1 de Março, dia do desembarque, e 18 de Janeiro de 67, quando aí chegou Mem de Sá para assumir a direção da campanha na fase final.

O sítio escolhido era defensável, mas acanhado; próprio para o período das incessantes sortidas, bom sobretudo para vigiar a barra, pois os navios que entrassem passariam pelo campo de tiro de seus canhões, mas não para a povoação desejada. Abrangia a palissada a réstea de varzea entre o môro de Cara de Cão (junto ao morro do Pão de Açucar) (3) e o da Urca, dominando o istmo, que, em caso de necessidade, podia ser ilhado, graças ao fôssco que se rasgasse, ou à trincheira aberta entre os môrros da Urca e Babilônia. Seguro de sua vantagem topográfica, depois de ter fundado a cidade de S. Sebastião rodeada de muros de taipa, des-

(1) *Cartas*, III, 257. Ficou o padre Gonçalo. Tinha 30 anos, pois entrara para a Companhia com 17, em 1552. Foi o segundo reitor do Colégio do Rio de Janeiro. Saiu da Companhia para ir morar com a mãe viuva e rica em 1575, a ela voltou depois de 1584 para de novo a deixar em 1591. Obteve reingresso em 1610 e faleceu nonagenario e com vida exemplar em 1620, P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 403.

(2) Vd. JOÃO DA COSTA FERREIRA, *Revista do Inst. Hist.*, vo 164, p. 24 (Rio 1933).

(3) O nome de Pão de Açucar (fôrma usada no fabrico de assucar e que era cônica, como um cartucho) indica a importância que a indústria açucareira adquiriu na colonia, depois de 1570. O lugar onde existiu a fortaleza de Estacio jamais perderia a sua significação estratégica: a fortaleza de S. João é uma reminiscência daquela.

pediu Estacio os navios, como para tirar a seus companheiros a tentação de abandonar a refrega, e de pé firme esperou a reação dos bretões, que não demorou muito.

A EXPEDIÇÃO DE 1567

Para retirar Estacio de Sá do aperto em que se achava no Rio de Janeiro, saíu de Lisbôa uma armada de três galeões comandada por Cristovão Cardoso de Barros, filho do provedor-mór Antonio Cardoso que acabára, em companhia do bispo, às mãos dos caetés do S. Francisco. Chegou à Baía em 23 de Agosto de 1566. Em Novembro nela embarcou o governador, quanta gente d'armas quiz acompanhá-lo, o bispo D. Pedro Leitão e seis jesuitas, entre êstes o visitador P. Inácio de Azevedo, Luiz da Grã, Provincial, e Anchieta, recém-ordenado.

A decisão é tomar à viva fôrça a terra, e, após o aniquilamento dos francêses e dos tamôios seus aliados, construir em sítio conveniente a cidade de Sebastião, até aí uma cêrca junto do Pão de Açucar confinada e salteada pelos assíduos inimigos.

Tinham êstes três fortes posições, a principal das quais era o reduto de Biraçumirim, fronteiro à ilha de Villegaignon, onde não se refizêra a fortaleza, e alojado nas escarpas do môro de abas defendidas por palissadas e artilharia. A êsse pináculo se denominou mais tarde de morro da Gloria pela ermida de Nossa Senhora que lá substituiu o fortim dos calvinistas; e à praia, por êle dominada, de Flamengo, em intenção do morador desta nacionalidade que se instalou junto dela.

Outra poderosa aldeia dos tamôios ficava na ilha donde tinham êles expulso os maracajás (a do Governador).

Emquanto dessa ilha partiam as canôas que infestavam o golfo, de Biroaçumirim desciam as patrulhas que fechavam aos de S. Sebastião os caminhos da costa, trazendo-os oprimidos de encontro à montanha a que se encostavam.

A CIDADE NO SEU LOGAR DEFINITIVO

A 20 de Janeiro (1567), dia de S. Sebastião, os da cidade de seu nome e da armada de Mem de Sá investiram as trincheiras de Biroaçumirim e a tomaram depois de furioso combate. Entre os feridos caiu Estacio de Sá, a quem uma seta envenenada colheu no rosto. Não poudes sarar. Morreu, segundo sobrinho do governador-geral que os índios do Brasil acabavam, em 20 de Fevereiro seguinte.

Expungida a praia do continente, volveu Mem de Sá as vistas para a ilha onde se faziam fortes, e, com todos os rêmos de que dispunha, lá correu a batê-los, o que levou dous dias, tal a resistencia dos tamôios.

Os francêses que escaparam às espadas dos portuguezes e à vingança dos teminimôs fugiram de envolta com os tamôios para o Cabo Frio. Foram dizimados os índios que tanto mal tinham feito aos católicos. Mem de Sá era réto e inexoravel. Exterminou primeiro os inimigos, depois — em 1 de Março — mudou a cidade, do seu sítio escasso para o môrro de S. Januario, onde, alcantilada entre muros, à lembrança da Baía, e rente ao mar, para ter sempre a vizinhança dos navios, podia zombar de nówos assaltos. Porque se fez aí a fortaleza, o môrro ficou sendo “do Castélo”. Os jesuitas com Nóbrega à frente, não perderam tempo: começaram a edificação de sua igreja, “telhada e bem concertada”, aberta ao culto em Agosto do mesmo ano, e casas nesse logar alto, dando o exemplo aos colónos,

de confiança no clima e na fartura da Guanabara. Lançados os alicerces do colégio, mandada fazer a Sé (que teve pároco em 1569) (1) era a ocupação definitiva do Rio de Janeiro, para sempre a proibição de outras usurpações de estrangeiros seduzidos pelo abandono de tão bela paisagem.

“Fundada pois a cidade pelo governador Mem de Sá em o dito outeiro — acrescenta frei Vicente — ordenou logo que houvesse oficiais e ministros da milícia, justiça e fazenda. E, porque haviam ido na armada mercadores, que entre outras mercadorias levaram algumas pipas de vinho, mandou-lhes o governador que o vendessem atavernado e, pedindo-lhe que lhes puzesse a canada por um preço excessivo, tirou êle o capacete da cabeça com colera e disse que sim, mas que aquele havia de ser o quartilho. E assim foi e é ainda hoje por onde se afilam as medidas...” (2).

Para capitão-mór de S. Sebastião nomeou outro sobrinho, Salvador Corrêa de Sá. Subia a 150 o número de moradores de cidade recém-creada. (3).

E voltou para a Baía, contente do seu êxito.

Deixára povoado o Rio de Janeiro. Mas não tão seguro, que uma frota francesa por alí não entrasse pouco depois, à procura decerto dos calvinistas, que já não encontrou, porém sim aos teminimós de Arariboia, que, com os portugueses, lhe infringiram grande revés.

Descreve-o Gabriel Soares: “A cidade se chama S. Sebastião, a qual edificou Mem de Sá em um alto, em uma ponta de terra que está defronte da ilha de Vi-

(1) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 392. A igreja dos jesuitas foi refeita em 1585-88, e demolida, com o desmonte do Castelo, em 1922. Alguns altares seus de gosto espanhol estão na igreja da Misericórdia, que Anchieta fundou.

(2) *Hist. do Brasil.*, p. 193.

(3) ANCHIETA, *op. cit.*, III, 428. Os principaes requererem, em 18 de Agosto de 1567, rocios para os gados, Vieira Fazenda, *Antiquilhas*, Revista do Inst. Hist., vol. 142, p. 243. E' a origem do Realengo do Campo Grande.

ragalham (sic), a qual está lançada deste alto por uma ladeira abaixo ; e tem em cima no alto um nobre mosteiro e colégio de padres da Companhia ; e ao pé dela uma estância com artilharia para uma banda e para a outra, um modo de fortaleza em uma ponta, que defende o porto, mas não a barra por lá não chegar bem a artilharia”. (1)

Estacio de Sá fôra sepultado na nave central do templo dos jesuitas. Seu primo Salvador Corrêa mandou depois lavrar condigna lápide que lhe comemorasse os feitos. Dir-se-ia que em torno desses despôjos padres e vizinhos se agrupavam com mais tranquilidade. Dous outros mortos venerados ajudaram a aprofundar raízes a povoação incipiente : o padre Antonio Rodrigues (de romanesca vida antes de ingressar na Companhia), que faleceu em 19 de Janeiro de 1568, e o incomparavel Manoel da Nobrega, que alí fechou os olhos dous anos depois, exausto de trabalhos de catequése, viagens, lutas, das três cidades que fundou, de todas as aldeias que construiu, do seu provincialato laborioso, de suas privações heróicas, de suas vigílias entre infiéis, de sua sóbria e grande peregrinação, agora do reitorado do Rio de Janeiro, que foi o primeiro a exercer.

A FORTUNA DO GOVERNADOR

De volta à sua capital, podia Mem de Sá reclamar da corôa moderação em “leis e estilos do Reino. Se V. A. não fôr muito fâcil em perdoar, não terá gente no Brasil ; e porque o ganhei de novo, desejo que se êle conserve” (carta de 30 de Março de 1570).

Ganhou-o de novo... E, fatigado e velho, queria viver os derradeiros dias na pátria. “Sou velho, tenho

(1) *Roteiro do Brasil*, p. 83.

filhos que andam desagazalhados...”, queixára-se já em 1560, pedindo sucessôr. Depois, censurava e excusava-se: “não parece justo que, por servir bem, a paga seja terem-me degradado em terra de que tão pouco fundamento se faz”. Depauperara-se é verdade no físico: mas não podia insistir na linguagem de ha dez anos: “nela gasto muito mais do que tenho de ordenado...” A pensar certamente nos “filhos desagazalhados”, o governador cuidára com intelligencia de sua fazenda, e ao morrer, em 1572, era homem rico. Tinha dous engenhos, “com sua escravaria da terra e alguma de Guiné...”, assim em Ilhéos como no reconcavo. Duas legoas e meia de terras; a grande sesmaria de Seregipe (Sergipe do Conde) com o seu engenho d’açucar, um dos principais da colônia; estimava a legitima da filha em dez mil cruzados... O de Ilhéos dava “de 12 a 14 mil arrobas de açucar em tempo de Mem de Sá...” (1) E referia no testamento (1569): “Eu tenho mandado muito açucar ao reino a Fernão Paes e o mais arrecadou João de Góes...” “e assim do pão do Brasil que lhe mandei”, sendo “mil e tantas arrobas de açucar para Flandres que foram a salvamento...” “Na Baía possuia perto de 500 cabeças de gado, um curral junto do Joanes com 150...” (2).

Gozava de abastança; era dos maiores exportadores de açucar de Ilhéos e Baía; dava aos demais moradores o exemplo d’uma atividade bem organizada.

Não escaparia, bem feitas as contas, à acusação que a outros coubera, de aproveitar-se do “resgate” dos índios, apartando para o seu serviço pessoal numerosa escravatura. No “inventario” de seus bens, que

(1) *Descrição da fazenda que o Colégio de Santo Antão tem no Brasil. Anais do Museu Paulista*, III, 782.

(2) Testamento de Mem de Sá, publ. in nota a Varnhagen, I, 445-451, 3.^a ed. que não o conheceu. Aliás a esse documento já se referira Camilo Castelo Branco, *Serões de S. Miguel de Setúbal*, p. 75., Porto, 1886.

se abriu em 1572, figuravam duas dezenas de “mulheres que trouxe de fóra Domingos Ribeiro”, e a elas se refere uma apostila: em 13 de Março “fugiram desta fazenda em uma canôa quatro escravas femeas e um macho ... que disse que eram peças que trouxe Domingos Ribeiro do resgate... por quanto estavam as ditas peças e escravaria amotinada de homens brancos que os amotinam...” Seriam todas de “justa guerra”, isto é, tomadas a tribus legalmente tidas por inimigas. Os nomes das mulheres trazidas por Domingos Ribeiro são na maioria tupís, emquanto entre os índios do ról dos escravos de ofício varios são tapuias... (1) E’ precisamente a êsse “resgate” que alude a denuncia ao Santo Officio de Antonio Rodrigues Loureiro: “haverá vinte anos” (portanto em 1570 ou 71), “no tempo que aqui havia guerra com os gentios foi daqui um barco de resgate a Cerecipe, no qual ia por língua, Domingos Ribeiro cristão-novo, criado que foi da Mem de Sá”, e “dizem deu aos gentios inimigos uma espingarda aparelhada de seus aparelhos em troco de uma escrava”, “dizem que aquela espingarda foi princípio de aqueles gentios começarem a saber e usar de espingardas contra os cristãos”. Depois de morto o governador sofreu o “língua” uma condenação pela sua temeridade. (2)

Mas o governador precisava repousar.

Atendeu-lhe a rainha a suplica, enviando para substitui-lo D. Luiz Fernandes de Vasconcelos (nomeado em 6 de Fevereiro de 1570).

O governador era filho do arcebispo de Lisbôa, D. Fernando de Menezes, e comandára a armada que em 1557 foi à Índia, famosa, mesmo antes da partida,

(1) Inventario dos bens que deixou Mem de Sá, cm. ao 3.º Congresso Nacional de Historia por Wanderley Pinho.

(2) *Denunciações da Bafa*, ps. 296-7. A prisão de Ribeiro foi depois da morte de Mem de Sá, pois no Inventario figurou êle.

por se atribuir à proibição da festa de S. Pedro Gonçalves não poder dar á véla a capitânia, no que a gente da Alfama via sinal do céu... Era a náo "Santa Maria da Barca": invernou na Baía, onde lhe fez fidalgo acolhimento Duarte da Costa. (1) D. Luiz conhecia portanto o Brasil. Com êle embarcaram o padre Inácio de Azevedo, que tinha sido Visitador e voltava com quarenta jesuitas, a maior expedição que a Companhia mandava para além-mar. Eram seis navios. Em 15 de Julho de 1570 foram assaltados no meio do Atlântico pela armada de corsarios francêses comandada por dous capitães de nomeada, Jaques Sore e Jean Capdeville. O primeiro distinguiu-se tragicamente no assalto às Canarias. (2) Apresando o navio em que viajavam os religiosos, a todos lançou ao mar. Morreram santamente. "Os quarenta mártires do Brasil". Ganhou a Igreja, com o pio exemplo; mas perdeu a colonização, principalmente a obra apostolica do Padre Inácio, que tornava ao Brasil com grandes projéto. Foram duas mortes quasi simultâneas que desfalcaram a Companhia na America: Nobrega e Azevedo.

O navio de Luiz de Vasconcelos foi dar a S. Domingos, nas Antilhas, voltou para os Açores, e quando de novo demandava o Brasil foi tomado por três náos corsarias. Morreu o governador com a espada na mão.(3)

A corôa parecia não ter prêssa em chamar Mem de Sá. As suas forças declinavam. O ano de 1571 foi para êle de quasi inação. Sentia-se cada vez mais doen-

(1) DIOGO DO COUTO, *Decadas*, VII, livr. 5., cap. 2, e frei VICENTE, *Hist. do Bras.*, p. 162; GARCIA, nota a Varnhagen, I, 445.

(2) Jacques Sore ou Soret, em normando Le Roux ou Rousseau, vd. FUNCK-BRENTANO, *L'Île de la Tortue*, p. 47, Paris, 1928.

(3) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 206.

te. Faleceu às 10 da manhã de 2 de Março de 1572, na Baía, e foi sepultado no meio da nave da igreja nova do Colégio, de que fôra principal bemfeitor. (1).

Assumiu então o governo, à espera de quem o tomasse em caráter efetivo, o ouvidor geral Fernão da Silva, que três anos antes nestas funções sucedêra ao intrépido Braz Fragoso.

(1) A lápide do jazigo de Mem de Sá continúa no mesmo sitio,

XIV

PERNAMBUCO DOS ALBUQUERQUES

Em Pernambuco, com a retirada do donatário-fundador, ficára no governo sua esposa e o irmão desta, Jeronimo de Albuquerque.

Até 1560 os índios não deixaram em paz os colônos.

Em carta de Agosto de 1555, já se queixava a el-rei o capitão, dos estragos causados pelo gentio a Igarassú e Olinda, destruindo três engenhos, que faziam cousa de dez mil arrobas de açúcar por ano (1). Acudiu-lhe a malícia de Vasco Fernandes de Lucena, o mesmo que salvára Igarassú do cerco famoso. Lembrou (por muito conhecer os nativos) que não seria conveniente a guerra punitiva, porém os atrair com bôas palavras, embebedá-los com o vinho de que gostavam, e, valendo-se da embriaguez, ocasião em que diziam as verdades, saber quais dentre êles os inimigos. Albuquerque (diz frei Vicente) concordou com o plano. Á notícia dos vinhos acorreram a Olinda os principais das tribus vizinhas, e quando, bêbedos, já não podiam suspeitar da intriga, lhes declarou Vasco Fernandes que estavam convidados a fazer conjuntamente guerra aos "tabaioias" (tobajaras) seus adversarios. Ficaram com isso contentes: mas, acrescentou o ladino Provedor, antes de se irem, deviam denunciar os assassinos dos brancos, afim de que, castigados, não houvésse mais ressentimentos. . .

(1) PEREIRA DA COSTA, *Trabalhos da Conferencia Assucateira do Recife*, p. VII, Recife, 1905.

Passaram a acusar-se uns aos outros, engalfinharam-se numa luta terrível, e Jerônimo de Albuquerque dela se aproveitou para prender os culpados e justiça-los exemplarmente. A alguns mandou amarrar à bôca dum canhão, a que poz fogo. Sabia que para assegurar a tranquilidade à roda de Olinda devia ser temido. E acertou no seu impiedoso processo. Porque os índios se dividiram, em amigos e inimigos dos colonos, e estes dêram de atàcar-lhes as propriedades, achando pela frente grupos armados e numerosos cabôclos auxiliares, que os repeliam. A ação mais importante aconteceu nos montes Guararapes. Investiu-os Jerônimo de Albuquerque com cerca de dez mil flêcheiros. Mas lá estavam entrincheirados nas suas "caïças", e teve o capitão de recolher-se, desbaratado, para a vila. Na retirada, uma seta arrancou-lhe um olho. (1).

OS FILHOS DO DONATARIO

Parece que o bravo povoador desanimou então. Foi quando a rainha ordenou aos dous rapazes, filhos de Duarte Coelho, que, como cavaleiros, viessem tomar a sua capitânia, afirmando, com a espada na mão, o domínio paterno. Ao mesmo tempo, atendendo aos rogos de D. Brites de Albuquerque, três padres jesuitas (Gonçalo de Oliveira, João Ditio e Rui Pereira) foram fundar o Collegio de Pernambuco (2).

Em 1560 estavam em Olinda Duarte de Albuquerque Coelho e seu irmão Jorge. Eram mancebos dignos da geração anterior, dos soldados da Índia: leais, robustos, impetuosos. Vingaram o tio, batendo os índios

(1) Frei VICENTE, *História do Brasil*, p. 119.

(2) Chegaram em 19 de Janeiro de 1561, *História de la fundacion del Collegio de Pernambuco*, *Anais da Biblioteca Nacional*, LXIX, 16, nota de R. Garcia. O colégio foi efetivamente fundado em 1568, SERAFIM LEITE, *op. cit.*, p. 457.

em muitos encontros e lançando-os para o oeste e para as margens do S. Francisco, numa campanha sistemática e sem quartel.

Jorge de Albuquerque, embora mais moço, teve de encargo a chefia da guerra. (1) Lidou-a, desde as cercanias de Olinda até o S. Francisco, sempre triunfante. Enfadado porém das dissensões que ocorriam entre os moradores, (2) decidiu regressar para o Reino, na não Santo Antonio, em 16 de Maio de 1565.

Mais esta viagem do que os feitos de Pernambuco dariam notoriedade ao segundo filho de Duarte Coelho. E' que em sua companhia andava quem lha escrevesse. Quantos heroismos, no oriente, ficaram sem memoria, e fatos obscuros estranhamente recaçados, porque aos primeiros faltou o testemunho do letrado, enquanto os outros foram vistos e fantasiados por êle! Um naufragio dramático incluiria a de Jorge de Albuquerque entre as desventuras célebres da História Tragico-Marítima, que Bernardo Gomes de Brito colecionou no século XVIII. Quiz mesmo Almeida Garrett descobrir, nas emoções daí nascidas, a origem do "auto" da "não Catarinêta", um dos raros "rimances" marítimos que perduraram na lírica popular portuguesa (3).

Quem era Bento Teixeira Pinto, que aparece como escritor do "Naufragio que passou Jorge de Albuquerque Coelho vindo do Brasil para este Reino no ano

(1) Vd. *Naufragio que passou Jorge de Albuquerque Coelho*, edição de Augusto Cesar Pires de Lima, p. 36, Porto, 1938.

(2) As dissensões entre o governador, seu tio Jerônimo de Albuquerque e o genro deste, Felipe Cavalcanti, foram apaziguadas com a intervenção dos jesuítas, *História de la fundacion*, Anais cit., p. 14. Jorge tomou o partido do tio contra o irmão, como se deduz do testamento de Jerônimo de Albuquerque, que alega o ter creado como filho, BORGES DA FONSECA, *Nobiliarquia*, II, 364. Felipe Cavalcanti era filho de João Cavalcante (sic) "dos da governança de Florença", declarou ao Santo Officio em 1593 (*Denunciações de Pern.*, p. 75). Nasceu pelo ano de 1523, tinha alguma instrução (*Den.* p. 75) e já em 1578 gastava mais de 5 mil escudos por ano. E' o patriarca da família do seu apelido no Brasil.

(3) *Romanceiro de J. B. DE ALMEIDA GARRETT*, III, 87, Lisboa, 1851.

de 1565"? Seria o mesmo autor da "Prosopopéa", até ha pouco tido como o primeiro poeta que o Brasil produziu?

Achou Varnhagen que não êle, mas o piloto Afonso Luiz, ajudado do mestre Antonio de Castro que lha corrigiu, escreveu aquella Relação. (1) Quanto ao verdadeiro Bento Teixeira (sem um segundo sobrenome) era natural do Porto, com 33 anos em 1594, como nô-lo apresenta Rodolfo Garcia, ao publicar as "Denunciações de Pernambuco" (2).

O NAUFRAGIO

Com efeito, o verzejador não ia a bordo, sim aquele "Alonso Luiz Pilôto mas não da nossa não", que bem podia ter sido o escriba. O fâto foi que os ventos a levaram muito para o norte, onde a investiu um navio francês bem petrechado. Sete portuguezes apenas (que os outros desistiram de combater) ofereceram encarniçada resistencia por três dias. Renderam-se afinal, porem a Jorge de Albuquerque os corsarios calvinistas dedicaram as maiores atenções, tendo-lhe em consideração a bravura, até que um temporal furioso apartou as duas náos. A de Pernambuco, desmastreada, sem leme, sem provisões, vogou ao sabor das correntes em mar encapelado quasi quatro mêses. Incríveis padecimentos não lograram abater o espírito energico, o ótimismo sublime do fidalgo. Quando julgavam chegado o último instante foi que avistaram as Berlengas, e dian-

(1) *História Geral do Brasil*, 3.^a ed., III, 121.

(2) *Denunc.* p. XXIV; e nota a Varnhagen, III, 148. Depois disto não se tem mais o direito de considerar Bento Teixeira o primeiro poeta "brasileiro". Esta honra, aliás, Botelho de Oliveira reivindicára em 1705, *Musica do Parnasso*, ed. da Academia Brasileira, p. 51; "primeiro filho do Brasil que faça pública a suavidade do metro...".

Bento Texeira, o que ensinava meninos em Pernambuco, casara-se em Ilhéos onde vivia e escrevia em 1587, *Dnunciações da Bata*, p. 363.

te da serra de Cintra uma barca socorreu os naufragos, levando a arrasada não para o Tejo. Em Lisbôa, D. Jerônimo de Moura, amigo de infancia do primo, não o reconheceu, tão mudado aparecia, com os sinais das desgraças que passára... (1)

O filho, vê-se, não desmentira a fibra paterna, sobretudo aquela impavidez moral, que distinguia o fundador de Olinda : gente brava e bronzea...

Governava o cardeal D. Enrique como regente do Reino na menoridade do sobrinho-neto. Até que ponto o drama da travessia de Jorge de Albuquerque impressionou favoravelmente a corôa sobre os assuntos da capitania de Pernambuco? Duarte, seu irmão, desaveiu-se algum tempo com os jesuitas, não logrou manter sempre a tranquilidade entre os homens importantes da terra, e se lhe conhece um ruim aliado : o mágico "Padre do Ouro", preso em Olinda em 1571.

Esse intrujão tinha pertencido a Companhia, e talvez fosse a causa das hostilidades que sustentou contra ela o donatário.

O EPISODIO DO PADRE MÁGICO

Chamava-se Antonio de Gouveia. Nascêra nos Açores. Clérigo de missã, soldado na Italia nos exercitos de Alexandre Farnesio, ingressára na Companhia de Jesus em 17 de Dezembro de 1555 (2). Cêdo deram os padres pelo lôgro e o expulsaram. Tomou-o a Inquisição de Lisbôa a seus cuidados. Preso, degredado, reincidente, foi emfim deportado para Pernambuco, em 1567. Aí deu para as artes negras. A acusação de nigromante, a fama de feiticeiro e outras baldas misturam-se-lhe à attitude de advogado da escravidão dos índios,

(1) *Naufrágio*, etc., p. 69.

(2) P. SERAFIM LEITE, *op cit.*, I, 481.

contra os jesuitas insultados por essa resistencia inesperada. Sem êsse interesse econômico não conseguiria fazer parcialidade temível contra os missionários: “era tão manhoso (diz o cronista da “Fundação do Colegio de Pernambuco”) que foi “favorecido de Duarte Coelho governador da Capitânia filho de Dona Beatriz mulher do primeiro governador desta Capitania mui virtuosa e também o favorecia o cunhado do governador por nome Dom Jerônimo de Moura e quasi todos eram contra os padres...” (1) Fernão Cardim refere a sua proêza junto dos selvagens “viatãs”, ramo dos tobajaras: “ajuntou-se a isto um clérigo portugûes Magico, que com seus enganos os açarretou todos a Pernambuco e assim se acabou esta nação, e ficando os portugûes sem vizinhos que os defendessem dos petiguares...” (2)

Gouveia levou a sua audacia ao extremo de acusar de hereje o Reitor do Colégio, Padre Amaro Gonçalves, intrigando-o com o povo e até com as autoridades da metropole. A defêsa dos jesuitas era fácil: tratava-se de um degredado da Inquisição... D. Pedro Leitão cortou o mal pela raiz mandando-o prender em casa do juiz ordinario Henrique Afonso, em 25 de Abril de 1571 e logo devolver ao reino, aos carceres do Santo Officio onde se lhe perdeu o rasto (3). A intervenção do padre Luiz da Grã para o castigo do aventureiro lembra-nos equivalente energia, com que perseguiu em S. Vicente o sr. de Boulès. Bom retórico, dir-se-ia especializado em doutrinar contra os pérfidos apóstolos: “el padre Luis de la Grana declaró al pueblo como lo que el padre avia predicado era verdad (alude ao Reitor acusado) e ansi

(1) *Anais da Bibl. Nac.*, XLIX, 15

(2) *Tratados da terra e gente do Brasil*, p. 196. Confirma Frei VICENTE, *História do Brasil*, p. 204.

(3) CAPISTRANO DE ABREU, *Um Visitador do Santo Officio*, p. 4, Rio, 1922; P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 483 (resumindo o que se conhece do caso); e GARCIA, nota a Varnhagen, cit.

quedó libre de la infamia que le avian puesto y con mucho maior credito de lo que antes tenia , duró êste trabajo dos años . . . ” (1).

O principal feito militar de Duarte de Albuquerque Coelho foi a ocupação do Cabo de Santo Agostinho.

Levantou um verdadeiro exercito e com a originalidade de ser distribuido por procedencias : os moradores naturais de Viana sob a chefia de João Paes, os de Lisboa com Gonçalo Mendes d'Elvas, os do Porto com Bento Dias de Santiago . . . Ao todo seis companhias, pois completavam aquelas a gente de Igarassú (capitão Fernão Lourenço), de Paratí (capitão Gonçalo Mendes Leitão, irmão do bispo e genro de Jerônimo de Albuquerque), da varzea (capitão Cristovão Lins, alemão) . . . Pero Lopes Lobo trouxe de Itamaracá 35 soldados e 2 mil índios. Vinte mil cabôclos — diz frei Vicente — engrossavam a expedição, à frente da qual iam o donatário, os genros de Jerônimo de Albuquerque Don Felipe de Moura e Felipe Cavalcanti, florentino êste último, “e não ficou mais na vila que Hierônimo de Albuquerque com alguns velhos que não podiam menear as armas” (2). Tão forte cortejo poz em fuga os caetés às primeiras escaramuças. Duarte Coelho queimou-lhes as cêrcas, desmanchou-lhes as roças, forçou-os à paz e, ato contínuo, deu as suas ricas terras aos principais expedicionários, como excelentes para canaviais e fabricas de açúcar. Ficou a comandar a povoação que ali se fez João Paes, logo senhor de oito engenhos, de que tirou riqueza consideravel. Constituiu o único morgado com provisão real que houve em Pernambuco(3).

(1) *História de la fundación*. cit. O feiteiro foi preso pelo vigário chamado o Corticado, de quem se suspeitou fosse peitado pelos judeus para não continuar as suas devassas, denuncia de Felipe Cavalcanti, *Denunciações de Pernambuco*, n. 76.

(2) *Hist. do Bras.*, p. 201. Vd. o testamento de Jerônimo in Borges da Fonseca, *Nobiliarquia Pernambucana*, 11, p. 360, edição da Bibl. Nac. 1935.

(3) BORGES DA FONSECA, *op. cit.*, 11, 27.

Era necessario, porém, destruir o gentio do rio de Serinhaen, seis legoas do Cabo, que hostilizava o que se submetera, ameaçando as plantações dos brancos. Intimidados, recusaram-se aqueles a entrar em boas falas. Deu-lhes então nas aldeias o governador, ajudado de Felipe Cavalcanti, por mar, e Jerônimo de Albuquerque (filho do velho capitão) por terra, e tão de rijo que se retiraram em massa para os sertões, esvaziando a costa entre o rio de S. Francisco e o Cabo de Santo Agostinho, que toda se aquietou.

Sucedeu essa dupla vitória em 1577-78.

Bento Dias de Santiago, um dos capitães da tropa que tomou o Cabo, em 1575 tinha já um contrato em Pernambuco, pelo que se mandára ao almoxarife da capitânia lhe dêsse 17\$780, dos padrões de medida que comprara (alvará de 24 de Fevereiro daquele ano) (1). Seria um dos mais poderosos personagens da colonia, contratador dos dízimos da Baía, Pernambuco e Itamaracá apesar de cristão-novo, e é a um dos seus feitores que se atribúe a autoria dos "Dialogos das Grandezas do Brasil" (2).

Em 24 de Julho de 1579 era D. Beatriz de Albuquerque, a velha, que assinava uma doação de terras aos padres do Colégio de Olinda, recorda Borges da Fonseca (3).

(1) 'Alv. de 23 de Fevereiro de 1576 — mandava Bento Dias de Santiago pagar 7\$570 de um padrão de metal; alv. de 13 de Julho de 77, para que aceitasse em pagamento ao mesmo Bento Dias letras para o reino ou cautelias; alv. de 18 de Agosto de 77, afim de que o almoxarife salvasse em conta d'êle 5 mil cruzados que entregara ao tesoureiro da Casa da Mina; 2 de Novembro de 84, para que pagasse 600\$; 6 de Fevereiro de 85, para que fizesse pagamento aos padres da Companhia... ms. da Bibl. Nac. E outros sobre os seus contratos cit. por RODOLFO GARCIA, *Dialogos das Grandezas do Brasil*, edição da Academia Brasileira, p. 21.

(2) R. GARCIA, *Dialogos*, ibd. Note-se que "Grandeza das capitánias do Brasil" já era frase de Domingos d'Abreu de Brito, 1592, ms. da Bibl. Nac. de Lisboa, cit. pelo visconde de PAIVA MANSO, na sua *História do Congo*, Lisboa, 1877.

(3) *Nobiliarquia Pernambucana*, II, 354, edição da Bibl. Nac., 1935.

Voltara a governar na ausencia do filho, chamado pelo rei — acrescenta frei Vicente — tais as irregularidades de que o censuravam, no seu trato com os índios. Reporta-se o frade ao episódio do clérigo mágico, como tendo causado a retirada de Duarte de Albuquerque Coelho. (1) E' mais de supôr que foram as queixas dos jesuitas que indispuzeram contra êle D. Sebastião. No reino, porém, não acharia tempo para desculpar-se. Era solicitado por destino mais alto. Embarcava o soberano para a sua grande aventura e nessa armada, onde tomaram logar os melhores escudos do reino, não podiam deixar de figurar os dous Albuquerque. Morreu Duarte em Alcacer-Quibir e herdou-lhe a capitânia o irmão que sobreviveu gloriosamente aleijado de suas feridas. Duarte de Albuquerque Coelho, o II, escritôr das "Memorias Diarias", em que descreveu parte da guerra holandeza, e Matias de Albuquerque, o heróico defensor de Pernambuco contra os estrangeiros, nasceram do tardío casamento de Jorge de Albuquerque Coelho com a filha de D. Alvaro Coutinho de Almourol.

(1) *Hist. do Bras.*, p. 204.

O GOVERNO SERTANISTA DE LUIZ DE BRITO

Para suceder a Mem de Sá veio afinal Luiz de Brito de Almeida, a exemplo do “bom governador” homem de pena e não de espada, pois se recomendára à amizade de el-rei como escrivão da Misericórdia de Lisbôa, sem desamparar o posto quando a peste esvaizou a capital do seu melhor povo (1).

Andava preocupado então o governo real com a subdivisão das grandes administrações coloniais. Como fez na Índia e em Africa, mandou D. Sebastião desmembrar a do Brasil: de Porto Seguro para o sul ficaria o governo a cargo do doutor Antonio de Salema, e da Baía para o norte com Luiz de Brito.

A carta de nomeação daquele para a alçada do Brasil tem a data de 7 de Março de 1570. Partira em 6 de Junho (2), para Pernambuco, onde exerceu as suas funções de justiça até 1573, quando teve ordem de assumir, no Rio de Janeiro, o governo da parte do sul. (3).

Luiz de Brito, nomeado governador geral em 10 de Dezembro de 1572, com o antecipado prêmio de uma

(1) Frei VICENTE DO SALVADOR, *op. cit.*, p. 215. A peste grande, como foi chamada, aconteceu no verão de 1569. Vd. QUEIROZ VELOSO, *D. Sebastião*, p. 125. Só em Lisbôa morreram 70 mil pessoas, JOAQUIM DE VASCONCELOS, *Francisco de Holanda*, notas. Lisbôa 1879. A outra epidemia, de 1579, matou em Lisbôa 40 e em Evora 25 mil... Vd. também Rocha Brito, *as epidemias do século XVI*, III Congrès International d'Históire des Sciences, p. 301, Lisbôa, 1936.

(2) CAPISTRANO, nota a Varnhagen, 1, 456.

(3) GABRIEL SOARES, *Roteiro do Brasil*, p. 90.

sesmaria de doze legoas dada em 23 de Janeiro de 73(1), empossou-se na Baía meses mais tarde. Aí tratou com o Dr. Antonio de Salema, ainda na Baía em Janeiro de 74. (2) Combinaram a maneira de harmonizar as suas funções e bem as desempenharam até 1578.

ANTONIO SALEMA

O doutor era natural de Alcacer-do-sal, e fôra dos primeiros colegiais de S. Paulo de Coimbra (1563), (3) ascendendo em seguida, na mesma Universidade, às cadeiras de Instituta (1565) e Codigo (1567) (4). Desembargador, como Mem de Sá, havia de seguir-lhe a política da defêsa dos índios, contra a cobiça dos colonos, pondo nisso cuidados de réto juiz : foi o principal assunto da conferencia que teve com o seu colega da parte do norte.

Mandára el-rei, por lei de 20 de Março de 1570, que se suspendesse o cativeiro de índios a qualquer título, excêto guerra justa, perdendo os colonos os escravos que tivessem sem a devida inscrição nas provedorias, como licitamente capturados. Um acôrdo em capitulos foi concluído na Baía, em 6 de Janeiro de 74, resumindo as obrigações referentes ao assunto : proibição de resgate com o gentío manso ; escravização apenas do que fosse pegado em justa guerra ; necessi-

(1) *Doc. Hist.*, XIV, 451 ; e P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 65.

(2) GARCIA, nota a Varnhagen, V, 303.

(3) FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, *Noticias cronológicas da Universidade de Coimbra*, p. 611.

(4) Desembargador em 16 de Maio de 1570. Depois de deixar, em 1578, o seu governo no Brasil, foi desembargador dos agravos, 19 de Fevereiro de 1583, e em Lisboa faleceu, em 13 de Março de 86, BARBOSA MACHADO, *Biblioteca Lusotana*, 2.ª ed. I, 375 ; FRANCISCO LEITÃO FERREIRA, *Alfabeto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra desde 1537 em diante*, p. 80, Coimbra, 1937.

dade de licença prévia para os resgates; garantia dos direitos sobre os escravos legalmente obtidos e registados, ficando livres os que não constassem dos livros; discriminação da *guerra justa* por uma convenção em que figurassem os oficiais da Camara, pessoas de experiencia, os padres da Companhia, o vigario, o provedor da Fazenda...

Os resultados dessa regulamentação foram imediatos e beneficos: desafogo do gentio de paz, contentamento dos missionarios, pacificação à volta das vilas, recrudescimento das lutas com os índios ferozes, a quem não se daria mais quartel.

Salema seguiu a governar o Rio de Janeiro. Começou aí um engenho de açúcar que el-rei lhe encomendára, à maneira do que Mem de Sá montara na Baía, para o que lhe consignou 4 mil cruzados. Não chegou a completar-se. E como os francêses continuassem a tirar madeira em Cabo Frio com os tamoios, a conselho de Cristovão de Barros (que iria estabelecer-se na Guanabara com poderoso engenho) levantou um exercito de quatrocentos brancos e setecentos índios, com os quais foram ambos, a bater os intrusos e os seus aliados. Tamoios e francêses esperaram-nos nas suas cêrcas, mas, ante a superioridade dos atacantes, renderam-se os segundos, a troco da vida, e os índios foram levados a ponta de espada, morrendo muitos e caindo prisioneiros de oito a dez mil. Os tamoios que lograram salvar-se meteram-se, para nunca mais voltar, pelas serras do sertão. (1).

Luiz de Brito destacou-se como animador de descobrimentos e expedições punitivas.

(1) GABRIEL SOARES, *op. cit.*, p. 91.

CONTRA OS PETIGUARES

A primeira importante iniciativa de Luiz de Brito foi uma expedição contra os petiguares, de que encarregou o ouvidor Fernão da Silva, comissionado em correição por Pernambuco. (1)

Essa guerra aos tupis do norte de Itamaracá era uma velha necessidade para os agricultôres das duas capitâneas, que jamais se tinham harmonizado com êles. De fato, as hostilidades começaram em 1572, estando em Olinda o corregedor Antonio Salema.

Um mamaluco, indo ao resgate no sertão, raptou a filha do principal Ininguaçú. Salema, ao receber queixa trazida por dous filhos do morubixaba, não só mandou devolver a rapariga, como lhes deu salvo conduto, para voltarem em paz. Diogo Dias, porém, que tinha fazenda e casa forte nas fronteiras de Itamaracá com os petiguares, ficou com a moça, recusando-se teimosamente a largá-la. Aquilo ofendeu profundamente o principal, que aceitou a aliança de outros petiguares de beira-mar amigos dos francêses, então de novo na costa com três náos, e juntando as forças foram sobre a povoação de Diogo Dias.

Neste combate usaram a tática tupí — tão do agrado dos mamalucos de São Paulo — subtilizada por um estratagema que foi a razão de pronta e terrível vitória. Atacaram poucos, e repelidos por tiros e flechas da alta cêrca atrás da qual o potentado se defendia, recuaram em fingida desordem. Homem impulsivo, Diogo Dias montou a cavalo, e, com os seus, saiu a acutilar os fugitivos. Então o grosso dos assaltantes com

(1) "El oidor general Hernando de Silba veiu este ano (1574) por ordem del governador Luiz de Brito visitar esta capitania..." *Hist. de la fundacion del colegio de Pernambuco*, An. cit., p. 29.

“um urro que atroava a terra” se arrojou sobre os brancos, envolveu-os, e ali foram todos mortos, sem ficar, da gente do capitão vencido, uma única pessoa para narrar a chacina.

Aconteceu isto em 1574 (1).

A expedição de Fernão da Silva foi mais uma formalidade do que um castigo. Forte de quantos homens de pé e de cavalo se obteve em Pernambuco e Itamaracá, entrou a terra dos petiguares até o rio Paraíba, sem encontrar inimigo que o esperasse, pois todos se tinham manhosamente retirado para o interior. O ouvidor geral deu-se por satisfeito em tomar solenemente posse do dito rio para o seu rei, e voltou, sem ter desembainhado a espada, para a Baía. Um morador de Olin-da chasqueou dêle pondo no seu caminho uma rôca com seu fuso... (2).

A ironia tinha a sua razão — embora o autor da injuria pedisse perdão dela ao ouvidor furioso... A manobra dos petiguares fôra um aparente recuo: logo, estimulados pela volta da incruenta expedição, redobram de ameaças. Ouviu o governador os apêlos dos pernambucanos e preparou com rapidez uma frota de dez barcos, que o levasse a Itamaracá. Tomou-lhe o comando seu sobrinho Bernardo Pimentel d'Almeida. (3) que acabava de chegar do reino. Mas os ventos con-

(1) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 227.

(2) *História de la fundación del Collegio*, *ibid.*, p. 27.

(3) Frei JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, p. 106, diz que Bernardo Pimentel de Almeida (que faleceu na Baía em 1611), viêra em 1684 temendo ser molestado pelos serviços que prestara a D. Antonio Prior de Crato, tempo em que governava Luiz de Brito... Este governou até 1578! O crônista enganou-se nas datas. Filho de Agostinho Caldeira, veador do Prior do Crato, em 1591 declarou estar no Brasil “haverá quinze anos...”, *Denúncias da Baía*, p. 488. Casou-se três vezes. A primeira mulher, D. Custodia de Faria, era irmã do poderoso Sebastião de Faria, *Den.* p. 492. Em suas terras de N. S. da Piedade trabalhava o pae de frei Vicente do Salvador, cf. CAPISTRANO, Prolemos à *Hist. do Brasil*. Parece que Jaboatão o confundiu com Manoel de Brito de Almeida, camareiro e governador da casa de D. Antonio, seu embaixador em Africa, cf. *História Genealógica da Casa Real*, IV, 392.

trários dispersaram a pequena armada, tornando Luiz de Brito à Baía enquanto Bernardo Pimentel, inativo em Pernambuco algum tempo, de lá voltou sem ter visto o gentio bravo.

Era em Setembro de 1575.

Parece que o intempestivo regresso do governador foi sobremodo útil para a Baía, então amedrontada com os primeiros “quilombos” de negros fugidos. Saiu-lhes à caça o ouvidor Cosme Rangel com muitos índios aliados, de quem se temiam os negros, e os desbaratou. (1).

CONQUISTA DE SERGIPE

Desistindo então da guerra de Itamaracá, atendeu o governador á de Sergipe. Garcia d’Avila instalando-se em Tatuapara, serviria de apoio aos movimentos que demandassem o rio Real.

O “curraleiro” indo morar naquela enseada celebre por suas farinhas, centralizára as atividades sertanistas e pastoris no rumo dos rios Itapicurú, Real e S. Francisco. Espalhára por muitas fazendas o seu gado abundante. Era a maneira de ocupar gradual e firmemente a terra despejada de índios. O criador tangia as suas rêzes, e estas, por sua vez, conduziam adiante o criador. A multiplicação dos rebanhos desdobrava e retalhava o povoamento em familias de vaqueiros que se instalavam à beira-rio. Exigiam êles poucos braços e muito campo : era a colonização deslocavel e expansiva. As “entradas” em busca das cobiçadas minas não deixavam vestigio : quando muito abriam caminhos. Mas a invasão dos gados foi lenta, decisiva e proficua. Progressão em mancha de óleo. Á sua frente estava o antigo “cria-

(1) CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 462.

do" de Tomé de Souza, a quem Nobrega censurára certa cupidez contrária aos bons exemplos do governador saudoso. A Torre de Garcia d'Avila tornou-se — como Bertioaga para S. Vicente — a guarida da Baía defronte das zonas barbaras. Alí se acastelou com decencia e capricho : "grandes edifícios de casas de sua vivenda e uma igreja de Nossa Senhora mui ornada, toda de abobada, em a qual tem um capelão que lhe ministra os Sacramentos", descreveu Gabriel Soares. Tudo em pedra, de paredes grossas como de fortaleza, num alto que domina, a distância de tiro de canhão, a abrigada, e donde se avista, chã e arenosa, a costa que se não interrompe, alvadia, até Sergipe... Nenhuma casa-forte de colono no seculo I teria a imponencia e a rijêza da de Garcia d'Avila : faltava-lhe a proeza de descobridor de sertões, em que se empenhou no tempo de Luiz de Brito.

Os padres, entretanto, tomaram-lhe a dianteira.

Fizeram em Sergipe o que tinham feito em Iperoig. Em 1568 muitos índios haviam fugido da Baía para as varzeas do rio Real. Os principais aí eram Sorobí e o temível Aperipê. Mandaram ao colégio dos padres na capital mensageiros pedindo que fossem lá, a ensiná-los. Saíram para isto o padre Gaspar Lourenço e o irmão João Salóni (começava o ano de 1575), protegidos por vinte soldados e um capitão. (1) O capitão era Garcia d'Avila. Ficou na barra do rio Real enquanto os religiosos, respeitados dos cabôclos, em meio dêles entraram o sertão, indo fundar três aldeias : São Tomé, com escola de meninos (possivelmente onde o Piauí

(1) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 440, que retifica os relatos conhecidos, pondo em segundo plano a figura de Garcia d'Avila. O capitão, com certeza era o homem de Tatuapara, a quem frei VICENTE, *op. cit.*, p. 216, tanto destaca a proposito dessa primeira invasão de Sergipe. Aliás os padres, em 1586, aludem á fazenda que tinha naquela fronteira Garcia d'Avila. Fundou-a, por certo, neste ensejo.

desagüa no Real), Santo Inácio (sobre o Vaza Barris, talvez onde hoje está Itaporanga) e S. Paulo, à beira-mar. (1).

O padre Luiz da Grã, ao saber desse belo resultado, foi em pessoa, com o irmão Francisco Pinto, visitar as aldeias, e para ajudar a obra dos dous apóstolos enviou o padre João Pereira e o irmão Pero Leitão.

O governador não se contentava, todavia, com o apaziguamento espiritual. Precisava castigar os inimigos. Garcia d'Avila não podia, com a sua diminuta força, invadir-lhes os campos. Partiu êle da Baía em 25 de Novembro de 1575, com muitos moradores e índios auxiliares, alguns por mar, outros por terra. Ocorreu o que os missionários temiam. O chefe Sorobí, que se deixára aldear, e estava disposto a combater o Aperipê, infenso aos portugueses, fugiu para o mato e foi tomado igualmente por adversário. A guerra desenvolveu-se sangrenta e rápida. Morreu o Sorobí em combate. O Aperipê escapou-se, perseguido até cincoenta legoas — diz frei Vicente — pela gente de Luiz de Brito... Por toda parte foram os selvagens desbaratados a ferro e fogo. Um luxo de violência — exprobraram os jesuitas, que, sem ela, prometiam pôr ordem nesses sertões...

Gabriel Soares acusaria os padres de terem creado obstáculos à campanha. Na sua defêsa franca os padres não pouparam o governador: "... Estando de paz e quiêtos, o governador Luiz de Brito quiz ir ver, com grande aparato de guerra, umas dez legoas de terra, que lá tinha, e os Padres lhe disseram que estavam quietos e se aparelhavam para serem cristãos..." Desmantelaram-se as três aldeias. Gabriel Soares "com outros capitães" "mataram e cativam muitos e no Reino foi julgada esta guerra por injusta e que puzessem em li-

(1) FELISBELO FREIRE, *História de Sergipe e História Territorial do Brasil*, cf. Serafim Leite, *ibid.*

berdade os cativos. . .” (1) Conseguiram os padres como ultima consolação transportar mil e duzentos catéculos para a Baía. Na sua carta de 31 de Agosto de 76, conta o padre Tolosa, que, no trajéto, não podiam distrair-se um momento, pois à sua vista os brancos assaltavam os índios, e os levavam como escravos, escandalizando os seus guardiães, Gaspar Lourenço, João Perreira, e os irmãos Leitão e Salóni.

Decididamente, Luiz de Brito, bacharel como Mem de Sá, não se parecia com êste (2).

Vê-se da réplica dos jesuitas que Gabriel Soares fôra com o governador à invasão de Sergipe (Cerigi, dizem aqueles).

A sua informação, portanto, tem toda a autoridade: Garcia d’Avila assentára uma povoação pelo rio acima três legoas, não agradando o logar a Luiz de Brito. “E quando se o governador recolheu, se despovoou êste princípio de povoação sem se tornar mais a bolir nisso; por se entender ser necessário fazer-se uma casa forte à custa de S. A. a qual Luiz de Brito não ordenou por ser chegado o cabo do seu tempo, e succeder-lhe Lourenço da Veiga. . .” (3).

EM BUSCA DAS ESMERALDAS

Para pesquisar as minas utilizou o governador a gente de Porto Seguro.

Tomé de Souza acertara. . .

Como S. Vicente era a porta do sertão paulista, Porto Seguro era o limiar das selvas centrais. Por ali se fariam as grandes caminhadas de penetração, ao lon-

(1) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 444.

(2) Vd. P. S. LEITE, *Hist. da Comp.* II, 154.

(3) *Roteiro*, p. 46.

ge dos rios de meia água por onde tupiniquins pacíficos não ofereceriam resistência aos descobridores. Depois de Spinosa e Azpicuelta Navarro, Martim Carvalho — cuja expedição Gandavo pormenoriza — explorou extensamente aquelas matas. (1) Entrou 220 legoas e presumia ter achado grãos de oiro... (2) Isto antes de 1572, quando, por carta regia de 15 de Novembro, foi o sertanista nomeado tesoureiro das rendas da Baía por seis anos (3).

Cumpria, portanto, continuar.

Valeu-se Luiz de Brito de outro sujeito prático dos sertões, Sebastião Fernandes Tourinho.

Largou êle em canôas de Porto Seguro, alcançou e subiu o rio Dôce (que os índios chamavam Mandij), e explorou-lhe as margens para o sul, voltando com alviçareiras noticias de pedras verdes. E' a história das esmeraldas que começa. Pretende Gabriel Soares que Tourinho tivesse chegado à vista da serra dos Orçãos (4).

De fato não trouxe da longa viagem senão uma lenda. Mas fecunda e tentadôra : para verificá-la andaram pelos sertões durante duzentos anos sertanistas do sul

(1) Uma palavra sobre Pero de Magalhães Gandavo, o gramático das "Regras de ortografia", 1574, o amigo de Camões que escreveu o "Tratado da Terra do Brasil", publicado em Lisboa em 1576. E' opinião nossa que nunca veio ao Brasil, limitando-se a redigir de oitiva, e como propaganda da terra nova, o seu livro impressoal. Realmente, de uma pesquisa que fizemos na Torre do Tombo o apurado foi bem pouco, mas expressivo : Moço da Camara, servia a trasladar livros e papeis na Torre do Tombo, e foi nomeado Provedor da Fazenda real da cidade do Salvador em 29 de Abril de 1576, por um prazo de seis anos. (Liv. 37 da *Chancelaria de D. Sebastião*, f. 278 ms.). Não ha vestígio, nos documentos do Brasil, de sua vinda. Em todo caso, a nomeação foi posterior ao livro. Talvez o fizesse, reunindo multiplas informes levado pela curiosidade de saber o que áquêle tempo era a colonia longínqua, desprezada pelos crônistas da Casa da India... Barbosa Machado, crendo ser o livro relatório "de visu", gratuitamente lhe atribuiu longa permanencia na colonia, *Bibl., Lus.*, 2.ª ed. III, 580.

(2) GANDAVO, *op. cit.*, p. 59.

(3) *Revista do Inst. Hist. Bras.*, vol. 67, parte I, p. 76. Senhor de engenho no Caípe (GABRIEL SOARES, *op. cit.*, p. 137), provedor na armada que foi á conquista da Paraíba, Martim Carvalho era suspeito á Inquisição, como se dirá.

(4) *Op. cit.*, p. 60.

e do norte, desde Marcos de Azeredo, cujo roteiro das esmeraldas os jesuitas conheceram (1611) a Fernão Dias Paes Leme... (1).

Antonio Dias Adorno fez melhor. Era mamalucofidalgo : filho de Paulo Dias, tão estimado dos governadores, e de Felipa Alvares : primeiro casal que se consorciára na Baía. Não atingira pois — em 1574 — os quarenta anos. Era casado com uma filha de Diogo Zorrilla, curador dos índios, . . Educado entre caboclos e brancos, teria sobre estes a vantagem de bem saber língua e costumes daqueles. Juntou cento e cinquenta portugueses e quatrocentos cabôclos. A entrada fez-se pelo rio Caravelas : “Aqui nêste rio foi desembarcar Antonio Dias Adorno com a gente que trouxe da Baía, quando por mandado do governador Luiz de Brito de Almeida foi ao sertão no descobrimento das esmeraldas, e foi por êste rio acima cento e cinquenta homens e quatrocentos índios de paz e escravos, e todos foram bem tratados e recebidos dos gentios...” (2) Entre os expedicionários estavam Paulo Adorno, sobrinho do capitão, o mamaluco Tamacuana, de Pernambuco... (3).

Além das paisagens sertanejas, Antonio Dias descobriu apenas amostras de pedras, do genero das de Sebastião Fernandes, que o governador mandou examinar em Portugal. Se bem que parecessem finas, não interessaram devêras a corôa : sômente em 1633 os padres da

(1) Informação dos jesuitas, em 1633, *Doc. Hist.*, XVI, 386. No mapa do Espírito Santo, que acompanha o *Livro que dá rezam do Estado do Brasil*, 1612, ha a nota “conforme a viagem que fez Marcos de Azeredo”, e traz o seu roteiro. O governador Gaspar de Souza teve ordem de entregar aos padres 4 mil cruzados “para a viagem das minas de esmeraldas”, cf. código da Casa Maggs, de Londres, in *Jornal do Comércio*, de 5 de Outubro de 1930 (Rio de Janeiro).

O *Livro que dá rezam*, cit., ms., está no Instituto Histórico Brasileiro. Vimos outra copia, também inédita, na Biblioteca Municipal do Porto.

(2) GABRIEL SOARES, *Rotetro*, p. 67. Entrou pelo rio das Contas, diz frei VICENTE, *op. cit.*, p. 218.

(3) *Confissões do Santo Officio*, 1591, p. 220. Antonio Dias Adorno faleceu na Baía em 1583, *Denunciações do Santo Officio*, p. 389, e o sôgro, Diogo Zorrilha, lamentou o extravio de sua numerosa escravatura.

Companhia cuidariam de renovar as pesquisas de serras reluzentes onde faiscavam esmeraldas. Ilusão ainda...

E' de crer que Gabriel Soares ouvisse a Antonio Dias Adorno em primeira mão a narrativa da viagem, e nela se inspirasse seu irmão João Coelho de Souza para a que intentou: "com muito trabalho e risco de sua pessoa chegou à Baía da fazenda de Gabriel Soares de Souza..." (1)

Os aimorés, entretanto, invadiam Ilhéos. Contra eles expediu o governador "Diogo Correia de Sande e Fernão Cabral de Ataíde, que possuíam muitos escravos e tinham aldeias de índis forros..." (2).

RUMO DO S. FRANCISCO

Restava o reconhecimento do S. Francisco, em cujo estuario os Albuquerque tinham destruído as aldeias de caetés. O principal que, no curso médio do rio, podia ajudar aos portugueses, tinha o apelido de Porquinho. Foram falar-lhe em nome do governador dous "línguas" hábeis, Diogo de Crasto e Jorge Velho, antigo irmão da Companhia. (3) O morubixaba recebeu com agrado os emissários e, em seguida, Sebastião Alvares, que, n'uma canôa alí feita, navegou extensamente o grande curso d'água. Não resultaram efeitos práticos da "bandeira", acrescenta frei Vicente do Salvador, porque de lá o cabo se passou para Pernambuco, a descer gentio", (4) e nisso acabou (5).

(1) *Roteiro do Brasil*, p. 71.

(2) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 328. Sobre Diogo Correia de Sande, JABOATÃO, *Cat. Gen.*, p. 181. Fernão Cabral, potentado temido e cruel, foi dos mais acusados pels *Denúncias* de 1591, e acabou condenado a dous anos fóra do Brasil...

(3) Jorge Velho ingressou com 15 anos na Companhia, em 1559, cf. SERAPIM LEITE, *História cit.*, 1, 575. Seria dos orfãos de Lisboa ou filho d'algum morador da terra?

(4) *Hist. do Bras.* p. 219. Bastião Alvares, diz Gabriel Soares, se dizia de Porto Seguro.

(5) GABRIEL SOARES, *Roteiro*, p. 42.

Partiu de Ilhéos Luiz Alvares Espinha — filho do capitão mór Henrique Luis de Espinha (1) — a vingar os colonos do engenho paterno e dissolver as concentrações de tapuias trinta legoas para o sertão: “desceu infinito gentio”, resume frei Vicente.

De Pernambuco, saíram a explorar de novo o S. Francisco, Francisco de Caldas e Gaspar Dias de Taíde: chegaram a arrebanhar sete mil cáticos, mas, colhidos n'uma cilada, morreram com os companheiros, só se salvando, para contar a tragédia, um mamaluco de quem se enamorára a filha do chefe indígena “Assento de Passaro”.

OS IRMÃOS SOUZA

Não se sabe até que ponto é verídico o escritor do *Roteiro do Brasil*, dizendo que João Coelho de Souza, melhor do que Bastião Alvares, “chegou acima do sumidouro mais de cem legoas” (2), ou seja, ao alto S. Francisco.

E' tempo de falarmos do primeiro.

Pertencia Gabriel Soares de Souza à expedição com que Francisco Barreto ia à conquista de Monomotapa, em 1565. Arribou na Bahia, onde ficou muita gente — diz frei Vicente do Salvador (3) — entre a qual, casado com pessoa de bôa família, aquele homem d'armas (4). Chamava-se a esposa de Gabriel Soares D. Ana de Argolo. Era filha do velho Rodrigo de Argolo, que viera

(1) Vd. frei JABOATÃO, *Cat. Gen.*, título ‘D'Eça’, e nossa *Hist. das Bandeiras Baianas*, p. 53. Luiz Alvares Espinha é o pae de Manoel de Souza d'Eça, o generoso governador do Maranhão, e de Bartolomeu de Souza d'Eça como o avô capitão mór de Ilhéos.

(2) *Roteiro*, p. 42.

(3) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 195. “... Quando Francisco Barreto fue a Monomotapa se entiendo que llevó el título de primer lugar que poblasse concedido por el-rey D. Sebastian”. (Doc. de D. Francisco de Souza, cit. por R. GARCIA, nota a Varnhagen, II, 154).

(4) Frei VICENTE *ibid.*, p. 350.

com Tomé de Souza. (1) Dezesete anos viveu êle na cidade ou nas suas propriedades de Jequiriçá e Jaguaripe, onde teve engenho valioso. Foi vereador, negociante, sertanista, talvês marítimo, a andar pela costa, para a conhecer tão bem como nô-la descreve. De sua cultura invulgar o documento cabal é o livro, em fórma de relatório, inédito até o seculo XIX, sem dúvida um dos melhores cimelios da história americana: primoroso nos detalhes geográficos, sizudo e de bom estilo. Padecia de uma sófrega ambição: esta, que o desviou de seu destino afro-asiático, fixando-o no Brasil, o atirou um dia na trilha dos descobrimentos de prata e ouro que eram a obsessão dos forasteiros. "Desceu" índios, como tantos, e inimizou-se com os padres da Companhia, a quem fez muito mal com as representações que levou a Madrid, em 1584.

Possivelmente João Coelho, seu irmão, veio para a Baía pouco depois: em 1575 ou 76 era um atrevido cabo de entradas no rumo do grande rio, cuja exploração parecia reservar brilhantes surpresas. Mas não foi feliz. Quer frei Vicente que consumisse nisso três anos e trouxesse amostras de ouro. Gabriel Soares fala do roteiro que fez. De regresso, nas cabeceiras do Paraguassú, cem legoas da Baía, morreu de doenças. De posse das indicações escritas — continúa o franciscano — se passou mais tarde Gabriel Soares ao reino, para despachar-se, o que obteve ao termo de longos debates, em 1592. (2) Sete anos de espera...

(1) No seu testamento, diz Gabriel "... em a qual sepultura se entererá minha mulher Ana de Argollo...". Veremos que foi o "sobrinho afim" que o levou a sepultar no mosteiro de S. Bento, de nome Bernardo Ribeiro. Este diz JABOATÃO *Cat. Geneal.*, p. 180, era filho de Maria, outra tilha de Rodrigo de Argollo. Pela mulher, ligara-se êle á gente principal da terra. Confessou no testamento que nada herdára de seus maiores, tudo obtendo por sua indústria, cf. BRAZ DO AMARAL, notas a Accioli, I, 455. E' de 10 de Agosto de 1584.

(2) *Hist. do Bras.*, p. 350.

OS DOUS PODERES

Morrêra, em Outubro de 1573, o bispo D. Pedro Leitão, segundo da diocese do Brasil.

Ganhou-lhe a sucessão outro clérigo do habito de São Pedro D. Antonio Barreiros, que chegou à Baía em 31 de Maio de 1576.

Pinta-o frei Vicente como um antigo Prior de Aviz de caráter benigno, bôas virtudes e real piedade. Mas logo a sua autoridade se chocou com a do governador num caso que exprime a soltura dos costumes na cidade quinhentista. Causou-o Sebastião da Ponte, cruel e rico senhor de engenho que "ferrava" os escravos, e mesmo homens brancos, com o "ferro das vacas", chegando a fazê-lo a um que foi a Lisbôa queixar-se a el-rei. Este, indignado, escreveu ao governador para que lhe remetesse preso o dêsputa. Antes dos soldados chegou a Sebastião da Ponte a notícia, e recolheu-se à ermida de Nossa Senhora da Escada, perto de sua fazenda, "e andava com habito e tonsura porque não era casado, pelas quais razões deprecou o bispo ao governador não o prendesse". (1)

Luiz de Brito não se deu por convencido e desrespeitou o asilo, detendo o réo. Formaram-se bandos — como ao tempo de Duarte da Costa — tomando uns o partido do governador, outros o do prelado, e as cousas raiaram em desordem grossa, que se dissipou quando

(1) Da riqueza do criminoso fala Gabriel Soares: "Da outra banda dês-te engenho está assentado outro, que se diz de Sebastião da Ponte, que môe com uma ribeira que chamam Cotigipe, o qual engenho está muito adornado de edificios mui aperfeçoados..."; *Roteiro*, p. 134. A informação dos Padres sobre o aniquilamento dos índios, em 1609, refere-se aos de Belchior de Pontes, entre os maiores detentores de escravos da terra.

Uma Denúnciação ao Santo Offício, 1591, alude "quando nesta cidade houve um dia grandes brigas e revoltas entre o bispo e o governador Luiz de Brito...", *Den.*, p. 343.

saíu da barra o navio que levava, preso para o Limoeiro, onde acabou os seus dias, Sebastião da Ponte. (1).

“Também neste tempo deu a náó “Santa Clara”, indo para a Índia, à costa no rio Arambepe, à meia noute...”, acrescenta o frade crônista. Morreram mais de trezentos homens com o seu capitão Luis de Andrade : e os moradores das cercanias afluiram ao sítio do naufragio para pescar “muito dinheiro de mergulho”, do que se beneficiaram inúmeros, apesar das ameaças de D. Antonio Barreiros que acudiu, procurando impedir o roubo dos salvados. “... Ouvi dizer a um dalí ha muitos anos que aquele fôra o tempo dourado pera esta Baía pelo muito dinheiro que então nela corria e muitos índios que desceram do sertão...” (2)

Parece que se enganaram frei Vicente e Gabriel Soares quanto à procedencia do navio. Nem seria tão rico indo para o Oriente, porém vindo de lá. Em 1573 realmente, na frota de D. Francisco de Sousa, e sob o comando de Luiz de Alter de Andrade foi para a Índia. Regressou em 76. A nota do *Livro das Armadas* é certa : “Luiz de Alter se perdeu no Brasil, arribando para êste Reino”. (3).

(1) A ermida de Nossa Senhora da Escada era dos padres da Companhia, em sítio onde iam convalescer, GABRIEL SOARES, *op. cit.*, p. 132. E' possível que os jesuitas, já agravaados com a expedição de Sergipe, se sentissem aí mais ofendidos do governador, e, com êles, os estudantes do Colégio, como diz frei VICENTE, *ibid.*, p. 223. Tambem P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, II, 156.

(2) A náó Santa Clara era capitânea da frota de Rui Gomes da Cunha que foi á Índia em 1566. Lá voltou em 1568, 69, 71, e 73.

la para a Índia, confirma GABRIEL SOARES, *Roteiro*, p. 49. A última viagem da Santa Clara, cf. o *Livro das Armadas*, foi em 1573. O bispo D. Antonio só chegou á Baía em 1576. Se êle agiu em defesa dos salvados, como quer frei Vicente, temos de convir que a náó regressava da Índia.

(3) SIMÃO FERREIRA PAES, *As Famosas Armadas*, p. 71.

III PARTE

GENTE E TRABALHO

CONDIÇÕES INDIGENAS DO BRASIL

a) O INDÍO

Desde a costa dos petiguares, onde o litoral quebra para o oeste, explorada somente, no fim do século XVI, até a boca do Rio da Prata, a terra estava profusamente habitada de tribus selvagens cuja desigual evolução não dera para distingui-las profundamente uma das outras. Notavam-se antes pelo idioma ("abe-neenga"). Os portuguezes (e os jesuitas, os primeiros a estudarem línguas e costumes dos índios) aceitaram inicialmente uma divisão dêles em virtude de sua fala. De "língua geral", todos os *tupís*; e de "línguas travadas" (como lhes chamaram os paulistas) ou *tapuias*, isto é, "inimigos". Geograficamente a situação daqueles, ao longo da costa, os puzera de começo em contacto com os brancos, de quem se aliaram com facilidade: *tapuia* ficou sendo o cabôclo do sertão, o de detraz das serras, a quem o tupí repelira para o interior, tomando-lhe o lugar à beira d'água. Essa circunstância providencial, de terem idioma comum (apesar das divergencias dialectais) as tribus costeiras de norte a sul, deu aos portuguezes ensêjo de estabelecerem as mesmas ligas com o gentio nas zonas septentrional e meridional, e considerar a colonia um todo unido, sem as diferenças substanciais que, na America espanhola, a fragmentaram em múltiplos Estados sobre a base de outras tantas raças dominadas.

A UNIDADE INICIAL

E' a uniformidade da língua indígena (tupí-guaraní) que determina, pre-historicamente, a unidade brasileira.

Onde houve uma só raça nativa, aí, no continente, se lineou naturalmente uma nação civilizada de espírito próprio, inassimilável pelas nações vizinhas.

A despeito da amplitude da terra, os portugueses a consideraram, desde o começo, uma unidade virtual: "terra do Brasil" ou simplesmente "Brasil". Tanto foi assim em consequência do contraste que se estabeleceu logo com a colonização hispânica (America Portuguesa) como devido à identidade linguística do elemento aborigene, que teve disto consciencia antes dos europeus.

Realmente, refere Frei Vicente do Salvador a lenda tupinambá, que representa o Brasil como um passaro, cujo coração ficava na Baía (1). O padre Nobrega, ao chegar, reparara: "tem esta terra mil legoas..." (2) Os próprios contrabandistas franceses não distinguiam a costa dos petiguares de Cabo Frio, Pernambuco do Rio de Janeiro, e para todos os índios eram "mairs", adversarios dos "perós". Para Antonio Pigafetta os índios tinham costumes idênticos... (3).

Em 1549, veiu Tomé de Souza por governador geral, do Brasil, a enfeixar as capitânias desagregadas...

Independentes mas vinculadas umas às outras, pela facilidade de navegação (o que não sucedia na costa les-oeste, donde o retardamento de sua ocupação)

(1) *Híst. do Brasil*, ps. 102-3. E nossa *História da Civilização Brasileira*, 3.ª ed., p. 43.

(2) *Cartas do Brasil*, p. 97.

(3) *Relazione del primo viaggio intorno al mondo*, p. 84 e segs.

e pela presença, ali e acolá, da mesma madeira de tingir guardada pelos mesmos índios ariscos e ingênuos... Já Duarte da Costa reclamava contra essa inter-comunicação, e achou el-rei de proibi-la, para obviar às provocações do gentío e rivalidades que produzia. Tendência unitiva, portanto, num mapa em que se acumulavam fatôres de condensação huamana aproximados pela comodidade do transporte marítimo. A serra do Mar, além disso, fechando o sertão, dava à costa uma continuidade favorável ao comércio entre os núcleos povoadôres. Secionava-o em baixada — junto do oceano, tributária deste — e “interior” defêso, que as rampas graníticas da cordilheira escondiam, deixando abertas apenas as portas dos rios de meia água, que lhe interrompiam a muralha destendida de Santa Catarina até a Baía. Essa vasta serra, ossatura do país no sentido do meridiano, razão — nas épocas anteriores ao descobrimento — d’uma separação nítida de raças indigenas, havia de tornar-se, na colonia, o elemento primordial da bifurcação da sociedade euro-brasiliana em ribeirinha e sertaneja, em urbana e rural, em ciclo do açucar e ciclo do gado...

A história não invalidou o determinismo antropogeografico. As capitânias hereditarias (1535-49) medraram ou decaíram, ao sul e ao norte, por fôrça de causas analogas, n’um quadro de acontecimentos que não variaram com os grãos de latitude: insubmissão dos selvagens, lavoura da cana d’açucar, extração do páo brasil, imoralidade e crimes de colonos, influencia desmoralizadôra do meio bárbaro, reação reparadôra de fortes capitães... Antes do açucar, que salvou S. Vicente e Olinda, havia, um pouco por toda parte, algodão, madeira, papagaios, mandioca e milho. A unidade do Brasil, encarado politicamente, foi precedida da unidade derivada dos infortunios e compensações daquele período de organização administrativa. D. João III não

fez artificialismo, reunindo as funções de direção das esparsas capitâneas nas mãos honradas de um único representante seu. O conjunto homogêneo fôra-lhe apresentado pela natureza, pelo incola e pela experiencia.

POPULAÇÕES ABORIGENES (SECULO XVI)

Os lusos da primeira metade do seculo XVI notaram as seguintes populações “vermelhas” do Brasil :

TUPIS DA COSTA

Em Pernambuco, entre a Paraíba e o São Francisco, os caetés hostilizavam duplamente petiguares ao norte e tupinambás ao sul. Pertenciam, porém, como as duas outras tribus, à imensa família dos tupís, cuja “língua geral” nunca fôra, entre elas, uma razão para se apaziguarem. “Este gentío (repara Gabriel Soares) é da mesma côr baça, e tem a vida e costumes dos Pitiguares e a mesma língua que é em tudo a dos Tupinambás...” Guerreavam tapuias e tupinaens do sertão, e quando os cativavam — sentindo por certo a diferença facial — “tinham-no por mór honra, que não quando faziam outro tanto aos Pitiguares nem aos Tupinambás” (1). Lutaram duramente contra Duarte Coelho e, a exemplo dos do Rio Grande, aceitaram a aliança dos francêses, bem recebidos nos seus pôrtos ricos de páo de tinta. Foram repellidos pelo donatario e seus filhos para o sul; agruparam-se na margem direita do S. Francisco; pela morte dada ao primeiro bispo ficaram por inimigos definitivos da colonização; e com o seu sacrificio foi que se povoou Sergipe.

(1) *Roteiro do Brasil*, p. 39. Os *tobajares*, ou tupiniquins da foz do S. Francisco, inimigos momentaneos dos Petiguares, com êles se aliaram depois da matança feita na expedição de Francisco de Caldas, em 1570, Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 221.

Os “viatãs”, amigos dos petiguares, e destes separados graças aos ardis dos portugueses, a que aludiu Fernão Cardim (1) eram um ramo dos tobajaras, os primeiros pacificados pelos colonizadores de Olinda e Igarassú. A circunstância de serem êstes adversarios do gentío do Cabo (como diz frei Vicente) indica que a mesma “nação” se subdividia, à maneira dos da Baía, em tribus desavindas e belicosas.

Em duas lévas principais, entretanto, se bifurcava o velho tronco rácico dos índios de “língua geral”: tupinambás e tupiniquins. Tratavam-se mutuamente de inimigos. Os tupinambás chamavam aos segundos *tabajaras*, ou *tupinaés* (os petiguares) isto é, contrários, inimigos. Os tupiniquins de S. Vicente assim nomeavam os adversarios da Guanabara (tamôios ou tamuias, inimigos) (2). E para ambos havia um adversario comum: o tapuia (ou nao tupí). Fôra êste expulso do litoral pelos tupís, recalcados de encontro às zonas inhóspitas, vencidos graças à superioridade de cultura daqueles povos. Os cariris, por exemplo, tapuias que depois se estenderam pelo sertão entre o Ceará e o S. Francisco, habitavam a Baía de Todos os Santos antes do descobrimento... (3).

Os petiguares que Gabriel Soares descreve, eram lavradores e pescadores, com a anfibia civilização das tribus ribeirinhas, porém formalmente incompatíveis com os portugueses emquanto por suas águas intrigaram e comerciaram os bretões. Estendiam-se entre os limites da capitânia de Pero Lopes e a costa les-oeste, que os três donatários-sócios tentaram em vão povoar.

(1) *Tratados*, p. 196.

Sobre a etnografia, que não é proposito nosso elucidar neste capítulo, indicamos a fonte principal, que é o ensaio de RODOLFO GARCIA escrito para o *Dicionário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, edição de 1922, vol. 1.º

(2) CAPISTRANO DE ABREU, *Ensaíos e Estudos*, p. 226, Rio 1931.

(3) CAPISTRANO, *op. cit.*, p. 231.

Para o ocidente, limitrofes dos petiguares eram os tupinambás (generalizou Claude d'Aubeville), cujos vizinhos mais ferozes, os Tremembés, constituíram, nas serras maranhenses, uma prolixa resistencia à infiltração branca.

O S. FRANCISCO

O S. Francisco é um polarizador de correntes étnicas fixadas ao longo do seu vale fértil e providencial. Se o estuário do grande rio é uma porta-falsa do sertão, porque a navegação se lhe interrompe nas quérdas de Paulo Afonso, neutralizada assim a aparente função de retificador da costa massiça que esconde o país atrás dos seus sêcos estirões — transposto o obstaculo, de verdade é a estrada real a unir as regiões mais desconexas e remotas. Arrancando das montanhas centrais perto de Sabará, nas Minas Gerais, coração do continente, corre paradoxalmente do sul para o norte, fugindo à regra dos rios que despejam no mar. E', a este aspecto, uma surprêsa da geografia brasileira, como o Tietê. Mas, obliquando nas terras calcareas de Bom Jesus da Lapa, como que a subitas descobre o rumo do oceano, e declina, seguindo o paralelo, para desaguar — após a convulsão tremenda das cachoeiras — no Atlantico, que não exerceria influencia alguma sobre o seu destino de fatôr de acontecimentos históricos. O S. Francisco — nisto ainda uma replica do Tietê — é medularmente sertanêjo. Corta, no nordêste, terrenos sáfaros e desolados. Em bôa extensão do seu curso as margens florescentes não alcançam a profundidade de uma milha, morrendo, de encontro aos carrascais, na "caatinga" que as estiagens flagelam, desertas e abraçadas. A vida da planicie refugia-se no vale sujeito a um pontual regimen de cheias e vazantes, que lembra o Nilo, e se associa às fases do rio, que torna a terra ha-

bitavel, abrevia-lhe as distancias na monotonia das viagens que o vento ajuda, soprando do mar para o interior, ao contrario da corrente; alimenta, congrega e prende... E' o motivo porque, antes ainda da chegada dos europeus, alí se avistavam aborigenes dos principais tipos brasileiros: os tupinambás na foz, brigando com os caetés, em seguida os tupinaens, os tapuias de varias procedencias, principalmente cariris, cujos idiomas estranhos estão recordados na toponimia nordestina, entre a Baía e o Ceará, até caribes (Pimenteiros, do Pauí), tupis meridionais... "Fons gentium" do Brasil mediterraneo. Ponto de partida e encontro das raças dispersas. A convergencia dos colonos, o êlo entre a zona paulista das bandeiras e a nortista da penetração em busca das minas, a natural antítese à serra do Mar, que impedia o trânsito dos sertões. O S. Francisco abria-o. Com a condição, porém, de se lhe atingir o curso médio. Quem aí chegasse, dominaria o Brasil do centro.

Os Tupinambás cobriam o litoral, entre esse estuário e a Baía. Os Tupiniquins, povoavam entre Ilhéos e o Espírito Santo. Os Tamóios do Rio de Janeiro e os Teminimós, por êles desalojados da Ilha do Governador, assim como os tamóios da ilha Grande e de Iperoig, que tanto mal fizeram aos moradores de S. Vicente, eram tupis (mesmos hábitos, mesma lingua) como os primeiros. Já isto esclarecia Pero Lopes de Souza: "A gente deste Rio é como a da Baía de Todos os Santos..." (1)

TAPUIAS

Todas as tribus da "língua geral" se chegaram aos colonos: menos os tapuias, sobretudo os aimorés, que irrompendo entre Caravelas e Camamú, foram o mais demorado flagelo que sofreram os portugêses na cos-

(1) *Diário*, ed. de EUGENIO DE CASTRO, I, 187.

ta do Brasil. Vinham esses “gés” das serras (guarda-lhes o nome a dos Aimorés) onde, a crêr em velhas lendas, se tinham refugiado, acossados pelos tupiniquins. Estes, afaveis e mais cultos, como que perdêram, em contacto com os portuguezes, as virtudes guerreiras: tão apoucados ficaram, que em tempo de Gabriel Soares tinham apenas duas aldeias, junto do engenho de Luiz Alvares de Espina (a duas legoas de Ilhéos). A “descida” dos tapuias ocorreu por 1564. Eram os aimorés (e assim os encontramos no Espírito Santo e, seus parentes, com o nome de Goitacazes, nos campos próximos de Cabo Frio) caçadores nómades, tão barbaros que não conheciam casa nem plantavam roças, vivendo pelos matos como bichos e nutrindo-se, quando podiam, de carne humana.

Essa antropofagia também os distinguia dos tupis, que não devoravam o inimigo senão por odio e vingança. Já isto observára Antonio Pigafetta: “non per buona, ma per una certa usanza” (1). E’ o que informa Gabriel Soares: “Comem estes selvagens carne humana por mantimento, o que não tem o outro gentio que a não come senão por vingança de suas brigas e antiguidade de seus odioso.” (2) É desconsoladamente: “A capitânia de Porto Seguro e a dos Ilhéos estão destruidas e quasi despovoadas com o temor destes barbaros, cujos engenhos não lavram açucar por lhe terem morto todos os escravos e gente dêles, e a das mais fazendas, e os que escaparam das suas mãos tomaram tamanho mêdo que em se dizendo “Aimorés” despejam as fazendas, e cada um trabalha por se pôr em salvo, o que também fazem os homens brancos, dos quais tem morto estes alarves de vinte e cinco anos a esta parte, que esta

(1) *Il primo viaggio intorno al mondo*, p. 84, ed. de C. Manfroni, Milano, 1929.

(2) *Roteiro do Brasil*, p. 59.

praga persegue estas duas capitâneas, mais de trezentos homens Portuguezes e de tres mil escravos”.

Dos Goitacazes fala Gabriel Soares sem os identificar com os aimorés, reconhecendo porém que plantavam poucos mantimentos, que não dormiam em rédes, mas no chão, e iam matar no mar alto os tubarões... Os outros barbaros não sabiam nadar. Dêles se distinguem, alem disto por um resquicio de civilização superior : eram capazes de fidelidade e vida associativa (1). Tapuias, comtudo, jamais se deixaram domesticar. Foram inimigos inclementes da colonização. Escolheram, para “habitat” definitivo, os *campos* cortados pelo Paraíba, onde, livres das surprêsas do combate dissimulado pelos accidentes do terreno, vantajosamente applicavam o seu metodo de lutar a peito descoberto, em correrias atrozes. Como os aimorés, foram antropofagos desapiedados. Os ultimos indios do litoral destruidos pelos brancos. Reliquias dessa tribu bravia, com o nome de “coroados”, se refugiaram nas serras do Espírito Santo e no vale do rio Dôce, cedendo lentamente as suas matas à infiltração dos povoadores.

Teminimós e Tamôios (êstes a vangloriarem-se de “velhos”, ou mais velhos entre os tupis) não se diferenciavam quanto a costumes e idioma dos Tupiniquins de S. Vicente, entretanto seus adversarios rancorosos. Eram canôeiros, pescadores, agricultores. Tinham a intelligencia viva e o porte airoso, que os francêses lhes notaram, moravam, como os tupinambás, em grandes “tabas”, plantavam os seus mantimentos, usavam cocares e cintos de penas coloridas, e lutavam de arco e flecha e “tacape”, ferozes na guerra, espertos e diligentes na paz, afeiçoados aos “mairs”, inimigos naturais dos “perós”, não por odio particular a êles, porém pela sua aliança com os tupis de S. Vicente e Piratinin-

(1) ALBERTO LAMEGO, *A Terra Goitacá*, 1, 21.

ga, a quem detestavam. Tupinambás do S. Francisco, Petiguares do Rio Grande do Norte e Tamoios do Rio de Janeiro, foram pelos traficantes de pão brasil levados à França, observados em Ruão e Paris, alguns mandados ensinar por Francisco I, outros ouvidos por Montaigne, que transcreveu uma canção dos primeiros. O seu belo tipo físico e o carater altivo contrastavam com o corrupto servilismo dos escravos negros. A tenacidade da guerra que os tamóios fizeram aos portugueses é um indice de bravura coletiva raiando em sacrificio total: foram exterminados, sem se "reduzirem". Os Teminimós, ao contrario, hostilizados pelos tamóios, acharam em Araribóia o seu Tibiriçá. Juntaram-se aos lusos, do Espirito Santo se passaram à Guanabara, e espalharam as suas aldeias entre Niteroi e Cabo Frio, onde tiveram de enfrentar as correrias dos tapuios da planície.

A zona de expansão dos tamóios abrangendo o litoral do Rio de Janeiro alcançava as adjacencias da Bertioga, onde dominavam os tupis pacificados por Afonso Rodrigues, Ramalho e o "Bacharel". Os goianazes chefiados por Tibiriçá eram do tronco tupi e parentes dos guaraní da mesopotamia paraguaia com quem se avizinhavam ao longo do Tietê. Antropogeograficamente o planalto paulista adere à bacia do Prata, para onde o Tietê levava as canôas dos filhos de João Ramalho. O curso do rio é consectorio da expressão orografica que cinde a terra, deixando aquem da cordilheira maritima a baixada onde Braz Cubas administra à maneira portuguesa, e alargando além dela, nos campos imensos, o fácil e amêno domínio dos pastôres mamalucos, dos preadores de índios, dos viajantes que procuravam o Paraguai sem os riscos da navegação por Buenos Aires. Imperou, no planalto, a língua tupi-guaraní, falada pelos mamalucos e seus descendentes como língua domestica ou plebéa, até o seculo XVIII.

Piratininga é a mais *aborigene* das regiões históricas do Brasil, pelo contacto frequente, sempre renovado dos pioneiros brancos com as tribus caboclas que assimilam ou combatem, escravizam ou dizimam, entrando sem mêdo os sertões.

Os Carijós dos campos de Curitiba, a cujas mãos acabaram os oitenta expedicionários de Martim Afonso, estavam para os goianazes como os caetés para os tupinambás.

Os goianazes são classificados como gés meridionais. (1) Entendiam-se entretanto, com os carijós. Alimentavam-se nos campos, como êles, com o pinhão das araucarias. Ha quem os aproxime dos tupiniquins, como Pedro Taques (2). Pudéram ser aldeiados com os guaranis, em Guaira (3) Raças diferentes não se amalgavam, no Brasil primitivo.

Guaranís eram os tupis do sul, principalmente os do Paraguai, que denominavam de tupis os parentes dos domínios portuguezes, dando à palavra o seu significado de rude, inculto, inferior (4).

“Presentemente os guaranís chamam assim aos kaigangs do Paraná”. O mesmo “abeneenga”, com as suas variações dialectais, como se dá entre o portuguez e o espanhol, disse o Padre Hervás, se falava em S. Paulo e em Olinda, e em La Guaíra e Assunção. Os jesuitas, na expansão das “missões”, cuidaram dessa língua flexível e opulenta com uma intenção oposta à da Companhia no Brasil, que não quiz conservá-la como um idioma estavel, definitivo. Perdeu-se aqui e se manteve acolá. Manteve-se em virtude das qualidades gregarias,

(1) ANTONIO SERRANO, *Los tributarios del rio Uruguay*, in *História de la Nacion Argentina*, I, 513, Buenos Aires, 1936. Os goianezes são os antepassados dos atuais caigangs.

(2) *Nobiliarquia Paulistana*, Rev. do Inst. Hist., vol. 25, p. 106.

(3) ROMARIO MARTINS, *Historia do Paraná*, p. 44.

(4) Moisés S. Bertoni, cit. por A. SERRANO, *op. cit.*, I, 519.

da civilização especial daqueles índios arrebanhados pelos catequistas, investidos pelos caçadores de escravos, encerrados às dezenas de milhares nas “reduções”, arrebatados ao semi-nomadismo selvagem pela idéa religiosa da coletivização em grandes proporções — por serem naturalmente brandos, sociáveis, obedientes e estoicos. Características de madureza racial, de pacifismo obtido à custa de cruéis experiências, em todo caso contrastavam com a agitação instintiva e barbara dos povos antropofagos (1) e lutadores da costa, menos polidos e ensinados por sua evolução social...

INFLUENCIA DECISIVA

A influencia dos aborígenes sobre os europeus e sua descendencia foi de ordem a adaptá-los fácil e completamente ao novo meio.

Mesmo desaparecido o indio, ficou-lhe, nos costumes que ensinou, e na sua língua, a herança inextirpavel. O Brasil do seculo I é euro-indígena: na casa e na roça, na paz e na guerra, na cidade e no sertão (2). Poucos e esparsos, os portuguezes se deixaram dominar pelos habitos da terra: na mesa, no trabalho, na viagem, na luta, no repouso. Entraram-lhe, pela cabana de imigrante solteiro, com a mulher cabocla. O espírito domestico era da índia batizada: falava “abeneenga”, alimentava-se de beijús de mandioca, dormia na rêde, fiava o algodão, fazia a sua louça de barro, plantava os mantimentos, banhava-se no rio, sólida, laboriosa, limpa, esposa e criada... Pelo casamento com a caté-cumena, o colono aderiu à sua barbárie, que substituiu

(1) Também os guaranis devoravam os prisioneiros, segundo o ritual tupi, A. SERRANO, *op. cit.*, I, 541.

(2) Vd. a perfeita síntese das aquisições culturais do aborígene, de ESTEVÃO PINTO, *Os Indígenas do Nordeste*, p. 351, 2.º tomo, S. Paulo, 1938.

razoavelmente a penúria, de quem saltára em S. Vicente ou no Recife tendo por única fortuna os braços moços. Passou a nutrir-se de *farinha de páo*, a abater, para o prato, a caça grossa, a embalar-se na rêde de fio, a imitar os selvagens na rude e livre vida. É de tal jeito que, insensivelmente, creou uma civilização intermediária, provisoria mas original, feita de lembranças da Europa e influencias da tribu túpica — que é a dos mamalucos do planalto paulista e a dos pastores do ciclo de penetração e conquista do nordéste.

COSTUMES SERTANÊJOS

Os costumes do antepassado tupinambá sobreviveu às tribus extintas e aos humildes europeus, que se apadrinharam com elas. Permaneceram no interior, chamados, com singelêza, modos do sertão. O caipira succedeu ao bandeirante, como este ao indio. E' um guarda inconsciente do patrimonio de tradições e cultura primitiva, do seculo innicial da colonização. Descrevendo-a, parece que frei Vicente do Salvador pinta o sertanêjo, que ainda podemos encontrar no centro e no norte do Brasil.

Começava pela habitação.

Estacio de Sá, por exemplo, ao saltar no Rio de Janeiro, cuidou logo de fazer uns "tujupares, que são umas tendas ou choupanas de palha, para morarem..." 1)

Prosseguia nas obras de defêsa. Os muros da Baía eram de trança de madeira e pilão, à maneira das paredes indigenas: pedra e cal viriam depois, ou onde houvesse, como sinal de posse tranquila e abastança. O *páo a pique* substitúe a alvenaria. Atraz da cêrca

(1) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 181. Sobre a casa de taipa, ANCHIETA, *Cartas Jesuíticas*, 111, 426.

tupí o branco se fortifica, como o tamôio ou o tabajara. Assim Igarassú, vista por Hans Staden, ou S. Sebastião junto do morro da Cara do Cão, com os francêses perto. O algodão é o tecido comum. Para o pano, a camisa do trabalhador, o gibão do patriarca, a roupêta do padre, de Anchieta a Belchior de Pontes, a rêde de tantas utilidades. A *civilização da mandioca* (como poderia ser apelidada, à semelhança da do trigo e da do arroz, Europa e Asia) foi também a civilização da rêde. Era berço, transporte, tálamo, mortalha. Na rêde nasciam os índios. Na rêde (“tipoia”) eram as crianças conduzidas. Não conheciam outro movel na grande “oca” (1). Na rêde (“banguê”) iam a sepultar. Nessa mesma rêde, que os nordestinos, os mato-grossenses preferem à cama, e a suplantou onde os costumes aborígenes ficaram mais salientes, mais puros. Era veículo (a “serpentina”, mixto de comodidade asiática, do “palanquim”, e imitação tupí), dormida de plebeu, leito sertanêjo . . . José de Anchieta na Baía, instado para aceitar a bela cama que hospitaleiro senhor lhe oferecia, foi modestamente enroscar-se na sua rêde vulgar. Era simples, e de todo mundo. A mandioca dava para tudo. “O pão comum desta terra é de raízes de mandioca”, advertia Anchieta. O pão quotidiano (o beijú), o bôlo do regalo, e a farinha enxuta da viagem (“de guerra” ou de pão). A primeira providencia de Tomé de Souza foi assegurar o abastecimento da nova cidade com as farinhas da vila do Pereira e de Tatuapara. Alimento básico, que os índios não dispensavam, a êle se habituaram os portuguezes, tanto o povoador como o marinheiro. A matalotagem dos navios consistia sobretudo em farinhas, de conservação fácil, incorruptível se sêca e bem zelada. Antonio Pigafetta inclúe entre os “refrescos” as batatas, a mandioca, as

(1) FERNÃO CARDIM, *Tratados*, p. 166.

viandas silvestres (1). Os portugueses não se contentaram em aprovisionar de farinha de mandioca as náos, de negocia-la dumas para outras capitâneas : levaram a planta para Angola. Com a dupla vantagem, de acostumar o negro á nutrição que teria no Brasil, e reforçar os mantimentos d'Africa. Foi espérta solução : o africano não perdeu o vigor físico com essa alimentação magra. Satisfez-se com ela. Dir-se-ia pertencente, como o índio, ao mesmo "habitat". Mais tarde o negro, habituado á farinha da terra, (a de trigo passaria a ser "do reino") desprezaria o pão europeu (2).

E' curioso que o cabôclo comia de arremêso. Exatamente como se usa no Pará...

Inclinado à eloquencia, que lhe era a rude poesia, "desafiava" outros narradores (3), como hoje os trovadores sertanejos nos seus dialogos interminaveis. Os seus chefes eram antes parentes do que manifestação de uma ordem política embrionária. "Nesta casa (*oca*) mora um principal, ou mais, a que todos obedecem, e são de ordinario parentes..." (4).

O cabôclo, melancólico de natureza, acomodava-se numa mole atitude predilêta : parado, estava sempre de cócoras... Não bebia durante as refeições. Ia para a roça "por um carreiro como formigas". (5) Fumava o seu "pito". Abria, na selva, a "capoeira", pondo-lhe fogo. A queimada era o seu roçado. (6) Destruia, antes de plantar. E queria sempre terra nova. Para uma fraca plantação desperdiçava áreas enormes. A sua

(1) *Relazione del primo viaggio intorno al mondo*, p. 82.

(2) Vd. JOÃO RODRIGUES DE BRITO, *Cartas Economico-Políticas*, 2.ª ed., p. 29 e LUIZ DOS SANTOS VILHENA, *Cartas Soteropolitanas*, I, 160. PEDRO CALMON, *História Social do Brasil*, I, 180.

(3) P. FERNÃO CARDIM, *Tratados*, p. 308.

(4) CARDIM, *op. cit.*, p. 169.

(5) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 66.

(6) GABRIEL SOARES, *op. cit.*, p. 360.

ocupação do solo era feroz e itinerante. Notaria Vieira : “os tabacos se lavram sempre em terras fortes e novas e muito distantes das aldeias . . .” (1) E Saint-Hilaire : “todo o sistêma da agricultura brasileira parte da destruição das florestas, e onde não ha matas não ha cultura” (2).

Não conhecia outra fôrma de poupança alem do “moquem” (carnes *moqueadas*) que se guardava na despensa do tujupar”, ou “giráo”. A imprevidencia e a generosidade, (3) a incapacidade de reservar, para o futuro (onde não ha invernos que tolham a caça e dispam as arvores), caracterizavam o aborigene. Grandes andêjos . . . Assim os mamalucos de S. Paulo : “tanto en andar a pié y descalzos, que como pudieran por las calles desta Côrte, caminan por aquellas tierras y valles, sin ningun estorbo, trecientas y quatrocientas leguas, sin que jamás les falte la comida, porque saben escoger el tiempo en que los piñones estan sazonados . . .” (4) “Não são de mandões, mas bemfazejos e caritativos ; todos os que lhes entram em casa comem com êles sem lhes dizer nada”. (5) A unica fôrma de cooperação que o sertanejo pratica, o “mutirum,” (ajuda do vizinho a troco de bailes e bebidas) é puramente tupí (6).

O bilinguismo mamaluco é geral a êsse tempo. Marcaria indelevelmente o portuguez do Brasil. O tupí está para êle como o arabe para o galaico-portuguez. O africano chega quando os nomes de utensilios, de

(1) *Cartas*, I, 113, Lisboa, 1886. Vd. tambem ROQUETTE-PINTO, *Seixos Rolados*, p. 70, Rio, 1927.

(2) *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, I, 193, Paris, 1823. E nossa *História Social do Brasil*, I, 206.

(3) FERNÃO CARDIM, *Tratados*, p. 165.

(4) AFFONSO D'E. TAUNAY, *História geral das bandeiras paulistas*, IV, S. Paulo, 1928.

(5) ANCHIETA, *Cartas Jesuíticas*, III, 434.

(6) F. CARDIM, *op. cit.*, p. 173.

arvores, de bichos, de logares, já tinham sido dados pelo índio ou pelo neto mamaluco. Vem daí a profusão de denominações tupis que nos enriquecem a linguagem, deposito linguistico que ficou quando refluuiu, vencido pelo idioma da Europa, o das selvas. Succedêra isto na península. Tambem lá o lusiada, cristão, repeliu, extinguiu o islamismo, absorvendo nas alianças consanguineas o resto de mouros que as guerras de reconquista deixaram nos reinos refeitos: mas os objetos domesticos e agrícolas, indicativos de industria, de comércio, de vida vulgar, continuaram arábicos. O vencido sobreviveu no seu vestigio verbal, por onde agora podemos avaliar-lhe o vigôr da civilização destruida. Assim o tupinambá. Se não restasse documento de sua extensão geografica, da preponderancia inicial dos seus costumes e do guloso interesse com que os explorou o advena, bastaria, para recompô-la, o elemento vocabular. Os "brasileirismos", digamos, "indianismos", enxertam-se na fala colonial desde a primeira hora. Ela é como uma rêde a arrastar em leziria de termos barbaros: vem cheia... Salvou inúmeros. Os nomes europeus e asiáticos, em seguida os africanos, cáem nas cousas que não são proprias da terra: o mais que encontraram aqui, foi batisado com palavras indigenas. Não dirétamente pelo selvagem: sobretudo pelo seu descendente mestiço, sertanista por excellenciã.

Parece-nos errada a suposição de terem os aborigenes — exquivos, fugidios, errantes — nomeado os rios, as montanhas, as regiões... (1) O maior número dêsses topônimos de "língua geral" (2) provem dos sertanistas mamalucos que falavam simultaneamente tupi e portuguez, e mais aquele que êste. Até

(1) TEODÓRO SAMPAIO, *O Tupi na Geografia Nacional*, Rev. do Inst. Hist. da Baía, n. 54, p. 24.

(2) Vd. P. LAFITAU, *Moeurs des sauvages américains*, II, 476, Paris, 1724,

o século XVIII. O caso do descobrimento das Minas Gerais se nos afigura exemplo convincente. Vêm um monte de fôrma singular, por ter uma pedra sôlta sobre o dorso granítico, e exclamam: Itacolomí! Quer dizer: pedra do filho.. O homem do litoral, porém, achando graça ao vulto da principal montanha do Rio de Janeiro, chama-lhe, à portugûesa, Corcovado. Essas expansões da admiração anônima, espontanea, indicam a língua usual. O mapa do país está repleto de designações indígenas devido à metódica, nacionalizante penetração do mamaluco, que, todavia, aceitou certas palavras tapuias, a assinalarem as zonas possuídas dos índios “de línguas travadas”. Essa diferenciação toponímica permite-nos identificar o alcance de certas invasões dos “inimigos” da gente tupi..

De fato, até principiari o século III da colonização o linguajar primitivo era o das ruas e casa-a-dentro em S. Paulo, no Pará, no Maranhão... Nesta última capitânia, ainda em 1755, o idioma popular era aquele. (1) Em 1701 recomendou el-rei ao governador geral D. João de Lencastre, que os “missionarios se esforçassem por ensinar aos índios na língua portugûesa...” (2) “Até o começo do século XVIII, a proporção entre as duas línguas faladas na colonia, era mais ou menos de três para um, do tupi para o portugûês.” (3) Prevalencia o aspecto caboclo da convivência brasileira, a que se referiu o padre Vieira: “E’ certo que as famílias dos portugûeses e índios em S. Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras que as mulheres e os filhos se criam mistica e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios e a portugûesa a vão os

(1) TEODÓRO SAMPAIO, citando Aires de Casal, *Corografia Brasileira*, II, 277. É interessante o art. a êste respeito de Artur Neiva, *Jornal do Comércio*, 9 de Outubro de 1938.. A tésé do mamaluco como autor da toponímia brasileira é de T. Sampaio, desde 1902.

(2) B. DO AMARAL, nota a Accioli, I, 248.

(3) T. SAMPAIO, *O Tupí na geografia nacional*, *ibid.*, p. 51.

meninos aprender à escola...” (1) Esta é, igualmente, aporuguezante e de instrução moral. Os jesuitas sustentaram um combate arduo e tenaz em defesa da língua que devia dominar. Sem os seus colégios talvez se repetisse, em algumas provincias do Brasil, o caso do Paraguai, onde o guaraní permanece como língua do povo e das relações domesticas, exatamente à maneira do tupí paulista do ciclo “bandeirante”. Assim aconteceu na zona dos carijós. Curitiba quer dizer “muitos pinheiros”. Foi o apelido dado pelos sertanistas no meiodo do seculo XVII aos campos acima de Paranaguá. No proposito, certo, de corrigir o barbarismo, o governo municipal que lá se instituiu em 1693 rotulou a vila : de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Traduzia para portugûês o que era nome de bugre. As atas da vereança, com efeito, entre 1693 e 1722 mantém essa designação vernacula. De 1722 por diante, insensivelmente, voltou o tupí : Nossa Senhora da Luz de Curitiba. E ficou. (2)

(1) *Obras Várias*, I, 249.

(2) Vd. *Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba*, VI, 49, Curitiba, 1908.

O PROBLEMA DO BRAÇO

b) O NEGRO

O florescimento dos engenhos na Baía acompanha de perto a restrição da escravatura dos índios e a energética proteção dêles pelos jesuitas. 1565 é uma data-limite. Manda el-rei defender os selvagens : os padres, ajudados por Mem de Sá, seu grande amigo, proíbem o cativoiro dos tupinambás ; dir-se-ia que a colonização, ávida de braços, minguará por falta de quem lavrasse as terras à roda das moendas de açúcar, principal e convidativa riqueza do Brasil litorâneo ; e, no entanto, é quando começa a exportar-se em maior escala êsse produto.

A ESCRAVIDÃO

A razão disto foi a escravidão negra.

Os jesuitas agiam com prudencia. Podiam reprimir a desnecessaria escravização dos indigenas, porque havia quem os substituísse com vantagem : os africanos.

Almas por almas — contestar-se-ia — a Igreja perdia sempre : salvando os cabôclos, deixava que padecessem os pretos.

Responderiam os padres : a escravidão dos negros já estava nos costumes portuguezes ; retirava à barbá-

riê nativa inúmeros indivíduos que os brancos cristianizavam e, do contrário, morreriam às mãos de seus co-naturais, pois geralmente eram vendidos pelos "sobas", como pena imposta a tribus vencidas ou súditos condenados ; e remediava, com escravos robustos, mais afeitos ao trabalho do campo, a necessidade deles, que faria não os dispensasse o Brasil.

Os acontecimentos corriam na frente da intenção apostolica dos inacianos.

Os portuguezes eram donos, ao mesmo tempo, das duas margens do Atlantico. Na Africa, o que mais rendoso acharam foram os africanos ; e o Brasil carecia de braços. . . Os índios eram máos agricultôres : nômades, exquivos, belicosos, fugiam inevitavelmente para o seu mato vizinho, — já argumentava Gandavo, a justificar a vinda do negro. Além disso, estavam na propria casa. Os religiosos não podiam tolerar que a catequêse, em cujo nome a colonização entrava, se convertesse numa armadilha, para capturar populações livres e lutadôras, que os colonos amarravam aos engenhos ribeirinhos. Aquilo contrariava a política missionária, a ideologia da epoca, os objetivos místicos a que el-rei de Portugal, mesmo nos períodos mais mercantilistas do seu governo, nunca fechou de todo os olhos, e os designios da Companhia de Jesus.

O mesmo pensamento não se applicava aos cafres.

Para ganhar o melhor — a America — os jesuitas condescenderam com o imprescindivel — a tortura da Africa. Não tiveram a iniciativa dessa escravidão negra : mas a toleraram. Doutro geito não proseguiriam na sua obra de aldeiar os gentios e civilizá-los.

PRIMEIROS ESCRAVOS NEGROS

Os escravos de Guiné viéram nos navios de Sua Alteza, como um socôrro à colonização exigua e hesitante.

Vimos Duarte Coelho, a pedir por êles em 1546.

Os primeiros africanos empregados nas roças da Baía chegaram em 1551. A 21 de Agosto dêsse ano “três escravos machos de Guiné” iam servir nas ferrarias da cidade (1). Na sua carta de 13 de Abril de 1551 Antonio Cardoso de Barros louvava : “os escravos que Vossa Alteza manda são muito bons assi para a segurança desta vila como para fazerem fazendas, as egoas que tambem manda”... -

Em S. Vicente, primeiro os introduziu Francisco de Barros de Azevedo. Para o seu engenho de Santo Amaro mandára buscar, em São Tomé, “vinte e sete peças de escravos machos e fêmeas”, “por um navio seu”. Tomé de Souza deixou que entrassem insentos de direitos. (2)

O governo começára por distribuir a nova alimaria. Atendia à lavoura ; e popularizava o “fôlego” de Guiné. A 4 de Maio de 1553, por exemplo, se intimara a Diogo Moniz para que pagasse 7\$440 “a Sua Alteza de um escravo de Guiné”... (3) Em 21 de Março de 1552 dizia-se ao provedor de Pernambuco, “que Sua Alteza mandára a esta Cidade do Salvador escravos e escravas da Guiné para bem da terra, e dos moradores dela, os quais se não pudessem tirar das Capitânias desta costa para outra nenhuma parte...”, sendo despachados varios para Olinda, com a mesma

(1) *Doc. Hist.*, XIV, 77.

(2) Ato de 10 de Fevereiro de 1552, *Doc. Hist.*, XXXVIII, 210.

(3) *Doc. Hist.*, XXXVIII, 123.

obrigação de lá permanecerem (1). O Estado antecipava-se aos sórdidos agentes do trafico: mas, com os africanos que cedia aos particulares por preços baixos (7\$440 !), apresentava uma solução muito bem aceita para o problema do trabalho. Certa regia de 30 de Março de 1559, para o governador do S. Tomé, avisava-lhe que a cada senhor de engenho do Brasil, mediante certidão do governador se deixava mandar vir do Congo até 120 escravos pagando somente um terço dos direitos... (2) Tudo era começar. Engenhos e trafico. Canaviais e fabrico. "Casas grandes" e escravidão.

A partir dessa epoca muitos armadores se especializaram no negocio, as águas do golfo de Guiné e Angola se encheram de barcos "tumbeiros" e o Brasil teve os escravos que quiz. Inundação deles. Grossa e ininterrupta imigração de páo e corda. Milhares ao ano, e em numero crescente. Negros adultos e crianças; mulheres, para reproduzir, e homens invalidados cedo pelas atrózes molestias do seu e do nosso clima. A nódoa, que alastrava. Horrôr da navegação negreira. Crime organizado, pela fórmula da pilhagem. Desumanidade inaudita, pelas torpezas da viagem. Deslocamento metodico de populações. A passagem, para a America, das sobras d'Africa apanhadas um tanto ao acaso, desde o Senegal até Moçambique, para o lucro do vendedor, principe da costa, emprêsa de portuguezes, ou as proprias familias dos escravos, para a fortuna do traficante, que espantosamente ganhava, para o enriquecimento agricola do Brasil...

Cifras estatísticas, progressivas, falam por si. Em 1576, exportava Angola 12 mil negros. Entre 75 e 91,

(1) *Doc. Hist.*, ibd., p. 221.

(2) PEREIRA DA COSTA, *Trabalhos da Conferencia Assucareira*, p. VII, Recife 1905. De S. Tomé para Pernambuco, em 1570, Marçal Luis levou 142 escravos que pagaram direitos á razão de 2\$500 por unidade, *Livro de Provisões*, n. 1, Brasil, f. 146 v., ms. no Arquivo Histórico Colonial (Lisbôa).

somente de lá saíram 52.053 (1). E' de crer que se des-tinassem sobretudo ao Brasil. Diz Gandavo (1576): "e assim ha tambem muitos escravos de Guiné...", sentindo os moradores necessidade de maior porção dêles. (2) Gabriel Soares (1587): em Pernambuco, 5 a 6 mil. (3) Anchieta (1585): em Pernambuco, nada menos de 10 mil de Guiné e Angola, e na Baía 3 mil. (4) Seguramente acabou Soares o seu livro um ano antes da "Informação" do padre: este aumenta de dez o número de engenhos de Pernambuco, dado por êle. Cinco mil escravos e dez engenhos num ano? E' possível. Aliás, onde o açúcar rendia mais, a população africana avultava. Pernambuco, segundo Anchieta: 10 mil escravos pretos e 2 mil índios. (5) Baía: 3 mil negros e 8 mil índios.

Na sua polemica com Gabriel Soares, os jesuitas justificaram a conveniencia de ter nas aldeias índios frecheiros, porque "os negros de Guiné são muitos", e os temiam (6). "Os primeiros inimigos dos colonos (dizia o P. Pero Rodrigues, em 1597) são os negros da Guiné alevantados, que estão em algumas serras, donde vêm a fazer saltos, e dão muito trabalho, e pode vir tempo em que se atrevam a cometer e destruir fazendas como fazem seus parentes na ilha de São Tomé".

Esses "quilombos" não lograram engrossar como, no seculo seguinte, o de Palmares, pelo mêdo que os quilombolas tinham aos índios, mais mateiros e ágeis, senão — nessas caçadas ao homem — às vezes antropofagos. . . No princípio, com efeito, a maneira de se fazerem escravos em Africa era a expedição de tribus

(1) Visconde de PAIVA MANSO, *História do Congo*, p. 140, Lisboa, 1877.

(2) *Tratado da Terra do Brasil*, ps. 38-9.

(3) *Roteiro*, p. 35.

(4) *Cartas Jesuíticas*, III, 413. 15 a 20 mil, emenda o Padre Cristovão de Gouveia, P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 405.

(5) *Cartas*, III, 410.

(6) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, II, 358.

ferozes, que os aprezavam no sertão, chegando algumas a devorar um sem-número de cativos, como cães que se transformassem em lóbos...

No princípio, porém: que depois, viciados os "sobas" com os "resgates", e o resto do povo com os negócios à moda dos negreiros, déram de vender os súditos, os parentes, os condenados por multas que não podiam pagar (multas impostas por delitos mínimos), e isto em progressão tal que, em 1654, frei Joao Antonio Cavazzi viu no Congo um pobre preto, muito arrependido por ter vendido varios irmãos, a irmã, e, por fim, pae e mãe! (1) Alguns góles de cachaça, três rôlos de fumo depois, quando essa produção prosperou nas cercanias da Baía, buzios de Porto Seguro ou punhados da farinha do Rio de Janeiro, valiam um "guiné" sadio ou um "angola" paciente, aquele excelente carregador, para os transportes, este bom trabalhador de enxada, para o canavial. Não havia em Africa melhor mercadoria exportavel (2). A transação sobre a liberdade do próximo era comércio, pena, especulação e, em todo caso, a última palavra dos "régulos", quando resolviam o destino dos delinquentes. Narra Edouard Corbière o caso do principe da costa de Benin, que lhe vendeu a esposa condenada à morte, na ocasião mesma do suplício (3). Entre a vingança e o lucro, o bárbaro preferia o seu trago de aguardente e a "corda" de tabaco. Vendeu copiosamente, exaustivamente, centenas de milhares de amigos e inimigos, nacionais e estrangeiros, negros estúpidos, caçados no interior do continente, ou ladinos e pacificos, tomados injustamente nas "cubatas" do litoral.

Ocorre-nos logo a pergunta.

(1) A. Taunay, art. no *Jornal do Comércio*, Rio, 5 de Julho de 1936.

(2) MARQUÊS DE LAVRADIO, *A Abolição da Escravidura e a occupação do Ambriz*, pl 36, Lisboa, 1938.

(3) *Le Négrier*, p. 315, Paris, 1936.

Quantos escravos d'Africa se instalaram no Brasil?

William Guthrie calcula em 100 mil por ano, os escravos tirados do seu "habitat": mas ha quem lhes estime a quota em 30 mil para o Brasil, em média, no período tri-secular do trafico.

Ao todo, a imensa cifra de 9 milhões?

Abatendo-se o periodo do seculo XVI, de fraca importação, e as epocas de perturbação maritimo-colonial, chegaremos, com probabilidade de acerto, ao limite, mais modesto, de 6 milhões, recebidos, entre 1550 e 1850. (1).

No seculo XVII, só de Loanda e Benguela saíam anualmente 10 mil negros, dos quais 1.300 crias. Havia, outrosim, o Congo e Guiné, e Moçambique (2). Os números citados padecem, por outro lado, da suspeita de serem números fiscaes, de "peças" tributadas, contadas na alfandega: e as do contrabando, inverificavel e frequente?

O ENGENHO EM 1571

O "inventario dos bens" de Mem de Sá, feito em 1572, é um precioso documento-índice. O engenho do governador em Sergipe (depois Sergipe do Conde, e engenho pertencente ao colégio de Santo Antão, de Lisbôa, do qual ha uma exata informação de 1633) podia ser então considerado modelar ou típico. Não

(1) ROBERTO SIMONSEN estima com solidos argumentos essa importação em 3.300 mil indivíduos, *Hist. Econ. do Bras.*, I, 205.

Antonio José Gonçalves Chaves, em 1822, avaliou em 3 milhões essa importação, *Memórias economico-políticas*, reeditadas por J. B. Haphemeyer, p. 39, Porto Alegre, 1922.

(2) MARQUÊS DE LAVRADIO, *A Abolição da escravatura e a ocupação de Ambriz*, p. 39.

cremos houvesse maior naquele reconcavo. A sua escravaria era constituída de 21 africanos (cujo preço máximo não passava de 40\$000, mínimo 16\$000), 90 "da terra" (preços de 10\$ e 6\$), e mais cinco índios de Pernambuco, vinte "moços", cinquenta e oito mulheres também indígenas, avaliadas estas entre 7\$ e 2\$, e um lote acessório de "mulheres que trouxe de fóra Domingos Ribeiro", no número de 26... Cada um dos cativos, negros ou cabôclos, tinha o seu mistér determinado: escumeiro, carreiro, taxeiro, prensor, moedor, encaixador, barqueiro, vaqueiro, serrador, homem do bagaço, caldeireiro, caçador, pescador, calafate, ajudante do escumeiro, homem dos mêes, etc. E havia esta observação eloquente: quatro dos escravos índios sem ofício tinham fugido, assim um dos "moços", e cinco das mulheres trazidas por Domingos Ribeiro... O coeficiente de evasões, naturalmente maior nas zonas ameaçadas pelas tribus bravias, tornava o preto mais valioso, mais econômico: escapava-se mais difficilmente, intimidado pela proximidade dos antropofagos. A fuga em massa dos de Guiné, para a formação de "quilombos", quando a terra se esvaziou de gentío hostil, começou a inquiêtar a colonia depois de 1583. Houve, porém, um remedio excelente: a importação de negros de muitas "nações" diferentes, por que se não conluiassem nas "senzalas". Á maneira dos habitantes primitivos do Brasil, preferiam servir ao branco, e sofrer-lhe os mãos tratos, a unir-se entre si, quando os separavam velhos ódios de religião e casta... Os portuguezes tiveram a habilidade, algo maravilhosa, de explorar todas essas sizanias instintivas: sem esse faro, ou essa intriga, teriam sucumbido no limiar da colonização. Mas venceram rapidamente...

PRÓ E CONTRA

Em 1574, a necessidade de escravos, lícitos e industriais, tormentava os próprios jesuítas, cujo procurador em Lisboa escrevia então para Roma: "Do Brasil escreve o P. Provincial, que daqui se lhe mandem 12 escravos negros e 12 escravas para guardar no Brasil os seus currais. Adverte o P. Provincial desta Provincia (Portugal) que o P. Geral passado ordenou que não houvesse escravos na Companhia. Eu creio que a intenção do P. Geral fosse de escravos para os Colegios. Mas na Índia e no Brasil, onde não ha outro serviço senão de escravos, não ha outro remedio senão servir-se dêles" (1) Corresponhia a um antigo desejo de Nobrega, que, em 1557, se contentava com "uma bôa dada de terras onde ainda não fôr dada, com alguns escravos de Guiné, que façam mantimentos para esta casa e criem criações, e assim para andarem em um barco, pescando e buscando o necessário..." E explicava: "Escravos da terra não nos parece bem tê-los, por alguns inconvenientes. Destes escravos da Guiné manda êle (Sua Alteza) trazer muitos á terra. Podia-se haver provisão para que dos primeiros que vierem, nos desse os que Sua Alteza quizesse. Porque uns três ou quatro, que nos mandou dar ha certos anos, todos são mortos, salvo uma negra..." E em 1558: a melhor dádiva seria "duas duzias dêles, tanto homens como mulheres". (2) O P. Luiz da Grã não estava de acôrdo. Achava, interpretando com largueza o pensamento do Geral, que a Companhia devia abster-se do trabalho forçado. Nobrega, — resume o P. Serafim Leite — era realista. Via as cousas clara e sensatamente. Escravos — acentúa — "a

(1) Doc. cit. pelo P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, II, 345.

(2) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, II, 348-9.

Companhia deve ter e adquirir, justamente, por meios que as Constituições permitem, quanto puder para nossos Colégios e casas de meninos e, por muito que tenhamos, farta pobreza ficará aos que discorrem por diversas partes; e não devemos crer que sempre El-rei nos proveja..." A idéa da inação contemplativa afigurava-se-lhe impropria da tarefa que se impuzera à Ordem no Brasil, qual a instalação de um serviço autônomo e crescente de catequese, com o aproveitamento da terra e de suas barbaras populações. A grandeza subsequente da Companhia na America do Sul delinea-se nesta previsão do missionário, que desconfiava do futuro (El-Rei nem sempre seria amigo) e queria dar aos Colégios uma organização estável. Os jesuitas, por outro lado, já em 1574 creavam a assistencia religiosa aos escravos d'Africa. Faltava-lhes um "língua", que os entendesse. Recentes no Brasil, os pretos não encontraram aqui interpretes, que os ajudassem a compreender as falas portuguezas. Com tempo se teria isto, objetou, em 1583, o Visitador Cristovão de Gouveia (1). Os Padres Antonio de Matos e Mateus Tavares foram à Angola, logo depois, praticar as línguas africanas, cuja primeira gramatica, entretanto, para uso dos Padres do Brasil, seria composta sômente um seculo mais tarde, pelo P. Pedro Dias (2).

SUBSTITUIÇÃO DO ÍNDIO

No litoral da Baía e Pernambuco, a substituição do escravo índio pelo africano foi sobretudo rápida na década de 1590-1600.

Um documento jesuitico de 1611 lamentava as aldeias extintas, enumerando-as: "em S. Vicente, a

(1) P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, II, 353.

(2) P. SERAFIM LEITE, *ibid.*

inúmera escravaria de Jerônimo Leitão, Batista Málio, Joseph Adorno; no Rio de Janeiro, as de Aires Fernandes, Manuel de Brito, Salvador Correia de Sá, Tomé de Alvarenga; na capitânia do Espírito Santo, as de Vasco Fernandes Coutinho, Belchior de Azeredo; dos seus dous sobrinhos, Miguel de Azeredo e Marcos de Azeredo; na Baía, as de Sebastião da Ponte, Diogo Correia de Sande, Gabriel Soares, Fernão Cabral, Antonio Ferraz, João Batista, Cristovão de Barros. E o mesmo aconteceu em Pernambuco; de modo que só se conservam as que os Padres da Companhia têm a seu cargo" (1). "As 40 mil almas, que houve nas aldeias da Baía, estavam reduzidas, em 1592, a 400. "Nas aldeias dos padres viviam apenas 2.500... (2) Fôra uma devastação, à maneira das Antilhas. Fugiam para o sertão. Acabavam por suas molestias. Não resistiam ao trabalho duro e à vida dos engenhos. Aprisionados às centenas, não podiam adaptar-se ao serviço nas povoações da costa. Garcia d'Avila, no seu testamento (1609), declarando livres os índios que habitavam Tatuapara, pedia entretanto ao governador os obrigasse a se conservarem ali, por ser porto procurado de corsários, necessitando defêsa: mas recomendava aos herdeiros que os tratassem e assistissem bem. Essa fórmula — residencia forçada — e êsse cuidado, que o pioneiro aprendera aos jesuítas, explicam a condensação, nos terrenos da Torre de Garcia d'Avila, de índios dóceis, que Francisco Dias de Avila, em 1624, conduziu ao cêrco da Baía tomada pelos holandeses. Nos engenhos, dominava o negro. E nos portos da Baía e de Recife — a navegação para a costa d'Africa, origem, em todo o período colonial, das melhores fortunas do Brasil. Até 1850...

(1) P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, II, 71.

(2) P. SERAFIM LEITE, *ibid.*, loc. cit.

SISTÊMA

“Nas fazendas e engenhos ha grande copia de escravos (relatou o P. Visitador, em 1584), os quais nunca ouvem missa, ainda que tenham nelas sacerdotes que as digam, por serem as igrejas pequenas, e os escravos andam nós ; e, pelo máo cheiro, não os deixam os seus senhores e Portugueses estar nem dentro. nem fóra das igrejas. Além disso, em amanhecendo, nos dias santos, vão buscar de comer pelos matos, por seus senhores não lho dar” (1)

Não havia ainda o que se convencionou chamar (na America Central) o “sistêma do Brasil” : qual, de reservar o senhor um dia da semana, em geral os sabados (certamente por influencia dos judaisantes) para cuidar o escravo da própria economia, plantando, caçando, pescando, afim de correr por sua conta e risco a alimentação. (2) Os holandeses, israelitas na maioria, introduziram êsse “sistêma” nas Antilhas, em 1654 (3). Sem o querer, habituavam os portugueses os cativos à vida independente. Concediam-lhes, cada semana, um dia de liberdade. A apetecida liberdade de grangear o alimento um só dia, enquanto os demais eram do senhor. Nessa esperteza havia higiene, compensação, educação. Os negros distraíam a tristeza de sua vida miseravel, aprendiam a zelar uma propriedade individual (a

(1) Cit. pelo P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, II, 355.

(2) Vd. nossa *Hist. Social do Brasil*, I, 184.

(3) Vd. MAURICE SATINEAU, *Histoire de la Guadeloupe*, p. 263, *pessim*, Paris, 1928.

E' curioso notar que a tradição se conservou até o fim. Na fazenda de Santa Cruz — diz um documento oficial de 1837 — “os escravos não trocam o direito do sabado pela vantagem de receber da Fazenda comida e vestuario”, *Anais do Arquivo Nacional*, XVII, 133.

Dissêra Antonil: “costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana, para plantarem para si...” *Cultura e opulência*, p, 95.

roça, os frutos do seu esforço pessoal e livre), a ter personalidade, a consciencia de seu rendimento, uma idéa de poupança, e o espírito de família, quando deviam atender também às necessidades desta.

INFLUENCIAS

O florescimento do trafico não desenvolveu apenas o país importador: enriqueceu o desalmado exportador, sobretudo depois que Paulo Dias, em 1575, fundou e fortificou S. Paulo de Loanda, verdadeira capital do comércio negreiro, daí por diante.

E' quando o "angola" suplanta o "guiné", e começa a infiltrar-se, na língua do povo brasilico, o africanismo "bântu" — cooperando, com as reminiscencias tupís, para torná-la rica e saborosa de designações exóticas.

No litoral açucareiro, as palavras "columi" (menino), "tujupar", são substituidas pelas suas equivalentes do "quimbundo", "moleque", "senzala" ... Na indústria dos engenhos preponderam as vozes congolêsas: garapa, cachaça, banguê (no duplo sentido de engenhôca e rêde), cachimbo... Sobretudo na intimidade da vida dos engenhos e da casa-grande, prevalecem "mucamas", "iaiás", "dengues", "caçulas", "quindins" (1)... Como em Piratininga ou na Amazonia, as expressões populares continuam indigenas, lembrando o tempo dos catécumenos e o bi-linguismo de Ramalho ou de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, na Baía e em Pernambuco são afro-brasileiras, denunciando a importancia

(1) Vd. JOÃO RIBEIRO, *A Língua Nacional*, RENATO MENDONÇA, *A Influência africana no português do Brasil* (Rio 1933), RODOLFO GARCIA, *Dicionário de Brasileirismos* (Rio 1914)... Na agricultura a influência indígena prose-guiu triunfante. Os termos matombo (canteiros de mandioca), cacimba, indicando atividades rurais, são dos poucos africanismos da lavoura...

dessa contribuição étnica, e do espírito que a seguia. Poucos nomes botânicos, numerosos de culinaria, de objêtos de uso, ou verbos que traduzem o influxo sentimental do africano, dão à sua influencia uma tinta mais carregada, mais irrecusavel. Esboça-se sem plano, ao acaso da grossa importação de negros, outro tipo de civilização, que não tem de comum com o anterior, luso-aborigene, senão a fôrma senhorial da exploração do "latifundium". O fato em que se baseia é a escravidão. Decorrem dela a classificação social, o monopólio do trabalho braçal pelo cativo, a presunção de nobreza que traz o homem branco, só por ser branco, a divisão dos habitantes em duas castas, dos "fidalgos" (abrangendo os burguezes do comércio, os imigrantes aventureiros) e dos "negros"...

RAÇAS

Se em 1587, conforme Gabriel Soares, eram na Baía 4 mil os capazes de pegar em armas, (1) teremos de avaliar a população africana da cidade e seu reconcavo no mínimo em dez mil almas. Predominavam os bantus ou negros meridionais. "Á Angola — prevenia o autor dos "Dialogos das Grandezas" — se mandam náos com muitas fazendas, que de lá tornam carregadas de escravos, por que se comutam, deixando grande proveito aos que nisto negociam ; e ainda as náos, que pera lá navegam em direitura do Reino, aportam na capitânia do Rio de Janeiro, aonde carregam de farinhas, mantimento da terra, por alí se achar mais barata, a qual levam a vender à Angola a troco de escravos e de marfim que de lá trazem em muita quantidade" (2). Corria

(1) *Roteiro do Brasil*, p. 126.

(2) *Dialogos*, p. 144.

alí, como prediléta moéda, um buzio, extraído preferentemente do sul da Baía (1). Dêle já se tem noticia em 1554 (2).

Os “guinês”, entretanto, “minas”, “dahomeiânos” ou “jorubas”, acima do Níger, por mais robustos constituíam uma aristocracia da escravidão: na Baía foram englobados no qualificativo de “nagôs”. Antonil discriminou as raças importadas: “Ardas, Minas, Congos, S. Tomé, Angola, Cabo Verde e alguns de Moçambique vindos nas náos da Índia.” E explica: “os ardas e os minas são robustos”. “Os d’Angola criados em Loanda são mais capazes de aprender ofícios mecânicos...” (3) Os “ardas” provinham do reino de Ardres, ao norte de Ajudá. Eram tão numerosos em 1645, que Henrique Dias pudéra intimar os holandeses, dizendo: “De quatro nações se compõe este regimento: Minas, Ardas, Angolas, e Creoulos...” “os Ardas tão fogosos que tudo querem cortar de um só golpe...” distinguíam-se dos angolêses pela religião e pelo idioma. Os “nagôs”, a despeito dos seus dialetos, entendiam-se bem entre si (4). A sua prevenção contra os “bantus” era constante e implacável. Os “congos” (bantus) faziam vida à parte, separados dos “guinês” por uma incompatibilidade racial semelhante à que dividia as tribus do Brasil. Por último, com a intervenção dos “sudanêses” aussás (islamizados que venceram os jorubas no século XVIII) os negros septentrionais extremaram o seu espírito de rebeldia e luta. O maometanismo dos aussás (e malês) exerceu considerável influencia sobre parte da população escrava da Baía. Em todo caso mostra-

(1) Frei VICENTE DO SALVADOR, *Hist. do Bras.*, p. 99.

(2) *Navegação de Lisboa á ilha de S. Tomé, 1554*, in *Noticias para a hist. e a geogr. das nações ultram.*, p. 94, Lisboa, 1812. A moeda metálica foi introduzida em Angola em 1694, FÉO e TORRES, *História de Angola*, Paris, 1821.

(3) *Cultura e opulência*, p. 91.

(4) NINA RODRIGUES, *Os Africanos no Brasil*, 2.^a ed., p. 41.

vam-se mais inteligentes, poupados, ativos e empreendedores do que os bantus, cuja principal criação social no Brasil foi o seu "reinado" — dum preto eleito festivamente como rei, ou juiz de suas folgas — tolerado pelas autoridades até o meado do século XIX.

Os escravos foram desigualmente distribuídos na colônia: enquanto na Baía predominaram afinal os sudaneses, em Pernambuco e no Rio de Janeiro se acumularam — com o nome genérico de congos — os de Angola, preferidos sobretudo para os trabalhos do campo, por mais baratos, mais doces e mais grosseiros.

Os "Minas" (nagôs) davam para o serviço doméstico, o carrêto urbano, as atividades que exigiam tenacidade e vigôr.

XVIII

O CICLO DO AÇUCAR

Colonos empreendedores, índios, negros... E' o ciclo do açúcar que começa.

Vimos que o plantío da cana trazida da ilha da Madeira se tornou em S. Vicente, no Espírito Santo, na Baía, em Pernambuco, nos Ilhéos e em Itamaracá a atividade principal.

Para isto contribuíram moradores da ilha da Madeira, que trouxeram os métodos de fabrico lá usados desde o tempo do infante D. Enrique, os escravos africanos, que substituíram os índios no amanho das terras, capitais de Lisbôa, a iniciativa dos governadôres e o aperfeiçoamento dos engenhos.

Pessôas das ilhas tinham sido atraídas a Pernambuco por Duarte Coelho. (1). Outras, de Machico, se passaram à Baía, nos governos de Tomé de Souza e Mem de Sá. Na Madeira, depois de 1542, se havia definitivamente arredado das casas de fazer açúcar a prensa manual, para dar lugar aos engenhos d'água; e por serem custosos, acessíveis, portanto, apenas aos ricos, se creára o "lagar do Príncipe", ou engenho comum, para moer as canas dos lavradôres, que pagavam uma parte à fabrica, nunca menos de metade, e recebiam o restante em produto. (2) Tanto o "engenho de Sua Alteza"

(1) CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 31.

(2) "Descrição da fazenda que o Colégio de Santo Antão tem no Brasil", *Anais do Museu Paulista*, III, 784: "... os assucares que um engenho faz brancos e mascavados a metade são do engenho a outra metade do lavrador".

como o sistema da *levada*, para a movimentação do engenho hidraulico, foram introduzidos no Brasil logo ao início dessa forma de trabalho, destinada a ser a mais brasileira, e brasileirante, das atividades econômicas da America Portuguesa. Restaria melhoramento mais transcendente para a boa renda das moedas: a substituição dos dous cilindros horizontais por três verticais, "que por meio de entrosas se faziam girar com a rotação do cilindro do meio". Esta última transformação da velha máquina foi devida a um clérigo espanhol provindo do Perú, que a ensinou na Baía, quando governava D. Diogo de Menezes (1608-1612). Com ela coincide o apogeu do ciclo do açúcar, ou seja a produção em grande escala, a ponto de boa parte do consumo europeu ficar a cargo do Brasil.

E' verdade que se desenvolviam harmonicamente, a produção colonial e a capacidade dos mercados de compra.

Em 1577, por exemplo, visitando el-rei D. Sebastião a Espanha, e porque aí o açúcar ainda não se popularizara, os requintes da pastelaria conventual pareciam proprios de paladar imperial (1), a excitar a habilidade industriosa e a arte das freiras. Aliás Portugal se tornaria o mais famoso país do mundo quanto a esse genero de gulodices. O açúcar do Brasil e a monja do reino, engendraram a pródiga sobremesa lusa do seculo XVII, que se irradiou pela Europa e pelas colonias.

INDUSTRIA ARISTOCRÁTICA

A indústria começou com um aristocratico e desenganado caráter capitalista.

Não tinha engenho quem queria, como um canal, que alguns escravos, em terra boa, plantavam fâ-

(1) Frei BERNARDO DE BRITO, *Cronica de el-rei D. Sebastião*, p. 166, Lisboa 1837. Em 1535 já dizia Charles Etienne, "o açúcar tem procura extraordinaria", vd. J. LUCIO D'AZEVEDO, *Epocas de Portugal Economico*, p. 233.

ciamente; mas quem podia, como cara propriedade, que significava riqueza, espírito organizador, autoridade.

Os primeiros senhores foram os próprios donatários.

Fazendo cada um o seu engenho, como que construíam o aparelho econômico de que teriam de viver. Encorajaram importantes personagens do reino, que mandaram aplicar no Brasil o seu dinheiro. Iniciavam um genero de exploração colonial que já não se parecia com os negocios da Índia e só seria imitado um seculo mais tarde, pelos capitalistas de Holanda e Inglaterra: o financiamento rendoso das grandes culturas tropicais. Até aí, os tesouros tinham ido de ultramar para Portugal; agora vinham, de lá para cá, em fôrma de incitamento à agricultura nascente. São pioneiros desse capitalismo Fernand'Alvares de Andrade e o duque de Aveiro, que, em Porto Seguro, "mandou fazer à sua custa engenho de açúcar, e provocou a outras pessoas de Lisbôa a que fizessem outros engenhos..." (1).

Vimos que el-rei mandou instalar um engenho para a serventia dos lavradôres de canas na Baía.

Era indispensavel a iniciativa do alto: para obviar à falta de cabedais na colonia que prosperava devagar, e onde sômente alguns potentados dispunham do necessário para armar a indústria, progressivamente mais custosa, pelo seu aperfeiçoamento e complexidade: instrumental, instalações, o braço africano em substituição ao indigena, que lhe deu o definitivo sentido capitalista.

Quando o autor dos "Dialogos das Grandezas" escreveu as suas observações sobre o estado do Brasil, exigia a montagem de um mediano engenho cincoenta mil cruzados. Era sôma grossa, e por poucos obtida. Limita Gabriel Soares a fortuna dos principais sujeitos de Pernambuco, dizendo que havia mais de cem com

(1) GABRIEL SOARES, *Rotetro do Brasil*, p. 65.

um rendimento de mil até cinco mil cruzados (1). A carestia dos negros importados tornava menos acessível o engenho aos recém-chegados, aos que não tinham aturado longamente o clima colonial: daí o seu escasso número, e como ficaram em mãos d'uma nobreza territorial entrelaçada pelos casamentos, formando-se, sem prêssa, num meio pobre, onde as atividades deviam resignar-se a um ritmo tranquilo. Primeiro o canavial, depois a escravatura, emfim a casa da moenda, as tachas do mel, os carros e as barcas de transporte, a lavoura auxiliar, a prodigalidade afinal...

E' o que assevéra o escritor dos "Dialogos das Grandezas": "... os mais ricos têm engenhos com título de senhores dêles, nome que lhes concede Sua Majestade em suas cartas e provisões, e os demais têm partidas de canas..." (2).

"Senhor de engenho" foi uma "senhoriagem" de conteúdo nobiliárquico, de teôr feudal: importava magnificencia. Os fidalgos do Brasil eram aqueles: aliás, Fernão Cardim reconhece, "se tratavam como uns condes..."

O ENGENHO PRIMITIVO

Um engenho, com 111 trabalhadôres — tal o de Mem de Sá, em 1572, — necessitava de duas mil fôrmas de barro (quantas lá se achou) e então aí se purgavam 167 pães... (3)

A casa-grande tinha ainda o feito de reduto militar. No mesmo "inventario" se diz, "fortaleza em que

(1) *Rotetro do Brasil*, p. 35.

(2) Edição da Academia, notas de RODOLFO GARCIA, p. 38.

(3) O *inventario de Mem de Sá*, divulgado e anotado por Wanderley Pinho, constituiu memoria por êste apresentada ao 3.º Congresso Nacional de História, 1938.

está Simão de Sá...” (1) E é assim descrita: “casa fortaleza nova de pedra e cal telhada de novo e meia assoalhada e toda cercada de madeira para se fazer varandas qual está por assoalhar”. Havia mais: “um baluarte telhado e cercado de páo a pique de redor onde mora Simão de Sá”. Construções adjacentes: a casa do padre, a do feitor, a do escumeiro, “duas casas de palha grandes em que se agazalham os negros”, outra “comprida em que se agazalham os negros de Guiné que é de palha nova”, fóra as instalações da fábrica. O mobiliário reduzia-se a quatro cadeiras d’espaldas e uma pequena. Não ha noticia de camas e mesas, alfaias e comodidades, que dez e vinte anos depois tanto reluziriam nos engenhos da Baía e de Pernambuco. A riqueza era de utensilios da industria. Na singeleza do estabelecimento rustico transparecia o trabalho bruto e absorvente. Alí e alhures. De começo todas as propriedades se assemelhavam, com aspectos iguais — os escravos do mato e da costa d’Africa, a fortaleza, um padre, o feitor e o escumeiro ou mestre de açúcar, senzalas cobertas de palha — e a família senhorial se daria quando muito ao conforto duma casa avarandada, protegida de quatro lados pela palissada tupinambá.

O ENGENHO DEFINITIVO

Vinte anos depois, temos o de João de Brito de Almeida, no rio Paraguassú: “de pedra e cal, e tem grandes edifícios de casas, e muito formosa igreja de S. João, de pedra e cal; o qual engenho tem mui grande aferida, e mõe com uma ribeira que vem a este sítio por uma levada de uma légoa, feita toda por pedra viva ao picão com suas açudadas, com muros e botareos de pedra

(1) O administrador do engenho de Mem de Sá era Simão de Sá, seu sobrinho, pois se declarou irmão de Estacio de Sá, cf. inventario cit.

e cal, cousa muito forte". (1) Os principais engenhos do reconcavo tornaram-se assim nobres e vastos.

Em Pernambuco floresceram primeiro, e em maior número, os engenhos grandes. Eram 23 em 1576 (diz Gandavo). (2); e na Baía, 18. Gabriel Soares, menos de dez anos depois, assinalava: em Pernambuco, 50 engenhos, na Baía 36 (3).

O padre Fernão Cardim, em 1583: em Pernambuco, 66, na Baía ainda 36. (4). Anchieta, a esse tempo: em Pernambuco, 60, na Baía 46. . .

Sendo a produção de mais de 3 mil arrobas para cada um, temos o volume da exportação, em 1583, superior a 216 mil. "Lavram-se alguns anos (continúa Cardim, na sua descrição de Pernambuco) 200 mil arrobas de açúcar, e os engenhos não pôdem esgotar a cana. . .".

O jesuita é exato: "Ainda que êstes gastos são muito grandes, os rendimentos não são menores, antes mui avantajados, porque um engenho lavra no ano quatro ou cinco mil arrobas, que pelo menos valem em Pernambuco cinco mil cruzados, e postas no Reino por conta dos mesmos sanhores dos engenhos (que não pagam direitos por dez anos do açúcar que mandam por sua conta, e estes dez acabados não pagam mais que meios direitos) valem três em dobro" (3) Daí a intensidade da navegação, a força do comércio. No espaço de sete meses, da Baía para Lisbôa, saíram "mais de quarenta navios carregados", informava a "Breve Relação "dos colégios, de 1584.

Os engenhos pareciam arraiais e vilas. A casa-grande ficava numa elevação, com a capela ao pé, onde

(1) GABRIEL SOARES, *op. cit.*, p. 141.

(2) *Tratado da Terra do Brasil*, p. 27.

(3) *Roteiro*, p. 150.

(4) *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, ps, 334 e 319.

(5) *Tratados*, p. 321.

um sacerdote bem pago — dando maior dignidade à povoação — rezava missa quotidiana. As “senzalas”, ou *tejuþares* da escravatura, desenvolviam-se em quadra, abrigando os negros, em promiscuidade quando “boçais” ou solteiros, porém com cabana própria quando se casavam. Os telheiros com a aparelhagem industrial alongavam-se na baixada, junto da água corrente, a menos que não fosse o engenho “trapiche”, ou movido por bois, tipo inferior e mais rustico da moenda colonial.

A força hidraulica era a sua riqueza inicial. Os declives d'água corrigiam-se pelas “levadas”, que nalguns equivaliam a primorosas obras de engenharia, representando vistoso e grande trabalho dada a distância a ser vencida pelo aqueduto. Conforme caísse a água sobre os côpos da roda que punha em movimento os cilindros da moenda, os engenhos se distinguiam em copeiros (jôrro alto), meio-copeiros (médio) e rasteiros. O processo de fabrico era simples e pratico. Quasi não se alterou entre os seculos XVI e XIX. O caldo, obtido na moenda, escorria pelas calhas de páo para uma grande tacha, donde, em panelas de cobre, saía para as caldeiras. Fervido aí, e misturado com um líquido de certa qualidade de cinza que se chama decôada, passava para fôrmas piramidais de barro onde purificava durante quarenta dias (1). “O serviço é insofrível, sempre os serventes andam correndo, e por isso morrem muitos escravos...”, notou Cardim (2).

Denominava-se “casa de purgar” a que recebia as “fôrmas”. Neste é que o “mestre de açúcar”, hábil em tempera-lo, e de cuja proficiencia dependia o conceito da fabrica, vigiava a transformação do produto, branqueava-o com barro próprio, tirado dos “apicús”

(1) ROBERTO SIMONSEN, *História Econômica do Brasil*, I, 164.

(2) *Tratados*, p. 320.

de beira-rio (1), e dava-lhe o "ponto". Ao tempo do padre Cardim o "mestre", bem tratado dos senhores como um personagem imprescindível, vencia cem mil réis por ano e tinha mesa na casa-grande. Os feitôres dirigiam o serviço dos negros: eram mais policiadores do que contra-mestres. O homem do "ponto", porém, indicava a maneira de fazer-se o melhor açúcar, presidia às manobras de que resultavam os vários "tipos", afiançava o que se vendia para Portugal, acondicionado em caixas de 35 arrôbas. Um "mestre" afamava ou desacreditava um engenho. Às mais das vezes, enriquecendo no ofício, estabelecia-se adiante, por conta própria. Formava uma aristocracia de operários, aí onde a sociedade se dividia, singelamente, em duas categorias de homens: senhores e cativos.

ECONOMIA E REGIMEN

Os lucros do senhor de engenho, dadas as despesas que o oberavam, só era real se podia vender o açúcar branco acima de dous cruzados a arroba. Abaixo deste limite (diz a "descrição da fazenda que o Colégio de Santo Antão tem no Brasil, "de 1635" não pôde qualquer sr. de engenho alevantar a cabeça . . ." (2) . . . "O preço do açúcar (continúa o mesmo informante) não é certo nem fixo no Brasil; mas varia, conforme a safra que ha de açúcares. De ordinario corre de oito tostões até mil réis. Algumas vêzes sobe até mil e duzentos outras abaixa a quatro e cinco tostões". O autor dos "Dialogos das Grande-

(1) ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, ed. de Afonso d'E. Taunay, p. 153. S. Paulo, 1923.

(2) *Anais do Museu Paulista*, III, 784. Documentam a asserção as *Denúncias de Pernambuco*, de 1594, quanto ás dividas que pezavam sobre os grandes proprietarios.

zas” fala de um negociante esperto que, em 1592, empregou em Pernambuco o seu dinheiro “em açúcar branco excelente, comprado a seiscentos e cinquenta réis a arroba, nos quais açúcares, pela barateza por que os comprou, devia de dobrar outra vez o dinheiro no Reino” (1). Em 1578 vendia-se a 1\$400, em 1582 a 1\$850 — que foram grandes preços (2). É interessante notar a persistência das cotações nos três séculos coloniais. Antonil adverte: “Comprar antecipadamente o açúcar por dous cruzados, *verbi gratia*, que a seu tempo comumente vale doze tostões e mais, tem sua dificuldade; porque o comprador está seguro de ganhar; e o vendedor é moralmente certo, que ha de perder...” (3).

A desordem da oferta e os imprudentes gastos dos senhores seriam razões de atrofia, e mesmo extinção de muitos engenhos se não os socorresse a justiça, acautelando-os contra os credores. Num regimen de privilegio elles se instalaram, progrediram e envelhecaram. Os de morgadio, dados pelos proprietários aos descendentes, “vinculados” de sorte a não serem nunca mais alienados, como bens de primogenitura, segundo as leis do reinado de D. Sebastião e o Livro 4 das Ordenações Filipinas, (4) escaparam logo aos riscos do comércio. Graças a isto muitas famílias senhoriais desfrutaram seguidamente três séculos a sua fábrica ancestral, e as “braças” de massapé anexas, depauperadas pelo plantio ininterrupto, entretanto jamais abandonadas do lavrador-fidalgo... Para os outros, vigorava o principio de que não podiam ser tomados por dividas de geito a

(1) *Dialogos das Grandezas*, p. 145.

(2) J. LUCIO D'AZEVEDO, *Epocas de Portugal Economico*, p. 258.

(3) *Cultura e opulência*, p. 103.

(4) COELHO DA ROCHA, *Direito Civil Português*, p. 701, Coimbra, 1852. Cita Pegas, *Coment. ad Ord.*, XIII, lib. 3, 41-42, a carta regia de 12 de Março de 1690, autorizando os credores de Gaspar de Brito Freire a receberem os seus créditos das rendas do engenho, reservando um conto de réis para o dono. Também *Anais da Bibl. Nac.*, V, 227.

desmanchar-se, como esclareceu, em 1636, o governador Pedro da Silva, numa Provisão explicita: “sendo de direito corpos mixtos se não deviam despedaçar aos debitos pequenos não equivalentes ao valor dêles (engenhos), devendo-se pagar os ditos credôres pelos rendimentos e frutos como já se tinha assentado na Relação dêste Estado no tempo que nele a havia o que procedia com mais razão na Capitânia de Pernambuco, aonde os trabalhos presentes... Não sendo os debitos, e sentenças dêles equivalentes, ou quasi, ao valor dos ditos engenhos por que se possam e devam arrematar com suas terras e fabrica incorporadamente, não mandem fazer penhora separadamente nos bois nem em peças, nem em cobres ou terras apartando-as do seu todo...”(1) O padre que descreveu o engenho de Sergipe do Conde, em 1633, informa que “emquanto móem não se entende com as cousas da fabrica do engenho” a cobrança das dividas, motivo por que, mesmo com prejuizo, os senhores, não os deixavam parar (2).

O número de engenhos avultava sempre.

Em Pernambuco, no limiar das lutas holandesas, havia uma centena dêles, (3), num ambiente que se requintára, culto e rico, graças à exuberancia dêsse trabalho. Eram 121 quatro anos depois (4). O escritor dos “Dialogos” avaliava em 500 mil arrobas a produção total das três capitânias do norte, equivalente a 166 engenhos, se uns pelos outros rendiam 3 mil. (5). Por isso, quando os flamengos se apoderaram do nordeste, a safra de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte podia elevar-se a um milhão de arrobas — segundo Barleaus (1637)... 735 mil levára a frota de

(1) *Documentos Históricos*, XVI, 388-9.

(2) *Anais do Museu Paulista*, IV, 793.

(3) Frei VICENTE DO SALVADOR, *Hist. do Bras.*, p. 115.

(4) GARCIA, nota aos *Dialogos das Grandezas*, p. 163.

(5) *Dialogos*, cit., p. 129.

1610 : valiam, essas 21 mil caixas de 35 arrôbas, 1.500 contos (1). Em 645 a exportação — a despeito das profundas perturbações causadas pela guerra — subiu a 40 mil caixas. A Baía tinha, moentes, em 1660, setenta engenhos (2) ; e muito mais apresentaria, não fôra a repetida devastação do reconcavo pelos holandêses, a última das quais, em 1640, deixou de pé sòmente três . . .

Quer frei Luiz de Souza que, em 1628, houvesse no Brasil 235 engenhos, “antes mais do que menos . . .”(3) Em 1709, na Baía eram 146 e em Pernambuco, “posto que menores”, 246 . . . (4).

(1) J. LUCIO D'AZEVEDO, *Epocas de Port. Econ.*, p. 271.

(2) *Revista do Inst., Hist.*, III, 372 ; e nossa *Hist. da Civ. Bras.*, p. 94.

(3) *Anais de D. João III*, p. 453.

(4) ANTONIL, *op. cit.*, p. 170.

IV PARTE

AUMENTO DA TERRA

XIX

QUANDO PREVALECEU ESPANHA

Esgotára-se o tempo em que devia servir no Brasil Luiz de Brito de Almeida. Para substituí-lo, foi nomeado, em 12 de Abril de 1577, Lourenço da Veiga, que chegou no começo do ano seguinte e, como o ilustre Mem de Sá, morreu na Baía.

Do Conselho del-rei, antigo soldado de Arzila e Tanger, capitão-mór de armadas da costa da Mina e Ilhas, comandára em 1567 a náó "Anunciada", que fôra à India na frota de João Gomes da Silva. Portanto homem de espada como Tomé de Souza, e aqueles donatarios que tinham temperado no Oriente o caráter forte e honrado, não governou muito tempo. Viéram com êle dous personagens de pról, o Padre Bartolomeu Simões Pereira, encarregado de adminisrrar os assuntos ecclesiasticos da parte do sul, dada a inconveniencia de submetê-los à jurisdição, tão apartada, do bispo da Baía, e o ouvidor geral, em sucessão de Fernão da Silva, Cosme Rangel de Macedo, (1) antigo provedor da fazenda na Madeira.

O desmembramento administrativo do bispado fôra concedido por breve pontificio de 19 de Julho de 75. Atendêra ã pedido del-rei, que queria aplicar ao ecclesiastico o metodo que impuzêra ao governo político: desmembramento significava justiça fácil, imediata... Se puzera governador no Rio de Janeiro, clara era a necessidade de dar-lhe autoridade apostolica equivalente.

(1) VARNHAGEN *op. cit.*, I, 465 e 471 (nota de Garcia).

Bartolomeu Simões, que nunca mais deixou o Brasil, instalou alí a administração autonoma, que um seculo depois se transformaria em bispado do Rio de Janeiro.

Terríveis acontecimentos, porém, desviaram a história de Portugal do seu logico e grande destino. Nas mãos juvenis do cavaleiro-rei D. Sebastião, o que não quizera casar-se, o unigénito da dinastia, tão imbuído de seu sonho militar que resolveu arriscar a vida, e com ela a sorte da Pátria, numa absurda “cruzada” em Marrocos — a corôa se perdeu. Reinando aos 14 anos de idade, ansiára por uma aventura de estrondo: seria a derrota do sultão de Fez, a conquista do norte d’Africa. Valeu-se da dissensão entre os mouros, tomando o partido de Muley-Hamed, o Xarife, expulso do trono pelo tio Abd-el-Melek. Na expedição que organizou, e segunda com que passou à Berberia, entraram os melhores brazões do reino. Todas as grandes famílias se representaram no exercito comandado pessoalmente por D. Sebastião. Vários nomes ligados aos fatos do Brasil aí reluzem: Jorge e Duarte de Albuquerque Coelho, Pero Lopes de Souza, filho de Martim Afonso, Martim Afonso de Souza, filho de Pero Lopes de Sousa, Manoel de Melo, da Baía, filho do alcaide Antonio de Carvalhal, (1) D. Alvaro da Costa, o filho do governador Duarte da Costa, Sebastião da Silva, filho de Fernão da Silva (2), Diogo Lopes de Lima, genro de Tomé de Souza...

O desastre foi sem precedentes: brusco e total. Parecia aquilo feito para que Espanha realizasse então, e pacificamente, o que se lhe obstára em Aljubarrota, com muito sangue: a unificação iberica, em seu proveito. A 4 de Agosto de 1578, nas areias de Alcacer

(1) MANOEL DE MELO tinha pensão ainda em 1626, *Doc. Hist.*, XVI, 33.

(2) Relação pbl. por QUEIROZ VELOSO, *D. Sebastião*, p. 410. Seria Fernão da Silva, não o ouvidor geral do Brasil, mas o embaixador em Castela?

Quibir as fôrças de D. Sebastião foram aniquiladas. No fragôr da batalha, esplendidamente pelejada pelo rei, faltou-lhe o cavalo e Jorge de Albuquerque descendo do seu, lho entregou, preferindo morrer apeiado enquanto o seu senhor arriscasse a última tentativa de salvação. Não valeu ao neto o sacrifício do filho de Duarte Coelho, que morrêra desgostoso com a ingratidão do avô. No torvelinho do fim da ação desapareceu el-rei de Portugal, e constou que lhe acharam depois o corpo retalhado de golpes e nú, no campo juncado de mortos.

Quem lhe sucederia? O cardeal D. Henrique estava já em idade de preparar a consciencia para entrar no céu. Seria, e foi, o curador tardio duma herança coibida de estrangeiros, que lha arrebataram afinal. O drama político, que se abre então, é lancinante e confuso. Foi quando se percebeu o imenso erro do celibato de D. Sebastião e de suas lanças em Africa. A Camara de Lisbôa apelou para o cardeal-rei pedindo-lhe que se casasse. O bom do soberano escreveu neste sentido uma carta ao Papa (27 de Outubro). Seria recebida benevolmente. Tivesse êle alguns anos menos, e não se faria dúvida no consórcio. Mas a carta não seguiu. Em primeiro lugar, reagiu o bom senso de Sua Eminencia; em segundo, a opposição de Espanha a semelhante dilate (1). Felipe II, neto materno de D. Manuel, julgava-se com direito à sucessão e apresentou logo a sua candidatura. Os outros pretendentes eram D. Catarina, mulher do duque de Bragança, o Prior do Crato D. Antonio, filho-bastardo do infante D. Luiz, o heróico irmão de D. João III, o duque de Saboia, o principe de Parma e o rei de França. Eram os quatro primeiros netos do "Venturoso". Felipe II valorizava a circunstância de ser filho da Infanta D. Isabel e de estarem meudamente unidas as duas casas reais. As suas razões

(1) ALFREDO PIMENTA, *Elementos de História de Portugal*, p. 284.

jurídicas, porém, passavam para um plano secundário, porque mais alto falavam as ameaças do seu poder. Os outros pleitearam indiretamente: êle tratou de fazer no reino um nutrido proselitismo, por intermedio do embaixador D. Cristovão de Moura. Entra, como o outro Felipe, o da Macedonia, com os seus cargueiros de ouro. Intriga, compra, persuade. Os fidalgos mais puros vêm na solução espanhola um mal necessário. Porque viria por violencia, se não a quizessem por bem. Português, o candidato seriamente contrario ao de Madrid era D. Antonio, Prior do Crato. Oscilava o cardeal entre a duqueza de Bragança e Felipe II. Convo-cam-se côrtes em Almeirim: nada decidem, divididas, até que morre o rei velho, em 31 de Janeiro de 1580. Findou-se, sem declarar claramente a sua predileção, por um dos dous pretendentes. Mas um mez de Côrtes deixara ver as disposições: o clero apoiava o castelhano, a nobreza, por pequena maioria, se conformava com êle, e o povo estava contra. Para substituir provisoriamente o rei toma posse uma regencia de cinco membros, tres dos quais favoraveis a Espanha. Felipe julgou-se rei de Portugal e mandou invadi-lo, pelo Alemtejo. Á frente de exercito poderoso rompeu o duque de Alba por Elvas e Vila-Viçosa.

Surge aí a figura de “condottiere” de D. Antonio, inquiêta, imprevista, desafortunada: arrôjo não lhe faltava, senão o que o Infante D. Enrique inscrevera no seu escudo, “talent de bien faire”. Era audaz, valente e desastrado. O seu curto reinado foi uma aventura, uma correria, um desastre. Teve a popularidade inconsequente dos herões dum dia: não soube unificar a aristocracia nem inspirar ao clero a confiança necessária. Lutou com forças minguidas e irregulares: ao seu lado havia alguns patriotas intransigentes, muitos cépticos, alguns traidores, todos desencantados, pessimistas. Aclamado em Santarem pelo povo, aceito em

Lisbôa, nas principais praças do reino, o seu período de governo, em que distribuiu mercês, cunhou moeda, foi de um mez somente (23 de Junho-25 de Julho). (1) Na ponte de Alcantara, arredores de Lisbôa, o duque de Alba desbaratou o exercito do Prior do Crato. O ataque espanhol foi combinado com a esquadra, comandada pelo marquez de Santa Cruz.

Aconteceu nesta altura o triste episodio que causou a Lourenço da Veiga o grande pezar que o matou. Foi a rendição sem dignidade da fortaleza de S. Gião confiada a Tristão Vaz da Veiga, irmão do governador do Brasil. (2) Era S. Julião da Barra, chave da defêsa do Tejo. Entregou-se, mediante simples conversação com os emissarios do duque da Alba. Peor : por quatro mil escudos... (3). Tão contente ficou o duque, que deu aparato à capitulação (4). Ato contínuo, não podendo aguentar-se sem o outro, foi evacuado o forte da Cabeça-Sêca (hoje Bugio). E as galés de Espanha tiveram franca a entrada do rio, antes da batalha de Alcantara, em que o principe foi completamente batido. Os espanhóes apossaram-se de Lisbôa. Felipe II passava a ser rei de Portugal. Ganhára-o, para três gerações. Sesenta anos de dominação castelhana começaram assim.

Faleceu o governador na Baía, em 17 de Junho de 1580 (5)

Pretende o cronista que foi a tristeza do feio ato do irmão que lhe abreviou os dias. Esse traumatismo se-

(1) DAMIÃO PERES, *O Governo do Prior do Crato*, ps. 37-47, Barcelos, 1929.

(2) Frei VICENTE, *Hist. do Bras.*, p. 240.

(3) CAMILO, *Sentimentalismo e História*, p. 159, Porto, 1897.

(4) *História de Portugal*, direção de Damião Peres, V, 225 e 228. Tristão Vaz da Veiga teve mais tarde como premio o logar de governador geral da ilha da Madeira, carta de 19 de Outubro de 1585, DAMIÃO PERES, *Estudos de História*, p. 44, Porto, 1926.

(5) JOSÉ DE MIRALLES, *História Militar do Brasil*, An. da Bibl. Nac. XII, 126.

ria uma das poucas consequências aparentes da transferência da corôa para o espanhol, na America portugueza tão longe das convulsões da Europa.

Não sentiu realmente a mudança de dinastia, porque tudo, no ultramar, continuava como dantes.

O Austria fingiu não ter conquistado Portugal: juntou-o a seus Estados. A união era pessoal (mesmo rei) e não propriamente política ou real. As Côrtes de Tomar, que regularizaram a situação no ano seguinte, souberam resguardar — desde que se perdera a independência — o que pudesse compensá-la no interior: a autonomia. Perante as de Almeirim Felipe II havia proposto — para atraí-las à sua causa — governar o reino segundo os velhos estilos dêle. Os três estados, reunidos no convento de Jesus de Tomar, lembraram-lhe a promessa, e o vitorioso cumpriu a palavra de candidato, reafirmando-a com a exceção apenas da parte militar: pois antes se comprometera a guarnecer os fortes portuguezes com soldados portuguezes, o que agora lhe parecia inconveniente.

A autonomia, com efeito, era completa. Não humilhára o país tomado: mantinha toda a sua tradição administrativa. Com ela, fóros, usos, costumes, privilegios e liberdades existentes. Os vinte e cinco capitulos jurados tinham sido inspirados pelos de D. Manuel, de 1499, quando pensava fazer rei de Portugal e Castela o seu filho. Como que se apressurava o estrangeiro em aquiêtar um país cujos melindres nacionais bem provára. O duque de Alba, regente provisório em Lisbôa, mandava dizer-lhe, “hay pocos dias que no digan publicamente viva el rey D. Antonio...” Uma insurreição mais extensa poderia malograr-lhe o fruto de sua diplomacia — a hábil trama de D. Cristovão de Moura — e de sua guerra — a inteligente invasão do duque de Alba. Felipe não queria mais: dizia-se rei natural, não por força; e metido no seu papel,

pretendia reger o Estado à maneira dos antecessôres. Prometia que o vice-rei de Portugal seria português, assim todos os altos e baixos cargos alí e nas colonias continuariam com os da terra, os soldados proseguiriam nos seus postos, não sofreriam alteração os domínios da Índia, de Guiné, da America, como se a casa de Aviz ainda estivesse nos paços da Ribeira; sobretudo a navegação e commercio permaneceriam, como até aí, exclusivamente em mãos de portugueses, e nas suas náos, ficando a nobreza com o seu sistêma de sucessões, obrigado el-rei, quando em Espanha, a ter comsigo um conselho de portugueses (um védor da fazenda, um chanceler-mór, dous desembargadores do Paço), e “tudo será feito em linguagem portuguéza” . . .

Por isso no Brasil tão pouco se ressentiram os portugueses da mudança. Fôra um transtôrno político do alto, que não chegava a impressionar os póvos coloniais. Onde as leis não se alteravam, nem os magistrados e os seus usos, nem guarnições e bandeiras, nem o antigo monopolio e os costumes, por certo o eclipse dinastico boliria apenas com os nervos dos mais cultos, dos mais ligados às cousas da metropole, rala minoria portanto. O castelhano teve geito e arte de não a provocar com irritantes medidas. Dous anos depois da batalha de Alcantara, reinava tranquilamente num país serenado. E não lhe discutiam a autoridade as colonias, que só possuíam sensibilidade política para os seus assuntos municipais e os interesses diretos.

.. ADESÃO DA COLONIA

Na Baía, o ouvidor Cosme Rangel assumiu o governo, a principio em companhia do bispo e dos vereadores, em forma duma junta, depois em caráter individual, de que se doeram os principais da terra, alar-

mados com tanta ambição. Os membros da Camara eram Francisco Fernandes Pantoja, como juiz ordinario, Antonio da Costa, Fernão Vaz e Gabriel Soares. Receberam de bôa sombra a carta régia de 16 de Novembro de 1581, em que se lhes participava a aclamação del-rei Felipe (apresentada em 19 de Maio de 82) e foi Sua Majestade tambem aí aclamado sem sobresaltos nem incidentes (1). Estes resultaram da prolongada vacancia do governo. Em sinal de protesto, o bispo e os vereadores desertaram da cidade. Gabriel Soares tornou-se inimigo de Cosme Rangel. (2) Achavam-no sem títulos para o elevado posto, uma vez que morrêra Lourenço da Veiga sem vias de sucessão. Ha um papel em que o ouvidor declara "por especial mandado de S. Mag. sirvo de governador..." (3).

Recebera ordem real para continuar no cargo; — é o que se conclue da apostila. Não bastava... Por isso o novo governador foi o primeiro que trouxe vias de sucessão. Se na capital da colonia não houve maiores emoções com o juramento do rei estrangeiro, em S. Paulo, por exemplo, as atas da vereação não trataram siquer do caso. (4). Por elas, tão minuciosas quanto aos meúdos assuntos locais, é impossível verificar se Felipe II foi ou não reconhecido solenemente pelos paulistas...

Nem hostilidade nem entusiasmo, poderiam resumir os jesuitas, que não gostavam do espanhol e lhe arrostaram seguidamente a antipatia. Ha multiplas explicações para a desavença íntima entre o místico do Escurial, devoto e guloso de glórias, e a Companhia. (5) Relativamente aos padres portuguezes o que se tem é um choque de politicas. D. Sebastião fôra pupilo dos

(1) VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 468.

(2) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I,

(3) MIRALLES, *Hist. Militar*, p. 128.

(4) APOUNSO D'E. TAUNAY, *S. Paulo nos primeiros anos*, p. 5, TOURS, 1920.

(5) Vd. P. SERAFIM LEITE, *op. cit.* I, 137.

jesuitas. A casa de Aviz quizera ser a protetôra por excelencia da Ordem. Nada lhe negara o rei-paladino. Parece que, nos alvoroços subseqüentes à sua morte, andaram êles mais proximos do Prior do Crato que do castelhano. Não tomaram attitude insólita; mas Felipe desconfiou compridamente dêles. Os fatos de 1640 justificariam o instinto do Austria: será nos meios jesuiticos, isto é, nos seus páteos escolares, nos seus pulpitos, nas zonas de sua influencia, que o "sebastianismo", precursôr do levante nacional, ensaiou o vôo, subversivo e patriotico. Um anti-castelhanismo implicito... Advinharam-no o governador geral que veio enfim substituir Lourenço da Veiga, Manoel Telles Barreto, e o sagaz Gabriel Soares. Inaugurou-se sobretudo para o Colégio da Baía um período difficil e fertil de contrariedades. D. Sebastião mandára chamar Duarte de Albuquerque Coelho, porque exautorava os padres; Felipe II ouviu as intrigas de Gabriel Soares, para que os largasse à sua sorte, sem lhes pagar os subsidios, protraíndo os auxílios de que viviam as suas casas do Brasil...

Os índios perderam temporariamente o apoio da corôa, que até aí, bem ou mal, lhes tinha valido. Tornaram-se oportunas as entradas decisivas, a ferro e fogo: Paraíba, Sergipe, Rio Grande do Norte, afinal a costa les-oéste. E Gabriel Soares foi buscar as mercês que pretendia para continuar os descobrimentos de João Coelho de Souza.

VENDA SIMBÓLICA DO BRASIL

D. Antonio, é verdade, não desistiu depressa de sua pretensão. Fracassando no reino e dêle repellido, foi abrigar-se à sombra dos inimigos de Espanha, de quem se tornou instrumento para uma reivindicação temerária.

Inaugura-se então um capítulo enigmático de história diplomática. O prior do Crato promete muito para obter alguma cousa. Em França acolhe-o a rainha Catarina de Médici, cujo primo, Felipe Strozzi, grande marinheiro florentino, guia os seus cinquenta navios para os Açores, a sustentar a causa de D. Antonio.

O preço do auxílio francês era o Brasil. Dá-lo-ia a Enrique III e Catarina de Médici se conseguisse reimplantar-se em Portugal. (1).

Documentos desta combinação, são minuciosos mapas do Brasil com as armas de Strozzi conservados em Paris, indicando pontos da costa em que desembarcar, (Rio de Janeiro e Pernambuco) e a carta de Catarina — recentemente encontrada na biblioteca de Hermitagem, em Leningrad, para onde foram levados muitos papéis de Saint Germain-des-Prés, por ocasião da Revolução francesa — em que determinava ao italiano: “Uma vez que houverdes entregue os Açores ao pretendente Antonio de Crato — nosso aliado — ireis ao Brasil, do qual sois nomeado vice-rei”. Cartas patentes em nome de Felipe Strozzi existentes na Bibliotéca do Instituto (e vistas por Ch. de la Roncière, a quem se deve a revelação) o nomeavam, com mais recato: “vice-rei do país ao qual êle se destinava e que a rainha não queria designar de outra maneira”, temendo, com certeza, que caindo a noticia em meio dos espanhóis, fossem avisadas as praças do Brasil e assim apercebidas para a resistencia. (2).

A vitória de D. Antonio, pois, sobre as naves de D. Alvaro Bazan, marquez de Santa Cruz, que de Sevilha e Lisbôa, com 34 galeões, saíra ao seu encontro — sig-

(1) *História de Portugal*, direção de Damião Peres, Queiroz Veloso, V, 246.

(2) Entrevista de Ch. de la Roncière a “Les Nouvelles Littéraires”, e por FELIX PACHECO resumida no *Jornal do Comércio*, Rio, 15 de Julho de 1934. Da conquista do Brasil pelos franceses se recejava instintivamente, CAMILO, *Sentimentalismo e História*, p. 185. Outra versão cf. B. d’Ars, cit. por CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 468, fala na troca do Brasil por 12 mil infantes.

nificaria o recomeço, na America, da aventura de Villegaignon ; talvez a occupação do Rio de Janeiro, defendido escassamente ; possivelmente o desembarque na Paraíba, onde, sete anos antes, três náos francêsas tinham inspirado aos petiguares a sua grande revolta contra os de Itamaracá.

O destino, porém, estava contra o filho illegitimo de D. Luiz. Apesar de inferior em número, a armada espanhola era bem mais poderosa em velas e gente. Ao principiar o combate nas águas açorianas, parte da esquadra de Strozzi se desviou do fogo, fugindo, e o resto, às bombardadas tres dias, foi esmagado pela artilharia inimiga. O florentino e D. Francisco de Portugal, o mais ativo dos emissários de D. Antonio junto às côrtes estrangeiras, morreram de suas feridas. O Prior do Crato, que não combatera, teve de voltar ao exilio e á proteção dos principes rivais de Espanha. Os officiais nobres que caíram prisioneiros foram passados a fio de espada. Nêsse malôgro se perdeu a derradeira esperança do agitador. Catarina de Médici não insistiu nas suas provocações ao homem do Escurial, cujo odio resvalou, a êsse tempo, para a Inglaterra. Outros vestigios do plano francês da conquista do Brasil, em troca dos auxílios dados a D. Antonio, vamos descobrir no recrudescimento do contrabando em costas do norte e em exparsas tentativas de desembarque, desde a que frei Vicente do Salvador descreve, no Rio de Janeiro, como tendo ocorrido em 1583, até o episodio do Maranhão, que é um fim de série. (1).

(1) Defensivamente, el-rei de Espanha prohibia sob pezadas penas, a comunicação dos seus súditos do Brasil com os estrangeiros. Pelo alv. de 9 de Fevereiro de 1591 impediu a navegação para lá de qualquer navio estrangeiro, e pela lei de 18 de Março de 1605 tornou impossivel a utilização deles pelo comércio ultramarino, vd. *Documentos Históricos*, VI, 423, o que foi causa sufficiente para se crear na Holanda a empresa de conquista e represalia que depois flagelou a colonia.

A CONQUISTA DA PARAIBA

Manoel Telles Barreto, nomeado para governar o Brasil em 20 de Novembro de 81, em 24 de Setembro do ano seguinte recebeu o adiantamento de 500 cruzados sobre um vencimento anual de 800\$000, e chegou à Baía em 9 de Maio de 1583.

MANOEL TELLES

Era irmão de Antonio Moniz, que foi governador da Índia, e tinha sessenta anos de idade, próprios para um sereno e judicioso governo. (1) Da viagem nos ficou a "narrativa epistolar", do padre Fernão Cardim, seu companheiro nela, com os padres Cristovão de Gouveia, visitador, e Rodrigo de Freitas, já nosso conhecido. (2) Diz, com intenção: "Toda a viagem se confessou comigo, e algumas vezes na Baía; mas como chegaram os frades Bentos, logo se confessou com êles". Não por falta de agrados dos jesuitas, que o receberam dignamente no Colégio quando foi visita-los, "onde entraram todos os troncos e avoengos dos Monizes, com as mais maravilhas que têm feito na Índia..." A ra-

(1) Seu pae era o capitão Henrique Moniz, que indo para a Índia na frota de 1529, morreu no mar. "Levava consigo dous filhos de pouca idade, Antonio Moniz, que depois foi governador da Índia, e Aires Moniz", frei Lutz DE SOUZA, *Anais de D. João III*, p. 259.

(2) P. Fernão Cardim, edição de Rodolfo Garcia, p. 281 e segs. Sairam em 5 de Março de 83,

ção é profunda : a antipatia da côrte de Madrid pelos jesuitas. Aliás, já em Lisbôa, como vereador, contrariára o Colégio de Santo Antão... (1). Os pretextos, porém, bem locais : a amizade do reitor da Baía, padre Luiz da Fonseca, com o ouvidor Rangel, (2) que Manoel Telles não podia estimar, concorrendo sobretudo para essa indisposição aliarem-se ao governador os adversarios dêle, para cujas culpas pediu uma ampla anistia. (3).

Os encargos de administração eram agora mais prementes : fortificar a cidade, despejar a Paraíba dos índios que acoitavam francêses, alertar os capitães de toda a costa contra os corsários, uma vez a braços Portugal com os inimigos de Espanha, isto é, três marinhas, França, Inglaterra, Holanda...

AINDA O PRIOR DO CRATO

Esperava-se que o negocio da troca do Brasil por auxilio nautico, frustrado nas águas açorianas com o destroço da frota do Prior do Crato, significasse novas tentativas de desembarque dos francêses no Rio de Janeiro e ao norte de Itamaracá. Foram calculos confirmados. No mesmo ano de 1583 três náos de França entraram a Guanabara e o seu comandante se apalavrou com os de terra, dizendo que trazia recados do pretendente D. Antonio. Salvador Corrêa de Sá recebera outros, porem de Manoel Telles Barreto, e a cidade se apercebera para a resistencia. Conta frei Vicente que a maioria dos habitantes andava pelos campos quando chegaram os navios, e foram as mulheres, tendo à fren-

(1) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, II, 156. Trouxéra, entretanto, instruções para atender aos padres.

(2) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 67.

(3) O P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, II, 157, enumera os incidentes entre o governador e os padres : prisão em Ilhéos do procurador deles...

te a do governador, que se disfarçaram com as suas armas, e num grande barulho, fingindo ser aguerrido exercito, saíram à praia. Lograram o intento, porque, descoroçados, os estrangeiros desistiram do ataque, abandonando o Rio de Janeiro. Não fôra õ estratagemma, e poderia ter caído a praça, pacificamente, em mãos de um novo Villegaignon...

Na Paraíba, entretanto, a insolencia dos gentíós tinha o aspecto de uma insurreição preparada por êles.(1) Á ineficacia da expedição de Fernão da Silva, o benevolo, se seguira o desastre da de Frutuoso Barbosa, o imprudente. Aquela fronteira ameaçava a colonização de Pernambuco, florescente e invejavel. Havia necessidade de conquista-la antes que os reforços de fóra complicassem a situação, confederando — contra os portugueses, os índios todos do nordeste.

O episodio de Frutuoso Barbosa aconteceu no governo de Lourenço da Veiga.

A TENTATIVA DE FRUTUOSO BARBOSA

Morador rico de Pernambuco, simplificára a questão em moldes econômicos: se lhe dessem o gozo da futura capitânia da Paraíba por dez anos, faria a conquista à propria custa. Apresentou em Lisbôa o seu projeto e despachou-se em 25 de Janeiro de 1579: seria o capitão da nova terra com a regalia de lhe cobrar as rendas por um decênio. Meteu em quatro navios soldados, colonos e suas familias, muito petrêcho de guerra, e em 1580 começava a sua aventura sob máos auspícios. Uma de suas caravelas foi afundada na altura do Cabo Verde pelos corsarios. Assaltou as outras

(1) Anchieta, em 1584: "Não fica agora trato aos françêses no Brasil senão no rio de Paraíba a 18 legoas de Pernambuco...", *Cartas*, p. 312.

em Recife tal tempestade que se dispersaram. Vinham a bordo três frades do Carmo e dous beneditinos, os primeiros destas comunidades que se destinavam ao Brasil. Com um dêles deu na Baía uma caravela. Esse monge de S. Bento foi quem manteve o contacto inicial entre a sua ordem e os da governança da capital, que tão bem receberiam, dous anos depois, os fundadores do mosteiro na Baía. Frutuoso voltou ao reino. Refez as forças. Em 1581, por mar, investiu a Paraíba, combinando os seus movimentos com o capitão e ouvidor Simão Rodrigues Cardoso, que entrou por terra com duzentos homens de pé e a cavallo e numeroso gentio.

Era uma expedição em bom estilo. Logo no porto da Paraíba apoderou-se Barbosa de cinco navios francêses, decerto ali deixados pelas equipagens entretidas com os petiguares. Incendiou-os em conjunto. Assim tirava aos contrabandistas a esperança da fuga. Tres náos conseguiram escapar-se - tão profuso era o trato daqueles indios com os "mairs". Para uma vitória imprevista foi maravilhoso. Mas serviu também para revelar a incapacidade militar do general.

Os francêses que estavam no mato com os índios lhe armaram algumas ciladas. Perdeu de uma só vez uns quarenta homens e seu próprio filho. Noutra foi morto Manoel de Azevedo, proprietario da ilha da Conceição. Sentiu-se Barbosa na iminencia de maior fracasso, e temendo um assalto em regra ao seu arraial, resolveu retirar-se para Pernambuco, onde chegou com uns ares de derrota tão em contraste com a animação e entusiasmos da partida. Peor do que isto : agora veniam os francêses, cuja expulsão D. João III, Duarte Coelho e seus filhos, quatro governadôres ha meio seculo promoviam diligentemente...

A ARMADA ESPANHOLA

Manoel Telles encarou a cousa como um problema internacional e disto soube convencer o almirante espanhol Diego Flores Valdez, que a, êsse tempo, viêra refrescar à Baía. Que os castelhanos repetissem na Paraíba a proêza dos Açores...

Destinava-se essa esquadra ao estreito de Magalhães. Entre os tripulantes estava o famoso arquiteto italiano Batista Antonelli, atraído por Carlos V à Espanha em 1559, e incumbido por Felipe II de construir dous castelos, projetados por seu irmão Juan Bautista, a instâncias de Pedro Sarmiento de Gambôa, que também o acompanhava (1). Mas não chegou ao destino. Os temporais, e a perda de vários navios, obstaram à larga viagem. Preferiu Valdez, na ida e no regresso, policiar o litoral infestado de corsarios. Em Santos três navios seus (24 de Janeiro de 1583) desalojaram dous galeões inglêses que insistiam em comerciar com os moradores. Comandava-os Edward Fenton. (2). A culpa dessa aproximação com os inglêses tinha-a um John Whithall, que se casara, em 1578, com a filha única de José Adorno, passando a chamar-se João Leitão. Induzira patricios seus a virem negociar no porto de Santos e o sôgro acomodára as cóleras de Braz Cubas, disposto a resistir-lhes... (3) Começo de série. Abrira-se realmente a temporada das investidas dos corsarios, que não deixaram trecho da costa sem a sua visita rapace.

(1) Martin Noel, *La arquitectura proto-virreinal*, *Boletín de la Junta de Historia y Numismática*, VII, 41. (Buenos Aires, 1936).

(2) Vd. ENRIQUE DE GANDIA, *Hist. de piratas*, Buenos Aires, 1936, e coronel Juan M. Monferini, *2.º Congr. Int. de Hist., de America*, III, 591, B. Aires, 1938. Um piloto português, João Pinto, serviu de práctico, no Prata, aos tres navios de Fenton. Sobre a armada de Valdés, o capitulo de GANDIA na *História de la Nación Argentina*, III, 317, Buenos Aires, 1937.

(3) CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 481.

Um frade da armada espanhola, esmoler de grandes virtudes, foi em S. Paulo assassinado por um soldado. Sepultado na igreja do Colégio, disse-se que fazia milagres na sua campa. (1)

Relutaram os moradores do planalto em atender a requisição de 200 rêzes feita pelo almirante. (2) No Rio de Janeiro, aliás, causara piedade aos habitantes o número de enfermos, sem os socórros da medicina, que trazia a esquadra. Comovido por êsse espetaculo, Anchieta convocou os "homens bons", os irmãos da Misericordia, e fundou, na praia, ao pé da ladeira que subia para o Castelo, um hospital — galpão de páo a pique — núcleo dos edifícios da Santa Casa nesta cidade (3).

Traria Valdés instruções para colaborar com Manoel Telles, na hipotese de achar em águas do Brasil navios inimigos? A prontidão com que lhe atendeu o pedido para limpar de francêses a Paraíba parece indicá-lo.

Estava na Baía em Junho de 1583. A êsse tempo se tinha noticia do desbarato de Frutuoso Barbosa. Foi rapidamente combinada a grande expedição. O governador, o bispo, a gente principal, dêram muitas mostras de generosa cordialidade ao almirante espanhol. Para provar-lhe a pujança da terra, um só senhor de engenho, Sebastião de Faria, alem de o hospedar com o seu estado maior, banqueteou-o com opulencia oito mêses, sem custar isto um ceutil aos cofres do Estado (4). Nesse ambiente propício podia desenvolver-se um pla-

(1) A. TAUNAY, *S. Paulo nos primeiros anos*, p. 40. "... Ficaram outros em S. Vicente, que vieram na Armada do Estreito", ANCHIETA, *Informações, Cartas*, p. 314.

(2) A. TAUNAY, *S. Paulo nos primeiros anos*, p. 78.

(3) VIBIRA FAZENDA, *Os Provedores da Santa Casa de Misericordia*, p. 6, Rio, 1912.

(4) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 372.

no de guerras aos francêses e petiguares sem rivalidades de lusos e castelhanos. Para aliciarem tropa e mantimentos em Pernambuco e Itamaracá se adiantaram (Março de 84) o ouvidor geral Martim Leitão e o provedor da fazenda Martim Carvalho, que vinte anos antes era dos sertanistas de Porto Seguro.

A SEGUNDA EXPEDIÇÃO

Na mesma armada em que ambos foram para Pernambuco viajou o bispo D. Antonio Barreiros. D. Felipe de Moura, capitão da capitânia por Jorge de Albuquerque, ajudou-os a arregimentar os homens válidos, e com êles invadiu a Paraíba pelo caminho de Simão Rodrigues Cardoso, ao tempo em que a armada de Diego Flores lhe rondava a barra, queimando três náos francêsas. Havia no continente um fortim, ou cêrca com artilharia, que a da esquadra dominou em pouco tempo. Durou o verdadeiro combate um dia só. Fugiram os francêses em três lanchas, e Valdés, para não renovar o erro de Frutuoso Barbosa, fez construir na bôca do rio um arraial fortificado, cujo comando entregou ao capitão de infantaria Francisco Castejon, guarnecendo-o com 110 arcabuzeiros espanhóes e cincoenta portuguéses. Restava nomear o governador da povoação que ia ser fundada. Como os portuguéses na maioria eram vianêses — diz frei Vicente — indicaram Frutuoso Barbosa, natural de Viana, a mais disto com direito ao lugar, pelas cartas de concessão que não tinham caducado. (1) Valdés denominou o arraial de S. Felipe

(1) *Hist. do Bras.*, p. 279. CAPISTRANO, nota a Varnhagen, I, 500, cita uma crônica em verso, publicada em Sevilha em 1584, escrita por um soldado de Valdez, que confirma a narrativa.

e Santiago, pois no dia dêstes santos zarpou para a Espanha. Barbosa, porém, chamou-lhe, por lisonja ao rei, Felipéa.

Y porque el nombre se vea
llamase la Filipea
y el puerto Parayva...

Os versos pertencem à crônica rimada que um soldado da mesma armada publicou em Sevilha, nêsse ano de 84.

Ainda era cedo, porém, para cantar vitória. O forte insulava-se em terra inimiga. Os petiguares — mal a frota espanhola desapareceu no horizonte — assentaram as suas choças em ordem de assédio, apertando-o em guerrilhas contínuas. Como em Igarassú na era de Duarte Coelho, valia aos europeus principalmente a artilharia. Não havendo montanhas nem matas onde se escondessem os atacantes, forçados a mostrar-se, nas suas tentaivas de tomar o reduto, as balas os derrubavam livremente. Déram de esperar que a fome abatesse os soldados, sustidos desigualmente pela tenacidade de Castejon e pela impaciencia de Barbosa.

Não esqueçamos que a guarnição era mixta de castelhanos e portuguezes. Castejon indispoz-se com Martin Carvalho, a quem acusava de retardar os fornecimentos, abandonando à mingua a sua gente. Para remediar-lhes a penuria correu o alcaide a Pernambuco, onde achou Pedro Sarmiento, capitão de uma parte da armada de Valdés, a vésperas de proseguir viagem para a Europa. Não voltou contente, pela briga que teve com o provedor e mais queixs de sua desidia. A situação peorava dia a dia. Por último, duas náos francêsas desembarcaram muitos soldados na Paraíba e, de envolta com os índios, levando pequenos canhões (berços) que assestaram contra o forte por traz de abrigos de

areia, com que se defendiam dos tiros certos dos sitiados. Nesta extremidade, salvou a praça a diligência do ouvidor geral, que, ao inteirar-se disso, aprestou um navio de setenta toneladas à sua custa, deu-lhe o comando a Gaspar Dias de Moraes, que tinha sido soldado em Flandres, e conseguiu assim repelir e pôr fóra da Paraíba os intrusos. (1).

Afastaram-se os corsários, porém bem instruíram os petiguares sobre a maneira de continuarem a sua guerra, motivo porque, em Janeiro de 85, se achou Castejon rodeado por três cêrcas de troncos de palmeiras que os selvagens, lentamente, e protegidos por êles, iam rolando em direção do forte. Livravam-se assim das balas e estreitavam metodicamente o sítio, na esperança de, um belo dia, ganharem de surpresa a posição... Outras novidades vinham dos arraiais inimigos. Acabava de reforça-los o terrível Braço de Peixe, com os seus índios que retiravam do S. Francisco saciados na sua vingança contra Francisco de Caldas. Caetés e petiguares somariam dezenas de mil guerreiros. (2) O ouvidor Martim Leitão não perdeu tempo. Se não acudisse logo a Paraíba lha tomariam, em circunstâncias pavorosas, aqueles barbaros. Em 14 de Fevereiro dispoz-se a, pessoalmente, voar em socorro dos sitiados. Novo apêlo à população foi correspondido como das outras ocasiões. Apresentaram-se Gaspar Dias de Moraes, Francisco Barreto, cunhado do ouvidor, "micer Hipolito", "antigo e mui pratico capitão da terra" Ambrosio Fernandes Brandão, que deve ser o Brandonio dos "Dialogos das Grandezas" e Fernão Soares, os "capitães das companhias da ordenança da terra, Simão Falcão, Jorge Camello (3), "o capitão do

(1) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 284-5.

(2) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 286.

(3) Vd. *Den. de Pern.*, p. 523.

Cabo João Paes, que não poupou o seu dinheiro, o de Igarassú João Velho Rego, os de Itamaracá com Pedro Lopes Dias...

Os expedicionários arrojaram-se sobre o terreno da luta rechassando em dous encontros os índios de Braço de Peixe, e desafogaram o forte, com espalhar entre os selvagens temôr e sizania. Desta resultou a separação de Braço de Peixe, a quem os petiguaes lançaram em rosto a cobardia, por se ter deixado vencer... O successo era aparentemente completo. Cêdo se malogrou porem, com a retirada do pequeno exercito. Os do forte sentiram-se, ainda uma vez, abandonados. Previram o recrudescimento da guerra. E antes que os caboclos voltassem a assedia-los, lançaram fogo à povoação, atiraram ao mar a artilharia e se refugiaram em Itamaracá. Num momento de desanimo anularam o produto de cinco anos de esforços perseverantes. A Paraíba tornava a ser petiguar...

O resto desta história é de um enrêdo surpreendente.

Falhariam os portuguezes — depois de ter falhado o espanhol — à sua velha política com os índios, se não explorassem a rivalidade entre Braço de Peixe, despeitado e retraído, e os petiguaes arrogantes com os seus repetidos successos. A união entre êles pudêra ser evitada por alguma das artes em que fôra tão fertil Vasco Fernandes de Lucena. Mas a sua desunião mais profunda fâcilmente se agravaria, tomando os de Olinda o partido dos tupiniquins contra o dos petiguaes. Isto mesmo queriam aqueles. Nas suas brigas entre si os caboclos eram mais vingativos e intransigentes do que nas guerras com o branco. Tão rapidamente se aliavam como, enfurecidos, se destruiam reciprocamente em odios sanguinários. Na sua colera, Braço de Peixe aceitaria com prazer o auxilio dos portuguezes, contra os que o tinham injuriado. Conta frei Vicente que dous índios

do rancoroso chefe foram a Olinda solicita-lo ao ouvidor, que despachou *in continente* o escrivão da Camara João Tavares numa caravela, para celebrar pazes e tratar a ação contra o inimigo comum. Sem maior aparato e com poucos soldados João Tavares fez melhor do que os anteriores capitães. Chegando a Paraíba em 3 de Agosto, firmou a concordia com Braço de Peixe no dia 5, de Nossa Senhora das Neves, por isso invocada para padroeira da cidade que aí se fundou, sobre uma chapada, três legoas distante da barra. Lançou-lhe os fundamentos Martim Leitão, em 4 de Novembro seguinte. Os tupiniquins e os portugueses bateram depois os petiguaes tanto em direção ao sul como do lado do norte, e as náos francêsas, sem os seus amigos, agora dispersados pelo sertão, nem a segurança de poderem resgatar na costa entre o S. Francisco e o Rio Grande do Norte, desampararam temporariamente êsses logares que, cincoenta anos, julgavam seu.

ABERTURA DO COMERCIO PLATINO

Fáto auspicioso ocorreu nos entrementes: a viagem que se fez do rio da Prata à Baía, por conta do bispo de Tucuman, de algum modo inaugurando o dirêto comércio entre a capital do Brasil e aquelas terras apartadas, donde, até aí, só costumavam ir negociantes vender e comprar em S. Vicente. A situação especial em que se achava a America, sujeita ao mesmo rei, facilitava e induzia semelhantes tratos. No caso, porém, prevaleciam pendôres individuais do prelado, Dom Frei Francisco de Vitória, que, além de português de nascimento, tinha alma de mercador.

Assumiui êle a direção de sua diocese resolvido a mandar procurar no Brasil jesuitas e escravos, que lá reproduzissem os quadros de civilização de que já se

ufanavam Pernambuco e a Baía. O deão Francisco de Salcedo, também português, do Faro, foi por chefe da expedição que constava de um navio (do capitão Diego de Palma, de Cordoba), o seu pilôto e dez marinheiros, com trinta mil pêsos de ouro e prata. Saiu de Buenos Aires em 20 de Outubro de 1585. (1) Em S. Vicente trocaram de barco, comprando um novo por mil ducados. E foram acolhidos na Baía com muitas atenções, assim de Manoel Teles Barreto como dos padres, agradecidos às cartas que o bispo lhes escreveu e animados dos mesmos propositos de cooperação. “Recebidos com tanta alegria que não se pôde explicar” — diz a “relación del viaje del Brasil”, aqui se demoraram seis mêses. (2) Frei Vicente refere-se à visita: “como por êste tempo se abriu o comércio do rio da Prata, mandando o bispo de Tucuman o tesoureiro-mór de sua Sé a esta Baía a buscar estudantes pera ordenar, e cousas pertencentes à Igreja, o que tudo levou e daí por diante não houve ano em que não fossem alguns navios de permissão real ou de arribada com farinhas, que lá muito estimam e cá o preço universal que por elas fazem”. (3) Fala o frade em noviços. De fáto, com os espanhóes voltaram “seis padres da Companhia de Jesus, o maioral dêles se chama o padre Armião, homem de té cincoenta anos, de grandes letras e santidade, natural da cidade de Roma: deu-se a cada um dos padres à custa do Reverendissimo bispo de Tucuman trinta mil maravedis para o vestuario e calix, e traziam muitos livros e muitas reliquias de santos, entre elas ossos mui grandes e muitos anusdeis (Agnus Dei), muitas imagens, e Diego de Palma Carrillo e o padre Francisco Salcedo traziam das cou-

(1) RAMON J. CÁRCANO, *Primeras luchas entre la Iglesia y el Estado*, p. 214, Buenos Aires, 1929.

(2) Doc. cit. por R. J. CÁRCANO, *op. cit.*, p. 296.

(3) *Hist. do Bras.*, p. 330. E cf. comunicação nossa ao 2.º Congresso Internacional de Historia, Buenos Aires, Julho de 1937, sob o título: *O patríarca do comércio argentino-brasileiro*. (Anais, III, 109, Buenos Aires, 1938).

sas da terra as que eram mistér para esta, como são campanas, ferro, aço, caldeiras de cobre vazias, “peroles” para fazer açúcar, e negros para o serviço do Reverendissimo Bispo; e finalmente vinham nos navios quantidade de fazenda, de mais de cento e cincoenta mil pêsos, assim de Sua Senhoria como de partiçulares, e de Diego de Palma, como mui solene presente de escravos e outras cousas que o governador geral mandava ao Reverendissimo de Tucuman”. (1)

De resto, a idéa de irem jesuitas do Brasil para o Prata não era nova, nem do bispo Vitória. A Congregação Provincial da Baía solicitára do Padre Geral permissão para essa catequese — em 1583 — obtendo resposta afirmativa em 1 de Novembro de 84. (2) Disto resultou o bom exito das negociações do deão de Tucuman. Em sua carta para o Provincial do Brasil o bispo alegava a sua afeição, desde criança, pela Companhia, e que o P. Diogo Laines, que fôra Geral, era “tio primoirmão do seu pae”. (3).

Chamavam-se aqueles sacerdotes, Leonardo Arminio, Superior; Manuel Ortega, João Salóni, Tomaz Filds e Estevão da Grã. Aparecem, pois, cinco nomes. Dêstes, o mais notável era o P. Salóni, catalão, participante da missão de Sergipe, em 1575, e superior seis anos de S. Paulo de Piratininga. (4).

A viagem de retôrno foi desastrosa. Á altura do rio da Prata o corsario inglêz Roberto Withrington (que depois, proseguindo na sua rôta, iria inquietar as povoações do Brasil), mostrando carta de corso do Prior do Crato, saqueou os dous navios — pois na Baía Salcedo comprara outro, de 35 a 40 toneladas —, tudo

(1) CÁRCANO, *op. cit.*, p. 297.

(2) P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, I, 344.

(3) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 345.

(4) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 355.

lhes roubou, e abandonou-os à ventura, no mar alto, sem velame nem mantimentos. Alcançaram terra como por milagre e privados tanto das riquezas os tripulantes, como os jesuitas de suas reliquias e objetos do culto, pois “nem a camisa lhes deixaram”. “Os Padres Salóni, Filds e Ortega foram recebidos festivamente pelo Governador e a gente principal na cidade de Assunção, no dia 11 de Agosto de 1588, verdadeira data inicial da Missão do Paraguai” — remata o Padre Serafim Leite.

D. Francisco Vitória, êste não fruiu muito tempo os seus generosos intuitos. Naufragou o barco que enviou de novo ao Brasil. (1). Incompatibilizado com parte do clero e com as autoridades del-rei, teve de recolher-se à côrte, cumprindo a promessa que aos padres da Baía fizera, de conhecer então a sua cidade. Frei Vicente do Salvador alude à sua passagem, neste pitoresco trecho: “. . . Vi notar a um bispo de Tucuman da ordem de S. Domingos, que por algumas destas terras passou pera a côrte. Era grande canonista, homem de bom entendimento e prudencia, e assi ia muito rico. Notava as cousas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe pera comer e nada lhe traziam, porque não se achava na praça nem no açougue, e se mandava pedir as ditas cousas e outras mais às casas particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as cousas trocadas, porque toda ela não é republica, sendo-o cada casa”. (2).

E' certo que a abertura do caminho comercial para o Prata não agradava à Real Audiencia, preocupada

(1) MONFERINI, 2.^o Congr. Inst. de Hist., II, 595.

(2) *Hist. do Bras.*, ps. 16-17. Isto em 1587, cf. ROBERTO LEVILLIER, *Nueva Crónica de la Conquista del Tucuman*, III, 200, Varsovia 1928. — Carta de Buenos Aires, de Agosto de 1587, fala do promissor desenvolvimento desse comércio, MONFERINI, 2.^o Congr. Int. de Hist., III, 595.

sobretudo com o desvio dos metais do Peru e o incremento do contrabando, cuja responsabilidade em parte cabia aos portugueses, cristãos novos, que começavam a infestar os trajetos da prata, desde Lima e Cusco até Buenos Aires. Em 1588 o Presidente da Real Audiencia de La Plata estranhou que a iniciativa do bispo fosse sem licença da corôa. Esta, em 1594, proibiu que de Buenos Aires fossem gente e mercadorias para o Perú. Mas não se fechou efetivamente a comunicação, que derivava antes da natureza que da política, da proximidade e do interesse que dos planos transcendentales. Houve em 1602 permissão del-rei para que continuasse por seis anos, entre o Prata, Brasil e Guiné.(1) O viajante François Pyrard, que esteve na Baía em 1610, diz que aí circulava a moeda espanhola, vinda do Prata, sendo abundante a troca de mercancias, a que se referiu depois o autor dos "Dialogos das Grandezas" (1618): "Do Rio da Prata costumam a navegar muitos peruleiros em caravelas, e caravelas de pouco porte, onde trazem soma grande de patacas de quatro e de oito reales, e assim prata lavrada e por lavar, em pinhas e em postas, ouro em pó e em grão, e outro lavrado em cadeias, os quais aportam com estas cousas no Rio de Janeiro, baía de Todos os Santos e Pernambuco, e comutam as tais cousas por fazendas das sortes que lhes são necessárias, deixando toda a prata e ouro que trouxeram na terra, donde tornam carregados das tais fazendas a fazer outra vez viagem para o Rio da Prata. E ainda os moradores assistentes na terra se interessam tambem nesta navegação com não pequena utilidade, e dos tais peruleiros se deixam ficar alguns na terra, que dão o seu dinheiro por letra, ou compram açucares, ou o levam consigo para Portugal".(2)

(1) RICARDO LEVENE, *Investigaciones acerca de la História Economica del virreynato del Plata*, I, 211, 219, 221, 223...

(2) *Dialogos das Grandezas*, ed. de Garcia, p. 144.

A figura bizarra e exquiva do *peruleiro* que dest' arte nos surge por diante, ao tempo em que Espanha e Portugal formavam uma só monarquia, estava destinada a uma ampla movimentação nos itinerarios do intercambio clandestino, obscuro nos seus métodos, imenso nas suas consequencias, entre os núcleos lusias das do Brasil e as minas de el-rei Felipe. O contrabando, que se inicia por essa época, através de Buenos Aires, (1) terá, no seculo XVIII, um robusto ponto de apoio: a colonia do Sacramento. Achou dous escoadouros divergentes: o Amazonas ao norte, o Prata ao sul. Ligou aos seus hábeis agentes o nome algo lendário de "peruleiro", ou homem que "faz" o Perú. Várias pessoas da Baía, por exemplo, notadas pelas *Denunciações* do Santo Officio em 1591, estavam "nas partes do Peru". Eram, sabidamente, peruleiros. Assim "Joam Vaz, sorgiam que dizem estar no Perú" (2); "Domingos Camacho que então era feitor de engenho e ora está em Tuqumão das Indias de Castela" (3); "Manoel de Melo, ora estante na cidade de Cusco no Perú..." (4). Aliás a Inquisição em Lima começou a perseguir judaizantes portugêses em 1581. Numerosos ficaram celebres por sua fortuna, influencia e aventuras. Suspeitavam-nos de contrabandistas, de infensos à corôa espanhola, de terem tratos secretos, mais tarde, com os holandêses... (5) A proposito da "copa de prata" excedente de 40 arrobas que possuiu em

(1) Vd. LAFUENTE-MACHAIN, *Los Pobladores Portugueses de Buenos Aires*, p. 102, B. A., 1936. O forte de Buenos Aires, em 1594, foi artilhado com algumas peças de navios idos do Brasil, MONFERINI, *op. cit.*, III, 600. Na maioria, eram cristãos novos os portugueses de Buenos Aires, LAFUENTE-MACHAIN, *op. cit.*, p. 105.

(2) *Denunciações da Baía*, ed. Capistrano, p. 252 e 543.

(3) *Ibíd.*, p. 277. E nossa *Hist. da Civil. Brasileira*, 3.^a ed., p. 90.

(4) *Den.* p. 380. Também ps. 419, 435.

(5) Vd. RICARDO PALMA, *Tradiciones Peruanas*, I, 43-50, III, 54-56, Madrid. Sobre o Santo Officio no Peru, Octavio Cabada DANCOURT, *La Inquisición en Lima*, Lima, 1935... Assim o portugêes padre Mattos, em 1669 um dos chefes do partido "criollo" ou "perulero", PALMA, *op. cit.*, III, 71.

S. Paulo, Guilherme Pompeu de Almeida, explica Pedro Taques: “os antigos paulistas costumavam penetrar os vastíssimos sertões do rio Paraguai, e atravessando suas serras, conquistando barbaros índios seus habitadores, chegavam do reino do Perú e minas do Potosi, e se aproveitavam da riqueza de suas minas de prata...” (1).

CATASTROFE EM SERGIPE

Não terminou o governo de Manoel Telles sem um acontecimento terrível, que havia de decidir a sorte do territorio de Sergipe.

Vimos que Luiz de Brito desgostára os jesuitas investindo essa região por onde a catequese já se insinuava frutuosa e metódica. As guerrilhas de então tinham prevenido o espírito da indiada. Os soldados queriam escravos, enquanto os padres lhes ofereciam paz e agrados. Convenceram-se da conveniencia de entregar-se aos missionários, antes que outra invasão armada os fosse caçar nos seus campos nativos. E neste sentido mandaram mensageiros, anunciando o proposito de se reunirem, ordeiramente, em aldeias. Se os padres estivessem de bem com o governador, seria excelente o ensejo para a colonização daqueles sitios. Mas Manoel Telles rompêra com êles. Eram reciprocas as queixas. Os moradôres, cobiçosos de escravos índios, valearam-se da crise para promover uma expedição a Sergipe, surpreendendo os cabôclos quando saíssem para procurar os jesuitas. Até aí considerados inimigos, podiam ser cativados e vendidos... Cêrca de 150 brancos e 300 índios formaram a expedição que rumou, ao longo da costa, para o rio Real. Garcia d'Avila foi o

(1) *Nobiliarquia*, ed. de A. Taunay, p. 69.

fornecedor de mantimentos . . . Doeram-se os padres da traição e reclamaram ao governador contra semelhante aventura. Mas as ordens, por que voltassem, não foram cumpridas. Os invasores penetraram temerariamente a terra ignorada; e caíram na armadilha que julgavam ter preparado aos selvagens. Áquella época, carregava páo brasil uma não francêsa, num estuario de rio. Juntaram-se o Baepeba (chefe dos índios de Sergipe) e os francêses. Feriu-se o combate. "... Quizeram-se fazer fortes, num morrozinho, mas appareceu-lhes logo uma soma de francêses com grande multidão de gentio. E, por concerto, lhes fizeram entregassem os trezentos e mais índios que levavam, para que, cevado neles o gentio, pudessem escapar; accitaram-no, que foi grandissima cegueira, alem de cruel maldade. Ao sair os Portuguezes do forte, lhes iam os franceses tomando as armas. Entrou o gentio, e, mortos os índios, saindo com furiosa vitória, deram nos portuguezes e não deixaram quasi nenhum". O mesmo missivista da Companhia de Jesus explicava: "era a gente mais estragada da terra". "De três anos a esta parte somente nesta Capitânia são mortos em semelhantes entradas perto de 500 homens brancos, e que com estes são agora alguns seiscentos..." (1).

O malôgro causou na Baía consternação analogá à do morticinio dos naufragos da não "Nossa Senhora da Ajuda". Não se encerrára o ciclo da intervenção francêsa nas lutas do Brasil. Vingavam-se em Sergipe os bretões expulsos da Paraíba. Podiam resurgir, mais fortes nalgum outro trecho do deserto litoral. Desta vez, já se impunha a conquista final do gentio que interceptava a comunicação terrestre entre a Baía e Pernambuco. Manoel Telles Barreto poderia tenta-la se

(1) Carta do Visitador P. Gouvêa, P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, 11, 166. Diferente é a versão de fr. Vicente do Salvador. Mas é de preferir a da epistola, inédita, contemporanea dos fatos.

para tanto lhe sobrassem energias. Mas a sua velhice, e as doenças que se lhe agravaram, déram com êle no túmulo em 1587.

Morto o governador, as vias de sucessão atribuíram-lhe as funções ao bispo D. Antonio Brareiros, ao provedor da fazenda, que era Cristovão de Barros, já experimentado na administração do Rio de Janeiro e ao ouvidor geral, que, por ausente, na Paraíba, não participou da junta. A cabeça do governo interino era o prelado; e o seu braço, o provedor. Filho de Antonio Cardoso de Barros, a quem os caetés devoraram com o primeiro bispo, dir-se-ia que jurára vingar as vítimas de Sergipe, cortando com a espada aquele nó gordio da colonização. Temperamento guerreiro, sobrava-lhe sentimento militar, para proteger os habitantes dos múltiplos perigos, do tapuia do mato e do pirata do mar. Sobretudo este, em 1587, amedrontava as populações ribeirinhas. O Brasil começava a cientificar-se de sua adesão à Espanha através dêsses insultos esporádicos. Flores puzêra fóra de Santos o corsario Fenton, que tinha intuitos pacíficos. Os moradores da Baía sofreram, entre Abril e Junho daquele ano, a presença no seu porto de Withrington e Lister, os primeiros navegantes ingleses que se lhes apresentaram em atitude de ataque, alegando “que nós lhe fazíamos a guerra na Inglaterra...” (1).

Os saxões rumavam para o Prata. Tendo aprisionado, porém, na altura da Baía, um pequeno navio espanhol, souberam que a cidade lhes seria prêsa fácil, por se achar governada por um bispo. Cristovão de Barros, com efeito, andava pelo reconcavo, a angariar esmolas para a Misericórdia. Entraram assim o golfo. Uma urca flamenga, do mercador Duarte Osquer, es-

(1) Cf. P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, II, 177.

tabelecido na Baía, juntou-se ao inimigo. E trataram de bombardear os fortes, contando que logo se rendessem. A capitulação teria de sobrevir não acudindo o provedor com a gente dos engenhos. Parecia tudo perdido. A cidade esvaziou-se dos seus habitantes, que saíram pelo vale entre S. Bento e as Palmeiras, derramando-se, apavorada, pelos campos. A D. Antonio Barreiros intimou o rico morador Francisco de Araujo (1) que não se retirasse. "Tambem veio uma mulher a cavalo, com lança e adarga, de Itapoã, repreendendo aos que encontrava porque fugiam de suas casas exortando-os pera que se tornassem para elas, do que elles zombavam." (2)

Cristovão de Barros fez o resto. Acorreu com quantos homens resolutos e índios das aldeias dos Padres pode guarnecer trincheiras e redutos. Meteu em cinco barcaças "das que levam cana e lenha aos engenhos" pequenos canhões e muitos arcabuzeiros com seus capitães (André Fernandes Mergalho, Pantaleão Barbosa, Gaspar de Freitas, Antonio Alvares Portilho e Pedro de Carvalhais), tomando a chefia a essa esquadilha uma galé, cujo comando assumiu o faustoso Sebastião de Faria. Trocaram tiros com os ingleses por toda a baía. Em Itaparica, sofreram elles um rapido revéz. Fugiu-lhes o mercador castelhano (Lopo Vaz) que tinham aprisionado no mar. E porque vissem que era impossivel conquistar assim a cidade, foram-se para o

(1) Francisco de Araujo casou-se com Maria Dias, bisneta de Caramurú, teve engenho no Paraguassú, GABRIEL SOARES, *op. cit.*, p. 149, e sesmaria em Sergipe, em 1597, *Arquivo Nacional*, XXVII, 31. Vd. JABOATÃO, *Cat. Gen.*, tit. Britos Freire etc. Faleceu na Baía em 1602. Foi sógro do célebre Baltazar de Aragão (P. CALMON, *Pedras d'Armas*, p. 11, S. Paulo, 1923). Que era amigo de Cristovão de Barros, se infere deste pitoresco trêcho das *Denunciações*, de 1591: "haverá" quatro anos pouco mais ou menos, que de noite no caminho de Vila Velha foram achadas em feiticrias Dona Maria mulher de Francisco d'Araujo e Dona Isabel mulher de Cristovão de Bairos, moradoras nesta cidade".

(2) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 332.

sul. (1) Ainda em Camamú não puderam desembarcar, investidos por Antonio Alvares Caapara e muitos índios...

Cristovão de Barros impoz então a sua autoridade, punindo os poltrões e cercando-se dos valentes e decididos. A um dos cobardes mandou exhibir no pelourinho, dentro dum cesto, com uma róca... Esta (motivo de injúria para o ouvidor Fernão da Silva, em Pernambuco) simbolizava a pusilanimidade. Naqueles dias ásperos, o mêdo era um crime. Com êsse espírito de violencia e ação queria o provedor armar o seu exercito para a tomada de Sergipe.

Nomeara el-rei para suceder a Manoel Teles um illustre personagem, Francisco Giraldes, do seu conselho (9 de Março de 88). Viria como auxiliar dêle, sargento-mór do Estado, Antonio de Magalhães, principalmente encarregado de inspecionar as obras de defêsa. Creára-se outrosim — para prover à Justiça em instância superior — uma Relação, com os seus desembarcadores (regimento de 25 de Setembro de 87) (2). Significava isto a importância do Brasil, aos olhos da metropole, com a necessidade de se lhe disciplinar o crescimento, em proveito da ordem e das rendas reais. Malogrou-se, porém, a Relação mandada fundar em 1587. Seria instalada definitivamente em 1609. Também Gi-

(1) Vd. P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, II, p. 38. Daqueles capitães é interessante notar: "Antonio Alvares Portilho, mercador e morador nesta cidade". (*Denunciações da Baía*, p. 399); Pantaleão Barbosa era pretendente da filha de Cristovão de Barros (*Den.*, p. 460); André Fernandes Margallo tinha engenho com igreja (*Den.*, p. 479), aliás herdado "com muita fazenda" (GABRIEL SOARES, *Rot. do Bras.*, p. 137). Na antiga igreja dos jesuitas, hoje Catedral, ainda se vê a lápide tumular de "André Fernandes Margallo" (não Mergalho). Indicámo-la aos curiosos de epigrafia brasileira.

(2) VARNHAGEN, *Hist. Ger.*, II, 30. Foram nomeados, para a Relação da Baía, chanceler Luiz Machado de Gouvêa — a 21 de Março de 98; desembarcadores, Antonio Coelho de Aguiar e Gaspar de Figueiredo, e Baltazar Ferraz, que, como ouvidor geral, desempenhou destacado papel na colonia.

Em 1591, *Denunciações da Baía*, p. 376, af se achava o desembarcador Ambrósio Peixoto de Carvalho, provedor-mór dos defuntos e ausentes, cargo creado em 1588.

raldes não se empossou no seu governo. Saiu de Lisboa em Março de 88, no galeão "São Lucas", mas os ventos contrarios, depois de vãs tentativas de ganhar o rumo do Brasil na altura da Madeira, o forçaram a regressar. Pouco depois faleceu êle, sem que tivesse a corôa prêssa de designar-lhe substituto, como satisfeita com o dumvirato da Baía. E havia razão para estar. Já no regimento de Giraldes se determinára a guerra aos índios que interceptavam o caminho de Pernambuco. Cristovão de Barros fez melhor do que os outros. Temperou no odio o dever, indo vingar, à dura maneira dos capitães da Índia, tantos portugêses chacinados.

Em fins de 1589 achava-se pronta a expedição. Oito peças de artilharia acompanhavam um verdadeiro exercito chefiado pelo intrépido provedor. Antonio Fernandes ia à vanguarda e Sebastião de Faria à retaguarda. Os irmãos Adorno, da Cachoeira (Alvaro Rodrigues e Rodrigo Martins) com mil índios serviram de batedôres pelo sertão. (1) Emquanto o grosso da tropa investiria pela costa, no trilho das passadas expedições, os dous sertanistas subiram pelos currais de Garcia d'Avila, arrebanhando as tribus amigas que pudessem auxiliá-los. A bôa gente da terra figurava na emprêsa. Os próprios jesuitas dêram 400 índios. (2). Não era mais uma aventura de rapinagem, mas a guerra de grande estilo, que el-rei autorizára. Honrava e recompensava. Excelentes campos de criação seriam o prêmio dos valentes. Era indispensavel essa expansão pastoril na conquista de territorios apartados do reconcaço agrícola. Os gados desenvolviam-se bem entre Itapoan e Tatuapara. Mas a proximidade das

(1) Os irmãos Adorno eram netos de Caramurú, pela filha bastarda dês-te, Madalena Alvares. Em 24 de Dezembro de 1607 tiveram mercê de cavaleiro fidalgo, cf. JABOATÃO, *Cat. Gen.*, tit. Adorno. De Alvaro fala o P. Fernão Guerreiro, *Relaçam anual das cousas*, etc., p. 121 v. Lisboa, 1605. Faleceu em 1609. Rodrigo tinha bom engenho, GABRIEL SOARES, *op. cit.*, p. 142.

(2) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 447.

terras de plantío lhes obstava à multiplicação. Havia necessidade das “sôltas” imensas, nas planícies onde, sem vizinhos importunos, os rebanhos constituíssem um valôr autônomo. Além disso, assegurar-se-ia o trânsito para Pernambuco...

A guerra de Sergipe começou mal. Afoitos, os irmãos Rodrigues, com cento e cinquenta homens brancos e os seus índios foram cair em meio dos inimigos, que os cercaram, a ponto de terem de render-se se não lhes socorresse Cristovão de Barros — na véspera de Natal de 1589. (1).

Crê frei Vicente que a gente do maioral Baepeba somasse vinte mil almas. Resistiu em três cêrcas. Tentando, porém, tomar por força as trincheiras dos portugueses, se descobriram, do que se aproveitaram estes para, com sessenta cavaleiros, os desbaratar por completo. Á semelhança da façanha de Alvaro da Costa em 1555, Cristovão de Barros confiou na superioridade do cavalo. A arma de fogo já não aterrorizava o genitio de muito apalavrado com os francêses, que lha forneciam. Mas a montaria os espantava. Sessenta ginêtes bastaram para pôr em fuga muitos milhares de cabôclos furiosos. Mil e seicentos foram mortos e apriisionados 4 mil! “Alcançada a vitória — continúa o frade — e curados os feridos, armou Cristovão de Barros alguns cavaleiros, como fazem em Africa, por provisão del-rei que pera isso tinha, e fez repartição dos cativos e das terras, ficando-lhes de uma cousa e outra muito bôa porção, com que fez alí uma grande fazenda de currais de gado, e outros a seu exemplo fizeram o mesmo, com que veiu a crescer tanto pela bondade dos

(1) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 335. Entre as pessoas ilustres que nesta conquista figuraram, notam-se: o alcaide-mór Duarte Moniz, Diogo Lopes Ulhôa, Belchior Dias Moréa, João D'Avila, filho de Garcia d'Avila; Bernardo Maciel de Andrade (sobre êste, *Documentos Históricos*, XVIII, 130)...

pastos que dali se provêm de bois os engenhos da Baía e Pernambuco e os açougues de carne”. (1).

O triunfante general fundou a cidade de S. Cristovão. Era junto do “forte velho”, na foz do Cotindiba ou rio de Sergipe. Um arraial primeiramente ou apenas a “fortaleza”, como em 1591 dizia João d’Avila. (2). O presunçoso título de cidade correspondia — como no Rio de Janeiro de Estácio de Sá ou na Paraíba de Frutuoso Barbosa — ao seu optimismo de colonizador. Certificava-o o egoismo com que dividiu a região conquistada. A primeira sesmaria, a 9 de Abril de 90, foi para seu filho Antonio Cardoso de Barros, e ia dali até o rio de S. Francisco. . . (3) Ficou por governador Tomé da Rocha, com autoridade para conceder sesmarias a quem lhas requeresse, e Cristovão de Barros, venerado pela sua vitória e louvado dos contemporaneos, tornou à Baía onde recresciam temôres d’outra visita de corsarios inglêses.

Estabeleceram-se no rio Real o neto de Caramurú, Belchior Dias, pae do mamaluco Roberio Dias, e famoso pelas minas que constou haver descoberto no alto S. Francisco (4), feitôres de Garcia d’Avila, que se asenhoreou depois das terras de oêste, em direção de Jacobina; cousa de duzentos homens brancos (segundo o autor do “Livro que dá rezam do Estado do Brasil, em 1612), “tão cobiçosos de ocupar terra, que ha morador que tem 30 legoas de sesmaria em diferentes partes”...

(1) FREI VICENTE, *ibid.*, p. 336.

(2) *Denunciações da Baía*, p. 335: “... No mez de Janeiro passado (1591) na capitania de Ceregipe viu a Gregorio d’Oliveira meirinho da dita fortaleza...”

(3) VARNHAGEN, *op. cit.*, I, 35. Antonio Cardoso de Barros já possuia rico engenho, GABRIEL SOARES, *Roteiro*, p. 135, e tinha grande casa, P. SIMÃO DE VASCONCELOS, *Vida do Ven. P. Joseph de Anchieta*, p. 286, Lisboa, 1672.

(4) *Anais do Arquivo Público da Baía*, III, 33, Baía, 1919.

FELICIANO COELHO NA PARAIBA

Abre-se outra fase da história da Paraíba com a chegada, em Maio de 1591, de Feliciano Coelho de Carvalho, "fidalgo que se creou de môço em Africa", para governá-la em ordem a reprimir as jornadas de petiguares que ainda a punham de cerco e sobresalto.

Certo, dependia o exito do novo governador da disciplina que aos seus impuzesse, em terra a ela refractária pelas divergencias constantes entre os capitães. Com efeito, não se conformára Frutuoso Barbosa com a preterição, ao ficar entregue a capitânia a João Tavares. Mandára o castelhana Pedro de la Cueva reivindicá-la em seu nome na côrte de Madrid, e a logrou mais uma vez, estabelecendo-se na cidade, enquanto o seu procurador ficava num fortim limitrofe dos petiguares. Desentenderam-se, porém, e para resistir aos índios tiveram de pedir socôrro a Pernambuco e Itamaracá. O capitão de Itamaracá, Pedro Lopes Lobo, foi pessoalmente bater os inimigos. Destruiu-os em parte: mas a inimizade entre o espanhol e Frutuoso Barbosa recrudescceu com a sua retirada, acabando ambos por abandonar a terra, que ficou em mãos de André de Albuquerque, cada vez mais ameaçada dos indomaveis gentios (1). Queimaram então o reduto de Cabedelo, e o que havia na ilha da Conceição... (2).

Nesta extremidade apareceu, resoluto e "de bom consêlho", Feliciano Coelho. Arrimou-se ao capitão de Itamaracá, levantou uma força de cincoenta homens brancos de pé e de cavalo e 300 negros, juntou-lhes o

(1) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 346.

(2) VARNHAGEN, *op. cit.*, II, 48, e CAPISTRANO, *Prolegomenos a frei VICENTE*, *ibid.*, p. 243.

gentio tobajar, e principiou por dizimar, na sua aldeia grande, os petiguaes mais próximos.

Socegados os índios, o problema, que a seguir inquietou o bravo capitão, foi o da catequese.

Em 1589 tinham entrado a Paraíba, para “missionar” tribus amansadas, franciscanos que não viam com bons olhos a ingerencia dos jesuitas na sua seára. Era natural a emulação onde, nos mesmos domínios, confrarias diferentes aldeavam tribus distintas. Os jesuitas ficaram com os do “Braço de Peixe”. Houve dúvidas, entretanto, de que se aproveitou Feliciano Coelho para pedir a saída dos padres. Bem é de deduzir — diz-nos o P. Serafim Leite — que a malquerença se originasse da questão da liberdade dos cabôclos. Os jesuitas embaraçavam os moradores que, em país conquistado, não abriam mão dos escravos numerosos, seu troféo e sua fazenda... Os jesuitas, tendo contra si o governador, largaram a Paraíba em 1592. Mas os capuchos não se demoraram alí muito tempo. Quatro ou cinco anos depois foram também pôstos fóra por Feliciano Coelho (1).

De um lado, a expulsão dos catequistas, do outro a tranquilidade dos petiguaes, dominados pelo forte pulso do capitão autoritário, pareciam consagrar a Paraíba, em 1595 e 96, à paz fecunda que fizera em Pernambuco a sua prosperidade, logo após a ocupação do Cabo de Santo Agostinho. E não se marcharia para o norte. Era a costa árida, o mar de navegação tormentosa, como provavam os passados naufragios, os indigenas de desencontradas e belicosas nações, tudo isso repelindo a colonização, tão mal sucedida no tempo dos filhos de João de Barros. Para vencer os obstáculos conjuntos da terra e do oceano, da ruim fama daquelas

(1) P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, I, 506-510.

plagas e das distâncias inhóspitas que os separavam da fronteira povoada, era indispensavel um motivo mais poderoso do que o espírito de aventura, ou a cobiça do caçador de índios. Para puxar, ainda uma vez, o povoamento lusiada dos seus cômodos vales, onde começavam a verdejar os canaviais, para o litoral além de Cabedelo, era necessária a presença do estrangeiro. O francês apenas interrompera o seu contrabando tenaz. Vimo-lo em Sergipe, com Baepéba. De novo no rio Real, côm *Pain de Mil*. Desistira de bordejar, na altura da Paraíba, submetida pelo governo militar de Feliciano Coelho. Então — na sua tactica de estabelecer-se junto aos petiguares, mas fóra do alcance dos portuguezes — desembarcou no Rio Grande do Norte. Não era uma aparição inconsequente. Corresponhia êsse regresso a um plano mais audaz e largo. Dir-se-ia que Henrique IV, sem a cavalheiresca indiferença de Francisco I pelas cousas colonias, experimentava na America a capacidade de adaptação tropical dos seus marinheiros — estimulados por ingleses e holandêses, que aos poucos se assenhoreavam dos trajectos oceanicos. O sinal de alarma partiu do naufragio, nos baixos da ilha de Santa Ana, do Maranhão, do capitão Jacques Rifault, homem empreendedor e inteligente, que tem bôa parte na iniciativa da “França Equinocial”. Foram então feitos quatorze prisioneiros. Os francêses negociavam abertamente com os petiguares do rio Potengi. As suas náos, cujo chefe supremo era “Monsieur Rifot”, (1) lá se abasteciam, como outrora na Paraíba. Se não se puzesse côbro ao abuso, fortalecer-se-iam com os índios seus aliados, creando um Estado naquele litoral inatingido de portuguezes. . .

(1) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 357.

A CONQUISTA DO RIO GRANDE DO NORTE

A conquista do Rio Grande, como a da Paraíba um decênio antes, assumiu a importância de um grande deslocamento militar.

Chegaram, terminantes, ordens reais (cartas regias de 9 de Novembro de 1596 e 15 de Março de 97). D. Francisco de Souza expediu instruções e forneceu recursos ao capitão general de Pernambuco, Manoel Mascarenhas Homem, que, por sua vez, se entendeu com os capitães de Itamaracá e da Paraíba. Armou-se em Recife uma esquadra de seis barcos e cinco caravelões tendo por capitão-mór Francisco de Barros Rego, por almirante Antonio da Costa Valente, e seus subalternos João Paes Barreto, Francisco Camelo, Pero Lopes Camelo e Manoel da Costa Calheiros. Por terra marcharam três companhias capitaneadas pelos irmãos Hieronimo e Jorge de Albuquerque, e por Antonio Leitão Mirim e Manoel Leitão (êste chefe da companhia de cavalos). O padre Gaspar de S. João Peres, "por ser grande architecto e engenheiro", acompanhava-os com a missão de traçar a futura fortaleza. (1).

Deixemos neste passo o conhecido relato de frei Vicente do Salvador, para seguir o do Padre Pero Rodrigues, que o P. Serafim Leite acaba de divulgar: "O da terra (Feliciano Coelho) levava trezentos homens de espingarda e cincoenta de cavalo, com 900 frecheiros, alem de muita escravaria de Guiné, que levavam as munições e petrechos de guerra. O desenho deste capitão era ir destruindo as Aldeias pelo sertão até chegar ao

(1) Chamava-se Gaspar de Samperes, e antes de ser jesuíta fôra militar, P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, II, 591. E *op. cit.*, I, 513.

Os recursos para a conquista foram o produto do imposto de um cruzado por caixa de assucar, o direito de 1\$400 sobre pipa de vinho votado pela Camara de Olinda, (1599),

Rio Grande, no que houvera de gastar alguns quatro mezes : mas, depois de quatro ou cinco jornadas, estando já no princípio das terras dos inimigos, lhe deu no Arraial o mal de bexigas, de que lhe morreu muita gente, pelo que foi necessário retirar-se à Paraíba. Vendo o gentio potiguar que os nossos se retiravam, veio-os segundo, porem nunca se atreveram a cometer o exercito, mas contentavam-se com quebrar a cabeça aos mortos e comer daquela carne. Pelo que de tal maneira se pegou o mesmo mal a êles, que se afirma que mais morreram de doença do que houveram de morrer, indo a guerra por diante : êles mesmos confessavam que das três partes morreram as duas, e os Francêses disseram que houve Aldeia em que amanheciam cem pessoas mortas”.

Essas enfermidade de bexigas, “que é a peste do Brasil”, nota frei Vicente, interpoz-se entre as fôrças inimigas. Era o seu primeiro surto no norte do Brasil.

No sul haveria de verificar-se especial tendencia dos índios para contraír o contagio variólico, donde o seu indizível terrôr pela epidemia, à cuja conta vae a maior mortandade de naturais do Brasil, a ponto de desaparecerem tribus inteiras. A Camara de S. Paulo ordenára, em 1589, severas medidas de limpeza, “por estar a vila em perigo de imundícies”, e havia então um geral clamôr contra as “begigas” ou “bexiguas” que dizimavam o gentio...” (1)

Como se instalára aqui o “morbus” impiedoso? Viéra, como tantas outras molestias, com os brigues d’Africa, ou se transmitira por intermedio de tripulações européias contaminadas durante as longas viagens?

Manoel Mascarenhas, porém, com os seus navios, conduzindo quatrocentos homens, entrou “com muita prosperidade pela barra do rio Grande, dia de Natal

(1) A. TAUNAY, *S. Paulo nos primeiros anos*, p. 125.

do ano de 97. . .” “Logo no outro dia tomaram os portugêses posse da terra, aonde se entrincheiraram com a mór pressa, que puderam, por causa dos contrários. E logo se começou a fortaleza que Sua Majestade mandava fazer. Daí a alguns mêses, passado o mal das be-xigas, tornou o capitão da Paraíba com alguma gente, que lhe ficou, a socorrer a Manoel Mascarenhas, ao Rio Grande, para ambos juntamente, depois da fortaleza feita, virem dando guerra ao gentío, o que fizeram, destruindo muitas aldeias, cativando e matando muita gente, até se recolherem à Paraíba”. (1).

Os jesuitas Francisco de Lemos e Gaspar de S. Peres (ou Samperes), e o franciscano frei Bernardino das Neves, filho do capitão João Tavares (2), colaboraram devotadamente com os expedicionarios, entrando, sós, pelos campos dos inimigos, e falando-lhes com bôa aceitação dêles, que gritavam, ao vê-los: “Abaré! Abaré!” O P. Rodrigues acrescenta que muitos petiguares estavam por isso dispostos às pazes, que não concluíam por se desentenderem entre si, sem chefe com autoridade para obrigá-los a uma deliberação comum. Este fáto informa a tése da ausencia habitual de chefe entre as tribus numerosas, guiadas por multiplos guerreiros e os seus “pagés”, de maneira a difficilmente deliberarem fóra da excitação ou delirio de suas lutas de vingança e prêsa. . . Samperes, prático na arte de construir, deu a planta para o forte, que tomou o nome de “Reis Magos”, naturalmente pelo alicerce que se lhe abriu em 6 de Janeiro, dez dias depois do desembarque de Manoel Mascarenhas. Dos francêses nos dá melhor noticia frei Vicente. Havia acolá — narra o cronista — sete náos dessa nação “no porto dos Buzios contratando com os potiguares”, e escaparam, sem poder ser perseguidas

(1) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 516.

(2) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 372.

dos navios portuguezes em virtude da noite, que sobreviêra. (1). Mas os índios, “acompanhados de 50 francezes” “e outros que aí estavam casados com potigua-ras”, dêram na cêrca levantada pelo governador, mas já sem resultado pela resistencia sem trêgoas que acharam. Nos entrementes, a obra da fortaleza parecia inviavel, quando chegou do Reino, Francisco Dias de Paiva, “amo do capitão-mór que o criou”, em uma urca “que El-rei mandou com artilharia, munições e alguns outros provimentos para o forte”. Feliciano Coelho, a 30 de Março de 1598, saiu também da Paraíba, com uma companhia de 24 homens de cavalo e duas de pé de trinta arcabuzeiros cada uma, e depois de aquíetar a terra até o acampamento de Mascarenhas, aí combinou um engenhoso meio de dar fim ao trabalho, qual se revezarem os cabôclos nêle todo dia, de maneira a estar nas obras uma vez a gente do “Braço”, outra a do “Assento”, afinal a do “Pedra Verde”... Enquanto isto, os demais observavam a fronteira.

O forte estava acabado no S. João de 1598. Entregou-o Mascarenhas a Hierônimo de Albuquerque, com bôa guarnição, artilharia e municio.

Esse mamaluco, filho de Jerônimo de Albuquerque, “língua” como os mais hábeis sertanistas, e creado nas guerras que desde tenra idade o dispuzeram a ajudar o pae e os irmãos, sempre de espada em punho em “entradas” e combates, era o mais próprio sujeito para comandar a atalaia do Rio Grande do Norte. (2) Esta

(1) Conta frei Vicente que Rifault se retirou então para a França, a buscar reforços, pois uma india, simpatica aos portuguezes, o avisou de que os atacantes eram tantos como punhados de areia... *Hist. do Bras.*, p. 358.

(2) Hieronimo de Albuquerque Maranhão era filho do capitão portuguez e da India Maria do Espirito Santo, ou Arco-Verde, cunhado portanto de Felipe Cavalcanti e Sibaldo Lins, como êle tronco de consideráveis familias do país. (vd. BORGES DA FONSECA, *Nobil. Pernamb.*, 1, 9, ed. da Bibl. Nac.). Faleceu com 70 anos de idade em 11 de Fevereiro de 1618 (TAVARES DE LIRA, *Notas Hist.*, p. 99). A proposito da Conquista do Maranhão, veremos que empenhou os seus haveres, morrendo muito pobre, como alegou Antonio de Albuquerque seu filho, doc. in *Livro das Mercês*, 1.ª ms. no Arquivo Historico Colonial, Lisboa, inédito.

ficava sendo a mais septentrional do Estado português. A seu cargo estaria a defesa da costa nor-nordêste, a expulsão dos francêses do Maranhão, a marcha no rumo do Pará. O povoamento caminhava escalonado e firme: de Olinda para o limite dos petiguares, deste para a Paraíba, daí para o baluarte dos Reis Magos — numa progressão segura, definitiva.

Á semelhança, outrosim, do que se praticára na Paraíba, Albuquerque não se satisfez com a fortaleza ilhada sobre o seu recife, de seteiras ameaçando os corsários de França. Mal pacificou os índios (1) (o que fôra facilitado pelo desaparecimento dos estrangeiros, que os intrigavam) cuidou de estabelecer um povoado meia legoa acima do rio, em logar elevado e aprazível, que denominou de Natal, por deitar-lhe a primeira pedra neste dia de 1599.

A vila de Natal completava a ação violenta da conquista.

O seculo terminou no Rio Grande do Norte com a efetiva aliança celebrada entre o ocupante vitorioso e o gentío flagelado por tão duras campanhas. Como Sergipe, era terra mais de rebnhos de vacas que de engenhos de açúcar, ainda que a peor do Brasil, na sentença de frei Vicente, que cita, entretanto, o caso do degredado de Leiria que em três anos enriqueceu alí, e com a sua abastança cumpriu o decreto do bispo que o deportára: “Vá degredado por três anos para o Brasil, donde tornará rico e honrado”. Lembra a proeza do benemerito povoador que nos conta o autor dos “Dialogos das Grandezas”: “... Ha um homem nobre particular neste Brasil, morador na capitânia da Paraíba, o qual, com não possuir mais de um só engenho de fazer açúcar, ousou prometer a todas as pessôas que

(1) As pazes foram feitas solenemente na Paraíba, em 11 de Junho de 1599, frei VICENTE, *op. cit.*, p. 371.

fizessem casas na cidade, que então de novo se fabricava, sendo de pedra e cal de sobrado a vinte mil reis por cada morada de casas, e a dez mil réis, se fossem terreas; e assim o cumpriu por [muito tempo, com se haverem alevantado muitas moradas, sem disão se lhe conseguir algum proveito mais do desejo que tinha de ver aumentada a cidade. E tratou mais (com sair com isso) de fazer a casa da Santa Mizericordia da própria cidade, cousa de grandissimo custo pela grandeza e nobreza do edificio, que tem já quasi acabado...” (1) Chamava-se Duarte Gomes da Silveira — e estivera nas lutas daquela conquista. (2).

(1) *Dialogos das Grandezas*, ps. 146-7.

(2) GARCIA, nota aos *Dialogos*, p. 167.

O GOVERNO INQUIETO
DE D. FRANCISCO DE SOUSA

Para substituir o desenganado Francisco Giraldes foi nomeado um fidalgo de grande familia que testemunhára o ocaso da Pátria com o malôgro del-rei D. Sebastião : era D. Francisco de Sousa. A provisão de 1 de Dezembro de 1590 dava-lhe 800\$ de ordenado, o cargo de governador "emquanto bem servisse" e por três anos, o de provedor das minas, (1), por carta regia de 22 de Março de 1591.

Surge na história como o portador da má nova. Sobrinho de D. Diogo de Sousa, que governava o Algarve, capitão-mór dos navios de alto bordo da expedição desastrada, nela se envolveu como capitão subalterno (2). Na manhã de 6 de Agosto, em Larache, o almirante soube da catastrophe e partiu para Lisbôa, deixando D. Francisco, com um galeão e duas zabras, entre Arzila e Tanger. Poude êle, pois, obter noticias exatas da batalha e da mórte de el-rei, entrando com elas a barra de Lisbôa em 24 de Agosto. De seus lábios conheceu a consternada população da capital toda a tragédia. (3) Homem de mar e guerra, à sua experien-

(1) Prov. ms. no Arquivo Histórico Colonial (Lisbôa), livr. de Prov., f. 50, e copia no Inst. Hist., cf. GARCIA, nota a Varnhagen, II, 38, da de 1 de Dezembro de 1590.

(2) QUEIROZ VELOSO, *D. Sebastião*, p. 287.

(3) QUEIROZ VELOSO, *op. cit.*, ps. 402 e 406.

cia das lutas d'Africa juntava o prestígio dos parentes(1). Quasi somos tentados a considerar logica a simpatia que encontrou em Madrid, e de que nos falam os documentos, quando pleiteou e obteve o governo da parte do sul do Brasil para descobrir as minas que tanto procurou — por ser o anunciador da era filípica, o mensageiro de Alcacer-Quibir . . . De fâto, o prestígio lhe adveiu do tio, que se chegou a Felipe II, e no seu reinado teve as honras de Conselho. (2).

O GOVERNADOR E A INQUISIÇÃO

Em 9 de Junho de 1591 chegou à Baía o novo governador geral.

Se Francisco Giraldes vinha com a Relação, o seu sucessor trazia maior novidade: o próprio Santo Officio. O inquisidor era o licenciado Heitor Furtado de Mendonça, que chegou tão doente que esteve à morte, no colégio dos jesuitas, onde, bem tratado, se curou. Apenas livre de seus padecimentos publicou, na Sé, as patentes que trazia e concedeu o tempo de graça, após o qual investigaria, através de confissões e denunciaçãoes, herezias e judaismo. (3).

E' imaginar a impressão causada, em terra tão povoada de cristãos novos ou degredados por delitos de

(1) Os autores silenciam sobre a parte que teve D. Francisco de Souza, o do Brasil, no episódio africano. As crônicas de D. Sebastião, porém, rezam que o sobrinho de D. Diogo de Souza desempenhou o aludido papel. Miralles adverte-nos que é o ascendente do marquez das Minas, *Hist. Mil. do Bras.*, p. 129. Confirma aquele parentesco Sanchez de Baena, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, II, 352, Lisboa, 1885.

(2) SANCHES DE BAENA, *ibid.*

(3) Nomeado visitador em 2 de Março de 1591, publicou as patentes em 28.º de Julho, concedendo 30 dias de graça, e a 29 de Julho recebeu a primeira confissão, CAPISTRANO DE ABREU, *Um Visitador do Santo Officio*, p. 7, Rio, 1922.

Estão publicaddos: *Confissões e Denunciaçãoes da Baía*, 1591-93, por CAPISTRANO, e *Denunciaçãoes de Pernambuco*, 1593-95, por Rodolfo Garcia, que tambem divulgou as da Baía de 1618, repositório incomparável de informes sobre os costumes, intrigas, carater e temas da vida brasileira a essa época.

consciencia, pela presença dessa temível autoridade. “Ofício de Inquisição — explicava Anchieta em 1585, não houve até agora, posto que os bispos usam dêle quando é necessário por comissão que têm, mas dando apelação para o Santo Ofício de Portugal e com isso se queimou já na Baía um francês hereje. Agora tem o bispo D. Antonio Barreiros êste officio para com os índios sòmente . . .” A fogueira do francês succedeu em 1573. A jurisdição do bispo, restrita aos índios, desafogava os ricos herejes, judeus dissimulados ou simplesmente refractarios à moralidade que a Igreja recomendava. O fraco resultado da “visitação” de Heitor Furtado de Mendonça indica que, se não se pretendesse obstar ao progresso da colonia, era preferivel fazer aqui vista grossa quanto a hebraizantes e mãos católicos. Pois não fôra terra de exilio para tantos condenados? . . .

Daí, por igual, a indulgencia do inquisidor. Fernão Cabral de Taíde, sobrecarregado de acusações graves, a quem se imputava o incremento d’uma superstição dos índios, chamada “santidade”, e outros mefeícios, foi sentenciado a passar dous anos fóra do Brasil...(1)

Não é impossível attribuir à visita do representante do Santo Ofício um sentido mais político, de observação dos moradores, de exame da terra, em virtude da frequencia dos ataques de corsários inimigos de Espanha e do comércio que aqui exerciam judeus e holandêses, como aquele Francisco Osquer, cujo nâvio, na Baía, aderira ao inglês Withrington. El-rei de Espanha adotaria mais-tarde medidas extremas para impedir a comunicação entre os seus súditos da America e os adversarios luteranos. Que tinha razão nas suas desconfianças, as guerras holandêsas breve o diriam. Em todo

(1) Só se tem noticia de uma condenação á fogueira : de Ana Rodrigues, mãe de Leonor Antunes, *Denunciações da Baía, de 1618*. porem não nesta última visitação, como disse J. LUCIO D’AZEVEDO, *Hist. dos cristãos novos portugueses* p. 228, sim uns 13 anos antes.

caso, era quasi pueril a caça de cristãos novos onde sabidamente se acumulavam, e em todas as classes...

Contrastava a severidade de tal visitaçãõ com os propositos pessoais do govenador, apelidado, pelo geito de tudo obter com prudencia e tolerancia, D. Francisco das Manhas (1). Morreu-lhe a mulher em Lisboa, menses após a partida. E — diz frei Vicente — logo apregoou que, uma vez enviuvára, estava disposto a não voltar mais a Portugal. Morreria servindo ao Brasil. “Foi o mais bemquisto governador que houve...” Liberal até a prodigalidade, bom até o desleixo, tão pouco avaro que consumiu quanto tinha, “não houve igreja que não pintasse, aceitando todas as confrarias que lhe ofereciam, murou a cidade de taipa de pilão que depois caíu com o tempo, e fez três ou quatro fortalezas de pedra e cal, que hoje duram; as principais, que têm presidios de soldados e capitães pagos da fazenda real, são a de Santo Antônio, na bõca da barra e a de S. Felipe, na ponta de Tapagipe, uma legoa da cidade, que mais são para terror que para efeito...” (2).

CONVENTOS E FRADES

No concernente ao culto divino, achou muito melhorada a terra. Benedictinos, carmelitas e franciscanos floresciam na Baía em conventos que se faziam com primõres d’arte. A sua chegada, coincidindo com as desinteligencias entre o governo e os jesuitas (período de

(1) Frei VICENTE. *op. cit.*, p. 318.

(2) As fortalezas da Barra e de S. Felipe estão conservadas na sua primitiva arquitetura. Esta última é única no país pela forma acastelada que tem, e foi restaurada no governo Góes Calmon, em 1927. Santo Antonio, desde 1839 é o Farol da Barra. Foi primeiro capitão deste Sebastião de Brito Corrêa, casado com Maria de Figueiredo Mascarenhas, neta de Caramurú. cf. JABOATÃO. (ms. do Conselho Ultramarino, I, 162, no arq. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.). Note-se que em 1606 esses fortes eram considerados quasi inúteis: “a qualquer rebate vivem em tormento e decomposição...” *Catalogos de manuscritos ultramarinos da Biblioteca Municipal do Porto*, p. 211, Lisboa, 1938.

Manoel Telles Barreto) fôra oportuna e bem aceita. A primeira ordem regular estabelecida no Brasil depois da Companhia, foi a de S. Bento. Vimos os primeiros monges dêsse hábito às voltas com a conquista da Paraíba. Constou do Capítulo da mesma comunidade celebrado em Lisbôa, em 1581, o pedido dos moradores da Baía, por que viessem instalar-se aqui “monges desta nova reforma pera sua consolação...” (1) Realmente foram acolhidos com grande deferencia e se lhes deu a ermida de S. Sebastião, já existente na rampa fronteira à porta da cidade, que se chamou de S. Bento — e sitio onde se elevou, enorme e rico, o mosteiro que subsiste. No ano seguinte ao seu advento logravam os beneditinos as preferencias da velha Catarina Paraguassú, que em testamento (ao contrario de Caramurú, amigo dos jesuitas) lhes legou as terras adjacentes da igreja de Nossa Senhora da Graça, acrescidas, em 1592, às de Gabriel Soares (“valada no caminho de Vila Velha”) isto é, bôa parte dos chãos que a cidade teria de ocupar.

“Também nêste ano e era do Senhor de 1587 — acóde frei Vicente — vieram ao Brasil fundar conventos os religiosos da nossa provincia capucha de Santo Antonio, com o irmão frei Melchior de Santa Catarina, religioso de muita autoridade e bom pulpito, por comissário, por um breve do senhor Papa Xisto Quinto, e patente do nosso reverendissimo padre geral frei Francisco Gonzaga, que faz do breve relação no fim do livro que fez da nossa serafica ordem, e por virem à instância de Jorge de Albuquerque, senhor de Pernambuco, fizeram lá o primeiro convento, pela qual causa,

(1) CRISTIANO MULLER, *Memória histórica sobre a religião na Baía*, p. 63. Baía 1923. Por ocasião do 5.º Capítulo Geral, realizado em Pombeiro, em 1584, o mosteiro da Baía se uniu à Congregação e passou a ter abades, sendo o primeiro D. fr. Antonio Ventura, que morreu no seu cenobio baiano em 1591. Eram três monges apenas, em 1584, Anchieta, *Cartas*, p. 314.

e por termos naquela capitania quatro conventos, se fazem nela os nossos capítulos e congregações custodias”. (1) Tiveram na Baía um logar fronteiro ao colégio dos jesuitas, com fundos para a vala, que defendia como um fôso natural a cidade, e onde, até começar o seculo XVIII, as casas dos franciscanos foram sempre pobres e inferiores ao esplendor das outras confrarias. O seu maravilhoso templo actual data de 1709. Um histórico que se guarda no arquivo da ordem diz que ao chegar frei Antonio da Ilha, mandado pelo comissário e custodio frei Melchior, encontrou uma igreja de S. Francisco, (2) que anos antes construira um frade espanhol, de trânsito pela terra, (3) e, com acêrto, se alojou junto dela, e das moradas que um Antonio Fernandes, (4) da Ilha de Maré, lá possuia de herança do sogro, Pedro de Siebra, sesmeiro beneficiado por Mem de Sá. Correram demandas, por pretender a Câmara que os terrenos lhe cabiam, afim de doa-los aos religiosos, e os ganharam êstes afinal, graças à composição que se fez, com muita alegria para o bispo D. Antonio Barreiros. (5).

No ano anterior os do Carmo (com fr. Damião Cordeiro por superior) passavam de Olinda — onde inauguraram a sua casa conventual em 1584 — para a Baía.

(1) *Hist. do Bras.*, p. 330, e *Nove Orbe Serafico*, I, 223.

(2) Festa de S. Francisco, em 1586, é mencionada nas *Denunciações da Baía*, p. 397. A igreja não tinha alfaias, tanto que o calix foi obtido de empréstimo ao ourives Nuno Franco...

(3) E' dos franciscanos que iam para o Prata que se refere Anchieta, dizendo que, em 1584 "se deu sitio e casa a uns dous de S. Francisco... mas estes ficaram-se na capitania do Espírito Santo...", *Cartas*, cit.

(4) Parece ser o mesmo Antonio Fernandes que nas *Denunciações de Pernambuco*, ed. Garcia, p. XIII, aparece como pae do ouvidor e licenciado Diogo de Couto, acusado de cristão novo.

(5) CRISTIANO MULLER, *op. cit.*, p. 100.

A cronologia da chegada das outras ordens religiosas á Baía é a seguinte: carmelitas descalços, em 1665; agostinhos recolectos, em 1693; capuchinhos, 1679; clarissas do Desterro, 1677; agostinhos, 1693...

Os franciscanos fizeram o "convento novo", da Vila de S. Francisco, antes de 1633, *Documentos Históricos*, XVI, 150.

A caridade particular logo os ajudou, oferecendo-lhes Antonio Dias Calafate e a mulher, Dominga Gonçalves, os chãos do Monte Calvario, aumentados, em 1592, da capela de Nossa Senhora da Piedade e terra anexa que doou Cristovão de Aguiar d'Altro. (1) O dos carmelitas foi o maior convento da cidade antes que beneditinos e franciscanos completassem os que construíam mais devagar. A sua bela igreja foi principiada em 1602. (2) Igualmente o mais afastado do centro urbano, desempenharia importante papel militar nas guerras holandêsas. Poude servir de quartel general a D. Fadrique de Toledo em 1625.

A BAÍA ENGRANDECIDA

Três conventos e um Colégio da Companhia, fóra uma dezena de igrejas e o Hospital da Mizericórdia, a Sé e seu cabido, o bispo e os seus clérigos, demonstravam, em 1592, a pujança e riqueza da Baía. Não era mais a entanguída povoação da época do terceiro governador geral. Tinha casas nobres e altas (3), ou com varanda e quintal, bem burguezas, lojas de todas as mercancias, sem esquecer o ourives e o mercador do Rio da Prata,

A época das cêrcas à maneira tupica não passa de 1590: segue-se a dos casarões, fortes e solarengos como conventos. Faz exceção o da Torre de Garcia d'Avila, que deve desempenhar o papel de atalaia do litoral no alto do seu monte, e por isso é uma casa-forte, assinalada no mapa do "Livro que dá rezam do Estado do Brasil" (1612) como um castélo medieval.

Ao contrário, a cidade aburguezára-se mais, e perigosamente.

(1) MULLER, *op. cit.*, p. 88.

(2) Frei AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *Santuário Mariano*, vol. IX, Lisboa 1722.

(3) ... uma negra vendedeira moradora em umas lógeas das casas donde mora Fernão Soares no Terreiro de Jesus...", *Denúncias da Baía*, p. 377.

Quando a ameaçou o corsário inglês, nada restava dos muros de Tomé de Souza, delgados muros de taipa de pilão que os moradores deixaram desmanchar-se à chuva e ao vento. A xenofobia portuguesa condescendia com a presença de varios negociantes flamengos e francêses. Os suspeitados de judaismo formavam “esnogas”, acobertados pelos da governança, que cuidavam também dos seus tratos e lucros, pois do açúcar, dos escravos e do comércio viviam todos, fidalgos e vilões. Esse mercantilismo multiplicava o ouro circulante e entorpecia o espírito das armas. Tão afoitos corriam os moradores a uma expedição gananciosa, como na malograda conquista de Sergipe, contra os avisos dos padres, como fugiam, com os haveres às costas, de Roberto Withrington. Reparava essa desordem a energia de governadores de mão firme, como Cristovão de Barros, ou de bôa política, como D. Francisco de Souza.

A Baía, emfim, era ao expirar o seculo uma das melhores praças da America.

Navios do Porto, de Viana, de Lisbôa, de Espanha e os “negreiros”, de Guiné e Angola, testemunhavam, no fundeadouro, a abundancia de suas transações.

Os africanos animavam as ladeiras donde, aos poucos, desertavam os índios. Negros do carrêto dos fardos pelas subidas ingremes; negros carregadores dos “banguês”, das “serpentinhas” ou rêdes de transporte das pessôas ricas; moleques de recado, aguadeiros, com os seus cântaros, semi-nús, boçais, e ainda com os ferros do seu cativeiro, para não escapar...

Embora recente, a tradição batisára-lhe as ruas principais. Da “praça do palácio” se seguia pela “rua direita antes que chegue a Mizericordia” (1); havia a “travessa que vae da rua direita para a rua de N. S.

(1) *Denunciações*, de 1591, p. 246.

da Ajuda" (1); o do palácio se chamava o "terreiro da praça" (2), distinto do "terreiro do colégio de Jesus" (3); e enumeravam-se, "rua de Francisco de Barbuda" (4), "rua que vae para o colégio" (5), "rua da Sé" (6), "rua de S. Francisco" (7), "junto a S. Bento" (8), "abaixo da Misericordia", sinal de que já se construíam os sobrados aglomerados encosta acima, que dão à cidade tão pitoresco aspecto de presepe a lembrar a Alfama de Lisbôa (9); "caminho de Vila Velha", (10); rua do Bispo" (11); "porta da cidade indo para o monte Calvario" (12); "rua do Souza" (13), "caminho de S. Bento" . . . (14). Aque-la abundancia de que pasmou o bispo de Tucuman, estudos dos jesuitas que já formavam mestres em artes, um esbôço de organização militar, fôrma e requintes de pequenina côrte . . . Sobretudo era invejavel no eclesiastico: "Tem a Baía, com seus reconcavos, sessenta e duas igrejas, em que entra a Sé, e três mosteiros de religiosos, dos quais são dezeseis freguezias curadas, convem a saber: nove vigararias que paga S. Alteza, e outras sete pagam aos curas os freguezes, e a mór parte das outras igrejas tem capelães e suas confrarias como em Lisbôa, e todas estas igrejas estão mui concertadas, limpas e providas de ornamentos, em as quais nos dias dos oragos se lhes faz muita festa." (14) "Breve Re-

(1) *Op. cit.*, p. 245.

(2) *Ibd.*, p. 245.

(3) *Ibd.*, p. 251.

(4) *Ibd.*, p. 261.

(5) *Ibd.*, p. 293.

(6) *Ibd.*, p. 293.

(7) *Ibd.*, p. 203.

(8) *Ibd.*, p. 398.

(9) *Ibd.*, p. 407.

(10) *Ibd.*, p. 412.

(11) *Ibd.*, p. 492.

(12) *Ibd.*, p. 191. A' rua do Souza, cabo da cidade, já se refere sesmaria de 1552, *Publ. do Arq. Nac.*, XXVII, 8.

(13) *Ibd.*, p. 428.

(14) GABRIEL SOARES, *Rotéiro do Brasil*, p. 150.

lação”, de 1584, fala em 5.742 confissões, 500 comunhões nos dias festivos, 452 casamentos, como resultado de um ano de trabalhos apostolicos... Gabriel Soares acrescenta : poderiam juntar-se no porto mil e quatrocentas embarcações, das quais cem capazes de artilharia... “E são tantas as embarcações na Baía, porque se servem todas as fazendas por mar ; e não ha pessoa que não tenha seu barco ou canôa pelo menos, e não ha engenho que não tenha de quatro embarcações para cima ; e ainda com elas não são bem servidos”.

O pelourinho, símbolo da dignidade municipal, talvêz semelhante a tantos que ornarn as praças vilarêjas de Portugal, com a coluna de pedra, um braço de ferro e, no tôpo, a esfera armilar de D. Manuel e D. João III — até o governo de Diogo Botelho permaneceu fronteiro ao paço da Camara. Havia outrosim força pública (dizem-nos as Denunciações do Santo Officio, de 1618) (1). Frei Vicente atesta : quanto ao pelourinho “nenhum de seus sucessores o levantou mais, nem o ha nesta cidade...” (2).

As construções já não eram as de 1551.

O palácio dos governadores, porém, não melhorára. Um documento de 1619 fala dessas casas : “Francisco de Souza não as habitou nem Diogo Botelho se não pouco tempo por se não acharem nelas com saude”. (3) Até Francisco Barreto, no meiado do seculo XVII, o Paço da Baía foi obra provisoria ou acanhada. Sendo de 1615 o sino da torre da Camara, é de crêr que então passasse ela por uma bôa reforma. A Sé, esta sim, impressionou Pyard de Laval em 1610 : “y une très belle église cathedrale...” (4).

(1) *Den.*, ed. R. Garcia, cit.

(2) *Hist. do Bras.*, p. 395.

(3) Doc. no *Livr. das Mercês Gerais*, 1.º, ms. no Arquivo Histórico Colonial, Lisboa, inédito.

(4) *Voyage*, p. 539, Paris, 1615.

RENDAS DO ESTADO

E as rendas do Estado?

O páo brasil valia pouco. Em 1602 o monopólio foi arrendado por 21 contos.

Dízimos e redízimos duplicavam-se: daí poderia a corôa auferir os primeiros lucros, ficando bôa margem dêles para os donatários e os cobradores. Manoel Teles arrendou em 1584 as receitas das três capitânias, Baía, Itamaracá e Pernambuco, cuja situação econômica permitia tal contrato. Arrendou-as por 30 mil cruzados, dos quais 10 mil pagos em Lisbôa. Contas feitas, faltavam 2.835 cruzados para as despêsas obrigatórias. Estas cresceram com a conquista da Paraíba. Em 1588 os gastos do Estado eram de 9:372\$000, os dízimos continuavam arrendados por 30 mil cruzados; o páo brasil por 13:600\$000 e calculava-se em 1.200\$000 a renda das alfandegas das demais capitânias: total de 26:800\$000. (1) Esses algarismos não são brilhantes nem pessimistas. A colônia — era o principal — vivia por si. Aguentava-se com os próprios recursos e nêles empenhava el-rei todos os ordenados da magistratura, do governo e das armas no Brasil. Sobras, para o erário português, seriam mínimas até os grossos arrendamentos dos direitos sobre o tabaco, no século seguinte. A melhor receita do Brasil desfrutada na metropole era da entrada do açúcar na casa da Índia, 300 mil cruzados ao tempo dos "Dialogos das Grandezas"... Frei Nicoláo de Oliveira reparava, porém, no seu livro das "Grandezas de Lisbôa": "54.400.000 que rende o Estado do Brasil gastam-se no mesmo Estado".

(1) J. LUCIO D'AZEVEDO, *op. cit.*, p. 261.

A BANDEIRA DE GABRIEL SOARES

Vimo-lo na Europa desde 1594, a pleitear a concessão, para refôrço da qual, sem dúvida, escreveu — minucioso e admiravel “roteiro do Brasil” — o seu livro sobre a geografia e a colonização da America portuguesa. A base dos seus planos era o itinerario descrito por João Coelho de Souza. Obteve o título de “capitão-mór e governador da conquista e descobrimento do rio de S. Francisco”, com inteira autonomia para nomear os officiaes administrativos no seu distrito, duzentos índios frecheiros que o governador geral lhe daria, para quatro cunhados e dous primos (1) o hábito de Cristo com 50\$000, e mais doze habitos para os capitães que o acompanhassem, autorização para outorgar o fôro de cavaleiro fidalgo a cem pessôas... Tais vantagens, e a obsessão do S. Francisco, claramente revelam o intuito secreto de Gabriel Soares, que era achar as nascentes do rio onde — no paralelo das minas do Perú — lhe parecia deverem estar as jazidas lendárias do “Dorado”. Pois o S. Francisco não corria do sertão para a costa? Quem poderia supôr que o seu curso soffria a brusca inflexão do “cotovêlo” de Bom Jesus da Lapa, vindo de sul a norte, e, de repente, mudando para oeste-leste? Até o fim do seculo seguinte os mapas continuariam a figura-lo como uma rêta, originária da lagôa central, possivelmente matriz também do Prata e do Amazonas... Quem se chegasse a ela — pensava-se a esse tempo — toparia com os centros da riqueza incásica... Mas os jesuitas não acre-

(1) Dos quatro cunhados conhecemos Paulo de Argollo e dous genros de Rodrigo de Argollo. Vd. JABOATÃO, *Cat. Gen.*, p. 180. Os parentes do autor do Roteiro que lhe cumpriram a vontade testamentária podem ser identificados a p. 178 e segs. do dito *Catalogo Genealógico*. O Regimento de Gabriel Soares é de Madrid, 13 de Dezembro de 1590, e está no *Livr. das Provisões*, ms. no Arq. Hist. Colonial. Lisboa.

ditavam: "pretexto para tomar e saltar índios". Partiu Gabriel Soares de Lisbôa juntamente com D. Francisco de Souza, mas n'outro navio, a urca flamenca "Grifo-Dourado", em 7 de Abril de 1591. Com êle vinham uns 360 homens, entre os quais quatro carmelitas. Foi, porém, infeliz na sua navegação. Na altura do Vasa-Barris naufragou a urca, recebendo os viajantes auxílio pronto da gente de Sergipe, que lhes permitiu chegar à Baía por terra. A's suas cinco companhias deu por capitães Ruy Boto de Souza, Pedro da Cunha de Andrade, o sobrinho do bispo, Gregorio Pinheiro, Lourenço Varela e João Peres Galego. Fez mestre de campo a Julião da Costa e sargento mór a Julião Coelho. João Homem, o bastardo de Garcia d'Avila, e Francisco Zorrilha, filho do alcaide-mór do mar, substituíram em Jaguaripe, Pero da Cunha e Gregorio Pinheiro, que se recusaram a seguir... (1) Capelães, eram o conego Jácome de Queiroz e o padre Manoel Alvares. (2).

O prático das minas devia ser Marcos Ferreira, a quem a tradição atribue o papel de agente de ligação, entre a aventura de Gabriel Soares e a obscura "entrada" de Belchior Dias Moréa.

O coronel Pedro Barbosa Leal, que, em 1726, colleheu informações e conjecturas sobre a grande viagem, diz que o seu ponto de partida foi o engenho de Jaguaripe, em direção ao rio das Contas, daí inflectindo para o Paraguassú, rumo da serra do Orobó e morro do Chapéo. Tres casas-fortes marcaram-lhe o trajecto: na

(1) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 351.

Vd. nossa *Hist. das Bandeiras Baianas* p. 52.

Do codice de D. Francisco de Souza, pbl. por R. Garcia, nota a Varnhagen, II, 151: "... en el año de 1591 fue con el dicho D. Francisco Gabriel Soares el qual por dízere que sabia donde havia Minas llevaba jurisdizion ysenta del Governador".

(2) O conego Jácome era filho do sertanista Manoel Ramalho, *Den. da Bata*, p. 399, e o P. Manoel Alvares, diz frei Vicente que foi depois vigario do Socôrro no reconcavo. Porque não levava missionarios, diz o P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, II, 179.

ponta da serra do Guairirú, defronte do sítio onde se ergueu depois a vila de João Amaro, e ao sopé da serra do Orobó, vista por Pedro Garcia Falcão, que “estivera sentado sobre uma peça de campanha conduzida por Gabriel Soares”. Frei Vicente do Salvador, mais de se seguir nêste entrêcho por ser contemporâneo, e o ouvir talvez de companheiros de Gabriel Soares, confirma a fortificação da serra do Quarerú (sic), dizendo que aí “fizeram os mineiros fundição de pedra” “e se tirou prata”; mas para acrescentar que cinquenta legoas adiante, onde nasce o Paraguassú, de umas febres adoeceram muitos, entre êles o mesmo Soares, que faleceu, por sinal em “logar, pouco mais ou menos, onde seu irmão havia falecido” (1). Barbosa Leal, que não conheceu o relato do frade, comete o erro de afirmar que a expedição se dispersou ou foi aniquilada. Ao contrário disto, mandou o governador que se recolhesse à cidade, sendo em Cachoeira recebida com generosas atenções por Diogo Lopes Ulhôa nos seus engenhos; e, aberto em 10 de Julho de 1592 o testamento de Gabriel Soares, lhe deu cumprimento cabal seu sobrinho “afim” Bernardo Ribeiro, indo transportar-lhe os restos mortais para o mosteiro de S. Bento. Ainda hoje, quem penetrar a sacristia da igreja abacial lá encontrará a lápide com a inscrição penitente que êle tanto recomendou: “Aqui jaz um pecador”.

O sacrifício foi, porém, e antes de tudo, um fracasso.

Não houve minas descobertas, nem as nascentes do S. Francisco, nem vestígios da civilização primitiva que se escamava de puro ouro à beira do seu lago fantástico...

Desvaneceu-se em muitos espíritos a mania dos descobrimentos miríficos. Apenas D. Francisco de Sou-

(1) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 352, e doc cit. por R. Garcia, nota a Varnha-gen, II, 91.

za continuou a acreditar nêles. O caso de Gabriel Soares não o dissuadiu. Ministrou-lhe, em vez disto, uma lição : para pedir à côrte de Madrid, em 1608, idênticas regalias e isenções, afim de governar, independentemente da centralizante administração da Baía, os distritos onde houvesse o rico metal.

RONDA DE CORSARIOS

A edificação dos fortins correspondia a uma urgente, indispensavel medida de defêsa. Fenton e Withrington dêram o sinal da ronda permanente de corsarios, praga que infestou as águas do Brasil de 1583 ao meado do seculo seguinte. Inglêses e francêses. Todos inimigos de Sua Majestade Católica, e em represalias sistematicas : a mais importante seria o ataque de Drake a Portugal, em Maio de 1589. Em 1591, appareceu em Santos, Tomas Cavendish. Os moradores, por ser Natal, estavam na igreja. Os piratas tomaram de surpresa a vila, saquearam vários engenhos no caminho de S. Vicente e só se retiraram ao cabo de dous mêses de devastações e pilhagem. Voltaram no ano seguinte, e foram rechassados, com a ajuda da gente do planalto, perecendo três capitães e muitos tripulantes. No Espírito Santo não lograram melhor successo. Foi nessa viagem de retôrno que morreu Cavendish no mar. (1) Um dos companheiros do grande nauta, Anthony Knivet, ficou no Brasil. Sabemos por êle que havia abundante ouro amodado em Santos. (2) Aí aprisionado, tomou-o a seu serviço Martim de Sá, filho do gover-

(1) GARCIA, nota a Varnhagen, II, 99; AFRONSO TAUNAY, *S. Paulo nos Primeiros Anos*, p. 86. A noticia dos estragos feitos pelos corsarios na costa do Brasil apressou a construção do forte de Buenos-Aires, E. de GANDIA, *Hist. de la Nacion Arg.* III, 324.

(2) Vd. P. SERAPIM LEITE, *Hist. da Comp.*, I, 265. O produto do saque ascendeu a 100 mil cruzados, segundo o P. Tolosa.

nador Salvador Corrêa, e o levou na sua "bandeira" pelo vale do Paraíba até à Mantiqueira (1).

Em 1595, outro saxão, James Lancaster, juntamente com o pirata Venner, ao todo com sete navios, entrou em Recife, cujos habitantes se retiraram para Olinda, e durante um mez roubou a povoação e carregou os seus, e outros barcos ao mesmo tempo apresados, de maneira a safar-se com grossos havêres. Peor seria se os defensôres do istmo lhes tivessem franqueado o caminho de sua vila nobre. Atacados por uma fôrça de 275 inglêses e francêses, conseguiram desbaratá-la, matando e prendendo numerosos inimigos. Entre os mortos figuraram o imediato Edmond Burke, o chefe Jean Noyer, os capitães Gotton, Baker e Rochel... Impossibilitado de ampliar a zona explorada, Lancaster se contentou com a prêsa arrecadada no porto.

Menos felizes foram os francêses que, vindos d'Africa, com doença a bordo, se entregaram na Baía, e o "Pain de Mil", da mesma nação, capturado em Sergipe com cento e dezeseis companheiros. Não seguiu o "Pain de Mil" o alvitre do parceiro que, exausto e sem mais poder navegar, se confiou na Baía à tolerancia do governador. Pretendeu tentar a sorte no rio Real, e, ao desembarcar, foi tomado pelo capitão Diogo de Quadros e muitos moradores, que o trouxeram à capital com todos os comparsas. Dezoito dias depois, sofreram aí suplício na fôrça. Sobretudo irritou a gente baiana o caso de Santo Antonio de Argoim. De passagem por esta fortaleza africana, tinham-se êles apoderado da imagem do orago e, na travessia, calvinistas que eram, muito a ultrajaram e flagelaram, acabando por deitá-la ao mar proximamente à Baía. Pescada na praia, pelos índios das Aldeias dos jesuitas, objeto de

(1) A. TAUNAY, *Anais do Museu Paulista*, VI, 71.

veneração do povo, foi o Santo transferido processionalmente da Ajuda para S. Francisco, toda gente a bradar que fôra milagre, pois o padroeiro injuriado como que trouxera os algozes à prisão, Atlantico em fóra... (1) A magnanimidade de D. Francisco de Souza revelou-se quanto aos francêses que se entregaram, pôstos em liberdade alí mesmo.

Em Ilhéos, porém, outro assalto foi então repellido, graças à bravura dos residentès, guiados pelo mamaluco André Fernandes, de alcunha o Catucadas. Não lograram firmar-se na terra. Aliás os seus sitios predilétos de aguada e comércio continuavam a ser ao norte da Paraíba, cuja ocupação, débil e insegura, ainda não dera para estender o domínio português à costa nor-nordéste. A maior proeza da colonização a este tempo consistiu, nessa expansão necessária, imposta pela presença dos francêses como todos os movimentos em direção ao norte de Olinda, desde a época heróica de Duarte Coelho e seus filhos.

A MIRAGEM DO OURO

Manoel Mascarenhas foi à Baía cientificar o governador dos felizes sucessos do Rio Grande do Norte. Como que esperava por êles D. Francisco, para realizar a viagem apeteçada às capitânias do sul, donde chegavam então noticias certas de minas de ouro — sonho que mais o preocupava e perseguia.

Essas novas giravam à roda dos descobrimentos e explorações de Afonso Sardinha o moço.

(1) Alem de Jaboatão e fr. Agostinho de Santa Maria, leia-se Gaspar Afonso, *Relação da viagem e successo da não S. Francisco etc.*, na *Historia Tragico-maritima*, 2.ª edição de 1736. Os jesuitas entregaram festivamente a imagem aos franciscanos, P. SERAFIM LEITE *op. cit.*, II, 507.

Note-se que em 1594 os francêses apresaram o navio espanhol, de Fernando de Vargas, na altura da Baía, E. DE GANDIA, *Hist. de la Nacion Argentina*, III, 324.

É de opinião Pedro Taques que as minas de Jaraguá, Ivituruna (Parnaíba), Biracoiaba (Sorocaba) datam de 1597. A entrada de Sardinha em 1593, porém, tinha já por objetivo “irem tirar ouro e outros metais...” (1) Mamaluco, filho do mercador seu homônimo que era o mais rico sujeito de S. Vicente e S. Paulo no último quartel do século, caçador de índios e curioso de metais, em 1591 construiu Afonso Sardinha dois fornos catalães no Ipanema — um dos quais cederia a D. Francisco de Souza, que fundou nas cercanias a povoação de S. Felipe. (2) O seu testamento, em 1604, refere-se a 80 mil cruzados em ouro em pó. Proviriam dos filões de Jaraguá? Pela importância que o governador geral ligou ao assunto devemos crer nessa origem da fortuna do bandeirante.

Fez-se D. Francisco acompanhar do desembargador Custódio de Figueiredo, do secretário de Estado Pedro Taques (3), de oficiais de seu serviço, um engenheiro alemão, Geraldo, e um mineiro da mesma nacionalidade, Jaques (4). Outro documento aumenta-lhe a comitiva: um mineiro com 500 cruzados de ordenado cada ano, dois fundidores com 100 mil-reis, o mestre Cristovão lapidador de esmeraldas com 400 cruzados, um mestre de adubar perolas com igual remuneração, e um ferreiro com 100 mil réis (5).

(1) *Atas da Câmara Municipal de S. Paulo*, II, 47.

(2) CARVALHO FRANCO, *Os companheiros de D. Francisco de Souza*, memória premiada pela Sociedade Capistrano de Abreu, p. 24.

(3) PEDRO TAQUES, *Nobiliarquia*, ed. Taunay, p. 65.

(4) VARNHAGEN, *op. cit.*, II, 56.

(5) Cap. Severino Sombra, ms. na Bibl. da Ajuda, *Revista Numismática*, comem. do 1.º Congr. de Numism. Bras., S. Paulo, 1936, p. 50.

Pedro Taques fala em Geraldo Betink e Jaques de Oalte, *Revista do Inst. Hist.*, vol. 64, 1.ª, 7. O mineiro, cf. AFONSO TAUNAY, *História das Bandeiras Paulistas* 1, 173, S. Paulo 1924, chamava-se Cornelio de Arção, patriarca da família bandeirante deste apelido.

Baccio de Filicaya, engenheiro florentino, acompanhava o governador, doc. in GARCIA, nota a Varnhagen, *op. cit.*, II, 101.

Sobre os demais “companheiros de D. Francisco de Souza”, CARVALHO FRANCO, *memória citada*.

Pretendia, pois, reconhecer por seus peritos e experimentar diretamente as minas, em cujas esperanças viveu afinal, depois de 1598, o resto de uma existência contraditória: de muito querer, e a empobrecer-se cada vez mais...

Partiu em Outubro. Na Baía ficou por governador interino Alvaro de Carvalho. Era capitão animoso e diligente. Defendeu a cidade nos difíceis momentos que lhe trouxe a primeira armada flamenga, na antevespera do Natal de 1599. A viagem de D. Francisco teve os benevolos aspectos d'uma inspecção da costa e suas condições, como na época de Tomé de Souza e Mem de Sá. Viu as capitânicas em que tinha de escalar. Como o seu antecessor de 1551, acoroçoou-lhes a vida administrativa, mandou sertanistas e os seus índios ao descobrimento de esmeraldas e ouro, remediou males velhos e distribuiu justiça oportuna. A visita de tão alto personagem representava, para as vilas isoladas, quando se temia o corsário hereje e o aimoré, a vigilância do Estado, a continuidade histórica, o sentimento da comunidade política, d'outra forma esbatido, na envolvente barbárie dos núcleos solitarios e rústicos...

Antes, porém, de descrever a ação de D. Francisco em S. Paulo, é preciso sumariar a evolução das capitânicas, a exemplo do que fizemos a proposito da "viagem providencial" de Tomé de Souza.

Como se tinham desenvolvido até 1599 as esparsas vilas, de Olinda a S. Vicente?

O BRASIL DE 1600

PERNAMBUCO

A prosperidade de Pernambuco correspondêra aos anhelos de Jorge de Albuquerque e de sua mãe a governadôra D. Brites, cuja longevidade lhe permitiu ver, depois das guerras do ano de 60, dos triunfos do irmão, dos filhos e dos sobrinhos mamalucos, a quiétação florescente dos anos pacíficos que sucedera ao castigo dos índios do Cabo e da Paraíba.

Em 5 de Março de 1577 retirára-se Jorge de Albuquerque para Lisbôa. Daí por diante, governaram a capitânia prepostos do donatário: Jerônimo de Albuquerque, seu tio, D. Cristovão de Melo, sôgro de dous filhos dêste, o licenciado Simão Rodrigues Cardoso, também ouvidor (1580-92), D. Felipe de Moura (1593-95), primo de Jorge de Albuquerque, Pedro Homem de Castro, seu sobrinho, (1596) e Manoel Mascarenhas Homem, tão notável pela conquista do Rio Grande do Norte. (1).

Olinda crescêra, como a Baía.

Na sua dominante e bela situação, "com bôa casaria de cal, tijolo e telha, fazendo emergir da verdura do arvoredos os mirantes dos sobrados e as torres das igrejas" (2) era das mais vistosas da America. As ruas Nova, do Rocha, ladeira da Matriz, rua de Santo An-

(1) GARCIA, nota a Varnhagen, V. 311.

(2) GARCIA, *Denúncias de Pernambuco*, p. IX, S. Paulo, 1929.

tonio, de S. Pedro, da Cruz, do Salvador, de João Eanes, de João Afonso, várias outras, traíam a animação exultante das vilas ricas. Duas freguezias, do Salvador e de S. Pedro Mártir, com as suas igrejas, diziam do aumento de população; e de sua fartura falavam o mosteiro de S. Bento, os conventos de S. Francisco e do Carmo, o colégio dos jesuitas, a Mizericordia... Incluíam-se no termo de Olinda “o Recife, com a freguezia do Corpo Santo e sua matriz; a três legoas, a Varzea do Capibaribe, com a freguezia de Nossa Senhora do Rosario e sua igreja. Fóra do termo havia a freguezia dos Santos Oósme e Damião de Iguarassú; de S. Lourenço com a capela anexa de S. Miguel em Camaragibe; de Santo Amaro com as capelas de Nossa Senhora das Candêas e Nossa Senhora da Graça; de Santo Antonio, no Cabo de Santo Agostinho, com as capelas de São João e Nossa Senhora da Anunciação; e de S. Miguel de Ipojuca, com a capela de Santa Luzia”. (1).

Dous fortes defendiam Recife — porto das náos, “assim de toda a costa como da Angola e do Reino”(2), burguês e marítimo, como já era ao tempo de Duarte Coelho.

O açúcar cometêra aquele prodigio: da irradiação, do acúmulo de riqueza na capitânia onde valiam os engenhos como vilas prosperas, a darmos crédito na descrição de Gabriel Soares, de Fernão Cardim... Terra de potentados. “Homens grossos de 40, 50 e 80 mil cruzados de seu”. Com cavalos de preço, trajos fidalgos, ostentação algo desvairada, muito orgulho de sua condição senhorial... 66 engenhos em 1584. 200 mil arrobas de produto exportado cada ano. Uma população de menos de 8 mil brancos. Eis a fôrça dessa capitânia bemfadada. Tivéra substância para cooperar

(1) GARCIA, *op. cit.*, p. X.

(2) Doc. in P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, 1, 488.

tão intensamente nas duas conquistas, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. No começo do século XVII disputou por isso à Baía a dignidade de sede do governo geral, pela preferencia que lhe dêram os sucessores de D. Francisco de Souza. A abastança rural não lhe abateu, mercê das lutas contínuas, a fibra combativa de seus capitães. Rechassando os companheiros de Lancaster no istmo de Olinda, antecipavam a epopéa do Arraial de Bom Jesus. A aristocracia açucareira envelhecia de armas na mão. O caso do velho Jerônimo de Albuquerque exprimia uma predisposição coletiva. A facilidade com que um opulento senhor de engenho, como João Paes Barreto, deixava as suas oito fábricas para tripular um barco da guerra do Rio Grande do Norte, indicava que o espírito de aventura, da fase heróica de Vasco Fernandes de Lucena e dos filhos de Duarte Coelho, longe de neutralizar-se na fortuna, ganhára uns tons de feudalismo façanhudo. É o ciclo militar-econômico de Olinda, destinado a iluminar-se de gloria durante a invasão holandêsa, e que se não desvirtuaria nas suas linhas de organização de casta, de autoridade patriarcal, até 1710. Mais em 1599, os engenhos das margens do Capibaribe pareceriam castelos, com aquele ar de casa-forte, pezado e nobre, do solar de Megaípe, de tantas outras construções que sucederam imediatamente ao período das palissadas tobajaras e dos fortins, apontados por frei Vicente do Salvador.

ILHÉOS

A capitânia de Ilhéos regrediu, mal defendida dos aimorês e despovoada dos moradores, atraídos pelo sertão de Porto Seguro ou, de medo aos tapuias, em mudança para a Baía.

(1) Frei VICENTE, *Hist. do Bras.*, p. 220.

O desconsôlo que o padre, autor da “descrição da fazenda do colégio de Santo Antão no Brasil”, afêta e acentúa, relativamente à decadencia do engenho que allí herdaram, seria a linguagem dos primitivos “sesmeiros” : “Deu este engenho em tempos antigos muito rendimento ; acham-se livros antigos e nêles muitas safras de 12 a 14 mil arrobas de açúcar em tempo de Mem de Sá. Depois se desfabricou per razão dos aimorês que empestaram aquella vila dos Ilhéos, e puzeram fogo ao dito engenho, em razão dos ditos se não tornou a reedificar em forma competente. . .” (1) Dos jesuitas se sabe que, em 1581, os índios atacaram a vila. Os brancos, levando uma reliquia de S. Jorge, desta vez os repeliram. (2) Salvaram a povoação mas não limpam os campos, que êles infestavam, próximos, terríveis, às correrias desde o Espírito Santo até perto da capital da colonia. Em 1597 outra calamidade completou o infortunio da vila : o assalto dos piratas, que a roubaram, sem poupar igrejas, que foram desmanteladas, imagens e objéto do culto, profanados e conspurcados, os próprios sinos, arrancados. . . (3) Coincidiu com essa catastrophe o deslocamento dos aimorês para as redondezas de Cachoeira e Jaguaripe — ao tempo em que Manuel Mascarenhas se achava na Baía com D. Francisco de Souza. (4) Dir-se-ia que a resistencia de S. Jorge dos Ilhéos lá os retivêra até então ; e agora, sem mais o que depredar, se deixavam, atraír ferôzes, pelas riquezas do reconcavo. . . Verêmos como se aquiêtam.

O “Livro que dá rezão do Estado do Brasil” (1612) assim descreve a capitânia de Ilhéos : “. . . e posto que hoje está desbaratada e pobre esta capitânia, a respeito

(1) *An. do Museu Paulista*, IV, 728.

(2) P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, I, 192.

(3) O P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, verifica que êsse assalto não foi narrado pelos crônistas, não sendo o que o Catucadas rechassou em 1595. Seguramente os piratas eram francêses.

(4) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 378.

da guerra passada pelos aimorés, e de haver sido saqueada pelos francêses, todavia anda na classe das melhores do Brasil, pelo sítio e bondade das terras que tem, águas, madeiras, notáveis canaviais de 60 anos e copia grande de frutas do mato... finalmente é tão fértil que os moradores no tempo da guerra, recolhidos na povoação, entre as casas plantavam mantimentos.” “Em toda esta capitânia móem só cinco engenhos, os quais fazem açúcar com pouco rendimento, a respeito da falta de escravos ou de índios, que ajudem êstes moradores que em número serão até 250... Têm ouvidor e capitão postos pelo donatário. Têm os padres da Companhia na vila uma residencia de 2 religiosos, os quais têm a cargo os gentíos daquele distrito; no Camamú têm os ditos padres legoas da costa em que têm um engenho...” Em 1611 compareceram na vila 107 homens brancos a quem o governador mandou dar armas com que se defendessem. Protegiam-se com um fortim que montava dous falcões, e uma trincheira com quatro peças antigas de bronze... O decréscimo refletia-se na receita fiscal. Os dízimos de Ilhéos, em 1611, não passaram de 650 cruzados... (1)

O donatário Francisco de Sá de Menezes, pelo casamento com D. Maria Giraldes, filha de Francisco Giraldes, viu-se chamado a juizo pelos credores. D. Julieta de Souza sua prima, casada com D. João de Castro e filha de Nicoláo Giraldes, obteve del-rei Alvará (27 de Outubro de 1615) para que se mandasse a leilão a capitânia: deu 9.360 cruzados. Anulado o primeiro, segundo leilão, em 4 de Julho de 1619, apurou 17 mil cruzados. Foi então adjudicada a D. Helena de Souza, filha de D. Julieta, assim 5.^a donatária de Ilhéos. (2)

(1) *Livro que dá rezam do Estado*, cit. também por B. DO AMARAL, nota a Accioli, 1, 429.

(2) BRAZ DO AMARAL, nota a Accioli, 1, 396. A capitania passou afinal para a corôa, por compra a D. Antonio José de Castro, 8.^o donatário, que teve por isso o título de conde de Rezende a 10 de Junho de 1754, e mais o de Almirante do Reino e 5 mil cruzados de renda.

PORTO SEGURO

O descoroçoamento em Porto Seguro lembrava a situação a que os índios reduziram Ilhéos: “Deste rio das Caravelas até a povoação de Porto Seguro ha muitos outros rios, baías, enseadas e portos, todos despovoados com páo brasil, madeiras para engenhos, águas e logares em que já os houve e se perderam com a guerra dos aimorés e hoje (1612) podem, em virtude da paz assegurada que gozam, tornar a refazerem-se...” “Apenas na vila de Porto Seguro ha cem moradores brancos e as mais das casas estão postas em terra...” Um engenho de açúcar em Tobatinga, estaleiros onde se faziam barcos com as suas madeiras excelentes (“não tantos como em outro tempo em que, carregadas de suas cousas da terra e alí feitas, tratavam em Angola e no Reino”), sobretudo páo brasil, ainda constituíam uma riqueza ponderavel, dessa terra primogenita da colônia; e a despeito da penuria em que vivia, dava 2 mil cruzados de rendimento em 1610.

Uma fatalidade, de que se não forraria nunca Porto Seguro, condenára-a a vegetar, sem núcleos estáveis de povoamento, quando, por toda parte, o Brasil aumentava. Em breve as farinhas de suas roças, a madeira de lei de suas matas de beira-mar e o páo de tinturaria, monopólio e contrato da corôa, suplantaram aí outras atividades mais consideráveis. Como que as terras, donde se extraía o lenho côr de braza, estavam destinadas à esterilidade e ao abandono. Trezentos anos de côrte de arvores não pudéram restituir a Porto Seguro a animação do seu período inicial — na década de 1560.

Governava a capitânia, por seu donatário, em 1591, Gaspar Curado. Acusado pelos jesuitas de dificultar a cataquése, embaraçando-lhes as missões, o provincial

Marçal Beliarte o denunciou ao Santo Ofício e foi, por ordem dêste, depô-lo em Porto Seguro. Mas o réo se defendeu bem e pelo Inquisidor foi reposto no cargo (1). Tal decepção aconselhou os missionários a extinguir a residência de Porto Seguro, o que não fizeram até 1602 por ter opinado contrariamente o Geral em Roma, que não gostava da supressão de casas onde cada vez era maior a tarefa apostolica. Naquele ano o P. Pero Rodrigues informava ao Geral que os moradores não passavam de 30, os aimorés infestavam a terra, e havia suma conveniencia em sairem dali... O capitão, para obstar à partida dos últimos habitantes, "não tem outro remedio senão tomar-lhes as velas e impedir a fuga..." A residencia foi assim cancelada. Restabeleceram-na em 1621. Em 1610 resistiu a vila a um tremendo assédio dos índios. Magra e mesquinha vida, a do burgo que outrora fôra dos mais esperançosos e prosperos da costa! (2).

ESPIRITO SANTO

A capitania do Espírito Santo, ao contrário, resurgira das antigas desventuras de Vasco Fernandes abastada e em ordem, como a viu o padre Fernão Cardim: "Tem seis engenhos de açúcar e muitas madeiras de cedros e páos de balsamô, que são arvores altissimas... A vila é de Nossa Senhora da Vitória: terá mais de 150 vizinhos, com seu vigário. Está mal situada em uma ilha cercada de grandes montes e serras... Os padres têm uma casa bem acomodada com sete cubiculos e uma igreja nova e capaz. A cêrca é cheia de muitas la-

(1) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 204. Uma "Informação", de 1573, dava para Porto Seguro 78 vizinhos e 500 escravos. A vila de Santo Amaro tinha 36 vizinhos e 250 escravos, *ibid.*

(2) Sobre o sucessão dos duques de Aveiro, e afinal adjudicação da capitania á corôa em 1759, B. DO AMARAL, nota a Accioli, I, 398-9.

ranjeiras, limeiras dôces, cidreiras, acajús e outras frutas da terra, com todo gênero de hortaliças de Portugal. Vivem os nossos desmolas e são muito bem providos. . .” (1) O filho do primeiro donatário cujo cunhado era ouvidor nas Índias de Castela, a êsse tempo desfrutava bôa fortuna, a crêmos nos emissários do bispo de Tucuman, e contrariamente ao que informa frei Vicente do Salvador. Por sua morte continuara a governar a viuva D. Luiza Grinalda, cujo adjunto era o capitão Miguel de Azeredo (2). Opuzeram eficiente resistencia a Cavendish, em 1591: o corsario perdeu uns 40 homens e retirou “com as mãos nos cabelos”, segundo a palavra pitoresca do P. Pero Rodrigues. Teve de queimar um de seus navios por falta de equipagem (3). Miguel de Azeredo, em nome da governadora, exerceu o mando até 1620. (4).

O principal núcleo então das atividades religiosas era a aldeira de Reritiba, escolhida pelo padre José de Anchieta para terminar aí os seus dias, entre catecúmenos e missionários. O taumaturgo compôz para os seus índios, dessa e de outras aldeias do Espírito Santo, “autos” de louvôr à virtude e exaltação da fé, na língua tupí cujas regras definira. Creou uma literatura e um teatro indigena, na simplicidade do seu apostolado. E grangeou a fama de santidade em que morreu, em 1597.

O senhorio transmitiu-se a Francisco de Aguiar Coutinho, que, segundo o cronista, afirmara a el-rei bastar para sua defesa o convento de Nossa Senhora da Penha. (5)

(1) *Tratados*, p. 344. Sobre as aldeias do Espírito Santo, P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 230.

(2) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 219. Vasco, o 2.º, faleceu em 1589. A viuva retirou-se em 1593 para o reino, GARCIA, VARNHAGEN, V, 374.

(3) P. João Vicente Yate, cf. P. SERAFIM LEITE, *ibid.*

(4) O 4.º donatário foi Francisco de Aguiar Coutinho (1620). Sucedeu-lhe Ambrosio de Aguiar Coutinho (1646), último da família do primeiro capitão-mór.

(5) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 97.

Bom auxílio lhe deu D. Francisco de Souza em transito para S. Paulo. Mandou pesquisar e ensaiou os metais da "serra de mestre Alvaro", "de que se tirou alguma prata"; "mandou que fossem às esmeraldas, a que já da Baía havia mandado por Diogo Martins Cão"; (1) "fez um forte pequeno de pedra e cal em que poz duas peças de artilharia para defender a entrada da vila, e feito isto se partiu para o Rio de Janeiro. . ." (2)

RIO DE JANEIRO

A conquista pelas armas reais limpava a terra de estrangeiros: mas podia importar na renuncia dos donatários. Foi o caso do Rio de Janeiro. Entrava na demarcação de Martim Afonso de Souza. Mas tomada aos francêses e tamôios por Estacio e Mem de Sá, com uma cidade por sede da administração que aqui instalou o venerando governador, passou logo a constituir capitânia da corôa. Com a categoria de representante del-rei a quem pertencia ela, foi que Mem de Sá distribuiu, em 1567-68, os cargos de governo e justiça: ouvidor da Câmara (Cristovão Monteiro, em 9 de Março de 67), almoxarife real (Rui Gonçalves), medidor das terras (Mestre Vasco), alcaide, juiz de orfãos, provedor da fazenda, escrivães. . . Seu sobrinho Salvador Corrêa de Sá continuou como capitão-mór por delegação que nêle fez. (4 de Março de 68). Já era morto Mem de Sá quando — em 31 de Outubro de 71 — foi nomeado para substitui-lo Cristovão de Barros. Deu este de sesmaria

(1) Sobre Diogo Martins Cão, GARCIA, nota a Varnhagen, II, 104; nosa *Hist. das Bandeiras Baianas*, p. 44; *Denunciações da Baía*, p. 373, PEDRO TAQUES, *Nobiltarquia*, p. 237. Percorreu o sertão do Espírito Santo sem descobrir as esmeraldas. Pediu um terreno na cidade da Baía em 23 de Setembro de 1598. Provavelmente estava então de volta de sua expedição: foi o governador interino, Alvaro de Carvalho, que lhe deferiu o requerimento,

(2) Frei VICENTE, *Hist. do Bras.*, p. 380,

a Manoel de Brito os chãos mais tarde (1590) ocupados pelo mosteiro de S. Bento. Empenhou-se sobretudo em reforçar as defêsas da cidade. Não demorou no posto. Vimos que o desembargador Antonio de Salema o recebeu (carta regia de 10 de Dezembro de 72) como uma subdivisão política do Estado do Brail, a que correspondeu, em seguida, o desmembramento da jurisdição eclesiastica. Tornou-se o Rio de Janeiro cabeça da "parte do sul", enquanto velaria a Baía pela "reparição do norte". Determinavam-lhe o destino de centro virtual do país. Iam depender dêle S. Vicente, S. Paulo, Santa Catarina, o vale do Paraíba até o antigo domínio de Pero de Góes. A natureza como que indicára e impuzera ao colonizador a capital definitiva: principalmente interessava à navegação com o Rio da Prata.

Os limites dados à capitânia não passavam entretanto de Macaé ao norte e Ubatuba ao sul. Jurisdicionava a Camara numa extensão de oito legoas entre o morro do Castelo e a barra de Guaratiba (1).

Saindo Antonio Salema, voltou ao govêrno Salvador Corrêa que o exerceu de Fevereiro de 78 até 1597. Em 1580 vida nova levaram à cidade os primeiros religiosos regulares que aí se estabeleciam depois dos jesuitas: os carmelitas observantes. Como na Baía e em Pernambuco, aproveitavam o ambiente de animosidade que a defêsa dos índios, a lutar pelos bons costumes creara para a Companhia (2). Em 1583 concluiu-se a igreja dos padres da Companhia, com honras de Sé da prelazia independente. Em 1589 chegavam os beneditinos enviados da Baía (3) bem acolhidos e festejados dos moradores. Não se imagine, porém, que fossem êstes numerosos, e os ares de capital do sul que se

(1) MAX FLEIUS, *Hist. da cidade do Rio de Janeiro*, p. 59.

(2) Sobre indisposições entre Salema e os padres, P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, I, 406.

(3) VIEIRA FAZENDA, *Antiquilhas, Revista do Inst. Hist.*, vol. 142, p. 79.

atribuia ao Rio sinal de muitos aumentos. A população orçava em 150 almas sòmente. Na sua maioria fixara-se no môro, de mêdo às surpresas do campo à volta, mal seguro, senão fertil em correrias de índios bravios. A varzea abaixo daqueles muros, a rua da Praia que se chamaria da Mizericordia em lembrança da que fundou Anchieta por esse tempo, apiedado das enfermidades que infestaram a armada de Flores Valdés, o caminho até o morro de S. Bento, seriam então suburbios da cidade alta e emparedada. Por onde se estende a rua Uruguaiana, havia um valo, em comunicação com o lagamar ou “boqueirão”, dito do Passeio pelo que aí se construiu no fim do seculo XVIII. O morro de Santo Antonio devido ao convento dos franciscanos, dominava uma rampa que serviu de cemitério de escravos e a baixada pantanosa. Como eram mais tranquilos os trajetos do mar, nas ilhas e beirando a água é que as plantações e os engenhos floresciam. Havia três em 1580. Parece que o melhor era de Cristovão de Barros. Salvador Corrêa possuia a ilha que, por isso, se chamou “do Governador”: aí montou engenho grande.

Administrou vinte anos, pela confiança que mereceu à Espanha, defendendo com prudência a terra. O P. Tolosa, falando da incursão de Cavendish em Santos, dizia em 11 de Maio de 1592: “mas já não os temem, porque em todas as partes estão com cêrcas e postos em armas, esperando por êles. Especialmente os do Rio de Janeiro, que têm fama de grandes soldados. E o governador Salvador Corrêa, mui animoso e bom capitão” (1). Em 1582 — estando êle no sertão com a maioria dos habitantes — sua mulher D. Inêz de Souza com as mulheres do Rio de Janeiro afugentou três náos francêsas, fingindo, na praia, que era um exerci-

(1) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 407.

to... (1) Essa façanha³ revela outro aspecto do govêrno de Salvador Corrêa: o sentido sertanista. Com Martim e Gonçalo de Sá, seus filhos, ampliou a conquista pelas montanhas adjacentes e através do vale do Paraíba, de maneira a não deixar núcleos de índios hostís entre S. Vicente e a Guanabara. Não sabemos quantas expedições pessoalmente dirigiu. A exemplo da de 1582, guiou muitas outras. A de 1590, comandada por um dos filhos do governador, se referem os documentos jesuíticos: salvaram-na os padres. (2). KNIVET, prisioneiro em Santos, varou os sertões do Paraíba em companhia de Martim de Sá. (3) "Parece fóra de dúvida que (em 1597) venceu a serra marítima pela via de Paratí a Cunha, atravessando o Paraíba entre S. José do Paraíba, hoje dos Campos, e o ponto onde mais tarde se levantou Pindamonhangaba, subindo a Mantiqueira até atingir o rio Verde" (4). Seria o trajéto habitual dos portugueses atraídos pelas Minas Gerais ao raiar o século XVIII: a linha Paratí-Cunha foi como a antitesse da linha Santos-S. Paulo. Esta, paulista; aquela, "emboaba". Santos: porta do Brasil mamaluco do planalto — pastoril e bandeirante; Paratí: entrada do Brasil lusitano do ciclo aurífero — mercantil e mineiro... Viria isto com a emoção dos "descobertos" de 1694: pertence a uma época perfeitamente distinta da fase heroica das corridas ao gentio, do desbravamento do sertão ignoto, ao tempo de Martim de Sá.

O capitão Francisco de Mendonça foi quem acolheu no Rio de Janeiro o governador itinerante. Chegára em boa hora: "achou tantos pleitos civéis iniciados,

(1) Frel VICENTE, *Hist. do Bras.*, p. 268.

(2) P. SERAFIM LEITE, *ibid.*, p. 407.

(3) Vd. TEODORO SAMPAIO, *Peregrinações de Antonio Knivet, Rev. do Inst. Hist.*, tomo especial, 1914, ps. 345-90.

(4) A, TAUNAY, in *Jornal do Comércio*, (Rio), 30 de Out. de 1938.

que pera os haver de julgarlhe fôra necessário deter-se ali muito tempo : pelo que mandou chamar o ouvidor geral Gaspar de Figueiredo Homem, que se havia casado em Pernambuco, pera o deixar ali". Esperou pelo magistrado. Ele não proseguiu viagem sem antes afugentar quatro galeões holandêses que pretendiam refrescar em frente à ribeira da Carioca. Armou uma cilada aos marinheiros que em outras tantas lanchas desembarcaram e os trucidou, (1) para que soubessem as tripulações que estava em terra, de espada em punho, D. Francisco de Souza. A bordo, comandava Olivier van Noort. Fazia a sua primeira viagem à volta do mundo.

SANTOS

Santos e S. Paulo tinham progredido com as suas diferenciações próprias, o seu caráter divergente.

Na baixada a agricultura e os engenhos de açúcar, com os estímulos do comércio espanhol do Prata e do trabalho escravo, lembravam os aumentos da Baía e de Pernambuco. O planalto, porém, ficará adstrito às suas tendências de dispersão sertanista, às contingências da caçada ao índio, à irradiação pastoril. Dêsse espírito de aventura, peculiar à formação social, mamaluca e semi-nómade, de S. Paulo antes de D. Francisco de Souza, resultára o contraste da pobreza urbana e das ambiciosas expedições dos *bandeirantes*, a oposição entre a humildade material da vila, onde a modestia do tratamento continuava a recordar os sóbrios tempos de João Ramalho e dos moradores de Santo André, e a cobiça dos "conquistadores" que devassaram toda a bacia do Paraná.

(1) Frei VICENTE, *op cit.*, p. 381,

Braz Cubas organizára não só a administração como a vida econômica de Santos. Graças a essa prosperidade acorriam outros elementos de civilização. Os carmelitas aí aportaram em 1580, abrigaram-se na igreja-jinha da Graça, que lhes cedeu José Adorno, doada afinal em 1589 (1). A presença de Fenton aconselhára, de prevenção contra semelhantes visitas, a construção do forte de barra, em 1584. (2) No ano seguinte os jesuitas se transferiram de S. Vicente para a vila de Santos — estabelecendo-se no edifício onde funcionára até então a Câmara. O Visitador explicou: “É porque o P. Everardo, de bôa memoria, tinha concedido que se mudasse a residencia de S. Vicente para esta vila, por ser terra mais acomodada, por ter porto de mar e mais gente, pareceu-me devê-lo conceder, principalmente porque a vila de S. Vicente, onde até agora residem os Nossos, está quasi despovoada, nem têm esmolas de que se sustentar, e o sítio é pouco acomodado e melancólico. Em toda esta Capitânia ha quatro vilas em que poderão haver trezentos vizinhos, os quais todos são como feitura e filhos da Companhia e lhe têm grande amôr e respeito”. (3) Não precisava mais nada, para crescer e requintar-se a povoação em melhor ordem se não sofresse, como uma catastrophe, a agressão de Cavendish, a que atraz aludimos. Perdeu a sua artilharia, a economia dos particulares, cousa de 100 mil cruzados, quanto lhe estimou o prejuizo o P. Tolosa. Sobretudo a affligiu a certeza de que continuava exposta a semelhantes injúrias, de que se forravam os do planalto, mais pobres, porém mais seguros. Precaria segurança, é certo... Em 1596 corriam de Santos socórrros para Pi-

(1) FRANCISCO MARTINS DOS SANTOS, *Hist. de Santos*, 1, 262.

(2) Sabe-se que o engenheiro italiano Juan Batista Antonelli, que vinha na armada de Valdés, foi solicitado para traçar a fortaleza de Santos, que, por falta de dinheiro, não se levantou em 1582, E. DE GANDIA, *História de la Nación Argentina*. III 319.

(3) P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, I, 263-4.

ratininga, cercada ainda uma vez pelos índios! (1) Além disto, no Brasil os dânos se recuperavam depressa. Em 1600 a Residencia dos jesuitas, refeita, tinha corredor "de 8 cubiculos por traça do irmão Francisco Dias; querem agora concertar a Igreja, tudo de esmo-las e indústrias do Irmão Diogo Alvares".

S. PAULO

Na vila de S. Paulo tudo era acanhado e pobre. Aliás os paulistas não esquentavam logar. Continuamente andavam nos matos deixando em casa apenas as mulheres, as crianças, os velhos. Os homens válidos corriam os sertões. "Os vereadores de 1572... estavam de caminho para o mato e deixavam os seus carguos". Tinham os seus gados nas fazendas próximas. Cultivavam algum trigo, plantas européas, o marmeleiro, sendo o fabrico da marmelada, que em caixêtas descia para o porto, um dos principais negocios do tempo. Indústria caseira. Cousa para as familias sedentárias. Os mamalucos, êstes batiam os campos, atraz dos índios. O padre Justo Mansilha, em 1629, descrevia os paulistas: "Dexar la Villa tampoco se les da nada..." "Porque fóra três ou quatro principais festas, mui poucos homens ou mulheres estão nela; senão sempre, ou em suas herdades pelos bosques e campos, em busca de índios, em que gastam sua vida... Toda sua vida, desde que saem da escola até à velhice, não é senão ir e trazer e vender índios (com que se vestem de mangas de sêda; bebem vinho e compram tudo o que têm). E em toda a vila de S. Paulo não haverá mais de um ou dous, que não vão cativar índios, ou enviem seus filhos ou outros de sua casa, com tanta liberdade como

(1) P. SERAFIM LEITE, *ibid.*, p. 264.

se foram minas de ouro ou prata, de que S. M. houvesse dado licença, que cada ano sacasse quanto pudesse até as mesmas justiças e clérigos da vila". (1)

Eram os *bandeirantes*. Chamaram-se assim porque seguiam um capitão que levava o seu estandarte. Constituíam-se em grupos armados, com os caboclos auxiliares, com autorização da Câmara, para fazer a guerra "justa", que rendia inúmeros escravos, ou sem ela, para os "descer" da mesma fôrma, tirando-os donde existiam, tupís do planalto, goiazes, guaranis de múltiplas "nações", e até protegidos dos jesuitas, quando escassearam os "selvagens". Reclamando, na Baía, contra essas atividades, em 1629, os padres Maceta e Mansilha acusaram os paulistas de as exercêr ha quarenta anos — portanto desde 1589. (2).

Em 1585, porém, chefiou Jerônimo Leitão, capitão-mór de S. Vicente, grossa expedição de bôa gente (Afonso Sardinha, o escrivão da Câmara de S. Paulo Diogo de Onhatte, o moço fidalgo Antonio de Proença, Sebastião Leme, Diogo Teixeira de Carvalho, Manoel Ribeiro, Paulo Rodrigues, Manoel Fernandes Ramos, Domingos Dias o velho, padre Sebastião de Paiva, Salvador Pires o moço e Afonso Dias) (3).

Sebastião Marinho, em 1590, orientou-se para os Goiazes e o Tocantins em extensa exploração e em 94 Jorge Corrêa, capitão de S. Vicente que substituiu a Jerônimo Leitão, o mesmo a quem desobedeceu em 1592 a Câmara de S. Paulo, quando mandara entregar o govêrno das aldeias aos jesuitas, foi bater em direção ao sul carijós e tupinaens, possivelmente dos que perturbavam as velhas comunicações entre o litoral catari-

(1) Doc. descoberto e cit. por Afonso d'E. Taunay.

(2) ENRIQUE DE GANDIA, *Las Misiones Jesuíticas y los banderantes paulistas*, p. 31, Buenos Aires, 1936.

(3) Vd. ALFREDO ELLIS JUNIOR, *O Bandeirismo paulista e o recão do meridiano*, p. 12, S. Paulo.

nense e Assunção do Paraguai. D. Francisco de Souza galardoou com o título de cavaleiro fidalgo a Sebastião de Freitas, que participou dessa “razzia” (1). Sebastião de Freitas entrou também na bandeira de 1595. Mais importante foi a de 1596, que o capitão-mór João Pereira de Souza Botafogo levou à “guerra da Paraíba” (Paraíba do Sul), ao tempo da incursão de Martim de Sá-Knivet. (2) Figuravam nela João do Prado o velho e seu genro Miguel de Almeida de Miranda, Sebastião de Freitas, o capitão Francisco Pereira, Gaspar Collaço Vilela, outros “homens bons” de Piratininga. Ano e meio durou a viagem. Botafogo — ignora-se o motivo — foi preso e substituído no comando por Francisco Pereira, a quem coube voltar com a bandeira. D. Francisco de Souza reparou a injustiça, nomeando-o capitão-mór e ouvidor da capitânia em lugar de Jorge Corrêa, com quem se desentendera. No regresso, desgarrou-se o capitão Domingos Rodrigues para penetrar o sertão de Parahupava (presume-se, por ter trazido índios goiazes oriundos de lá) — tornando a S. Paulo em Dezembro de 1600. Chegou na ocasião em que partiam os homens mandados pelo governador geral à pesquisa das minas.

Tão largas incursões — entre os pendôres da Mantiqueira, a selva do Tocantins, os campos do Paraná — informam a energia especial, a vocação sertanista dêsse povo prodigiosamente dotado para as proezas do deserto.

S. Paulo, entretanto, em 1583 era um vilar de 120 fogos de moradores brancos. (3) Teria mil e quinhentas almas ao espirar o século (4). Agrupava-se em tórno

(1) *Registo da Camara Municipal*, I, 104, e ELLIS, *op. cit.*, p. 12.

(2) ELLIS, *op. cit.*, p. 13.

(3) P. SERAFIM LEITE, *Hist. da Comp.*, I, 311.

(4) THEODORO SAMPAIO; e ALCANTARA MACHADO, *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 27, S. Paulo, 1929*

do Colégio da Companhia. Os padres continuavam a exercêr o mesmo domínio espiritual e político do tempo de Nobrega. A sua igreja era a Matriz. “São tão queridos que os moradores nada fazem de importancia sem os consultar”, diz a Ánuia de 1597. Num testamento, certo bemfeitor advertia: “o que parecesse melhor à justiça ordinária e ao Superior do Colégio...” As incompatibilidades explodiram no século seguinte, com os choques entre os bandeirantes e as missões do sul, o sentido anti-jesuitico da expansão paulista, as crueldades desta.

A Matriz, apartada do Colégio, só se começou depois de 1598. Cabia o povoado no cinto de suas “taipas rudes e grosseiras”, de pilão, cujas portas de madeira foram, uma vez, roubadas por um vizinho... (1). Seis homens bastavam à sua polícia, em 1594. Valia tudo tão pouco que, em 1635, para garantia de um empréstimo de 25\$, Amador Bueno fez hipoteca de dous lanços de sobrados, que possuía na rua Direita (2). Em 1551, na Baía, o sobrado de Pero de Góes fôra vendido por 80\$... O mobiliario correspondia a essa pobreza: só havia uma cama apresentavel, em 1620, tendo a Câmara de requisitá-la para a hospitalidade do ouvidor em visita ao planalto. O resto do povo dormia nas suas “rêdes de carijó”. Dos Inventários e Testamentos do século XVII ressumbra certa opulencia de casas ricas: mas ainda são raras as cadeiras de espalda (sinal de nobreza), os bofetes, os catres de sobre-céu, as alfaias. Em 1587 não se tinha em S. Paulo um exemplar das Ordenações — que a Câmara do Maranhão, fundada em 1619, pediria a el-rei como um grande favor (3).

(1) A. TAUNAY, *S. Paulo nos primetros anos*, p. 8.

(2) ALCANTARA MACHADO, *op. cit.*, p. 36.

(3) A. TAUNAY, *S. Paulo nos primetros anos*, p. 93, e P. CALMON, *Hist. da Civ. Bras.*, p. 131.

Preponderavam, portas a-dentro, os costumes indígenas. A influencia dos missionários temperava-os e adoçava-os, difundindo, em contrapartida, os gostos europeus. Assim o cultivo das flores. Em 1583 iniciou-se, delicada, a cerimônia da “bençã das rosas”, conjunta das festas da Senhora do Rosario. (1)

O plantio das arvores exóticas, dos cereais, equivalia a outro protesto, contra o embrutecimento do colono branco ligado à “tapuiada”. Apenas não podiam os padres evitar que a língua do povo fosse o tupí, e a farinha de mandioca a sua alimentação básica. A serra do Mar isolava-os de tal sorte que os tecidos finos, as utilidades correntes na costa dificilmente lá chegavam, e por preços proibitivos. Afonso Sardinha, o mais abastado dos moradores, com navios e armazem de açúcar, escusou-se uma feita de comparecer à Câmara, por não ter botas. Conta frei Vicente que o mesmo fato de cerimonial servia a muitos noivos, que iam casar-se à igreja: era uma espécie de vestimenta pública...

O edificio da Câmara, em 1575, continuava de taipa, e cobria-se de sapé. (2) Em 1583 revestiam-lhe as paredes de palha, para suportar a intempérie. Ganhou telhado em 1586. Mas em 1594 era sempre de taipais o Paço municipal. Em 1585, por não haver cadeia, tomava-se para este mistér a loja da casa de Francisco Pires. (3) E' verdade que os carmelitas se instalaram na vila, em 1594, e os beneditinos em 1598. Auxiliariam a ação apostolica dos jesuitas, e dariam mais severidade e animação à vida rude dos paulistas.

A chegada do governador, esta sim, causou benéfico e vasto alvorôto.

“Depois que chegou D. Francisco de Souza e viram suas galas, e de seus criados e criadas houve logo

(1) P. SBRÁFIM LEITE, *op. cit.*, I, 309.

(2) A. TAUNAY, *S. Paulo nos primeiros anos*, p. 28.

(3) A. TAUNAY, *op. cit.*, p. 40.

tantas librés, tantos periquitos e mantos de soprilhos que já parecia outra cousa”, notou frei Vicente.

Trazia o anuncio das boas reformas : e afirmava a sua crença no ouro do sertão !

AS MINAS DE D. FRANCISCO

Em Abril de 1599 estava em S. Paulo o governador. Ardia no desejo de averiguar as minas. Mandára em Dezembro, do Espírito Santo, o capitão Diogo Arias de Aguirre com duzentos índios, para o começo dos trabalhos. Á semelhança dos da terra, não demorou muito na vila de mesquinhas dimensões. Deu licença aos moradores (provisão de 27 de Maio do mesmo anno) para minerar, pagando os quintos del-rei. Quatro dias antes da data da provisão — segundo Pedro Taques — partira para as minas. Em 1601, “armando cavaleiro Antonio Raposo, declara D. Francisco que esteve nas minas de Biracoyaba, Caiativa, Beturuna e, mais tarde, de Jaraguá ; que foi socorrer Santos da primeira vez contra corsários que andavam na capitânia, da segunda tomou uma urca de holandêses que estavam no porto, da terceira fortificou o porto e a vila”. (1) Efectivamente, entre 6 de Fevereiro e 1 de Abril de 1600 não funcionou a Câmara paulista por andarem os vereadores no mar com D. Francisco de Souza. Carta do P. Pero Rodrigues, de 29 de Agosto seguinte, diz que era amigo dos padres, e metêra-se terras a-dentro, “contra as bandas do Peru”, do que tiravam esperanças de se chegarem mais os índios, “convidados com as pazes e bom tratamento de Sua Senhoria” (2).

(1) Reg. ger. da Camara, cf. CAPISTRANO, *Prolegomenos a Fr. VICENTE*, p. 250.

(2) P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, I, 314.

Teria ido além daquelas regiões onde se achara, ou julgara achar, o ouro pintando as pedras? Que porções de metal extraíu nessas “entradas”?

Os resultados foram mínimos, mas inabalável o otimismo do governador. Realmente, se em 11 de Fevereiro de 1601 proibia, sob penas graves, a circulação de ouro em pó, determinando que o produto de cada semana fosse quintado e barreado com as armas reais (em casa de fundição (1) para isto aberta em Monserrate), em 19 de Julho suspendia a licença para a mineração (em regimento dado a Diogo Gonçalves Laços), excetuados desse impedimento Afonso Sardinha pae e filho, até chegarem das jazidas tão faladas, e, parece, pouco produtivas. (2) O regimento aludido valia por suas despedidas: timbrava em proclamar a convicção do maravilhoso, a fê nos descobertos desejados. A vila “ha de ser cidade antes de muito tempo e hão de ter os moradores grandes privilegios e mercês que lhe eu hei de procurar com Sua Majestade porque foi a primeira e a principal parte donde mediante o favor de Deus descobri estas minas”. Encontrara outras? Quantas barras de ouro, com o sêlo régio, se fundiram em Monserrate? Silenciam os documentos a respeito. (3) Indício de que não bastaram, ou não foram de ordem a deter os irrequiêtos sertanistas, são as expedições de

(1) Vd. SATURNINO DE PADUA, *Moédas Brasileiras*, p. 76, Rio, 1928.

(2) CAPISTRANO, *prolegomenos*, cit., p. 250-1.

(3) SIMÃO DE VASCÓNCELOS aludiu à cunhagem de moéda em S. Vicente. CAPISTRANO accitou a tése, refutada pelos numismatas (não ha comprovação máterial dessa cunhagem) porém repósta n'outros termos por AFONSO TAUNAY auxiliado por uma documentação histórica respeitável. Deixou demonstrado êste mestre que desde 1633 houve casa de moeda em S. Paulo, memória apres. ao 2.º *Congr. Intern. de Hist. de America*, Anais respectivos, III, 171, B. Aires, 1938. Quanto aos “S. Vicentes” lavrados na vila dêste nome (a que se referiu Vasconcelos), quem sabe se aparecerão algum dia, para desnortear a incredulidade dos colecionadores?...

1600, de André de Leão (no rumo do norte, curso do Paraíba, além Mantiqueira, de que ha o roteiro de Wilhelm Glimmer) e de Nicoláo Barreto, (1) com 300 homens brancos, na direção do oeste e do sul (1602). Teve este o primeiro contacto dos paulistas com os índios que os jesuitas iam aldeando no Guairá. (2) Levára André de Leão instruções para a pesquisa de minas no sertão. Barreto ia com o mesmo proposito (“con capa de buscar minas...”). Mas não é lícito duvidar da descoberta, exploração, embora superficial, e quintação de ouro em S. Paulo em 1601-2. Quanto aos mineiros esperados, viéram com Diogo Botelho, “um alemão mandado vir da Alemanha por ordem do meirinho mór com 1.500 cruzados por ano”, o seu interprete, e depois o castelhano padre Agostinho “de nação”, “grande mineiro com 1.500 cruzados de ordenado por ano” (3).. Os que se apresentaram à Câmara de S. Paulo tinham por escôpo “certas contradicções ao ouro que o snr. D. Francisco de Souza mandou por Diogo de Quadros e outras pessôas desta capitânia”. A sua missão, pois, tinha também um caráter de esclarecimento, de experiência. E’ o que explica a decisão subita de D. Francisco de leva-los comsigo para Portugal quando houve de largar o governo.

(1) Vd. ALFREDO ELLIS JUNIOR, *Meio Seculo de Bandeirismo*, p. 43 e segs., S. Paulo, 1938.

(2) Doc. revelado por A. TAUNAY e cit. por ELLIS, *op. cit.*, p. 63.

(3) Doc. do arq. da Ajuda cit. por S. Sombra *Revista do Congr. de Numismatica*, p. 51. Apresentaram-se á Camara de S. Paulo em 22 de Agosto de 1603 os mineiros João Munhoz de Puertos e Francisco Vilhalva, “para fazerem suas diligências e ensaios e fundições acerca do ouro e prata e mais metais que nesta capitania eram descobertos, porque no conselho real houve certas contradicções ao ouro que o snr. D. Francisco de Sousa mandou por Diogo de Quadros e outras pessoas desta capitania” *Actas*, 2, 134, cit. por CAPISTRANO, *prolegomenos* p. 257.

EPILOGO DE UM SONHO

Fôra nomeado seu sucessor Diogo Botelho.

Assumiu o cargo em Pernambuco em 1 de Abril de 1602.

Alvaro de Carvalho continuou na Baía ainda por ano e meio.

D. Francisco não se sentiu obrigado a deixar logo S. Paulo. A sua nomeação clausulava-se com o "emquanto bem servisse"... Das atas municipais consta que em 9 de Agosto de 1603 voltara do interior com a sua gente (1). Transmitiu-lhe Botelho ordem regia para recolher-se à Europa (19 de Março de 1605) e só depois disto — resolvido a ir pleitear a sua causa, e das minas almeçadas, em Madrid — se repatriou com prêssa de regressar, intimando os moradores a não bolirem nos "descobertos", ansioso pelas mercês e promessas que lhe recompensassem as alviçasas. Esse entusiasmo tinha bom advogado no duque de Lerma. D. Francisco regressou, em 1608, governador das capitâneas do Espírito Santo, Rio e S. Paulo, com a segurança do título de marquês das Minas e convicto de sua fortuna, que, por uma ironia do destino, o traíu em S. Paulo, como traíra a Gabriel Soares na selva do nordéste: êsse Pizarro português, êsse Fernão Cortez malogrado, morreu tão desvalido, quatro anos depois, que a própria vela, que lhe alumiu a agonia, foi de emprestimo dos frades carmelitas..

De Diogo Botelho, da segunda administração de D. Francisco e da expansão *bandeirante*, diremos no seguinte volume.

(1) Cit. de CAPISTRANO, *ibid.*

O INIMIGO NOVO : HOLANDA

Alvaro de Carvalho defendeu a Baía contra os holandêses ao expirar o seculo.

O que seria depois o principal problema da colonia — a expulsão do flamengo, entre 1624 e 1654 — apresentou-se à aturdida população da cidade em 1599 (1) como um episódio a mais, da ronda dos corsários que combatiam Espanha.

Não se déra ainda sufficiente importância ao novo inimigo.

O odio a francêses de Dieppe e inglêses herejes não se estendera aos de Flandres, bom mercado, até aí, do açúcar da Madeira e do Brasil, (em 1498 Antuerpia dava destino a 40 mil arrobas do produto da ilha) velho entreposto portugûes no norte da Europa, centro de irradiação das especiarias segundo as tradições do seculo XV. Ao contrário : as perseguições aos judeus em Portugal e Espanha tinham dado extraordinário incremento às praças de Holanda, que os atraíram. A península perdeu milhares de negociantes hábeis, que levaram para Amsterdam a clientela ultramarina, a sua rêde de transações, o segrêdo do mercantilismo da Casa da Índia, de Lisbôa quinhentista. Houve, com o exôdo das famílias israelitas, uma transferência de interêses. Acontecia que os capitalistas portugûeses dos engenhos do Brasil (excetuados os Aveiro, os Fernand'Alvares, os Martim Afonso) eram, na maioria, cristãos-nóvos, que adiantavam cabedais e recebiam, consignado, o produto colonial. Agentes seus instalavam-se em Olanda e na Baía. A circunstância de ter sido o Brasil terra

(1) A primeira frota holandêza que visitou o Brasil foi a de Olivier van Noord, na sua viagem de circum navegação, em 1598-9: esteve no Rio Doce e no Rio de Janeiro.

de degrêdo para judaizantes concorria agora para uma imprudente e larga aliança com o comércio holandês, sem embargo da guerra que os espanhóes faziam às Províncias Unidas, da política e das proibições de Felipe II.

Principiava êsse intercambio anti-castelhana pela frequencia dos barcos de Holanda nos portos de Portugal e do Brasil, a frêtes que se justificavam pela sua superioridade nautica e conveniencia comercial. Encerrara-se a época das caravelas — para as manobras fáceis, e carga reduzida. Estava-se no período das caracas da linha da Índia, morosas e pacificas, (1) e das urcas flamengas — que eram navios achatados, a compensar o calado pela arqueação, pois suportavam tonelagem bem maior que a das náos da carreira. Navegavam as urcas, é certo, sob bandeira portuguesa. Os embarcadores preferiam-nas, ao tempo em que a decadencia do Oriente, a pirataria do mar, centenas de presas feitas pelos corsários não-católicos, entorpeciam, pareciam aniquilar a marinha do Reino. (2) Entre 1595 e 1601, por exemplo, deixaram os portos de Flandres, para o Oriente, 65 navios, e de Portugal 33... (3) Diz frei Vicente do Salvador: “Costumavam ir ao Brasil urcas flamengas despachadas e fretadas em Lisbôa, Portô e Viana, com fazendas da sua terra e de mercadores portugueses, para levarem açúcar.” (4)

Não podia perdurar tal estado de cousas.

A luta, na Europa, havia de estender-se à America hispânica, ao Brasil portanto. Felipe II védou os embarques, em Portugal, nas urcas holandêsas. Negocian-

(1) PIERRE GONNAUD, *La Colonisation hollandaise à Java*, p. 197, Paris 1905.

(2) Sobre as novas condições da marinha holandêsa, PIERRE GONNAUD *La colonisation hollandaise à Java*, p. 218.

(3) DAVID LOPES, *A expansão da língua portuguesa no Oriente*, p. 12, Barcelos 1936.

(4) *Hist. do Bras.*, p. 404. Documentação holandêsa comprovante: HERMANN WATJEN, *O Domínio Colonial Holandez no Brasil*, trad. de Uchôa Cavalcanti, p. 22-3, S. Paulo, 1938.

tes e autoridades das Provincias Unidas trataram de armar — empregando nas emprêsas marítimas o abundante capital que lá se acumulára, durante todo o seculo XVI — esquadras que conquistassem os domínios de Espanha, inquietassem as suas feitorias e destruíssem as suas frotas mercantes. Duas companhias de comércio com o mesmo fim se constituíram em 1597, sugeridas por Willem Usselinx. (1) Esta foi a alta intelligencia pósta a serviço da navegação de Holanda. (2) Van der Does saíiu com 70 velas. Uma epidemia, em S. Tomé, matou-o, e a mil e duzentos tripulantes.

O almirante Leynssen, seu sucessor, destacou então sete navios, sob o comando dos capitães Hartman e Broer, para saltar povoações do Brasil. Em 23 de Dezembro de 98 appareceram na Baía. Precedera-os o “Silveren Werelt” (Mundo Argênteo), em 16 de Dezembro, que fôra tomado no porto, e depois posto no fundo, quando os barcos agressôres trocaram tiros com os fortes. (3) A resistencia foi tenaz. Não obistou a que queimassem vários navios, entre os quais “um galeão do bailio de Leça, que veio fretado por mercadores para levar açúcar”. Impossibilitados de desembarcar, diz frei Vicente que pediram um entendimento, com troca de refens, sendo Estevão de Brito Freire o morador designado, por ser fidalgo, para ficar a bordo, enquanto o general flamengo se recolhia ao Colégio para conversar com Alvaro de Carvalho (4). Confundiu o frade fá-

(1) P. M. NETSCHER, *Les Hollandais au Brésil*, p. 2, La Haye, 1853.

(2) Usselinx esteve em Espanha, Portugal e Açôres. O seu entusiasmo pela colonização nos climas tropicais contrastava com a ganancia dos armadores' WATJEN, *op. cit.*, p. 74.

(3) CAPISTRANO, prolegomenos a Fr. Vicente p. 251, GARCIA, nota a Var-nhagen, II, 107, GROUSSAC, *Annales de la Bibl. Argentina*, IV, 272-496, NETSCHER, *op. cit.*, p. 3.

(4) Estevão de Brito Freire (JABOATÃO, *Cat. Geneal.*, tit. Britos Freires) era genro de Francisco de Araujo. Fundou o morgado de Santo Estevão. Fidalgo da Casa de S. Maj., nascera em 1571, conforme declaração sua de 1604 (*Revista do Inst. Hist.*, vol. 73, p. 1, 180). Herdou o engenho Caípe, descrito por GABRIEL SOARES, *Roteiro*, p. 383, e muito soffreu e agiu quando os holandêses invadi-

tos de 1604 com os de 1599. Deve ser exáto no resto de sua noticia : a pilhagem, no reconcavo, do engenho de Bernardo Pimentel de Almeida (incendiando-lhe os flamengos casas e igreja, e levando até o sino do campanário) : mas não impunemente, pois André Fernandes Morgalho os acometeu com trezentos homens e obrigou a reembarcar, “ficando-lhes muitos mortos na briga em terra e ao embarcar, entre os quais se matou um capitão que êles muito sentiram” (1). Igual revês na ilha dos Frades lhes infringiram Morgalho e Alvaro Rodrigues da Cachoeira “com o seu gentio”. Em Itaparica, puzeram fogo ao engenho de Duarte Osquis, “sem lhe valer ser também flamengo”. Mas foram a êles os dous capitães, forçando-os a desistir de outras incursões, com o que se fizeram à vela, “e despejou o porto, que havia 55 dias tinha ocupado”, roubando na barra como derradeira façanha a não de Francisco de Araujo que vinha do Rio de Janeiro com 8 mil quintais de pão brasil . . .

A defêsa oportuna salvára a cidade e os arredores. Se bem que os papeis holandêses digam que os troféos de Hartman e Broer foram ricos, certamente do saque nos navios e nos engenhos de Bernardo Pimentel e Duarte Osquer, não podiam pagar os gastos da expedição e as suas perdas na Baía. (2) Importava aquilo, princi-

ram a Baía em 1624 (FRANCISCO DE BRITO FREIRE, *Hist. da Guerra Brasileira*, p. 105, Lisboa, 1675). Que a entrevista se passou em 1604, sabemos pela carta de Diogo Botelho, na *Revista* cit., vol. 73, p. 1, 215. — Estevão é bisavô de D. Felipa de Brito, mulher de Manoel Botelho de Oliveira, o poeta da “Musica do Parnasso”.

(1) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 375.

(2) O P. Pero Rodrigues (sem se referir á entrevista no Colégio) diz : “. . . a 23 de Dezembro passado entrou por esta Baía, cuja boca é de 3 legoas, uma armada de herejes holandêses, de 7 velas. E no mesmo dia se fazem senhores do mar, destruindo um galeão, que no porto estava, e levando 2 urcas e 2 navios. Não deitaram gente em terra por acharem resistencia, mas puzeram-se no meio da baía, de-frente da cidade. E daí, com lanchas e patachos, começaram de saltar os engenhos. Em alguns acharam soldados e gentio da terra, que lhes fizeram rosto, matando a alguns e ferindo a muitos”. (Cit. pelo P. SERAFIM LEITE, *op. cit.*, II, 139). Parte daquele gentio era das aldeias dos Padres — completa o P. Leite. Assim em 1599 e em 1604,

palmente, um rompimento em regra. No Espírito Santo, logo a seguir, se mandou queimar uma urca flamenga que carregava pão brasil. O "Gulden Werelt", que saíra de Amsterdam juntamente com o "Silveren Werelt" de regresso do estreito de Magalhães foi tomado em S. Vicente por D. Francisco de Souza, com a sua fazenda de mais de cem mil cruzados. (1) A esquadra de Olivier van Noort não conseguira refrescar em paz no rio Doce e no Rio de Janeiro (Fevereiro de 1599). Os burgueses de Amsterdam podiam agir. Em 1602, a formação da Companhia das Índias inaugura um tipo novo de exploração colonial: o Estado aliado à Sociedade mercantil com o seu monopólio, a sua ganancia e a finança especulativa... (2).

PAZ COM OS AIMORÉS

Não terminou a interinidade de Alvaro de Carvalho sem um successo grande: foi a libertação do recôncavo do perigo que corria com os aimorés.

Os obstáculos que em Porto Seguro e Ilhéos lhes tinham sempre impedido a subida, para as cercânias da Baía, praticamente não existiam mais. Poucos moradores lá se defendiam enclausurados nas vilas: e o tapuia dominava a selva. Aos clamores de que os aimorés ameaçavam os rios Jaguaripe e Paraguassú devia meditar o governador sobre o erro da colonização, que, metódicamente, exterminára desses sítios os tupís, tão abundantes ao tempo de Mem de Sá. D. Francisco de Souza e Alvaro de Carvalho (a vespers da viagem daquele), diz frei Vicente, trataram do problema em consêlho com Manoel Mascarenhas Homem. Conveiu

(1) Frei VICENTE. *op. cit.*, ps. 381-2, GARCIA nota a Varnhagen, II, 107.

(2) Clive Day, *The Dutch in Java*, p. 41, New York, 1904.

êste em que o melhor seria trazer os petiguaes da Paraíba atirando-os sobre os invasores: como chefe desses índios amigos destacava-se o feroz Zorobabé, bom de empregar-se em emprêsas arriscadas, porque era de genio rebelde e inseguro. Manoel Mascarenhas cumpriu a promessa. Apenas chegado a Pernambuco fez embarcar um grosso contingente de petiguaes com o seu guia Zorobabé: e Alvaro de Carvalho os mandou, com o capitão Francisco da Costa, acossar o inimigo desde Ilhéos. (1).

Parece que essa guerra não foi eficaz. Amedrontou, mas não expulsou os aimorés — continúa frei Vicente — até porque não se demoraram os petiguaes. Retiraram-se em 1603 (quando Diogo Botelho chegou à Baía)(2). Voltaram por terra, acabando com os quilombos de negros fugidos do rio Itapicurú; e Zorobabé de tal modo insolente com os préstimos em que andára empenhado, que na Paraíba foi preso, mandado para o Reino e confinado em Evora, onde morreu.

A definitiva paz com os aimorés, que salvou de novos atropelos o recôncavo, foi iniciativa de Alvaro Rodrigues, da Cachoeira. Capitaneava os tupinambás da foz do Paraguassú. Não havia mais poderoso mamaluco na região. Hábil e destemido, sabia ser irresistível no assalto e ardiloso na conquista. O neto de Caramurú honrava o seu sangue. Era para os índios um sol — diria o governador Diogo de Menezes, quando êle morreu, em 1609. Numa sortida aconteceu pegar uma rapariga aimoré, a quem mandou ensinar a língua geral.

(1) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 378. Francisco da Costa parece-nos ser o 4.º filho de Clemência Doria e Fernão Vaz da Costa (portanto da segunda geração colonial), JABOATÃO, *Catalogo*, p. 265, vereador na Baía em 1607 (Correspondência de Diogo Botelho, *Rev. do Inst. Hist.* LXXIII, parte I, p. 33). Senhor da ilha dos Frades, construiu Francisco da Costa (o mesmo?) a igreja de N. S. do Loreto em 1645, Frei AGOSTINHO DE SANTA MARIA, *Santuário Mariano*, IX, 151. Uma irmã de Antonio Vieira casou-se com um sobrinho-neto daquele Francisco da Costa.

(2) Frei VICENTE, *op. cit.*, p. 396.

E tão bem que, logo depois, a batisou com o nome de Margarida, e, cercanda-a de afagos, a predispoz para aquiétar os de sua nação. Frei Vicente conta que a vestiu com “camisa ou saco de pano de algodão que é o traje das nossas índias, deu-lhe rêde em que dormisse, espelhos, pentes, facas, vinho e o mais que ela poude carregar, e mandou-a que fosse desenganar os seus, como fez, mostrando-lhes que aquele era o vinho que bebiamos, não o seu sangue, como êles cuidavam, e a carne que comíamos era de vaca e outros animais e não humana...” Animaram-se então alguns a ir falar a Alvaro Rodrigues, que os levou à cidade. O governador fez-lhes também a melhor recepção, assim a gente das lojas (“não havia casa de venda ou taverna em que não os convidassem e brindassem”), de tal arte que voltaram dispostos a uma grande trégua, que os arredou de vez das proximidades da Baía.

UM SEculo DE COLONIZAÇÃO

Ao começar o seculo XVII a colonia não era mais — como em meados do XVI — uma série de núcleos de povoamento isolados num litoral que índios e contrabandistas dominavam, limitado pelas serras que fechavam o ignoto sertão, cenário acanhado e pobre d’uma colonização mais militar (fortes e suas guarnições) do que econômica. Desde o Rio Grande do Norte até o sul de São Vicente, a terra fôra ocupada efetivamente. A paz recente com os aimorés confinara-os nos espaços despovoados entre Porto Seguro e o Espírito Santo. As comunicações entre as capitânias faziam-se normalmente: por terra de S. Vicente ao Rio de Janeiro se necessario; da Baía a Pernambuco, sempre que os corsários puzessem em perigo as águas territoriais; e de Recife a Rio Grande através da Paraíba. A segunda ge-

ração de mamalucos depois da fundação de S. Paulo estendera desmesuradamente as raias da possessão portuguesa sem embargo da divisória de Tordesilhas e da vizinhança de castelhanos. Não se fazia mistér da contenda em tórno dos portos abaixo de São Vicente (entre Paranaguá e a boca do Prata) porque melhor seria correr índios em direção ao rio Paraná e ao Paraguai, trabalhos e aventuras que não deixavam disponível um só homem de guerra no planalto de Piratininga. A expansão para o oeste adquiriu uma feição nova em 1602, com a bandeira de Nicoláo Barreto. Até aí, como que as incursões golpeavam no vazio: campos de Curitiba atrás dos carijós, planície goiana, cordilheira adiante do Paraíba, sem o embaraço do concorrente europeu que lhas obstasse. O jesuíta tomou então o passo ao paulista. Do Espírito Santo, de Porto Seguro e de Ilhéos, as expedições descobridôras indicaram rumos, divisaram itinerários, sondaram as massas indígenas flutuantes na imensidão sem dono certo. A civilização no norte — a despeito de já ter achado o curso do S. Francisco — seguia inflexivelmente a linha da costa. De um lado, prendia-a á beira-mar a lavoura da cana; do outro, a escassez de gente, de gados, de segurança para uma penetração a fundo, lhe impediam um internamento ousado. Dir-se-ia que as vantagens d'uma conquista superficial — da costa do Brasil disputada pelo estrangeiro — dissuadiam em bôa hora os povoadores de temerárias viagens fóra do alcance das feitorias ribeirinhas.

Em 1600 dous problemas preocupavam a administração colonial: defender as vilas marítimas do inimigo das três bandeiras (inglêses, holandêses e francêses) e antecipar-se a êle na posse do que não fóra ainda descoberto. Do Rio Grande do Norte vai partir o movimento que integrará o Ceará, o Maranhão e a bacía amazônica no domínio português. De S. Vicente baixará

o povoamento para Paranaguá e Santa Catarina; e da marinha subirá as montanhas para empolgar o planalto que os pinhais adornam. Essa dupla irradiação para a costa leste-oeste logo no govêrno de Diogo Botelho, e para as regiões que os espanhóis consideravam sua, entre Patos e Itanhaen, arredondou a área geográfica do Brasil no seculo XVII — que é o do seu arcabouço de traços nítidos, compreendidos os valôres essenciais, físicos, econômicos, morais, de que no seculo XVIII se utilizaria o país para completar a sua fisionomia nacional.

De 1500 a 1600 define-se a indole da colonização, com materiais próprios, incipientes as fôrças cuja eclosão apreciaremos durante a guerra holandêsa, a estabilização do governo colonial ao expirar o seculo XVII. Aí se encontram os elementos distintivos do velho Brasil: o deserto e o seu dominador; o ciclo do açúcar e a escravidão negra; a aristocracia rural-litorânea e o bandeirante mamaluco; a sociedade que refazia a sua ética num clima oposto ao da Europa; a ação organizadôra do missionário, a ordem política que vinha do Reino, o município, a criação da riqueza, a substituição do nomadismo dos aventureiros da fase das especiarias pelo sentido estável da ocupação do solo, a fixação agrícola e a dispersão pastoril.

INDICE ONOMASTICO

Abraão de Beja 33
Accioli (Inacio) 181, 219, 223, 239,
314, 336, 434, 436
Acuña (D. Rodrigo de) 117, 123, 129
Adorno (Antonio Dias) 270, 311, 312
Adorno (Francisco) 140, 150, 151
Adorno (José) 140, 150, 151, 160, 246,
279, 348, 382, 443
Adorno (Paulo Dias) 131, 140, 149-51,
270, 281, 311
Adorno (Rafael) 151
Afonso V. 24, 29, 43, 45, 72
Afonso X. 32, 71
Afonso (Enrique) 297
Afonso (Francisco) 217
Afonso (Gaspar) 427
Afonso (Gonçalo) 161, 163
Afonso (João) 34
Afonso (Jorge) 87
Afonso (Pedro) 177
Aguiar (Amador) 222
Aguiar (Antonio Coelho de) 398
Aguirre (Diogo Arias de) 449
Agostinho (Padre) 451
Ahmed-bin-Madjid 40
Aires Gomes 63
Alba (Duque d') 370, 371, 372
Albergaria (Fernão Soares de) 233
Albertini (Francesco di) 67
Albuquerque (Afonso de) 44, 74, 83,
90, 153, 172
Albuquerque (André de) 402
Albuquerque (Antonio de) 408
Albuquerque (D. Brites) 154, 166,
173, 293, 297, 299, 430
Albuquerque Coelho (Duarte de) 173,
293, 296, 298, 300, 368, 375
Albuquerque (Francisco de) 75
Albuquerque (Jeronimo) 165, 166,
173, 292-4, 398-9, 405, 408-9, 430,
432
Albuquerque (Jorge de) 173, 293-6,
300, 368-9, 384, 405, 415, 430
Albuquerque (Matias de) 300
Alegre (Tomaz) 185
Alexandre VI. 35, 39, 90
Almeida (Bernardo Pimentel d') 305,
456

Almeida (D. Fernando de) 39
Almeida (D. Francisco de) 81, 83,
98-100
Almeida (Guilherme Pompeu de) 394
Almeida (João de Brito de) 358
Almeida (Manuel de Brito de) 305
Almeida (M. Lopes) 112
Almourol (D. Alvaro Coutinho) 300
Altero (Cristovão de Aguiar) 158, 212,
417
Alvares (Ana) 130-1
Alvares (Apolonia) 131
Alvares (Beatriz) 131
Alvares (Belchior) 188
Alvares (Catarina) 131-2
Alvares (Diogo) 83, 105, 116, 124,
129, 130, 132, 133, 136, 149, 164,
177-9, 180-1, 181-2, 205, 212,
214-5, 220-1, 224, 259, 270, 397,
399, 401, 414-5, 444, 458
Alvares (Elena) 131
Alvares (Felipa) 131, 149, 151, 311
Alvares (Fernand) 183, 200
Alvares (Francisco) 217
Alvares (Gaspar) 131
Alvares (Genebra) 131
Alvares (Gracia) 131
Alvares (Isabel) 131
Alvares (João) 131
Alvares (Juan) 218
Alvares (Madalena) 131, 149, 399
Alvares (Manuel) 131, 423
Alvares (Marcos) 131, 214
Alvares (Sebastião) 109, 312-3
Alvarenga (Tomé de) 348
Álzaga (Orlando Williams) 244
Amaral (Braz do) 181, 219, 223, 239,
314, 336, 434, 436
Amzalack (Moses Bensabat) 90, 98
Anchieta (José de) 103, 151, 176, 240,
248-9, 251-2, 260, 274, 277, 278-
82, 284, 286, 332, 334, 342, 359,
380, 383, 401, 413, 415, 416, 437,
440
Antonio D. (Prior do Crato) 305, 369,
370, 371, 372, 375, 376, 377, 379
Andrade (Diogo de Paiva de) 200
Andrade (Fernand' Alvares de) 152,
193, 199, 202, 214, 356

- Andrade (Francisco de) 111, 153, 154, 174, 198, 200, 201, 211, 216, 226, 229
 Andrade (Luiz de Alter de) 316
 Andrade (Maciel de) 400
 Andrade (Pedro da Cunha) 423
 Andrade (Simão da Gama) 221, 229-30, 256
 André Gonçalves 66
 André (Pedro) 217
 Annes (Pero) 513
 Anjo (Jean) 117-9, 123, 142, 261
 Annes (Afonso) 265
 Annes (Pedro) 134
 Antonelli (Juan Bautista) 382, 443
 Antonil 195, 349, 352, 361, 363, 364
 Antonio da Ilha (Frei) 416
 Antunes (Alvaro) 235
 Antunes (Leonor) 413
 Aperipê 307-8
 Aragão (Baltazar de) 397
 Aragão (Fernando de) 30, 45
 Aragão (Isabel de) 105
 Araujo (Francisco de) 397, 455, 456
 Araujo (Maria de) 397
 Aranha (Sebastião) 177
 Aráribioia 260, 278, 286
 Araripe (Alencar) 263
 Arção (Cornelio de) 428
 Arco (Fernão Rodrigues) 34
 Argolo (Ana de) 313-4
 Argolo (Paulo de) 422
 Argolo (Rodrigo) 226, 258, 313, 314, 422
 Arminio (Leonardo) 390
 Arruda (Miguel de) 171, 219
 Ataíde (Antonio de) 118, 126
 Ataíde (Fernão Cabral de) 312
 Ataíde (Pero) 46
 Ataíde (Vasco) 46, 49
 Aubeville (Claude d') 324
 Aurejac (P. Bernardo de) 187
 Aveiro (Duque de) 183, 188, 190, 242, 356, 436
 Avila (Francisco Dias d') 348
 Avila (João de) 400-1
 Azeredo (Manuel de) 348
 Azeredo (Marcos de) 311, 348
 Azeredo (Miguel de) 437
 Azevedo (Barros de) 161, 340
 Azevedo (Belchior de) 195, 278, 281, 348
 Azevedo (Francisco de) 177
 Azevedo (Inacio de) 269, 284, 290, 296
 Azevedo (J. Lucio d') 355, 362, 364, 413, 421
 Azevedo (Manuel de) 381
 Azevedo (Pedro de) 177
 Bacharel (Mestre Cosmo) 158
 Baebeba 395, 400, 404
 Baião (Antonio) 81, 103, 113
 Baker 426
 Balbod (Catarina Afonso) 137
 Barberini 118
 Barbosa (Antonio) 28, 33
 Barbosa (Gaspar) 270
 Barbosa (Frutuoso) 380, 381, 383-5, 401-2
 Barbosa (Mario de Lima) 118
 Barbosa (Pantaleão) 397-9
 Barleaus (Gaspar) 363
 Barreiros (D. Antonio) 316, 384, 396, 413, 416
 Barreiros (Luiz) 255
 Barreto (Francisco) 313, 386, 420
 Barreto (João Paes) 405, 432
 Barreto (Manuel Telles) 375, 378, 389, 394-5, 398, 415
 Barreto (Nicoláo) 451, 460
 Barros (João de) 33, 45, 64, 73-4, 126, 145, 152, 154, 199-203, 403
 Barros (Andrade e) 201
 Barros (Antonio Cardoso) 152, 160, 161, 171, 176, 190, 194-5, 211, 214, 256-8, 340, 396, 401
 Barros (Cristovão de) 284, 303, 348, 396-401, 418, 438, 440
 Barros (Isabel de) 397
 Barros (Jeronimo de) 202
 Barroso (Gustavo) 80
 Batista (João) 348, 382
 Bauzá 120
 Bazan (D. Alvaro) 376
 Becerra (Cap.) 244
 Beliarde (Marçal) 436
 Bellay (Du) 262
 Bensaude (Joaquim) 33
 Bertoni (Moisés S.) 329
 Betink (Geraldo) 428
 Bezerra (João) 186-8
 Bixorda (João Lopes) 82, 111
 Bizagudo (Pero Vaz) 56-7
 Blancard (Saint) 147
 Blasques (Antonio) 252
 Bois-le-Comte 263
 Borba (Fr. Diogo de) 149
 Borges (Pero) 150, 179, 182-3, 186, 189, 212, 275
 Botafogo (João Pereira de Souza) 446
 Botelho (Diogo) 420, 451-2, 456, 458
 Boulès (Sr. de) 139, 264, 273-4, 276-7, 297
 Braço de Peixe 387-8, 403
 Braga (Diogo de) 245
 Braga (Francisco) 175
 Braga (Manuel) 123
 Braga (Teofilo) 75 114-5, 184, 252,

- Bragança (Duque de) 37, 369
 Bragança (Duquesa de) 370
 Brandão (Ambrosio Fernandes) 386
 Brandão (Cristovão) 226
 Brandão (Mario) 112
 Branderburger (Clemente) 107
 Braun (P. Bertoldo) 114
 Braz (Afonso) 231, 248-9
 Braz Cubas 140, 240-1, 261, 328, 443
 Brentano (Funck) 118, 290
 Brito (Bernardo Gomes de) 294
 Brito (Cristovão de) 177
 Brito de Almeida (Luiz) 301, 303-11, 315, 367, 394
 Brito (Domingos d' Abreu) 299
 Brito (Felipa de) 456
 Brito (Fr. Bernardo de) 355
 Brito (João Rodrigues de) 333
 Brito (Manuel de) 348, 439
 Brito (Nogueira de) 25
 Brito (Rocha) 301
 Broer 455-6
 Budé 67
 Burcan (Jean) 116
 Burke (Edmond) 426
 Cá (Messer Leonardo) 81
 Caapara (Antonio Alvares) 398
 Cabeça de Vaca (Alvar Nunez) 110
 Caboto (João) 110
 Caboto (Sebastião) 110, 122-3, 126, 129, 135, 155
 Cabral (Cristovão) 255
 Cabral (Fernão Alvares) 43-4, 312, 348
 Cabral (Pedr'Alvares) 27, 42-3, 44, 47-9, 53-4, 55-65, 67, 72-4, 79, 80, 83, 86-7, 102-3, 138
 Cabral (P. Gonzaga) 269
 Cadamasco 23, 24, 27-8
 Caieiro (P. José) 269
 Caldas (Francisco) 313, 386
 Caldas (José) 190
 Caldas (Vasco Rodrigues) 268, 271-2
 Caldeira (Agostinho) 305
 Calogeras (J. P.) 35
 Calheiros (Manuel da Costa) 405
 Calmon (Góes) 414
 Calmon (Miguel) 269
 Calvino 261-2, 264
 Camacho (Domingos) 393
 Camara (João de Melo) 124, 131, 142
 Camêlo (Francisco) 405
 Camêlo (Jorge) 386
 Camêlo (Pero Lopes) 405
 Camilo (Luiz) 161, 183-4
 Camilo Castelo Branco 265, 288, 376
 Caminha (Pero Vaz de) 46-7, 50, 55, 58-60, 64
 Camões (Luiz de) 21, 24, 84, 91, 126, 310
 Campo (Fernão) 190
 Campo Tourinho (André do) 186-7
 Campo Tourinho (Pero do) 152, 180-2, 185, 187-9, 190, 204
 Campos (Leonor de) 190
 Candolle (A. de) 232
 Cano (Sebastião del) 120
 Cantino 77, 82
 Cão (Diogo Martins) 438
 Capico (Pero) 105, 111, 115, 148
 Capdeville (Jean) 290
 Capistrano de Abreu 154, 156, 160, 181, 187, 190, 197, 202-3, 228, 240, 244, 253, 256, 265, 269-70, 297, 301, 305-6, 323, 354, 376, 382, 384, 393, 402, 412, 428, 449-52, 455
 Cárcano (Ramon J.) 196, 223, 389-90
 Cardim (P. Fernão) 297, 323, 332-4, 357, 359-61, 378, 431, 436
 Cardoso (Antonio) 213, 236, 284
 Cardoso (Jorge) 232, 233
 Cardoso (Simão Rodrigues) 381, 384, 430
 Carlos V. 89, 101, 110, 115, 117, 120, 130, 185, 199, 242, 253, 266, 382
 Carlota (princesa) 115
 Carneiro (João) 86
 Carvalho (Alvaro de) 429, 438, 452, 453, 455, 457, 458
 Carvalho (Antonio Peixoto) 398
 Carvalho (Diogo Teixeira) 445
 Carvalho (Enrique de) 195
 Carvalho (Feliciano Coelho) 402, 408
 Carvalho (João Lopes) 104
 Carvalho (Joaquim de) 94, 113
 Carvalho (Martim de) 310, 384, 385
 Carvalho (Sebastião) 165
 Carvalho e Albuquerque (Francisco Elesbão Pires de) 132
 Carvalho (Antonio de) 368
 Carvalho (Oliveira) 225
 Carvalhaes (Pedro de) 217, 234, 397
 Carvalho (Antonio de) 368
 Carvalho (Oliveira) 225
 Casal (Aires de) 336
 Castanheda 64
 Castanheira (conde) 205, 225, 253
 Castela (Catarina de) 130
 Castejon (Francisco de) 384, 386
 Castelo Branco (Simão de) 192
 Castro (Eugenio de) 71, 116, 127-8, 134, 202
 Castro (Isabel de) 43, 74-5
 Castro (D. João de) 126, 205, 434
 Catarina (Rainha) 130, 225, 233, 369

- Cavalcanti (Felipe) 294, 298-9, 408
 Cavalcanti (João) 294
 Cavalcanti (Uchôa) 454
 Cavazzi (Fr. João A.) 343
 Cavendish (Thomas) 425, 437, 440, 443
 Chaves (A. J. Gonçalves) 344
 Chaves (Francisco) de 134-5, 149
 Chigi (Agostinho) 41, 118
 Chklovski (Victor) 23
 Clévenor (Elisabeth) 67
 Charlevoix (P.) 151, 155
 Coelho (Duarte) 147-8, 152-4, 162-7, 169-78, 187, 191, 197, 201, 228, 297-8, 322, 340, 353, 369, 381, 385, 427, 431-2
 Coelho (Gonçalo) 75, 81
 Coelho (João) 314
 Coelho (João Fernandes) 226
 Coelho (Marçal) 217
 Coelho (Nicoláo) 40-1, 46, 57-9
 Coimbra (Fr. Enrique de) 46
 Colaço (Manuel) 188
 Colaço (Pedro) 159
 Coligny (Gaspar de) 252, 273
 Colombo (Cristovão) 23, 30-1, 34-5, 39, 49, 50, 54, 65-7, 80, 86, 110
 Colombo (Fernando) 31
 Commines (Felipe de) 97
 Contreras (Eliva) 244
 Contreras (Isabel de) 244
 Corbière (Edouard) 343
 Cordeiro (Fr. Damião) 416
 Corrêa (Aires) 45-6, 55, 64, 98
 Corrêa (Gaspar) 39, 102
 Corrêa (Jorge de Figueiredo) 152, 182, 445-6
 Corrêa (Pero) 158
 Corrêa (Sebastião de Brito) 414
 Correia (Vergílio) 253
 Corte Real (Manuel) 197
 Cortez (Fernão) 452
 Cortezão (Jaime) 27, 31
 Cosa (Juan de la) 105
 Costa (Afonso da) 111, 189
 Costa (Alvaro da) 252-3, 254-6, 268, 271, 368, 400
 Costa (Antonio da) 374
 Costa (Duarte da) 195, 218, 222, 226, 232, 252, 253-8, 265, 269, 290, 315, 321
 Costa (Fernão Vaz da) 254, 256, 458
 Costa (Francisco da) 253, 458
 Costa (Francisco Mendes da) 212, 257
 Costa (Gonçalo da) 121, 126-8, 138, 158
 Costa (D. João da) 253
 Costa (Julião) 423
 Costa (D. Lourenço da) 253
 Costa (Margarida da) 253
 Costa (Pereira da) 292, 341
 Costa (Simão da) 275
 Coutinho (Ambrosio de Aguiar) 437
 Coutinho (Diogo de Melo) 121
 Coutinho (D. Fernando) 99, 153
 Coutinho (Manuel Pereira) 204
 Coutinho (Vasco Fernandes) 152, 191, 193-8, 240, 248
 Couto (Diogo do) 290, 416
 Covilhã (Pero de) 33-4
 Crato (Diogo de) 212, 312
 Cresques (Abraão) 27
 Cubas (Antonio) 160
 Cubas (Braz) 158-9, 382
 Cunha (Aires da) 152, 199, 201-2
 Cunha (Alvares da) 201
 Cunha (Gomes da) 316
 Cunha (D. Nuno) 100, 102, 106-7
 Cunha (Pedro da) 201, 423
 Cunha Vasconcelos (Bartolomeu) 274
 Cunhanbêba 280
 Cururupeba 268
 Dancourt (Octavio Cabada) 393
 Dantas (Júlio) 114, 233
 Dias (Afonso) 445
 Dias (Antonio) 417
 Dias (Bartolomeu) 32, 34, 37, 41, 46, 59, 63
 Dias (Belchior) 400-1, 423
 Dias (Diogo) 46, 51, 73, 124, 133, 245, 304
 Dias (Domingos) 445
 Dias (Francisco) 444
 Dias (Gaspar) 131, 186
 Dias (Enrique) 352
 Dias (Luiz) 171, 212-3, 216-7, 219-23, 228-9, 234, 236
 Dias (Malheiro) 77, 113
 Dias (Maria) 258
 Dias (Paulo) 151, 177, 311, 350
 Dias (P. Pedro) 347
 Dias (Pedro Lopes) 387
 Dias (Pero) 35, 63
 Dias (Roberio) 401
 Dias (Vicente) 130
 Diehl (Charles) 97
 Ditio (João) 293
 Doloros (Fernão) 177
 Does (Van der) 455
 Dormundo (João Gonçalves) 189, 237-8
 Doria (Clemencia) 226, 254, 257, 458
 Domenech (Pero) 231
 Dominique (Pierre) 118
 Drake 425
 Drumondo (Pero Escorcio) 188-9
 D. Duarte 22
 Dulmo (Fernão) 34
 Du Peret (Lyonnais) 147

- Eça (Bartolomeu de Souza d') 313
 Eça (Manuel de Souza d') 313
 Eça (Violante) 226
 Ellis Junior (Alfredo) 445-6, 451
 D. Enrique (Infante) 21-2, 26-7, 29, 30, 38, 42-3, 49, 91, 207, 354, 370, 377
 Enrique II. 262
 Enrique III. 376
 Enrique IV. 404
 Enrique VIII. 78
 D. Enrique (Cardeal) 277, 296, 369
 Enríques (Miguel) 229
 Erasmo 78, 160
 Escobar (Pedro de) 29, 56
 Espinha (Enrique Luis) 313
 Espinha (Luis Alvares) 313, 326
 Espinosa (Francisco Bruzza de) 189, 239-40, 310
 Espírito Santo (Maria do) 408
 Esteves (Ramon de Castro) 158
 Etienne (Charles) 355
 Everardo (P.) 443
 Fabro (Pedro) 114
 Falcão (Pedro Garcia) 424
 Falcão (Simão) 386
 Faleiro (Rui) 57, 71, 120
 Faria (Custodia de) 305
 Faria (Gutomar) 265
 Faria (Sebastião de) 305, 383, 397, 399
 Farnesio (Alexandre) 296
 Fazenda (Vieira) 383, 386, 439
 Felipa de Lencastre 22, 24
 Felipe II. 94, 202, 369-75, 382, 393, 412, 454
 Feo e Torres 352
 Fernandes (Aires) 348
 Fernandes (Afonso) 217
 Fernandes (André) 427
 Fernandes (Antonio) 171, 399
 Fernandes (Braz) 258
 Fernandes (Duarte) 103
 Fernandes (Francisco) 257
 Fernandes (Gaspar) 186, 188
 Fernandes (João) 217
 Fernandes (Jordão) 176
 Fernandes (Jorge) 254
 Fernandes (Martim) 171
 Fernandes (Pascoal) 140
 Fernandes Coutinho (Vasco) 152, 184, 192, 194, 223, 278, 436
 Fernandes (Sebastião) 311
 Fernando D. 22, 23, 105, 257
 Ferrara (Duque de) 69, 77
 Ferraz (Antonio) 348
 Ferraz (Baltazar) 398
 Ferreira (Francisco Leitão) 113-4, 233, 302
 Ferreira (Gonçalo) 7212
 Ferreira (João da Costa) 283
 Ferreira (Lazaro) 257
 Ferreira (Marcos) 423
 Ferreira (Martim) 196-7
 Ferreira (Sebastião) 226, 254, 267
 Ferreira (Vicente Martins) 148
 Fenton (Edward) 382, 396, 425
 Ficalho (Conde de) 126
 Figueiredo (Custodio de) 428
 Figueiredo (Fidélino) 100-1
 Figueiredo (Gaspar de) 398
 Figueiredo (Jeronimo de Alarcão) 185
 Figueiredo (Jorge de) Corrêa 183, 185, 212, 237
 Filds (Tomaz) 390-1
 Filicaya (Baccio de) 428
 Fleiuss (Max) 439
 Fleury (Jean) 119
 Florentino (Bartolomeu) 103
 Fonseca (Borges da) 165, 294, 298-9, 408
 Fonseca (Fr. Pedro da) 132
 Fonseca (P. Luiz da) 379
 Fonseca (Quintino da) 25
 Fonseca (Salvador da) 226
 Fontoura da Costa 27, 63, 71
 Fragoso (Braz) 275, 277, 291
 Francisco I. 89, 101, 110, 112, 115-8, 170, 261, 328, 404
 Francisco II. 262
 Franco (Carvalho) 428
 Franco (Nuno) 416
 Franco (Pero) 148
 Freire (Braancamp) 177
 Freire (Estevão de Brito) 455
 Freire (Felisbello) 308
 Freire (Francisco de Brito) 397, 456
 Freire (Gaspar de Brito) 362
 Freitas (Antonio de) 217, 222
 Freitas (Gaspar de) 397
 Freitas (Jordão de) 143, 147-9, 162, 176, 180
 Freitas (Rodrigo de) 258, 378
 Freitas (Sebastião de) 446
 Freitas (P. Serafim de) 90, 98
 Frões (Catarina) 227
 Frontera (Pero Vasquez de ia) 31
 Furtado (Alves) 238
 Gaffarel 89, 118-9, 123-4
 Galego (João Peres) 423
 Galiza (Dandrade de) 200
 Galvão (Antonio) 202
 Gama (Estevão da) 75
 Gama (Paulo da) 40
 Gama (Vasco) 27, 34, 37-44, 45-8, 54-5, 64, 72-3, 75, 80, 86, 98, 103, 186, 231
 Gambôa (Isabel de) 174
 Gambôa (Pedro Sarmiento de) 382

- Gandavo (Pero de Magalhães) 238, 310, 339, 342, 359
 Gândia (E. de) 110, 127, 157, 185, 203, 242-3, 245-6, 249, 276, 382, 425, 427, 443, 445
 Garcéz (Luiz) 257
 Garcia (Aleixo) 109, 110, 121, 135
 Garcia d'Ávila, 214, 222-5, 256, 306-9, 348, 394, 399, 400-1, 417, 423
 Garcia (Diego) 119, 121, 129, 135,
 Garcia (Pero) 236
 Garcia (Rodolfo) 66, 68, 103, 105, 110, 112, 120, 124, 150, 176, 180, 187, 190, 195, 216, 226, 233, 254, 265, 277, 290; 293, 295, 297, 299, 302, 313, 323, 350, 357, 363, 378, 410-12, 416, 420, 423-5, 428, 430-1, 437-8, 455, 457
 Garrett (Almeida) 294
 Gaspar (Fr. de Madre Deus) 138, 151, 156, 158, 159, 161, 274
 Gil-Eannes de Azurara 26-7
 Gil Vicente 84, 89, 93, 96, 184, 265
 Giocondo (Bartolomeu) 67
 Giraldes (Maria) 434
 Giraldes (Francisco) 398-9, 411-2, 434
 Giraldes (Lucas) 185
 Giraldes (Nicoláo) 434
 Glimmer (Willelm) 451
 Godet (R.) 40
 Góes (Apolonia de) 227
 Góes (Cipriano) 199, 244
 Góes (Damião de) 73, 91
 Góes (Damiana) 226
 Góes (Gil de) 197
 Góes (João de) 288
 Góes (Luiz de) 139, 140, 196-7, 199, 244, 254
 Góes (Pero de) 136, 138, 149, 156, 183, 186, 195-8, 212-3, 228-9, 233, 236, 261, 439, 447
 Góes (Vicente) 199
 Gomes (Alvaro) 233
 Gomes (Fernão) 216
 Gomes (Francisco) 216-7
 Gomes (Jorge) 123
 Gonçalves (Afonso) 166, 169
 Gonçalves (P. Amaro) 297
 Gonçalves (Antonio) 217
 Gonçalves (Baltazar) 128
 Gonçalves (Bartolomeu) 140
 Gonçalves (Belchior) 216
 Gonçalves (Diogo) 255
 Gonçalves (Dominga) 417
 Gonçalves (Francisco) 217
 Gonçalves (João) 147, 175, 252
 Gonçalves (Lopo) 171
 Gonçalves (Rui) 217, 438
 Gonçalves (S. Pedro) 290
 Gonçalves (Silvestre) 176
 Gonçalves (Vicente) 159
 Gonnaud (Pierre) 454
 Gonneville (Palmier de) 102-3
 Gonzaga (Fr. Francisco) 415
 Gouveia (André de) 93, 114
 Gouveia (Antonio) 114, 296, 297
 Gouveia (P. Cristovão de) 342, 347, 378, 395
 Gouveia (Diogo de) 112, 114, 117, 124-5, 142, 206, 332
 Gouveia (Isabel de) 43-5
 Gouveia (Luiz Machado de) 398
 Grã (Estevão de) 229, 390
 Gran (P. Luiz da) 249, 252, 255, 276, 284, 297, 308, 346
 Grimalda (Luiza) 437
 Grotius 89, 90, 98
 Groussac 455
 Guénin (Eugène) 119, 142
 Guéret (François) 116
 Guerreiro (P. Fernão) 399
 Guillen (Felipe) 57, 183, 184, 236-8
 Guthric (William) 344
 Guzman (Ruy Diaz de) 155-6, 224
 Hauser (Henri) 97-8
 Haro (Cristovão de) 106, 120-1
 Harriese 65, 120
 Hartman 455-6
 Herculano (Alexandre) 103
 Herrera (H.) 120
 Hervás (P.) 329
 Haphemeyer (J. B.) 344
 Hesus (Heliodorus) 245-6
 Hojeda 65
 Holanda (Francisco de) 92, 94
 Homem de Castro (Pedro) 430
 Homem (Gaspar de Figueiredo) 442
 Homem (João) 423
 Homem (Manuel Mascarenhas) 405-8, 430, 457-8
 Hoehne (F. C.) 231
 Hythodée (Rafael) 78
 Innocencio VIII. 35
 Irala (Domingo de) 245
 Iratim da Costa (Didio) 111
 Isabel de Castela 30-1, 35-6, 138
 Isabel (Infanta) 369
 Jaboatão (Fr. Antonio de Santa Maria) 131-2, 149, 151, 189, 190, 214, 223, 225-6, 233, 254, 257-8, 273, 305, 312-4, 397, 399, 414, 422, 427, 458
 Jácome (Diogo) 214, 238
 Jácome (Conego) 423
 Jácome de Maiorca 27-8
 Janet (Jean) 116
 Jaques (Cristovão) 111, 115-6, 118, 121, 124, 128, 142, 170

- Jaques (Manuel) 256
 João I. D. 19-22, 30-2
 João II. D. 27, 29, 30, 32, 33-41, 43, 72, 75, 112, 146
 João III. D. 33, 63, 74, 89, 91-4, 102-3, 111-19, 120, 122-3, 125-6, 130, 142, 144-6, 152-4, 167, 173, 179, 181-2, 189, 190-1, 193, 197-9, 200-6, 211, 213, 216, 219, 226, 229, 230, 257, 261, 266, 321, 369, 378, 381, 420
 João IV. D. 216
 João da Nova 52, 81, 103
 João de Lisboa 52, 57, 107, 184
 João de Santarém 29
 João de Empoli 52
 João (Preste) 21, 26, 32, 54, 73
 Joana (Princesa D.) 200
 Jorge (Frei) 188
 José I. D. 204
 José Bonifácio 137
 José Vizinho 32-3, 37, 42, 43, 47, 53
 Júlio II. 98
 Juzarte (Antonio) 255
 Knivet (Anthony) 175, 425, 441
 La Faitada (Francisco de) 55, 64
 Laços (Diogo Gonçalves) 450
 Lainez (P. Diogo) 390
 Lamego (Alberto) 197-8, 327
 Lamego (Antonio) 227
 Lamego (Jorge de) 273
 Lapitau (P.) 335
 Lavradio (Marquês de) 343-4
 Leão X. 41, 177
 Leão (André de) 451
 Leal (Pedro Barbosa) 423-4
 Leitão (Baltazar) 171
 Leitão (Gonçalo Mendes) 298
 Leitão (Jeronimo) 348, 445
 Leitão (João) 382
 Leitão (Manuel) 405
 Leitão (Martim) 384, 386, 388
 Leitão (D. Pedro) 275, 284, 297, 308-9, 315
 Leite (Diogo) 128, 129
 Leite (Duarte) 77
 Leite (P. Serafim) 137, 158, 214, 231, 241, 243, 247, 248, 251-2, 264, 271, 279, 283, 286, 293, 296, 297, 302, 307-9, 312, 316, 342, 346-9, 374, 379, 390-1, 395-6, 398-9, 403, 405, 407, 423, 425, 427, 431, 433, 436, 437, 439, 440-1, 443-4, 446, 447-9, 456
 Leite (Sebastião) 238
 Leme (Sebastião) 445
 Lemos (Duarte de) 189, 192, 195, 213
 Lemos (Francisco de) 407
 Lemos (Gaspar de) 46, 63-5
 Lencastre (D. Pedro Diniz) 190
 Lencaster (James) 426
 Leonor D. 37, 253
 Leppe (Diogo de) 102
 Lery (Jean de) 263-4, 273
 Levene (Ricardo) 127, 244, 392
 Levillier (Roberto) 391
 Leynsen 455
 Liétard (P.) 264
 Lima (Americo Pires de) 231
 Lima (Diogo Lopes de) 368
 Lima (Oliveira) 167, 173
 Lins (Cristovão) 298
 Lins (Sebastião) 269
 Lins (Sibaldo) 408
 Lloas (Carp.) 258
 Loasa (João de) 258
 Loayza (Garcia Jofré de) 117
 Lobo (Catarina) 226
 Lobo (Enrique) 226
 Lobo (Francisco) 159
 Lobo (Pero Lopes) 298, 402
 Lopes (Afonso) 58
 Lopes (Damião) 227
 Lopes (David) 205, 454
 Lopes de Souza (Pero) 116, 127, 143, 147-8, 152-3, 159, 161, 170, 174-6, 181, 199, 202, 205, 323, 325, 368
 Loureiro (Antonio Rodrigues) 289
 Lorena (Cardeal de) 262
 Lorena (Duque de) 52, 67
 Lourenço (Braz) 252
 Lourenço (Fernão) 298
 Lourenço de Médici 67
 Lourenço (Gaspar) 216, 217, 307, 309
 Lourenço (João) 228
 Lourenço (Ldo. Manuel) 212, 227-8
 Loyola (Inácio de) 93, 114, 206, 214, 247-8, 267, 308
 Lucena (Vasco Fernandes de) 165, 292, 387, 432
 Luiz (Afonso) 295
 Luiz (Infante) 94, D. 369
 Luiz (Antonio) 295
 Luiz (Enrique) 198
 Luiz (Frei) 145-7, 154
 Luiz (João) 131
 Luiz (Marçal) 341
 Lyra (A. Tavares de) 199, 202, 408
 Macedo (Cosme Rangel de) 306, 367, 373, 379
 Macedo Soares (José Carlos de) 35
 Maceta (Padre) 445
 Machado (Antonio de Alcantara) 240
 Machado (Alcantara) 273 446-7,
 Machado (Barbosa) 233, 302, 310
 Machado (Lopo) 219
 Machado (Pedro Paes) 270
 Machain (R. de Lafuente) 127, 199, 243, 393

- Magalhães (Antonio de) 398
 Magalhães (Fernão de) 56-7, 71, 75, 80, 104, 106-7, 109, 117, 120, 123
 Magalhães (Gaspar de Barros) 212, 226, 275
 Maglió (João Batista) 160, 348
 Maia (Jeronimo) 160
 Manuel D. 37-8, 41-2, 43, 45, 47-9, 53-4, 55, 63, 65-7, 72-3, 81-3, 87-9, 90-4, 97-9, 100, 102, 105-6, 108-9, 110, 112-3, 125-6, 136, 146, 177, 214, 253, 369, 372, 420
 Manuel (João) 107
 Mansilha (Justo) 444-5
 Maldonado (Arias) 126
 Maldona (João Velho) 137
 Manfroni 326
 Maranhão (Jeronimo de Albuquerque) 350
 Marchione (Bartolomeu) 103, 106
 Marchone (Pero Paolo) 103
 Marco Polo 23, 26, 30, 34, 40-1, 50, 73, 80
 Morgallo (André Fernandes) 397-8, 456
 Maria (Infanta) D. 74
 Marialva (conde de) 177
 Mariejos (Jean H.) 31
 Marinho (Sebastião) 445
 Marques (Diogo) 255
 Marques (Gomes) 188
 Martim Afonso de Souza 63, 83, 85, 116, 118, 122, 125, 126, 128-9, 131-6, 139, 140, 141-3, 147-9, 150, 152-6, 158-9, 177, 196, 205, 240-1, 278, 329, 368, 478
 Martim da Boêmia 31, 33
 Martins (Fernão) 31
 Martins (Francisco) 103
 Martins (Gabriel) 160
 Martins (Luís) 272
 Martins (Miguel) 212
 Martins (Rodrigo) 399
 Martins (Romário) 246, 329
 Martins (Sebastião) 237
 Mascarenhas (Maria de Figueiredo) 414
 Mascarenhas (Manuel) 427, 433
 Mascarenhas (D. Pedro) 206
 Matos (Padre) 393
 Matos (Antonio) 347
 Matos (Gregorio de) 132
 Médici (Catarina de) 375, 377
 Meira (Ambrosio de) 193
 Meira (Diogo Lopes de) 275
 Melgarejo (Ruy Dias) 244
 Melo (D. Cristovão de) 340
 Melo (Frederico de) 196
 Melo (D. Gulomar de) 196
 Melo (Jorge de) 194, 223
 Melo (Luiz de) 203
 Melo (Manoel de) 368, 393
 Melo (Maria de) 165
 Melo (Mario de) 189
 Melo (Martim Afonso de) 191
 Mendes d'Elvas (Gonçalo) 298
 Mendonça (Francisco de) 441
 Mendonça (Heitor Furtado de) 412-3
 Mendonça (Joana de) 253
 Mendonça (Maria de) 253
 Mendonça (Francisco de) 253
 Mendonça (Renato) 350
 Mendoza (Lopo Hurtado de) 108
 Mendoza (D. Pedro de) 128, 202, 243
 Menezes (Diogo de) 355, 458
 Menezes (D. Fernando de) 289
 Menezes (Francisco de Sá) 434
 Menezes (D. João de) 198
 Menezes (D. Jorge de) 192-3
 Meria (Paulo) 160
 Michaelis (Carolina) 90-1, 190
 Michelozzo 93
 Mimi (Isabel) 67
 Miralles (José de) 371, 374, 412
 Miranda (Miguel de Almeida) 446
 Miranda (Simão de) 45
 Mirim (Antonio Leitão) 405
 Monferini (Juan M.) 382, 391, 393
 Moniz (Aires) 378
 Moniz (Antonio) 253, 378
 Moniz de Aragão (Barão de) 132
 Moniz Barreto (Diogo) 217, 222, 340
 Moniz Barreto (Duarte) 400
 Moniz Barreto (Egas) 272
 Moniz Barreto (Enrique) 378
 Moniz Barreto (Francisco) 218
 Moniz Barreto (Miguel) 212
 Montaigne 114, 328
 Monteiro (Cristovão) 438
 Monteiro (Gonçalo) 149, 155, 158
 Monteiro (Mario) 110
 Monteiro Lobato 169
 Montereaggio (Giovanni) 71
 Montes (Enrique) 109, 110, 120-1, 126, 128, 129, 150, 156
 Moraes (Brites de) 265
 Moraes (Francisco de) 227
 Moraes (Gaspar Dias de) 386
 Moraes (Mello) 151, 211
 Moreira (F. de Almeida) 87
 Morelli (Benedito) 103, 106
 Morim (Diogo) 270
 Morus (Thomas) 67, 78, 262
 Mosquera (Ruy) 155, 156
 Moura (Bastião de) 103
 Moura (Cristovão de) 95, 370, 372
 Moura (Felipe de) 298, 384, 430
 Moura (Jeronimo) 296-7
 Moura (Manuel de) 173

- Muller (Cristiano) 415-7
 Namorado (Pedro Martins) 158
 Navarette 184
 Navarro (João de Azpucuelta) 214, 238, 239, 310
 Neiva (Artur) 336
 Netscher (P. M.) 455
 Neves (Fr. Bernardino das) 407
 Nicoláo (Mestre) 217
 Nobrega (P. Manuel da) 137-8, 171, 180, 188, 191, 212-6, 220-1, 227, 232-3, 235-6, 238-9, 241, 243, 247-9, 250, 259, 260, 267-8, 271, 275, 277-9, 280, 285, 287, 290, 307, 320, 346-7
 Noel (Martin) 382
 Noel (Octavio) 97
 Nolle (Antonio de) 27
 Noort (Olivier van) 442, 457
 Noronha (Fernão de) 77, 79, 81-2, 102-3, 106
 Noronha (Garcia) 44
 Noyer (Jean) 426
 Nunes (P. Leonardo) 214, 238, 241-2
 Nuno Manuel D. 66
 Nunes (Pedro) 57, 149, 184
 Nunes (Valentim) 192
 Nunus (Paulus) 148, 162
 Oalte (Jaques de) 428
 Oliveira (Antonio de) 158, 273
 Oliveira (Cristovão de) 256
 Oliveira (Diogo) 188
 Oliveira (Francisco de) 195
 Oliveira (Gonçalo de) 281, 283, 293
 Oliveira (Gregorio d') 401
 Oliveira (Manuel Botelho de) 456
 Oliveira (Fr. Nicoláo de) 421
 Oliveira Neto (Luiz Camilo de) 220
 Olivelli 67
 Onharte (Diogo de) 445
 Orta (Garcia da) 126, 149
 Ortega (Manuel) 390-1
 Ortiz (D. Diogo) 32, 49, 86
 Osquer (Duarte) 396, 456
 Osquer (Francisco) 413
 Paes (Bartolomeu Rodrigues) 217
 Paes (Fernão) 288
 Paes (Fernão Dias) 311
 Paes (João) 298, 387
 Paes (Simão Ferreira) 111, 179, 198, 203
 Pacheco (Duarte) 32, 35, 46, 52
 Pacheco (Felix) 376
 Padua (Saturnino de) 277, 450
 Paiva (Afonso de) 32
 Paiva (Ana de) 226
 Paiva (Francisco Dias de) 408
 Paiva (Isabel de) 200
 Paiva (Manuel de) 137, 231
 Paiva (Miguel Alvares) 176
 Paiva (P. Sebastião) 445
 Paiva Manso (Visconde de) 299, 342
 Palma (Diego de) 389, 390
 Palma (Ricardo) 393
 Pantoja (Francisco Fernandes) 374
 Paraguassú (Catarina) 177-8, 182, 415
 Parma (Principe de) 369
 Parmentier (Jean) 89, 119, 123
 Paz (João Barbosa) 186-7
 Peçanha (João Rodrigues) 254
 Pedro de Cintra 29
 Percy Siker, 40
 Pegas 362
 Pegoletti 80
 Peixoto (Afrânio) 74, 85, 133 369
 Peteira (Baltazar) 273
 Pereira (João) 308-9
 Pereira (João Camelo) 188
 Pereira (P. Bartolomeu Simões) 367-8
 Pereira (Rui) 198, 293
 Pereira (Sebastião) 235
 Pereira Coutinho (Francisco) 130-1, 152, 176-8, 186-7, 192, 204, 211, 212, 259, 268, 446
 Peres (Damião) 371, 376
 Peres (Diogo) 212, 216-7
 Peres (P. Gaspar de S. João) 405, 407
 Peres (Duarte) 156
 Peres (Vasco) 205
 Pesquera Rosa (Gregorio) 127, 157, 185, 190
 Pigafetta 56, 80, 104, 133, 320, 326, 332
 Pimentel (Alfredo) 118-9, 144, 272
 Pimentel (Ana) 158
 Pimentel (Bernardo) 306
 Pimentel (Jorge) 193
 Pina (Rui de) 35
 Pina (Simão de) 46, 63
 Pinheiro (D. Antonio) 258
 Pinheiro (Gregorio) 423
 Pinheiro (Jácome) 277
 Pinheiro (Pero Lobo) 128
 Pinto (Bento Teixeira) 294-5
 Pinto (Estevão) 330
 Pinto (Francisco) 308
 Pinto (João) 382
 Pinto (Rui) 149, 156
 Pinzon (Vicente Yanez) 102, 105, 199
 Piquerobí 138, 279
 Pires (Afonso) 255
 Pires (Ambrosio) 252, 256
 Pires (Antonio) 214
 Pires (Cristovão) 103
 Pires de Lima (Augusto) 294
 Pires (Domingos) 140
 Pires (Fernão) 255, 258
 Pires (Francisco) 217, 231, 448
 Pires (Luiz) 46, 63

- Pires (Salvador) 445
 Pisani (Domenico) 55, 64
 Pizarro (Francisco) 452
 Pombal (Marquês de) 165
 Pomponio Mêla 47
 Pontes (Belchior de) 315, 332
 Ponte (Sebastião da) 315-6, 348
 Portilho (Antonio Alvares) 397, 398
 Porto Carrero (Francisco) 198
 Portugal (D. Fernando de) 257
 Prado (João d') 446
 Prado (J. F. de Almeida) 137, 147
 Preto (Manuel) 196
 Proença (Antonio de) 445
 Ptolomeu 26
 Puertos (João Munhoz de) 451
 Pyrad de Laval 392, 420
 Quadros (Diogo de) 426, 451
 Queiroz (Jácome de) 240, 423
 Quevedo (Latorre) 108
 Rabelais 114
 Rabelo (Lopo) 131
 Ramalho (João) 83, 127, 136-9, 154-5, 241, 248, 250-1, 259, 261, 328, 349, 442
 Ramalho (Manuel) 240, 247, 423
 Ramirez 109, 120, 121, 129
 Ramos (Manuel Fernandes) 445
 Ramusio 89
 Raposo (Antonio) 449
 Raposo (Francisco Lopes) 237
 Rebello (Pedro) 229
 Reboredo (Maria de) 226
 Rego (Francisco de Barros) 405
 Reis (Antonio dos) 212
 Remedios (Mendes dos) 84
 Renaudet 97-8
 Résojen (Jaime) 249
 Resquin (Jaime) 157-8, 276
 Rezende (Garcia de) 84, 88-9, 192
 Ribeiro (Afonso) 59
 Ribeiro (Antonio) 123
 Ribeiro (Bernardo) 314, 424
 Ribeiro (Diogo) 193
 Ribeiro (Domingos) 289, 345
 Ribeiro (Gomes) 235, 254-5
 Ribeiro (João) 350
 Ribeiro (Joaquim) 107
 Ribeiro (Manuel) 181, 445
 Ribeiro (Pero) 160
 Rico (Pero) 188, 235
 Ridolfi (Roberto) 71
 Rifault (Jaques) 404, 408
 Ringman 67
 Rocha (Coelho da) 362
 Rocha (Tomé da) 401
 Rodrigo D. 32-3
 Rodrigues (Afonso) 131, 139, 149, 150-1, 328
 Rodrigues (Alvaro) 399, 456, 458, 459
 Rodrigues (Ana) 413
 Rodrigues (Antonio) 138, 243, 271, 287
 Rodrigues (Bartolomeu) 171, 176
 Rodrigues (Diogo) 151
 Rodrigues (Domingos) 219, 446
 Rodrigues (Francisco) 131
 Rodrigues (João) 254
 Rodrigues (Luiz) 278
 Rodrigues (Marçal) 151
 Rodrigues (Nina) 352
 Rodrigues (Paulo) 445
 Rodrigues (Pero) 282, 342, 405, 407, 437, 449, 456
 Rodrigues (Salvador) 231
 Rodrigues (Silvestre) 255
 Rodrigues (Mestre Simão) 137, 180, 206, 214
 Rodrigues (Vicente) 214, 248
 Romeiro (Francisco) 182, 183, 185, 237
 Romo (Andres Fernandez) 245
 Roncière (De la) 376
 Ronsard 263
 Roquette Pinto (E.) 334
 Roso (Pero) 160
 Sá (Estacio de) 277-9, 280-5, 287, 331, 358, 401, 438
 Sá (Conçalo de) 441
 Sá (Fernão de) 270
 Sá (João de) 46
 Sá (Martim de) 425, 441, 446
 Sá (Mem de) 150-1, 196, 222-3, 226, 239, 251, 259, 264-6, 268, 271-4, 276-8, 283, 285-9, 290-1, 301-3, 309, 338, 344, 354, 357-8, 367, 416, 429, 433, 438, 457
 Sá (Salvador Corrêa de) 260, 286-7, 348, 379, 426, 438-9, 440-1
 Sá (Simão de) 358
 Sá de Miranda (Francisco de) 90-1, 126, 190, 265
 Saavedra (Cristobal de) 244, 246
 Saboia (Duque de) 369
 Saint Hilaire 333
 Saint Maurice (Jaques) 119, 124
 Salazar (Juan de) 199, 242-6
 Salcedo (Francisco de) 389
 Saldanha (Antonio de) 75, 154
 Salema (Antonio de) 301-4, 439
 Salóni (João) 390-1
 Sampaio (Teodoro) 246, 335-6, 441, 446
 Sanabria (Juan de) 244, 246
 Sanabria (Maria de) 244
 Sanches de Baena (Visconde de) 177, 412
 Sande (Diogo Corrêa de) 312, 348
 Sandero 233

- Santa Catarina (Fr. Melchior) 415-6
 Santa Maria (Fr. Agostinho de) 235, 417, 427, 458
 Santa Maria (P. Francisco de) 233
 Santarem (Visconde de) 26, 41
 Santiago (Bento Dias de) 298-9
 Santos (Francisco Martins dos) 139, 443
 Sanuto (Benedetto) 97
 Sanuto (Martim) 96
 Saraiva (Fernando de) 242
 Sardinha (Afonso) 427-8, 445, 448, 450
 Sardinha (D. Pero Fernandes) 225, 232-3, 254-5, 258
 Sarmiento (Luiz) 185, 202
 Sarmiento (Pedro) 385
 Satinau (Maurice) 349
 Schetz (Erasmus) 159, 160
 Schimidel 160, 243
 Schoner 67
 Seabra (Pero de) 160
 Sebastião D. 94, 200, 202, 253, 257, 266, 277, 300-1, 310, 313, 355, 362, 368, 369, 375, 411 2
 Schuler 107
 Serrano (Antonio) 329, 330
 Serrão (Gregorio) 248, 252
 Shakespeare 89
 Siebra (Pedro de) 416
 Silva (Aires Gomes da) 46
 Silva (Caetano da) 107
 Silva (Duarte de Mello)
 Silva (Fernão da) 291, 304-5, 367, 368, 380, 398
 Silva (Francisco da) 213
 Silva (Inês da) 226
 Silva (João Gomes da) 367
 Silva (Luciano Pereira da) 33, 184
 Silva (Luiz de Mello) 203
 Silva (Pedro) 363
 Silva (Pietro) 96
 Silva (Sebastião) 368
 Silva Leme 151
 Silveira (Duarte Gomes da) 410
 Silveira (João da) 115
 Silveira (Vasco da) 46
 Silvio Piccolomini 33
 Simonsen (Roberto C.) 80, 344, 360
 Siqueira (Diogo Lopes de) 100
 Siqueira (Pedro Vaz de) 198
 Soares (Fernão) 386, 417
 Soares (Gabriel) 134, 147, 160, 163, 179, 182-3, 185, 190, 192-3, 203, 225, 231, 235, 269, 273, 276, 286, 301, 303, 307-9, 311-16, 322-3, 326-7, 333-4, 348, 351, 356, 359, 374-5, 397-9 401, 415, 419, 420, 422-5, 431, 452, 455
 Soares (Lopo) 99
 Soares (Martim) 235
 Soderini (Pedro) 67, 77
 Sodré (Vicente) 74
 Solis (Juan Dias de) 67, 105-9, 110-1, 121, 126, 138, 150
 Sombra (Severino) 428
 Sore (Jaques) 290
 Sorabí 307-8
 Souza (Baltazar Lobo de) 226
 Souza (Belchior de) 183
 Souza (D. Diogo de) 411-2
 Souza (Fernão Ribeiro de) 270
 Souza (D. Francisca) 316
 Souza (D. Francisco) 405, 411-2, 418, 420, 423-4, 427-9, 432-3, 438, 442, 446, 448-9, 451-2, 457
 Souza (Gaspar de) 311
 Souza (Heitor de) 128
 Souza (Helena de) 252, 434
 Souza (D. Inês de) 440
 Souza (J. M. Cordeiro de) 200
 Souza (Joana Lobo de) 226
 Souza (João de) 147, 205
 Souza (João Coelho de) 313, 375, 422
 Souza (João de Araujo) 226
 Souza (José Coelho de) 312
 Souza (Julietta de) 434
 Souza (Fr. Luiz de) 103, 112, 117, 120, 145-6, 191, 193, 197, 201, 204, 205, 364, 378
 Souza (Maria Lobo de) 226
 Souza (Marta de) 189
 Souza (Pero Lopes de) 128-9, 130, 132, 134, 136, 139
 Souza (Rui Boto) 423
 Souza (Tomé de) 63, 183, 189, 195, 198, 200, 203-5, 207, 211-15, 218-9, 421-2, 225, 229, 231-2, 234, 236-8, 240-2, 244-6, 249, 250, 252-4, 257-9, 261, 265, 307, 309, 314, 320, 332, 340, 354, 367-8, 418, 429
 Souza Cruz (Alonso de) 184
 Staden (Hans) 160, 164, 166-7, 169, 170, 175, 245-6, 261, 280, 332
 Stephen Planck 34
 Strozzi (Felipe) 375-7
 Stuart (Maria) 262
 Taide (Fernão Cabral de) 413
 Taide (Gaspar Dias) 313
 Tamacuana 311
 Taunay (Afonso d'E.) 137, 140, 196, 343, 361, 374, 383, 394, 425, 428, 441, 445, 447-9, 451
 Taparica 130
 Taques (Pedro) 196, 329, 394, 428, 438, 449

- Tavares (João) 388, 402, 407
 Tavares (Mateus) 347
 Teive (Diogo de) 31
 Teixeira (D. Marcos) 235
 Teldi (Francisco) 97
 Telles (Juan) 196
 Telles (Manuel) 379, 382-3, 421
 Tello (D. João) 59
 Thevet (André) 263, 280
 Tibiriçá 138-9, 247-8, 279, 280
 Tinoco (Antonio) 160
 Toledo (Fadrique de) 417
 Tolosa (Padre) 309, 425, 440, 443
 Tomé de Jesus (Fr.) 200
 Tournemouche (Marthurin) 116
 Tourinho (Sebastião Fernandes) 310
 Torre (Pero Vaz da) 255
 Torres (Afonso de) 177
 Toscanelli (Paolo) 31, 54, 65, 75
 Tovar (Sancho de) 45, 63
 Trejo (Cap. Hernando de) 243-4
 Trejo (Fr. Hermano de) 244
 Trinidad (Antonio de la) 245
 Ulhôa (Diogo Lopes) 400, 424
 Usselinx (Willem) 455
 Vacas (Catarina Fernandes) 137
 Vacas (Francisco de) 195, 235, 254
 Valadares (Jorge de) 218
 Valdés (Flores) 282-3, 285, 381, 384-5, 396, 440, 443
 Vale (Leonardo do) 272, 277
 Valente (Antonio da Costa) 405
 Vargas (Fernando de) 427
 Varnhagen (Visconde de Porto Seguro) 66, 68, 75, 77, 86, 103, 105, 111-12, 124-5, 134-5, 151, 154, 156, 159, 160, 162, 175-7, 180 1, 183-4, 187, 190, 195, 197, 202 3, 228, 233, 237, 240, 244, 251, 253-4, 264-5, 269, 270, 277, 288, 290, 295, 297, 301-3, 306, 313, 354, 367, 374, 376, 382, 384, 398, 401-2, 411, 423-5, 428, 430, 437-8, 455, 457
 Varela (Lourenço) 423
 Varzon (João de) 235
 Vasco (Mestre) 438
 Vasconcellos (D. Luiz de) 289, 290
 Vasconcellos (Enrique Mendes de) 194
 Vasconcellos (Frazão de) 51-2
 Vasconcellos (Joaquim de) 301
 Vasconcellos (Simão de) 150-1, 401, 450
 Vaz (Antonio) 131, 183, 273
 Vaz (Diogo) 148, 162
 Vaz (Domingos) 160
 Vaz (Fernão) 104, 374
 Vaz (João) 393
 Vaz (Lopo) 397
 Veiga (Lourenço da) 309, 367, 371, 374-5, 380
 Veiga (Tristão Vaz da) 371
 Velho (Gonçalo) 44
 Velho (Jorge) 312
 Velho Rego (João) 387
 Velosa (João de) 268
 Veloso (Queiroz) 200, 253, 301, 368, 376, 411
 Veniste (João) 159
 Ventura (Fr. Antonio) 415
 Veras (Paulo) 160
 Verazzano (Giovanni) 80
 Vespucci (Americo) 57, 65-9, 70-1, 73, 75-8, 81-2, 104-7, 109, 110-11, 133, 262
 Vespucci (Anastacio) 67
 Vicente do Salvador (Fr.) 148, 151, 163, 165-7, 170-1, 175, 185, 190, 192, 196, 203, 223, 225, 230, 234, 256, 258, 270, 272, 279, 290, 292-3, 297-8, 300-1, 305, 307-8, 311-16, 320, 323, 331, 333, 352, 363, 371, 377, 379, 383, 384, 386-7, 389, 391, 395, 397, 400-2, 404, 405-9, 414-5, 420, 423-4, 432-3, 437 8, 441-2, 448-9, 454 9
 Vicente (P. João) 437
 Vicente (Pero Annes) 188
 Vieira (P. Antonio) 334, 336, 458
 Vilela (Gaspar Collaço) 446
 Vilhalva (Francisc) 451
 Vilhena (Luiz dos Santos) 333
 Villiers de l'Isle Adam 262
 Villegaignon (Nicoláo) 262-4, 273, 377, 380
 Vim'eiro (Conde de) 126
 Viterbo (Souza) 212
 Victória (D. Francisco de) 388, 391
 Vizeu (Duque de) 37
 Waldseemuller (Martin) 67
 Wanderley Pinho (J.) 289
 Whithall (John) 382
 Withrington (Roberto) 390, 413, 418, 425
 Watjen (Hermann) 454-5
 Xavier (S. Francisco) 114, 207, 246
 Zacuto (Abrão) 29, 33, 39, 48, 51, 53
 Zarco (Gonçalves) 44
 Zorrilla (Diogo) 270, 311
 Zorrilla (Francisco) 423
 Zorobabé 458